ESTE DOCUMENTO É UMA MINUTA INICIAL SUJEITA A ALTERAÇÕES E COMPLEMENTAÇÕES, TENDO SIDO ARQUIVADO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS EXCLUSIVOS DE ANÁLISE E EXIGÊNCIAS POR PARTE DESSA AUTARQUIA. ESTE DOCUMENTO, PORTANTO, NÃO SE CARACTERIZA COMO O PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA E NÃO CONSTITUI UMA OFERTA DE VENDA OU UMA SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE COMPRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO BRASIL, NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA OU EM QUALQUER OUTRA JURISDIÇÃO, SENDO QUE QUALQUER OFERTA OU SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE AQUISIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS SÓ SERÁ FEITA POR MEIO DE UM PROSPECTO DEFINITIVO. OS POTENCIAIS INVESTIDORES NÃO DEVEM TOMAR NENHUMA DECISÃO DE INVESTIMENTO COM BASE NAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTA MINUTA.

MINUTA DO PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA

WDC NETWORKS

[Ticker do Novo Mercado]

LIVETECH DA BAHIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
Companhia em fase de registro perante a CVM na categoria "A"
CNPJ /ME 05.917.486/0001-40 | NIRE 29 3 0003576-9
Rodovia BA-262, Ilhéus x Uruçuca, s/nº, Km 2,8, Quadra A, Bairro Iguape,
Polo de Informática de Ilhéus, CEP 45658-335, Ilhéus – BA.
[•] Ações
Valor Total da Oferta: R$[•]
Código ISIN das Ações "[•]"
Código de negociação das Ações na B3: "[•]"

No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa (conforme definido na página 46 deste Prospecto).

A **LIVETECH DA BAHIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.** ("**Companhia**"), **2B Capital – Brasil Capital de Crescimento I – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia** ("**2B Capital**") e os acionistas vendedores pessoas físicas identificados na seção "Informações sobre a Oferta - Identificação dos Acionistas Vendedores ", quantidade de ações ofertadas, montante e recursos líquidos" na página 41 deste Prospecto ("**Acionistas Vendedores Pessoas Físicas**" e, em conjunto com o 2B Capital "**Acionistas Vendedores**") (em conjunto, "Acionistas Vendedores"), estão realizando uma oferta pública de distribuição primária e secundária de, inicialmente, [•] ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de[, inicialmente,] [•] ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia ("**Oferta Primária**"); e (ii) secundária de[, inicialmente,] [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, nas quantidades indicadas na seção "Informações Sobre a Oferta – Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos" na página 41 deste Prospecto ("**Oferta Secundária**"), em ambos os casos, a ser realizada na República Federativa do Brasil ("**Brasil**"), em mercado de balcão não organizado, em conformidade com os procedimentos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), com o "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários", atualmente vigente, expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("**ANBIMA**" e "**Código ANBIMA**", respectivamente), e demais normativos aplicáveis, com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**").

A Oferta será realizada no Brasil sob coordenação do Banco BTG Pactual S.A. ("**Coordenador Líder**"), o Banco Bradesco BBI S.A. ("**Bradesco BBI**" ou "**Agente Estabilizador**"), o Banco Itaú BBA S.A. ("**Itaú BBA**") e o Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**Citi**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Agente Estabilizador, e o Itaú BBA, "**Coordenadores da Oferta**"), observado o disposto na Instrução CVM 400, bem como os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**" e "**Regulamento do Novo Mercado**", respectivamente), com a participação de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta, exclusivamente, para efetuar esforços de colocação das Ações junto aos Investidores de Varejo (conforme definido neste Prospecto) ("**Instituições Consorciadas**" e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, "**Instituições Participantes da Oferta**").

Simultaneamente, no âmbito da Oferta, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior BTG Pactual US Capital, LLC, pelo Bradesco Securities, Inc., pelo Itau BBA USA Securities, Inc., pelo Citigroup Global Markets Inc (em conjunto, "**Agentes de Colocação Internacional**") em conformidade com o contrato de Colocação Internacional (conforme definido neste Prospecto) (i) nos Estados Unidos da América ("**Estados Unidos**"), exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A do *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado ("***Securities Act***") editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos ("**SEC**"), e (ii) nos demais países, exceto os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis dos Estados Unidos (*non-U.S. persons*), nos termos do *Regulation S* ("**Regulamento S**"), editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, em ambos os casos (i) e (ii) acima, em operações isentas de registro nos Estados Unidos, previstas no Securities Act e nos regulamentos editados ao amparo do Securities Act, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários (investidores descritos nas alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, "**Investidores Estrangeiros**"), desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM, nos termos da Resolução do **CMN** n° 4.373, de 29 de setembro de 2014, conforme alterada ("**Resolução CMN 4.373**"), e da Resolução da CVM nº 13, de 11 de novembro de 2020, conforme alterada ("**Resolução CVM 13**") ou da Lei n° 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada ("**Lei 4.131**"), sem a necessidade, para tanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, que não o Brasil, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados nos termos do Contrato de Colocação Internacional (conforme definido neste Prospecto). A Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não realizaram nem realizarão nenhum registro da Oferta ou das Ações e não foi e não será realizado nenhum registro na SEC nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto pelos registros da Oferta a serem concedidos pela CVM para a realização da Oferta no Brasil em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400. As Ações não poderão ser ofertadas ou subscritas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início (conforme definido neste Prospecto), a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar, conforme abaixo definido) poderá, a critério [da Companhia] [e] [dos Acionistas Vendedores], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em [até] [20]% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em [até] [•] de novas Ações de emissão da Companhia[, sendo (i) [•] novas Ações a serem emitidas pela Companhia; e (ii) [•] Ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na seção "Informações Sobre a Oferta – Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos" na página 41 deste Prospecto, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas] ("**Ações Adicionais**").]

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar percentual equivalente a [até] [15]% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia[, das quais (i) até [•] ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na seção "Informações Sobre a Oferta – Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos" na página 41 deste Prospecto, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("**Ações do Lote Suplementar**"), conforme opção a ser outorgada [pela Companhia] [e] [pelos Acionistas Vendedores] ao Agente Estabilizador, nos termos do, nos termos do Contrato de Distribuição (conforme definido neste Prospecto), as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta ("**Opção de Ações do Lote Suplementar**"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias corridos contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação (conforme definido neste Prospecto). Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto da Garantia Firme de Liquidação (conforme definido neste Prospecto) por parte dos Coordenadores da Oferta.

Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa do Preço por Ação, os Pedidos de Reserva (conforme definido na página 46 deste Prospecto) serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de o Preço por Ação ser inferior ao resultado da subtração entre o valor mínimo previsto na Faixa Indicativa e o valor correspondente a 20% do valor máximo previsto na Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício-Circular nº 1/2020-CVM/SRE, de 5 de março de 2020, hipótese em que os Investidores Não Institucionais poderão desistir do seu Pedido de Reserva, nos termos deste Prospecto. O Preço por Ação será fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais (conforme definido neste Prospecto) pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1°, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("**Procedimento de *Bookbuilding***"). O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"). **Os Investidores de Varejo não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.**

	Preço (R$)[1]	Comissões (R$)[1][2][3]	Recursos Líquidos (R$)[1][2][3][4]
Preço por Ação	[•]	[•]	[•]
Oferta Primária	[•]	[•]	[•]
Oferta Secundária[5]	[•]	[•]	[•]
Total Oferta	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa do Preço por Ação. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.
(2) Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.
(3) Para informações sobre as remunerações recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 48 deste Prospecto.
(4) Deduzidas as comissões e sem dedução de outros custos, despesas e tributos da Oferta.
(5) Para informações sobre a quantidade de Ações a serem alienadas pelos Acionistas Vendedores e os recursos líquidos a serem recebidos, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos", constante na página 41 deste Prospecto.

A abertura de capital da Companhia, a sua adesão ao segmento de listagem do Novo Mercado, bem como a reforma e consolidação do seu estatuto social, de forma a adequá-lo às exigências legais e regulamentares aplicáveis às companhias abertas e às regras do Regulamento do Novo Mercado, e a realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e seus termos e condições, foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 15 de fevereiro de 2021, cuja ata foi protocolada na Junta Comercial do Estado da Bahia ("**JUCEB**") em 19 de fevereiro de 2021, sob o nº 219602808, publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia ("**DOEBA**") em 18 de fevereiro de 2021 e no jornal "A Tarde Salvador", em 18 de fevereiro de 2021.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu estatuto social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido no item 5 abaixo) e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada/protocolada na JUCEB e publicada no DOEBA e no jornal "A Tarde Salvador", na data de disponibilização do Anúncio de Início.

A participação na Oferta Secundária pela 2B Capital, bem como seus termos e condições, inclusive no que se refere à fixação do Preço por Ação, serão aprovados na forma do disposto no seu regulamento, em reunião do Comitê de Investimentos.

Não será necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores Pessoa Física para a participação na Oferta Secundária e a fixação do Preço por Ação.

Exceto pelos registros da Oferta pela CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Será admitido o recebimento de reservas a partir da data indicada no Aviso ao Mercado (conforme definido neste Prospecto), para subscrição/aquisição das Ações, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente após o início do Prazo de Distribuição (conforme definido neste Prospecto).

A Oferta está sujeita à análise e aprovação da CVM, sendo que os registros da Oferta foram requeridos em [•] de [•] de 2021.

"OS REGISTROS DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICAM, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS".

Este Prospecto não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de investimento nas Ações. Ao decidir investir nas Ações, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, de suas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES" DESCRITOS NAS PÁGINAS 20 E 39, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO, BEM COMO A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO, PARA CIÊNCIA E AVALIAÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO COM RELAÇÃO À COMPANHIA, À OFERTA E AO INVESTIMENTO NAS AÇÕES.

Autorregulação ANBIMA
Ofertas Públicas

Coordenadores da Oferta

[Logo dos Coordenadores da Oferta]

A data deste Prospecto Preliminar é [•] de [•] de 2021.

As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a seu respeito. O presente Prospecto Preliminar está sujeito à complementação e correção. O Prospecto Definitivo estará disponível nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia; das Instituições Participantes da Oferta; das entidades administradoras de mercado organizado de valores mobiliários onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos a negociação; e da CVM.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES **1**
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA **4**
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO **5**
SUMÁRIO DA COMPANHIA **8**
SUMÁRIO DA OFERTA **23**
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA **39**
Composição do Capital Social da Companhia 39
Acionistas e Administradores da Companhia 40
Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos 41
[Eventual Alteração do Controle após a Realização da Oferta 43
Descrição da Oferta 43
Listagem e Negociação no Novo Mercado da B3 45
Aprovações Societárias 46
Instituições Participantes da Oferta 46
Preço por Ação 46
Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta 48
Custos de Distribuição 48
Estabilização do Preço das Ações 52
Características das Ações 53
Público Alvo da Oferta 54
Procedimento da Oferta 54
Oferta de Varejo 55
Oferta Institucional 58
Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta 59
Suspensão ou Cancelamento da Oferta 60
Prazo de Distribuição 61
Liquidação 61
Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação 61
Contrato de Distribuição e Contrato de Colocação Internacional 62
Violações de Normas de Conduta 64
Restrições à Negociação das Ações (“*Lock-up*”) 64
Instituição Financeira Escrituradora das Ações 65
Reserva de Capital 65
Cronograma Tentativo Estimado da Oferta 66
Inadequação da Oferta 67
Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta 67
INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS 68
Informações Adicionais 68
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES **72**
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA **85**
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA **92**
Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder 92
Relacionamento entre a Companhia e Bradesco BBI 93
Relacionamento entre a Companhia e o Itaú BBA 95
Relacionamento entre a Companhia e o Citi 96
RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA **98**
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder 98
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Bradesco BBI 99
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e o Bradesco BBI 100

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Itaú BBA 100
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Citi 101
INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES, OS COORDENADORES DA OFERTA, OS CONSULTORES E OS AUDITORES 102
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS 104
CAPITALIZAÇÃO 106
DILUIÇÃO 107
ANEXOS 111
ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA 115
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 15 DE FEVEREIRO DE 2021, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA E O PROTOCOLO DO PEDIDO DE REGISTRO 137
MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO 167
ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR E DE INVESTIMENTO DO 2B CAPITAL – BRASIL CAPITAL DE CRESCIMENTO I – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, REALIZADA EM [•] DE [•] DE 2021, QUE APROVOU A SUA PARTICIPAÇÃO NA OFERTA SECUNDÁRIA E O PREÇO POR AÇÃO 173
MINUTA DA DECLARAÇÃO DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 179
MINUTA DAS DECLARAÇÕES DOS ACIONISTAS VENDEDORES, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 183
MINUTA DA DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 187
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018 193
FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA 323

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, “Companhia” ou “Livetech” referem-se, a menos que o contexto determine de forma diversa, à Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A. e suas subsidiárias na data deste Prospecto.

Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção “Sumário da Oferta” na página 8 deste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto, salvo se de outra forma determinado neste Prospecto ou se o contexto assim exigir.

Acionistas Vendedores	O 2B Capital – Brasil Capital De Crescimento I – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, o Vanderlei Rigatieri Junior e o Francisco Sergio Day De Toledo considerados em conjunto.
Administração	Conselho de Administração e Diretoria da Companhia, considerados em conjunto.
Administradores	Membros da Administração.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Assembleia Geral	Assembleia geral de acionistas da Companhia.
Auditor Independente	Ernst Young Auditores Independentes S.S.
B3	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/ME	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia.
CPF/ME	Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente em vigor.
Companhia ou Livetech	Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.
Conselho de Administração	O conselho de administração da Companhia.
Conselho Fiscal	O conselho fiscal da Companhia, de caráter não permanente[, que até a data deste Prospecto não havia sido instalado].
Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato de Participação no Novo Mercado a ser celebrado entre, de um lado, a B3 e, de outro, a Companhia, por meio do qual a Companhia aderirá ao Novo Mercado, observado que o referido contrato entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início.

CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Deliberação CVM 476	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
Deliberação CVM 860	Deliberação da CVM nº 860, de 22 de julho de 2020.
Diretoria	A diretoria da Companhia.
DOEBA	Diário Oficial do Estado da Bahia.
Dólar, dólar, dólares ou US$	Moeda oficial dos Estados Unidos.
Estados Unidos	Estados Unidos da América.
Estatuto Social	Estatuto social da Companhia.
Formulário de Referência	Formulário de Referência da Companhia, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, anexo a este Prospecto.
Instituição Escrituradora	Banco Bradesco S.A.
Instrução CVM 400	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM 505	Instrução da CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada.
Instrução CVM 539	Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada.
IOF/Câmbio	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou relativos a Títulos e Valores Mobiliários incidentes sobre o câmbio.
JUCEB	Junta Comercial do Estado da Bahia.
Lei 4.131	Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei do Mercado de Capitais	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Novo Mercado	Segmento especial de listagem da B3 que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações.
Offering Memoranda	*Preliminary Offering Memorandum* e o *Final Offering Memorandum*, conforme definidos no Contrato de Colocação Internacional, considerados em conjunto.

Prospecto ou Prospecto Preliminar	Este Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A., incluindo o Formulário de Referência a ele anexo e eventuais aditamentos e/ou suplementos.
Prospecto Definitivo	O Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A., incluindo o Formulário de Referência a ele anexo e eventuais aditamentos e/ou suplementos.
Prospectos	O Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, considerados em conjunto.
Real, real, reais ou R$	Moeda oficial corrente no Brasil.
Regra 144A	Regra 144A editada ao amparo do *Securities Act*.
Regra 405	Regra 405 editada ao amparo do Securities Act.
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento de Listagem do Novo Mercado editado pela B3, que disciplina os requisitos para a negociação de valores mobiliários de companhias abertas no Novo Mercado, estabelecendo regras diferenciadas para essas companhias, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado.
Regulamento S	Regulamento S editado ao amparo do *Securities Act*.
Resolução CMN 4.373	Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de novembro de 2014, conforme alterada.
Resolução CVM 13	Resolução da CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020.
SEC	*Securities and Exchange Commission*, a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos.
Securities Act	*Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 05.917.486/0001-40, com seus atos constitutivos registrados na JUCEB sob o NIRE 29 3 0003576-9.
Registro na CVM	Em fase de registro de emissor de valores mobiliários na categoria "A" perante a CVM.
Sede	Localizada na cidade de Ilhéus, Estado da Bahia, na Rodovia BA-262, Ilhéus x Uruçuca, s/nº, Km 2,8, Quadra A, Bairro Iguape, Polo de Informática de Ilhéus, CEP 45658-335.
Diretoria de Relações com Investidores	Localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, 1.609 – 9º Andar – Vila Olímpia – CEP: 04547-006. O Diretor Financeiro e de Relações com Investidores é o Sr. André Luiz Sandoval Valente. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores da Companhia é +55 (11) 3035-3777 e o seu endereço eletrônico é ri@wdcnet.com.br.
Instituição Escrituradora	Banco Bradesco S.A.
Auditor Independente	Ernst Young Auditores Independentes S. S., para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019, e 2018.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	As ações ordinárias de emissão da Companhia serão listadas no Novo Mercado sob o código "[•]", a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior à divulgação do Anúncio de Início, sujeito à conclusão da Oferta.
Jornais nos quais divulga informações	As informações referentes à Companhia são divulgadas no DOEBA e no jornal "A Tarde Salvador".
Formulário de Referência	Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.
Website	wdcnet.com.br/ As informações constantes no *website* da Companhia não são parte integrante deste Prospecto e não estão a ele incorporadas por referência.
Informações Adicionais	Informações adicionais sobre a Companhia e a Oferta poderão ser obtidas no Formulário de Referência incorporado a este Prospecto por referência e junto à Companhia[, aos Acionistas Vendedores], às Instituições Participantes da Oferta, à CVM e/ou à B3 nos endereços e páginas da rede mundial de computadores indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 68 deste Prospecto.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto contém estimativas e perspectivas para o futuro, principalmente, nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", descritos nas páginas 20 e 39, respectivamente, deste Prospecto, e nos itens "4. Fatores de Risco", "7. Atividades do Emissor" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Essas considerações sobre estimativas e declarações prospectivas se basearam, principalmente, nas expectativas atuais da Companhia sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou possam afetar seu setor de atuação, sua participação de mercado, sua reputação, seus negócios, sua situação financeira, o resultado das suas operações, suas margens e/ou seu fluxo de caixa. Elas estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e foram efetuadas somente com base nas informações de que dispomos atualmente.

Além de outros itens discutidos em outras seções deste Prospecto, há uma série de fatores que podem fazer com que as estimativas e declarações não ocorram como previsto ou descrito. Tais riscos e incertezas incluem, entre outras situações, as seguintes:

- capacidade de a Companhia implementar sua estratégia de expansão, seja por aquisições ou organicamente;
- capacidade de a Companhia prever e reagir, de forma eficiente, a mudanças temporárias ou de longo prazo no comportamento dos consumidores da Companhia em razão da pandemia da COVID-19, mesmo após a pandemia ter sido suficientemente controlado;
- a capacidade de a Companhia implementar, de forma tempestiva e eficiente, qualquer medida necessária em resposta à, ou para amenizar os impactos da pandemia da COVID-19 em seus negócios, operações, fluxo de caixa, perspectivas, liquidez e condição financeira;
- os efeitos econômicos, financeiros, políticos e sanitários da pandemia da COVID-19 (ou outras pandemias, epidemias e crises similares), particularmente no Brasil e na medida em que tais fatores continuem a causar severos, frequentes e negativos efeitos macroeconômicos, aumentando assim muitos dos outros riscos descritos na seção "4.1. Fatores de Risco" do Formulário de Referência anexo a este Prospecto;
- alteração substancial no comportamento dos consumidores da Companhia em razão da amenização, controle e/ou término da pandemia da COVID-19;
- eventos de surtos de doenças e pandemias, tal como a pandemia da COVID-19 no Brasil e no mundo;
- rebaixamento na classificação de crédito do Brasil;
- intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas, ambiente regulatório ou regulamentação no Brasil;
- alterações nas leis e nos regulamentos aplicáveis ao setor de atuação da Companhia, bem como alterações no entendimento dos tribunais ou autoridades brasileiras em relação a essas leis e regulamentos;
- alterações nas condições gerais econômicas, políticas, demográficas e comerciais no Brasil, particularmente nas regiões em que a Companhia opera, incluindo, por exemplo, inflação, desvalorização do real, taxas de juros, taxas de câmbio, níveis de emprego, crescimento populacional, confiança do consumidor e liquidez nos mercados financeiro e de capitais;

- instabilidade política no País (inclusive referente a políticas desenvolvidas durante o governo do Presidente Jair Bolsonaro ou como resultado de intervenções do governo e/ou novos impostos e tarifas) e mudanças na situação política e macroeconômica do País;

- instabilidade política no país e a percepção dos riscos em relação à corrupção e a outras investigações em curso, o que incentiva relações turbulentas e lutas internas dentro da administração do Presidente Bolsonaro, bem como políticas e possíveis mudanças para tratar dessas questões ou de outra forma, incluindo reformas econômicas e fiscais e respostas aos efeitos contínuos da pandemia COVID-19, qualquer um dos quais pode afetar negativamente as perspectivas de crescimento da economia brasileira como um todo;

- impossibilidade ou dificuldade de viabilização e implantação de novos projetos de desenvolvimento e prestação de nossos serviços;

- condições que afetam o setor de atuação da Companhia e a condição financeira de seus principais clientes;

- a mudança no cenário competitivo no setor de atuação da Companhia;

- o relacionamento com os atuais e futuros fornecedores, clientes e prestadores de serviços da Companhia;

- aumento de custos, incluindo, mas não se limitando aos custos: (i) de operação e manutenção; (ii) encargos regulatórios e ambientais; e (iii) contribuições, taxas e impostos;

- fatores negativos ou tendências que podem afetar os negócios, participação no mercado, condição financeira, liquidez ou resultados de suas operações;

- impacto da recessão econômica e do eventual ajuste fiscal que poderá afetar negativamente o crescimento da demanda na economia brasileira como um todo;

- o nível de capitalização e endividamento da Companhia e sua capacidade de contratar novos financiamentos e executar o seu plano de expansão;

- efeitos de eventual reforma tributária;

- eventos de força maior; e

- outros fatores de riscos apresentados na seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” e “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia”, nas páginas 39 e 20, respectivamente, deste Prospecto, e na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

- Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro.

O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE OS FATORES MENCIONADOS ACIMA, ALÉM DE OUTROS DISCUTIDOS NESTE PROSPECTO E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO, PODERÃO AFETAR OS RESULTADOS FUTUROS DA COMPANHIA E PODERÃO LEVAR A RESULTADOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS, EXPRESSA OU IMPLICITAMENTE, NAS DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS DESTE PROSPECTO. TAIS ESTIMATIVAS REFEREM-SE APENAS À DATA EM QUE FORAM EXPRESSAS, SENDO QUE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA NÃO ASSUMEM A OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR PUBLICAMENTE OU REVISAR QUAISQUER DESSAS ESTIMATIVAS E PROSPECTIVAS FUTURAS EM RAZÃO DA OCORRÊNCIA DE NOVA INFORMAÇÃO, EVENTOS FUTUROS OU DE QUALQUER OUTRA FORMA. MUITOS DOS FATORES QUE DETERMINARÃO ESSES RESULTADOS E VALORES ESTÃO ALÉM DA CAPACIDADE DE CONTROLE OU PREVISÃO DA COMPANHIA.

As palavras “acreditamos”, “podemos”, “poderemos”, “estimamos”, “continuamos”, “antecipamos”, “pretendemos”, “esperamos” e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que não podemos assegurar que atualizaremos ou revisaremos quaisquer dessas estimativas em razão da disponibilização de novas informações, de eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não consistem em qualquer garantia de desempenho futuro. Os reais resultados podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras, constantes neste Prospecto. Tendo em vista os riscos e incertezas envolvidos, as estimativas e declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência podem não vir a ocorrer e, ainda, nossos resultados futuros e nosso desempenho podem diferir substancialmente daqueles previstos em nossas estimativas em razão, inclusive, mas não se limitando, aos fatores mencionados acima. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear nestas estimativas e declarações futuras para tomar uma decisão de investimento.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. As condições da situação financeira futura da Companhia e de seus resultados operacionais futuros, sua participação e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquelas expressas ou sugeridas nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, nenhuma decisão de investimento deve ser tomada somente baseada nas estimativas e declarações prospectivas contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Adicionalmente, os números incluídos neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, podem ter sido, em alguns casos, arredondados para números inteiros.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

Este Sumário contém um resumo das atividades e das informações financeiras e operacionais da Companhia e suas controladas não pretendendo ser completo nem substituir o restante deste Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência. Este Sumário não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de investir nas Ações. Antes de tomar sua decisão em investir nas Ações, o investidor deve ler cuidadosa e atenciosamente todo este Prospecto Preliminar e o Formulário de Referência, em especial as informações contidas nas seções "Considerações Sobre Estimativas e Perspectivas Acerca do Futuro" e "Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" deste Prospecto Preliminar, nas seções "3. Informações Financeiras Selecionadas", "4. Fatores de Risco" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência, bem como nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto Preliminar. Declaramos que as informações constantes neste Sumário são consistentes com as informações do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto Preliminar, nos termos do inciso II, parágrafo 3º, do artigo 40 da Instrução CVM 400. A menos que o contexto exija outra interpretação, os termos "nós", "nossos", "nossa Companhia" e "Companhia" referem-se à Companhia e a suas controladas.

VISÃO GERAL E HISTÓRICO

Somos uma empresa de fornecimento customizado de soluções de tecnologia da informação e comunicação de alta complexidade para uma variada gama de clientes no Brasil, Panamá, Colômbia e Estados Unidos. Pesquisamos continuamente novas tecnologias e modelos de negócio para proporcionar aos nossos clientes produtos e serviços que entendemos permitir uma melhoria de performance no trabalho e melhora da qualidade de vida. Nos esforçamos continuamente para facilitar o acesso de nossos clientes às melhores soluções tecnológicas, permitindo que dediquem seu capital e esforços ao seu *core business*. Buscamos melhorar a experiência do cliente simplificando os processos que dependam da tecnologia e buscando, continuamente, antecipar as tendências, e trazendo para nosso portfólio produtos e marcas que tenham sinergia e complementariedade entre eles, para, assim, estabelecer parcerias estratégicas de longo prazo com o cliente.

Acreditamos que um dos nossos diferenciais competitivos é a nossa produção própria para o fornecimento de serviços e produtos, incluindo infraestrutura de banda-larga, câmeras de vigilância, sistemas de controle de acesso, *Cibersegurança*, *data center*, automação, geradores de energia solar. A montagem dos nossos produtos nas duas unidades industriais da Companhia traz mais qualidade, além de benefícios fiscais. Para complementar, após mais de 17 anos de atuação, construímos uma logística de distribuição que permite uma vasta capilaridade de venda nos mercados em que atuamos, por meio de canais de integradores de sistemas, revendas, lojas virtuais e provedores de serviços (ISPs).

Em linha com nossa visão e tradição de inovação e empreendedorismo, acreditamos ter sido também pioneiros no Brasil na oferta de tecnologia como serviço mensal (*Technology as a ServiceService - "*TaaS"). O TaaS, que iniciamos em 2013, é um modelo "ganha-ganha", trazendo benefícios tanto para o cliente quanto para a Companhia. A modalidade TaaS se caracteriza pela celebração de um contrato de locação entre o cliente e a Companhia, com prazos que variam, normalmente, de 12 a 60 meses, sem opção de compra, por meio do qual o cliente passa a pagar pelo uso da tecnologia. O maior diferencial da modalidade TaaS é que a propriedade do produto não é transferida ao cliente e, portanto, o cliente não tem o dispêndio do custo total do produto e reduz seus riscos. Em termos financeiros, no TaaS, o cliente reconhece os fluxos de pagamentos como despesas ou custos, enquanto na compra dos produtos, o cliente reconhece como investimentos.

Os benefícios do TaaS são: (A) para o cliente: (i) atualização com maior frequência da tecnologia e mitigação do risco dos equipamentos utilizados se tornarem obsoletos sob a ótica de inovação tecnológica; (ii) redução da necessidade de investimento em intangível e imobilizado; e (iii) possibilidade de focar mais no *core* business; e (B) para a Companhia, são: (i) melhora de margens operacionais, (ii) diminuição dos níveis de *"default"* pelo cliente, com menos de 1% de inadimplência histórica. (iii) geração de receitas recorrentes e relação de longo prazo com clientes. Em 2020 um contrato típico do TaaS mostrou uma taxa interna de retorno *(IRR)* de mais de 25%.

Acreditamos que nossa expertise no mercado e as relações duradouras com nossos fabricantes estratégicos, nos permitiu acompanhar eficientemente o crescimento do mercado de tecnologia da informação e comunicação (T.I.C.) no Brasil. Além disso, conseguimos aumentar nosso *market-share*, com um crescimento na quantidade de clientes, bem como o *wallet-share* de cada cliente. A título exemplificativo, entre 1 de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2020, nosso número de clientes cresceu de 3.560 para 5.953 e o valor médio de nossos contratos passou de R$109,6 mil em 2018 para R$238,2 mil em 2020. Esses aumentos resultaram em um crescimento de receitas líquidas de R$371,5 milhões, em 31 de dezembro de 2018, para R$718,0 milhões, em 31 de dezembro de 2020, taxa de crescimento composta média anual – CAGR de 39%.

Nossas atividades se iniciaram em 2004 com a importação e venda de equipamentos *wireless* e de segurança. Em 2007, entramos no mercado de vigilância eletrônica por rede e entramos também no mercado de "*design*" das de "cidades digitais" no Brasil, sendo as duas primeiras no interior de São Paulo (Itatiba e Valinhos), onde instalamos câmeras de monitoramento de vias públicas e uma central de vigilância operadas pelas respectivas prefeituras municipais. Em 2008, introduzimos no mercado os produtos de telefonia via internet (VoIP), iniciamos a montagem de produtos no Brasil e inovamos com a comercialização de câmeras de vigilância via protocolo IP, chamadas de "*network cameras*".

Em 2011, em uma atitude visionária, nosso fundador percorreu mais de 50.000 quilômetros pelas estradas do Brasil, e visitou mais de 100 cidades durante 8 meses com o objetivo de conhecer seus clientes "pessoalmente" e estabelecer conexões e capilaridade, que hoje faz toda diferença em nossa capacidade de distribuição e abrangência no mercado nacional. Um exemplo prático desse conhecimento adquirido das necessidades dos seus clientes foi quando a Companhia antecipou mais uma tendência tecnológica e trouxe para o Brasil a tecnologia FTTH (*Fiber to the Home*) GPON, a mais avançada na época e que ainda domina o mercado mundial.

Em 2012, o crescimento acelerado de nossas atividades resultou na expansão do nosso centro de distribuição e principalmente na industrialização de produtos. Localizada em Ilhéus, nossa primeira fábrica conta com uma área superior a 7 mil metros quadrados, com capacidade de armazenagem e movimentação de cargas superiores a 2 milhões de peças anualmente.

Em 2013, atentos às necessidades de nossos clientes, percebemos que a demanda por banda-larga era crescente, porém a capacidade de nossos clientes em investir nessa tecnologia era limitada. Sendo assim inovamos e criamos a MaxBR, nossa subsidiária focada em locação de equipamentos aos clientes. Desde então viemos aperfeiçoando esse modelo de locação com melhorias, tais como níveis de serviço, reposição, verificação de funcionamento periódico, suporte técnico diferenciado chegando até o atual TaaS. O TaaS deixou de ser exclusivo para o mercado de ISP e penetrou com mais facilidade no mercado corporativo.

Em 2017, buscando o aprimoramento de nossa governança e a ampliação de nossa capacidade de investimento, recebemos um investimento minoritário do fundo de *private equity* 2bCapital. Este movimento, entre outras coisas, possibilitou o nosso avanço na rota de crescimento e de expansão, tais como a conclusão em 2018 e 2019, respectivamente, das aquisições da Axyon Distribuidora e da Munddo Distribuidora, que ampliaram ainda mais o portfólio da Companhia em soluções de *Cibersegurança*, automação predial, internet das coisas (*Internet of Things* – "IoT") e automação residencial.

Ainda em 2019, lançamos a Casa Conectada, empresa especializada em automação residencial através da IoT que nasceu para desenvolver uma rede de franquia nacional. Por meio da automação, qualquer residência pode ser transformada em um ambiente inteligente, acionável via *smartphones* e assistentes de voz. No mesmo ano, iniciando a expansão internacional, passamos a operar um centro de distribuição no Panamá e um escritório comercial na Colômbia.

Por fim, em 2020, percebendo a alta demanda por energia limpa, os investimentos em veículos elétricos, a necessidade de renovação de sistemas de energia dos ISP's em seus "POP" (ponto de presença) e para aproveitar a sinergia com nossa vasta rede de clientes, inauguramos uma fábrica de geradores de energia fotovoltaica em Extrema/MG. Essa unidade fabril importa componentes e monta kits de geração de energia fotovoltaica para fins comerciais incluindo para usinas de energia e domésticos. Em apenas poucos meses de operação nesse segmento conseguimos escalar a operação e adicionar novos cliente através do *cross-sell*.

Para os próximos anos, acreditamos estar bem posicionados para as tendências pós-pandemia, por exemplo, (i) trabalho remoto; (ii) demanda crescente por conexão de alta velocidade; (iii) cibersegurança; (iv) digitalização do entretenimento e (v) tecnologias colaborativas (telemedicina, aprendizado a distância entre outras).

Durante toda a nossa existência, uma característica fundamental da nossa Companhia foi o cuidado especial dado ao ser humano e ao meio ambiente. Nesse sentido, estamos muito atentos às tendências ligadas a *ESG (Environmental, Social and Governance)*. Nesse sentido, podemos citar com relação a cada um dos temas:

(i) *Environmental:* vendemos em 2020 mais de 30MWp de energia solar, o que significa uma redução de 2,000 toneladas em CO^2 e mais de 5,300 árvores preservadas. Além disso, a planta produtiva de Ilhéus faz a reutilização da água da chuva e tem fontes de energia solar e eólica;

(ii) *Social:* possuímos um programa de doação, campanhas sociais (criando programas de coleta de plásticos nas praias, coleta de pilhas, feirões em prol de entidades beneficentes) e uma política de inclusão permanente, investimos em treinamentos funcionais, concedemos benefícios de saúde a colaboradores e familiares e incentivamos a proximidade e poucos níveis de gestão. Uma pesquisa interna recente mostrou que 94% dos empregados estavam satisfeitos e a Companhia foi finalista do "Great Places to Work"; e

(iii) *Governance:* como exemplos da política interna de governança, a Companhia possui um comitê de auditoria, é auditada por um dos *big four* (EY) desde 2017 e conta com um conselho de administração com larga experiência.

Resumidamente, nossa Companhia traduz o seu modelo de negócios em cinco importantes pontos:

- **Grande Modelo:**
  - Difícil de ser replicado
  - Modelo *Technology-as-a-Service* resiliente, recorrente e focado no cliente
- **Grande Mercado:**
  - Crescimento forte e previsível
  - Mercado fragmentado e base de clientes de revendas, distribuidores e *ISPs* com alta fidelidade
  - Grande mercado total endereçável para seus produtos
  - Portfólio de soluções *tech* com valor adicionado
- **Grande Logística:**
  - Eficiência operacional
  - Capilaridade que possui alcance nacional com mais de 3,5mm de consumidores finais atendidos
  - Mais de 1,800 cidades atendidas desde o início das operações
  - Desenvolvimento de produtos correlacionados
- **Grande Time:**
  - Cultura de pertencimento com DNA de inovação
  - Time altamente motivado

- Governança corporativa implementada e em destaque com uma agenda de *ESG*

- **Grandes Resultados:**
  - Alto crescimento (+42% de taxa de crescimento composta média anual – CAGR de vendas totais entre 2018 e 2020)
  - Altas margens (+32% Margem EBITDA Ajustada em 2020)
  - Altos retornos (22% de ROIC em 2020)
  - *TaaS* com *"Unit Economics"* atrativo
  - Perfil de crédito competitivo
  - Performance financeira forte e rentável

Destaques financeiros e operacionais

A Companhia apresentou um forte crescimento nos últimos anos, mesmo diante das desafiadoras condições macroeconômicas pelas quais o Brasil passou recentemente. Em 2020, o segmento Telecom representou 62% das vendas totais frente a 38% do Corporativo. O primeiro teve 50% das vendas totais realizadas através do TaaS, e o segundo, 21%.

Abaixo é possível perceber também o aumento na base de clientes de forma significativa, assim como o aumento de valor médio do contrato. Assim, a taxa de crescimento composta média anual – CAGR do número de clientes de 2018 a 2020 foi 29%, enquanto a taxa de crescimento composta média anual – CAGR do Valor Contratado Médio para o mesmo período chegou a 47%.

Fonte: Companhia

Fonte: Companhia

Em termos de receita, vale notarmos que a taxa de crescimento composta média anual – CAGR de vendas totais de 2018 a 2020 foi de 42%, enquanto a taxa de crescimento composta média anual – CAGR de receita líquida foi de 39% no mesmo período, chegando a valores R$1.003 milhões e R$718 milhões em 2020, respectivamente.

Fonte: Companhia

Em termos de rentabilidade, também é possível notar um ganho de margem de 810 p.p na margem EBITDA Ajustada e 660 p.p. no lucro líquido ajustado. Para o período de 2018 a 2020, o EBITDA Ajustado passou de R$92 milhões em 2018 para R$231 milhões em 2020, enquanto o lucro líquido ajustado foi de R$29 milhões para R$78 milhões nos mesmos períodos.

Fonte: Companhia

Abaixo é possível perceber também um crescimento expressivo do *backlog* de receita[1], chegando a mais de R$400 milhões e apresentando uma taxa de crescimento composta média anual – CAGR de 53% de 2018 a 2020. Com relação ao endividamento, o segundo gráfico abaixo mostra a variação do nível de alavancagem nos 3 últimos exercícios sociais, com valor de 1,8x em 2020, e tendo variado na faixa de 2,6x e 1,4x em 2019 e 2018, respectivamente.

Fonte: Companhia

Além das informações citadas acima, a Companhia mostra uma métrica de ROIC atraente, de 22% em 2020 e uma inadimplência combinada de menos que 1%. Abaixo temos o ROIC histórico:

[1] Significa a receita ser reconhecida em períodos futuros relacionadas aos contratos de locação da Companhia. Para mais informações, ver nota 7.1 das demonstrações financeiras de 30 de dezembro de 2020.

Nota: NOPAT significa Lucro Operacional Líquido após Imposto, considerando a alíquota efetiva do WDC
Nota (1): Considerando a média dos anos para o patrimônio líquido e a dívida líquida.

VANTAGENS COMPETITIVAS E PONTOS FORTES

Acreditamos que nosso modelo de negócios possui bases sólidas que o tornam difícil de ser replicado em um curto espaço de tempo. Listamos abaixo nossas principais vantagens em relação aos nossos concorrentes.

Grande modelo de negócios que vende tecnologia como serviços (TaaS)

Em 2013, atentos às tendências mundiais de IaaS (Infrastructure as a Service), introduzidas pelos grandes operadores de *Data Center* para a computação na nuvem, decidimos criar um sistema de oferta de tecnologia na modalidade de contrato de locação, caracterizando-se como TaaS (*Technology as a Service*). Esse modelo, original e inovador no mercado brasileiro se tornou especialmente importante num dos mercados que atuamos, o de telecomunicações. Essa modalidade foi uma das alavancas do crescimento dos provedores de internet regionais, ISP's e, depois, foi amplamente adotado no mercado corporativo.

Esse modelo de negócio é particularmente interessante pois se configurou um modelo "ganha-ganha" para o cliente e para nós. O cliente ganha, pois o risco de obsolescência dos produtos é mitigado, o investimento (CAPEX) em tecnologia é reduzido e pode focar em seu próprio negócio. Em nosso caso, os benefícios se caracterizam por geração de receitas recorrentes, criação e manutenção de laços de longo prazo com nossos clientes, diminuição da inadimplência, em função de laços de dependência mútua, e possibilidade de *cross-sellling* e *up-sellling*.

Linhas de produtos e parcerias com grandes marcas

Atuamos nos segmentos de venda de produtos de tecnologia e formato TaaS para o atendimento nos mais diversos tipos de clientes, especialmente em clientes dos setores Telecom (provedores regionais de internet - ISPs e operadores) e Corporativo (médias e grandes empresas). Oferecemos para os clientes Telecom um grande portfólio de produtos e serviços para construção de redes de telecomunicação de alta performance.

Já para os clientes Corporativo, oferecemos produtos e serviços relacionados a sistemas de energia solar, equipamentos de automação residencial, soluções de áudio e vídeo profissional para ambientes corporativos, painéis de LED, soluções para redes de dados, segurança da informação, sistemas de energia e infraestrutura crítica, telefonia e colaboração, automação predial e segurança eletrônica.

A ideia e estratégia da nossa Companhia foi criar um portfólio adequado e que pudesse ser um "one-stop-shop", ou seja, os clientes poderiam se abastecer de praticamente toda a tecnologia necessária para seus projetos em nossa Companhia. Abaixo trazemos alguns números das unidades de negócio Telecom e Corporativo com data-base de 31/12/2020, que podem refletir a sua dimensão. Em termos de porcentagem das vendas totais para Telecom, as unidades combinadas DWDM e Rede de Fibra Óptica representam 61.2% das vendas totais da Companhia, data center 1.2% e projetos especiais 1.9%. Enquanto isso, para as unidades do Corporativo, energia representa 7.5% das vendas totais da Companhia, áudio e vídeo 8.5% e os segmentos empresariais 19.7%.

Fonte: Companhia

Fonte: Companhia

Atualmente, nossos fornecedores são mais de 60 marcas altamente reconhecidas no mercado nacional e internacional, dentre elas, Nokia, LG, Bosch, Yamaha, Dicolor, Vertiv, Jinko, HikVision, D-Link, Panduit, Easy4, Fibaro, Sophos, Samsung, Fujikura, FiberHome, Axis, tp-link, Shure, Grandstream, entre outros.

Estas parcerias são, da mesma forma, um sistema de benefícios mútuos. Por um lado, nós temos acesso aos produtos da mais alta qualidade existente no mercado para fornecer aos nossos clientes, o que auxilia na fidelização dos clientes e manutenção de relações de longo prazo. Por outro, nós facilitamos o processo de venda e entrega dos fornecedores, visto que assumimos a importação, logística, crédito aos clientes, desenvolvimento de canais e *funding* de financiamento. Além disso, os fornecedores não têm que ter presença física no país, não precisam de financiamento local e modelos de crédito para atender clientes pequenos.

Acreditamos que nossa vasta linha de produtos e serviços juntamente com nossa expertise em clientes Telecom e Corporativo, bem como as relações que temos com nossos fornecedores, representam uma barreira para entrada de novos competidores que pretendam ingressar em nossos mercados de atuação.

Estrutura e capilaridade

Nós construímos uma imensa capilaridade em nossa área de atuação. Possuímos relação com clientes nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, conectamos mais de 3,3 milhões de domicílios através de fibra ótica, mantemos relacionamento com mais de 2.000 ISPs e operadores e já atendemos mais de 3.000 revendas e integradores de sistemas e mais de 130 integradores de sistemas solar.

Entendemos a grande capacidade de inserção no mercado de novos produtos e tecnologias é um importante benefício dessa capilaridade. Esse acesso fácil ao mercado facilita o oferecimento, aos nossos clientes diretos e indiretos, de novas tecnologias que regularmente passam a ser incorporadas ao portfólio da Companhia.

Para atender com excelência esse número de clientes no Brasil e, em menor medida, nos países estrangeiros em que atuamos, contamos com rede própria de distribuição e escritórios comerciais espalhadas em pontos estratégicos, tanto no Brasil quanto no exterior. No total, contamos com 5 centros comerciais, 3 centros de distribuição e mais duas fábricas, uma delas funcionando também como nossa matriz.

A verticalização de nossa distribuição possibilita relações diretas com os canais que atendem os usuários finais, assinantes de ISP's e operadoras, cria uma imensa capacidade de distribuição de novos produtos e soluções e diminui a distância da Companhia e seus usuários, fazendo com que o entendimento das necessidades deles possa gerar mais valor na cadeia produtiva.

A Companhia vende tanto para consumidores finais, como por exemplo *ISPs,* igrejas, empresas de mídia e empresas de aluguel de equipamentos visual quanto para clientes que ainda não são os consumidores finais da cadeia, como: integradores de sistemas, revendas, lojas online e integradores de energia solar.

A capilaridade abordada mais acima só foi atingida através de uma estrutura de vendas focada, que segmenta seus clientes e estabelece diferentes canais de contato para cada grupo. Além disso, a Companhia possui uma extensa capacidade para análise de crédito dos clientes, com um modelo proprietário e contratos "guarda-chuva" que permitem uma facilidade maior em atingir um maior público. Abaixo trazemos uma imagem que melhor ilustra a estratégia comercial da Companhia.

A Companhia está desenvolvendo uma plataforma de *e-commerce* com o objetivo de atingir novos clientes e menores players do setor, bem como atender melhor os consumidores finais.

Abaixo temos algumas das possíveis funções que a plataforma *e-commerce terá:*

I. Revenda, relação de uso e consumo e faturamento direto.
II. Integração com sistemas internos de CRM, ERP e RD Station.
III. Colocação de propostas, pedidos, conclusão da compra
IV. Área administrativa para revendas com possibilidade de:
    a. Gerenciamento do usuário revendedor
    b. Repetir a funcionalidade do pedido
    c. Gerenciar propostas
    d. Baixar, enviar por e-mail, visualizar propostas e pedidos feitos

A imagem a seguir demonstra quais são os clientes que buscamos atingir e qual a estrutura que utilizamos para tanto.

Fabricação nacional

Além disso, nossa estrutura local de montagem de produtos já instalada e consolidada nos coloca em uma posição confortável, por atender a demanda atual, mas ao mesmo tempo fornecer capacidade para crescimento. Atualmente, 70% das vendas são advindas de produtos que são montados em nossas fábricas. Temos duas unidades de montagem, uma em Ilhéus/BA e outra em Extrema/MG. A unidade de Ilhéus/BA tem 4.000 metros quadrados de área construída e uma capacidade de armazenamento de 2.500 posições pallets em 31 de dezembro de 2020 e a sua produção se encontrava em 62% da capacidade total. A unidade de Extrema/MG tem uma área construída de 4.300 metros quadrados e uma capacidade de armazenamento de mais de 2.000 posições pallets. Em 31 de dezembro de 2020 a sua produção se encontrava em menos de 25% da capacidade total de 132MWp.

O polo de Extrema/MG tem uma grande importância por estar estrategicamente próximo de grandes consumidores dos seus produtos de energia solar, como os estados de São Paulo e Mato Grosso, e por contar com ofertas de sistemas de transportadoras que atendem a integralidade do território nacional. Por sua vez, o polo de Ilhéus/BA é responsável pela montagem dos demais produtos e já foi durante anos o único no Brasil apto para esse processo.

Quanto aos fornecedores, a Companhia tem procurado sempre trabalhar com parceiros de tecnologia de ponta, garantindo assim o fornecimento de produtos com diferenciação para seus clientes. Dado a condição de modelo de negócio da Companhia, vários fabricantes internacionais entenderam a capacidade de alavancar soluções inovadoras e se aliaram criando condições comerciais diferenciadas, permitindo a montagem de seus produtos localmente, entendendo que o padrão de qualidade da montagem, e os benefícios fiscais trazem mais alavancagem a seus produtos.

Expertise em TaaS e sólido relacionamento com clientes

Por ter sido uma das pioneiras em TaaS no Brasil, a Companhia possui grande experiência nesse modelo, o que acreditamos trazer uma vantagem em relação a seus competidores que entraram no mercado recentemente.

Desde 2013, a Companhia vem adaptando o modelo e introduzindo novas ofertas de serviços, de forma a torná-lo mais eficiente e direcionado às necessidades dos seus clientes. Acreditamos que essa evolução resultou no crescimento da nossa base de clientes, que passou de 3.560 clientes em 1 de janeiro de 2018 para 5.953 clientes em 31 de dezembro de 2020, bem como no aumento do valor médio de nossos contratos, que passou de R$109,6 mil em 2018 para R$238,2 mil em 2020.

O modelo de TaaS é extremamente focado no relacionamento mantido com os clientes, que é geralmente de médio e longo prazo. Nesse sentido, a iniciativa do nosso fundador de percorrer mais de 50.000 quilômetros conhecendo os seus clientes em diversas regiões do Brasil demonstra o comprometimento da Companhia na busca por se aproximar e entender as necessidades dos seus clientes para aprimorar a prestação e oferta de serviços. A Companhia vem oferecendo o serviço de TaaS desde 2013, o que fez com que ela tivesse tempo para adaptar e tornar o modelo mais eficiente com o passar dos anos. Acreditamos que após tantos anos promovendo o TaaS, adquirimos uma grande *expertise* em relacionamentos de longo prazo. Como consequência dessa expertise, acreditamos possuir uma visibilidade maior sobre o risco de crédito de nossos clientes, o que acreditamos ser um diferencial competitivo nesse segmento.

Expertise da *alta* administração

Acreditamos que um dos diferenciais da Companhia está na manutenção dos fundadores na sua alta administração e na experiência dos líderes das áreas de negócios. O conhecimento e experiência dessa equipe fazem com que decisões sejam tomadas rapidamente e a Companhia continue ágil o bastante para aproveitar as tendências de mercado. Na área de logística, por exemplo, o longo relacionamento que possuem com fornecedores vem se mostrando como um diferencial

competitivo frente a outros competidores, que confiam em intermediários logísticos toda a distribuição de produtos. A administração próxima, humanizada e centrada, transformaram o ambiente da empresa, conseguindo que em 2020 fossemos elencados como uma das melhores empresas para se trabalhar (GPTW), com índice de mais de 94% de satisfação em pesquisa interna realizada pela Companhia.

Certificação OEA (Operador Econômico Autorizado)

A Companhia é uma das poucas empresas no setor que possuem a certificação de Operador Econômico Autorizado ("OEA"). A certificação de OEA agiliza entrada dos produtos importados, por meio de um processo mais fácil de aceitação e simplificações na alfândega. Além disso, há também um aviso prévio em caso de seleção de mercadoria para controle.

Para que a certificação seja tirada são necessários pelo menos 24 meses de importação direta feita pela Companhia e na média mais 12 meses para tratar de todos os documentos necessários. Além disso, é requerido da Companhia altos níveis de governança.

Os benefícios da certificação incluem ganhos de eficiência operacional, demonstração do quanto a empresa é sólida quanto a processos de importação e reconhecimento do negócio como um parceiro seguro.

ESTRATÉGIA E CRESCIMENTO

Nossa intenção é aproveitar ao máximo o crescimento orgânico do mercado e a disponibilidade de caixa oriunda da nossa oferta primária de ações para desenvolver ainda mais nosso modelo de negócios e expandir, nomeadamente, o TaaS. Entendemos que ainda existe potencial de mercado inexplorado em decorrência da insipiência desse novo modelo de negócios, bem como entendemos que a própria situação de pandemia de COVID-19 trouxe à tona a importância das soluções tecnológicas e conectividade para pessoas e negócios.

Dessa forma, temos como nossa estratégia de crescimento:

Expansão de TaaS

Entre 2014 e 2020 o crescimento na participação de TaaS nas vendas totais da Companhia foi significativo, quase dobrando em termos de relevância. Em 2014, TaaS representou 20% do vendas totais enquanto em 2020 alcançou 39% do total vendas totais.

Entendemos que alguns fatores farão com que esse formato de TaaS siga em crescimento:

I. **Complexidade:** empresas podem possuir conhecimento limitado das tecnologias e soluções disponíveis no mercado. Por tais insumos não fazerem parte de seu *core business*, a decisão é difícil e demorada. O investimento é alto e, a depender do tipo de insumo, os avanços tecnológicos acontecem em ritmo acelerado, com o risco de tais equipamentos se tornarem obsoletos antes do tempo esperado;

II. **Custo:** as companhias possuem orçamentos limitados para investimentos em CAPEX de tecnologia. A crise econômica agravada com a pandemia de COVID-19, bem como o aumento das taxas cambiais, tornou esse tipo de investimento ainda mais desafiador; e

III. **Urgência:** o processo de digitalização tem se mostrado cada dia mais veloz. Dessa forma, empresas que continuam com formatos de grande dispêndio de caixa para investimento em tecnologia podem sofrer com uma eventual letargia na realização das adaptações.

Expansão da Casa Conectada e dos negócios de energia solar

Duas importantes linhas de negócio para o futuro da Companhia são a Casa Conectada e a linha de energia solar.

A Casa Conectada oferece a seus clientes uma tecnologia de automação moderna e descomplicada para deixar um ambiente mais funcional. Com parceria com a Alexa e aliada à tecnologia FIBARO – utilizando sensores e módulos sem fio – é possível controlar interruptores de luz, persianas motorizadas, aparelhos de ar-condicionado, câmeras de vigilância, sistemas de *Home Theater* e *Smart TV* – por meio de um aplicativo de celular. Por meio de parcerias com diversos fornecedores de referência, são oferecidos produtos para automatizar diferentes funções, como mostrados abaixo:

As lojas especializadas e as equipes comerciais e de instaladores da Casa Conectada conseguem projetar, entregar e instalar os sistemas para os seus clientes. Para tornar essa tecnologia mais próxima do cliente, foi aberta em 2020 uma loja conceito em São Paulo, SP. Lá é possível observar de perto a funcionalidade da maior parte dos produtos oferecidos e deixar o cliente experimentar antes de fazer a aquisição.

Abaixo uma foto de um ambiente da loja conceito da Casa Conectada:

A estratégia da Companhia é utilizar da sua capilaridade na região de atuação e parceria com os múltiplos ISPs para os influenciar a vender serviço agregado, levando com eles por exemplo a automação residencial da Casa Conectada para os lares que já atendem com rede de internet. Além dos ISPs, há ainda *cross-sell* com os canais que vendem soluções para segurança e integradores de energia solar.

O mercado de automação ainda é um mercado pouco penetrado e com a atuação de *players* pequenos, o que mostra um grande potencial de consolidação da Casa Conectada como a referência nacional e o crescimento da franquia.

Em relação à linha de negócios de energia solar, a Companhia oferece tanto soluções residenciais, comerciais e industriais, quanto insumos para a construção de usinas de produção de energia solar. Mostrando mais uma vez a complementariedade de suas unidades de negócio, as soluções de energia solar podem ser integradas com sistemas de automação, comunicação de dados e sistemas de segurança.

As operações começaram em janeiro de 2020, quando o primeiro produto foi vendido. A Companhia contratou um executivo com experiência na área e se aproximou de integradores. No final de 2020 já eram mais de 130 integradores e uma receita bruta de mais de R$71 milhões de reais.

Até 31 de dezembro de 2020 já foram vendidos mais de 1.800 geradores e mais de 400 clientes já foram atendidos. Abaixo trazemos mais detalhes da operação do Solar e do mercado.

Fonte: Companhia e Absolar (http://www.absolar.org.br/infografico-absolar.html)

Atualmente, 100% da produção pela Companhia de equipamentos de energia solar ocorrem em Extrema/MG. Apesar da concentração na produção, as vendas dos painéis solares são realizadas em diversos Estados, prevalecendo Mato Grosso, Minas Gerais e São Paulo como os estados com maior número de clientes, equivalendo a 25%, 11% e 14% respectivamente, de nossa receita de Solar em 31 de dezembro de 2020.

O uso de energias renováveis é cada vez mais estimulado por meio de conscientização popular e políticas públicas, tendo crescido de maneira exponencial com a popularização do seu uso.

Aquisições

Além do crescimento orgânico, pretendemos buscar aquisições estratégicas para a ampliação de mercado e oferta de novos serviços. Atualmente, consideramos os seguintes alvos: (i) empresas que fornecem produtos que competem diretamente com a Companhia, uma vez que podem levar a um aumento do nosso *market share*; (ii) empresas que possuem serviços de valor agregado no TaaS, já que o oferecimento de serviços similares ou complementares podem agregar valor à Companhia; (iii) empresas com expertise em cibersegurança, tendo em vista ser um business relativamente novo no mercado e na Companhia, e, conhecimento e *know-how* nessa frente são valiosos para o desenvolvimento da nossa atividade; e (iv) empresas com expertise em energia solar, tendo em vista que a aquisição de um player *nessa* área contribuiria para o crescimento dessa vertical de negócio na Companhia, que é um dos nossos focos de atuação.

A Companhia realizou duas aquisições recentes que foram bem sucedidas, da Axyon e da Munddo, mostrando a sua capacidade de consolidação.

A Axyon é uma revendedora de produtos com valor adicionado que opera no mercado brasileiro e se mostrou uma avenida de crescimento para soluções inteligentes para edifícios. Essa aquisição fez com que a Companhia entrasse no mercado de áudio e vídeo profissional.

A Munddo é uma provedora de soluções de automação residencial e se mostrou como uma oportunidade de a Companhia expandir o seu know-how para o mercado de *IoT (Internet-of-Things),* além de possuir um relacionamento atrativo com *players* chave na cadeia de valor.

A capacidade de integração das aquisições na plataforma da Companhia é demonstrada pelo incremento de receita. No momento da aquisição as companhias combinadas apresentavam um total de vendas anual de R$23 milhões e hoje após integração contribuem com mais de R$90 milhões de receita.

COVID-19

Entendemos que a pandemia de COVID-19 não impactou de forma negativa os nossos resultados. Os mercados de atuação da Companhia cresceram em função da maior necessidade por conectividade que a pandemia de COVID-19 desencadeou. Com a maioria das empresas aderindo ao *home office*, a necessidade de acesso à internet de banda larga foi o principal fator que levou ao crescimento desse mercado. Com a expansão dos ISP, os nossos clientes nesse segmento se beneficiaram desse cenário na forma de consumir banda larga em todo o Brasil. Essa maior conectividade também levou a um aumento na busca por outros produtos e serviços que a Companhia oferece, como a modalidade TaaS, *Cibersegurança*

e *Data Centers*. Único mercado da Companhia que sofreu com a pandemia foi o mercado de Áudio e Vídeo profissional, no qual nossos clientes são produtores de grandes eventos e shows que foram impactados negativamente pela pandemia de COVID-19.

Apesar da dificuldade observada em alguns setores, nos antecipamos e compramos mais produtos, componentes e matérias primas do que o usual evitando eventual ruptura na produção. Adicionalmente, contamos com centros logísticos no Panamá, Ilheús-BA e Extrema-MG. Ambos os centros do Panamá e Ilhéus-BA estavam abastecidos dentro das políticas operacionais da Companhia. Como consequência do aumento da demanda, utilizamos quase que a totalidade desse estoque de segurança que mantemos para suprir a falta de envio de materiais no início da pandemia de COVID-19. Dessa forma, conseguimos manter o suprimento de mercadorias e matérias primas período de maior criticidade da pandemia de COVID-19 sem impactar as operações.

Todos os colaboradores da Companhia que poderiam trabalhar remotamente foram imediatamente colocados em *home office*, com as adaptações necessárias (por exemplo, colocamos máquinas de trabalho protegidas e criamos uma VPN para dar segurança aos dados da empresa). Os colaboradores das áreas de estoque, produção e também seus *back offices* continuaram trabalhando presencialmente, seguindo todos os cuidados e recomendações dos órgãos de saúde. Vale mencionar que não utilizamos qualquer dos recursos disponibilizados pelo governo em função da pandemia: Não reduzimos o quadro de funcionários, jornada de trabalho, salários e nem quaisquer benefícios que eram ofertados antes da pandemia de COVID-19.

O crescimento de vendas brutas em 2020 de 37,6% em relação a 2019, assim como a expansão do Lucro Bruto de 26,4% em 2019 para 33,3% em 2020, corroboram com os comentários acima sobre os impactos da pandemia de COVID-19.

Do ponto de vista de custos, a Companhia conseguiu obter algumas economias relacionadas as atividades regulares administrativas e de marketing. A Companhia também não teve nenhum contrato rescindido ou demissões em função da pandemia de COVID-19.

A Companhia contraiu novos empréstimos durante o ano de 2020, porém todas as atividade de financiamento foram relacionadas à normalidade das operações da Companhia e o crescimento observado.

Eventos Recentes

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 15 de fevereiro de 2021, foram aprovados: (i) o grupamento da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 2 (duas) ações para formar 1 (uma) ação, sem modificação no capital social. Dessa forma, o capital social da Companhia permaneceu no montante de R$ 86.666.375,27, mas passou a ser dividido em 44.791.861 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal; e (ii) o Plano de Opção de Compra de Ações, o qual será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia. Para mais informações detalhadas sobre o Plano de Opção de Compra de Ações, veja a seção "Diluição", na página 107 deste Prospecto Preliminar, os itens "*13.4 Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária*" a "*13.8 Informações Necessárias para Compreensão dos Dados Divulgados".*

Estrutura Societária

Na data deste Prospecto Preliminar, a nossa estrutura societária era a seguinte:

Considerações sobre a Estrutura Societária pós-Oferta

A Oferta contemplará a emissão e venda de nossas ações representando de [●]% (sem considerar as Ações Suplementares) a [●]% (considerando as Ações Suplementares) de nosso capital social, de maneira que após a conclusão da Oferta, deixaremos de possuir um acionista controlador ou grupo de controle que possua mais de 50% (cinquenta por cento) de nosso capital votante e total, o que poderá nos tornar suscetíveis a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de um acionista controlador ou grupo de controle.

Adicionalmente, caso venhamos a deixar de possuir um acionista controlador ou um grupo de controle, não podemos garantir que a influência que vinha sendo exercida pelo acionista controlador na Companhia (como por exemplo, governança corporativa, gestão de recursos humanos, administração, acesso ao capital e recursos, etc.) seja mantida.

Maiores informações acerca dos riscos acima apontados, relativamente à composição acionária da Companhia após a Oferta, constam no Formulário de Referência (sobretudo os fatores de risco descritos no item 4.1 e 4.2) e na seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Nossas Ações", na página 72 deste Prospecto Preliminar.

Os riscos acima apontados não são os únicos fatores de risco relevantes e devem ser analisados em conjunto com as informações constantes das seções indicadas acima.

Informações Adicionais

Nossa sede está localizada na Cidade de Ilhéus, Estado da Bahia, na Rodovia BA-262, Ilhéus x Uruçuca, s/nº, Km 2,8, Quadra A, Bairro Iguape, Polo de Informática de Ilhéus, CEP 45658-335, e nosso número de telefone é +55 (11) 3035-3777. O endereço do nosso website de relações com investidores é www.ri.wdcnet.com.br. As informações contidas em nosso website não constituirão parte deste Prospecto tampouco serão consideradas como incorporadas por referência a este Prospecto Preliminar.

Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças à nossa Companhia, aos nossos negócios e à nossa condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados em nossos fatores de risco, podendo ocorrer de maneira combinada. Para mais informações, vide item "Principais Fatores de Riscos Relacionados à Companhia" descrito abaixo e itens 4.1 e 4.2 de nosso Formulário de Referência anexo a este Prospecto Preliminar a partir da página 350.

Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia

Abaixo se encontram descritos os principais fatores de risco relativos a nós, os quais não são os únicos fatores de risco relevantes e devem ser analisados em conjunto com as informações constantes do Formulário de Referência (sobretudo os fatores de risco descritos no item 4. e na seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Nossas Ações", na página 72 deste Prospecto Preliminar.

A Companhia pode não conseguir acompanhar o rápido desenvolvimento tecnológico de seu setor de atuação ou modernizar adequadamente sua infraestrutura tecnológica para desenvolver e integrar novos produtos e serviços e/ou aperfeiçoar seus atuais produtos e serviços, o que poderá afetar sua competitividade e causar um efeito adverso relevante em seus resultados financeiros e operacionais

Os mercados de telecomunicações e de tecnologia da informação, segmentos onde a Companhia atua, caracterizam-se por constantes avanços tecnológicos e este processo de inovação está sujeito a riscos e erros, tais como: (i) perda do momento ideal na adoção de novas tecnologias gerando perda de receita; (ii) custos e despesas adicionais relacionados a geração de estoques com baixo volume de movimentação; (iii) despesas de pesquisa que eventualmente não se converterão em novos produtos; e (iv) dispersão de esforços, causando reduções momentâneas de resultados. Assim, caso não sejamos bem-sucedidos na antecipação de novas tendências tecnológicas, ou na incorporação dessa nova tecnologia, nossos negócios e condição financeira poderão ser adversamente afetados.

A desatualização dos produtos e serviços oferecidos pela Companhia em relação aos de seus concorrentes poderá reduzir sua receita e tornar necessário o investimento em novas tecnologias. A Companhia não pode assegurar que será capaz de manter um nível de investimento necessário para promover e/ou continuar a modernizar sua infraestrutura tecnológica ou que conseguirá incorporar as tecnologias necessárias em seus produtos e serviços de forma a conseguir manter seus clientes ou atrair novos clientes, o que poderá restringir a capacidade da Companhia de competir de maneira eficiente nos mercados em que atua e causar efeito adverso relevante na estratégia de negócios da Companhia e, por conseguinte, em seus resultados financeiros e operacionais.

Caso a Companhia deixe de desenvolver melhorias tecnológicas, de aperfeiçoar e de incrementar seus produtos e serviços em tempo hábil, de identificar e traduzir adequadamente as necessidades dos seus clientes ou de posicionar ou precificar seus produtos e serviços de modo a atender a demanda do mercado, os clientes da Companhia poderão deixar de contratar serviços oferecidos pela Companhia, ou a Companhia poderá perder sua competitividade no que diz respeito a atrair novos clientes.

Poderemos não ser bem-sucedidos na execução de nossa estratégia de crescimento (orgânico e inorgânico), o que poderá afetar negativamente nossos planos para aumentar nossa receita e rentabilidade.

Nosso crescimento e desempenho financeiro dependem do sucesso na implementação de diversos elementos de nossa estratégia de crescimento, que estão sujeitos a vários fatores, dentre os quais se destacam a nossa capacidade de: (i) proteger nossa marca e cultura, (ii) consolidar nossa participação de mercado e expandir nossa cobertura geográfica, nacional e internacionalmente, (iii) alavancar as vendas de nossos produtos e serviços e aumentar a rentabilidade de nossas operações, (iv) fortalecer e expandir a oferta de produtos e serviços para nossa base de clientes e (v) iniciar operações em novos mercados. A falha da implementação de nossas estratégias poderá acarretar desvantagens competitivas à Companhia, bem como impactar adversamente os seus negócios.

Os setores de telecomunicação e de tecnologia da informação são influenciados por diversos fatores, como condições econômicas e variações na demanda dos mercados consumidores. Além disso, alguns aspectos de nossa estratégia de crescimento orgânico (por meio da expansão de nossos negócios e expansão geográfica) e inorgânico (por meio de potenciais aquisições que podem ser avaliadas pela Companhia) também podem resultar no aumento dos nossos gastos operacionais, tais como despesas com equipe de vendas, pessoal e fretes, que pode não ser compensado por um aumento equivalente de nossa receita, tendo como resultado a diminuição de nossas margens operacionais.

Assim, caso não sejamos bem-sucedidos na execução de nossa estratégia de negócios, nossos planos para aumentar nossa receita e rentabilidade poderão ser afetados de forma adversa.

A Companhia pode não conseguir ter acesso a novos financiamentos a termos atrativos para conseguir viabilizar suas necessidades de capital ou cumprir com suas obrigações financeiras.

As atividades da Companhia exigem investimentos relevantes – em particular, o fornecimento de serviços de TaaS (Technology as a Service) exige investimentos em produtos que fazem parte da solução de tecnologia oferecida pela Companhia e que são contabilizados como ativos imobilizados para posterior locação. Estes investimentos têm sido financiados pela geração de caixa da Companhia e também por financiamentos bancários. Dessa forma, a captação de financiamentos pela Companhia e o refinanciamento de empréstimos existentes são fundamentais para suas operações correntes, para implementação de sua estratégia e para seu crescimento.

Contudo, o mercado global e as condições econômicas têm sido imprevisíveis e voláteis, afetando diretamente a disponibilidade e o custo de captação de novos financiamentos. Por exemplo, recentemente os mercados de dívida local e de capitais foram impactados fatores político-econômicos e pela pandemia de COVID-19, dentre outros acontecimentos. Esses eventos contribuíram para a deterioração das condições econômicas no Brasil. Além disso, em decorrência das preocupações com a estabilidade geral dos mercados financeiros no Brasil e com a solvência das contrapartes, credores passaram a adotar padrões mais rígidos para a concessão de crédito, reduziram seu volume de empréstimos e, em certos casos, interromperam a oferta de financiamentos em condições comerciais razoáveis.

Caso a Companhia não seja capaz de obter financiamentos ou de refinanciar suas dívidas quando necessário, a satisfação de suas necessidades de capital, o cumprimento com suas obrigações financeiras ou o aproveitamento de oportunidades de negócios podem ser impactados, o que pode ter um efeito adverso relevante nos seus negócios e resultados operacionais. Adicionalmente, qualquer rebaixamento da classificação de risco da Companhia (rating) pode afetar adversamente sua capacidade de contratar empréstimos e/ou financiamentos no futuro ou o custo para contratá-los, o que pode dificultar ou encarecer o financiamento de suas operações ou o refinanciamento de suas obrigações financeiras e, consequentemente, afetar sua situação financeira e resultados operacionais. Além disso, a classificação de risco da Companhia é sensível à classificação de risco do Brasil. Para mais informações sobre o risco de rebaixamento da classificação de risco do Brasil, veja neste item 4.1, risco "Qualquer rebaixamento da classificação de risco do Brasil (rating) pode afetar negativamente o preço das nossas ações."

O endividamento da Companhia pode afetar sua capacidade de crescimento.

O crescimento da Companhia depende de investimentos relevantes financiados, em parte, por meio de empréstimos e financiamentos junto a terceiros. Os empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, totalizaram R$ 524.669 mil, sendo que, deste total, 37,3%, qual seja o montante de R$195.861 mil, deverá ser amortizado nos 12 meses subsequentes contados de 31 de dezembro de 2020.

Contudo, a Companhia está sujeita a cláusulas restritivas (covenants) previstas em determinados contratos financeiros de que é parte que limitam a capacidade de obter novos financiamentos ou refinanciar o endividamento existente.

Dessa forma, a Companhia poderá não ser capaz de contrair novas dívidas para financiar sua estratégia de expansão ou por quaisquer outras necessidades de capital sem a prévia autorização de seus atuais credores ou poderá ser obrigada a pagar antecipadamente determinados empréstimos e financiamentos atualmente contratados, o que poderá afetar sua capacidade de crescimento.

Caso a Companhia não seja capaz de atender os referidos covenants em virtude de condições adversas de seu ambiente de negócios, pode vir a ocorrer o vencimento antecipado de seus contratos, além de desencadear o vencimento antecipado cruzado ou inadimplemento cruzado (cross-default e cross-acceleration) de outras obrigações da Companhia, conforme cláusulas presentes em outros contratos, o que pode afetar a capacidade da Companhia em honrar seus compromissos e acarretar um impacto adverso relevante em seus negócios e em sua situação financeira.

Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, ver itens 10.1 e 10.2 deste Formulário de Referência.

A Companhia depende dos sistemas de transportes e infraestrutura, nacionais e internacionais, para importação e entrega dos produtos aos clientes. Eventos relacionados a estes fatores podem resultar em atrasos e riscos de entrega.

O sucesso da operação da Companhia está atrelado, dentre outros fatores, à sua capacidade de gerenciar a logística envolvida na comercialização dos produtos. Dessa forma, várias etapas da operação da Companhia (incluindo a compra de matéria prima, a importação de produtos, a venda de produtos) dependem do funcionamento contínuo de infraestrutura logística, o que inclui portos, aeroportos, rodovias e demais meios de transporte utilizados pela Companhia e por seus prestadores de serviços, fornecedores e clientes.

A infraestrutura de transportes no Brasil enfrenta muitos problemas que dificultam um funcionamento eficiente, incluindo o elevado custo da mão-de-obra especializada, a saturação e a falta de investimentos na expansão e modernização da infraestrutura portuária e aeroportuária, a elevada carga tributária incidente sobre essas operações e o precário estado de conservação viária e da frota de transportes. Além disso, destacam-se como obstáculos as constantes interrupções ou reduções significativas no uso da infraestrutura de transportes ou em suas operações nas cidades onde atuamos, resultantes, por exemplo, de desastres naturais, incêndio, acidentes, falhas em sistemas, greves e paralisações de servidores públicos e entidades privadas ligadas ao setor de transportes (a exemplo da paralisação de caminhoneiros ocorrida em maio de 2018), restrição de circulação de bens e pessoas em decorrência de pandemias (como, por exemplo, a pandemia de COVID-19) ou outras causas inesperadas que podem atrasar ou prejudicar nossa capacidade de comercializar os nossos produtos e serviços, bem como ocasionar queda em nossas vendas e perda de clientes existentes, o que poderá impactar negativamente nossos resultados financeiros e operacionais.

A Companhia possui dependência relevante de uma ampla estrutura logística internacional, utilizada para os processos de importação dos produtos e insumos que compõem as suas soluções, incluindo armadores, armazenagem portuária, entre outros.

Dessa forma, quaisquer eventos adversos, interrupções ou reduções significativas nos serviços prestados no funcionamento das infraestruturas de transporte internacional, como redução da frota de armadores e escassez de contêineres, podem igualmente atrasar ou impedir a entrega dos produtos e serviços comercializados pela Companhia, afetando adversa e negativamente os nossos negócios, resultados e condição financeira.

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" nas páginas 20 e 39, respectivamente, deste Prospecto, e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, e as respectivas notas explicativas, anexadas [a este Prospecto, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

Acionista Vendedor	2B Capital – Brasil Capital De Crescimento I – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, o Vanderlei Rigatieri Junior e o Francisco Sergio Day De Toledo, considerados em conjunto.
Ações	[•] ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta, sem considerar as Ações do Lote Suplementar.
Ações Adicionais	Nos termos do artigo 14, parágrafo 2°, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar, conforme abaixo definido) poderá, a critério [da Companhia] [e] [dos Acionistas Vendedores], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% do total de Ações imediatamente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), , ou seja, em até [•] Ações de emissão da Companhia[, das quais (i) até [•] novas Ações a serem emitidas pela Companhia; e (ii) até [•] Ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na seção "Informações Sobre a Oferta – Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos" na página 41 deste Prospecto, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas.
Ações do Lote Suplementar	Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a [até] [15]% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até [•] ações ordinárias, sendo (i) até [•] novas ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na seção "Informações Sobre a Oferta – Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos" na página 41 deste Prospecto], nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme Opção de Ações do Lote Suplementar.
Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.

Agentes de Colocação Internacional	BTG Pactual US Capital, LLC, Bradesco Securities, Inc., Itau BBA USA Securities Inc. e Citigroup Global Markets Inc.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A., a ser divulgado pela Companhia, [pelos Acionistas Vendedores] e pelas Instituições Participantes da Oferta na forma do artigo 29 da Instrução CVM 400, informando acerca do resultado final da Oferta, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 67 deste Prospecto.
Anúncio de Início	Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A., a ser divulgado pela Companhia, [pelos Acionistas Vendedores] e pelas Instituições Participantes da Oferta na rede mundial de computadores, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 67 deste Prospecto.
Anúncio de Retificação	Anúncio comunicando a eventual revogação, suspensão, cancelamento ou qualquer modificação da Oferta, a ser disponibilizado pela Companhia, [pelos Acionistas Vendedores] e pelas Instituições Participantes da Oferta nas páginas da Companhia[, dos Acionistas Vendedores], das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 67 deste Prospecto.
Aprovações Societárias	A abertura de capital da Companhia, a sua adesão ao segmento de listagem do Novo Mercado, bem como a reforma e consolidação do seu estatuto social, de forma a adequá-lo às exigências legais e regulamentares aplicáveis às companhias abertas e às regras do Regulamento do Novo Mercado, e a realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e seus termos e condições, foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 15 de fevereiro de 2021, cuja ata foi protocolada na JUCEB em 19 de fevereiro de 2021, sob o nº 219602808, publicada no DOEBA em 18 de fevereiro de 2021 e no jornal "A Tarde Salvador" em 18 de fevereiro de 2021.

	O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu estatuto social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente protocolada para registro na JUCEB e publicada no DOEBA e no jornal "A Tarde Salvador" na data de disponibilização do Anúncio de Início. A participação na Oferta Secundária pela 2B Capital – Brasil Capital de Crescimento I – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, bem como seus termos e condições, inclusive no que se refere à fixação do Preço por Ação, serão aprovados na forma do disposto no seu regulamento, em reunião do Comitê de Investimentos. Não será necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas para a participação na Oferta Secundária e a fixação do Preço por Ação.
Aviso ao Mercado	Aviso ao Mercado da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A., divulgado nesta data e a ser novamente divulgado em [•] de [•] de 2021 pela Companhia, [pelos Acionistas Vendedores] e pelas Instituições Participantes da Oferta, na forma do artigo 53 da Instrução CVM 400, informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 67 deste Prospecto.
Bradesco BBI ou Agente Estabilizador	Banco Bradesco BBI S.A.
Características das Ações	Para informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja item "Informações Sobre a Oferta – Características das Ações", na página 53 deste Prospecto.
Citi	Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Contrato de Distribuição	Contrato de Coordenação, Distribuição e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A., a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e, na qualidade de interveniente anuente, a B3.
Contrato de Colocação Internacional	*Placement Facilitation Agreement*, a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional, a fim de regular os esforços de colocação das Ações pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior.

Contrato de Empréstimo	Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias de Emissão da Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A., a ser celebrado entre o [•], na qualidade de doador, o Agente Estabilizador, na qualidade de tomador, e a Corretora.
Contrato de Estabilização	Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A., a ser celebrado entre a Companhia, o Agente Estabilizador, a Corretora e, na qualidade de intervenientes anuentes, os demais Coordenadores da Oferta, que rege os procedimentos para a realização de operações de estabilização de preços das ações de emissão da Companhia no mercado brasileiro pelo Agente Estabilizador, o qual será previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3°, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.
Coordenador Líder ou BTG Pactual	Banco BTG Pactual S.A.
Coordenadores da Oferta	O Coordenador Líder, o Agente Estabilizador, e o Itaú BBA e o Citi em conjunto.
Corretora	Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.450, 7º andar, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 61.855.045/0001-32.
Cronograma Tentativo da Oferta	Para informações acerca dos principais eventos a partir da divulgação do Aviso ao Mercado, veja a seção "Informações sobre a Oferta – Cronograma Tentativo da Oferta", na página 66 deste Prospecto.
Data de Liquidação	Data da liquidação física e financeira das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar), que deverá ser realizada dentro do prazo de até 2 dias úteis contados da data de divulgação do Anúncio de Início.
Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar	Data da liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, caso haja o exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar, que ocorrerá dentro do prazo de até 2 dias úteis, contados do exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar.
Destinação dos Recursos	A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos obtidos por meio da Oferta Primária para (i) investimentos de capital (CAPEX) para aquisição de equipamentos destinados a locação; e (ii) potenciais fusões e aquisições de empresas (M&As). Os recursos líquidos provenientes da Oferta Secundária serão integralmente repassados, nas respectivas proporções, aos Acionistas Vendedores, inclusive os resultantes da distribuição das Ações Adicionais e de eventual exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar. Para informações adicionais, veja a seção "Destinação dos Recursos" na página 92 deste Prospecto.

Disponibilização de anúncios e avisos da Oferta	O Aviso ao Mercado, o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta, serão disponibilizados, até o encerramento da Oferta, nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia e das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3. Para informações adicionais, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 67 deste Prospecto.
Estabilização do Preço das Ações	O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, e após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, conduzir atividades de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, por um período de até 30 dias contados corridos da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, por meio de operações bursáteis de compra e venda de Ações na B3, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3°, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476. Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora, de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das Ações no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.
Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa	Fixação do Preço por Ação em valor inferior ao resultado da subtração entre o valor mínimo previsto na Faixa Indicativa e o valor correspondente a 20% do valor máximo previsto na Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício-Circular nº 1/2020-CVM/SRE, de 5 de março de 2020, hipótese em que os Investidores Não Institucionais poderão desistir do Pedido de Reserva.
Faixa Indicativa	Faixa indicativa do Preço por Ação apresentada na capa deste Prospecto, a ser fixada após a apuração do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa, a qual é meramente indicativa.

Fatores de Risco

Os investidores devem ler as seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, descritos nas páginas 20 e 39, respectivamente, deste Prospecto, e na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de decidir investir nas Ações.

Garantia Firme de Liquidação

Consiste na obrigação individual e não solidária de integralização/liquidação, pelos Coordenadores da Oferta, na Data de Liquidação, da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) que não forem integralizadas/liquidadas pelos investidores que as subscreverem/adquirirem na Oferta, na proporção e até os limites individuais de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, conforme indicado no Contrato de Distribuição.

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não tenham sido totalmente integralizadas/liquidadas na Data de Liquidação, cada um dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Distribuição, realizará, de forma individual e não solidária, a integralização/liquidação, na Data de Liquidação, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Distribuição, da totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição, multiplicado pelo Preço por Ação; e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente integralizadas/liquidadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação. A Garantia Firme de Liquidação passará a ser vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, deferido o registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria “A” pela CVM, assinado o Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional, deferidos os registros da Oferta pela CVM, divulgado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo, sendo eficaz a partir do momento em que forem cumpridas as condições suspensivas previstas no Contrato de Distribuição e no Contrato de Colocação Internacional.

Para fins do disposto no item 5 do Anexo VI, da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação e posterior revenda das Ações junto ao público pelos Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Distribuição, durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo que o disposto nesse parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades previstas no Contrato de Estabilização, conforme disposto na seção "Informações Sobre a Oferta – Estabilização do Preço das Ações" na página 52 deste Prospecto.

Inadequação da Oferta

Não há inadequação específica da Oferta a certo grupo ou categoria de investidor. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. Portanto, uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

Informações Adicionais

Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços e telefones indicados na seção "Informações sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 68 deste Prospecto.

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que os registros da Oferta foram requeridos junto à CVM em [•] de [•] de 2021.

Os investidores que desejarem obter acesso a este Prospecto, ao Formulário de Referência ou informações adicionais sobre a Oferta deverão acessar as páginas da rede mundial de computadores da Companhia das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e/ou da B3 indicadas na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 68 deste Prospecto.

Instituição Financeira Escrituradora das Ações

Banco Bradesco S.A.

Instituições Consorciadas	Determinadas instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta para efetuar esforços de colocação das Ações exclusivamente junto aos Investidores de Varejo.
Instituições Participantes da Oferta	Coordenadores da Oferta e Instituições Consorciadas, considerados em conjunto.
Investidores Não Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, que não sejam considerados Investidores Institucionais, nos termos da regulamentação vigente, que formalizem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, junto a uma única Instituição Consorciada, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo.
Investidores Estrangeiros	Os Investidores Estrangeiros contemplam: (i) nos Estados Unidos os investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A, editada pela SEC; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, os investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis deste país(non-U.S. persons), nos termos do Regulamento S, editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, em ambos os casos (i) e (ii) acima, em operações isentas de registro nos Estados Unidos, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo BACEN e/ou pela CVM, nos termos da Resolução CMN 4.373, da Resolução CVM 13, ou da Lei 4.131, sem a necessidade, para tanto, de solicitação de obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.
Investidores Institucionais	Investidores Institucionais Locais e Investidores Estrangeiros, considerados em conjunto.

Investidores Institucionais Locais	Investidores pessoas físicas e jurídicas, clubes de investimento registrados na B3 e investidores que sejam considerados profissionais ou qualificados, nos termos da regulamentação da CVM, em qualquer caso, que não sejam considerados Investidores de Varejo, além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, carteiras administradas discricionárias, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, inexistindo para estes, valores mínimos e máximos de investimento, nos termos da Instrução CVM 539.
Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
Negociação na B3	As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início, sob o código "[•]". A adesão ao Novo Mercado está sujeita à conclusão da Oferta.
Oferta	A Oferta Primária e a Oferta Secundária, consideradas em conjunto.
Oferta de Varejo	Uma oferta destinada aos Investidores Não Institucionais, que formalizem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, junto a uma única Instituição Consorciada, observado os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo.
Oferta Institucional	Após o atendimento aos Pedidos de Reserva, as Ações remanescentes que não forem colocadas na Oferta de Varejo, serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas nem sendo estipulados valores mínimo ou máximo de investimento, uma vez que cada Investidor Institucional deverá assumir a obrigação de verificar se está cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.
Oferta Primária	A distribuição primária de[, inicialmente,] [•] novas Ações de emissão da Companhia, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução CVM 400, sob coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação das Instituições Consorciadas, junto a Investidores de Varejo e Investidores Institucionais, com esforços de colocação das Ações no exterior realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros.

Oferta Secundária	A distribuição secundária de[, inicialmente] [•] Ações da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução CVM 400, sob coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação das Instituições Consorciadas, junto a Investidores de Varejo e Investidores Institucionais, com esforços de colocação das Ações no exterior realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros.
Opção de Ações do Lote Suplementar	Opção de distribuição das Ações do Lote Suplementar, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a ser outorgada [pela Companhia] [e] [pelos Acionistas Vendedores] ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias corridos contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, desde que a decisão de sobrealocação das Ações do Lote Suplementar seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.
Pedido de Reserva	Formulário específico, celebrado em caráter irrevogável e irretratável, exceto nas circunstâncias ali previstas, para a subscrição/aquisição de Ações no âmbito da Oferta de Varejo, firmado por Investidores Não Institucionais e por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas com uma única Instituição Consorciada durante os respectivos Período de Reserva e o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso.
Período de *Lock-up*	Período de 180 dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início em que a Companhia, os Acionistas Vendedores, determinados acionistas da Companhia e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia] obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional a não efetuar, direta ou indiretamente, determinadas operações com relação a quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*.
Período de Reserva	Período compreendido entre [•] de [•] de 2021, inclusive, e [•] de [•] de 2021, inclusive, destinado à efetivação dos Pedidos de Reserva pelos Investidores Não Institucionais.

Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	Período compreendido entre [•] de [•] de 2021, inclusive, e [•] de [•] de 2021, inclusive, data esta que antecederá em pelo menos 7 dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, destinado à formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas.
Pessoas Vinculadas	Para fins da presente Oferta, e nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução CVM 505, serão consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam (i) controladores pessoa física ou jurídica e/ou administradores da Companhia, dos Acionistas Vendedores e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau; (ii) controladores pessoa física ou jurídica e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação e distribuição da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou com os Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vii) sociedades controladas, direta ou indiretamente por pessoas físicas ou jurídicas vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional desde que diretamente envolvidas na Oferta; (viii) cônjuge ou companheiro e filhos menores das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (ix) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados.
Prazo de Distribuição	O prazo para a distribuição das Ações será (i) de até 6 meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) até a data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o preço de subscrição/aquisição, conforme o caso, por Ação de emissão da Companhia estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o preço por ação ordinária de emissão da Companhia poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa. Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dessa Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso um Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, hipótese em que os Investidores Não Institucionais poderão desistir do seu Pedido de Reserva, conforme descrito na página 46 deste Prospecto.

Para mais informações, veja seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – *Como resultado do Procedimento de Bookbuilding, o Preço por Ação poderá ser fixado abaixo da Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores de Varejo poderão exercer a opção de desistir de seus pedidos de reserva*", na página 77 deste Prospecto.

O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta, e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário", na página 76 deste Prospecto.

Procedimento de *Bookbuilding*

Procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Contratação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1°, e no artigo 44 da Instrução CVM 400.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding* em [até] [20]% da quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), não será permitida a colocação de Ações a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo tais intenções de investimento automaticamente canceladas.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para (i) proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400 são permitidos, na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400, e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.", neste Prospecto Preliminar.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário", na página 76 deste Prospecto.

Público Alvo da Oferta	Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais, considerados em conjunto.
Rateio da Oferta de Varejo	Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up* e Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, considerados em conjunto.
Restrições à Negociação das Ações ("*Lock-up*") **[Nota: A ser ajustado conforme negociado no âmbito do Contrato de Distribuição Internacional.]**	[A Companhia, certos acionistas da Companhia, os Acionistas Vendedores e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia] obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, pelo período de[180] dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, a não efetuar, direta ou indiretamente, quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, sujeito a determinadas exceções: (i) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (ii) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias para adquirir os Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (iii) celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou qualquer acordo que transfira a outros, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; ou (iv) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens. [Ainda, no âmbito do Contrato de Colocação Internacional, aplicam-se também as seguintes restrições em relação aos Valores Mobiliários Sujeitos ao Lock-up: (i) estabelecer ou aumentar uma posição de venda ou liquidar ou diminuir uma posição de compra de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* nos termos da Seção 16 do Exchange Act; e (ii) protocolar um pedido de registro de oferta pública junto à SEC relacionada aos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, sem autorização prévia dos Agentes de Colocação Internacional.] As vedações listadas acima não se aplicarão nas seguintes hipóteses: [(i) doações de boa-fé, desde que, antes de tal doação, o respectivo donatário comprometa-se com os Coordenadores da Oferta por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de *lock-up*; (ii) transferências a um *trust* em benefício direto ou indireto do próprio signatário do instrumento de *lock-up* e/ou de familiares imediatos do mesmo, desde que, antes de tal transferência, o *trust* comprometa-se por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de lock-up; e (iii) transferências realizadas para fins de empréstimo de ações pelo signatário do instrumento de *lock-up* para um Coordenador da Oferta ou a qualquer instituição indicada por tal Coordenador da Oferta, de um determinado número de ações para fins de realização das atividades de estabilização do preço das Ações, nos termos do Contrato de Distribuição e do Contrato de Estabilização].

[No âmbito do Contrato de Colocação Internacional, aplicar-se-ão as seguintes exceções: (i) venda de Ações no Brasil nos termos do Contrato de Distribuição; (ii) emissões pela Companhia de Ações de acordo com a conversão ou troca de valores mobiliários conversíveis ou permutáveis ou o exercício de bônus de subscrição ou opções existentes na data de celebração do Contrato de Colocação Internacional, conforme venham a estar descritos no General Disclosure Package e no Final Offering Memorandum (conforme definições previstas no Contrato de Colocação Internacional); (iii) concessões pela Companhia de opções de ações para diretores, executivos e funcionários, de acordo com os termos de um plano de opção de ações devidamente aprovado ou outro plano de remuneração baseado em ações em vigor na data do Contrato de Colocação Internacional, conforme descrito no General Disclosure Package e no Final Offering Memorandum ou plano de opção de ações ou outro plano de remuneração baseado em ações da Companhia divulgado no General Disclosure Package e no Final Offering Memorandum (conforme definições previstas no Contrato de Colocação Internacional), e emissões ou transferências de ações ordinárias de acordo com o exercício de tais opções ou planos; (iv) com relação aos Acionistas Vendedores, como bona fide gifts; desde que, antes de tal transferência, o adquirente das Ações venha a aderir expressamente e por escrito às obrigação de lockup previstas no Contrato de Colocação Internacional; (v) também com relação aos Acionistas Vendedores, como disposições a qualquer trust para o benefício direto ou indireto dos Acionistas Vendedores e/ou a família imediata (conforme detalhado no Contrato de Colocação Internacional) dos Acionistas Vendedores, desde que, antes de qualquer transferência, o respectivo trust ou familiar imediato venha a aderir expressamente e por escrito às obrigação de lock-up previstas no Contrato de Colocação Internacional; (vi) ainda com relação aos Acionistas Vendedores, a qualquer uma de suas afiliadas (conforme tal termo é definido na Rule 405 do Securities Act), desde que, antes de qualquer transferência, o adquirente das respectivas Ações venha a aderir expressamente e por escrito às obrigação de lock-up previstas no Contrato de Colocação Internacional; e (vii) mediante consentimento por escrito dos Agentes de Colocação Internacional.]

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – *A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia após a conclusão da Oferta e/ou após o período de* Lock-up *pode afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia*”, do Prospecto Preliminar.

Valor Total da Oferta	[•], considerando o Preço por Ação, que é o ponto médio da faixa de preço indicada na capa deste Prospecto, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.
Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo	O valor mínimo de pedido de investimento é de R$3.000,00 e o valor máximo de pedido de investimento é de R$1.000.000,00 por Investidor Não Institucional.
Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*	Ações ordinárias de emissão da Companhia e/ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, exercíveis ou permutáveis por ações ordinárias de emissão da Companhia sujeitas ao *Lock-up*.
Veracidade das Informações	A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade a respeito das informações constantes deste Prospecto, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, as quais se encontram anexas a este Prospecto a partir da página 179.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição do Capital Social da Companhia

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R$86.666.375,27, totalmente subscrito e integralizado, representado por 44.791.861 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Nos termos do Estatuto Social, o capital social poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária, até o limite global de 100.000.000 de ações, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão, a quantidade de ações ordinárias a serem emitidas e as demais condições de subscrição/integralização de tais ações dentro do capital autorizado, assim como a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia.

Os quadros abaixo indicam a composição do capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado, na data deste Prospecto e a previsão após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias.....	44.791.861	86.666.375,27	[•]	[•]
Total.....	**44.791.861**	**86.666.375,27**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e outros custos, despesas, tributos e outras retenções da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias.....	44.791.861	86.666.375,27	[•]	[•]
Total.....	**44.791.861**	**86.666.375,27**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e outros custos, despesas, tributos e outras retenções da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais:

	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias.....	44.791.861	86.666.375,27	[•]	[•]
Total.....	**44.791.861**	**86.666.375,27**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e outros custos, despesas, tributos e outras retenções da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias	44.791.861	86.666.375,27	[•]	[•]
Total	**44.791.861**	**86.666.375,27**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e outros custos, despesas, tributos e outras retenções da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Acionistas e Administradores da Companhia

Os quadros abaixo indicam a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas por acionistas titulares de 5% ou mais de ações ordinárias de emissão da Companhia e pelos membros da Administração, na data deste Prospecto e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
Acionista	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
2B Capital – Brasil Capital de Crescimento I – Fundo de Investimento Em Participações Multiestratégia	19.338.942	43.175	[•]	[•]
Vanderlei Rigatieri Junior	22.907.627	51.142	[•]	[•]
Francisco Sergio Day de Toledo	2.545.292	5.682	[•]	[•]
Outros	-	-	[•]	[•]
Ações em circulação	-	-	[•]	[•]
Total	**[•]**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
Acionista	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
2B Capital – Brasil Capital de Crescimento I – Fundo de Investimento Em Participações Multiestratégia	19.338.942	43.175	[•]	[•]
Vanderlei Rigatieri Junior	22.907.627	51.142	[•]	[•]
Francisco Sergio Day de Toledo	2.545.292	5.682	[•]	[•]
Outros	-	-	[•]	[•]
Ações em circulação	-	-	[•]	[•]
Total	**[•]**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
Acionista	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
2B Capital – Brasil Capital de Crescimento I – Fundo de Investimento Em Participações Multiestratégia	19.338.942	43.175	[•]	[•]
Vanderlei Rigatieri Junior	22.907.627	51.142	[•]	[•]
Francisco Sergio Day de Toledo	2.545.292	5.682	[•]	[•]
Outros	-	-	[•]	[•]
Ações em circulação	-	-	[•]	[•]
Total	**[•]**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
Acionista	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
2B Capital – Brasil Capital de Crescimento I – Fundo de Investimento Em Participações Multiestratégia	19.338.942	43.175	[•]	[•]
Vanderlei Rigatieri Junior	22.907.627	51.142	[•]	[•]
Francisco Sergio Day de Toledo	2.545.292	5.682	[•]	[•]
Outros	-	-	[•]	[•]
Ações em circulação	-	-	[•]	[•]
Total	**[•]**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

Para informações adicionais, os investidores devem ler a seção “15. Controle” do Formulário de Referência.

Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos

Segue abaixo descrição sobre os Acionistas Vendedores:

2B CAPITAL – Brasil Capital de Crescimento I – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado e autorizado pela CVM, inscrito no CNPJ/ME sob o no. 14.596.766/0001-95, gerido por 2B CAPITAL S.A., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.309, 10º andar – Private Equity, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, CEP 04543-011, inscrita no CNPJ/ME sob nº. 07.063.675/0001-29.

Vanderlei Rigatieri Junior, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 10.821.153-8 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 055.084.198-96, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Gomes Carvalho, 1609, 9º andar, Vila Olímpia – CEP: 04547-006.

Francisco Sergio Day de Toledo, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG. MG-2.494.223 SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob nº 442.274.346-53, residente e domiciliado na Cidade de Ilhéus, Estado de Bahia, com endereço comercial na Rodovia BA 262, S/N, Bairro Iguape, km 2,8, CEP 45658-335.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada por cada Acionista Vendedor, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	Montante[1]	Recursos Líquidos[1][2]
		(R$)	
Companhia	[•]	[•]	[•]
2B Capital – Brasil Capital de Crescimento I – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	[•]	[•]	[•]
Vanderlei Rigatieri Junior	[•]	[•]	[•]
Francisco Sergio Day de Toledo	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa.

(2) Recursos líquidos de comissões e outros custos, despesas e tributos. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada por cada Acionista Vendedor, considerando as Ações Adicionais, sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	Montante[1]	Recursos Líquidos[1][2]
		(R$)	
Companhia	[•]	[•]	[•]
2B Capital – Brasil Capital de Crescimento I – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	[•]	[•]	[•]
Vanderlei Rigatieri Junior	[•]	[•]	[•]
Francisco Sergio Day de Toledo	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa.

(2) Recursos líquidos de comissões e outros custos, despesas e tributos. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada por cada Acionista Vendedor, considerando as Ações do Lote Suplementar, sem considerar as Ações Adicionais:

	Quantidade	Montante[1]	Recursos Líquidos[1][2]
		(R$)	
Companhia	[•]	[•]	[•]
2B Capital – Brasil Capital de Crescimento I – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	[•]	[•]	[•]
Vanderlei Rigatieri Junior	[•]	[•]	[•]
Francisco Sergio Day de Toledo	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa.

(2) Recursos líquidos de comissões e outros custos, despesas e tributos. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada por cada Acionista Vendedor, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	Montante[1]	Recursos Líquidos[1][2]
		(R$)	
Companhia	[•]	[•]	[•]
2B Capital – Brasil Capital de Crescimento I – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	[•]	[•]	[•]
Vanderlei Rigatieri Junior	[•]	[•]	[•]
Francisco Sergio Day de Toledo	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa.

(2) Recursos líquidos de comissões e outros custos, despesas e tributos. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

[Eventual Alteração do Controle após a Realização da Oferta

Conforme descrito na seção "Acionistas e Administradores da Companhia", na página 40 deste Prospecto, após a realização da Oferta, os atuais acionistas controladores da Companhia serão diluídos de modo que poderão deixar de deter mais do que 50% das ações de emissão da Companhia.

Caso, a qualquer tempo, os atuais acionistas controladores da Companhia efetivamente deixem de deter o controle da Companhia em decorrência de diluição, venda de ações ordinárias por eles detidas ou outra razão, ou caso um novo acionista ou grupo de acionistas seja capaz de efetivamente deter, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral de acionistas e o poder de eleger a maioria dos administradores da Companhia, e caso a Companhia não seja capaz de obter as aprovações necessárias, qualquer dos eventos acima poderá ocasionar a declaração do vencimento antecipado de contratos financeiros da Companhia. **Para mais informações sobre os riscos envolvidos, *veja a seção* "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – "[*Uma redução da participação societária dos acionistas controladores da Companhia pode resultar em alteração no controle da Companhia e, consequentemente, configurar um evento de vencimento antecipado de determinados contratos financeiros, o que poderá afetar adversamente a Companhia."]*, na página 81 deste Prospecto**.]

Para mais informações sobre os contratos financeiros da Companhia, vide itens 10.1. e 18.5 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

Descrição da Oferta

A Oferta consistirá na distribuição pública primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400 e com o Código ANBIMA, bem como com esforços de dispersão acionária nos termos do Regulamento do Novo Mercado e demais normativos aplicáveis, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, e com a participação de determinadas Instituições Consorciadas.

Simultaneamente, no âmbito da Oferta, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, em conformidade com o Contrato de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo BACEN e/ou pela CVM, nos termos da Resolução CMN 4.373, da Resolução CVM 13 ou da Lei 4.131, sem a necessidade, para tanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país que não o Brasil, inclusive perante a SEC.

Exceto pelos registros da Oferta a serem concedidos pela CVM para a realização da Oferta no Brasil em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400, a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não realizaram e não realizarão nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC dos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. As Ações não poderão ser ofertadas ou subscritas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar, conforme definido abaixo), poderá, a critério [da Companhia] [e] [dos Acionistas Vendedores], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em [até] [20]% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em até [•] Ações de emissão da Companhia[, das quais (i) até [•] novas Ações a serem emitidas pela Companhia; e (ii) até [•] Ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na seção "Informações Sobre a Oferta – Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos" na página 41 deste Prospecto], nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("**Ações Adicionais**").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a [até] [15]% do total das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até [•] Ações de emissão da Companhia[, das quais (i) até [•] novas Ações a serem emitidas pela Companhia; e (ii) até [•] Ações emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na seção "Informações Sobre a Oferta – Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos" na página 41 deste Prospecto, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("**Ações do Lote Suplementar**"), conforme opção a ser outorgada [pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores] ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito Oferta ("**Opção de Ações do Lote Suplementar**"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, por um período de até 30 dias corridos contados da data de início da negociação das Ações da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, desde que a decisão de sobrealocação das Ações de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

No âmbito da Oferta Primária, a emissão das Ações pela Companhia será realizada com exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, sendo que tal emissão será realizada dentro do limite de capital autorizado previsto no Estatuto Social.

As Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta, em regime de Garantia Firme de Liquidação, de forma individual e não solidária, a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, de acordo com os limites individuais e demais disposições previstas no Contrato de Distribuição, em conformidade com o disposto da Instrução CVM 400 e observado o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado e as disposições descritas abaixo. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4°, da Lei do Mercado de Capitais, bem como da Lei 4.131, da Resolução CMN 4.373 e da Resolução CVM 13.

As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S sem que haja registro ou isenção de registro nos termos da Regra 144A do *Securities Act*. Exceto pelos registros da Oferta pela CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Listagem e Negociação no Novo Mercado da B3

A Companhia, voluntariamente, solicitou à B3 adesão ao segmento de listagem do Novo Mercado, segmento especial de negociação de valores mobiliários da B3 que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e de divulgação de informações ao mercado mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, condicionada à realização da Oferta.

As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início, sob o código "**[•]**".

As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado estão descritas de forma resumida no item "12.12 – Outras informações relevantes" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

A Companhia celebrará, até a data de divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Participação no Novo Mercado com a B3, por meio do qual a Companhia deverá aderir às práticas diferenciadas de governança corporativa do Novo Mercado, observado que o referido contrato entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início. As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado estão descritas de forma resumida no item "17.5 – Outras informações relevantes" do Formulário de Referência na página 611 deste Prospecto.

De acordo com o disposto no Regulamento do Novo Mercado, o percentual mínimo de ações em circulação que deve ser mantido pelas sociedades que aderirem ao Novo Mercado, em regra, é de 25% do total do capital social de tais sociedades, de modo que, após a realização da Oferta, a Companhia deverá manter ações representativas de, no mínimo, 25% do seu capital social em circulação (free float), exceto se de outro modo permitido pelo Regulamento do Novo Mercado e demais regras aplicáveis.

Para mais informações sobre a negociação das Ações na B3, consulte uma instituição autorizada a operar na B3.

Recomenda-se a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência, anexo este Prospecto, para informações adicionais sobre a Companhia, incluindo seu setor de atuação, suas atividades e situação econômica e financeira, e os fatores de risco que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Ações, em especial a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência da Companhia, e a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", na página 39 deste Prospecto.

Aprovações Societárias

A abertura de capital da Companhia, a sua adesão ao segmento de listagem do Novo Mercado, bem como a reforma e consolidação do seu estatuto social, de forma a adequá-lo às exigências legais e regulamentares aplicáveis às companhias abertas e às regras do Regulamento do Novo Mercado, e a realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital social da Companhia[, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social], com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e seus termos e condições], bem como seus termos e condições, bem como a adesão da Companhia ao segmento de listagem do Novo Mercado e a reforma e consolidação do seu estatuto social, de forma a adequá-lo às exigências legais e regulamentares aplicáveis às regras do Regulamento do Novo Mercado, foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 15 de fevereiro de 2021, cuja ata foi protocolada na JUCEB em 19 de fevereiro de 2021, sob o nº 219602808 e publicada no DOEBA em 18 de fevereiro de 2021 e no jornal "A Tarde Salvador" em 18 de fevereiro de 2021.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu estatuto social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada/protocolada na JUCEB e publicada no DOEBA e no jornal "A Tarde Salvador" na data de disponibilização do Anúncio de Início.

A participação na Oferta Secundária pela 2B Capital – Brasil Capital de Crescimento I – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, bem como seus termos e condições, inclusive no que se refere à fixação do Preço por Ação, serão aprovados na forma do disposto no seu regulamento, em reunião do Comitê de Investimentos.

Não será necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas para a participação na Oferta Secundária e a fixação do Preço por Ação.

Instituições Participantes da Oferta

Os Coordenadores da Oferta, em nome da Companhia e dos Acionista Vendedor, convidarão as Instituições Consorciadas para participar da colocação das Ações, exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•] ("**Faixa Indicativa**"), ressalvado, no entanto, que o preço por ação ordinária de emissão da Companhia poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa ("**Preço por Ação**"). **Na hipótese do Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dessa Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de o Preço por Ação ser inferior ao resultado da subtração entre o valor mínimo previsto na Faixa Indicativa e o valor correspondente a 20% do valor máximo previsto na Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício-Circular nº 1/2020-CVM/SRE, de 5 de março de 2020 ("Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa"), hipótese em que os Investidores Não Institucionais poderão desistir do seu Pedido de Reserva.**

O Preço por Ação será fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1°, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("**Procedimento de *Bookbuilding***").

O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.**

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding* em até [20]% da quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), não será permitida a colocação de Ações a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo tais intenções de investimento automaticamente canceladas.

Para fins da Oferta e nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada, serão consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam (i) controladores pessoa física ou jurídica e/ou administradores da Companhia, dos Acionistas Vendedores e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau; (ii) controladores pessoa física ou jurídica e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação e distribuição da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou com os Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vii) sociedades controladas, direta ou indiretamente por pessoas físicas ou jurídicas vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional desde que diretamente envolvidas na Oferta; (viii) cônjuge ou companheiro ou filhos menores das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (ix) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados ("**Pessoas Vinculadas**").

As Pessoas Vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou a quaisquer dos Agentes de Colocação Internacional poderão realizar seus respectivos Pedidos de Reserva ou ordens de investimento, conforme o caso, somente por meio da entidade a que estiverem vinculadas.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para (i) proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400 são permitidos, na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400, e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia", neste Prospecto Preliminar.**

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – *A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de* Bookbuilding *poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário*", na página 76 deste Prospecto.

Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta

Na data deste Prospecto, não existem ações da Companhia em negociação no mercado. Após a realização da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), um montante de até [•] Ações, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação das Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, um montante de até [•] Ações de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para mais informações, ver seção "Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social da Companhia" na página 39 deste Prospecto.

Cumpre ressaltar que, de acordo com o disposto no Regulamento do Novo Mercado, o percentual mínimo de ações em circulação que deve ser mantido pelas sociedades que aderirem ao Novo Mercado é de 25% do total do capital social de tais sociedades, de modo que, após a realização da Oferta, a Companhia deverá manter ações representativas de, no mínimo, 25% do seu capital social em circulação (*free float*), exceto se de outro modo permitido pelo Regulamento do Novo Mercado e demais regras aplicáveis.

Custos de Distribuição

As despesas com auditores, advogados, traduções, taxas de registro e outras despesas descritas abaixo serão pagas exclusivamente pela Companhia. As comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta serão suportadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A Companhia arcará com as despesas relacionadas à Oferta, bem como arcará juntamente com os Acionistas Vendedores com as comissões da Oferta, o que impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e poderá afetar adversamente os resultados da Companhia no período subsequente à realização da mesma", na página 82 deste Prospecto.**

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Comissões e Despesas	Valor total[1]	% em relação ao Valor Total da Oferta	Custo unitário por Ação
	(R$)		*(R$)*
Comissões da Oferta			
Comissão de Coordenação[2]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Colocação[3]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Garantia Firme[4]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Incentivo[5]	[•]	[•]%	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas da Oferta[6]			
Impostos, Taxa e Outras Retenções	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na B3	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]%	[•]
Total de Despesas com Taxas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas com Advogados[7]	[•]	[•]%	[•]
Despesas com Auditores Independentes	[•]	[•]%	[•]
Outras Despesas[8]	[•]	[•]%	[•]
Total de Outras Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Coordenação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocada, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(3) Comissão de Colocação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocada, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Comissão de Garantia Firme composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocada, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. Comissão a ser paga exclusivamente aos Coordenadores da Oferta (que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta) pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) colocadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores.

(5) A Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Distribuição, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, na proporção de suas Ações colocadas na Oferta, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta. A Comissão de Incentivo é de [•]% ([•]), que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, será aplicada sobre o valor total da Oferta, neste cenário, incluindo a totalidade das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

(6) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(7) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(8) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*) [e consultores].

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

Comissões e Despesas	Valor total[1]	% em relação ao Valor Total da Oferta	Custo unitário por Ação
	(R$)		*(R$)*
Comissões da Oferta			
Comissão de Coordenação[2]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Colocação[3]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Garantia Firme[4]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Incentivo[5]	[•]	[•]%	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas da Oferta[6]			
Impostos, Taxa e Outras Retenções	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na B3	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]%	[•]
Total de Despesas com Taxas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas com Advogados[7]	[•]	[•]%	[•]
Despesas com Auditores Independentes	[•]	[•]%	[•]
Outras Despesas[8]	[•]	[•]%	[•]
Total de Outras Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Coordenação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocada, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(3) Comissão de Colocação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocada, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Comissão de Garantia Firme composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocada, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. Comissão a ser paga exclusivamente aos Coordenadores da Oferta (que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta) pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) ofertada pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores.

(5) A Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Distribuição, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, na proporção de suas Ações alocadas na Oferta, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta. A Comissão de Incentivo é de [•]% ([•]), que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, será aplicada sobre o valor total da Oferta, neste cenário, incluindo a totalidade das Ações, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar.

(6) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(7) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(8) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*) [e consultores].

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais:

Comissões e Despesas	Valor total[1]	% em relação ao Valor Total da Oferta	Custo unitário por Ação
	(R$)		*(R$)*
Comissões da Oferta			
Comissão de Coordenação[2]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Colocação[3]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Garantia Firme[4]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Incentivo[5]	[•]	[•]%	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas da Oferta[6]			
Impostos, Taxa e Outras Retenções	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na B3	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]%	[•]
Total de Despesas com Taxas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas com Advogados[7]	[•]	[•]%	[•]
Despesas com Auditores Independentes	[•]	[•]%	[•]
Outras Despesas[8]	[•]	[•]%	[•]
Total de Outras Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Coordenação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais; e (ii) o Preço por Ação.

(3) Comissão de Colocação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Comissão de Garantia Firme composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. Comissão a ser paga exclusivamente aos Coordenadores da Oferta (que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta) pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores.

(5) A Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Distribuição, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, na proporção de suas Ações alocadas na Oferta, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta. A Comissão de Incentivo é de [•]% ([•]), que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, será aplicada sobre o valor total da Oferta, neste cenário, incluindo a totalidade das Ações, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais.

(6) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(7) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(8) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*) [e consultores].

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Comissões e Despesas	Valor total[1]	% em relação ao Valor Total da Oferta	Custo unitário por Ação
	(R$)		*(R$)*
Comissões da Oferta			
Comissão de Coordenação[2]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Colocação[3]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Garantia Firme[4]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Incentivo[5]	[•]	[•]%	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas da Oferta[6]			
Impostos, Taxa e Outras Retenções	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na B3	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]%	[•]
Total de Despesas com Taxas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas com Advogados[7]	[•]	[•]%	[•]
Despesas com Auditores Independentes	[•]	[•]%	[•]
Outras Despesas[8]	[•]	[•]%	[•]
Total de Outras Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Coordenação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(3) Comissão de Colocação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Comissão de Garantia Firme composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. Comissão a ser paga exclusivamente aos Coordenadores da Oferta (que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta) pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) ofertada pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores.

(5) A Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Distribuição, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, na proporção de suas Ações alocadas na Oferta, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta. A Comissão de Incentivo é de [•]% ([•]), que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, será aplicada sobre o valor total da Oferta, neste cenário, incluindo a totalidade das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

(6) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(7) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(8) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*) [e consultores].

Para fins da Instrução CVM 400 e do artigo 3º do Anexo II do Código ANBIMA, não há outra remuneração devida pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores às Instituições Participantes da Oferta ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela remuneração descrita acima e pelos ganhos decorrentes da atividade de estabilização, bem como não existe nenhum outro tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

Estabilização do Preço das Ações

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, , e após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, conduzir atividades de estabilização de preço das Ações na B3 partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e, por um período de até 30 dias corridos contados da data de início de negociação das Ações na B3, inclusive, por meio de operações bursáteis de compra e venda de ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3°, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.

Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora, de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das Ações no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

A partir da divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM, nos endereços físicos indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 68 deste Prospecto.

Características das Ações

As Ações conferirão a seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos atuais titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se incluem os seguintes:

(a) direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que cada ação ordinária de emissão da Companhia corresponde a um voto;

(b) observadas as disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social, direito ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e dividendos adicionais e demais proventos de qualquer natureza eventualmente distribuídos por deliberação de assembleia geral ou pelo Conselho de Administração, conforme aplicável;

(c) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições asseguradas aos acionistas controladores da Companhia, no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhe assegurar tratamento igualitário àquele dado aos acionistas controladores (*tag along*);

(d) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou pelos acionistas controladores da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das ações ordinárias de emissão da Companhia no Novo Mercado (salvo hipóteses de dispensa previstas no Regulamento do Novo Mercado), pelo seu valor justo, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada;

(e) no caso de liquidação da Companhia, os acionistas terão direito de participar do acervo da Companhia, na proporção da sua participação no capital social, nos termos do artigo 109, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações;

(f) direito de preferência na subscrição de novas ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição emitidos pela Companhia, conforme conferido pelo artigo 109, inciso IV, e artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações;

(g) direito integral ao recebimento de dividendos e demais distribuições pertinentes às ações ordinárias de emissão da Companhia que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da divulgação do Anúncio de Início; e

(h) todos os demais direitos assegurados às ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no Regulamento do Novo Mercado, no Estatuto Social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja a seção "18. Valores Mobiliários" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Público Alvo da Oferta

O público alvo da Oferta consiste em:

- (i) investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, nos termos da regulamentação vigente, que não sejam considerados Investidores Institucionais, que formalizem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, junto a uma única Instituição Consorciada, observado o valor mínimo de pedido de investimento de R$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de pedido de investimento de R$1.000.000,00 (um milhão de reais) por investidor ("**Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva**" e "**Investidores Não Institucionais**", respectivamente), nos termos da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada ("**Instrução CVM 539**"); e

- (ii) uma oferta destinada a investidores pessoas físicas e jurídicas, e clubes de investimento registrados na B3 e investidores que sejam considerados profissionais ou qualificados, nos termos da regulamentação da CVM, em qualquer caso, que não sejam considerados Investidores Não Institucionais, além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, carteiras administradas discricionárias, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, inexistindo para estes, valores mínimos e máximos de investimento, nos termos da Instrução CVM 539 ("**Investidores Institucionais Locais**"), assim como os Investidores Estrangeiros (em conjunto com os Investidores Institucionais Locais, "**Investidores Institucionais**").

Procedimento da Oferta

Após a divulgação do Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com os logotipos das Instituições Consorciadas), a disponibilização deste Prospecto, incluindo o Formulário de Referência anexo a este Prospecto, bem como de seus eventuais aditamentos e/ou suplementos, o encerramento do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a concessão do registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" pela CVM, a celebração do Contrato de Distribuição e do Contrato de Colocação Internacional e o cumprimento das condições suspensivas neles previstas, a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a divulgação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição pública das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) em regime de Garantia Firme de Liquidação, a ser prestada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Distribuição, em conformidade com o disposto na Instrução CVM 400, e observado o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado, por meio de duas ofertas distintas, quais sejam (i) uma oferta destinada aos Investidores da Oferta de Varejo ("**Oferta de Varejo**"); e (ii) uma oferta destinada aos Investidores Institucionais ("**Oferta Institucional**"), conforme abaixo descritas. quais a Oferta de Varejo (conforme abaixo definido) e a Oferta Institucional (conforme abaixo definido).

Conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, sendo possível o cancelamento do pedido dos registros da Oferta caso não haja investidores suficientes para subscrever/adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso não existam Pedidos de Reserva e/ou intenções de investimento para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Distribuição, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e ordens de investimento, conforme o caso, automaticamente cancelados, e os valores eventualmente depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta.", na página 77 deste Prospecto.**

Após a divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Distribuição estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, nos endereços indicados neste Prospecto.

A subscrição/aquisição das Ações, tanto da Oferta de Varejo quanto da Oferta Institucional, será formalizada, nos termos do parágrafo 2º do artigo 85 da Lei das Sociedades por Ações, por meio do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensado a apresentação de boletim de subscrição e de contrato de compra e venda, nos termos da Deliberação CVM nº 860, de 22 de julho de 2020. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto aos Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, bem como por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 4.373 e na Resolução CVM 13, ou na Lei 4.131.

Oferta de Varejo

A Oferta de Varejo será realizada junto a Investidores Não Institucionais que realizarem solicitações de reserva antecipada mediante o preenchimento de Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, durante o Período de Reserva da Oferta de Varejo, ou durante o Período de Reserva da Oferta de Varejo para Pessoas Vinculadas, em ambos os casos, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo.

Os Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderão realizar Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo que aqueles Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que não realizarem seus Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas terão seus Pedidos de Reserva cancelados em caso de excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. Os Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que realizarem seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não terão seus Pedidos de Reserva cancelados, mesmo no caso de excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar).

Os Investidores Não Institucionais deverão realizar a integralização/liquidação das Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, de acordo com os procedimentos descritos abaixo. As Instituições Consorciadas somente atenderão aos Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não Institucionais titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo Investidor Não Institucional.

Recomenda-se aos Investidores de Varejo interessados na realização de Pedido de Reserva que (i) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente no que se refere aos procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, em especial as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" deste Prospecto Preliminar, bem como a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência; (ii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá (a) a abertura ou atualização de conta e/ou cadastro, e/ou (b) a manutenção de recursos em conta corrente nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; (iii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada; e (iv) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada.

No contexto da Oferta de Varejo e considerando que a Companhia deve envidar melhores esforços para atingir a dispersão acionária prevista no Regulamento do Novo Mercado, o montante de, no mínimo, 10% e, no máximo, [20]% da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, será destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que realizarem Pedido de Reserva, nos termos do artigo 12 do Regulamento do Novo Mercado, de acordo com as condições ali previstas e o procedimento abaixo indicado.

Os Pedidos de Reserva poderão ser efetuados pelos Investidores Não Institucionais de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nas alíneas (a), (b) e (d) abaixo e nas seções "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" nas páginas 59, 60 e 64, respectivamente, deste Prospecto, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

(a) durante o Período de Reserva e o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme aplicável, cada um dos Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta de Varejo deverá realizar a reserva de Ações, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, nos termos da Deliberação CVM 476, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, sendo que tais Investidores Não Institucionais poderão estipular, no Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no artigo 45, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor Não Institucional estipule um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva abaixo do Preço por Ação, o seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada, sendo os valores eventualmente depositados devolvidos, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da divulgação do Anúncio de Início, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada);

(b) os Investidores Não Institucionais deverão indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, a sua qualidade ou não de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela respectiva Instituição Consorciada. Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será vedada a colocação de Ações junto a Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas, com exceção daqueles que tenham realizado Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, e os valores depositados devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva;

(c) após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações subscritas/adquiridas e o respectivo valor do investimento dos Investidores Não Institucionais, serão informados a cada Investidores Não Institucionais até às 12:00 horas do dia útil imediatamente seguinte à data de divulgação do Anúncio de Início pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sendo o pagamento a ser feito de acordo com a alínea (d) abaixo limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade a possibilidade de rateio prevista na alínea (g) abaixo;

(d) cada Investidores Não Institucionais deverá efetuar o pagamento do valor indicado na alínea (c) acima junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, até as 10:30 horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a liquidação por parte do Investidores Não Institucionais e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado por tal Instituição Consorciada;

(e) até às 16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor Não Institucional o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, desde que efetuado o pagamento previsto acima, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nas alíneas (a), (b) e (d) acima e nas seções “Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta”, “Suspensão ou Cancelamento da Oferta” e “Violações de Normas de Conduta” nas páginas 59, 60 e 64, respectivamente, deste Prospecto e a possibilidade de rateio prevista na alínea (g) abaixo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações, desprezando-se a referida fração;

(f) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais, seja igual ou inferior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, não haverá rateio, sendo todos os Investidores Não Institucionais integralmente atendidos em todas as suas reservas e eventuais sobras no lote ofertado aos Investidores Não Institucionais serão destinadas a Investidores Institucionais; e

(g) caso o total das Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais seja superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, será realizado rateio das Ações, da seguinte forma: (i) a divisão igualitária e sucessiva das Ações destinadas a Investidores Não Institucionais entre todos os Investidores Não Institucionais, observando-se o valor individual de cada Pedido de Reserva, até o limite de R$3.000,00 por Investidor Não Institucional, desconsiderando-se as frações de Ações; e (ii) uma vez atendido o critério de rateio descrito no subitem (i) acima, será efetuado o rateio proporcional das Ações destinadas a Investidores Não Institucionais remanescentes entre todos os Investidores Não Institucionais, observando-se o valor individual de cada Pedido de Reserva e desconsiderando-se as frações de Ações. Opcionalmente, a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, a quantidade de Ações destinadas a Investidores Não Institucionais poderá ser aumentada para que os pedidos excedentes dos Investidores Não Institucionais possam ser total ou parcialmente atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o critério de rateio descrito neste item.

Para as hipóteses de suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta, veja as seções "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" nas páginas 59, 60 e 64, respectivamente, deste Prospecto.

Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

Oferta Institucional

A Oferta Institucional será realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Institucionais.

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos da Oferta de Varejo, as Ações remanescentes que não forem colocadas na Oferta de Varejo serão destinadas à colocação junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas nem sendo estipulados valores mínimo ou máximo de investimento, uma vez que cada Investidor Institucional deverá assumir a obrigação de verificar se está cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso o número de Ações objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*, na forma do artigo 44 da Instrução CVM 400, exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas intenções de investimento os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, levando em consideração o disposto no plano de distribuição, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, melhor atendam ao objetivo da Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Até às 16:00 horas do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional informarão aos Investidores Institucionais, por meio de seu endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sobre a quantidade de Ações que cada um deverá subscrever/adquirir e o Preço por Ação. A entrega das Ações deverá ser efetivada na Data de Liquidação, mediante a integralização/liquidação à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações objeto das respectivas intenções de investimento, em conformidade com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição. Os Investidores Estrangeiros deverão realizar a subscrição/aquisição das Ações por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e/ou CVM.

Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta poderão requerer que a CVM autorize a modificação ou a revogação da Oferta caso ocorram alterações posteriores, relevantes e inesperadas nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido dos registros da Oferta ou que o fundamente, que resultem em um aumento relevante nos riscos assumidos pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores e inerentes à própria Oferta.

Além disso, caso (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Não Institucionais, ou as suas decisões de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4°, da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (iii) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400; e/ou (iv) haja um Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, os Investidores Não Institucionais poderão desistir dos respectivos Pedidos de Reserva, sem quaisquer ônus, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido seus respectivos Pedidos de Reserva (por meio de mensagem eletrônica, fac-símile ou correspondência enviada ao endereço da Instituição Consorciada) (a) até às 12:00 horas do 5° dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso do item (i) acima; (b) até às 14:00 horas do 5º dia útil subsequente à data em que o investidor for comunicado diretamente pela Instituição Consorciada, conforme aplicável, sobre a suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos dos itens (ii) e (iii) acima; e (c) até às 14:00 horas do 5° dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Retificação ou à data de recebimento, pelo investidor, da comunicação direta pela Instituição Consorciada acerca da suspensão, modificação da Oferta ou do Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, no caso do item (iv) acima.

Adicionalmente, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta poderão modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no artigo 25, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400.

Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta seja aceito pela CVM, o encerramento do Prazo de Distribuição poderá ser adiado em até 90 dias. Se a Oferta for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão considerados ineficazes.

A revogação, suspensão ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação.

Em qualquer hipótese, a revogação ou cancelamento tornam ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de 3 dias úteis contados da data de divulgação da revogação, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada).

Na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta ou em caso de Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e certificar-se, no momento das aceitações da Oferta, de que o Investidores Não Institucionais está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor Não Institucionaljá tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação ao Investidores Não Institucionais que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação efetuada.

Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Como resultado do Procedimento de* Bookbuilding*, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores de Varejo poderão exercer a opção de desistir de seus Pedidos de Reserva", na página 77 deste Prospecto.

Após a divulgação do Anúncio de Retificação, os Coordenadores da Oferta só aceitarão intenções de investimento no Procedimento de *Bookbuilding* e as Instituições Consorciadas só aceitarão Pedidos de Reserva daqueles investidores que estejam cientes dos termos do Anúncio de Retificação. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta serão considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação quando, passados 5 dias úteis do recebimento da comunicação, não revogarem expressamente suas intenções no Procedimento de *Bookbuilding* ou seus Pedidos de Reserva. Nesta hipótese, os Coordenadores da Oferta e/ou as Instituições Consorciadas presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação da Oferta, considerando as novas condições.

Suspensão ou Cancelamento da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis.

O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro. Ademais, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento dos registros da Oferta, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400, sujeito, no entanto, ao acolhimento, pela CVM, do pleito de revogação da Oferta.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até às 14:00 horas do 5° dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação, de forma expressa, sob pena de presunção de manutenção da aceitação. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de 3 dias úteis, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada).

Prazo de Distribuição

A data de início da Oferta será divulgada por meio do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2021, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400. O prazo para a distribuição das Ações será (i) de até 6 meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) até a data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro ("**Prazo de Distribuição**").

O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante divulgação do Anúncio de Encerramento, com data limite para ocorrer em [•] de [•] de 2021, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

Liquidação

A liquidação física e financeira das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) deverá ser realizada dentro do prazo de até 2 dias úteis contado da data de divulgação do Anúncio de Início ("**Data de Liquidação**"), de acordo com o disposto no Contrato de Distribuição. A liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, caso haja o exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar, ocorrerá dentro do prazo de até 2 dias úteis, contado do exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar ("**Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar**").

As Ações, as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, conforme o caso, serão entregues aos respectivos investidores até às 16:00 horas da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme o caso. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º da Lei do Mercado de Capitais, bem como da Lei 4.131, da Resolução CMN 4.373 e da Resolução CVM 13.

Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação

A garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta consiste na obrigação individual e não solidária de integralização/liquidação, pelos Coordenadores da Oferta, na Data de Liquidação, da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) que não forem integralizadas/liquidadas pelos investidores que as subscreverem/adquirirem na Oferta, na proporção e até os limites individuais de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, conforme indicado no Contrato de Distribuição ("**Garantia Firme de Liquidação**").

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não tenham sido totalmente integralizadas/liquidadas na Data de Liquidação, cada um dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Distribuição, realizará, de forma individual e não solidária, a integralização/liquidação, na Data de Liquidação, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Distribuição, da totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, multiplicado pelo Preço por Ação nos termos do Contrato de Distribuição e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, se houver, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente integralizadas/liquidadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação a ser definido conforme o Procedimento de *Bookbuilding*. A Garantia Firme de Liquidação passará a ser vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, deferido o registro da Companhia como companhia aberta sob a categoria "A" pela CVM, assinado o Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional, deferidos os registros da Oferta pela CVM, divulgado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo, sendo eficaz a partir do momento em que forem cumpridas as condições suspensivas previstas no Contrato de Distribuição e no Contrato de Colocação Internacional.

Para fins do disposto no item 5 do Anexo VI, da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação e posterior revenda das Ações junto ao público pelos Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Distribuição, durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação estabelecido conforme Procedimento de *Bookbuilding,* sendo certo que o disposto nesse parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades previstas no Contrato de Estabilização, conforme disposto na seção "Informações Sobre a Oferta – Estabilização do Preço das Ações" na página 52 deste Prospecto.

Segue abaixo relação das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) objeto de Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta:

Coordenadores da Oferta	**Quantidade de Ações**	**Percentual**
		(%)
Coordenador Líder	[•]	[•]%
Agente Estabilizador	[•]	[•]%
Itaú BBA	[•]	[•]%
Citi	[•]	[•]%
Total	**[•]**	**[•]**

A proporção prevista acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

Contrato de Distribuição e Contrato de Colocação Internacional

Nos termos do Contrato de Colocação Internacional, a ser celebrado na mesma data de celebração do Contrato de Distribuição, os Agentes de Colocação Internacional realizarão os esforços de colocação das Ações no exterior.

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem o pagamento pelas Ações, bem como de suas respectivas garantias firme estarão sujeitas a determinadas condições, não limitada (i) a ausência de eventos adversos relevantes na Companhia e nos Acionistas Vendedores e em seus negócios; (ii) a execução de certos procedimentos pelos auditores independentes da Companhia; (iii) a entrega de opiniões legais e cartas negativas de conforto (*negative comfort letter*) pelos assessores jurídicos da Companhia, dos Acionistas Vendedores, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional; e (ii) a assinatura de compromissos de restrição à negociação de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e por determinados acionistas e Administradores da Companhia, dentre outras providências necessárias. De acordo com o Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional, a Companhia e os Acionistas Vendedores assumiram a obrigação de indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

Adicionalmente, o Contrato de Colocação Internacional obriga a Companhia bem como os Acionistas Vendedores a indenizarem os Agentes de Colocação Internacional caso eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes relativas às informações de sua respectiva responsabilidade nos *Offering Memoranda*. O Contrato de Colocação Internacional possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais. Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e contra os Acionistas Vendedores no exterior. Estes procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nestes processos. Se eventualmente a Companhia for condenada em um processo no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, tal condenação poderá ocasionar um impacto significativo e adverso na Companhia e em seus negócios. Para informações adicionais, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior*. *Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil*", na página 78 deste Prospecto.

Após a divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Distribuição estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, nos endereços físicos indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 68 deste Prospecto.

Violações de Normas de Conduta

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas nos respectivos termos de adesão ao Contrato de Distribuição, na carta convite disponibilizada pelo Coordenador Líder ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400 e no Código ANBIMA, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis, (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, sendo cancelados todos os Pedidos de Reserva que tenha recebido e a Instituição Consorciada deverá informar imediatamente aos respectivos investidores sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos pela Instituição Consorciada integralmente aos respectivos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos eventualmente incidentes, bem como aqueles cuja alíquota for superior a zero ou venha a ser majorada, (ii) arcará integralmente com quaisquer custos e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Participante da Oferta, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores, (iii) indenizará, manterá indene e isentará os Coordenadores da Oferta, suas afiliadas e respectivos administradores, acionistas, sócios, funcionários e empregados, bem como os sucessores e cessionários dessas pessoas por toda e qualquer perda que estes possam incorrer; e (iv) poderá ter suspenso, por um período de 6 meses contados da data da comunicação da violação, o direito de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. A Instituição Consorciada a que se refere esta seção deverá informar imediatamente o referido cancelamento aos investidores de quem tenha recebido Pedidos de Reserva. Os Coordenadores da Oferta não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem suas intenções de investimento, Pedidos de Reserva cancelados por força do descredenciamento da Instituição Consorciada.

Restrições à Negociação das Ações ("*Lock-up*")

[A Companhia, os Acionistas Vendedores, determinados acionistas da Companhia e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia] obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, pelo período de [180] dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, a não efetuar, direta ou indiretamente, quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer **Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up***, sujeito a determinadas exceções: (i) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (ii) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias para adquirir os Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (iii) celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou qualquer acordo que transfira a outros, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; ou (iv) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) a (iii)]. [Ainda, no âmbito do Contrato de Colocação Internacional, aplicam-se também as seguintes restrições em relação aos Valores Mobiliários Sujeitos ao Lock-up: (i) estabelecer ou aumentar uma posição de venda ou liquidar ou diminuir uma posição de compra de Valores Mobiliários Sujeitos ao Lock-up, nos termos da Seção 16 do Exchange Act; e (ii) protocolar um pedido de registro de oferta pública junto à SEC relacionada aos Valores Mobiliários Sujeitos ao Lock-up, sem autorização prévia dos Agentes de Colocação Internacional.]

As vedações listadas acima não se aplicarão nas hipóteses: [(i) doações de boa-fé, desde que, antes de tal doação, o respectivo donatário comprometa-se com os Coordenadores da Oferta por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de *lock-up*; (ii) transferências a um *trust* em benefício direto ou indireto do próprio signatário do instrumento de *lock-up* e/ou de familiares imediatos do mesmo, desde que, antes de tal transferência, o *trust* comprometa-se por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de *lock-up*; e (iii) transferências realizadas para fins de empréstimo de ações pelo signatário do instrumento de *lock-up* para um Coordenador da Oferta ou a qualquer instituição indicada por tal Coordenador da Oferta, de um determinado número de ações para fins de realização das atividades de estabilização do preço das Ações, nos termos do Contrato de Distribuição e do Contrato de Estabilização.] [No âmbito do Contrato de Colocação Internacional, aplicar-se-ão as seguintes exceções: (i) venda de Ações no Brasil nos termos do Contrato de Distribuição; (ii) emissões pela Companhia de Ações de acordo com a conversão ou troca de valores mobiliários conversíveis ou permutáveis ou o exercício de bônus de subscrição ou opções existentes na data de celebração do Contrato de Colocação Internacional, conforme venham a estar descritos no General Disclosure Package e no Final Offering Memorandum (conforme definições previstas no Contrato de Colocação Internacional); (iii) concessões pela Companhia de opções de ações para diretores, executivos e funcionários, de acordo com os termos de um plano de opção de ações devidamente aprovado ou outro plano de remuneração baseado em ações em vigor na data do Contrato de Colocação Internacional, conforme descrito no General Disclosure Package e no Final Offering Memorandum ou plano de opção de ações ou outro plano de remuneração baseado em ações da Companhia divulgado no General Disclosure Package e no Final Offering Memorandum (conforme definições previstas no Contrato de Colocação Internacional), e emissões ou transferências de ações ordinárias de acordo com o exercício de tais opções ou planos; (iv) com relação aos Acionistas Vendedores, como bona fide gifts; desde que, antes de tal transferência, o adquirente das Ações venha a aderir expressamente e por escrito às obrigação de lock-up previstas no Contrato de Colocação Internacional; (v) também com relação aos Acionistas Vendedores, como disposições a qualquer trust para o benefício direto ou indireto dos Acionistas Vendedores e/ou a família imediata (conforme detalhado no Contrato de Colocação Internacional) dos Acionistas Vendedores, desde que, antes de qualquer transferência, o respectivo trust ou familiar imediato venha a aderir expressamente e por escrito às obrigação de lock-up previstas no Contrato de Colocação Internacional; (vi) ainda com relação aos Acionistas Vendedores, a qualquer uma de suas afiliadas (conforme tal termo é definido na Rule 405 do Securities Act), desde que, antes de qualquer transferência, o adquirente das respectivas Ações venha a aderir expressamente e por escrito às obrigação de lock-up previstas no Contrato de Colocação Internacional; e (vii) mediante consentimento por escrito dos Agentes de Colocação Internacional.]

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das Ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações da Companhia. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – *A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia após a conclusão da Oferta e/ou após o período de* Lock-up *pode afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia*", na página 75 deste Prospecto.**

Instituição Financeira Escrituradora das Ações

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração das ações ordinárias de emissão da Companhia é o Banco Bradesco S.A.

Reserva de Capital

O equivalente a [•]% do Preço por Ação de R$[•] (que é o preço médio da Faixa Indicativa) será destinado à conta de capital social da Companhia, e os [•]% remanescentes serão destinados à reserva de capital da Companhia.

Cronograma Tentativo Estimado da Oferta

Segue, abaixo, um cronograma tentativo indicativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir da data de protocolo do pedido dos registros da Oferta junto à CVM:

#	Eventos	Data[1]
1	Protocolo dos pedidos de registro da Oferta junto à CVM	[•] de [•] de 2021
2	Divulgação do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas) Disponibilização deste Prospecto Preliminar Início das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) Início do Procedimento de *Bookbuilding*	[•] de [•] de 2021
3	Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas) Início do Período de Reserva Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	[•] de [•] de 2021
4	Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	[•] de [•] de 2021
5	Encerramento do Período de Reserva	[•] de [•] de 2021
6	Encerramento das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* Fixação do Preço por Ação Aprovação do Preço por Ação pela Companhia Assinatura do Contrato de Distribuição, do Contrato de Colocação Internacional e dos demais contratos relacionados à Oferta Início do prazo de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar	[•] de [•] de 2021
7	Concessão dos registros da Oferta pela CVM da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" pela CVM Divulgação do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo	[•] de [•] de 2021
8	Início de negociação das Ações no segmento do Novo Mercado da B3 Início do prazo de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar	[•] de [•] de 2021
9	Data de Liquidação	[•] de [•] de 2021
10	Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar	[•] de [•] de 2021
11	Data limite para a liquidação das Ações do Lote Suplementar	[•] de [•] de 2021
12	Data limite para a divulgação do Anúncio de Encerramento	[•] de [•] de 2021

(1) Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

Será admitido o recebimento de reservas a partir da nova divulgação do Aviso ao Mercado (com o logotipo das Instituições Consorciadas), para subscrição/aquisição das Ações, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente após o início do Prazo de Distribuição.

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, este cronograma será alterado, nos termos da Instrução da CVM 400. Quaisquer comunicados ao mercado relativos a tais eventos relacionados à Oferta serão informados por meio de anúncio divulgado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, constantes da seção "Informações sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 67 deste Prospecto, mesmos meios utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início.

Para informações sobre os prazos, termos, condições e forma para devolução e reembolso dos valores dados em contrapartida às Ações, nos casos de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, consulte este Prospecto. Para informações sobre os prazos, condições e preço de revenda no caso de alienação das Ações integralizadas/liquidadas pelos Coordenadores da Oferta, em decorrência do exercício da Garantia Firme de Liquidação, nos termos descritos no Contrato de Distribuição, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação" na página 61 deste Prospecto.

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta realizarão apresentações aos investidores (*roadshow*), no Brasil e no exterior, no período compreendido entre a data em que este Prospecto for disponibilizado e a data em que for determinado o Preço por Ação, inclusive.

Inadequação da Oferta

Não há inadequação específica da Oferta a certo grupo ou categoria de investidor. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimentos. Portanto, uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais e aos setores em que a Companhia atua. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

O investimento em ações representa um investimento de risco, uma vez que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor da economia em que esta atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações é um investimento em renda variável, não sendo, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever/adquirir Ações ou, com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta

O Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com o logotipo das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta serão disponibilizados, até o encerramento da Oferta, exclusivamente nas páginas na rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3.

[Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, os Acionistas Vendedores foram dispensados pela CVM de divulgar o Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com logotipos das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta, uma vez que os Acionistas Vendedores não possuem página própria registrada na rede mundial de computadores para este fim.]

COMPANHIA

Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A

https://www.ri.wdcnet.com.br (neste *website*, clicar em [•]).

COORDENADORES DA OFERTA

Banco BTG Pactual S.A.

https://www.btgpactual.com/investment-bank (neste *website*, clicar em "Mercado de Capitais - Download", depois clicar em "2021" e, a seguir, logo abaixo de "Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias da Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.", clicar no link específico de cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta).

Banco Bradesco BBI S.A.

https://www.bradescobbi.com.br/Site/Home/Default.aspx (neste *website*, identificar "IPO Livetech Da Bahia Indústria E Comércio S.A. " e, então, clicar em "Anúncio ou Aviso ao Mercado").

Banco Itaú BBA S.A.

http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/ (neste *website*, acessar "Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.", clicar em "2021", em "Oferta Pública de Ações (IPO)" e, em seguida, clicar no link específico de cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta).

Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

https://corporateportal.brazil.citibank.com/prospectos.html (neste *website*, clicar em "Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A." e, a seguir, clicar em "2021", na sequência, clicar em "Oferta Pública Inicial de Ações ("IPO") e, por fim, selecionar o título do documento correspondente).

INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (www.b3.com.br).

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

www.gov.br/cvm (neste *website* acessar "Central de Sistemas" na página inicial, acessar "Ofertas Públicas", em seguida, na tabela de "Primárias", clicar no item "Ações", depois, na página referente a "Ofertas Primárias em Análise", na tabela "Oferta Inicial (IPO) – Volume em R$", acessar o link referente à "Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.", no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO

http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ (neste *website* acessar "Ofertas em andamento", clicar em "Empresas", depois clicar em "Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.", link no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da oferta). Informações Adicionais

Informações Adicionais

Mais informações sobre a Oferta e sobre o procedimento de reserva das Ações poderão ser obtidas junto aos Coordenadores da Oferta, nos endereços e telefones abaixo mencionados e, no caso de Investidores Não Institucionais, também junto às Instituições Consorciadas.

É recomendada aos investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência em especial as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", nas páginas 20 e 39, respectivamente, deste Prospecto, bem como a seção "4. Fatores de Risco" constante do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, antes da tomada de qualquer decisão de investimento.

[Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, os Acionistas Vendedores foram dispensados pela CVM de divulgar este Prospecto, uma vez que os Acionistas Vendedores não possuem página própria registrada na rede mundial de computadores para este fim.]

Os investidores que desejarem obter acesso a este Prospecto, ao Formulário de Referência ou informações adicionais sobre a Oferta deverão acessar as seguintes páginas da rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e/ou da B3.

COMPANHIA

Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.
Rodovia BA-262, Ilhéus X Uruçuca
45658-335, Ilhéus, BA
At.: André Luiz Sandoval Valente
Tel.: (11) 3035-3777
E-mail: ri@wdcnet.com.br
www.ri.wdcnet.com.br (neste *website*, acessar [•]).

COORDENADORES DA OFERTA

Banco BTG Pactual S.A.
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.477
CEP 04538-133, São Paulo, SP
At.: Sr. Fabio Nazari
Tel.: +55 (11) 3383-2000
Fax.: +55 (11) 3383-2001
https://www.btgpactual.com/home/investment-bank (neste *website*, clicar em "Mercado de Capitais - Download", depois clicar em "2021" e, a seguir, logo abaixo de "Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias da Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A." escolher o link "Prospecto Preliminar").

Banco Bradesco BBI S.A.
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1309, 10º andar
04543-011, São Paulo, SP
At.: Claudia Bollina Mesquita
Tel.: +55 (11) 3847-5488
https://www.bradescobbi.com.br/Site/Home/Default.aspx (neste *website*, identificar "IPO Livetech Da Bahia Indústria E Comércio S.A." e, então, clicar em "Anúncio ou Aviso ao Mercado")

Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Renata Dominguez
Tel.: + 55 (11) 3708-8876
http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/ (neste *website*, clicar em [•]).

Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Paulista, nº 1.111, 16º andar
01311-920, São Paulo, SP
At.: Sr. Marcelo Millen
Tel.: +55 (11) 4009-2073
https://corporateportal.brazil.citibank.com/prospectos.html (neste *website*, clicar em "Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A." e, a seguir, clicar em "2021", na sequência, clicar em "Oferta Pública Inicial de Ações ("IPO") e, por fim, clicar em "Prospecto Preliminar").

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM

Rua de Sete de Setembro, nº 111, 5º andar
CEP 20159-900, Rio de Janeiro, RJ
Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares
CEP 01333-010, São Paulo, SP
www.gov.br/cvm (neste *website* acessar "Central de Sistemas", posteriormente no campo "Informações sobre Companhias", selecionar "Informações periódicas e eventuais de companhias "ITR, DFP, DF, FRE, Fatos Relevantes, Comunicados ao Mercados, entre outros". Nesta página, digitar "Livetech" e, em seguida, clicar em "Continuar" e, na sequência, em "Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.". Ato contínuo, selecionar "Documentos de Oferta de Distribuição Pública" e em seguida "Prospecto Preliminar", posteriormente clicar em "Download" ou "Consulta")

B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO

http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-paraemissores/ofertas-publicas/ (neste *website* acessar "Ofertas em andamento", clicar em "Empresas", depois clicar em "Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.", posteriormente acessar "Prospecto Preliminar")

INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (http://www.b3.com.br/).

O Aviso ao Mercado foi intencionalmente divulgado sem a indicação das Instituições Consorciadas e será novamente divulgado em [•] de [•] de 2021, dia de início do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, com a indicação das Instituições Consorciadas que aderiram à Oferta. A partir de tal data, informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas poderão ser obtidas na página da rede mundial de computadores da B3.

Este Prospecto não constitui uma oferta de venda das Ações nos Estados Unidos ou em qualquer outra jurisdição em que a venda seja proibida, sendo que não foi e não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil. As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, sem que haja o registro sob o *Securities Act,* ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*. Exceto pelo registro da Oferta na CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não registraram e não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. Qualquer informação aqui contida não deverá ser levada, transmitida, divulgada, distribuída ou disseminada nos Estados Unidos.

Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre a Companhia, os Acionistas Vendedores e a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta recomendam que os investidores que baseiem suas decisões de investimento nas informações constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência.

O investimento em ações representa um investimento de risco, uma vez que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive aqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor da economia em que esta atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações é um investimento em renda variável, não sendo, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais.

LEIA ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES", NAS PÁGINAS 20 E 39, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO, BEM COMO A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANEXO A ESTE PROSPECTO, PARA CIÊNCIA E AVALIAÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO COM RELAÇÃO À COMPANHIA, À OFERTA E AO INVESTIMENTO NAS AÇÕES.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

O investimento nas Ações envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" na página 20 deste Prospecto, os riscos constantes da seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e respectivas notas explicativas, anexados a este Prospecto.

As atividades da Companhia, sua situação financeira, reputação, seus resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros podem ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos e/ou outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou a totalidade de seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia acredita que poderão lhe afetar e afetar os titulares de ações ordinárias de sua emissão de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidas pela Companhia ou pelos Acionistas Vendedores, ou que atualmente a Companhia considere irrelevantes, também podem prejudicar suas atividades de maneira significativa.

Para os fins desta seção, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter ou causará ou terá "um efeito adverso para a Companhia" ou lhe "afetará adversamente" ou o uso de expressões similares significa que o risco, incerteza ou problema pode ou poderá resultar em um efeito material adverso em seus negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado de ações ordinárias de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

Esta seção faz referência apenas aos fatores de risco relacionados à Oferta e às Ações. Para os demais fatores de risco, os investidores devem ler a seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" na página 20 deste Prospecto e a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

A extensão da pandemia de COVID-19, a percepção de seus efeitos e a forma como a pandemia afetará os negócios da Companhia dependem de eventos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, assim como seus potenciais desdobramentos e consequências, e podem resultar em um efeito adverso relevante para a Companhia e sua condição financeira, resultados de operações e fluxo de caixa e a capacidade de continuar operando seus negócios.

Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como as provocadas pelo zika vírus, pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS), afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde ("**OMS**") declarou a pandemia de COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Civ-2). Na prática, tal declaração significou o reconhecimento pela OMS de que, desde então, o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas. A pandemia de COVID-19 demandou medidas restritivas por parte de autoridades governamentais mundiais, com o objetivo de proteger a população, resultando em restrições no fluxo de pessoas (incluindo quarentena e *lockdown*, e limitações a viagens e à utilização de transportes públicos), no fechamento prolongado de locais de trabalho, em interrupções na cadeia de suprimentos, no fechamento do comércio e na redução generalizada de consumo.

No Brasil, estados e municípios, incluindo aqueles onde a Companhia atua, adotaram as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde para controlar a propagação da doença, como distanciamento social e consequente restrição à circulação, que resultaram no fechamento de restaurantes, bares, hotéis, shopping centers, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos. Além disso, essas medidas influenciaram no comportamento da população em geral, inclusive dos clientes da Companhia, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de companhias de diversos setores, bem como na redução drástica de consumo e aumento do desemprego. Muitas dessas medidas restritivas continuam sendo adotadas pelos estados e municípios brasileiros, incluindo nas localidades em que a Companhia opera, na data deste Prospecto e outras medidas restritivas do que aquelas que estão em vigor poderão ser adotadas pelas autoridades a qualquer momento. Considerando os produtos da Companhia são, em parte, destinados aos referidos estabelecimentos, mesmo que de forma indireta, na medida em que as atividades de tais estabelecimentos não sejam retomadas de forma plena por conta da pandemia de COVID-19, os resultados de operações e a condição financeira da Companhia podem ser adversamente afetados. As restrições à circulação podem também ocasionar interrupções ou atraso na entrega de produtos e serviços que oferecemos, o que pode causar perda de clientes e reduzir nossas receitas. Além disso, como resultado de eventual desaceleração econômica no Brasil, decorrente das medidas tomadas em atenção à pandemia de COVID-19, os clientes e fornecedores da Companhia poderão solicitar a renegociação de acordos existentes, com possível aumento de inadimplência e, portanto, afetar adversamente nos resultados de operações e na condição financeira da Companhia.

A pandemia pode, também, em análise extensiva, causar perturbações materiais nos negócios e operações da Companhia no futuro como resultado de, por exemplo, ataques cibernéticos, absenteísmo de nossos funcionários e dificuldades relacionadas à execução dos serviços por parte dos funcionários da Companhia como resultado de doença ou outros fatores como medidas de distanciamento social, restrições relacionadas à locomoção, ou outras restrições. Se uma porcentagem significativa de nossa força de trabalho não puder trabalhar, inclusive por motivo de doença, ou restrições governamentais relacionadas à locomoção motivadas pela pandemia, as operações da Companhia podem ser adversamente afetadas. Um período prolongado de trabalho remoto também pode aumentar nossos riscos operacionais, incluindo, mas não limitado a riscos de segurança cibernética, o que pode prejudicar a nossa capacidade de gerenciar e operar os negócios da Companhia, além do aumento de rotatividade (*turnover*) e afastamento de colaboradores em consequência de impactos à saúde mental. Ainda, o prolongamento da pandemia de COVID-19 pode representar um aumento de custos a serem destinados às medidas de adaptação às regras de distanciamento social, quarentena e protocolo sanitário para a Companhia.

No contexto da recessão econômica no Brasil causada pela pandemia de COVID-19, a Companhia também pode enfrentar dificuldades no cumprimento dos *covenants* financeiros aos quais está sujeita de acordo com os seus contratos de financiamento, ou na obtenção de novos financiamentos de instituições financeiras. Se os negócios da Companhia não gerarem fluxos de caixa operacionais suficientes, ou outros recursos não estiverem disponíveis para a Companhia por meio de empréstimos através das linhas de crédito ou de outras fontes, a Companhia pode não conseguir cobrir as despesas, cumprir as obrigações com terceiros (inclusive fornecedores), investir no crescimento do negócio, responder aos desafios competitivos ou atender outras necessidades de liquidez e capital, o que pode prejudicar os negócios da Companhia.

Adicionalmente, em decorrência da pandemia de COVID-19, a cadeia de suprimento global está ameaçada e os fabricantes de equipamentos tecnológicos já reduziram o fornecimento de peças e/ou de matérias-primas. Em decorrência dessa redução e de eventuais paralisações, as empresas cuja cadeia de suprimentos dependem de fabricantes externos, principalmente da China, incluindo a Companhia, poderão ter seu estoque afetado e, consequentemente, redução na sua receita.

Ao longo de 2020 a Companhia observou alguns atrasos no envio de equipamentos de fabricantes internacionais, principalmente chineses, decorrentes de problemas logísticos causados pela pandemia. Além disso, a Companhia precisou renegociar os prazos de recebimento de alguns clientes, dando maior prazo para que estes pudessem pagar seus saldos devedores com a Companhia. Por fim, no primeiro trimestre de 2020 a Companhia foi obrigada a interromper seus planos de realizar oferta pública de valores imobiliários, em função da volatilidade do mercado de capitais brasileiro naquele período, causadas pela pandemia.

O alcance total do impacto da pandemia de COVID-19 sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia depende dos desdobramentos futuros, inclusive a duração e a disseminação da pandemia, que são incertos e imprevisíveis, especialmente no Brasil, de seu impacto sobre os mercados de capital e financeiro e qualquer nova informação, hoje desconhecida, incluindo sobre a gravidade do vírus, de sua disseminação para outras regiões, das ações tomadas para contê-la de suas possíveis mutações, entre outras. A Companhia não tem conhecimento de eventos comparáveis que possam fornecer uma orientação quanto ao efeito da disseminação de COVID-19 e de uma pandemia global e, como resultado, o impacto final do surto de COVID-19 é incerto. Mesmo após a diminuição do surto de COVID-19, um recessão e/ou desaceleração econômica, notadamente no Brasil, incluindo aumento do desemprego, pode resultar em (i) menor atividade comercial e de consumo; (ii) menor confiança dos agentes econômicos; e (iii) aumento do inadimplemento dos clientes e fornecedores, o que pode ter um impacto adverso nos nossos negócios.

Qualquer surto de uma doença que afete o comprometimento da população ou que demande políticas públicas de restrição à circulação de pessoas e/ou de contato social pode ter um impacto adverso nos nossos negócios, bem como na economia brasileira. Surtos de doenças ou o avanço da atual pandemia de COVID-19 podem (i) impactar significativamente a cadeia de fornecimento de materiais, equipamentos de proteção individual ou as operações dos prestadores de serviços da Companhia caso suas operações venham a ser interrompidas ou suspensas ou sofrerem os efeitos de um agravamento ou uma nova onda de disseminação de COVID-19; (ii) afetar a capacidade dos clientes de cumprirem com suas obrigações conosco, impactando seus fluxo de caixa e liquidez; (iii) provocar o fechamento das nossas operações; (iv) causar contaminação da alta gerência, prejudicando a nossa gestão; (v) causar contaminação dos nossos funcionários e colaboradores, prejudicando a condução das operações da Companhia, e (vi) causar impactos financeiros diversos como, por exemplo, elevar o risco de crédito com contrapartes e inadimplência de clientes, o que prejudicaria o regular desenvolvimento dos nossos negócios.

A Companhia não pode garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão. E, caso aconteçam, a Companhia não pode garantir que serão capazes de impedir um impacto negativo em seus negócios de dimensão igual ou superior ao impacto provocado pela pandemia de COVID-19. Além disso, não podemos garantir que as medidas restritivas impostas por alguns estados e municípios, bem como os impactos decorrentes da pandemia nos negócios da Companhia, conforme descritos acima, não venham a se agravar caso o Brasil ou a China, país de onde a Companhia importa parte de seus insumos, enfrentem novas ondas do COVID-19. A título exemplificativo, a pandemia de COVID-19 afetou a produção de vidro na China, tendo causado o fechamento de algumas das maiores indústrias locais. O vidro é um dos principais componentes utilizados na fabricação de painéis solares fotovoltaicos – equipamento comercializado pela Companhia – e a China é responsável por cerca de 80% da produção mundial destes equipamentos. Consequentemente, a redução na oferta de vidro provocou uma elevação dos preços no mercado global de painéis solares fotovoltaicos. Segundo informações da Bloomberg, a indústria solar poderá ter uma disponibilidade de vidro 30% menor que sua demanda deste insumo em 2021.

Para mais informações sobre os impactos da pandemia do COVID-19 nos negócios da Companhia, veja item 10.9 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

A volatilidade e a iliquidez inerentes ao mercado de capitais brasileiro podem limitar substancialmente a capacidade dos investidores de venderem as ações ordinárias de emissão da Companhia pelo preço e no momento desejado.

O investimento em valores mobiliários brasileiros, como as ações ordinárias de emissão da Companhia, envolve frequentemente um risco maior que o investimento em valores mobiliários de emissores em determinados outros países e geralmente são considerados mais especulativos por natureza. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, incluindo: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado de capitais brasileiro é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, como Estados Unidos ou Europa. A Companhia não pode garantir que, após a conclusão de sua oferta pública inicial de distribuição, haverá um mercado líquido, o que pode limitar a capacidade do respectivo investidor de vender as ações ordinárias de sua emissão pelo preço e no momento desejados.

Adicionalmente, a B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão ou seu eventual sucessor pode ser regulada de forma diferente da qual os investidores estrangeiros estão acostumados, o que pode limitar a capacidade dos acionistas de venderem seus ativos ao preço e momento desejados. Além disso, o preço das ações alienadas em uma oferta pública está, frequentemente, sujeito à volatilidade imediatamente após sua realização. O preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia pode variar significativamente como resultado de vários fatores, alguns dos quais além do controle da Companhia.

A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia após a conclusão da Oferta e/ou após o período de Lock-up pode afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia.

[A Companhia, os Acionistas Vendedores, determinados acionistas e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia] celebrarão acordos de restrição à venda de ações ordinárias de emissão da Companhia (*Lock-up*), por meio dos quais se comprometerão a, sujeitos tão somente às exceções previstas no Contrato de Distribuição e no Contrato de ColocaçãoInternacional, durante o período de [•] dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, até a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Após tais restrições terem se extinguido, as ações ordinárias de emissão da Companhia estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou percepção de uma possível venda de um número substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o valor de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Para informações adicionais, ver a seção “Informações Sobre a Oferta – Restrições à Negociação de Ações (*Lock-up*)” na página 64 deste Prospecto.

Eventual descumprimento por quaisquer das Instituições Consorciadas de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, com o consequente cancelamento de todos Pedidos de Reserva feitos perante tais Instituições Consorciadas.

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Distribuição, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as Ações, emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações. Caso tal desligamento ocorra, a(s) Instituição(ões) Consorciada(s) em questão deverá(ão) cancelar todos os Pedidos de Reserva que tenha(m) recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada). Para mais informações, ver a seção "Informações Sobre a Oferta – Violações de Norma de Conduta" na página 64 deste Prospecto.

A necessidade de captação de recursos adicionais pela Companhia por meio de emissão de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações poderá diluir a participação acionária dos investidores na Companhia ou não ser economicamente satisfatória.

A Companhia pode precisar captar recursos adicionais no futuro, a serem obtidos inclusive por meio de emissões públicas ou privadas de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia. A obtenção de recursos, pela Companhia, por meio da emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, poderá resultar em alteração na quantidade de ações em circulação e no preço das ações, e, consequentemente, na diluição da participação acionária dos referidos acionistas, que poderão passar a ter menor participação proporcional em rendimentos e menor poder de influência nas decisões tomadas pela Companhia, caso estes não exerçam, por qualquer motivo, os seus direitos de preferência na subscrição de novas ações emitidas em decorrência de tais novas ofertas de ações para obtenção de capital adicional no futuro.

Uma oferta pública de distribuição de ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia pode ser realizada, inclusive, com a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia, observados os requisitos legais e regulamentares, podendo resultar na diluição da participação dos seus acionistas no capital social. A Companhia não pode assegurar a disponibilidade de capital adicional ou, ainda, que as condições de captação serão economicamente satisfatórias. A falta de acesso a capital adicional em condições satisfatórias e o aumento nas taxas de juros pode afetar adversamente o crescimento da Companhia, o que pode vir a prejudicar a performance das suas atividades, situação financeira e resultados operacionais e, consequentemente, a cotação de seus valores mobiliários.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

O Preço por Ação será fixado com base no resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding* em [até] [20%] da quantidade de ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, somente não será permitida a colocação de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar).

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

Adicionalmente, os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadre dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. Tais operações poderão influenciar a demanda e, consequentemente, o preço das Ações e, deste modo, o Preço por Ação poderá diferir dos preços que prevalecerão no mercado após a conclusão desta Oferta.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar).

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, caso as Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) não sejam integralmente subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Distribuição, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimentos automaticamente cancelados, sendo que os valores, eventualmente depositados, serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada). Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Suspensão ou Cancelamento da Oferta” na página 60 deste Prospecto.

Como resultado do Procedimento de Bookbuilding, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores de Varejo poderão exercer a opção de desistir de seus Pedidos de Reserva.

Caso o Preço por Ação seja fixado abaixo do valor resultante da subtração entre o valor mínimo da Faixa Indicativa e o valor equivalente a 20% do valor máximo da Faixa Indicativa, os Investidores de Varejo poderão desistir de seu Pedido de Reserva, o que poderá resultar em uma menor dispersão acionária do capital social da Companhia do que aquela inicialmente esperada.

Ademais, a fixação do Preço por Ação em valor inferior à Faixa Indicativa poderá resultar em captação de recursos líquidos em montante consideravelmente menor do que o inicialmente projetado para as finalidades descritas na seção "Destinação dos Recursos", na página 92 deste Prospecto, e afetar a capacidade da Companhia de executar o plano de negócios da Companhia, o que poderá ter impactos no crescimento e nos resultados das operações da Companhia.

Investidores que subscreverem/adquirirem Ações poderão sofrer diluição imediata e substancial no valor contábil de seus investimentos.

O Preço por Ação poderá ser fixado em valor superior ao patrimônio líquido por ação das ações emitidas e em circulação imediatamente após a Oferta. Como resultado desta diluição, em caso de liquidação da Companhia, os investidores que subscreverem/adquirirem Ações por meio da Oferta poderão receber um valor significativamente menor do que o preço que pagaram ao subscrever/adquirir as Ações na Oferta.

Para mais informações sobre a diluição da realização da Oferta, consulte a seção "Diluição", na página 107 deste Prospecto.

A realização desta Oferta, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

A Oferta compreende a distribuição primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações no exterior, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros. Os esforços de colocação das Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda* e em outros documentos relacionados à colocação das Ações no exterior.

Adicionalmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores são parte do Contrato de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Colocação Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que a Companhia e os Acionistas Vendedores os indenizem, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

A Companhia e os Acionistas Vendedores também prestam diversas declarações e garantias relacionadas aos negócios da Companhia e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e os Acionistas Vendedores no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos, mesmo que fique provado que nenhuma incorreção foi cometida. Uma eventual condenação da Companhia em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, poderá envolver valores elevados, poderá afetar negativamente a Companhia e seus negócios.

A piora de condições econômicas e de mercado, em geral, ou a percepção de risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos e países de mercados emergentes, pode afetar negativamente a economia brasileira e o preço de mercado de valores mobiliários brasileiros.

O preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros é afetado por condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos, China, países europeus, bem como outros países latino-americanos e de mercados emergentes. As condições econômicas na Europa, na China e nos Estados Unidos possam diferir significativamente das condições econômicas do Brasil, as reações dos investidores a acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso sobre o preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros. Os preços das ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, por exemplo, foram historicamente sensíveis a flutuações nas taxas de juros nos Estados Unidos, bem como a variações das principais bolsas dos Estados Unidos. Além disso, as crises em outros países da América Latina e de economia emergente ou as políticas econômicas de outros países, em especial dos Estados Unidos e países da União Europeia, podem reduzir o interesse dos investidores por títulos e valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo as ações de nossa emissão. Esses eventos podem afetar negativamente o preço de mercado das nossas ações, restringir o nosso acesso aos mercados de capitais e comprometer a nossa capacidade de financiar as nossas operações no futuro com termos favoráveis ou independentemente dos termos.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países de economia emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, consequentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil e direta ou indiretamente, impactaram o mercado de capitais e a econômica brasileira, como as flutuações no preço dos títulos emitidos por empresas listadas, reduções na oferta de crédito, deterioração econômica global, flutuação das taxas de câmbio e inflação, entre outras. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos que, direta ou indiretamente, afetaram de forma negativa a economia e o mercado de capitais do Brasil, como (i) oscilações no preço de mercado de emissores brasileiros; (ii) indisponibilidade de crédito; (iii) redução do consumo; (iv) desaceleração da economia; (v) instabilidade cambial; e (vi) pressão inflacionária. Além disso, as instituições financeiras podem não estar dispostas a renovar, estender ou conceder novas linhas de crédito em condições economicamente favoráveis, ou não serem capazes ou não estarem dispostas a honrar seus compromissos. Qualquer desses acontecimentos pode prejudicar a negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia, além de dificultar seu acesso ao mercado de capitais e o financiamento de suas operações no futuro, seja em termos aceitáveis ou absolutos. Estes desenvolvimentos, bem como potenciais crises e formas de instabilidade política daí decorrentes ou qualquer outro desenvolvimento imprevisto, podem afetar negativamente a Companhia e o valor de mercado de suas ações.

Uma eventual recessão e/ou desaceleração econômica global, especialmente nos Estados Unidos e países de mercados emergentes, inclusive em decorrência dos efeitos da pandemia de COVID-19, pode afetar negativamente a economia brasileira e, por sua vez, levar a uma menor atividade comercial e de consumo, bem como a um aumento em nossas perdas e provisões para devedores duvidosos. Se as condições econômicas no Brasil piorarem devido, entre outros fatores, à redução do nível de atividade econômica, à desvalorização do Real, à inflação ou ao aumento da taxa doméstica de juros ou ao aumento do nível de desemprego, um maior percentual de nossos clientes pode se tornar inadimplente, causando efeito relevante adverso em nossos negócios.

Não só a economia brasileira, mas também a de outros países, pode ser afetada de forma geral pela variação das condições econômicas do mercado internacional, e notadamente pela conjuntura econômica dos Estados Unidos, China, países europeus, bem como outros países latino-americanos. Ainda, eventuais reduções na oferta de crédito e a deterioração das condições econômicas em outros países, em alguma medida, pode prejudicar os preços de mercado dos valores mobiliários brasileiros de maneira geral, inclusive das ações de nossa emissão. Adicionalmente, o risco de default de países em crise financeira, dependendo das circunstâncias, pode reduzir a confiança dos investidores internacionais e trazer volatilidade para os mercados. Na medida em que problemas econômicos em países de mercados emergentes ou em outros lugares afetem o Brasil negativamente, o nosso negócio e o preço de mercado das nossas ações ordinárias também podem ser afetados negativamente.

A diminuição do investimento estrangeiro no Brasil pode afetar negativamente o crescimento e a liquidez na economia brasileira, que, por sua vez, pode ter um impacto negativo sobre os nossos negócios.

A interrupção ou volatilidade nos mercados financeiros globais pode aumentar ainda mais os efeitos negativos sobre o cenário econômico e financeiro no Brasil, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre nós.

Adicionalmente, desde dezembro de 2019, a COVID-19, disseminou-se globalmente. Esse evento causou e deve continuar a causar disrupção da atividade econômica regional e global, o que afetou e pode continuar a afetar a nossa Companhia adversamente. A extensão dos efeitos da pandemia causada pelo novo coronavírus e/ou outras doenças sobre a crise global dependerá de acontecimentos futuros, que são altamente incertos e não podem ser previstos, incluindo novas informações que podem surgir a respeito de novas ações para conter ou remediar seus efeitos.

Além disso, em janeiro de 2021, Joe Biden tomou posse como presidente dos Estados Unidos. Não podemos prever os efeitos do mandato de Joe Biden ou de suas políticas. O Presidente dos Estados Unidos tem considerável poder na determinação de políticas e ações governamentais que podem ter um efeito material adverso na economia global e na estabilidade política global. A Companhia não pode garantir que o novo governo adotará políticas destinadas a promover a estabilidade macroeconômica, a disciplina fiscal e o investimento doméstico e estrangeiro, o que pode ter um efeito adverso significativo nos mercados financeiros e de valores mobiliários no Brasil, em empresas brasileiras, incluindo a Companhia, e nos valores mobiliários de emissores brasileiros.

[Caso a Companhia e os Acionistas Vendedores tenham êxito na realização da Oferta, os atuais acionistas controladores da Companhia serão diluídos de modo que poderão deixar de deter mais do que 50% das ações votantes da Companhia, o que poderá tornar a Companhia suscetível a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência ou grupo de acionistas que detenha o controle.

Caso haja a concretização da Oferta, os atuais acionistas controladores da Companhia terão sua participação acionária reduzida, seja em razão da diluição decorrente da emissão primária ou da alienação de ações por eles detidas na oferta secundária, de modo que poderão deixar de deter mais do que 50% do capital votante da Companhia.

Assim, a Companhia estará mais suscetível ao surgimento de um grupo de acionistas agindo conjuntamente que passe a deter o poder decisório das atividades da Companhia e, como consequência, exercer o controle. Além disso, a Companhia poderá ficar mais vulnerável a tentativas hostis de aquisição de controle e a conflitos daí decorrentes e certas deliberações que exigem quórum mínimo poderão não ser atingidas, dificultando o procedimento decisório no âmbito das atividades sociais da Companhia.

Qualquer mudança repentina ou inesperada na administração da Companhia, no seu plano de negócios e direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos podem afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.]

Para mais informações sobre os riscos envolvidos, *veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – "[Uma redução da participação societária dos acionistas controladores da Companhia pode resultar em alteração no controle da Companhia e consequentemente configurar um evento de vencimento antecipado de determinados contratos financeiros, o que poderá afetar adversamente a Companhia.]"*, na página 81 deste Prospecto.

[Uma redução da participação societária dos acionistas controladores da Companhia pode resultar em alteração no controle da Companhia e consequentemente configurar um evento de vencimento antecipado de determinados contratos financeiros, o que poderá afetar adversamente a Companhia.

A Companhia e/ou suas controladas são parte em contratos financeiros, cujos termos preveem vencimento antecipado em caso de alteração no controle, direto ou indireto, da Companhia e/ou suas controladas, conforme aplicável.

Caso haja a concretização da Oferta, os atuais acionistas controladores da Companhia serão diluídos de modo que poderão deixar de deter mais do que 50% das ações de emissão da Companhia. Caso, a qualquer tempo, os atuais acionistas controladores da Companhia efetivamente deixem de deter o controle da Companhia em decorrência de diluição, venda de ações ordinárias por eles detidas ou outra razão, ou caso um novo acionista ou grupo de acionistas seja capaz de efetivamente deter, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral de acionistas e o poder de eleger a maioria dos administradores da Companhia, e caso a Companhia não seja capaz de obter as aprovações necessárias, qualquer dos eventos acima poderá ocasionar a declaração do vencimento antecipado de contratos financeiros da Companhia.]

Adicionalmente, os contratos financeiros da Companhia, além de cláusulas de vencimento antecipado em caso de alteração no controle societário, contêm cláusula de *cross acceleration* e de *cross default*, o que significa que o inadimplemento de obrigação da Companhia no âmbito de um contrato poderá permitir que outros credores declarem o vencimento antecipado, ou mesmo ocasionar o vencimento antecipado automático, conforme o caso, do saldo devedor das respectivas dívidas.

O vencimento antecipado de parte relevante ou de todos os contratos financeiros da Companhia afetaria adversamente a situação financeira da Companhia.

Para mais informações sobre os contratos financeiros da Companhia, vide itens 10.1 e 18.5 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

Os contratos financeiros da Companhia, além de cláusulas de vencimento antecipado em caso de alteração no controle societário, contêm cláusula de cross acceleration e de cross default, o que significa que o inadimplemento de obrigação da Companhia no âmbito de um contrato poderá resultar na decisão dos demais credores em declarar o inadimplemento ou vencimento antecipado das respectivas dívidas. O vencimento antecipado de parte relevante ou de todos os contratos financeiros da Companhia consumiria uma parcela do seu caixa, o que pode afetar adversamente a sua situação financeira da Companhia. Para mais informações sobre os contratos financeiros, vide item 10.1(f) do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.]

A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Os Coordenadores da Oferta e as sociedades de seu conglomerado econômico poderão realizar operações com derivativos como forma de proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swaps*) conforme permitido pelo artigo 48 da Instrução CVM 400.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de total return swap), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; e (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. A realização de tais operações pode constituir uma porção significativa da Oferta e poderá influenciar a demanda e, consequentemente, o preço das Ações da Oferta.

Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e/ou de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta.

A Oferta e suas condições, incluindo o presente Prospecto, passaram a ser de conhecimento público após a realização do protocolo do pedido dos registros da Oferta na CVM. Até a divulgação do Anúncio de Encerramento, poderão ser veiculadas na mídia matérias contendo informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta, ou, ainda, contendo informações que não constam dos Prospectos e/ou do Formulário de Referência.

Tendo em vista que o artigo 48 da Instrução CVM 400 veda qualquer manifestação na mídia por parte da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta sobre a Oferta até a divulgação do Anúncio de Encerramento, eventuais notícias sobre a Oferta poderão conter informações que não foram fornecidas ou que não contaram com a revisão da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta.

Assim, caso sejam divulgadas informações sobre a Oferta ou a Companhia em outros meios que não sejam os Prospectos ou o Formulário de Referência, ou, ainda, caso haja informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta divulgadas na mídia, a CVM, a B3 ou potenciais investidores poderão questionar o conteúdo de tais matérias midiáticas, o que poderá afetar negativamente a tomada de decisão de investimento pelos potenciais investidores, assim como a CVM poderá a seu exclusivo critério, caso haja comprovação ou suspeita de participação de pessoas relacionadas com a Oferta ou a Companhia em tal divulgação, suspender a Oferta, com a consequente alteração de seu cronograma.

[A Companhia arcará com as despesas relacionadas à Oferta, bem como arcará juntamente com os Acionistas Vendedores com as comissões da Oferta, o que impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e poderá afetar adversamente os resultados da Companhia no período subsequente à realização da mesma.]

[Por meio do Contrato de Distribuição, a Companhia arcará juntamente com os Acionistas Vendedores com as comissões da Oferta, de acordo com suas respectivas participações na Oferta, além de assumir a obrigação de pagamento de certas despesas relacionadas à Oferta, incluindo da Oferta Secundária. O desembolso desses valores pela Companhia impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e, por consequência, os valores creditados ao seu patrimônio líquido e poderá impactar negativamente seus resultados no período de apuração subsequente à realização da Oferta. Para mais informações sobre os custos e despesas incorridos pela Companhia com a Oferta, veja a seção “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 48 deste Prospecto.]

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional contêm condições suspensivas em relação à colocação das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar. Caso tais condições não sejam implementadas até a Data de Liquidação e/ou a Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme aplicável, o Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional poderão ser rescindidos e, consequentemente, o registro da Oferta pela CVM será cancelado.

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional condicionam a colocação das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, à implementação de certas condições suspensivas até a Data de Liquidação e/ou a Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme aplicável. Caso as referidas condições suspensivas não sejam implementadas, o Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional poderão ser rescindidos. Nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta pela CVM. Para mais informações, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Contrato de Distribuição e Contrato de Colocação Internacional", na página 61 deste Prospecto. Após a divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Distribuição estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais", na página 68 deste Prospecto.

O cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, por meio de anúncio a ser divulgado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, constantes da seção "Informações sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 67 deste Prospecto, mesmos meios utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de até 3 dias úteis, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada). Para mais informações, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Suspensão ou Cancelamento da Oferta", na página 60 deste Prospecto.

A Companhia pode não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio para os titulares de ações ordinárias de sua emissão.

De acordo com o estatuto social da Companhia, a Companhia deve pagar aos acionistas, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para para compensar prejuízo ou retido, e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta, como a Companhia, suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o conselho de administração informe à assembleia geral de acionistas que tal distribuição é incompatível com a situação financeira da Companhia. Adicionalmente, determinados contratos financeiros celebrados pela Companhia vedam a distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente à época de sua respectiva celebração, caso (i) a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas em tal contratos/escritura; ou (ii) tenha ocorrido e esteja vigente qualquer evento de inadimplemento (para maiores detalhes sobre contratos financeiros, vide itens 3.4, 10.1 e 18.5 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto). Na hipótese da ocorrência desses eventos, os titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio, ou poderão receber apenas o montante dos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, conforme o caso.

Adicionalmente, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderá ser revista e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas da Companhia a título de participação nos resultados.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

Coordenador Líder

O Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A.

Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo BTG Investments, formando o BTG Pactual. O BTG Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões e aquisições, wealth management, asset management e sales and trading (vendas e negociações).

No Brasil, possui escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre e Recife. Possui, ainda, escritórios em Londres, Nova Iorque, Santiago, Cidade do México, Lima, Medellín, Bogotá e Buenos Aires. Na área de asset management, as estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes private, empresas e parceiros de distribuição. Na área de wealth management, o BTG Pactual oferece uma ampla seleção de serviços personalizados, que variam desde *asset management* a planejamento sucessório e patrimonial.

O BTG Pactual também oferece serviços de *sales and trading* (vendas e negociações) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Na área de investment banking, o BTG Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo serviços de subscrição nos mercados de dívida e ações públicos e privados, assessoria em operações de fusões e aquisições e produtos estruturados personalizados.

O BTG Pactual é o líder no ranking de ofertas de ações do Brasil de 2004 a 2015 pelo número de operações, participando de um total de mais de 170 operações no período, segundo o ranking da base de dados internacional Dealogic. Além disso, ficou em 1º lugar em volume e em número de ofertas em 2012 (Dealogic) e sempre em posição de liderança com base em outros rankings desde 2004 (ANBIMA e Bloomberg). Ademais, vale destacar a forte presença do banco na América Latina, tendo conquistado o 1º lugar em volume e em número de ofertas nos anos de 2013 e 2012 (Dealogic, Bloomberg e Thomson Reuters). Demonstrando a sua força no Brasil, o BTG Pactual foi eleito em 2010, 2011 e em 2013 como o "Brazil's Equity House of the Year", segundo a Euromoney.

O BTG Pactual foi também eleito por três vezes "World's Best Equity House" (Euromoney, em 2003, 2004 e 2007), além de "Equity House of the Year" (IFR, 2007). Sua atuação e grande conhecimento sobre a América Latina renderam sete vezes o título de "Best Equity House Latin America" (Euromoney de 2002 a 2005, 2007, 2008 e 2013; IFR em 2013) e o título de "Best Investment Bank" (Global Finance em 2011 e World Finance em 2012). Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de equity research, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de "#1 Equity Research Team Latin America" em 2012, 2014 e 2015, bem como no período de 2003 a 2007 (Institutional Investor, Weighted Rankings).

Adicionalmente, sua expertise é demonstrada pela forte atuação no Brasil, onde o BTG Pactual foi reconhecido pela sua atuação nos últimos anos, como primeiro colocado no ranking da Institutional Investor de 2003 a 2009, e 2012 a 2015 e como segundo colocado em 2010 e 2011, segundo o ranking publicado pela revista Institutional Investor.

O BTG Pactual apresentou forte atuação em 2010 no mercado de ofertas públicas de renda variável, participando das ofertas de *follow-on* do Banco do Brasil, JBS, Even, PDG Realty, Petrobras, Lopes, Estácio Participações e Anhanguera Educacional, bem como da abertura de capital da Aliansce, Multiplus, OSX, EcoRodovias, Mills, Júlio Simões e Brasil Insurance. Esta posição foi alcançada em função do forte relacionamento do BTG Pactual com seus clientes, com sua atuação constante e de acordo com a percepção de valor agregado para suas operações, fato comprovado pela sua atuação em todas as operações de follow-on das empresas nas quais participou em sua abertura de capital.

Em 2011, realizou as seguintes ofertas: *follow-on* de Tecnisa, Ternium, Direcional, Gerdau, BR Malls, e Kroton; e as ofertas públicas iniciais de QGEP, IMC, T4F, Magazine Luiza e Brazil Pharma. Deve-se destacar também que o BTG Pactual atuou como coordenador líder e lead settlement agent na oferta de Gerdau, a qual foi registrada no Brasil e SEC e coordenada apenas por bancos brasileiros.

Em 2012, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Locamérica, Unicasa e de sua própria oferta pública inicial e do follow-on de Fibria, Brazil Pharma, Suzano, Taesa, Minerva, Equatorial e Aliansce.

Em 2013, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Linx, Biosev, Alupar, BB Seguridade, CPFL Renováveis, Ser Educacional e CVC e do follow-on de Multiplan, BHG, Abril Educação, Iguatemi e Tupy. Em 2014, o BTG Pactual atuou como coordenador líder e agente estabilizador no follow-on da Oi S.A.

Em 2015, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Par Corretora e do follow-on de Telefônica Brasil e Metalúrgica Gerdau.

Em 2016, o BTG Pactual participou das ofertas públicas de distribuição de ações da Energisa, da Linx e da Sanepar.

Em 2017, o BTG Pactual participou das ofertas públicas iniciais de distribuição de ações da Movida, IRB-Brasil Resseguros, Ômega Geração e Biotoscana Investments, bem como dos follow-ons da CCR, das Lojas Americanas, da Alupar, da BR Malls, do Magazine Luiza e da Rumo e dos re-IPOs da Eneva e da Vulcabras.

Em 2018, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de distribuição de ações da Hapvida.

Em 2019, o BTG Pactual participou do IPO da Centauro, da C&A e *follow-on* das seguintes companhias: Restoque, JHSF, BR Properties, Magazine Luiza, Unidas, LPS Brasil, CCP – Cyrela Commercial Properties, LOG Commercial Properties, Helbor, Omega Geração, EZ TEC, Banco Pan, Sinqia, Trisul, Localiza Rent A Car, Movida, Banco Inter, Hapvida, Light, Tecnisa, BTG Pactual, CPFL Energia, Totvs, Eneva e Burguer King.

Em 2020, o BTG Pactual participou dos follow-ons da Minerva, Cogna Educação, Positivo Tecnologia, Centauro, Via Varejo, Lojas Americanas, BTG Pactual, JHSF Participações, Irani, IMC, Dimed, Banco PAN, JSL Logística, Rumo, Banco Inter, Santos Brasil assim como do IPO da Mitre Realty, Estapar, Ambipar, Lojas Quero, Lavvi, Plano & Plano, Cury Construtora, Hidrovias do Brasil, Petz, Melnick Even, Track & Field, Sequoia Logística, Meliuz, Enjoei, Aeris, Alphaville, Rede D'or e 3R Petroleum.

Em 2021, o BTG Pactual participou do follow-on do próprio BTG Pactual, Light, BrasilAgro, PetroRio e Locaweb, assim como do IPO da HBR Realty, Vamos, Intelbras, Bemobi, Jalles Machado, Cruzeiro do Sul, Westwing e Orizon.

Bradesco BBI

Banco de Investimento do Banco Bradesco S.A., o Bradesco BBI, é responsável por (i) originação e execução de operações de financiamento de projetos; (ii) originação e execução de operações de fusões e aquisições; (iii) originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de valores mobiliários de renda fixa no Brasil e exterior; e (iv) originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de valores mobiliários de renda variável no Brasil e exterior.

Bradesco BBI conquistou em 2018 os prêmios *"Best Investment Bank in Brazil*" pela Euromoney, "*The Best M&A Bank From America* Latina" e "*The Best Investment Bank in* Brazil" pela Global Finance e "*Most Innovative Investment Bank from Latin America*" pela The Banker. Já em 2019, o Bradescco BBI conquistou em 2019 o prêmio "*The Best Investment Bank in* Brazil" pela Global Finance e "The Most Innovative Bank in Latam" pela The Banker.

Em 2019, o Bradesco BBI assessorou seus clientes no total de 191 operações em todos os segmentos de *Investment Banking* em um montante total de aproximadamente R$236,571 bilhões.

Presença constante em operações de renda variável, com presença na maioria dos IPOs (Initial Public Offerings) e *Follow-ons* que foram a mercado nos últimos anos, tanto no Brasil quanto no exterior.

O Bradesco BBI apresentou em 2019 presença significativa no mercado de capitais brasileiro, tendo participado como *joint bookrunner* no *Follow-on* do IRB Brasil RE, no montante de R$2.516 milhões, coordenador líder do IPO da Centauro, no montante de R$705 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* do Banco BTG Pactual, no montante de R$2.539 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* de CPFL Energia, no montante de R$3.212 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* da intermédica, no montante de R$2.370 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* da Light, no montante de R$2.500 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* do IRB Brasil RE, no montante de R$7.390 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* da Movida, no montante de R$832 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* do Banco Inter, no montante de R$1.248 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* da Trisul, no montante de R$405 milhões, coordenador líder do *Follow-on* da Helbor, no montante de R$560 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* da Log CP, no montante de R$638 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* da Arco Educação, no montante de US$332 milhões, *joint bookrunner* do IPO da C&A, no montante de R$1.831 milhões, *joint bookrunner* do Re-IPO da CCP, no montante de R$870 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* da Lopes, no montante de R$147 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* da Magazine Luiza, no montante de R$4.730 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* da JHSF, no montante de R$513 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* da Marisa, no montante de R$570 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* da Aliansce Sonae, no montante de R$1.191 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* da Intermédica, no montante de R$5.002 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* da Unidas, no montante de R$1.829 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* da Marfrig, no montante de R$2.997 milhões e *joint bookrunner* do *Follow-on* da Restoque, no montante de R$259 milhões.

Com importantes transações realizadas, o Bradesco BBI concluiu 2019 com grande destaque em renda fixa. Participou de 118 operações no mercado doméstico, em ofertas que totalizaram mais de R$101,540 bilhões originados.

No ano de 2019, o Bradesco BBI assessorou 28 transações de M&A envolvendo um volume total de aproximadamente R$40 bilhões, tendo como destaque: (i) assessoria ao Casino na compra da participação detida pelo Éxito na Segisor por R$5,4 bilhões (ii) assessoria à Odebrecht TransPort na venda da rodovia Rota das Bandeiras para o Farallon e o Mubadala por R$4,0 bilhões, (iii) assessoria ao Banco Bradesco na aquisição do BAC Florida Bank por R$2,0 bilhões, (iv) assessoria à Kroton na realização de oferta pública de ações no contexto da aquisição da Somos Educação por R$1,7 bilhões, (v) assessoria à EDP Renováveis na venda da Babilônia Holding para a Actis por R$1,2 bilhões, e (vi) assessoria ao Grupo CB na venda de portfólio de galpões logísticos para a HSI por valor confidencial.

O Banco Bradesco S.A. está presente em todos os municípios brasileiros e em diversas localidades no exterior. Clientes e usuários têm à disposição 80.222 pontos de atendimento, destacando-se 4.478 agências.

Itaú BBA

O Itaú BBA é o banco de atacado do conglomerado Itaú Unibanco. O Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas corporate do Banco Itaú S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 31 de março de 2019, o Itaú Unibanco apresentou os seguintes resultados: ativos na ordem de R$1,7 trilhão e uma carteira de crédito de R$647 bilhões. A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o Bank Austria Creditanstalt. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para underwriting, hedge, crédito e câmbio.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais no país. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do BACEN para operar subsidiária em Bahamas e atender a demanda de clientes na área internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital.Em 1996, adquiriu a Financiadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes corporativos e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base de capital e liquidez do Itaú e a especialização do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e, com isso, consolidou-se como um player de mercado em fusões e aquisições, equities e renda fixa local, conforme descrito abaixo. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em renda fixa internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o BACEN aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área corporate do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de tesouraria institucional do grupo.

Atividade de Investment Banking do Itaú BBA

A área de investment banking do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

O Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento nas regiões em que atua: foi eleito cinco anos consecutivos, de 2011 a 2015, banco de investimento mais inovador da América Latina pela The Banker, para a mesma região, foi considerado o melhor banco de investimento em 2011, 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017 pela Global Finance, mesma instituição que o apontou como o melhor investment bank do Brasil em 2009, 2012, 2013, 2014 e 2015 e como o banco mais criativo do mundo em 2016. Também em 2016, o Itaú BBA foi eleito pela Bloomberg como o melhor assessor em transações de M&A da América Latina e Caribe.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de Deposit Receipts (DRs), ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais, além de contar com o apoio da melhor casa de research do Brasil e da América Latina, segundo a Institucional Investor. Em 2018 o Itaú BBA foi líder em emissões no mercado brasileiro em número de transações que totalizaram US$6,1 bilhões.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. De acordo com o ranking de fusões e aquisições da Dealogic, o Itaú BBA prestou assessoria financeira a 49 transações em 2018 na America do Sul, obtendo a primeira colocação no ranking por quantidade de operações acumulando um total de US$25,7 bilhões.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, commercial papers, fixed e floating rate notes, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e certificados de recebíveis do agronegócio (CRA). Em 2014, segundo o ranking da ANBIMA, o Itaú BBA foi líder em distribuição de renda fixa local, coordenando 20% do volume total distribuído, que ultrapassou os R$7 bilhões. Pelo mesmo ranking, o Itaú BBA ficou em segundo lugar em 2015 e 2016, tendo coordenado operações cujo volume total somou mais de US$4 bilhões em 2015, US$8 bilhões em 2016 e US$6 bilhões em 2017, equivalente a 14%, 21% e 27% do total, respectivamente. Em 2018 o Itaú BBA foi líder obtendo 37% de participação sobre o volume total emitido, tendo coordenado operações cujo volume total somou aproximadamente US$8 bilhões.

Citi

O Citi possui um comprometimento na América Latina com presença em 24 países da região. O Citi combina recursos globais com presença e conhecimento local para entregar soluções financeiras aos clientes.

O Citi é uma empresa pertencente ao grupo Citigroup. O grupo Citigroup possui mais de 200 anos de história e está presente em mais de 98 países. No Brasil, o grupo Citigroup está presente desde 1915, atendendo pessoas físicas e jurídicas, entidades governamentais e outras instituições.

Desde o início das operações na América Latina, o grupo Citigroup oferece aos clientes globais e locais, acesso, conhecimento e suporte através da equipe diferenciada de atendimento em todas as regiões.

O grupo Citigroup destaca sua forte atuação também nas operações locais, reforçada pela consistência de suas ações ao longo da história. O grupo Citigroup possui estrutura internacional de atendimento, oferecendo produtos e serviços personalizados, soluções para preservação, gestão e expansão de grandes patrimônios individuais e familiares. Atua com forte presença no segmento Citi Markets & Banking, com destaque para áreas de renda fixa e variável, fusões e aquisições, project finance e empréstimos sindicalizados. Com know-how internacional em produtos de banco de investimento e experiência em operações estruturadas, atende empresas de pequeno, médio e grande porte, além de instituições financeiras. Com mais de 200 anos de história no mundo, destes mais de 100 anos no Brasil, o grupo Citigroup atua como uma empresa parceira nas conquistas de seus clientes.

O Citi foi reativado em 2006, tendo como principais atividades operar em sistema mantido pela então BM&FBOVESPA, hoje denominada B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta de terceiros ou por conta própria, encarregar-se da distribuição de valores mobiliários no mercado, administrar recursos de terceiros destinados a operações com valores mobiliários, exercer as funções de agente emissor de certificados, manter serviços de ações escriturais, emitir certificados de depósito de ações, emprestar valores mobiliários para venda (conta margem), entre outros.

O Citi tem atuado no segmento de mercado de capitais de forma ativa desde então, tendo participado de uma das maiores ofertas já realizada na história do mercado de capitais, a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, no montante de R$120,2 bilhões (setembro de 2010), a qual ganhou o prêmio de Best Deal of the Year of 2011. Além disso, participou, nos últimos anos, como coordenador nas ofertas públicas de ações de emissão da Redecard S.A., no montante de R$2,2 milhões (março de 2009); BR Malls Participações S.A., no montante de R$836 milhões (julho de 2009); EDP Energias do Brasil S.A., no montante de R$442 milhões (novembro de 2009); Hypermarcas S.A., no montante de R$1,2 bilhão (abril de 2010); Banco do Brasil S.A., no montante de R$9,8 bilhões (agosto de 2010); HRT Participações em Petróleo S.A., no montante de R$2,4 bilhões (outubro de 2010); BTG Pactual S.A., no montante de R$3,2 bilhões (abril de 2012); Brazil Pharma S.A., no montante de R$481 milhões (junho de 2012); SDI Logística Rio – Fundo de Investimento Imobiliário – FII, no montante de R$143,8 milhões (novembro de 2012).

Em 2013, o Citi atuou como coordenador na oferta pública de ações de emissão da BB Seguridade Participações S.A., no montante de R$11,5 bilhões (abril de 2013). No mesmo ano, Citi atuou como coordenador líder na transação de Re-IPO da Tupy S.A., no montante de R$523 milhões (outubro de 2013). Em 2014, o Citi atuou como um dos coordenadores globais na oferta de Oi S.A., com um montante de mercado de R$5,5 bilhões de reais (abril de 2014). Em 2016, o Citi atuou como coordenador na oferta pública de ações de emissão da Rumo Operadora Logística Multimodal S.A., no montante de R$2,6 bilhões (abril de 2016) e coordenador líder do Re-IPO do Grupo Energisa, no montante de R$1,5 bilhões (julho de 2016). Em 2017, o Citi atuou como (i) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações preferenciais de emissão da Azul S.A., oportunidade em que atuou, também, como agente estabilizador, no montante de R$2,0 bilhões (abril de 2017), (ii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações de emissão da Azul S.A., no montante de R$1,2 bilhão (setembro de 2017), (iii) coordenador no Re-IPO de Eneva S.A., no montante de R$876 milhões (outubro de 2017) e (iv) coordenador líder e agente estabilizador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Petrobras Distribuidora S.A., no montante de R$5,0 bilhões (dezembro de 2017).

Em 2018, o Citi atuou como (i) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações preferenciais de emissão do Banco Inter S.A., no montante de R$656 milhões (abril de 2018); (ii) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R$2,7 bilhões (abril de 2018); (iii) coordenador líder da oferta pública de distribuição secundária de ações preferenciais de emissão da Azul S.A., no montante de R$1,2 bilhões (junho de 2018); (iv) coordenador global na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da StoneCo, no montante de R$5,1 bilhões (outubro de 2018); (v) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R$3,0 bilhões (dezembro de 2018) e (vi) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia de Locação das Américas S.A., no montante de R$1,4 bilhões (dezembro de 2018).

Em 2019, o Citi atuou como (i) coordenador global na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da StoneCo, no montante de R$3,0 bilhões (abril); (ii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Eneva S.A., no montante de R$1,1 bilhões (abril de 2019); (iii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R$2,7 bilhões (abril de 2019); (iv) coordenador na oferta pública inicial de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Neoenergia S.A., no montante de R$3,7 bilhões (junho de 2019); (v) coordenador global na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da de Light S.A., no montante de R$2,5 bilhões (julho de 2019); (vi) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão do IRB-Brasil Resseguros S.A., no montante de R$7,4 bilhões (julho de 2019); (vii) coordenador e agente estabilizador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da de Petrobras Distribuidora S.A., no montante de R$9,6 bilhões (julho de 2019); (viii) coordenador na oferta pública subsequente de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão do PagSeguro Digital Ltd., no montante de R$2,7 bilhões (outubro de 2019); (ix) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primaria e secundária de ações ordinárias de emissão da C&A Modas S.A., no montante de R$1,8 bilhões (outubro de 2019); (x) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da XP Inc., no montante de R$9,3 bilhões (dezembro de 2019); (xi) coordenador na oferta pública de distribuição primaria e secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R$5,0 bilhões (dezembro de 2019) e (xii) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia de Locação das Américas S.A., no montante de R$1,8 bilhões (dezembro de 2019).

Em 2020, o Citi atuou como coordenador global na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, no montante de R$22,0 bilhões (fevereiro de 2020); (ii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da XP Inc., no montante de R$4,4 bilhões (julho de 2020); (iii) coordenador global na oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Stone Pagamentos S.A., no montante de R$8,2 bilhões (agosto de 2020); (iv) coordenador na oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Rumo S.A., no montante de R$6,4 bilhões (agosto de 2020); (v) coordenador na oferta pública inicial de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Hidrovias do Brasil S.A., no montante de R$3,4 bilhões (setembro de 2020); (vi) coordenador global na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Boa Vista Serviços S.A., no montante de R$2,2 bilhões (setembro de 2020); (vii) coordenador na oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Natura & Co. Holding S.A., no montante de R$5,6 bilhões (outubro de 2020); (viii) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A., no montante de R$1,1 bilhão (novembro de 2020); (ix) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R$3,8 bilhões (dezembro de 2020); (x) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Rede D'Or Sao Luiz S.A., no montante de R$11,4 bilhões (dezembro de 2020) e (xi) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Neogrid Software S.A., no montante de R$486 milhões (dezembro de 2020).

Em 2021, o Citi atuou como coordenador global na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Light S.A., no montante de R$2,7 bilhões (janeiro de 2021).

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA

Para fins do disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritos abaixo o relacionamento da Companhia com os Coordenadores da Oferta.

Nenhuma das operações descritas abaixo é vinculada à Oferta e/ou ao Preço por Ação e não há, na data deste Prospecto, quaisquer operações celebradas entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta e/ou outras sociedades pertencentes aos seus respectivos grupos econômicos que estejam vinculadas à Oferta e/ou ao Preço por Ação.

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico possui o seguinte relacionamento com a Companhia:

- A Companhia realizou aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário ("CDBs") de emissão do BTG Pactual, com remuneração equivalente a 105% do CDIE, com saldo bruto na data deste Prospecto, correspondente a aproximadamente R$3,648 milhões, sendo que a emissão de tal CDB foi em 12 de junho de 2020 e o vencimento será em 10 de junho de 2022. O saldo inicial de tal operação era de aproximadamente R$3,6 milhões;

- Em 29 de setembro de 2020, a Companhia realizou operação de crédito com o BTG Pactual, por meio da emissão de Cédulas de Crédito Bancário ("CCB"), no valor principal de R$24 milhões, cada uma, com vencimento em 29 de setembro de 2023 e com taxa equivalente a 100% do CDI acrescido de 3,165% ao ano. A operação de crédito conta com garantias em cessão fiduciária de direitos creditórios e cessão fiduciária de aplicação financeiras. Para mais informações, ver Seção 10.1 do Formulário de Referência da Companhia.

- Em 10 de junho de 2019, a Companhia realizou operação de crédito com o BTG Pactual, por meio da emissão de CCB, no valor principal de R$24 milhões, cada uma, com vencimento em 29 de setembro de 2023 e com taxa equivalente a 100% do CDI acrescido de 3,165% ao ano. A operação de crédito conta com garantias em cessão fiduciária de direitos creditórios e cessão fiduciária de aplicação financeiras. Para mais informações, ver Seção 10.1 do Formulário de Referência da Companhia.

- Em 10 de junho de 2019, a Companhia realizou operação de crédito com o BTG Pactual, por meio da emissão de CCB, no valor principal de R$56 milhões, cada uma, com vencimento em 29 de setembro de 2023 e com taxa equivalente a 100% do CDI acrescido de 3,165% ao ano. A operação de crédito conta com garantias em cessão fiduciária de direitos creditórios e cessão fiduciária de aplicação financeiras. Para mais informações, ver Seção 10.1 do Formulário de Referência da Companhia.

- A Companhia contratou entre 06 de março de 2020 e 23 de outubro de 2020, o BTG Pactual para a realização de operações de câmbio na modalidade venda financeira, com moeda de origem em real e moeda de destino em dólar, nos valores que variam de aproximadamente R$327,00 a R$53,965 mil e US$69,48 a US$9,646 mil, respectivamente.

- A Companhia contratou entre 06 de março de 2020 e 22 de janeiro de 2021, o BTG Pactual para a realização de operações de câmbio na modalidade importação, com moeda de origem em real e moeda de destino em dólar, nos valores que variam de aproximadamente R$219,71 a R$101,73 mil e US$41,16 a US$20,55 mil, respectivamente.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participou de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia poderá, no futuro, contratar o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico para celebrar acordos e para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis, ou permutáveis em ações ordinárias ou ações preferenciais) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias ou nas ações preferenciais de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas e flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico poderão adquirir Ações como forme de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 48 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Coordenador Líder poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.

A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária na Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

Relacionamento entre a Companhia e Bradesco BBI

Na data deste Prospecto, a Companhia e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem relacionamento com o Bradesco BBI e demais sociedades do seu grupo econômico, conforme detalhado a seguir:

- Banco Bradesco S.A. possui debêntures, contratadas em 30 de junho de 2020, no valor de R$30.000.000,00, com prazo de amortização em 5 anos adicionais ao período de 2 anos de carência. A operação possui custo de CDI + 3,0%, com pagamentos mensais de juros. Garantia de 120% cessão fiduciária de duplicatas (IDL 73%). Adicionalmente, o Bradesco atua como banco depositário e a Companhia possui em carteira de cobrança **("Escrow Account**") o montante de R$139.374.017.

- Linha de cartões corporativos aprovada desde 2014, com renovação a cada 180 dias, para diretoria e quadro de funcionários com limite semestral no valor de R$800.000. Proposta de isenção de anuidade aprovada para a Companhia.

Na data deste Prospecto Preliminar, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta e o descrito acima, a Companhia e/ou sociedade de seu grupo econômico, não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para celebrar acordos para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis em ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias assumidas antes da contratação do Bradesco BBI no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Bradesco BBI e/ou sociedades do seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com os quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap).* O Bradesco BBI e/ou sociedades do seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta - A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 81 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 48 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Bradesco BBI ou sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Bradesco BBI poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária na Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Itaú BBA

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico mantêm relacionamento comercial relevante com o Itaú BBA e/ou com sociedades de seu conglomerado financeiro, conforme detalhado a seguir:

- Serviços relacionados a Cash Management, da empresa Livetech da Bahia Industria e Comercio S.A. celebrado em 09 de outubro de 2008, sem data de vencimento e perfazendo volume financeiro médio de R$ 107.000.000,00 (cento e sete milhões de reais), com tarifas que variam entre R$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos) e R$ 13,00 (treze reais) por operação. Tais serviços não contam com quaisquer garantias.

Além do relacionamento descrito acima e, pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, Companhia e/ou sociedade de seu grupo econômico, não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

O Itaú BBA e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado financeiro podem deter títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos pela Itaú BBA e/ou por sociedades integrantes de seu conglomerado financeiro, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado, sendo que, em nenhum caso, as participações adquiridas teriam atingido, nos últimos 12 meses, mais que 5% do capital social da Companhia.

A Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico contrataram e poderão vir a contratar, no futuro, o Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e para realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico.

O Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários de emissão da Companhia (que não ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações de emissão da Companhia). Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro podem (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Itaú BBA no âmbito da Oferta que sejam decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos que tenham as ações de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações de emissão da Companhia, conforme o caso, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações de total return swap). O Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro poderão adquirir ações como forma de proteção (hedge) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para informações adicionais, ver a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações” na página 81 deste Prospecto.

Nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 48 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelo Companhia ao Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Itaú BBA como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre a Companhia e o Citi

Na data deste Prospecto, a Companhia e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem relacionamento com o Citi e demais sociedades do seu grupo econômico, conforme detalhado a seguir:

- Empréstimo tomado pela Companhia com o Citi, celebrado nos termos da Lei n° 4.131, em 10 de outubro de 2019, com vencimento de 11 de outubro de 2022, para financiamento de CAPEX e necessidades de capital de giro, no valor total de U.S.$7.250.000,00 (sete milhões, duzentos e cinquenta mil dólares), com saldo devedor, em 28 de janeiro de 2021, de U.S.$4.229.166,00 (quatro milhões, duzentos e vinte e nove mil, cento e sessenta e seis dólares), e remuneração correspondente a 100% do CDI. Referida operação de empréstimo conta com garantia de duplicatas de venda mercantil e/ou prestação de serviços que cobrem 60% (sessenta por cento) do valor da dívida. O valor de principal e juros dessa operação é amortizado trimestralmente.

- Empréstimo tomado pela Companhia com o Citi, celebrado nos termos da Lei n° 4.131, em 29 de abril de 2019, com vencimento de 28 de abril de 2021, para financiamento de CAPEX e necessidades de capital de giro, no valor total de U.S.$2.000.000,00 (dois milhões de dólares), com saldo devedor, em 28 de janeiro de 2021, de U.S.$1.000.000,00 (um milhao de dólares), e remuneração correspondente a 100% do CDI. Referida operação de empréstimo conta com garantia de duplicatas de venda mercantil e/ou prestação de serviços que cobrem 100% (cem por cento) do valor da dívida. O valor de principal e juros dessa operação é amortizado trimestralmente.

- Cédula de Crédito Bancário (CCB) emitida pela Companhia em favor do Citi ou sociedades do seu grupo econômico, em novembro de 2020, com vencimento em 28 de novembro de 2024, para financiamento de CAPEX e necessidades de capital de giro, no valor total de R$21.380.800,00 (vinte e um milhões, trezentos e oitenta mil e oitocentos reais), com saldo devedor, em 28 de janeiro de 2021, de R$22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais) e remuneração correspondente a CDI + 3,50% a.a. Referida CCB conta com garantia de duplicatas de venda mercantil e/ou prestação de serviços que cobrem 60% (sessenta por cento) do valor da dívida. O valor de principal e juros dessa operação é amortizado mensalmente, contando com carência do valor principal de seis meses.

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta e o descrito acima, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Citi e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Citi e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Adicionalmente, o Citi e/ou sociedades de seu grupo econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado.

O Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Citi no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com total return swap). O Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (hedge) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de hedge podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia” na página 81 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 48 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 48 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Citi poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Citi como instituição intermediária da Oferta. A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Citi ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Citi ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA

Para fins do disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritos abaixo o relacionamento dos Acionistas Vendedores com os Coordenadores da Oferta.

Nenhuma das operações descritas abaixo é vinculada à Oferta e/ou ao Preço por Ação e não há, na data deste Prospecto, quaisquer operações celebradas entre os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta e/ou outras sociedades pertencentes aos seus respectivos grupos econômicos que estejam vinculadas à Oferta e/ou ao Preço por Ação.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, os Acionistas Vendedores e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Coordenador Líder e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão os Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores contratou e poderá, no futuro, contratar o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão dos Acionistas Vendedores. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 48 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, a Caixa poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. Os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Bradesco BBI

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, o 2B Capital possui relacionamento relevante com o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico:

- O 2BCapital é gerido pela 2bCapital S.A., entidade integralmente detida pelo Banco Bradesco BBI S.A.
- O Banco Bradesco BBI S.A. é um cotista do 2BCapital, com participação de 21,73%.
- O Banco Bradesco S.A., empresa controladora do Banco Bradesco BBI S.A., é um cotista do 2BCapital, com participação de 14,57%.

O 2BCapital poderá, no futuro, contratar o Bradesco BBI e/ou sociedades do seu conglomerado econômico para a prestação de serviços ou realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no mercado de capitais brasileiro ou internacional, operações de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, serviços de formador de mercado, celebração de contratos derivativos ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de nossa emissão com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Bradesco BBI no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (inclusive *total return swap*). O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de nossa emissão como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das nossas ações ordinárias, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 81 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição" na página 48 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pelo 2bCapital ao Bradesco BBI ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta.

O 2BCapital declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o 2BCapital declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o 2BCapital e o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e o Bradesco BBI

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas possuem os seguintes relacionamentos com o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu grupo econômico:

- Sr. Vanderlei Rigatieri Junior apresenta relação com o Banco Bradesco S.A. através de conta corrente que possui na agência 322;1
- Sr. Francisco Sergio Day de Toledo não apresenta relação com o Banco Bradesco;

Os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas poderão vir a contratar, no futuro, o Bradesco BBI e/ou sociedades do seu grupo econômico para a prestação de serviços ou a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no mercado de capitais brasileiro ou internacional, operações de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, serviços de formador de mercado, celebração de contratos derivativos ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição" na página 48 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas ao Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta.

Os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária da Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Itaú BBA

Na data deste Prospecto, o Itaú BBA e/ou outras sociedades do seu conglomerado financeiro prestam serviços bancários ao Srs. Vanderlei Rigatieri Junior e Francisco Sergio Day de Toledo, incluindo, entre outros, investimentos, operações de crédito, consultoria ou gestão financeira.

Na data deste Prospecto, além do previsto acima e do relacionamento referente à Oferta, o Itaú BBA e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado financeiro não têm qualquer outro relacionamento comercial relevante com os Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores poderão, no futuro, contratar o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, operações de crédito, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, consultoria ou gestão financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades e/ou de seu patrimônio.

Exceto pela remuneração prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 48 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Para mais informações ver seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 48 deste Prospecto.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do Itaú BBA como instituição intermediária na Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Citi

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, os Acionistas Vendedores e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Citi e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Citi e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão os Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores contrataram e poderão, no futuro, contratar o Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão dos Acionistas Vendedores. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Citi no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 48 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Citi e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, a Caixa poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Citi como instituição intermediária da Oferta. Os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Citi ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Citi ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES, OS COORDENADORES DA OFERTA, OS CONSULTORES E OS AUDITORES

Para fins do disposto no item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta, bem como este Prospecto, poderão ser obtidos com a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta nos seguintes endereços:

Companhia e Acionistas Vendedores

Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.
Rodovia BA-262, Ilhéus X Uruçuca
45658-335, Ilhéus, BA
At.: André Luiz Sandoval Valente
Tel.: (11) 3035-3777
www.ri.wdcnet.com.br

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder
Banco BTG Pactual S.A
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At: Sr. Fabio Nazari
Tel.: +55 (11) 3383-2000
Fax: +55 (11) 3383-2001
www.btgpactual.com

Agente Estabilizador
Banco Bradesco BBI S.A.
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.309, 10º andar
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At: Sra. Claudia Mesquita
Tel.: +55 (11) 3847-5488
www.bradescobbi.com.br

Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 2º andar
04538-132, São Paulo, SP
At: Sra. [Renata Dominguez]
Tel.: +55 (11) 3708-8000
Fax: +55 (11) 3708-8107
http://www.itau.com.br/itaubba-pt/

Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Paulista, nº 1.111, 16º andar
01311-920, São Paulo, SP
At: Sr. Marcelo Millen
Tel.: +55 (11) 4009-2073
https://corporateportal.brazil.citibank.com

Consultores Legais Locais da Companhia

Pinheiro Neto Advogados
Rua Hungria, nº 1.100
CEP 01455-906, São Paulo, SP
At: Srs. Guilherme Monteiro / Roberta Stettinger Bilotti Demange
Tel.: +55 (11) 3247-8400
www.pinheironeto.com.br

Consultores Legais Locais dos Coordenadores da Oferta

Lefosse Advogados
Rua Tabapuã, nº 1.227, 14º andar
CEP 04533-014, São Paulo, SP
At: Sr. Rodrigo Junqueira / Sra. Jana Araujo
Tel.: +55 (11) 3024-6100
www.lefosse.com

Consultores Legais Externos da Companhia e dos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas

Skadden
[Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.311, 7º andar
CEP 04538-133, São Paulo, SP
At: Sr. [•]
Tel.: +55 (11) [•]
Fax: +55 (11) [•]
https://www.skadden.com/

Consultores Legais Externos dos Coordenadores da Oferta

Shearman & Sterling, LLP
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 17º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Stuart Fleischmann / Sra. Roberta Cherman
Tel.: +55 (11) 3702-2200
https://www.shearman.com

Ernst Young Auditores Independentes S.S.
Av. Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 – Torre Norte - 7º andar,
São Paulo Corporate Towers, CEP 04543-011, SP São Paulo, Brazil
At: Sr. Bruno Galvão
Tel.: +55 (11) 2573-3000
www.ey.com.br

Declarações de Veracidade das Informações

A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400. Estas declarações de veracidade estão anexas a este Prospecto, a partir da página 179.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, a Companhia estima que os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, serão de aproximadamente R$[•] milhões, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.

Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 48 deste Prospecto.

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária para: (i) investimentos de capital (CAPEX) para aquisição de equipamentos destinados a locação; e (ii) potenciais aquisições de empresas (M&As).

A tabela abaixo resume os percentuais e valores estimados das destinações que a Companhia pretender dar aos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária:

Destinação	**Valor Estimado Líquido**[(1)(2) (3)]	**Percentual Estimado dos Recursos Líquidos**
		(em R$ milhares)
Investimentos de capital (CAPEX) para aquisição de estoques operacionais e/ou equipamentos destinados a locação	[•]	[•]
Potenciais aquisições de empresas (M&As).....	[•]	[•]
Total.....	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.
(2) Considerando a dedução das comissões e despesas estimadas para a Companhia na Oferta.
(3) Sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.

Investimentos de capital (CAPEX) para aquisição de estoques operacionais e/ou equipamentos destinados a locação

Um dos segmentos de atuação da Companhia é a disponibilização tecnologia como serviço mensal (*technology as a service* - "TAAS") aos seus clientes, mediante a locação de equipamentos, por prazos que variam, normalmente, de 12 a 60 meses.

Aproximadamente [•]% dos recursos líquidos a serem captados no âmbito da Oferta Primária serão destinados para aquisição de equipamentos destinados ao atendimento de contratos de locações de longo prazo junto aos clientes da Companhia.

Potenciais aquisições de empresas (M&As)

Aproximadamente [•]% dos recursos líquidos a serem captados no âmbito da Oferta Primária serão destinados para potenciais aquisições de empresas (M&As) a serem realizadas pela Companhia, no Brasil ou e/ou no exterior. A Companhia considera adquirir empresas (i) que fornecem produtos que competem diretamente com a Companhia, uma vez que podem levar a um aumento do sua parcela de mercado (*market share*); (ii) que possuem serviços de valor agregado no TaaS, já que o oferecimento de serviços similares ou complementares podem agregar valor à Companhia; (iii) com expertise em segurança da informação (cybersecurity), tendo em vista ser um ramo de atuação relativamente novo no mercado e o conhecimento nessa frente é considerado valiosos para o desenvolvimento das atividades da Companhia; e (iv) com expertise em energia solar, tendo em vista que contribuiria para o crescimento dessa vertical de negócio na Companhia, que é um dos seus focos de atuação.

A Companhia já identificou diversas oportunidades de potenciais aquisições e algumas já se encontram em fase de análise. Contudo, a Companhia não pode prever o momento em que essas potenciais aquisições serão efetivadas nem o valor destinado para cada uma das aquisições.

A destinação dos recursos da Oferta Primária será influenciada pelas condições futuras dos mercados em que a Companhia atua, bem como por outros fatores que não se pode antecipar. Mudanças nas condições de mercado podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização, visando ao melhor interesse da Companhia e de seus acionistas.

Caso os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária não sejam suficientes para custear a "Destinação de Recursos" acima descrita, a Companhia poderá buscar recursos adicionais, inclusive por meio de: (i) contratação de empréstimos ou financiamentos; (ii) emissão de títulos e valores mobiliários representativos de dívida ou de ações mediante a realização de oferta privada e/ou de outra oferta pública; e/ou (iii) emissão de ações para o pagamento parcial ou integral de potenciais aquisições. A forma de obtenção desses recursos será definida pela Companhia à época da respectiva captação, dependendo inclusive das condições de mercado.

Um aumento (redução) de R$1,00 no Preço por Ação aumentaria (reduziria) o valor dos recursos líquidos a serem captados na Oferta em R$[•] (sem considerar a venda das ações suplementares e das ações adicionais).

A Companhia não receberá qualquer recurso decorrente da Oferta Secundária, por se tratar exclusivamente de Ações de titularidade do Acionista Vendedor. Portanto, os recursos provenientes da Oferta Secundária serão integralmente destinados ao Acionista Vendedor.

Para mais informações sobre o impacto dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária na situação patrimonial da Companhia, veja a seção "Capitalização" na página 106 deste Prospecto.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta a capitalização total da Companhia, composta por empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), e o patrimônio líquido consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2020, indicando: [**(i)** a situação real em 31 de dezembro de 2020; **(ii)** a posição ajustada pós eventos subsequentes decorrentes da contratação de empréstimo no valor de R$ 15.000.000,00, emissão de Cédula de Crédito Bancário no valor de R$ 24.000.000,00 e emissão de nota promissória comercial no valor de R$ 60.000.000,00; e **(iii)** a posição ajustada considerando o recebimento dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária ([sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares]), estimados em aproximadamente R$[•] milhões, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, com base no Preço por Ação.

As informações descritas abaixo na coluna denominada "Real" foram extraídas das nossas demonstrações contábeis consolidadas, contidas nas suas Demonstrações Financeiras, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Os investidores devem ler a tabela abaixo em conjunto com as seções "3. Informações Financeiras Selecionadas" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência da Companhia.

	Em 31 de dezembro de 2020		
	Real	**Ajustado pós eventos subsequentes[1]**	**Ajustado Pós-Oferta[2][3]**
	(em milhares de R$)	*(em milhares de R$)*	*(em milhares de R$)*
Empréstimos, financiamentos e debêntures circulante	195.861	[•]	[•]
Empréstimos, financiamentos e debêntures não circulante	328.808	[•]	[•]
Total do Patrimônio Líquido	**129.959**	**[•]**	**[•]**
Capitalização Total[3]	**654.628**	**[•]**	**[•]**

(1) Considera eventos subsequentes após 31 de dezembro de 2020, decorrentes da contratação de empréstimo no valor de R$ 15.000.000,00, emissão de Cédula de Crédito Bancário no valor de R$ 24.000.000,00 e emissão de nota promissória comercial no valor de R$ 60.000.000,00.

(2) Ajustado para refletir o recebimento de recursos líquidos da Oferta Primária, estimados em R$[•] milhões, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, calculado com base no Preço por Ação.

(3) Capitalização total corresponde à soma dos empréstimos, financiamentos e financiamento por arrendamento (circulante e não circulante) e o total do patrimônio líquido.

Um aumento ou uma redução de R$1,00 no Preço por Ação acarretaria um aumento ou redução do valor do patrimônio líquido e da capitalização total da Companhia em R$[•] milhões, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.

O valor do patrimônio líquido da Companhia após a conclusão da oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

A Companhia não receberá quaisquer recursos em decorrência da Oferta Secundária, visto que tais recursos reverterão integralmente aos Acionistas Vendedores. Dessa forma, nossa capitalização não será afetada pela Oferta Secundária.

Excetuando-se o descrito acima, não houve mudanças relevantes na capitalização total da Companhia desde 31 de dezembro de 2020.

DILUIÇÃO

Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a conclusão da Oferta.

Na data deste Prospecto, o valor do patrimônio líquido da Companhia era de R$[•] milhões e o valor patrimonial por ação ordinária correspondia, na mesma data, a R$[•] (considerando o grupamento aprovado em 15 de fevereiro de 2021), e a R$[•] (sem considerar o grupamento aprovado em 15 de fevereiro de 2021). Os referidos valores patrimoniais por ação ordinária representam o valor do patrimônio líquido da Companhia, dividido pelo número total de ações ordinárias de sua emissão em 31 de dezembro de 2020, considerando e sem considerar o grupamento aprovado em 15 de fevereiro de 2021, respectivamente.

Considerando o grupamento das ações ordinárias aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 15 de fevereiro de 2021, a emissão das Ações no âmbito da Oferta Primária, com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, e após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta; o patrimônio líquido da Companhia seria de R$[•] milhões, representando um valor patrimonial de R$[•] por ação ordinária de emissão da Companhia. Isso significaria um aumento imediato no valor do patrimônio líquido por ação ordinária de R$[•] para os acionistas existentes (considerando como base o valor patrimonial de R$[•] após o grupamento aprovado em 15 de fevereiro de 2021) e uma diluição imediata no valor do patrimônio líquido por ação ordinária de R$[•] para os novos investidores que subscreverem/adquirirem Ações no âmbito da Oferta.

Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores na Oferta e o valor patrimonial contábil por ação ordinária imediatamente após a Oferta. Para informações detalhadas acerca das comissões de distribuição e das despesas da Oferta, veja a Seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", página 48 deste Prospecto.

O quadro a seguir ilustra a diluição por ação ordinária de emissão da Companhia, com base em seu patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020, considerando o grupamento das ações ordinárias da Companhia aprovado em 15 de fevereiro de 2021 e os impactos da realização da Oferta Primária:

	Após a Oferta Primária
	(em R$, exceto percentagens)
Preço por Ação[1]	[•]
Valor patrimonial contábil por ação ordinária em 31 de dezembro de 2020	[•]
Valor patrimonial contábil por ação ordinária em 31 de dezembro de 2020 ajustado para refletir o grupamento das ações ordinárias[2]	[•]
Aumento do valor contábil patrimonial líquido por ação ordinária atribuído aos atuais acionistas[2]	[•]
Valor patrimonial contábil por ação ordinária em 31 de dezembro de 2020 ajustado para refletir o desdobramento das ações ordinárias e a Oferta[2]	[•]
Diluição do valor patrimonial contábil por ação ordinária para os novos investidores[2][3]	[•]
Percentual de diluição dos novos investidores[2][4]	**[•]%**

(1) Calculado com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.

(2) Considera o grupamento das ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de duas ações ordinárias para uma ação ordinária, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 15 de fevereiro de 2020.

(3) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.

(4) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial das ações ordinárias de emissão da Companhia e será fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de Bookbuilding. Para informações detalhadas sobre o procedimento de fixação do Preço por Ação e das condições da Oferta, veja seção "Informações Sobre a Oferta", na página 23 deste Prospecto.

Um acréscimo ou redução de R$1,00 no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria em um aumento ou redução, após a conclusão da Oferta: (i) de R$[•] milhões no valor do patrimônio líquido contábil da Companhia; (ii) de [•] no valor do patrimônio líquido contábil por ação ordinária de emissão da Companhia; e (iii) na diluição do valor patrimonial contábil por ação ordinária aos investidores desta Oferta em R$[•] por Ação; após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta. O valor do patrimônio líquido contábil da Companhia após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding.*

A realização da Oferta Secundária não resultará em nenhuma mudança no número de ações de emissão da Companhia, nem em alteração em seu patrimônio líquido, uma vez que os recursos recebidos, nesse caso, serão integralmente entregues à Acionista Vendedora.

Plano de Opções

O Plano de Opção de Compra de Ações ("**Plano**"), aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de fevereiro de 2020 estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra ("**Opções**", ou individualmente "**Opção**") de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos do artigo 168, parágrafo 3º, da Lei de Sociedades Anônimas e é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Poderão ser eleitos como beneficiários de outorgas de Opções, nos termos do Plano, os administradores, empregados e demais colaboradores da Companhia e suas subsidiárias, escolhidos pelo Conselho de Administração, a seu exclusivo critério ("**Beneficiário(s)**").

O Conselho de Administração poderá aprovar, anualmente ou em outra periodicidade, Programas de Opção de Compra de Ações ("**Programas**") e cada Beneficiário deverá aderir expressamente aos termos do Plano, mediante celebração de instrumento particular de opção de compra de ações a ser celebrado entre a Companhia e o Beneficiário, por meio do qual a Companhia outorga as opções de compra ao Beneficiário ("**Contrato de Opção**"). O Plano estará limitado a um máximo de Opções até o limite de 3,0% (três por cento) das ações representativas do capital social total da Companhia imediatamente após a homologação do aumento de capital decorrente da Oferta.

Os acionistas da Companhia não terão direito de preferência na outorga ou no exercício de Opções de acordo com o Plano, conforme previsto no artigo 171, § 3º, da Lei de Sociedades Anônimas.

O preço a ser pago pelo Beneficiário à Companhia pelo exercício de cada Opção, no caso daquelas outorgadas no primeiro Programa, a ser aprovado, corresponderá ao Preço por Ação estabelecido na Oferta. No caso dos Programas subsequentes, corresponderá ao preço médio ponderado por volume financeiro das ações ordinárias de emissão da Companhia negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, nos 30 (trinta) pregões anteriores à data de aprovação de cada Programa ("Preço de Exercício")

O Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, quando da outorga das Opções, estabelecer regras distintas para fins de determinação do Preço de Exercício.

Diluição considerando a Oferta e o Plano

A tabela abaixo apresenta os efeitos hipotéticos da outorga e emissão de potencialmente [•] ações, equivalentes a 3,0% (três por cento) das ações representativas do capital social total da Companhia imediatamente após a realização da Oferta, considerando um Preço de Exercício equivalente ao Preço por Ação, no âmbito do Plano:

	(em R$, exceto percentagens)
Preço por Ação[1]	[•]
Valor patrimonial contábil por Ação em 31 de dezembro de 2020	[•]
Valor patrimonial contábil por Ação em 31 de dezembro de 2020 considerando a Oferta e o exercício da totalidade das opções abrangidas no âmbito do Plano	[•]
Aumento do valor patrimonial contábil líquido por ação atribuído aos atuais acionistas	[•]
Diluição do valor patrimonial contábil por Ação para investidores da Oferta considerando a realização da Oferta e o exercício da totalidade das opções abrangidas no âmbito do Plano [2]	[•]
Percentual de diluição imediata para os investidores da Oferta considerando a realização da Oferta e o exercício da totalidade das opções abrangidas no âmbito do Plano [3]	**[•]%**

(1) Com base no valor de R$[•], correspondente ao preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre [•] e [•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá, eventualmente, ser fixado em valor acima ou abaixo da Faixa Indicativa.

(2) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial líquido por ação imediatamente após a conclusão da Oferta.

(3) O cálculo da diluição dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

Para mais informações, ver o item "*13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária*" na página 570 do Formulário de Referência da Companhia.

Histórico do Preço de Emissão de Ações na B3

Nos últimos cinco anos, a Companhia realizou os seguintes aumentos de capital**:**

Data do Aumento	Subscritor/ Adquirente	Valor total da emissão (R$)	Tipo de Aumento	Total de Ações Ordinárias / Preferenciais	Subscrição/ Capital anterior	Preço de emissão (R$)	Preço Pago (R$)	Fator cotação
17/4/2017	2B Capital – Brasil Capital de Crescimento I - FIP	30.000.000,00	Subscrição particular	28.036.726	0,5294	R$1,07	47.000.000,00	R$ por unidade
26/12/2017	2B Capital – Brasil Capital de Crescimento I - FIP	1,00	Subscrição particular	4.880.622	0,0000	0,0000	1,00	R$ por unidade

Histórico de Desdobramentos, Grupamentos e Bonificações de Ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de fevereiro de 2021 foi aprovado o grupamento de 89.583.722 (oitenta e nove milhões, quinhentas e oitenta e três mil, setecentas e vinte e duas) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de emissão da Companhia em 44.791.861 (quarenta e quatro milhões, setecentas e noventa e uma mil, oitocentas e sessenta e uma) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, sem modificação no capital social, nos termos do artigo 12 da Lei das S.A.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 15 DE FEVEREIRO DE 2021, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA E O PROTOCOLO DO PEDIDO DE REGISTRO

MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO

ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR E DE INVESTIMENTO DO 2B CAPITAL – BRASIL CAPITAL DE CRESCIMENTO I – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, REALIZADA EM [•] DE [•] DE 2021, QUE APROVOU A SUA PARTICIPAÇÃO NA OFERTA SECUNDÁRIA E O PREÇO POR AÇÃO

MINUTA DA DECLARAÇÃO DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

MINUTA DAS DECLARAÇÕES DOS ACIONISTAS VENDEDORES, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

MINUTA DA DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

LIVETECH DA BAHIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
CNPJ Nº 05.917.486/0001-40
NIRE 2930003576-9

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1°. A **Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.** ("Companhia") é uma sociedade anônima, que se rege pelo presente estatuto social ("Estatuto") e pelas disposições legais que lhe são aplicáveis.

Parágrafo 1 º A Companhia adota o nome fantasia de WDC Networks.

Parágrafo 2 º Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A — Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado ("Regulamento do Novo Mercado").

Artigo 2°. A Companhia tem por objeto social a exploração das atividades de (i) montagem de materiais eletrônicos e de telecomunicações; (ii) montagem de componentes, partes e peças para microcomputadores e equipamentos de informática; (iii) a importação e exportação de produtos ou equipamentos elétricos, eletrônicos, eletroeletrônicos, de telecomunicações, computadores e seus periféricos e componentes; (iv) comercialização de equipamentos de informática; (v) comercialização de componentes, partes e peças para microcomputadores; (vi) comercialização de equipamentos eletrônicos, de telecomunicações, de comunicação de dados, imagem e voz; (vii) comercialização de programas "softwares"; (viii) locação de equipamentos de informática, eletrônicos, telecomunicações e comunicação; (ix) instalação, manutenção e reparação de equipamentos de informática, eletrônicos, telecomunicações e comunicação; (x) confecção e consultoria de projetos de redes de telecomunicações e de comunicação de imagem e dados; (xi) instalação de sistema para comunicação de dados, imagem e voz; (xii) capacitação e treinamento técnico de pessoal; (xiii) prestação de serviços de telecomunicações; e (xiv) participação em outras sociedades.

Parágrafo Único. A Companhia poderá explorar outros ramos de atividade afins ou complementares ao objeto expresso no Artigo 2º.

Artigo 3°. A Companhia tem sede na Cidade de Ilhéus, Estado da Bahia, na Rodovia BA-262, Ilhéus x Uruçuca, s/nº, Km 2,8, Quadra A, Bairro Iguape, Polo de Informática de Ilhéus, CEP 45658-335, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.917.486/0001-40, podendo, por deliberação da Diretoria, abrir, transferir ou extinguir filiais, agências, departamentos, escritórios, depósitos ou quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional e no exterior.

Artigo 4°. A Companhia tem prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II – CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5°. O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R$ 86.666.375,27 (oitenta e seis milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, trezentos e setenta e cinco reais e vinte e sete centavos), dividido em 44.791.861 (quarenta e quatro milhões, setecentas e noventa e uma mil, oitocentas e sessenta e uma) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Parágrafo 1 º O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias e cada ação ordinária confere a seu titular o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo 2 º Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") com a qual a Companhia mantenha contrato de escrituração em vigor, sem

emissão de certificados.

Parágrafo 3 º O custo de transferência da propriedade das ações poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, observados os limites máximos fixados pela CVM.

Artigo 6°. A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, por deliberação do Conselho de Administração e independente de reforma estatutária, até o limite de 100.000.000 (cem milhões) de ações ordinárias, mediante emissão de novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Parágrafo 1 º Dentro do limite autorizado neste artigo, o Conselho de Administração fixará o número, preço e prazo de integralização e as demais condições para a emissão de ações.

Parágrafo 2 º Desde que realizado dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá ainda: (i) deliberar a emissão de bônus de subscrição e de debêntures conversíveis em ações; (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações a administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviço da Companhia ou suas controladas, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga ou no exercício das opções de compra; e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações.

Artigo 7°. A emissão de novas ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle nos termos dos artigos 257 a 263 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), ou, ainda, nos termos de lei especial sobre incentivos fiscais, poderá se dar sem que aos acionistas seja concedido direito de preferência na subscrição ou com redução do prazo mínimo previsto em lei para o seu exercício.

Artigo 8°. Nos casos previstos em lei, o valor de reembolso das ações, a ser pago pela Companhia aos acionistas dissidentes de deliberação da Assembleia Geral que tenham exercido direito de retirada, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado em avaliação aceita nos termos dos parágrafos 3º e 4º do artigo 45 da Lei das S.A., sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial contábil constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

Seção I – Organização

Artigo 9°. A Assembleia Geral, convocada e instalada conforme previsto na Lei das S.A. e neste Estatuto Social, reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia assim exigirem.

Parágrafo 1 º A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, se e quando instalado, mediante anúncio publicado, devendo a primeira convocação ser feita, com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, e a segunda com antecedência mínima de 8 (oito) dias, observado, ainda, o disposto na regulamentação da CVM que dispõe sobre informações, pedidos de procuração, participação e votação a distância em assembleias gerais.

Parágrafo 2 º As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos dos acionistas presentes na assembleia, não se computando os votos em branco e as abstenções, ressalvadas as exceções previstas em lei e observado o disposto no Artigo 11, Parágrafo Único, deste Estatuto Social.

Parágrafo 3 º A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia,

constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das S.A.

Parágrafo 4 º As atas de Assembleias deverão ser lavradas no livro de Atas das Assembleias Gerais, e poderão, caso assim aprovado na Assembleia Geral em questão, ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos e publicadas com omissão das assinaturas.

Artigo 10. Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, instalada e presidida por outro Conselheiro, Diretor ou acionista indicado por escrito pelo Presidente do Conselho de Administração. O Presidente da Assembleia Geral indicará até 2 (dois) Secretários.

Seção II - Competência

Artigo 11. Sem prejuízo de outras atribuições previstas em lei e regulamentos aplicáveis, e por este Estatuto Social, compete à Assembleia Geral:

(a) tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras;

(b) alterar o Estatuto Social da Companhia

(c) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos;

(d) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado;

(e) fixar a remuneração global anual dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;

(f) deliberar sobre qualquer decisão relacionada à fusão, incorporação, cisão ou outra reorganização societária envolvendo a Companhia ou qualquer sociedade na Companhia;

(g) deliberar sobre qualquer decisão relacionada à dissolução ou liquidação envolvendo Companhia e/ou cessação do estado de liquidação da Companhia;

(h) aprovar planos de concessão de ações ou de outorga de opção de compra de ações aos administradores e empregados da Companhia ou de suas controladas;

(i) aprovar previamente a negociação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão nas hipóteses cuja aprovação em Assembleia Geral seja prescrita na regulamentação em vigor;

(j) deliberar sobre a dispensa da realização de oferta pública de aquisição de ações em caso de saída voluntária do Novo Mercado.

(k) suspender o exercício de direitos de acionista, conforme previsto em lei e neste Estatuto Social, não podendo, nessa deliberação, votar o(s) acionista(s) cujos direitos poderão ser objetos de suspensão;

(l) eleger e destituir o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;

(m) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Único. Para fins da alínea (j) acima:

(a) a assembleia geral deverá ser instalada em primeira convocação com a presença de

acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das ações em circulação, nos termos do Regulamento do Novo Mercado;

(b) caso o quórum previsto na alínea (a) acima não seja atingido, a assembleia geral poderá ser instalada em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas titulares de ações em circulação; e

(c) a deliberação sobre a dispensa de realização da oferta pública de aquisição de ações deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de ações em circulação presentes na assembleia geral.

Artigo 12. O presidente da Assembleia Geral não computará qualquer voto proferido em violação ao presente Estatuto, sob pena de responsabilidade pessoal.

CAPÍTULO IV – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Seção I – Disposições Comuns aos Órgãos da Administração

Artigo 13. A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, sendo que os cargos de Presidente do Conselho da Administração e de Diretor-Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

§ 1º. O Conselho de Administração e a Diretoria, para melhor desempenho de suas funções, poderão criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, que deverão atuar como órgãos auxiliares sem poderes deliberativos, sempre no intuito de assessorá-los. Os membros dos comitês ou dos grupos de trabalho serão designados pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria, conforme o caso.

§ 2º. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria tomarão posse em seus cargos mediante assinatura do termo de posse lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão, observada a exigência de submissão à cláusula compromissória, conforme o disposto no artigo 45, parágrafo único deste Estatuto Social, bem como os demais requisitos legais aplicáveis.

§ 3º. Os administradores da Companhia permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos (seu respectivo prazo de mandato sendo estendido até esta data), salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

Artigo 14. As reuniões dos órgãos de administração serão instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria de seus membros e, em segunda convocação, com qualquer número.

§ 1º. Independentemente das formalidades previstas neste Estatuto Social, será dispensada a convocação prévia e considerada regular a reunião em que estiverem presentes todos os seus membros.

§ 2º. As reuniões poderão ser realizadas modo parcial ou exclusivamente digital, por meio de videoconferência, audioconferência ou qualquer outro sistema eletrônico que permita: (i) o registro de presença e dos respectivos votos; (ii) a manifestação e o acesso simultâneo a documentos apresentados durante a reunião e que não tenham sido disponibilizados anteriormente; e (iii) a possibilidade de comunicação entre os presentes, sendo facultada a gravação pela Companhia.

§ 3º. Os órgãos de administração deliberarão pelo voto da maioria dos presentes, nos termos dos artigos 18 e 22 deste Estatuto Social, conforme o caso.

§ 4º. Caso não estejam fisicamente presentes, os membros dos órgãos da administração terão a faculdade de manifestar seu voto por meio de: (i) delegação de poderes feita em favor

de outro membro do respectivo órgão, (ii) voto escrito enviado antecipadamente e (iii) voto escrito transmitido por correio eletrônico.

Artigo 15. Nos termos do artigo 156 da Lei das S.A., os administradores da Companhia que estejam em situação de interesse pessoal conflitante deverão cientificar os demais membros do Conselho de Administração ou da Diretoria de seu impedimento de fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e a extensão do seu impedimento.

Artigo 16. Dentro dos limites estabelecidos neste Artigo, a Companhia indenizará e manterá indenes seus membros do Conselho de Administração, membros da Diretoria, membros de comitês de assessoramento e demais empregados que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia (em conjunto ou isoladamente "Beneficiários"), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido pelos Beneficiários por força do exercício regular de suas funções na Companhia

Parágrafo 1 º A Companhia não indenizará o Beneficiário por (i) atos praticados fora do exercício das atribuições ou poderes; (ii) atos com má-fé, dolo, culpa grave ou fraude; (iii) atos praticados em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da companhia; (iv) indenizações decorrentes de ação social prevista no artigo 159 da Lei das S.A. ou ressarcimento de prejuízos de que trata o artigo 11, § 5º, II da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976; e (v) outros excludentes de indenização previstos em contrato de indenidade firmado com o Beneficiário.

Parágrafo 2 º Caso seja condenado, por decisão judicial, arbitral ou administrativa transitada em julgado ou da qual não caiba mais recurso, em virtude de atos praticados (i) fora do exercício de suas atribuições; (ii) com má-fé, dolo, culpa grave ou mediante fraude; ou (iii) em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia, o Beneficiário deverá ressarcir a Companhia de todos os custos e despesas incorridos com a assistência jurídica, nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo 3 º As condições e as limitações da indenização objeto do presente Artigo serão determinadas em contrato de indenidade, cujo modelo padrão deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração, sem prejuízo da contratação de seguro específico para a cobertura de riscos de gestão.

Seção II – Conselho de Administração

Subseção I – Composição

Artigo 17. O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1 º Na Assembleia Geral que tiver por objeto deliberar a eleição dos membros do Conselho de Administração, os acionistas deverão fixar, primeiramente, o número efetivo de membros do Conselho de Administração a serem eleitos.

Parágrafo 2 º Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na assembleia geral que os eleger, sendo também considerado como independente o Conselheiro eleito mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º da Lei das S.A., na hipótese de haver acionista controlador.

Parágrafo 3 º Adicionalmente, as seguintes situações devem ser analisadas de modo a verificar se implicam na perda de independência do conselheiro independente em razão das características, magnitude e extensão do relacionamento: (i) é afim até segundo grau do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista

controlador; (ii) foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum da Companhia; (iii) tem relações comerciais com a Companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iv) ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; (v) recebe outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar.

Parágrafo 4 º Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no § 2º deste Artigo, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo 5 º Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos.

Parágrafo 6 º O membro do Conselho de Administração deverá ter reputação ilibada não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, quem: (i) atuar como administrador, conselheiro, consultor, advogado, auditor, executivo, empregado ou prestador de serviços em sociedades que se envolvam em atividades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia. O membro do Conselho de Administração não poderá exercer direito de voto caso se configurem, supervenientemente à eleição, os mesmos fatores de impedimento, sem prejuízo do disposto no § 7º deste Artigo.

Parágrafo 7 º O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração, relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com os interesses da Companhia.

Parágrafo 8 º No caso de vacância do cargo de membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes.

Artigo 18. O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, que serão eleitos pela maioria de votos dos presentes, na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a posse de tais membros, ou sempre que ocorrer renúncia ou vacância naqueles cargos. O cargo de Presidente é de preenchimento obrigatório, e o cargo de Vice-Presidente é de preenchimento facultativo.

Parágrafo 1 º Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Presidente, o Vice-Presidente exercerá as funções do Presidente.

Parágrafo 2 º Na hipótese de vacância permanente do Presidente, o Vice-Presidente automaticamente assumirá o cargo e deverá convocar uma reunião do Conselho de Administração em até 60 (sessenta) dias a partir da data de vacância, para a nomeação do novo Presidente do Conselho de Administração de forma permanente, até o término do prazo do mandato original, ou convocar uma Assembleia Geral com o objetivo de nomear o novo Presidente do Conselho de Administração para substituí-lo, até o término do prazo do mandato original.

Subseção II – Reuniões

Artigo 19. O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente pelo menos 4 (quatro) vezes ao ano, conforme calendário anual a ser aprovado pelo Conselho de Administração na primeira reunião a se realizar após a eleição, e extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação realizada na forma do § 1º deste Artigo. O Conselho de Administração pode deliberar, por unanimidade, acerca de qualquer outra matéria não incluída na ordem do dia.

Parágrafo 1 º As convocações para as reuniões do Conselho de Administração deverão ser entregues por meio eletrônico ou por carta, pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Vice-Presidente, se ausente o primeiro, a cada membro do Conselho de Administração, com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência, e com indicação da data, hora, lugar, ordem do dia detalhada e documentos a serem discutidos naquela reunião. Qualquer Conselheiro poderá, mediante solicitação escrita ao Presidente ou ao Vice-Presidente, solicitar que uma reunião seja convocada ou que itens sejam incluídos na ordem do dia.

Parágrafo 2 º O Presidente do Conselho de Administração presidirá as reuniões do Conselho de Administração, ressalvadas as hipóteses de ausência ou impedimento temporário, previstas no parágrafo 6º abaixo.

Parágrafo 3 º As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas na forma do art. 14 deste Estatuto Social, sendo que as deliberações serão tomadas por maioria de seus membros presentes na reunião.

Parágrafo 4 º Nas deliberações do Conselho de Administração, será atribuído ao Presidente do órgão o voto de qualidade, no caso de empate na votação.

Parágrafo 5 º O presidente de qualquer reunião do Conselho de Administração não deverá levar em consideração e não computará o voto proferido com infração aos termos de qualquer acordo de acionistas que possa estar devidamente arquivado na sede da Companhia, conforme disposto no artigo 118 da Lei das S.A.

Parágrafo 6 º Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Presidente, o Vice-Presidente exercerá as funções do Presidente. Caso o Conselho de Administração não tenha deliberado a nomeação de um Vice-Presidente, na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Presidente, as funções do Presidente serão exercidas por outro membro do Conselho de Administração indicado pelo Presidente.

Parágrafo 7 º Na hipótese de vacância permanente do Presidente, o Vice-Presidente automaticamente assumirá o cargo e deverá convocar uma reunião do Conselho de Administração em até 60 (sessenta) dias a partir da data de vacância, para a nomeação do novo Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo 8 º No caso de ausência ou impedimento temporário, de membro do Conselho de Administração, tal membro ausente ou temporariamente impedido poderá ser representado nas reuniões do Conselho de Administração por outro membro indicado por escrito, o qual, além do seu próprio voto, expressará o voto do membro ausente ou temporariamente impedido.

Parágrafo 9 º Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração.

Subseção III - Competência

Artigo 20. Sem prejuízo de outras atribuições previstas em lei e regulamentos aplicáveis, e por este Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração da Companhia:

(a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia

(b) aprovar e rever o orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual da Companhia, bem como quaisquer alterações a estes documentos;

(c) aprovar o código de conduta da Companhia e as políticas corporativas relacionadas a (i) divulgação de informações e negociação de valores mobiliários; (ii) gerenciamento de riscos; (iii) transações com partes relacionadas e administração de conflitos de interesses; (iv) remuneração de administradores; e (v) indicação de administradores;

(d) eleger e destituir os Diretores, definir suas atribuições e fixar sua remuneração, dentro do limite global da remuneração da administração aprovado pela Assembleia Geral;

(e) fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e de quaisquer outros atos;

(f) escolher e substituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria;

(g) apreciar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

(h) submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como deliberar sobre o levantamento de balanços semestrais, ou em períodos menores, e o pagamento ou crédito de dividendos ou juros sobre o capital próprio decorrentes desses balanços, bem como deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, existentes no último balanço anual ou semestral;

(i) apresentar à Assembleia Geral proposta de reforma do Estatuto Social;

(j) apresentar à Assembleia Geral proposta de dissolução, fusão, cisão e incorporação da Companhia e de incorporação, pela Companhia, de outras sociedades, bem como autorizar a constituição, dissolução ou liquidação de subsidiárias;

(k) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta na CVM;

(l) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do artigo 132 da Lei das S.A.;

(m) manifestar-se previamente sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral;

(n) aprovar o voto da Companhia em qualquer deliberação societária relativa às controladas ou coligadas da Companhia, que não seja da alçada da Diretoria, no caso da administração da Companhia, nos termos deste Estatuto Social;

(o) autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no Artigo 6º deste Estatuto Social, fixando o número, o preço, o prazo de integralização e as condições de emissão das ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo mínimo para o seu exercício nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou mediante permuta por ações em oferta pública para aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;

(p) dentro do limite do capital autorizado, conforme previsto no § 2º do artigo 6º deste Estatuto Social, (i) deliberar a emissão de bônus de subscrição e de debêntures conversíveis em ações; (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações aos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços da Companhia ou de suas controladas, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra; e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações;

(q) deliberar sobre a negociação com ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais pertinentes;

(r) estabelecer a alçada da Diretoria para contratar endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia, bem como autorizar a contratação de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia de valor superior à alçada da Diretoria;

(s) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, e, sempre que respeitados os limites do capital autorizado, debêntures conversíveis em ações, podendo as debêntures, de qualquer das classes, ser de qualquer espécie ou garantia;

(t) deliberar sobre a emissão de notas promissórias comerciais privadas e/ou para oferta pública de distribuição;

(u) deliberar, por delegação da Assembleia Geral, quando da emissão pela Companhia de debêntures conversíveis em ações que ultrapassem o limite do capital autorizado, sobre (i) a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, (ii) a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e (iii) o modo de subscrição ou colocação, bem como a espécie das debêntures;

(v) autorizar a aquisição ou alienação de investimentos em participações societárias, bem como autorizar associações societárias ou alianças estratégicas com terceiros;

(w) estabelecer a alçada da Diretoria para a aquisição ou alienação de bens do ativo permanente e bens imóveis, bem como autorizar aquisição ou alienação de bens do ativo permanente de valor superior à alçada da Diretoria, salvo se a transação estiver contemplada no orçamento anual da Companhia;

(x) estabelecer a alçada da Diretoria para a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias, bem como autorizar a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias de valor superior à alçada da Diretoria;

(y) conceder, em casos especiais, autorização específica para que determinados documentos possam ser assinados por apenas um membro da administração, do que se lavrará ata no livro próprio;

(z) aprovar a contratação da instituição prestadora dos serviços de escrituração de ações;

(aa) elaborar e divulgar parecer fundamentado sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações ("OPA") que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, contendo a manifestação, ao menos: (i) sobre a conveniência e a oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto de seus acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado;

(bb) aprovar seu próprio regimento interno e o regimento interno da Diretoria e de todos os Comitês;

(cc) aprovar as atribuições da Auditoria Interna e, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, receber o reporte daquela área, avaliando, ao menos anualmente, se a sua estrutura e orçamento são suficientes ao desempenho de suas funções;

(dd) designar os membros do Comitê de Auditoria Estatutário e dos demais Comitês que vierem a ser instituídos pelo Conselho de Administração;

(ee) estruturar um processo e avaliação do Conselho de Administração, de seus Comitês e da Diretoria, a ser realizado ao menos uma vez durante a vigência do mandato da administração; e

(ff) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria e pelos Comitês, bem como convocar os membros da Diretoria para reuniões em conjunto, sempre que achar necessário.

(gg) qualquer adesão e/ou renúncia a programas de benefícios fiscais ou parcelamentos;

(hh) o ajuizamento de qualquer processo contra qualquer Autoridade Governamental que não tenha como fundamento tese amplamente reconhecida na jurisprudência aplicável.

CAPÍTULO V – DIRETORIA

Subseção I – Composição

Artigo 21. A Diretoria é o órgão de representação e direção executiva da Companhia, cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pelo Conselho de Administração, a condução dos negócios sociais, podendo e devendo praticar os atos necessários a tal fim.

Artigo 22. A Diretoria, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, será composta de no mínimo 2 (dois) e no máximo 6 (seis) membros, sendo 1 (um) Diretor-Presidente, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores e 1 (um) Diretor Financeiro e os demais, se eleitos, terão suas atribuições designadas pelo Conselho de Administração na reunião que os eleger. Os cargos de Diretor-Presidente e Diretor de Relações com Investidores são de preenchimento obrigatório e os demais de preenchimento facultativo. Os Diretores poderão acumular cargos.

Parágrafo 1 º O Diretor-Presidente deverá recomendar ao Conselho de Administração todos os demais Diretores.

Parágrafo 2 º O Diretor-Presidente poderá determinar o afastamento imediato, até a reunião do Conselho de Administração que deliberar sobre a matéria, de qualquer Diretor da Companhia.

Subseção II – Eleição e Destituição

Artigo 23. Os membros da Diretoria serão eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia com prazo de mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição e destituição.

Parágrafo 1 º Salvo no caso de vacância no cargo, a eleição da Diretoria ocorrerá até 5 (cinco) dias úteis após a data da realização da Assembleia Geral Ordinária, podendo a posse dos eleitos coincidir com o término do mandato dos seus antecessores.

Parágrafo 2 º O Diretor-Presidente será substituído: (i) em caso de afastamento ou impedimento por período de até 30 dias, por outro Diretor por ele indicado; (ii) em caso de afastamento por prazo superior a 30 dias e inferior a 120 dias, por Diretor nomeado pelo Conselho de Administração, em reunião especialmente convocada para tal fim; e (iii) em caso de afastamento por prazo igual ou superior a 120 dias ou vacância, o Conselho de Administração deverá ser convocado para promover a eleição de novo Diretor-Presidente, conforme os procedimentos estabelecidos neste Estatuto Social.

Parágrafo 3 º Os demais Diretores (exceto pelo Diretor-Presidente) serão substituídos: (i) nos casos de ausência ou impedimento, bem como de afastamento por prazo inferior a 120 dias, por outro Diretor indicado pelo Diretor-Presidente; e (ii) em caso de afastamento por prazo igual ou superior a 120 dias ou vacância, o Conselho de Administração deverá ser convocado para promover a eleição de novo Diretor.

Artigo 24. Os membros da Diretoria devem assumir seus cargos dentro de 30 (trinta) dias a contar das respectivas datas de nomeação, mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, permanecendo em seus cargos até a investidura de novos Diretores eleitos.

Subseção III – Reuniões

Artigo 25. O Diretor-Presidente presidirá as reuniões de Diretoria.

Parágrafo 1 º As reuniões de Diretoria serão instaladas na forma do art. 14 deste Estatuto

Social, sendo que as deliberações serão tomadas por maioria de seus membros presentes na reunião.

Parágrafo 2 º Nas deliberações da Diretoria será atribuído ao Diretor-Presidente o voto de qualidade, no caso de empate na votação.

Parágrafo 3 º Das reuniões da Diretoria lavrar-se-ão atas no respectivo livro de atas das Reuniões da Diretoria, que serão assinadas pelos Diretores presentes.

Subseção IV – Competência

Artigo 26. Compete aos Diretores cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, e a prática, dentro das suas atribuições, de todos os atos necessários ao funcionamento regular dos negócios da Companhia em seu curso normal, observadas as alçadas da Diretoria fixadas pelo Conselho de Administração, o regimento interno da Diretoria e a as competências dos demais órgãos societários.

Artigo 27. Compete à Diretoria, como órgão colegiado, ademais de implementar as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração:

(a) aprovar e submeter, anualmente, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior, para apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

(b) propor ao Conselho de Administração o orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual;

(c) deliberar sobre a abertura e o fechamento de filiais; e

(d) decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

Parágrafo 1 º Compete ao Diretor-Presidente: (i) dirigir e coordenar a atuação de todos Diretores da Companhia e de suas controladas; (ii) dirigir e controlar todos os negócios e operações da Companhia, de forma a garantir que os objetivos projetados sejam atingidos; (iii) representar e dirigir no mais alto nível a Companhia perante as instituições governamentais, não governamentais, veículos de comunicação, e outras correlatas, preservando a marca "WDC"; (iv) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (v) propor ao Conselho de Administração a estrutura organizacional da Companhia, sugerindo as áreas de atuação de cada Diretor; (vi) dirigir e supervisionar a área de recursos humanos da Companhia, incluindo a propositura de planos de atração, retenção, desenvolvimento, carreira, remuneração dos executivos e colaboradores da Companhia; (vii) garantir que todas as decisões sejam tomadas no intuito de preservar a imagem, o resultado e o patrimônio da Companhia; (viii) representar a Companhia em assembleias gerais de acionistas e/ou de quotistas de sociedades e/ou indicar um Diretor ou um procurador para representá-lo; e (ix) desempenhar as outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 2 º Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) prestar informações aos investidores, à CVM, às bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação; (ii) representar a Companhia isoladamente perante a CVM, as bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia; e (iii) desempenhar as outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor-Presidente.

Parágrafo 3 º Compete ao Diretor Financeiro (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as áreas de finanças da Companhia, e suas controladas, que abrange análise de investimento e gestão de risco, preservando a integridade financeira; (ii) planejar a elaboração do orçamento

consolidado, do plano de negócios e orçamento plurianual da Companhia; (iii) supervisionar e administrar as áreas ou funções de controles e projeções financeiras, de gerenciamento de riscos, consolidando e reportando os resultados da Companhia e de suas subsidiárias; (iv) prospectar, analisar e negociar oportunidades de investimentos e desinvestimento para a Companhia; (v) analisar e avaliar atividades a serem desenvolvidas e/ou realizadas pela Companhia, inclusive a partir do estudo da viabilidade econômico-financeira das novas oportunidades de negócios; (vi) manter a relação da Companhia com bancos, seguradoras, investidores existentes e potenciais; (vii) manter os ativos da Companhia devidamente segurados; (viii) analisar e propor financiamentos e refinanciamentos com objetivo de promover para companhia opções mais vantajosas para atender suas necessidades de investimentos, zelando pela otimização da estrutura de capital da Companhia; e (ix) desempenhar as outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor-Presidente.

Subseção V - Representação

Artigo 28. Observados as alçadas da Diretoria fixadas pelo Conselho de Administração, o regimento interno da Diretoria e a as competências dos demais órgãos societários, a Companhia será sempre representada, em todos os atos, (i) por 2 (dois) Diretores em conjunto; ou (ii) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador especialmente nomeado para tanto, de acordo com o parágrafo 1° abaixo; ou (iii) pela assinatura de 2 (dois) procuradores em conjunto, desde que investidos de especiais e expressos poderes; ou (iv) por 1 (um) procurador agindo isoladamente sempre que o ato a ser praticado for relativo aos poderes *ad judicia*.

Parágrafo 1 º Todas as procurações serão outorgadas pela assinatura de 2 (dois) Diretores, agindo em conjunto, mediante mandato com poderes específicos e prazo determinado, exceto nos casos de procurações *ad judicia*, caso em que o mandato pode ser por prazo indeterminado, por meio de instrumento público ou particular.

Parágrafo 2 º Qualquer dos Diretores ou procurador, isoladamente, poderá representar, ativa ou passivamente, a Companhia em juízo, bem como perante repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais.

Parágrafo 3 º São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Companhia, os atos de quaisquer Diretores, procuradores, prepostos e empregados que envolvam ou digam respeito a operações ou negócios estranhos ao objeto social e aos interesses sociais, tais como fianças, avais, endossos e qualquer garantia em favor de terceiros, salvo quando expressamente aprovados pelo Conselho de Administração em reunião e nos casos de prestação, pela Companhia, de avais, abonos e fianças para empresas controladas ou coligadas, em qualquer estabelecimento bancário, creditício ou instituição financeira, departamento de crédito rural, de crédito comercial, de contratos de câmbio, e outras operações aqui não especificadas, sendo a Companhia, nestes atos, representada por no mínimo 2 (dois) Diretores, ou por um diretor e um procurador com poderes específicos para a prática do ato.

Seção IV – Comitês

Subseção I – Comitê de Auditoria Estatutário

Artigo 29. O Comitê de Auditoria Estatutário, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, dotado de autonomia operacional, é composto por, no mínimo, 3 (três) membros dos quais:

(a) pelo menos 1 (um) membro deverá ser Conselheiro Independente (conforme termo definido no Regulamento do Novo Mercado);

(b) pelo menos 1 (um) membro deverá ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela CVM que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes;

(c) 1 (um) dos membros poderá cumular as qualificações descritas nas alíneas (i) e (ii) acima; e

(d) nenhum dos membros poderá ser controlador, nem diretor, ou subordinado de diretor, da Companhia, de seu acionista controlador, direto ou indireto, ou de sociedades controladas, coligadas ou sob controle comum.

Parágrafo 1 º O Comitê de Auditoria será coordenado por um Coordenador designado no ato da nomeação dos membros do Comitê de Auditoria.

Parágrafo 2 º O Conselho de Administração aprovará o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, o qual estipulará regras de convocação, instalação, votação e periodicidade das reuniões, prazo dos mandatos, requisitos de qualificação de seus membros e atividades do Coordenador do Comitê de Auditoria, entre outras matérias.

Parágrafo 3 º Comitê de Auditoria será dotado de orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com o seu funcionamento e com a contração de consultores para assuntos contábeis, jurídicos ou outros temas, quando necessária a opinião de um especialista externo ou independente.

Artigo 30. Compete ao Comitê de Auditoria Estatutário:

(a) opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia;

(b) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;

(c) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;

(d) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;

(e) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas; e

(f) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

Parágrafo Único O Comitê de Auditoria Estatutário deve elaborar, anualmente, relatório resumido contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, e destacando as recomendações feitas pelo Comitê ao Conselho de Administração.

Subseção II – Comitês Não Estatutários

Artigo 31. Além do Comitê de Auditoria Estatutário, outros Comitês poderão ser instituídos pelo Conselho de Administração de tempos em tempos.

Parágrafo Único O Conselho de Administração aprovará o regimento interno dos demais Comitês que vierem a ser instituídos, o qual estipulará as competências, a composição, as regras de convocação, instalação, votação e periodicidade das reuniões, prazo dos mandatos, eventuais requisitos de qualificação de seus membros e atividades do coordenador de cada Comitê, entre outras matérias.

CAPÍTULO VI – CONSELHO FISCAL

Artigo 32. O Conselho Fiscal da Companhia é órgão de funcionamento não permanente e poderá ser instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido de acionistas representando a porcentagem requerida por lei ou pelos regulamentos da CVM.

Artigo 33. Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros e suplentes em igual número (acionistas ou não) todos eles qualificados em conformidade com as disposições legais aplicáveis.

Parágrafo 1 º Os membros do Conselho Fiscal terão o mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, podendo ser reeleitos.

Parágrafo 2 º Os membros do Conselho Fiscal deverão ser eleitos pela Assembleia Geral que aprovar sua instalação. Seus prazos de mandato deverão terminar quando da realização da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após a sua eleição, podendo ser destituídos e reeleitos.

Parágrafo 3 º Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente.

Parágrafo 4 º Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar.

Artigo 34. Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá sempre que necessário, competindo-lhe todas as atribuições que lhe sejam cometidas por lei.

Parágrafo 1 º As reuniões serão convocadas pelo Presidente do Conselho Fiscal por sua própria iniciativa ou por solicitação por escrito de qualquer de seus membros. Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo 2 º As deliberações do Conselho Fiscal deverão ser aprovadas por maioria absoluta de votos. Para que uma reunião seja instalada, deverá estar presente a maioria dos seus membros.

Parágrafo 3 º Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos conselheiros presentes.

Artigo 35. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o parágrafo 3º do artigo 162 da Lei das S.A

CAPÍTULO VII – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

Artigo 36. O exercício social inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social, serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

Parágrafo 1º. Além das demonstrações financeiras ao fim de cada exercício social e trimestre, a Companhia fará elaborar as demonstrações financeiras trimestrais, com observância dos preceitos legais pertinentes.

Parágrafo 2º. Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da Companhia apresentarão à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto e na Lei das S.A.

Parágrafo 3º. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social.

Artigo 37. Após realizadas as deduções contempladas no Artigo acima, o lucro líquido deverá ser alocado da seguinte forma: (a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia; (b) uma parcela do lucro líquido, por proposta dos

órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei das S.A.; (c) poderá ser destinada para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório; (d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item (f) abaixo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das S.A.; (e) uma parcela não superior à diferença entre (i) 75% (setenta e cinco) do lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das S.A. (incluindo, portanto, eventual destinação de parcela do lucro líquido para constituição de reserva para contingências) e (ii) a reserva indicada no item (c) acima, poderá ser destinada à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos para crescimento e expansão e financiar o capital de giro da companhia, ficando ressalvado que o saldo acumulado desta reserva não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social da Companhia; e (f) o saldo remanescente será distribuído aos acionistas como dividendos, assegurada a distribuição do dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinto por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das S.A.

Parágrafo 1 º O dividendo obrigatório previsto na alínea (f) no *caput* deste Artigo não será pago nos exercícios em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. O Conselho Fiscal, se em funcionamento, deverá emitir parecer sobre esta informação dentro de 5 (cinco) dias da realização da Assembleia Geral, e os Diretores deverão protocolar na CVM um relatório fundamentado, justificando a informação transmitida à Assembleia.

Parágrafo 2 º Lucros retidos nos termos do § 1º deste Artigo serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

Artigo 38. A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá:

(a) distribuir dividendos com base em lucros apurados nos balanços semestrais;

(b) levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos com base nos lucros nele apurados, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, parágrafo 1º da Lei das S.A.;

(c) distribuir dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existente no último balanço anual ou semestral; e creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor dos dividendos a serem distribuídos pela Companhia, passando a integrá-los para todos os efeitos legais.

Artigo 39. A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável, sem prejuízo do disposto no Artigo 6º, parágrafo 2º deste Estatuto Social.

Artigo 40. Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

CAPÍTULO VIII – ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO E OPA POR ATINGIMENTO DE PARTICIPAÇÃO RELEVANTE

Seção I – Alienação do Controle Acionário

Artigo 41. A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição

de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Seção II – Reorganização Societária

Artigo 42. Na hipótese de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, as sociedades resultantes devem pleitear o ingresso no Novo Mercado em até 120 (cento e vinte) dias da data da Assembleia Geral que deliberou a reorganização.

Parágrafo Único Caso a reorganização envolva sociedades resultantes que não pretendam pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria dos titulares das ações em circulação da Companhia presentes na assembleia geral deverão dar anuência a essa estrutura.

OPA por Atingimento de Participação Relevante

Artigo 43. Qualquer acionista ou Grupo de Acionistas que atingir, de forma direta ou indireta a titularidade de ações de emissão da Companhia ou Outros Direitos de Natureza Societária, igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do capital social ("Participação Relevante"), tanto por meio de uma única operação, como por meio de diversas operações ("Novo Acionista Relevante"), deverá efetivar uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações e valores mobiliários conversíveis por ações de titularidade dos demais acionistas da Companhia, nos termos deste artigo ("OPA por Atingimento de Participação Relevante").

Parágrafo 1º A OPA por Atingimento de Participação Relevante deverá ser: (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3; (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no § 2º deste Artigo e liquidada à vista, em moeda corrente nacional; e (iv) instruída com o laudo de avaliação da Companhia, de que trata o § 4º deste Artigo.

Parágrafo 2º O preço de aquisição por ação objeto da OPA por Atingimento de Participação Relevante ("Preço da OPA") não poderá ser inferior ao maior preço pago pelo Novo Acionista Relevante nos 12 (doze) meses que antecederem o atingimento da Participação Relevante, ajustado por eventos societários, tais como a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio, grupamentos, desdobramentos, bonificações, exceto aqueles relacionados a operações de reorganização societária, bem como devidamente atualizado pela Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

Parágrafo 3º Sem prejuízo do cumprimento das obrigações previstas na regulamentação aplicável, imediatamente após adquirir ou tornar-se titular de ações de emissão da Companhia ou Outros Direitos de Natureza Societária, em quantidade igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do capital social, o Novo Acionista Relevante deverá encaminhar uma comunicação ao Diretor de Relações com Investidores, contendo: (a) as informações previstas no artigo 12 da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada e nos itens "i" até "m" do inciso I do Anexo II à Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002, conforme alterada; (b) informação sobre quaisquer Outros Direitos de Natureza Societária que possua; (c) a informação sobre a obrigação de efetivar a OPA por Atingimento de Participação Relevante; (d) a informação do maior preço pago pelo Novo Acionista Relevante nos 12 (doze) meses que antecederem o atingimento da Participação Relevante, ajustado por eventos societários ocorridos após a data da transação, tais como a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio, grupamentos, desdobramentos, bonificações, exceto aqueles relacionados a operações de reorganização societária, acompanhada de demonstração justificada desse preço; e (e) a informação do preço de aquisição por ação objeto da OPA por Atingimento de Participação Relevante que o Novo Acionista Relevante se propõe a pagar, observado o § 2º deste Artigo ("Preço Proposto").

Parágrafo 4º A efetivação da OPA por Atingimento de Participação Relevante poderá ser dispensada mediante voto favorável de acionistas reunidos em Assembleia Geral

especialmente convocada para este fim, observadas as seguintes regras:

(a) a Assembleia Geral, se instalada na primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação e, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação;

(b) a dispensa de efetivação da OPA por Atingimento de Participação Relevante será considerada aprovada com o voto da maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes naquela Assembleia Geral, seja em primeira ou segunda convocação; e

(c) não serão computadas as ações detidas pelo Novo Acionista Relevante para fins dos quóruns de instalação e de deliberação.

Parágrafo 5º Se OPA por Atingimento de Participação Relevante não estiver legalmente sujeita a registro na CVM, o Novo Acionista Relevante deverá publicar o edital da OPA por Atingimento de Participação Relevante no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de apresentação, pela instituição ou empresa especializada, do laudo de avaliação.

Parágrafo 6º Se OPA por Atingimento de Participação Relevante estiver legalmente sujeita a registro na CVM, o Novo Acionista Relevante deverá solicitar o registro no prazo de 10 (dez) dias úteis, contato da data de apresentação, pela instituição ou empresa especializada, do laudo de avaliação, e estará obrigado a atender às eventuais solicitações ou às exigências da CVM relativas à OPA por Atingimento de Participação Relevante, dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável. A publicação do edital da OPA por Atingimento de Participação Relevante deverá ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de registro da OPA pela CVM.

Parágrafo 7º Na hipótese de o Novo Acionista Relevante não cumprir com as obrigações impostas por este artigo, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Novo Acionista Relevante não poderá votar, para deliberar a suspensão do exercício dos direitos do Novo Acionista Relevante que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este artigo, conforme disposto no artigo 120 da Lei das S.A.

Parágrafo 8º A exigência da OPA por Atingimento de Participação Relevante não se aplica ao acionista ou Grupo de Acionistas que atinja a Participação Relevante:

(a) por meio de oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, desde que tenha sido pago preço no mínimo equivalente ao Preço da OPA;

(b) de forma involuntária, como resultado de resgate ou cancelamento de ações;

(c) por subscrição de ações realizada em oferta primária, em razão de o montante não ter sido integralmente subscrito por quem tinha direito de preferência ou que não tenha contado com número suficiente de interessados na respectiva distribuição pública;

(d) em decorrência de operação de fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia; ou

(e) em decorrência de: (i) adiantamento de legítima, doação ou sucessão hereditária, desde que para descendente ou cônjuge de acionista ou Grupo de Acionistas detentor de Participação Relevante; ou (ii) transferência para *trust* ou entidade fiduciária similar, tendo por beneficiário o próprio acionista ou Grupo de Acionistas detentor de participação Acionaria Relevante, seus descendentes ou seu cônjuge.

Parágrafo 9º A efetivação da OPA por Participação Relevante não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo 10º Para fins deste Artigo, os seguintes termos iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

"Acionista Controlador" significa o acionista ou o Grupo de Acionistas composto por um grupo de pessoas (i) vinculadas por acordo de acionistas, (ii) sob controle comum ou (iii) entre as quais haja relação de controle, e que exerça o Poder de Controle da Companhia;

"Ações em Circulação" significa as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações em tesouraria, as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas e por Administradores da Companhia;

"Administradores" significa, quando no singular, os diretores e membros do conselho de administração da Companhia referidos individualmente ou, quando no plural, os diretores e membros do conselho de administração da Companhia referidos conjuntamente;

"Grupo de Acionistas" significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordos de acionistas, orais ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum; (iv) agindo em conjunto; ou (v) que atuem representando um interesse comum. Incluem-se dentre os exemplos de pessoas representando um interesse comum: (v) uma pessoa titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% do capital social da outra pessoa; e (vi) duas pessoas que tenham um terceiro investidor em comum que seja titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% do capital de cada uma das duas pessoas. Quaisquer joint-ventures, fundos ou clubes de investimento, fundações, associações, *trusts*, condomínios, cooperativas, carteiras de títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior, serão considerados parte de um mesmo Grupo de Acionistas, sempre que duas ou mais entre tais entidades forem: (vii) administradas ou geridas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou (viii) tenham em comum a maioria de seus administradores, sendo certo que no caso de fundos de investimentos com administrador comum, somente serão considerados como integrantes de um Grupo de Acionistas aqueles cuja decisão sobre o exercício de votos em Assembleias Gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do administrador, em caráter discricionário;

"Outros Direitos de Natureza Societária" significa (i) usufruto ou fideicomisso sobre as ações de emissão da Companhia; (ii) quaisquer opções ou direitos de compra, subscrição ou permuta, a qualquer título, que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia; (iii) quaisquer derivativos referenciados em ações de emissão da Companhia que prevejam a possibilidade de liquidação não exclusivamente financeira; ou (iv) quaisquer outros direitos que assegurem, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de emissão da Companhia;

"Poder de Controle" e seus termos correlatos significa o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida; e

CAPÍTULO IX – LIQUIDAÇÃO

Artigo 44. A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, e o Conselho Fiscal, quando instalado, que deverá funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração.

CAPÍTULO X – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E ARBITRAGEM

Artigo 45. A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que

possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei n° 6.385/76, na Lei das S.A., no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Parágrafo Único. A posse dos administradores e membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar a sua sujeição à cláusula compromissória, referida no *caput* deste Artigo 45.

CAPÍTULO XI – DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 46. As disposições contidas nos Capítulos VIII e X, bem como as demais regras referentes ao Regulamento do Novo Mercado constantes deste Estatuto Social (incluindo, *inter alia*, a vedação de os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente ou principal executivo da Companhia não possam ser acumulados pela mesma pessoa, constante do Artigo 13), somente terão eficácia a partir da data da publicação do anúncio de início da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia.

Artigo 47. O disposto na Seção II do Capítulo VIII deste Estatuto Social não se aplica ao acionista titular de ações de emissão da Companhia ou Outros Direitos de Natureza Societária em 15 de fevereiro de 2021, bem como a: (i) seus descendentes e cônjuge que adquirirem as respectivas ações em decorrência de adiantamento de legítima, doação ou sucessão hereditária; ou (b) *trusts* ou entidades fiduciárias similares, tendo por beneficiário o próprio acionista ou Grupo de Acionistas, seus descendentes ou seu cônjuge.

Artigo 48. O Conselho de Administração poderá ser composto por, no mínimo, 3 (três) membros, dispensada a eleição de conselheiros independentes e de 1 (um) Vice-Presidente, enquanto a Companhia não obtiver o registro de companhia aberta na CVM, na qualidade de emissor de valores mobiliários “Categoria A”.

Artigo 49. Os casos omissos no presente Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com as disposições da Lei das S.A., observado o previsto no Regulamento do Novo Mercado.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 15 DE FEVEREIRO DE 2021, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA E O PROTOCOLO DO PEDIDO DE REGISTRO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

LIVETECH DA BAHIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
CNPJ/ME Nº 05.917.486/0001-40
NIRE 2930003576-9

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE FEVEREIRO DE 2021

DATA, HORA E LOCAL: 15 de fevereiro de 2021, às 6h00, na sede da **Livetech da Bahia Indústria e Comércio** S.A. ("Companhia"), na Cidade de Ilhéus, Estado da Bahia, na Rodovia BA-262, Ilhéus x Uruçuca, s/nº, Km 2,8, Quadra A, Bairro Iguape, Polo de Informática de Ilhéus, CEP 45658-335.

CONVOCAÇÃO: Dispensada a publicação de editais de convocação, conforme disposto no artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença da totalidade do capital social.

PRESENÇA: Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante do Livro de Registro de Presença de Acionistas.

MESA: Vanderlei Rigatieri Junior – Presidente; André Luiz Sandoval Valente – Secretário**.**

LEITURA DE DOCUMENTOS: Foi dispensada a leitura dos documentos relacionados à ordem do dia desta Assembleia Geral.

ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

(i) a abertura do capital da Companhia e a submissão de pedido de registro de emissora de valores mobiliários, categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480");

(ii) a submissão do pedido de registro de emissor da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e adesão ao segmento especial de governança corporativa da B3 denominado Novo Mercado ("Novo Mercado");

(iii) a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2021;

(iv) a adoção do regime de capital autorizado, com a aprovação do novo capital autorizado da Companhia;

(v) esclarecer sobre o valor do capital social e a quantidade de ações de emissão

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

da Companhia em que se divide o capital social da Companhia;

(vi) o grupamento das ações de emissão da Companhia, na proporção 2 (duas) para 1 (uma) ação ordinária, sem modificação do capital social;

(vii) a aprovação do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia;

(viii) a reforma integral e a consolidação do Estatuto Social da Companhia para adaptá-lo às deliberações da presente ata, às exigências legais e regulamentares de companhia aberta e ao regulamento do Novo Mercado, dentre outras alterações;

(ix) a realização de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações da Companhia; e

(x) a autorização para o Conselho de Administração e a Diretoria praticarem todos os atos necessários para implementação das deliberações acima.

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE: Colocadas as matérias em discussão e posterior votação, foram aprovadas as seguintes matérias, de forma unânime e sem quaisquer ressalvas ou restrições:

(i) a abertura de capital da Companhia e a submissão de pedido de registro de companhia aberta na categoria "A" perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480;

(ii) a submissão do pedido de adesão da Companhia ao Novo Mercado da B3 e a celebração, com a B3, do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa – Novo Mercado;

(iii) a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2021 no valor máximo de R$ 16.282.561,00 (dezesseis milhões, duzentos e oitenta e dois mil e quinhentos e sessenta e um reais);

(iv) a adoção do regime de capital autorizado, com a aprovação do capital autorizado de 100.000.000 (cem milhões) ações ordinárias, de forma a permitir o aumento de seu capital social sem reforma estatutária, até esse limite;

(v) esclarecer que a quantidade de ações em que se divide o capital social da Companhia é de 89.583.722 (oitenta e nove milhões, quinhentas e oitenta e três mil, setecentas e vinte e duas), conforme última alteração do capital social da Companhia, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 26 de dezembro de 2017.

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

(vi) a aprovação do grupamento da totalidade das 89.583.722 (oitenta e nove milhões, quinhentas e oitenta e três mil, setecentas e vinte e duas) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de emissão da Companhia, na proporção de 2 (duas) ações para formar 1 (uma) ação, sem modificação no capital social, nos termos do artigo 12 da Lei das S.A. O grupamento de ações ora aprovado não resulta na modificação do valor total do capital social ou nos direitos e vantagens, patrimoniais ou políticos, conferidos pelas ações de emissão da Companhia a seus titulares e este será operacionalizado e efetivado de modo a não alterar a participação proporcional dos acionistas no capital social. Dessa forma, o capital social da Companhia permanece no montante de R$ 86.666.375,27 (oitenta e seis milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, trezentos e setenta e cinco reais e vinte e sete centavos), mas passa a ser dividido em 44.791.861 (quarenta e quatro milhões, setecentas e noventa e uma mil, oitocentas e sessenta e uma) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de emissão da Companhia. O grupamento de ações da Companhia visa reduzir custos administrativos e operacionais da Companhia, otimizar sua estrutura de capital e melhorar a eficiência dos sistemas de registros, controles e divulgação de informações.

(vii) a aprovação do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, que estabelece as condições gerais do incentivo de longo prazo a ser outorgado aos administradores e empregados elegíveis da Companhia e de suas controladas, com o objetivo de atraí-los, motivá-los e retê-los, bem como alinhar seus interesses aos interesses da Companhia e de seus acionistas. O texto do Plano de Opção de Compra de Ações foi autenticado pela mesa, numerado e arquivado na sede da Companhia;

(viii) a reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia, em decorrência das deliberações da presente ata e para sua adaptação às cláusulas mínimas exigidas pelo Regulamento do Novo Mercado, que passa a vigorar com a redação constante do **Anexo I** à presente ata;

(ix) a realização de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia ("Ações" e "Oferta", respectivamente), no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sendo observado o disposto na Instrução CVM n° 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e as demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação das Ações no exterior. Nos termos do artigo 14, parágrafo 2°, da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida em até 20% (vinte por cento), nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas. Adicionalmente, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento) do total das Ações inicialmente ofertadas, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

inicialmente ofertadas, com a finalidade exclusiva de atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. Nos termos do artigo 172, I, da Lei das S.A., não haverá direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta; e

(x) a autorização para o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia praticarem todos os atos necessários para implementação das deliberações acima, incluindo, *inter alia*, a contratação dos bancos coordenadores e agentes de colocação no exterior, a definição dos termos e condições finais da Oferta, a emissão dos prospectos preliminar e definitivo e do *preliminary* e do *final offering memorandum*, a fixação do preço de emissão das Ações e a aprovação do aumento de capital decorrente da Oferta e a negociação e assinatura de todos os contratos e dos demais documentos da Oferta.

ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA: Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada.

Ilhéus, 15 de fevereiro de 2021. **MESA:** Vanderlei Rigatieri Junior – Presidente; André Luiz Sandoval Valente - Secretário. **ACIONISTAS:** (a) Vanderlei Rigatieri Junior, (b) Francisco Sergio Day de Toledo, (c) 2b Capital – Brasil Capital de Crescimento I – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (p.p).

CERTIDÃO: Certificamos que a presente é cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio.

Vanderlei Rigatieri Junior	**Andre Luiz Sandoval Valente**
Presidente	Secretário

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

Anexo I à Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A., realizada em 15 de fevereiro de 2021

LIVETECH DA BAHIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
CNPJ Nº 05.917.486/0001-40
NIRE 2930003576-9

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1°. A **Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.** ("Companhia") é uma sociedade anônima, que se rege pelo presente estatuto social ("Estatuto") e pelas disposições legais que lhe são aplicáveis.

Parágrafo 1 º A Companhia adota o nome fantasia de WDC Networks.

Parágrafo 2 º Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A — Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado ("Regulamento do Novo Mercado").

Artigo 2°. A Companhia tem por objeto social a exploração das atividades de (i) montagem de materiais eletrônicos e de telecomunicações; (ii) montagem de componentes, partes e peças para microcomputadores e equipamentos de informática; (iii) a importação e exportação de produtos ou equipamentos elétricos, eletrônicos, eletroeletrônicos, de telecomunicações, computadores e seus periféricos e componentes; (iv) comercialização de equipamentos de informática; (v) comercialização de componentes, partes e peças para microcomputadores; (vi) comercialização de equipamentos eletrônicos, de telecomunicações, de comunicação de dados, imagem e voz; (vii) comercialização de programas "softwares"; (viii) locação de equipamentos de informática, eletrônicos, telecomunicações e comunicação; (ix) instalação, manutenção e reparação de equipamentos de informática, eletrônicos, telecomunicações e comunicação; (x) confecção e consultoria de projetos de redes de telecomunicações e de comunicação de imagem e dados; (xi) instalação de sistema para comunicação de dados, imagem e voz; (xii) capacitação e treinamento técnico de pessoal; (xiii) prestação de serviços de telecomunicações; e (xiv) participação em outras sociedades.

Parágrafo Único. A Companhia poderá explorar outros ramos de atividade afins ou complementares ao objeto expresso no Artigo 2º.

Artigo 3°. A Companhia tem sede na Cidade de Ilhéus, Estado da Bahia, na Rodovia BA-262, Ilhéus x Uruçuca, s/nº, Km 2,8, Quadra A, Bairro Iguape, Polo de Informática de Ilhéus, CEP 45658-335, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.917.486/0001-40, podendo, por deliberação da Diretoria, abrir, transferir ou extinguir filiais, agências, departamentos, escritórios, depósitos ou quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional e no exterior.

Artigo 4°. A Companhia tem prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II – CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

Artigo 5°. O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R$ 86.666.375,27 (oitenta e seis milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, trezentos e setenta e cinco reais e vinte e sete centavos), dividido em 44.791.861 (quarenta e quatro milhões, setecentas e noventa e uma mil, oitocentas e sessenta e uma) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Parágrafo 1 º O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias e cada ação ordinária confere a seu titular o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo 2 º Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") com a qual a Companhia mantenha contrato de escrituração em vigor, sem emissão de certificados.

Parágrafo 3 º O custo de transferência da propriedade das ações poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, observados os limites máximos fixados pela CVM.

Artigo 6°. A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, por deliberação do Conselho de Administração e independente de reforma estatutária, até o limite de 100.000.000 (cem milhões) de ações ordinárias, mediante emissão de novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Parágrafo 1 º Dentro do limite autorizado neste artigo, o Conselho de Administração fixará o número, preço e prazo de integralização e as demais condições para a emissão de ações.

Parágrafo 2 º Desde que realizado dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá ainda: (i) deliberar a emissão de bônus de subscrição e de debêntures conversíveis em ações; (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações a administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviço da Companhia ou suas controladas, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga ou no exercício das opções de compra; e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações.

Artigo 7°. A emissão de novas ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle nos termos dos artigos 257 a 263 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), ou, ainda, nos termos de lei especial sobre incentivos fiscais, poderá se dar sem que aos acionistas seja concedido direito de preferência na subscrição ou com redução do prazo mínimo previsto em lei para o seu exercício.

Artigo 8°. Nos casos previstos em lei, o valor de reembolso das ações, a ser pago pela Companhia aos acionistas dissidentes de deliberação da Assembleia Geral que tenham exercido direito de retirada, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado em avaliação aceita nos termos dos parágrafos 3º e 4º do artigo 45 da Lei das S.A., sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial contábil constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

Seção I – Organização

Artigo 9°. A Assembleia Geral, convocada e instalada conforme previsto na Lei das S.A. e neste Estatuto Social, reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia assim exigirem.

Parágrafo 1 º A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, se e quando instalado, mediante anúncio publicado, devendo a primeira convocação ser feita, com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, e a segunda com antecedência mínima de 8 (oito) dias, observado, ainda, o disposto na regulamentação da CVM que dispõe sobre informações, pedidos de procuração, participação e votação a distância em assembleias gerais.

Parágrafo 2 º As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos dos acionistas presentes na assembleia, não se computando os votos em branco e as abstenções, ressalvadas as exceções previstas em lei e observado o disposto no Artigo 11, Parágrafo Único, deste Estatuto Social.

Parágrafo 3 º A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das S.A.

Parágrafo 4 º As atas de Assembleias deverão ser lavradas no livro de Atas das Assembleias Gerais, e poderão, caso assim aprovado na Assembleia Geral em questão, ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos e publicadas com omissão das assinaturas.

Artigo 10. Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, instalada e presidida por outro Conselheiro, Diretor ou acionista indicado por escrito pelo Presidente do Conselho de Administração. O Presidente da Assembleia Geral indicará até 2 (dois) Secretários.

Seção II - Competência

Artigo 11. Sem prejuízo de outras atribuições previstas em lei e regulamentos aplicáveis, e por este Estatuto Social, compete à Assembleia Geral:

(a) tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras;

(b) alterar o Estatuto Social da Companhia

(c) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos;

(d) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado;

(e) fixar a remuneração global anual dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;

(f) deliberar sobre qualquer decisão relacionada à fusão, incorporação, cisão ou outra

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

reorganização societária envolvendo a Companhia ou qualquer sociedade na Companhia;

(g) deliberar sobre qualquer decisão relacionada à dissolução ou liquidação envolvendo Companhia e/ou cessação do estado de liquidação da Companhia;

(h) aprovar planos de concessão de ações ou de outorga de opção de compra de ações aos administradores e empregados da Companhia ou de suas controladas;

(i) aprovar previamente a negociação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão nas hipóteses cuja aprovação em Assembleia Geral seja prescrita na regulamentação em vigor;

(j) deliberar sobre a dispensa da realização de oferta pública de aquisição de ações em caso de saída voluntária do Novo Mercado.

(k) suspender o exercício de direitos de acionista, conforme previsto em lei e neste Estatuto Social, não podendo, nessa deliberação, votar o(s) acionista(s) cujos direitos poderão ser objetos de suspensão;

(l) eleger e destituir o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;

(m) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Único. Para fins da alínea (j) acima:

(a) a assembleia geral deverá ser instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das ações em circulação, nos termos do Regulamento do Novo Mercado;

(b) caso o quórum previsto na alínea (a) acima não seja atingido, a assembleia geral poderá ser instalada em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas titulares de ações em circulação; e

(c) a deliberação sobre a dispensa de realização da oferta pública de aquisição de ações deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de ações em circulação presentes na assembleia geral.

Artigo 12. O presidente da Assembleia Geral não computará qualquer voto proferido em violação ao presente Estatuto, sob pena de responsabilidade pessoal.

CAPÍTULO IV – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Seção I – Disposições Comuns aos Órgãos da Administração

Artigo 13. A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, sendo que os cargos de Presidente do Conselho da Administração e de Diretor-Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

§ 1º. O Conselho de Administração e a Diretoria, para melhor desempenho de suas funções, poderão criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, que deverão atuar como

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

órgãos auxiliares sem poderes deliberativos, sempre no intuito de assessorá-los. Os membros dos comitês ou dos grupos de trabalho serão designados pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria, conforme o caso.

§ 2º. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria tomarão posse em seus cargos mediante assinatura do termo de posse lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão, observada a exigência de submissão à cláusula compromissória, conforme o disposto no artigo 45, parágrafo único deste Estatuto Social, bem como os demais requisitos legais aplicáveis.

§ 3º. Os administradores da Companhia permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos (seu respectivo prazo de mandato sendo estendido até esta data), salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

Artigo 14. As reuniões dos órgãos de administração serão instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria de seus membros e, em segunda convocação, com qualquer número.

§ 1º. Independentemente das formalidades previstas neste Estatuto Social, será dispensada a convocação prévia e considerada regular a reunião em que estiverem presentes todos os seus membros.

§ 2º. As reuniões poderão ser realizadas modo parcial ou exclusivamente digital, por meio de videoconferência, audioconferência ou qualquer outro sistema eletrônico que permita: (i) o registro de presença e dos respectivos votos; (ii) a manifestação e o acesso simultâneo a documentos apresentados durante a reunião e que não tenham sido disponibilizados anteriormente; e (iii) a possibilidade de comunicação entre os presentes, sendo facultada a gravação pela Companhia.

§ 3º. Os órgãos de administração deliberarão pelo voto da maioria dos presentes, nos termos dos artigos 18 e 22 deste Estatuto Social, conforme o caso.

§ 4º. Caso não estejam fisicamente presentes, os membros dos órgãos da administração terão a faculdade de manifestar seu voto por meio de: (i) delegação de poderes feita em favor de outro membro do respectivo órgão, (ii) voto escrito enviado antecipadamente e (iii) voto escrito transmitido por correio eletrônico.

Artigo 15. Nos termos do artigo 156 da Lei das S.A., os administradores da Companhia que estejam em situação de interesse pessoal conflitante deverão cientificar os demais membros do Conselho de Administração ou da Diretoria de seu impedimento de fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e a extensão do seu impedimento.

Artigo 16. Dentro dos limites estabelecidos neste Artigo, a Companhia indenizará e manterá indenes seus membros do Conselho de Administração, membros da Diretoria, membros de comitês de assessoramento e demais empregados que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia (em conjunto ou isoladamente "Beneficiários"), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido pelos Beneficiários por força do exercício regular de suas funções na Companhia

Parágrafo 1 º A Companhia não indenizará o Beneficiário por (i) atos praticados fora do exercício das atribuições ou poderes; (ii) atos com má-fé, dolo, culpa grave ou fraude; (iii) atos

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

praticados em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da companhia; (iv) indenizações decorrentes de ação social prevista no artigo 159 da Lei das S.A. ou ressarcimento de prejuízos de que trata o artigo 11, § 5º, II da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976; e (v) outros excludentes de indenização previstos em contrato de indenidade firmado com o Beneficiário.

Parágrafo 2 º Caso seja condenado, por decisão judicial, arbitral ou administrativa transitada em julgado ou da qual não caiba mais recurso, em virtude de atos praticados (i) fora do exercício de suas atribuições; (ii) com má-fé, dolo, culpa grave ou mediante fraude; ou (iii) em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia, o Beneficiário deverá ressarcir a Companhia de todos os custos e despesas incorridos com a assistência jurídica, nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo 3 º As condições e as limitações da indenização objeto do presente Artigo serão determinadas em contrato de indenidade, cujo modelo padrão deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração, sem prejuízo da contratação de seguro específico para a cobertura de riscos de gestão.

Seção II – Conselho de Administração

Subseção I – Composição

Artigo 17. O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1 º Na Assembleia Geral que tiver por objeto deliberar a eleição dos membros do Conselho de Administração, os acionistas deverão fixar, primeiramente, o número efetivo de membros do Conselho de Administração a serem eleitos.

Parágrafo 2 º Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na assembleia geral que os eleger, sendo também considerado como independente o Conselheiro eleito mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º da Lei das S.A., na hipótese de haver acionista controlador.

Parágrafo 3 º Adicionalmente, as seguintes situações devem ser analisadas de modo a verificar se implicam na perda de independência do conselheiro independente em razão das características, magnitude e extensão do relacionamento: (i) é afim até segundo grau do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador; (ii) foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum da Companhia; (iii) tem relações comerciais com a Companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iv) ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; (v) recebe outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar.

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

Parágrafo 4 º Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no § 2º deste Artigo, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo 5 º Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos.

Parágrafo 6 º O membro do Conselho de Administração deverá ter reputação ilibada não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, quem: (i) atuar como administrador, conselheiro, consultor, advogado, auditor, executivo, empregado ou prestador de serviços em sociedades que se envolvam em atividades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia. O membro do Conselho de Administração não poderá exercer direito de voto caso se configurem, supervenientemente à eleição, os mesmos fatores de impedimento, sem prejuízo do disposto no § 7º deste Artigo.

Parágrafo 7 º O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração, relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com os interesses da Companhia.

Parágrafo 8 º No caso de vacância do cargo de membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes.

Artigo 18. O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, que serão eleitos pela maioria de votos dos presentes, na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a posse de tais membros, ou sempre que ocorrer renúncia ou vacância naqueles cargos. O cargo de Presidente é de preenchimento obrigatório, e o cargo de Vice-Presidente é de preenchimento facultativo.

Parágrafo 1 º Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Presidente, o Vice-Presidente exercerá as funções do Presidente.

Parágrafo 2 º Na hipótese de vacância permanente do Presidente, o Vice-Presidente automaticamente assumirá o cargo e deverá convocar uma reunião do Conselho de Administração em até 60 (sessenta) dias a partir da data de vacância, para a nomeação do novo Presidente do Conselho de Administração de forma permanente, até o término do prazo do mandato original, ou convocar uma Assembleia Geral com o objetivo de nomear o novo Presidente do Conselho de Administração para substituí-lo, até o término do prazo do mandato original.

Subseção II – Reuniões

Artigo 19. O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente pelo menos 4 (quatro) vezes ao ano, conforme calendário anual a ser aprovado pelo Conselho de Administração na primeira reunião a se realizar após a eleição, e extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação realizada na forma do § 1º deste Artigo. O Conselho de Administração pode deliberar, por unanimidade, acerca de qualquer outra matéria não incluída na ordem do dia.

Parágrafo 1 º As convocações para as reuniões do Conselho de Administração deverão ser entregues por meio eletrônico ou por carta, pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Vice-Presidente, se ausente o primeiro, a cada membro do Conselho de Administração, com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência, e com indicação da data, hora, lugar, ordem do dia

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

detalhada e documentos a serem discutidos naquela reunião. Qualquer Conselheiro poderá, mediante solicitação escrita ao Presidente ou ao Vice-Presidente, solicitar que uma reunião seja convocada ou que itens sejam incluídos na ordem do dia.

Parágrafo 2 º O Presidente do Conselho de Administração presidirá as reuniões do Conselho de Administração, ressalvadas as hipóteses de ausência ou impedimento temporário, previstas no parágrafo 6º abaixo.

Parágrafo 3 º As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas na forma do art. 14 deste Estatuto Social, sendo que as deliberações serão tomadas por maioria de seus membros presentes na reunião.

Parágrafo 4 º Nas deliberações do Conselho de Administração, será atribuído ao Presidente do órgão o voto de qualidade, no caso de empate na votação.

Parágrafo 5 º O presidente de qualquer reunião do Conselho de Administração não deverá levar em consideração e não computará o voto proferido com infração aos termos de qualquer acordo de acionistas que possa estar devidamente arquivado na sede da Companhia, conforme disposto no artigo 118 da Lei das S.A.

Parágrafo 6 º Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Presidente, o Vice-Presidente exercerá as funções do Presidente. Caso o Conselho de Administração não tenha deliberado a nomeação de um Vice-Presidente, na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Presidente, as funções do Presidente serão exercidas por outro membro do Conselho de Administração indicado pelo Presidente.

Parágrafo 7 º Na hipótese de vacância permanente do Presidente, o Vice-Presidente automaticamente assumirá o cargo e deverá convocar uma reunião do Conselho de Administração em até 60 (sessenta) dias a partir da data de vacância, para a nomeação do novo Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo 8 º No caso de ausência ou impedimento temporário, de membro do Conselho de Administração, tal membro ausente ou temporariamente impedido poderá ser representado nas reuniões do Conselho de Administração por outro membro indicado por escrito, o qual, além do seu próprio voto, expressará o voto do membro ausente ou temporariamente impedido.

Parágrafo 9 º Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração.

Subseção III - Competência

Artigo 20. Sem prejuízo de outras atribuições previstas em lei e regulamentos aplicáveis, e por este Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração da Companhia:

(a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia

(b) aprovar e rever o orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual da Companhia, bem como quaisquer alterações a estes documentos;

(c) aprovar o código de conduta da Companhia e as políticas corporativas relacionadas a (i) divulgação de informações e negociação de valores mobiliários; (ii) gerenciamento de riscos; (iii) transações com partes relacionadas e administração de conflitos de interesses; (iv) remuneração de administradores; e (v) indicação de administradores;

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

(d) eleger e destituir os Diretores, definir suas atribuições e fixar sua remuneração, dentro do limite global da remuneração da administração aprovado pela Assembleia Geral;

(e) fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e de quaisquer outros atos;

(f) escolher e substituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria;

(g) apreciar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

(h) submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como deliberar sobre o levantamento de balanços semestrais, ou em períodos menores, e o pagamento ou crédito de dividendos ou juros sobre o capital próprio decorrentes desses balanços, bem como deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, existentes no último balanço anual ou semestral;

(i) apresentar à Assembleia Geral proposta de reforma do Estatuto Social;

(j) apresentar à Assembleia Geral proposta de dissolução, fusão, cisão e incorporação da Companhia e de incorporação, pela Companhia, de outras sociedades, bem como autorizar a constituição, dissolução ou liquidação de subsidiárias;

(k) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta na CVM;

(l) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do artigo 132 da Lei das S.A.;

(m) manifestar-se previamente sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral;

(n) aprovar o voto da Companhia em qualquer deliberação societária relativa às controladas ou coligadas da Companhia, que não seja da alçada da Diretoria, no caso da administração da Companhia, nos termos deste Estatuto Social;

(o) autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no Artigo 6º deste Estatuto Social, fixando o número, o preço, o prazo de integralização e as condições de emissão das ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo mínimo para o seu exercício nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou mediante permuta por ações em oferta pública para aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;

(p) dentro do limite do capital autorizado, conforme previsto no § 2º do artigo 6º deste Estatuto Social, (i) deliberar a emissão de bônus de subscrição e de debêntures conversíveis em ações; (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações aos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços da Companhia ou de suas controladas, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra; e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações;

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

(q) deliberar sobre a negociação com ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais pertinentes;

(r) estabelecer a alçada da Diretoria para contratar endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia, bem como autorizar a contratação de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia de valor superior à alçada da Diretoria;

(s) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, e, sempre que respeitados os limites do capital autorizado, debêntures conversíveis em ações, podendo as debêntures, de qualquer das classes, ser de qualquer espécie ou garantia;

(t) deliberar sobre a emissão de notas promissórias comerciais privadas e/ou para oferta pública de distribuição;

(u) deliberar, por delegação da Assembleia Geral, quando da emissão pela Companhia de debêntures conversíveis em ações que ultrapassem o limite do capital autorizado, sobre (i) a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, (ii) a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e (iii) o modo de subscrição ou colocação, bem como a espécie das debêntures;

(v) autorizar a aquisição ou alienação de investimentos em participações societárias, bem como autorizar associações societárias ou alianças estratégicas com terceiros;

(w) estabelecer a alçada da Diretoria para a aquisição ou alienação de bens do ativo permanente e bens imóveis, bem como autorizar aquisição ou alienação de bens do ativo permanente de valor superior à alçada da Diretoria, salvo se a transação estiver contemplada no orçamento anual da Companhia;

(x) estabelecer a alçada da Diretoria para a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias, bem como autorizar a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias de valor superior à alçada da Diretoria;

(y) conceder, em casos especiais, autorização específica para que determinados documentos possam ser assinados por apenas um membro da administração, do que se lavrará ata no livro próprio;

(z) aprovar a contratação da instituição prestadora dos serviços de escrituração de ações;

(aa) elaborar e divulgar parecer fundamentado sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações ("OPA") que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, contendo a manifestação, ao menos: (i) sobre a conveniência e a oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto de seus acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado;

(bb) aprovar seu próprio regimento interno e o regimento interno da Diretoria e de todos os Comitês;

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

(cc) aprovar as atribuições da Auditoria Interna e, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, receber o reporte daquela área, avaliando, ao menos anualmente, se a sua estrutura e orçamento são suficientes ao desempenho de suas funções;

(dd) designar os membros do Comitê de Auditoria Estatutário e dos demais Comitês que vierem a ser instituídos pelo Conselho de Administração;

(ee) estruturar um processo e avaliação do Conselho de Administração, de seus Comitês e da Diretoria, a ser realizado ao menos uma vez durante a vigência do mandato da administração; e

(ff) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria e pelos Comitês, bem como convocar os membros da Diretoria para reuniões em conjunto, sempre que achar necessário.

(gg) qualquer adesão e/ou renúncia a programas de benefícios fiscais ou parcelamentos;

(hh) o ajuizamento de qualquer processo contra qualquer Autoridade Governamental que não tenha como fundamento tese amplamente reconhecida na jurisprudência aplicável.

CAPÍTULO V – DIRETORIA

Subseção I – Composição

Artigo 21. A Diretoria é o órgão de representação e direção executiva da Companhia, cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pelo Conselho de Administração, a condução dos negócios sociais, podendo e devendo praticar os atos necessários a tal fim.

Artigo 22. A Diretoria, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, será composta de no mínimo 2 (dois) e no máximo 6 (seis) membros, sendo 1 (um) Diretor-Presidente, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores e 1 (um) Diretor Financeiro e os demais, se eleitos, terão suas atribuições designadas pelo Conselho de Administração na reunião que os eleger. Os cargos de Diretor-Presidente e Diretor de Relações com Investidores são de preenchimento obrigatório e os demais de preenchimento facultativo. Os Diretores poderão acumular cargos.

Parágrafo 1 º O Diretor-Presidente deverá recomendar ao Conselho de Administração todos os demais Diretores.

Parágrafo 2 º O Diretor-Presidente poderá determinar o afastamento imediato, até a reunião do Conselho de Administração que deliberar sobre a matéria, de qualquer Diretor da Companhia.

Subseção II – Eleição e Destituição

Artigo 23. Os membros da Diretoria serão eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia com prazo de mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição e destituição.

Parágrafo 1 º Salvo no caso de vacância no cargo, a eleição da Diretoria ocorrerá até 5 (cinco) dias úteis após a data da realização da Assembleia Geral Ordinária, podendo a posse dos eleitos coincidir com o término do mandato dos seus antecessores.

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

Parágrafo 2 º O Diretor-Presidente será substituído: (i) em caso de afastamento ou impedimento por período de até 30 dias, por outro Diretor por ele indicado; (ii) em caso de afastamento por prazo superior a 30 dias e inferior a 120 dias, por Diretor nomeado pelo Conselho de Administração, em reunião especialmente convocada para tal fim; e (iii) em caso de afastamento por prazo igual ou superior a 120 dias ou vacância, o Conselho de Administração deverá ser convocado para promover a eleição de novo Diretor-Presidente, conforme os procedimentos estabelecidos neste Estatuto Social.

Parágrafo 3 º Os demais Diretores (exceto pelo Diretor-Presidente) serão substituídos: (i) nos casos de ausência ou impedimento, bem como de afastamento por prazo inferior a 120 dias, por outro Diretor indicado pelo Diretor-Presidente; e (ii) em caso de afastamento por prazo igual ou superior a 120 dias ou vacância, o Conselho de Administração deverá ser convocado para promover a eleição de novo Diretor.

Artigo 24. Os membros da Diretoria devem assumir seus cargos dentro de 30 (trinta) dias a contar das respectivas datas de nomeação, mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, permanecendo em seus cargos até a investidura de novos Diretores eleitos.

Subseção III – Reuniões

Artigo 25. O Diretor-Presidente presidirá as reuniões de Diretoria.

Parágrafo 1 º As reuniões de Diretoria serão instaladas na forma do art. 14 deste Estatuto Social, sendo que as deliberações serão tomadas por maioria de seus membros presentes na reunião.

Parágrafo 2 º Nas deliberações da Diretoria será atribuído ao Diretor-Presidente o voto de qualidade, no caso de empate na votação.

Parágrafo 3 º Das reuniões da Diretoria lavrar-se-ão atas no respectivo livro de atas das Reuniões da Diretoria, que serão assinadas pelos Diretores presentes.

Subseção IV – Competência

Artigo 26. Compete aos Diretores cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, e a prática, dentro das suas atribuições, de todos os atos necessários ao funcionamento regular dos negócios da Companhia em seu curso normal, observadas as alçadas da Diretoria fixadas pelo Conselho de Administração, o regimento interno da Diretoria e a as competências dos demais órgãos societários.

Artigo 27. Compete à Diretoria, como órgão colegiado, ademais de implementar as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração:

(a) aprovar e submeter, anualmente, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior, para apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

(b) propor ao Conselho de Administração o orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual;

(c) deliberar sobre a abertura e o fechamento de filiais; e

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

(d) decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

Parágrafo 1 º Compete ao Diretor-Presidente: (i) dirigir e coordenar a atuação de todos Diretores da Companhia e de suas controladas; (ii) dirigir e controlar todos os negócios e operações da Companhia, de forma a garantir que os objetivos projetados sejam atingidos; (iii) representar e dirigir no mais alto nível a Companhia perante as instituições governamentais, não governamentais, veículos de comunicação, e outras correlatas, preservando a marca "WDC"; (iv) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (v) propor ao Conselho de Administração a estrutura organizacional da Companhia, sugerindo as áreas de atuação de cada Diretor; (vi) dirigir e supervisionar a área de recursos humanos da Companhia, incluindo a propositura de planos de atração, retenção, desenvolvimento, carreira, remuneração dos executivos e colaboradores da Companhia; (vii) garantir que todas as decisões sejam tomadas no intuito de preservar a imagem, o resultado e o patrimônio da Companhia; (viii) representar a Companhia em assembleias gerais de acionistas e/ou de quotistas de sociedades e/ou indicar um Diretor ou um procurador para representá-lo; e (ix) desempenhar as outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 2 º Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) prestar informações aos investidores, à CVM, às bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação; (ii) representar a Companhia isoladamente perante a CVM, as bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia; e (iii) desempenhar as outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor-Presidente.

Parágrafo 3 º Compete ao Diretor Financeiro (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as áreas de finanças da Companhia, e suas controladas, que abrange análise de investimento e gestão de risco, preservando a integridade financeira; (ii) planejar a elaboração do orçamento consolidado, do plano de negócios e orçamento plurianual da Companhia; (iii) supervisionar e administrar as áreas ou funções de controles e projeções financeiras, de gerenciamento de riscos, consolidando e reportando os resultados da Companhia e de suas subsidiárias; (iv) prospectar, analisar e negociar oportunidades de investimentos e desinvestimento para a Companhia; (v) analisar e avaliar atividades a serem desenvolvidas e/ou realizadas pela Companhia, inclusive a partir do estudo da viabilidade econômico-financeira das novas oportunidades de negócios; (vi) manter a relação da Companhia com bancos, seguradoras, investidores existentes e potenciais; (vii) manter os ativos da Companhia devidamente segurados; (viii) analisar e propor financiamentos e refinanciamentos com objetivo de promover para companhia opções mais vantajosas para atender suas necessidades de investimentos, zelando pela otimização da estrutura de capital da Companhia; e (ix) desempenhar as outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor-Presidente.

Subseção V - Representação

Artigo 28. Observados as alçadas da Diretoria fixadas pelo Conselho de Administração, o regimento interno da Diretoria e a as competências dos demais órgãos societários, a Companhia será sempre representada, em todos os atos, (i) por 2 (dois) Diretores em conjunto; ou (ii) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador especialmente nomeado para tanto, de acordo com o parágrafo 1° abaixo; ou (iii) pela assinatura de 2 (dois) procuradores em conjunto, desde que investidos de especiais e expressos poderes; ou (iv) por 1 (um) procurador agindo isoladamente sempre que o ato a ser praticado for relativo aos poderes *ad judicia*.

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

Parágrafo 1 º Todas as procurações serão outorgadas pela assinatura de 2 (dois) Diretores, agindo em conjunto, mediante mandato com poderes específicos e prazo determinado, exceto nos casos de procurações *ad judicia*, caso em que o mandato pode ser por prazo indeterminado, por meio de instrumento público ou particular.

Parágrafo 2 º Qualquer dos Diretores ou procurador, isoladamente, poderá representar, ativa ou passivamente, a Companhia em juízo, bem como perante repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais.

Parágrafo 3 º São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Companhia, os atos de quaisquer Diretores, procuradores, prepostos e empregados que envolvam ou digam respeito a operações ou negócios estranhos ao objeto social e aos interesses sociais, tais como fianças, avais, endossos e qualquer garantia em favor de terceiros, salvo quando expressamente aprovados pelo Conselho de Administração em reunião e nos casos de prestação, pela Companhia, de avais, abonos e fianças para empresas controladas ou coligadas, em qualquer estabelecimento bancário, creditício ou instituição financeira, departamento de crédito rural, de crédito comercial, de contratos de câmbio, e outras operações aqui não especificadas, sendo a Companhia, nestes atos, representada por no mínimo 2 (dois) Diretores, ou por um diretor e um procurador com poderes específicos para a prática do ato.

Seção IV – Comitês

Subseção I – Comitê de Auditoria Estatutário

Artigo 29. O Comitê de Auditoria Estatutário, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, dotado de autonomia operacional, é composto por, no mínimo, 3 (três) membros dos quais:

(a) pelo menos 1 (um) membro deverá ser Conselheiro Independente (conforme termo definido no Regulamento do Novo Mercado);

(b) pelo menos 1 (um) membro deverá ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela CVM que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes;

(c) 1 (um) dos membros poderá cumular as qualificações descritas nas alíneas (i) e (ii) acima; e

(d) nenhum dos membros poderá ser controlador, nem diretor, ou subordinado de diretor, da Companhia, de seu acionista controlador, direto ou indireto, ou de sociedades controladas, coligadas ou sob controle comum.

Parágrafo 1 º O Comitê de Auditoria será coordenado por um Coordenador designado no ato da nomeação dos membros do Comitê de Auditoria.

Parágrafo 2 º O Conselho de Administração aprovará o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, o qual estipulará regras de convocação, instalação, votação e periodicidade das reuniões, prazo dos mandatos, requisitos de qualificação de seus membros e atividades do Coordenador do Comitê de Auditoria, entre outras matérias.

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

Parágrafo 3 º Comitê de Auditoria será dotado de orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com o seu funcionamento e com a contração de consultores para assuntos contábeis, jurídicos ou outros temas, quando necessária a opinião de um especialista externo ou independente.

Artigo 30. Compete ao Comitê de Auditoria Estatutário:

(a) opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia;

(b) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;

(c) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;

(d) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;

(e) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas; e

(f) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

Parágrafo Único O Comitê de Auditoria Estatutário deve elaborar, anualmente, relatório resumido contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, e destacando as recomendações feitas pelo Comitê ao Conselho de Administração.

Subseção II – Comitês Não Estatutários

Artigo 31. Além do Comitê de Auditoria Estatutário, outros Comitês poderão ser instituídos pelo Conselho de Administração de tempos em tempos.

Parágrafo Único O Conselho de Administração aprovará o regimento interno dos demais Comitês que vierem a ser instituídos, o qual estipulará as competências, a composição, as regras de convocação, instalação, votação e periodicidade das reuniões, prazo dos mandatos, eventuais requisitos de qualificação de seus membros e atividades do coordenador de cada Comitê, entre outras matérias.

CAPÍTULO VI – CONSELHO FISCAL

Artigo 32. O Conselho Fiscal da Companhia é órgão de funcionamento não permanente e poderá ser instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido de acionistas representando a porcentagem requerida por lei ou pelos regulamentos da CVM.

Artigo 33. Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros e suplentes em igual número (acionistas ou não) todos eles qualificados em conformidade com as disposições legais aplicáveis.

Parágrafo 1 º Os membros do Conselho Fiscal terão o mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, podendo ser reeleitos.

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

Parágrafo 2 º Os membros do Conselho Fiscal deverão ser eleitos pela Assembleia Geral que aprovar sua instalação. Seus prazos de mandato deverão terminar quando da realização da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após a sua eleição, podendo ser destituídos e reeleitos.

Parágrafo 3 º Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente.

Parágrafo 4 º Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar.

Artigo 34. Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá sempre que necessário, competindo-lhe todas as atribuições que lhe sejam cometidas por lei.

Parágrafo 1 º As reuniões serão convocadas pelo Presidente do Conselho Fiscal por sua própria iniciativa ou por solicitação por escrito de qualquer de seus membros. Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo 2 º As deliberações do Conselho Fiscal deverão ser aprovadas por maioria absoluta de votos. Para que uma reunião seja instalada, deverá estar presente a maioria dos seus membros.

Parágrafo 3 º Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos conselheiros presentes.

Artigo 35. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o parágrafo 3º do artigo 162 da Lei das S.A

CAPÍTULO VII – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

Artigo 36. O exercício social inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social, serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

Parágrafo 1º. Além das demonstrações financeiras ao fim de cada exercício social e trimestre, a Companhia fará elaborar as demonstrações financeiras trimestrais, com observância dos preceitos legais pertinentes.

Parágrafo 2º. Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da Companhia apresentarão à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto e na Lei das S.A.

Parágrafo 3º. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social.

Artigo 37. Após realizadas as deduções contempladas no Artigo acima, o lucro líquido deverá ser alocado da seguinte forma: (a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia; (b) uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências, nos

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

termos do artigo 195 da Lei das S.A.; (c) poderá ser destinada para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório; (d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item (f) abaixo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das S.A.; (e) uma parcela não superior à diferença entre (i) 75% (setenta e cinco) do lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das S.A. (incluindo, portanto, eventual destinação de parcela do lucro líquido para constituição de reserva para contingências) e (ii) a reserva indicada no item (c) acima, poderá ser destinada à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos para crescimento e expansão e financiar o capital de giro da companhia, ficando ressalvado que o saldo acumulado desta reserva não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social da Companhia; e (f) o saldo remanescente será distribuído aos acionistas como dividendos, assegurada a distribuição do dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinto por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das S.A.

Parágrafo 1 º O dividendo obrigatório previsto na alínea (f) no *caput* deste Artigo não será pago nos exercícios em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. O Conselho Fiscal, se em funcionamento, deverá emitir parecer sobre esta informação dentro de 5 (cinco) dias da realização da Assembleia Geral, e os Diretores deverão protocolar na CVM um relatório fundamentado, justificando a informação transmitida à Assembleia.

Parágrafo 2 º Lucros retidos nos termos do § 1º deste Artigo serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

Artigo 38. A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá:

(a) distribuir dividendos com base em lucros apurados nos balanços semestrais;

(b) levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos com base nos lucros nele apurados, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, parágrafo 1º da Lei das S.A.;

(c) distribuir dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existente no último balanço anual ou semestral; e creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor dos dividendos a serem distribuídos pela Companhia, passando a integrá-los para todos os efeitos legais.

Artigo 39. A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável, sem prejuízo do disposto no Artigo 6º, parágrafo 2º deste Estatuto Social.

Artigo 40. Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

CAPÍTULO VIII – ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO E OPA POR ATINGIMENTO DE

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

PARTICIPAÇÃO RELEVANTE

Seção I – Alienação do Controle Acionário

Artigo 41. A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Seção II – Reorganização Societária

Artigo 42. Na hipótese de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, as sociedades resultantes devem pleitear o ingresso no Novo Mercado em até 120 (cento e vinte) dias da data da Assembleia Geral que deliberou a reorganização.

Parágrafo Único Caso a reorganização envolva sociedades resultantes que não pretendam pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria dos titulares das ações em circulação da Companhia presentes na assembleia geral deverão dar anuência a essa estrutura.

OPA por Atingimento de Participação Relevante

Artigo 43. Qualquer acionista ou Grupo de Acionistas que atingir, de forma direta ou indireta a titularidade de ações de emissão da Companhia ou Outros Direitos de Natureza Societária, igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do capital social ("Participação Relevante"), tanto por meio de uma única operação, como por meio de diversas operações ("Novo Acionista Relevante"), deverá efetivar uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações e valores mobiliários conversíveis por ações de titularidade dos demais acionistas da Companhia, nos termos deste artigo ("OPA por Atingimento de Participação Relevante").

Parágrafo 1º A OPA por Atingimento de Participação Relevante deverá ser: (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3; (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no § 2º deste Artigo e liquidada à vista, em moeda corrente nacional; e (iv) instruída com o laudo de avaliação da Companhia, de que trata o § 4º deste Artigo.

Parágrafo 2º O preço de aquisição por ação objeto da OPA por Atingimento de Participação Relevante ("Preço da OPA") não poderá ser inferior ao maior preço pago pelo Novo Acionista Relevante nos 12 (doze) meses que antecederem o atingimento da Participação Relevante, ajustado por eventos societários, tais como a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio, grupamentos, desdobramentos, bonificações, exceto aqueles relacionados a operações de reorganização societária, bem como devidamente atualizado pela Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

Parágrafo 3º Sem prejuízo do cumprimento das obrigações previstas na regulamentação aplicável, imediatamente após adquirir ou tornar-se titular de ações de emissão da Companhia ou Outros Direitos de Natureza Societária, em quantidade igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do capital social, o Novo Acionista Relevante deverá encaminhar uma comunicação ao Diretor de Relações com Investidores, contendo: (a) as informações previstas no artigo 12 da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada e nos itens "i" até "m" do inciso I do Anexo II à Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002, conforme alterada; (b)

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

informação sobre quaisquer Outros Direitos de Natureza Societária que possua; (c) a informação sobre a obrigação de efetivar a OPA por Atingimento de Participação Relevante; (d) a informação do maior preço pago pelo Novo Acionista Relevante nos 12 (doze) meses que antecederem o atingimento da Participação Relevante, ajustado por eventos societários ocorridos após a data da transação, tais como a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio, grupamentos, desdobramentos, bonificações, exceto aqueles relacionados a operações de reorganização societária, acompanhada de demonstração justificada desse preço; e (e) a informação do preço de aquisição por ação objeto da OPA por Atingimento de Participação Relevante que o Novo Acionista Relevante se propõe a pagar, observado o § 2º deste Artigo ("Preço Proposto").

Parágrafo 4º A efetivação da OPA por Atingimento de Participação Relevante poderá ser dispensada mediante voto favorável de acionistas reunidos em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, observadas as seguintes regras:

(a) a Assembleia Geral, se instalada na primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação e, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação;

(b) a dispensa de efetivação da OPA por Atingimento de Participação Relevante será considerada aprovada com o voto da maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes naquela Assembleia Geral, seja em primeira ou segunda convocação; e

(c) não serão computadas as ações detidas pelo Novo Acionista Relevante para fins dos quóruns de instalação e de deliberação.

Parágrafo 5º Se OPA por Atingimento de Participação Relevante não estiver legalmente sujeita a registro na CVM, o Novo Acionista Relevante deverá publicar o edital da OPA por Atingimento de Participação Relevante no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de apresentação, pela instituição ou empresa especializada, do laudo de avaliação.

Parágrafo 6º Se OPA por Atingimento de Participação Relevante estiver legalmente sujeita a registro na CVM, o Novo Acionista Relevante deverá solicitar o registro no prazo de 10 (dez) dias úteis, contato da data de apresentação, pela instituição ou empresa especializada, do laudo de avaliação, e estará obrigado a atender às eventuais solicitações ou às exigências da CVM relativas à OPA por Atingimento de Participação Relevante, dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável. A publicação do edital da OPA por Atingimento de Participação Relevante deverá ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de registro da OPA pela CVM.

Parágrafo 7º Na hipótese de o Novo Acionista Relevante não cumprir com as obrigações impostas por este artigo, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Novo Acionista Relevante não poderá votar, para deliberar a suspensão do exercício dos direitos do Novo Acionista Relevante que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este artigo, conforme disposto no artigo 120 da Lei das S.A.

Parágrafo 8º A exigência da OPA por Atingimento de Participação Relevante não se aplica ao acionista ou Grupo de Acionistas que atinja a Participação Relevante:

(a) por meio de oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, desde que tenha sido pago preço no mínimo equivalente ao Preço da OPA;

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

(b) de forma involuntária, como resultado de resgate ou cancelamento de ações;

(c) por subscrição de ações realizada em oferta primária, em razão de o montante não ter sido integralmente subscrito por quem tinha direito de preferência ou que não tenha contado com número suficiente de interessados na respectiva distribuição pública;

(d) em decorrência de operação de fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia; ou

(e) em decorrência de: (i) adiantamento de legítima, doação ou sucessão hereditária, desde que para descendente ou cônjuge de acionista ou Grupo de Acionistas detentor de Participação Relevante; ou (ii) transferência para *trust* ou entidade fiduciária similar, tendo por beneficiário o próprio acionista ou Grupo de Acionistas detentor de participação Acionaria Relevante, seus descendentes ou seu cônjuge.

Parágrafo 9º A efetivação da OPA por Participação Relevante não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo 10º Para fins deste Artigo, os seguintes termos iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

"Acionista Controlador" significa o acionista ou o Grupo de Acionistas composto por um grupo de pessoas (i) vinculadas por acordo de acionistas, (ii) sob controle comum ou (iii) entre as quais haja relação de controle, e que exerça o Poder de Controle da Companhia;

"Ações em Circulação" significa as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações em tesouraria, as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas e por Administradores da Companhia;

"Administradores" significa, quando no singular, os diretores e membros do conselho de administração da Companhia referidos individualmente ou, quando no plural, os diretores e membros do conselho de administração da Companhia referidos conjuntamente;

"Grupo de Acionistas" significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordos de acionistas, orais ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum; (iv) agindo em conjunto; ou (v) que atuem representando um interesse comum. Incluem-se dentre os exemplos de pessoas representando um interesse comum: (v) uma pessoa titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% do capital social da outra pessoa; e (vi) duas pessoas que tenham um terceiro investidor em comum que seja titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% do capital de cada uma das duas pessoas. Quaisquer joint-ventures, fundos ou clubes de investimento, fundações, associações, *trusts*, condomínios, cooperativas, carteiras de títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior, serão considerados parte de um mesmo Grupo de Acionistas, sempre que duas ou mais entre tais entidades forem: (vii) administradas ou geridas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou (viii) tenham em comum a maioria de seus administradores, sendo certo que no caso de fundos de investimentos com administrador comum, somente serão considerados como integrantes de um Grupo de Acionistas aqueles cuja decisão sobre o exercício de votos em Assembleias Gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

administrador, em caráter discricionário;

"Outros Direitos de Natureza Societária" significa (i) usufruto ou fideicomisso sobre as ações de emissão da Companhia; (ii) quaisquer opções ou direitos de compra, subscrição ou permuta, a qualquer título, que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia; (iii) quaisquer derivativos referenciados em ações de emissão da Companhia que prevejam a possibilidade de liquidação não exclusivamente financeira; ou (iv) quaisquer outros direitos que assegurem, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de emissão da Companhia;

"Poder de Controle" e seus termos correlatos significa o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida; e

CAPÍTULO IX – LIQUIDAÇÃO

Artigo 44. A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, e o Conselho Fiscal, quando instalado, que deverá funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração.

CAPÍTULO X – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E ARBITRAGEM

Artigo 45. A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei n° 6.385/76, na Lei das S.A., no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Parágrafo Único. A posse dos administradores e membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar a sua sujeição à cláusula compromissória, referida no *caput* deste Artigo 45.

CAPÍTULO XI – DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 46. As disposições contidas nos Capítulos VIII e X, bem como as demais regras referentes ao Regulamento do Novo Mercado constantes deste Estatuto Social (incluindo, *inter alia*, a vedação de os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente ou principal executivo da Companhia não possam ser acumulados pela mesma pessoa, constante do Artigo 13), somente terão eficácia a partir da data da publicação do anúncio de início da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia.

Artigo 47. O disposto na Seção II do Capítulo VIII deste Estatuto Social não se aplica ao acionista titular de ações de emissão da Companhia ou Outros Direitos de Natureza Societária em 15 de fevereiro de 2021, bem como a: (i) seus descendentes e cônjuge que adquirirem as respectivas ações em decorrência de adiantamento de legítima, doação ou sucessão hereditária; ou (b) *trusts* ou entidades fiduciárias similares, tendo por beneficiário o próprio acionista ou Grupo

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

de Acionistas, seus descendentes ou seu cônjuge.

Artigo 48. O Conselho de Administração poderá ser composto por, no mínimo, 3 (três) membros, dispensada a eleição de conselheiros independentes e de 1 (um) Vice-Presidente, enquanto a Companhia não obtiver o registro de companhia aberta na CVM, na qualidade de emissor de valores mobiliários "Categoria A".

Artigo 49. Os casos omissos no presente Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com as disposições da Lei das S.A., observado o previsto no Regulamento do Novo Mercado.

* * *

CERTIDÃO: Certificamos que o texto acima constitui o inteiro teor do Estatuto Social da Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A. consolidado na Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data.

Vanderlei Rigatieri Junior	**Andre Luiz Sandoval Valente**
Presidente	Secretário

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Luiz Sandoval Valente e Vanderlei Rigatieri Junior.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código D3CB-98B0-6A0C-A8FF.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/D3CB-98B0-6A0C-A8FF ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D3CB-98B0-6A0C-A8FF

Hash do Documento

21F58DC083BAA3DF331B1F77B83F0DE1D497EF469BE8D6665C15CC275843B78F

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 19/02/2021 é(são) :

- Andre Luiz Sandoval Valente - 222.131.528-61 em 19/02/2021 13:19 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital
- Vanderlei Rigatieri Junior (CEO) - 055.084.198-96 em 19/02/2021 11:27 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

LIVETECH DA BAHIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
CNPJ/ME Nº 05.917.486/0001-40
NIRE 2930003576-9

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM [•] DE [•] DE 2021

I. Data, Hora e Local: [•] de [•] de 2021, às [•], na sede social da Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A ("Companhia"), localizada na Cidade de Ilhéus, Estado da Bahia, na Rodovia BA-262, Ilhéus x Uruçuca, s/nº, Km 2,8, Quadra A, Bairro Iguape, Polo de Informática de Ilhéus, CEP 45658-335.

II. Presença: A totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

III. Mesa: Presidente: Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa; Secretário: André Luiz Sandoval Valente.

IV. Convocação: Dispensada a convocação prévia em face da presença de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia.

V. Ordem do Dia: no âmbito a oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), realizada no Brasil, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400"), com esforços de colocação no exterior, conforme pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de agosto de 2019 ("Oferta"), deliberar sobre as seguintes matérias:

(i) **[**nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, o aumento da quantidade total das Ações objeto da Oferta;**]**

(ii) a fixação do preço emissão das ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a serem emitidas pela Companhia ou alienadas pelos acionistas vendedores, no âmbito da Oferta ("Preço por Ação");

(iii) a aprovação do aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, mediante emissão de Ações, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações, em

conformidade com o disposto no artigo 172, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.");

(iv) a determinação da forma de subscrição e integralização das Ações a serem emitidas;

(v) a aprovação dos direitos atribuídos às novas Ações;

(vi) a verificação da subscrição das Ações distribuídas no âmbito da e a homologação do novo capital social da Companhia; e

(vii) a autorização para a Diretoria da Companhia emitir o prospecto definitivo e o *final offering memorandum*, bem como tomar todas as providências e praticar todos e quaisquer atos necessários relacionados à Oferta e seu correspondente aumento de capital, incluindo, *inter alia*, assinar o "Contrato de Coordenação, Distribuição e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A." ("Contrato de Distribuição"), o "*Placement Facilitation Agreement*", o "Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A." e todos os outros contratos e documentos que se fizerem necessários no âmbito da Oferta (os "Documentos da Oferta").

VI. Deliberações: Após discussão e análise das matérias constantes da ordem do dia foram tomadas as seguintes deliberações pelos membros do Conselho de Administração:

(i) **[**nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400 a quantidade total das Ações objeto da Oferta, inicialmente ofertadas, foi acrescida em [•]% ([•] por cento), as quais serão alienadas pela Companhia nas mesmas condições e preço das Ações da Oferta inicialmente ofertadas;**]**

(ii) a fixação do Preço por Ação em R$ [•] ([•]), com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de *Bookbuilding*"), conduzido exclusivamente com investidores profissionais no Brasil e no exterior, pelos Coordenadores da Oferta e Agentes do Colocação Internacional (conforme definidos no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.), nos termos do artigo 23, parágrafo primeiro, e artigo 44 da Instrução CVM 400. De acordo com o artigo 170, parágrafo primeiro, inciso III da Lei das S.A., a escolha do critério para a determinação do Preço por Ação é justificada pelo fato de que não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia e pelo fato de as

Ações serem distribuídas por meio de uma oferta pública, na qual o preço de mercado das Ações foi definido com base no resultado do Procedimento de *Bookbuilding;*

(iii) o aumento no capital social da Companhia, de R$ 86.666.375,27 (oitenta e seis milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, trezentos e setenta e cinco reais e vinte e sete centavos) para R$ [●] ([●] reais), mediante a emissão de [●] ([●]) Ações, dentro do limite do capital autorizado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, para subscrição pública no âmbito da Oferta, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações objeto da distribuição primária, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das S.A. Do Preço por Ação de R$ [●] ([●] reais): **[**(a) o valor de R$ [●] ([●]) será destinado a conta de capital social da Companhia, totalizando a quantia de R$ [●] ([●] reais) em aumento do capital social; e (b) o valor remanescente será destinado à formação de reserva de capital, em conta de ágio na subscrição de ações, totalizando a quantia de R$ [●] ([●] reais) destinada à reserva de capital;**]**

(iv) a forma de integralização das Ações objeto à Oferta, que deverá ser feita em moeda corrente nacional, na data de liquidação da Oferta, em moeda corrente nacional, nos termos das cláusulas aplicáveis do Contrato de Distribuição e do "*Placement Facilitation Agreement*";

(v) a atribuição, aos titulares das novas Ações emitidas em virtude do grupamento do capital social da Companhia, dos mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares das Ações previamente emitidas pela Companhia, de acordo com a Lei das S.A., o Regulamento do Novo Mercado e o Estatuto Social da Companhia, a partir da data de publicação do anúncio de início da Oferta;

(vi) a verificação pelo Conselho de Administração da subscrição de [●] ([●]) Ações, distribuídas no âmbito da Oferta e, consequentemente, a homologação do novo capital social da Companhia, que passa a ser de R$ [●] ([●] reais), dividido em [●] ([●]) Ações. O Conselho de Administração irá submeter à Assembleia Geral de Acionistas a proposta para alterar o Estatuto Social da Companhia, a fim de refletir o novo capital social; e

(vii) autorizar a Diretoria da Companhia a emitir o prospecto definitivo e o *final offering memorandum*, bem como tomar todas as providências e praticar todos e quaisquer atos necessários relacionados à Oferta e seu correspondente aumento de capital, incluindo, *inter alia*, assinar os Documentos da Oferta.

VI. Encerramento: Não havendo nada mais a tratar, o Presidente declarou a reunião encerrada e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

São Paulo, [•] de [•] de 2021. **Mesa:** Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa – Presidente; André Luiz Sandoval Valente - Secretário. **Conselheiros:** Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa; Bruno Savassi Rigatieri; Vanderlei Rigatieri Junior; Flavio Cesar Maia Luz; e Roberto José Maris de Medeiros.

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio.

Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa Presidente	**André Luiz Sandoval Valente** Secretário

ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR E DE INVESTIMENTO DO 2B CAPITAL – BRASIL CAPITAL DE CRESCIMENTO I – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, REALIZADA EM [•] DE [•] DE 2021, QUE APROVOU A SUA PARTICIPAÇÃO NA OFERTA SECUNDÁRIA E O PREÇO POR AÇÃO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

2BCAPITAL – BRASIL CAPITAL DE CRESCIMENTO I – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA

CNPJ/MF n.º 14.596.766/0001-95

ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS
REALIZADA EM [●] DE [●] DE 2021

1. DATA, HORA E LOCAL: Iniciado no dia [●] de dois mil e vinte e um, às [●] horas, por teleconferência, conforme previsto no Artigo 27 do Regulamento do **2BCAPITAL – BRASIL CAPITAL DE CRESCIMENTO I – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA** ("Regulamento" e "Fundo", respectivamente).

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Convocação dispensada, nos termos do mesmo Artigo 27 do Regulamento. Participaram por meio de teleconferência, conforme assinaturas no Livro de Presença (Anexo I), todos os membros do Comitê de Investimentos do Fundo. Presente também o gestor do Fundo, **2B CAPITAL S.A**., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3950, 10º andar, CEP 04543-011, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 07.063.675/0001-29 ("Gestor"), neste ato representado por [●] e [●].

3. COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente: [●]; Secretário: [●].

4. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre (i) o desinvestimento a ser realizado pelo Fundo, de até [●] ações ordinárias, de emissão da LIVETECH DA BAHIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de Ilhéus, Estado da Bahia, na Rodovia BA-262, Ilhéus x Uruçuca, s/nº, Km 2,8, Quadra A, Bairro Iguape, Polo de Informática de Ilhéus, CEP 45658-335 ("Investida" e "Ações", respectivamente), no âmbito da oferta pública inicial da Investida ("IPO" e ""Desinvestimento", respectivamente); e (ii) a fixação do preço por ação da Investida a ser utilizado para a realização do Desinvestimento.

5. DELIBERAÇÕES: Após a análise de material sobre a proposta de Desinvestimento, devidamente enviado pelo Gestor ao Comitê de Investimento, nos termos do Artigo 27 do Regulamento, o Comitê de Investimento, mediante os votos favoráveis da unanimidade dos membros do Comitê de Investimento, aprovou:

(i) a realização do Desinvestimento na Investida, no montante total de até [●] Ações; sendo (a) [●] Ações na oferta base [e no lote adicional] do IPO; e (b) até [●] Ações relativas ao lote suplementar do IPO, condicionadas ao exercício da opção de lote suplementar pelo agente estabilizador do IPO; e

(ii) a fixação do preço de R$ [●] por Ação, no âmbito do IPO ("Preço por Ação"). O Preço por Ação foi fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimentos realizado pelos coordenadores do IPO.

6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata, depois de lida e considerada conforme, lavrada e assinada por todos os presentes em 2 (duas) vias

Presidente	**Secretário**
[●]	**[●]**

Anexo I - Livro de Presença de Membros na Reunião do Comitê de Investimentos do Fundo

Realizada em [•]/[•]/2021

MEMBRO	ASSINATURA
[●]	

Por meio da assinatura da presente Lista de Presença, o membro do Comitê de Investimentos declara ciência e concordância com a ata da [●] Reunião do Comitê de Investimentos.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

MINUTA DA DECLARAÇÃO DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

LIVETECH DA BAHIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO, companhia em fase de registro perante a CVM na categoria "A", com sede na cidade de Ilhéus, Estado da Bahia, na Rodovia BA-262, Ilhéus x Uruçuca, s/nº, Km 2,8, Quadra A, Bairro Iguape, Polo de Informática de ilhéus, CEP 45658-335, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("**CNPJ/ME**") sob o n° 05.917.486/0001-40, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Companhia**"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de sua emissão, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**") a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") n° 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), com esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado e com esforços de colocação no exterior ("**Oferta**"), sob a coordenação do Banco BTG Pactual S.A.("**Coordenador Líder**"), do Banco Bradesco BBI S.A. ("**Bradesco BBI**" ou "**Agente Estabilizador**") do Banco Itaú BBA S.A. ("**Itaú BBA**") e do Citigroup Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**Citi**" e, em conjunto com Coordenador Líder, o Agente Estabilizador e o Itaú BBA, "**Coordenadores da Oferta**"), cujo pedido de registro está sob análise na CVM, vem, pela presente, apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, o 2B Capital- Brasil Capital de Crescimento I – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("**2B Capital**") e os acionistas vendedores pessoas físicas identificados no "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.*" ("**Prospecto Definitivo**", "**Acionistas Vendedores Pessoas Físicas**" e, em conjunto com a 2B Capital, "**Acionistas Vendedores**"), respectivamente e os Coordenadores da Oferta constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em [●] de [●] 2021 (deus te o "**Auditoria**"), sendo que a Auditoria prosseguirá até a divulgação Prospecto Definitivo;

(C) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram, para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.*" ("**Prospecto Preliminar**") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(D) além dos documentos a que se refere o item (C) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia;

(E) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao Prospecto Preliminar e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos; e

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos consultores legais.

A Companhia declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ela prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas pela Companhia, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, bem como as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia, nas datas de suas respectivas divulgações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e

(iv) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente em vigor, expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

Bahia, [●] de [●] de 2021.

LIVETECH DA BAHIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

MINUTA DAS DECLARAÇÕES DOS ACIONISTAS VENDEDORES, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

[●], inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("**CNPJ/ME**") sob o nº [●], neste ato representado na forma de seu regulamento, por seu administrador, [●] sociedade [por ações][limitada], com sede na cidade de [●], Estado de [●], na [Endereço], [CEP], inscrita no CNPJ/ME sob o nº [●], neste ato representado na forma de seu estatuto social ("**[●]**") [e, em conjunto com os 2B Capital- Brasil Capital de Crescimento I – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("**2B Capital**") e os acionistas vendedores pessoas físicas identificados no "Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A." ("**Prospecto Definitivo**", "**Acionistas Vendedores Pessoas Físicas**" e, em conjunto com a 2B Capital, "**Acionistas Vendedores**" e, ("**Oferta Secundária**"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da **LIVETECH DA BAHIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.**, companhia em fase de registro perante a CVM na categoria "A", com sede na cidade de Ilhéus, Estado da Bahia, na Rodovia BA-262, Ilhéus x Uruçuca, s/nº, Km 2,8, Quadra A, Bairro Iguape, Polo de Informática de Ilhéus, CEP 45658-335 inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o n° 05.917.486/0001-40, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Companhia**"), nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") n° 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), com esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado ("**Oferta**"), sob a coordenação do Banco BTG Pactual S.A.("**Coordenador Líder**"), do Banco Bradesco BBI S.A.("**Bradesco BBI**" ou "**Agente Estabilizador**"), do Banco Itaú BBA S.A. ("**Itaú BBA**") e do Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**Citi**" e, em conjunto com Coordenador Líder, o Agente Estabilizador e o Itaú BBA, "**Coordenadores da Oferta**"), cujo pedido de registro está sob análise da CVM, vem, pela presente, apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, a [●] e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em [●] de [●] de 2021 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo;

(C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.*" ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;

(D) foram disponibilizados pela Companhia e pelo [●], os documentos que a Companhia e o [●] consideraram relevantes para a Oferta;

(E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e ao [•], os quais a Companhia e o [•] confirmaram ter disponibilizado;

(F) a Companhia e o [•] confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(G) a Companhia e o [•], em conjunto com o Coordenador Líder, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O [•], em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ele prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas pela Companhia, no Prospecto Preliminar e a serem prestadas no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e

(iv) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente em vigor, expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

[Cidade], [•] de [•] de 2021.

[•]

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

MINUTA DA DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

BANCO BTG PACTUAL S.A., instituição financeira com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar, CEP 04538-132, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("**CNPJ/ME**") sob o n° 30.306.294/0002-26, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**Coordenador Líder**"), vem, na qualidade de instituição intermediária líder da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da **LIVETECH BAHIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.**, companhia em fase de registro perante a CVM na categoria "A", com sede na cidade de Ilhéus, Estado da Bahia, na Rodovia BA-262, Ilhéus x Uruçuca, s/nº, Km 2,8, Quadra A, Bairro Iguape, Polo de Informática de ilhéus, CEP 45658-335, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o n° 05.917.486/0001-40, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de novas Ações de emissão da Companhia ("**Oferta Primária**"); e (ii) secundária de Ações de emissão da Companhia e de titularidade do 2B Capital- Brasil Capital de Crescimento I – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("**2B Capital**") e os acionistas vendedores pessoas físicas identificados no "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A*." ("**Prospecto Definitivo**", "**Acionistas Vendedores Pessoas Físicas**" e, em conjunto com a 2B Capital, "**Acionistas Vendedores**" e, ("**Oferta Secundária**"), a ser realizada na República Federativa do Brasil ("**Brasil**"), com esforços de colocação no exterior, sob a coordenação do Coordenador Líder, do Banco Bradesco BBI S.A. ("**Bradesco BBI**" ou "**Agente Estabilizador**"), do Banco Itaú BBA S.A. ("**Itaú BBA**") e o Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**Citi**" e, em conjunto com Coordenador Líder, o Agente Estabilizador e o Itaú BBA, "**Coordenadores da Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**" e "**Oferta**", respectivamente), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em [●] de [●] de 2021 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do "*Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A*." ("**Prospecto Definitivo**");

(C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do

Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao Prospecto Preliminar e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;

(D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta, inclusive para preparação dos Prospectos;

(E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Coordenador Líder, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia e pelo[s] Acionista[s] Vendedor[es] no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente em vigor, expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA); e

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à atividade da Companhia e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, [●] de [●] de 2021.

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

MENSAGEM DA ADMINSTRAÇÃO

O ano de 2020 foi um ano desafiador em função da pandemia do Covid-19. Porém, apesar de todos os desafios – como tendo o time trabalhado de forma parcialmente remota a partir de março, em uma dinâmica completamente nova – a WDC Networks teve um ano intenso, alcançando recordes consecutivos de vendas.

Ambos os segmentos de atuação, Telecomunicação e Corporativo, apresentaram crescimento expressivo em 2020. Atingimos recordes históricos nos principais indicadores de performance financeira, incluindo Receita Bruta, Receita Líquida, EBITDA, Lucro Líquido, ROE e ROIC. Em termos de Vendas Totais, que considera o Valor Total dos Contratos de *Technology as a Service* (TaaS), os segmentos de Telecom e Corporativo cresceram 46% e 29% em comparação a 2019, respectivamente. A única BU dentro do segmento Corporativo que apresentou resultados negativos causados pela pandemia foi a de Áudio e Vídeo profissional, em função da redução do número de eventos para o grande público e em geral.

As vendas sob o modelo negócios TaaS (*Technology as a* Service) ganharam representatividade e atingiram 39% das Vendas Totais em 2020. Com isso, a WDC consolidou sua posição de maior fornecedor deste tipo de serviço no mercado brasileiro, nos segmentos em que está presente, conquistando novos clientes que anteriormente não tinham capacidade de investir em novas tecnologias, bem como aumentando o valor médio de seus contratos.

Um marco muito importante para a WDC em 2020 foi a entrada no mercado de energia solar fotovoltaico, dentro do segmento Corporativo. Inauguramos uma nova fábrica e um centro de distribuição em Extrema/MG, com espaço de 4.000m² para atender todo o território brasileiro. Inaugurada em janeiro de 2020, nossa fábrica realiza a montagem de kits de geradores fotovoltaicos, em regime do sistema SKD (*Semi Knock Down*). A linha de geradores fotovoltaicos atingiu vendas acima da nossa expectativa inicial, refletida no orçamento de 2020.

Outro movimento relevante em 2020 foi a abertura da loja conceito da Casa Conectada na cidade de São Paulo/SP em abril de 2020. A Casa Conectada comercializa uma linha de produtos especializada em automação residencial, utilizando tecnologia IoT (*Internet of* Things, ou internet das coisas) sem fio, que transforma qualquer residência em um ambiente inteligente, totalmente conectado e acionado por smartphones e assistentes de voz. Esta loja deve ser o embrião de uma rede de franquias.

Do ponto de vista de governança corporativa, a WDC teve avanços significativos. Implementamos nosso Código de Ética e Conduta, alinhado com políticas internas de anticorrupção, e canais de denúncias disponíveis a colaboradores, clientes e fornecedores. Avançamos também nos procedimentos de auditoria externa, implementando revisões trimestrais com emissão de pareceres intermediários. Finalmente, fomos reconhecidos como uma das 100 melhores empresas para se trabalhar pela GPTW (*Great Place to Work)*, uma conquista que reconhece nosso esforço para motiva e rete de nossos colaboradores.

Estas conquistas nos estimulam a seguir focados em nossa estratégia de crescimento, sempre com a sensação de "*Day 1*": todos os dias são como nosso primeiro dia de trabalho. Continuamos acordando motivados e olhando para o futuro, com o objetivo de descomplicarmos ainda mais as operações de nossos clientes, permitindo que eles foquem no que é essencial em seus negócios. Essa é a WDC Networks: #Descomplica.

Diretoria da WDC Networks

VISÃO GERAL

A WDC é uma empresa de soluções de tecnologia, que conquista a liderança em termos de receita, no fornecimento customizado de soluções de tecnologia da informação e comunicação de alta complexidade para uma variada gama de clientes no Brasil e alguns países da América Latina. Pesquisamos continuamente novas tecnologias e modelos de negócio que propiciem aos nossos clientes o acesso a produtos e serviços que contribuem para uma melhoria de performance e de qualidade de vida. Nosso esforço contínuo é de descomplicar o acesso de nossos clientes às melhores tecnologias, permitindo que eles dediquem seu capital e esforços ao seu core business e deleguem à WDC a definição quanto às melhores soluções. Nosso foco é melhorar a experiência do cliente, estabelecendo parcerias estratégicas de longo prazo, e simplificando os processos que dependem da tecnologia. Buscamos continuamente antecipar tendências de mercado, trazendo para nosso portfólio produtos e marcas que tenham sinergia e complementariedade entre si.

Um dos nossos diferenciais competitivos é a produção própria da maioria dos produtos no Brasil, para fornecimento de infraestrutura de banda-larga, câmeras de vigilância, sistemas de controle de acesso, cyber segurança, data center, automação, geradores de energia solar, entre outros. Após mais de 17 (dezessete) anos de atuação, construímos uma logística de distribuição com uma vasta capilaridade de venda nos mercados em que atuamos, através de canais de integradores de sistemas, revendas, lojas virtuais e provedores de serviços (ISPs). Em linha com nossa visão e tradição de inovação e empreendedorismo, fomos também pioneiros no Brasil na oferta de tecnologia como serviço mensal (TaaS - *Technology as a Service*) aos nossos clientes.

CAPACIDADE DE ANTECIPAR TENDÊNCIAS E TECNOLOGIAS

Um diferencial importante da WDC Networks é a capacidade de nos anteciparmos a futuras tendências tecnológicas, conseguindo celebrar acordos com fabricantes antes que a demanda esteja estabelecida e se preparando para oferecer as melhores soluções, e assim gerando valor para todos os *stakeholders* da Companhia, especialmente para seus clientes. Em 2020, a WDC inovou ao lançar a loja conceito da Casa Conectada em São Paulo, e também ao entrar no mercado solar fotovoltaico, antecipando-se a um futuro aumento da demanda de mercado por equipamentos de automação residencial e energia limpa.

NOSSOS SEGMENTOS E PORTFÓLIO DE PRODUTOS

Segmentamos nossa atuação em dois mercados, Telecom e Corporativo, refletida na divisão de receita do nosso demonstrativo de resultado. Esta segmentação decorre do nosso entendimento de que as dinâmicas de atendimento, tipos de produtos, modelos de negócios são distintos nestes dois mercados, consequentemente requerem equipes independentes e especializadas, que possam entender as necessidades específicas de cada cliente. Dentro de cada segmento, temos produtos para finalidades distintas, que possuem contratos de distribuição ou montagem local com mais de 60 fabricantes. Os principais produtos de cada segmento são:

TELECOM

- **Redes de Fibra Ótica (FTTx):** Linha completa de centrais de distribuição de sinal de internet de banda larga, modens de fibra para o cliente, cabos de fibra ótica, e componentes de rede para construção de redes banda-larga fixa
- **Redes de alta-capacidade DWDM:** Sistema de transmissão de dados com alta-capacidade entre cidades, interligado regiões e criando *backhaul* para operadoras

CORPORATIVO

BU Enterprise:

- **Sistemas de Segurança Eletrônica**: Câmeras de vigilância, controle de acesso biométricos, alarmes e sistemas de detecção de incêndio, entre outros
- **Sistemas de Cyber Segurança**: Firewalls, sistemas de proteção contra ataques de hackers, controle parental de acesso à internet, entre outros.
- **Produtos de Infraestrutura de Data Centers**: Racks, esteiras, cabeamento, no-breaks, sistemas de incêndio, geradores, entre outros
- **Automação de Escritórios e Residências**: Automação de iluminação, fechaduras eletrônicas, ar condicionado, e salas de reunião

BU Áudio e Vídeo:

- **Produtos de Áudio e Vídeo Profissional:** Sonorização de salas, auditórios, igrejas, projetores profissionais, equipamento de videoconferência e trabalho remoto
- **Painéis de LED**: Sistemas de última geração para uso em mídia OOH (Out Of Home), sinalização e decoração

BU Energia Solar:

- **Geradores de Energia Solar Fotovoltaico:** Portfólio completo de equipamentos de geração de energia distribuída para usinas e fazendas de geração de qualquer porte e também sistemas de geração domésticos

NOSSOS CLIENTES E CANAIS DE VENDAS

Os clientes e canais de vendas são nossos ativos mais importantes. Acreditamos que nada acontece sem a satisfação dos clientes; deste modo, temos que buscar a excelência na experiência de compra dos nossos clientes. Esse processo exige que estejamos próximos aos nossos clientes, e que tenhamos canais de comunicação sempre abertos, incluindo o acesso à nossa Alta Administração, proporcionando aos clientes canais como o "*fale com o presidente",* através do qual nosso CEO atende às demandas de nossos clientes de forma simples e ágil.

Segmentamos nossos clientes e canais da seguinte forma:

- **ISPs (*Internet Service Providers*) Regionais**: Provedores de Internet regionais, que possuem licença SCM para prestação de serviços multimídias, tais como Internet Fixa, Voz (Voip), *TV Over the Top,* entre outras. Atualmente, existem mais de 5.000 (cinco mil) ISPs no Brasil registrados na Anatel, muitos dos quais operam em cidades de pequeno e médio porte. Estes ISPs são clientes que construíram redes FTTH (*Fiber To The Home*) e competem diretamente com as operadoras de telefonia incumbentes.
- **Operadoras**: Operadoras de telefonia e Internet, que possuem grandes redes de telecomunicações, e oferecem serviços diversos, incluindo telefonia móvel, internet e outros serviços corporativos.
- **Integradores de Sistemas:** Empresas de tecnologia, que possuem capacidade de engenharia, serviços e projetos, e atendem as necessidades de empresas de médio e grande porte, incluindo a implantação de redes de dados, telefonia, Wi-Fi, cyber segurança, segurança eletrônica, entre outros.
- **Revendedores**: Pequenas empresas, que possuem conhecimento técnico, compram e vendem produtos para usuários finais. Podem ter equipes de venda física e também vendas on-line, para atender clientes de portes distintos.
- **Empresas de Mídia OOH (*Out of Home)***: Empresas que instalam sistemas externos para venda de anúncios (painéis, monitores de elevadores, entre outros).
- **Empresas de Eventos**: Empresas de entretenimento especializadas em eventos, shows, e que precisam

de equipamentos audiovisuais para atender os seus clientes.

- **Integradores de Automação Residencial e Comercial**: Empresas de pequeno porte, especializadas em projetos de automação residencial e escritórios.
- **Instaladores Credenciados de Solar**: Empresas regionais que se especializaram em instalações residenciais de geradores distribuídos de energia fotovoltaica.

Essa diversidade de canais e produtos nos garante uma grande resiliência de receitas, uma vez que, se algum dos segmentos tiver problemas, o desempenho dos demais poderá compensá-los. Além disso, estes segmentos possuem sinergias entre si, formando um ecossistema integrado e criando oportunidades de vendas cruzadas entre eles (*cross-sell*).

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A WDC Networks está estruturada como uma sociedade anônima, liderada pelos seus sócios fundadores, Vanderlei Rigatieri Junior e Francisco Sérgio Day de Toledo. Além destes, a Companhia conta com a participação do fundo de *private equity* 2bCapital, gestora controlada pelo Banco Bradesco, de um fundo que investiu na Companhia em 2017. A 2bCapital possui uma participação de 43,2% no capital social da Companhia. O restante do capital está dividido entre Vanderlei Rigatieri Junior (51,1%) e Francisco Sérgio Day de Toledo (5,7%).

A Companha possui um acordo de acionistas bem definido e um Conselho de Administração que se reúne mensalmente para acompanhamento dos resultados e suporte na tomada de decisões estratégicas. No dia-a-dia, a Diretoria Executiva garante o desenvolvimento contínuo de seus colaboradores, implantando e acompanhando procedimentos de alto grau de profissionalismo e *compliance*.

Desde o início de 2016, a WDC Networks tem suas demonstrações financeiras auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes, assegurando a melhoria contínua e confiabilidade dos altos padrões estabelecidos em sua governança.

NOSSOS VALORES

Acreditamos que a tecnologia tem como objetivo melhorar a qualidade de vida das pessoas e das empresas. Além disso, nossa cultura empresarial está baseada nos seguintes valores:

- **Agilidade:** Velocidade na tomada de decisões
- **Excelência:** Busca constante pela alta performance
- **Sentimento de Dono:** Sentimento do colaborador de que a empresa é dele

- **Inovação:** Descontentamento com a mesmice dos modelos
- **Integridade:** Retidão de comportamento, sem a qual não há ambiente de confiança e colaboração
- **Meritocracia:** Reconhecimento do esforço e resultado de cada colaborador
- **Empatia:** Busca por nos colocarmos no lugar dos outros
- **Generosidade:** Prática do bem
- **Sustentabilidade:** Respeito, preservação e manutenção do meio ambiente, sem os quais não teremos futuro

CAPITAL HUMANO

Desde nossa fundação sempre nos pautamos em ser uma empresa descomplicada, com uma organização a mais leve possível, com poucos níveis de gerência e velocidade na tomada de decisões, além de ter uma cultura empresarial de "fazedores", ou seja, pessoas que possuem capacidade de execução de nossos planos e estratégias. Toda a equipe da WDC Networks procura descomplicar as relações pessoais, conciliando atendimento humanizado com capacidade técnica. Somos orientados a transformar a experiência do cliente na melhor experiência possível e, com isso, promover parcerias e engajamento entre as pessoas. Nossa agilidade de decisão, estrutura única de importação e industrialização, modelo de distribuição, além da capacidade de entregar tecnologia como serviços, nos tornam únicos.

Nossa maneira de cuidar dos nossos colaboradores, sempre com justiça e humanismo, nos garantiu ao longo do tempo uma alta taxa de satisfação interna e um baixo *turn-over*. Atualmente, possuímos 286 colaboradores.

Além disso, cultivamos um ambiente de "*start-up*", estimulando nosso poder de inovar, tanto na área de produtos, quanto na forma de organizar as equipes, no relacionamento com os clientes e, principalmente, nos modelos de negócio.

Acreditamos que a paixão por desenvolver vai além da tecnologia; por isso, temos o compromisso de desenvolver os melhores profissionais e valorizar nossos talentos internos. Historicamente, temos preenchido nossas vagas de liderança com talentos provenientes do nosso próprio núcleo de funcionários, formados diretamente em nossa operação, profundos conhecedores do nosso negócio e incentivados a buscar novos desafios, contribuindo para o futuro da Companhia. Temos um modelo híbrido de carreira capaz de abranger todos os tipos de profissionais e suas gerações, pois sabemos que, garantindo a diversidade e trabalho em equipe, oferecemos a liberdade necessária para que nossos profissionais tenham condições de buscar seu espaço e escolham a trilha que melhor atenda seus anseios e necessidades. Com isso, aproveitamos os talentos individuais e valorizamos diferentes perfis, com equivalência de status e remuneração.

Nossa estratégia de meritocracia para os talentos internos ainda inclui o Programa de Participação nos Resultados (PPR), através do qual compartilhamos os resultados obtidos anualmente com nossos colaboradores como forma de agradecimento pelo seu desempenho e contribuição ao longo do ano. O bônus é calculado de acordo com a performance de Vendas, Lucros e metas departamentais da Companhia.

VISÃO DE FUTURO

Nossa visão de futuro é sermos reconhecidos pelo mercado como uma referência no fornecimento de tecnologia de infraestrutura de T.I.C. (Tecnologia de Informação e Comunicação), seja através do modelo de venda ou através do modelo TaaS. Segundo pesquisas do Gartner Group, a crescente tendência de adoção do TaaS deve continuar a se consolidar mundialmente. Por fim, os segmentos de mercado que atuamos possuem um grande potencial de expansão nos próximos anos no Brasil e América Latina.

Pesquisas de mercado indicam que o mercado de internet banda larga fixa deve continuar a crescer substancialmente no Brasil, dada a baixa penetração residencial e a crescente demanda por maior velocidade e capacidade de tráfego de dados. Este crescimento do mercado de internet banda larga fixa deverá aumentar a demanda por produtos de fibra ótica e FTTH (Fiber To The Home), potencializada pelo aumento de trabalho remoto (Home Office) observado em 2020.

O mercado corporativo está passando por mudanças de comportamento na maneira de consumir tecnologia, pois a velocidade de obsolescência tem sido um desafio constante. Nosso modelo de TaaS tem levado ao ambiente de trabalho uma opção para o cliente pagar uma mensalidade pelo uso da tecnologia, proporcionando o acesso às melhores tecnologias disponíveis no mercado, sem a necessidade de realizar o investimento na aquisição do produto de uma única vez. Acreditamos que essa tendência irá acelerar a partir de 2021-2022, e esta é uma de nossas principais estratégias de crescimento – afinal, os consumidores já se acostumaram a consumir música, filmes, transporte sem ter a posse do produto ou equipamento, apenas pagando pelo uso, o que facilita a migração deste modelo das residências para ao ambiente de trabalho.

DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO – RESUMO

Resultados Consolidados (R$ milhões)	2020	2019	2018	Δ % 20/19	Δ % 19/18
Vendas Totais, sem diferimento	1.002,5	722,8	499,5	38,7%	44,7%
Vendas / Distribuição	609,0	442,8	339,5	37,5%	30,4%
TaaS (Technology as a Service)	393,5	280,0	160,0	40,5%	75,0%
Receita Bruta, com diferimento	864,4	628,0	442,5	37,6%	41,9%
Vendas / Distribuição	609,0	442,8	339,5	37,5%	30,4%
TaaS (Technology as a Service)	255,4	185,2	103,0	37,9%	79,8%
(-) Impostos Incidentes sobre Receita	(133,8)	(107,8)	(62,3)	24,1%	73,0%
(-) Devoluções	(12,6)	(13,6)	(8,6)	-7,4%	57,7%
Receita Líquida	718,0	506,6	371,5	41,7%	36,3%
(-) CMV	(479,0)	(372,9)	(265,5)	28,5%	40,5%
Lucro Bruto	239,0	133,6	106,0	78,8%	26,0%
Margem Bruta (%)	*33,3%*	*26,4%*	*28,5%*	*6,9 p.p*	*-2,2 p.p*
Despesas Operacionais	(115,7)	(80,7)	(52,6)	43,5%	53,4%
(-) Despesas c/ Pessoal	(53,0)	(35,1)	(22,2)	51,3%	58,1%
(-) Despesas Comercial	(41,4)	(27,1)	(15,6)	52,9%	74,1%
(-) Despesas Gerais e Administrativas	(15,6)	(13,3)	(9,8)	17,3%	36,0%
(+/-) Outras receitas/despesas operacionais	(5,7)	(5,2)	(5,1)	8,8%	2,5%
EBIT	123,3	53,0	53,4	132,6%	-0,8%
Margem EBIT (%)	*17,2%*	*10,5%*	*14,4%*	*6,7 p.p*	*-3,9 p.p*
(+) Depreciação & Amortização	96,4	65,3	37,5	47,7%	74,1%
EBITDA	219,7	118,3	90,9	85,8%	30,1%
Margem EBITDA (%)	*30,6%*	*23,3%*	*24,5%*	*7,2 p.p*	*-1,1 p.p*
(+) Rev. Despesas não recorrentes	11,7	4,0	0,7	194,9%	459,5%
EBITDA ajustado[1]	231,4	122,3	91,6	89,3%	33,4%
Margem EBITDA Ajustada (%)	*32,2%*	*24,1%*	*24,7%*	*8,1 p.p*	*-0,5 p.p*
(+/-) Resultado Financeiro	(32,0)	(32,5)	(18,6)	-1,6%	75,2%
(-) Provisão para IR e CS	(20,7)	(0,5)	(6,8)	4303,9%	-93,1%
Lucro Líquido[2]	70,6	20,0	28,1	253,3%	-28,8%
Margem Líquida (%)	*9,8%*	*3,9%*	*7,6%*	*5,9 p.p*	*-3,6 p.p*
(+) Rev. Remun. variável baseado em ações, líq. de IR/CS	7,5	1,7	0,5	341,4%	264,0%
Lucro Líquido Ajustado	78,1	21,7	28,5	260,3%	-24,0%
Margem Líquida Ajustada (%)	*10,9%*	*4,3%*	*7,7%*	*6,6 p.p*	*-3,4 p.p*

[1] Ver item II. Reconciliação do EBITDA Ajustado

[2] Ver item II. Reconciliação do EBITDA Ajustado

I. VENDAS TOTAIS E RECEITA BRUTA

i. VENDAS TOTAIS

Um dos principais indicadores que acompanhamos é Vendas Totais, que engloba o valor integral das vendas de TaaS (locações), considerando o período integral do contrato. A Receita Bruta da Companhia considera a aplicação dos critérios contábeis de reconhecimento de receitas de acordo com a evolução da competência de cada contrato. As Vendas Totais demonstram de forma direta o resultado do esforço e desempenho comercial e operacional da Companhia no atendimento à demanda de nossos clientes. Em 2020, as Vendas Totais cresceram 39% em comparação a 2019, totalizando um crescimento anual composto (CAGR) de 55% nos últimos três anos.

Em 2020 o segmento de Telecom passou a representar 62,1% das Vendas Totais em função da crescente demanda por conectividade e expansão dos provedores de internet banda-larga, mesmo com incremento de receita vindo da BU de Energia Solar, comparado com 58,8% em 2019 e 64,8% em 2018 quando o segmento Corporate estava acelerando suas vendas em algumas BUs.

ii. RECEITA BRUTA

A Receita Bruta cresceu 38% em comparação a 2019, resultando em um CAGR de 59% nos últimos três anos, nível de crescimento alinhado com o nível de crescimento das Vendas Totais. Atribuímos essa performance positiva principalmente ao segmento de Telecom e ao modelo TaaS, que permitiu a conquista de novos clientes. Adicionalmente, o mercado de Energia Solar Fotovoltaico também contribuiu para o crescimento de Receita Bruta em 2020.

Em 2020 o segmento de Telecom passou a representar 61,1% de Receita Bruta, comparado com 60,8% em 2019 e 61,1% em 2018. A diferença em relação a Vendas Totais (62,1%) se deu em função da expansão do modelo de vendas TaaS, que consequentemente é refletido no backlog de receitas (item IV).

II. RECONCILIAÇÃO EBITDA AJUSTADO

O EBITDA Ajustado em 2020 foi de R$ 231,4 milhões, 89,3% superior ao obtido em 2019. A margem EBITDA Ajustado da Companhia foi de 32,2% em 2020, em comparação a 24,1% em 2019. O EBITDA Ajustado considera os seguintes ajustes em 2020:

- Reversão de despesas pré-operacionais de novas operações (Casa Conectada) de R$ 0,3 milhões
- Reversão de provisão remuneração variável baseado em ações de R$ 11,4 milhões

O EBITDA Ajustado cresceu de R$ 91,6 milhões em 2018 para R$231,4 milhões em 2020, equivalente a um CAGR de 59%.

Ebitda Ajustado
(R$ milhões)

Reconciliação do EBITDA Ajustado (R$ milhões)	2020	2019	2018	Δ % 20/19	Δ % 19/18
Lucro Líquido	70,6	20,0	28,1	253,3%	-28,8%
(+) Provisão de Imposto de Renda e CSLL	20,7	0,5	6,8	4303,9%	-93,1%
(+) Despesas Financeiras Líquidas	32,0	32,5	18,6	-1,6%	75,2%
(+) Depreciação e Amortização	96,4	65,3	37,5	47,7%	74,1%
EBITDA	219,7	118,3	90,9	85,8%	30,1%
Margem EBITDA (%)	*30,6%*	*23,3%*	*24,5%*	*7,2 p.p*	*-1,1 p.p*
(+) Desp. M&A	0,0	0,1			
(+) Desp. não recorrentes remun. variável baseado em ações	11,4	2,6	0,7	341,4%	264,0%
(+) Desp. Pré-Operacionais	0,3	1,3	0,0	-76,2%	
EBITDA Ajustado	231,4	122,3	91,6	89,3%	33,4%
Margem EBITDA Ajustado (%)	*32,2%*	*24,1%*	*24,7%*	*8,1 p.p*	*-0,5 p.p*

III. RECONCILIAÇÃO DO LUCRO AJUSTADO

O Lucro Líquido Ajustado foi de R$78,1 milhões em 2020, um crescimento de 3,6x em relação à 2019. Essa melhora é atribuída ao crescimento do TaaS e diluição de custos fixos. Em 2019 o Lucro Líquido ajustado foi de R$21,7 milhões.

O Lucro Líquido Ajustado considera a reversão de despesas de remuneração variável baseado em ações, não recorrentes, e sua proporcional reversão do IR e CSLL (34%).

Reconciliação do Lucro Líquido Ajustado (R$ milhões)	2020	2019	2018	Δ % 20/19	Δ % 19/18
Lucro Líquido	70,6	20,0	28,1	253,3%	-28,8%
Margem Lucro Líquido (%)	*9,8%*	*3,9%*	*7,6%*	*5,9 p.p*	*-3,6 p.p*
(+) Despesas não recorrentes remuneração variável	11,4	2,6	0,7	341,4%	264,0%
(-) Reversão IR e CSLL	(3,9)	(0,9)	(0,2)	341,4%	264,0%
Lucro Líquido Ajustado	78,1	21,7	28,5	260,3%	-24,0%
Margem Lucro Líquido (%)	*10,9%*	*4,3%*	*7,7%*	*6,6 p.p*	*-3,4 p.p*

IV. BACKLOG DE RECEITAS[3]

O backlog de receitas evidencia as receitas futuras dos contratos TaaS. Conforme explicamos na seção anterior, as Vendas Totais de TaaS são contabilizadas em cada exercício de acordo com a competência de cada contrato. A diferença entre o que é contabilizado em cada exercício como Receita Bruta e o valor total dos contratos de TaaS é considerada em nosso backlog de receitas. Este backlog de receitas não está diretamente refletido em nosso Balanço Patrimonial, mas é devidamente detalhado em nota explicativa de contas a receber, demonstrando a expectativa de contabilização de receitas, e recebimentos, nos exercícios futuros ad Companhia.

Em dezembro de 2020, a Companhia possuía R$ 407,3 milhões em seu backlog de receitas. Deste total, 51% será reconhecido na competência de 2021, 26% na competência de 2022, 13% na competência de 2023 e 10% nas competências de 2024 em diante.

O backlog de receitas cresceu de R$ 174,8 milhões em 2018 para R$ 407,3 milhões em 2020, equivalente a um CAGR de 53%. O prazo médio do backlog de receita saiu de 26,0 meses em 2019 para 34,7 meses em 2020, que reflete uma maior demanda por contratos de prazos mais longos por parte dos nossos clientes.

[3] Reconciliação de acordo com a Nota Explicativa 7.0 das Demonstrações Financeiras Consolidadas do período de 2020

V. DIVIDA BRUTA E DÍVIDA LÍQUIDA

A Dívida Bruta da Companhia em 31/12/2020 totalizou R$ 510,5 milhões, contratados junto a 13 instituições financeiras, com prazo médio de amortização de 33 meses. Considerando as disponibilidades de caixa consolidadas, que totalizaram R$ 89,8 milhões na mesma data, a Dívida Líquida totalizou R$ 420,6 milhões.

Reconciliação Dívida Bruta e Líquida (R$ milhões)	2020	2019	2018	Δ % 20/19	Δ % 19/18
(+) Empréstimos e Financiamentos	524,7	357,7	96,1	46,7%	272,3%
Circulante	195,9	117,7	44,4	66,4%	165,3%
Não Circulante	328,8	240,0	51,7	37,0%	364,3%
(+) Partes Relacionadas (mútuo)	0,0	0,0	4,7		
(+) Duplicatas descontadas	0,0	0,0	25,5		
(+/-) Instrumentos Financeiros Derivativos Líquidos	(14,2)	2,4	3,0		
Dívida Bruta	510,5	360,1	129,3	41,8%	178,5%
(-) Disponibilidades (Caixa e Equiv.) e Investimentos de CP	(89,8)	(32,4)	(4,4)	177,6%	632,3%
Dívida Líquida	420,6	327,7	124,9	28,4%	162,4%
EBITDA	**219,7**	**118,3**	**90,9**	85,8%	30,1%
EBITDA Ajustado	**231,4**	**122,3**	**91,6**	89,3%	33,4%
(x) Dívida Líquida / Ebitda	**1,91**	**2,77**	**1,37**		
(x) Dívida Líquida / Ebitda Ajustado	**1,82**	**2,68**	**1,36**		

A alavancagem da Companhia, medida através do índice Dívida Líquida/EBITDA Ajustado, totalizou 1,82 vezes ao final de 2020. Este patamar de endividamento está dentro das diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, bem como dentro dos *Covenants* acordados com as instituições financeiras credoras da Companhia.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ...1

Demonstrações financeiras

Balanço patrimonial 7
Demonstrações dos resultados.....9
Demonstrações dos resultados abrangentes 10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 11
Demonstrações dos fluxos de caixa.....12
Demonstrações do valor adicionado 14
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 15

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 2.2, em decorrência das mudanças de política contábil ou correção de erros identificados pela Companhia em 2018 e 2019, os valores correspondentes referentes aos exercícios anteriores, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu receitas operacionais no montante de R$851.110 e R$864.402, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente, conforme divulgado na nota explicativa 25.

As receitas operacionais da Companhia são decorrentes, principalmente: (i) das receitas com vendas de mercadorias que devem ser reconhecidas quando a Companhia satisfaz uma obrigação de desempenho, transferindo um bem ou serviço prometido a um cliente. A Companhia reconhece a receita no momento em que os itens são entregues para os clientes e a obrigação de desempenho é cumprida (transferência do risco); e (ii) das receitas com locação de equipamentos, reconhecidas de forma linear ao longo do prazo do contrato de locação.

A receita é um importante indicador de performance da Companhia e de sua administração, o que pode criar um incentivo de reconhecimento da receita antes do cumprimento da obrigação de desempenho, quer seja pela entrega das mercadorias efetivamente ou apropriação da receita com locação, especialmente no período que antecede o fechamento do exercício ("corte das vendas").

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista os riscos de que uma receita seja reconhecida, antes da transferência dos riscos e benefícios para o cliente e do cumprimento da obrigação de desempenho.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, dentre outros:

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia no reconhecimento das receitas de mercadorias;
- Consideramos nos testes relacionados a receita da venda de mercadoria em uma extensão dos testes de detalhe maior do que se o risco não existisse;
- Realizamos procedimentos de teste de corte da receita de forma extensiva, com a alocação da materialidade proporcionalmente à população de teste;
- Realizamos análises sobre os valores faturados e as respectivas saídas de mercadorias no estoque da Companhia;
- Recálculo da receita do período para uma amostra de contratos de locação, considerando especificidades contratuais;
- Análise de uma amostra de contratos, para conferência dos dados utilizados na mensuração da receita;
- Avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobres a receitas incluídas nas notas explicativas 25 das demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento das receitas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios utilizados pela administração são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Building a better working world

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo 16 de fevereiro de 2021
ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.
CRC- 2SP034519/O-6

Bruno Mattar Galvão
Contador CRC-1SP267770/O-6-T-CE

Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

		Controladora			Consolidado		
	Nota	**2020**	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
			(reapresentado)	**(reapresentado)**		**(reapresentado)**	**(reapresentado)**
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	6	**33.219**	27.222	4.419	**37.785**	28.228	4.419
Investimentos de curto prazo	6	**52.046**	4.130	-	**52.046**	4.130	-
Contas a receber, líquidas	7	**161.578**	111.209	78.448	**162.581**	111.374	78.448
Impostos a recuperar	8.1	**20.885**	11.003	5.838	**22.762**	11.338	5.838
Instrumentos financeiros derivativos	30	**8.088**	366	-	**8.088**	366	-
Estoques	9	**134.180**	152.515	165.618	**138.780**	167.805	165.618
Adiantamentos a fornecedores	13	**33.753**	10.941	3.965	**34.927**	11.014	3.965
Partes Relacionadas	25	**3.991**	537	-	**-**	-	-
Despesas Antecipadas		**182**	-	1.885	**183**	-	1.885
Total do ativo Circulante		**447.922**	317.923	260.173	**457.152**	334.255	260.173
Não circulante							
Contas a receber, líquidas	7	**43.590**	11.820	45.466	**43.590**	11.820	45.466
Instrumentos financeiros derivativos	30	**6.122**	-	-	**6.122**	-	-
Impostos diferidos	8.2	**15.231**	9.610	8.223	**15.231**	9.610	8.223
Ativo de direito de uso	19	**5.313**	4.452	-	**5.313**	4.452	-
Investimento	10	**2.509**	782	-	**-**	-	-
Imobilizado, líquido	11	**345.787**	239.174	145.753	**345.930**	239.253	145.753
Intangível, líquido	12	**37.969**	16.363	18.069	**37.972**	16.365	18.069
Total do ativo não circulante		**456.521**	282.201	217.511	**454.158**	281.500	217.511
Total do Ativo		**904.443**	600.124	477.684	**911.310**	615.755	477.684

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

		Controladora			Consolidado		
	Nota	**2020**	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
			(reapresentado)	**(reapresentado)**		**(reapresentado)**	**(reapresentado)**
Passivo							
Circulante							
Fornecedores	14	**144.369**	89.633	155.768	**149.074**	104.973	155.768
Pessoal, encargos e benefícios sociais	15	**24.198**	11.133	6.182	**24.269**	11.173	6.182
Impostos a recolher	16	**7.096**	4.834	4.981	**8.907**	5.046	4.981
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	**195.861**	117.718	44.379	**195.861**	117.718	44.379
Duplicatas descontadas		**-**	-	25.527	**-**	-	25.527
Dividendos a pagar	23	**15.006**	4.896	6.575	**15.006**	4.896	6.575
Instrumentos financeiros derivativos	30	**-**	2.731	2.986	**-**	2.731	2.986
Arrendamentos mercantis	19	**2.650**	1.885	-	**2.650**	1.885	-
Partes relacionadas	25	**309**	-	4.701	**309**	-	4.701
Outras obrigações	20	**44.945**	22.055	11.830	**45.225**	22.094	11.830
Receita diferida	17	**7.545**	15.066	22.398	**7.545**	15.066	22.398
		441.979	269.951	285.327	**448.846**	285.582	285.327
Não circulante							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	**328.808**	239.969	51.689	**328.808**	239.969	51.689
Provisões para contingências	21	**479**	556	364	**479**	556	364
Receita diferida	17	**437**	7.982	70.952	**437**	7.982	70.952
Arrendamentos mercantis	19	**2.781**	2.624	-	**2.781**	2.624	-
Outras obrigações	20	**-**	4.831	10.321	**-**	4.831	10.321
		332.505	255.962	133.326	**332.505**	255.962	133.326
Patrimônio líquido							
Capital social	23	**86.666**	86.666	86.666	**86.666**	86.666	86.666
Reservas de capital	23	**10.000**	10.000	10.000	**10.000**	10.000	10.000
Reservas de lucro	23	**33.225**	7.360	5.424	**33.225**	7.360	5.424
Prejuízo Acumulado		**-**	(29.816)	(43.059)	**-**	(29.816)	(43.059)
Outros resultados abrangentes	23	**68**	1	-	**68**	1	-
		129.959	74.211	59.031	**129.959**	74.211	59.031
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**904.443**	600.124	477.684	**911.310**	615.755	477.684

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

		Controladora			Consolidado		
	Nota	**2020**	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
			(reapresentado)	**(reapresentado)**		**(reapresentado)**	**(reapresentado)**
Receita Líquida	26	**704.865**	503.562	371.536	**718.045**	506.575	371.536
Custo das vendas e serviços	27	**(469.355)**	(370.581)	(265.505)	**(479.047)**	(372.927)	(265.505)
Lucro bruto		**235.510**	132.981	106.031	**238.998**	133.648	106.031
Receitas (despesas) operacionais							
Despesas com Pessoal	28	**(52.696)**	(34.978)	(22.164)	**(53.023)**	(35.052)	(22.164)
Despesas Comerciais	28	**(40.951)**	(27.079)	(15.558)	**(41.415)**	(27.091)	(15.558)
Despesas Gerais e Administrativas	28	**(15.154)**	(13.070)	(9.759)	**(15.567)**	(13.271)	(9.759)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	28	**(4.441)**	(4.795)	(5.112)	**(5.698)**	(5.238)	(5.112)
Equivalência Patrimonial	10	**925**	(64)	-	**-**	-	-
		(112.317)	(79.986)	(52.593)	**(115.703)**	(80.652)	(52.593)
Lucro antes do resultado financeiro, impostos de renda e contribuição social		**123.193**	52.995	53.438	**123.295**	52.996	53.438
Receitas Financeiras		**51.020**	15.226	11.712	**51.301**	15.326	11.712
Despesas Financeiras		**(83.265)**	(47.864)	(30.294)	**(83.316)**	(47.875)	(30.294)
Resultado financeiro	29	**(32.245)**	(32.638)	(18.582)	**(32.015)**	(32.549)	(18.582)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**90.948**	20.357	34.856	**91.280**	20.447	34.856
Imposto de renda e contribuição social corrente	24	**(25.982)**	(1.767)	(5.018)	**(26.314)**	(1.857)	(5.018)
Imposto de renda e contribuição social diferido	24	**5.621**	1.387	(1.781)	**5.621**	1.387	(1.781)
Lucro líquido do exercício		**70.587**	19.977	28.057	**70.587**	19.977	28.057
Atribuíveis a:							
Acionistas controladores					**70.587**	19.977	28.057
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia (Expresso em R$ por ação)							
Lucro básico e diluído por ação	23.7				**1,5758**	0,4460	0,6264

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
		(reapresentado)	**(reapresentado)**		**(reapresentado)**	**(reapresentado)**
Lucro líquido do exercício	**70.587**	19.977	28.057	**70.587**	19.977	28.057
Outros resultados abrangentes líquidos a serem reclassificados para resultado do exercício:						
Ajuste de conversão de balanço	**67**	1	-	**67**	1	-
Resultado abrangente do exercício	**70.654**	19.978	28.057	**70.654**	19.978	28.057
Atribuíveis a:						
Acionistas controladores	**70.654**	19.978	28.057	**70.654**	19.978	28.057

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

			Reserva de capital		Reserva de lucros					
	Nota	Capital social	Ágio Subscrição	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva Legal	Subvenção Investimento	Reserva de retenção de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros Acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (originalmente apresentado)		86.666	10.000	(70.745)	375	2.445	8.808	-	-	37.549
Reclassificações				70.745			(8.808)		(61.937)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (reapresentado)		86.666	10.000	-	375	2.445	-	-	(61.937)	37.549
Dividendo adicionais propostos do exercício de 2017	23.3	-	-	-	-	-	-	-	(212)	(212)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	28.057	28.057
Destinação do lucro								-		-
Reserva Legal	23.2	-	-	-	1.403	-	-	-	(1.403)	-
Subvenções para investimentos	23.5	-	-	-	-	1.201	-	-	(1.201)	-
Dividendo mínimo obrigatório	23.3	-	-	-	-	-	-	-	(6.363)	(6.363)
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)		86.666	10.000	-	1.778	3.646	-	-	(43.059)	59.031
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	19.977	19.977
Destinação do lucro										
Reserva Legal	23.2	-	-	-	1.056	-	-	-	(1.056)	-
Subvenções para investimentos	23.5	-	-	-	-	880	-	-	(880)	-
Dividendo mínimo obrigatório	23.3	-	-	-	-	-	-	-	(4.798)	(4.798)
Ajuste conversão de balanço	10	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)		86.666	10.000	-	2.834	4.526	-	1	(29.816)	74.211
Lucro líquido do exercício		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**70.587**	**70.587**
Destinação do lucro										
Reserva Legal	23.2	**-**	**-**	**-**	**3.529**	**-**	**-**	**-**	**(3.529)**	**-**
Subvenções para investimentos	23.5	**-**	**-**	**-**	**-**	**7.435**	**-**	**-**	**(7.435)**	**-**
Dividendo mínimo obrigatório	23.3	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(14.906)**	**(14.906)**
Destinação a reserva de retenção de lucros	23.6	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**14.901**	**-**	**(14.901)**	**-**
Ajuste conversão de balanço	10	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**67**	**-**	**67**
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**86.666**	**10.000**	**-**	**6.363**	**11.961**	**14.901**	**68**	**-**	**129.959**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
		(reapresentado)	**(reapresentado)**		**(reapresentado)**	**(reapresentado)**
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Lucro líquido do exercício	**70.587**	19.977	28.057	**70.587**	19.977	28.057
Ajuste para conciliar o resultado do exercício com o caixa das atividades operacionais						
Depreciação e amortização	**96.400**	65.287	37.491	**96.417**	65.287	37.491
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	**14.675**	5.613	3.091	**14.675**	5.968	3.091
Provisão para obsolescência de estoques	**4.093**	6.775	1.066	**4.093**	6.775	1.066
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	**(77)**	412	(418)	**(77)**	412	(418)
Marcação a mercado de derivativos	**(16.575)**	(621)	2.986	**(16.575)**	(621)	2.986
Resultado de equivalência patrimonial	**(925)**	64	-	**-**	-	-
Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	**(265)**	(130)	-	**(265)**	(130)	-
Despesas de juros e variação cambial	**50.604**	24.277	4.651	**50.671**	24.109	4.651
Despesas de ajuste a valor presente	**423**	-	-	**423**	-	-
Baixa de ativo imobilizado e intangível	**898**	5	439	**898**	8	439
Despesa com remuneração baseada em ação	**11.424**	2.588	711	**11.424**	2.588	711
Provisão para imposto de renda e contribuição social	**25.982**	1.767	5.018	**26.314**	1.857	5.018
Tributos e contribuições sociais diferidos	**(5.621)**	(1.387)	1.781	**(5.621)**	(799)	1.781
Redução (aumento) dos ativos:						
Contas a receber	**(97.237)**	(3.930)	(44.219)	**(98.075)**	(4.095)	(44.219)
Impostos a recuperar	**(9.882)**	(4.603)	3.324	**(11.424)**	(4.939)	3.324
Estoques	**14.242**	7.640	(71.618)	**24.932**	(7.756)	(71.618)
Adiantamentos a fornecedores	**(22.812)**	(7.513)	(3.119)	**(23.913)**	(7.585)	(3.119)
Despesas antecipadas	**(182)**	1.885	(1.061)	**(183)**	1.885	(1.061)
Outros créditos	**-**	-	-	**-**	39	-
Aumento (redução) dos passivos:						
Fornecedores	**54.736**	(66.660)	79.853	**44.101**	(50.994)	79.853
Impostos a recolher	**(2.390)**	(771)	811	**(1.123)**	(605)	811
Pessoal, encargos e benefícios sociais	**1.641**	2.362	2.611	**1.672**	1.754	2.611
Receita diferida	**(15.066)**	(70.807)	(32.536)	**(15.066)**	(70.848)	(32.536)
Partes relacionadas	**309**	(4.701)	4.603	**309**	(4.701)	4.603
Outras obrigações	**18.059**	4.380	2.686	**18.300**	5.287	2.686
Pagamento de juros	**(47.051)**	(22.628)	(2.081)	**(47.051)**	(22.628)	(2.081)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	**(21.330)**	(1.809)	(3.859)	**(21.330)**	(1.899)	(3.859)
Pagamento de processos judiciais e outros	**-**	(220)	-	**-**	(220)	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**124.660**	(42.748)	20.268	**124.113**	(41.874)	20.268

Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
		(reapresentado)	**(reapresentado)**		**(reapresentado)**	**(reapresentado)**
Atividades de investimentos:						
Mútuo ativo com partes relacionadas	**(3.454)**	-		**-**	-	-
Aquisição de ativos Axyon	**-**	-	(1.000)	**-**	-	(1.000)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	**(222.658)**	(153.017)	(89.477)	**(222.740)**	(153.099)	(89.477)
Aquisição de controlada líquida dos caixas adquiridos	**-**	(3.556)	-	**-**	(3.556)	-
Aumento de capital em investida	**(735)**	(783)	-	**-**	-	-
Caixa adquirido na incorporação de controlada	**-**	569	-	**-**	-	-
Aquisição em investimento de curto prazo	**(136.193)**	(4.000)	-	**(136.193)**	(4.000)	-
Resgates dos investimentos de curto prazo	**88.555**	-	-	**88.555**	-	-
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos:	**(274.485)**	(160.787)	(90.477)	**(270.378)**	(160.655)	(90.477)
Atividades de financiamentos:						
Ingresso de novos empréstimos e debêntures	**280.989**	325.446	81.170	**280.989**	325.446	81.170
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	**(117.244)**	(65.305)	(32.609)	**(117.244)**	(65.305)	(32.609)
Pagamento de obrigações por arrendamento mercantil	**(3.127)**	(1.800)		**(3.127)**	(1.800)	-
Duplicatas descontadas	**-**	(25.527)	19.120	**-**	(25.527)	19.120
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	**(4.796)**	(6.476)	(1.783)	**(4.796)**	(6.476)	(1.783)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	**155.822**	226.338	65.898	**155.822**	226.338	65.898
Variação no caixa líquido da Companhia	**5.997**	22.803	(4.311)	**9.557**	23.809	(4.311)
				-		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**27.222**	4.419	8.730	**28.228**	4.419	8.730
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**33.219**	27.222	4.419	**37.785**	28.228	4.419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
		(reapresentado)	**(reapresentado)**		**(reapresentado)**	**(reapresentado)**
Receitas						
Venda de mercadoria, produtos e serviços	**838.568**	611.406	433.884	**851.839**	614.421	433.884
Outras receitas	**2.161**	227	805	**1.811**	215	805
Provisão (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	**(14.675)**	(5.613)	(3.091)	**(14.675)**	(5.968)	(3.091)
	826.054	606.020	431.598	**838.975**	608.668	431.598
Insumos adquiridos de terceiros						
Custo produtos, mercadorias e serviços vendidos	**(361.993)**	(285.082)	(214.726)	**(371.681)**	(287.383)	(214.726)
Materiais, energia, serviço terceiros, outros	**(50.197)**	(46.322)	(33.252)	**(52.315)**	(46.977)	(33.252)
Perda e recuperação de valores ativos	**(4.093)**	(5.547)	(2.294)	**(4.093)**	(5.547)	(2.294)
Outros	**(1.331)**	(1.565)	(883)	**(1.334)**	(1.611)	(883)
	(417.614)	(338.516)	(251.155)	**(429.423)**	(341.518)	(251.155)
Valor adicionado bruto	**408.440**	267.504	180.443	**409.552**	267.150	180.443
Retenções						
Depreciação e amortização	**(96.400)**	(65.287)	(37.491)	**(96.417)**	(65.287)	(37.491)
Valor adicionado líquido produzido	**312.040**	202.217	142.952	**313.135**	201.863	142.952
Valor adicionado recebido em transferência						
Resultado de equivalência patrimonial	**925**	(64)	-	**-**	-	-
Receitas financeiras	**51.020**	15.226	11.712	**51.301**	15.326	11.712
Outras	**395**	6	(1.719)	**413**	283	(1.719)
Valor adicionado total a distribuir	**364.380**	217.385	152.945	**364.849**	217.472	152.945
Distribuição do valor adicionado						
Pessoal						
Remuneração direta	**27.858**	18.570	11.747	**28.219**	18.569	11.747
Participação dos empregados nos lucros	**-**	3.919	1.435	**-**	3.919	1.435
Benefícios	**14.451**	13.920	9.887	**14.473**	13.925	9.887
Fgts	**1.952**	1.550	899	**1.952**	1.550	899
Outros	**11.806**	3.129	2.393	**11.750**	3.199	2.393
	56.067	41.088	26.361	**56.394**	41.162	26.361
Impostos, taxas e contribuições						
Federais	**140.857**	99.932	73.492	**140.948**	99.934	73.492
Estaduais	**15.981**	13.910	(4.344)	**15.981**	13.910	(4.344)
Municipais	**1.661**	-	-	**1.661**	-	-
	158.499	113.842	69.148	**158.590**	113.844	69.148
Remuneração de capitais terceiros						
Juros	**71.957**	40.420	23.968	**71.957**	40.427	23.968
Aluguéis	**397**	232	1.313	**397**	232	1.313
Outros	**6.873**	1.826	4.098	**6.924**	1.830	4.098
	79.227	42.478	29.379	**79.278**	42.489	29.379
Remuneração de capitais de próprios						
Dividendos	**14.906**	4.798	6.363	**14.906**	4.798	6.363
Lucro retido	**55.681**	15.179	21.694	**55.681**	15.179	21.694
	70.587	19.977	28.057	**70.587**	19.977	28.057
Valor adicionado total distribuído	**364.380**	217.385	152.945	**364.849**	217.472	152.945

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A. ("Companhia"), ou WDC Networks, está sediada na Rua Gomes de Carvalho, N° 1.609, 9º andar, São Paulo/SP, é uma empresa de tecnologia, que fabrica e distribui produtos de tecnologia da informação, telecomunicações e segurança eletrônica com 100% de capital nacional e atua no Brasil desde 2004.

A Companhia atua na distribuição de produtos de nichos de mercado com altas taxas de crescimento, tais como internet banda-larga, segurança eletrônica, conectividade de dados e telefonia, áudio e vídeo profissional, infraestrutura de *datacenter* e *IoT* (internet das coisas) no segmento B2B.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB).

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma), moeda funcional e de apresentação e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios e suporte financeiro da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e concluiu de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

A Administração da Companhia autorizou a emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 16 de fevereiro de 2021.

As práticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com os exercícios anteriores apresentados e são comuns à controladora e controladas, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para atender este critério.

2.1. Base de Consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de regular as políticas financeiras e operacionais que geralmente acompanham uma participação de mais do que metade dos direitos a voto. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Elas deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle termina.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1. Base de Consolidação--Continuação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas compreendem as informações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2020. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía controladas.

O exercício social das controladas é coincidente com o da Controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme por todas as entidades consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e suas controladas, apresentadas a seguir:

	Porcentagem de participação (%)		
Controladas	**2020**	**2019**	**2018**
Livetech Colombia, S.A.S ("WDC Colômbia") (a)	**100**	100	-
Wdcnet Usa, Corp ("WDC US") (a)	**100**	100	-
Livetech Panama, S.A ("WDC Panamá") (a)	**100**	100-	-
Livetech Franchising Administração Ltda ("Livetech Franchising") (a/b)	**100**	100	-

(a) Empresas constituídas pela WDC durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(b) Livetech Franchising encontra-se sem operação.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.2. Reapresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram reapresentadas, em conexão com as previsões legais aplicadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM às empresas de capital aberto. Buscando atender tais normas, foram incluídas informações pertinentes a demonstração de valor adicionado, resultado por ação, informações por segmento, e inclusão de informações nas notas explicativas, relativas, principalmente, a análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros na nota de instrumentos financeiros e riscos de mercado.

Adicionalmente, durante a elaboração das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração identificou ajustes (em decorrência de mudanças de políticas contábeis e erros) e reclassificações que afetam os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

O ajuste apresentado nas Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 2017 relaciona-se exclusivamente com o tópico A.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.2. Reapresentação das demonstrações financeiras--Continuação

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018

		Controladora			Consolidado		
	Referência	Originalmente Apresentado	Ajustes	Valores Reapresentados	Originalmente Apresentado	Ajustes	Valores Reapresentados
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		4.419	-	4.419	4.419	-	4.419
Contas a receber, líquidas	D	158.253	(79.805)	78.448	158.253	(79.805)	78.448
Impostos a recuperar		5.838	-	5.838	5.838	-	5.838
Estoques		165.618	-	165.618	165.618	-	165.618
Adiantamentos a fornecedores		3.965	-	3.965	3.965	-	3.965
Despesas antecipadas		1.885	-	1.885	1.885	-	1.885
Total do ativo circulante		339.978	(79.805)	260.173	339.978	(79.805)	260.173
Contas a receber, líquidas	D	47.119	(1.653)	45.466	47.119	(1.653)	45.466
Impostos diferidos		8.223	-	8.223	8.223	-	8.223
Imobilizado, líquido		145.753	-	145.753	145.753	-	145.753
Intangível, líquido		18.069	-	18.069	18.069	-	18.069
Investimento		-	-	-	-	-	-
Total do ativo não circulante		219.164	(1.653)	217.511	219.164	(1.653)	217.511
Total do Ativo		559.142	(81.458)	477.684	559.142	(81.458)	477.684

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.2. Reapresentação das demonstrações financeiras--Continuação

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018--Continuação

		Controladora			Consolidado		
	Referência	Originalmente Apresentado	Ajustes	Valores Reapresentados	Originalmente Apresentado	Ajustes	Valores Reapresentados
Passivo							
Circulante							
Fornecedores		155.768	-	155.768	155.768	-	155.768
Pessoal, encargos e benefícios sociais		6.182	-	6.182	6.182	-	6.182
Impostos a recolher		4.981	-	4.981	4.981	-	4.981
Empréstimos e financiamentos		44.379	-	44.379	44.379	-	44.379
Duplicatas descontadas		25.527	-	25.527	25.527	-	25.527
Dividendos a pagar		6.575	-	6.575	6.575	-	6.575
Instrumentos financeiros derivativos		2.986	-	2.986	2.986	-	2.986
Partes Relacionadas		4.701	-	4.701	4.701	-	4.701
Outras obrigações		11.830	-	11.830	11.830	-	11.830
Receita diferida	D	102.203	(79.805)	22.398	102.203	(79.805)	22.398
Total do passivo circulante		365.132	(79.805)	285.327	365.132	(79.805)	285.327
Empréstimos e financiamentos		51.689	-	51.689	51.689	-	51.689
Provisões para contingências		364	-	364	364	-	364
Receita diferida	D	72.605	(1.653)	70.952	72.605	(1.653)	70.952
Outras obrigações		10.321	-	10.321	10.321	-	10.321
Total do passivo não circulante		134.979	(1.653)	133.326	134.979	(1.653)	133.326
Capital social		86.666	-	86.666	86.666	-	86.666
Reserva de Capital	A	(60.745)	70.745	10.000	(60.745)	70.745	10.000
Reserva de Lucro	A	33.110	(27.686)	5.424	33.110	(27.686)	5.424
Prejuízo Acumulado	A	-	(43.059)	(43.059)	-	(43.059)	(43.059)
		59.031	-	59.031	59.031	-	59.031
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		559.142	(81.458)	477.684	559.142	(81.458)	477.684

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.2. Reapresentação das demonstrações financeiras--Continuação

Demonstrações do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2018

		Controladora			Consolidado		
	Referência	Originalmente Apresentado	Ajustes	Valores Reapresentados	Originalmente Apresentado	Ajustes	Valores Reapresentados
Lucro líquido do exercício		28.057	-	28.057	28.057		28.057
Ajustes para conciliar o resultado do exercício com o caixa das atividades operacionais	B	56.105	711	56.816	56.105	711	56.816
(Redução) Aumento dos ativos	D	(198.151)	81.458	(116.693)	(198.151)	81.458	(116.693)
(Redução) Aumento dos passivos	D/B	134.257	(82.169)	52.088	134.257	(82.169)	52.088
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		20.268	-	20.268	20.268	-	20.268
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(90.477)	-	(90.477)	(90.477)	-	(90.477)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		65.898	-	65.898	65.898	-	65.898
Variação no caixa líquido da Companhia		(24.579)	-	(24.579)	(24.579)	-	(24.579)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.2. Reapresentação das demonstrações financeiras--Continuação

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019

		Controladora			Consolidado		
Ativo	Referência	Originalmente Apresentado	Ajustes	Valores Reapresentados	Originalmente Apresentado	Ajustes	Valores Reapresentados
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		27.222	-	27.222	28.228	-	28.228
Investimento de curto prazo		4.130	-	4.130	4.130	-	4.130
Contas a receber, líquidas	D	260.302	(149.093)	111.209	260.467	(149.093)	111.374
Impostos a recuperar		11.003	-	11.003	11.339	-	11.339
Instrumento financeiro derivativo		366	-	366	366	-	366
Estoques		152.515	-	152.515	167.805	-	167.805
Adiantamentos a fornecedores	E	11.478	(537)	10.941	11.550	(537)	11.013
Partes Relacionadas	E	-	537	537	-	-	-
Total do ativo circulante		467.016	(149.093)	317.923	483.885	(149.630)	334.255
Contas a receber, líquidas	D	107.021	(95.202)	11.819	107.021	(95.202)	11.819
Impostos diferidos	C	9.022	589	9.611	9.022	589	9.611
Ativo de direito de uso		4.452	-	4.452	4.452	-	4.452
Investimento		782	-	782	-	-	-
Imobilizado, líquido		239.174	-	239.174	239.253	-	239.253
Intangível, líquido		16.363	-	16.363	16.365	-	16.365
Total do ativo não circulante		376.814	(94.613)	282.201	376.113	(94.613)	281.500
Total do Ativo		843.830	(243.706)	600.124	859.998	(244.243)	615.755

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.2. Reapresentação das demonstrações financeiras--Continuação

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019

		Controladora			Consolidado		
	Referência	Originalmente Apresentado	Ajustes	Valores Reapresentados	Originalmente Apresentado	Ajustes	Valores Reapresentados
Passivo							
Circulante							
Fornecedores		89.633	-	89.633	104.973	-	104.973
Pessoal, encargos e benefícios sociais	B	9.403	1.730	11.133	9.443	1.730	11.173
Impostos a recolher		4.834	-	4.834	5.046	-	5.046
Empréstimos e financiamentos		117.718	-	117.718	117.718	-	117.718
Dividendos a pagar		4.896	-	4.896	4.896	-	4.896
Instrumentos financeiros derivativos		2.731	-	2.731	2.731	-	2.731
Arrendamentos mercantis		1.885	-	1.885	1.885	-	1.885
				0			
Outras obrigações	E	22.055	-	22.055	22.631	(537)	22.094
Receita diferida	D	164.159	(149.093)	15.066	164.159	(149.093)	15.066
Total do passivo circulante		417.314	(147.363)	269.951	433.482	(147.900)	285.582
Empréstimos e financiamentos		239.969	-	239.969	239.969	-	239.969
Provisões para contingências		556	-	556	556	-	556
Receita diferida	D	103.183	(95.202)	7.981	103.183	(95.202)	7.982
Arrendamentos mercantis		2.624	-	2.624	2.624	-	2.624
Outras obrigações		4.831	-	4.831	4.831	-	4.831
Total do passivo não circulante		351.163	(95.202)	255.962	351.163	(95.202)	255.962
Capital social		86.666	-	86.666	86.666	-	86.666
Reserva de Capital	A	(60.745)	70.745	10.000	(60.745)	70.745	10.000
Reserva de Lucro	A	49.431	(13.300)	36.131	49.431	(13.300)	36.130
Prejuízo Acumulado	A/B/C	-	(58.586)	(58.586)	-	(58.586)	(58.586)
Outros resultados abrangentes		1	-	1	1	-	1
		75.353	(1.141)	74.211	75.353	(1.141)	74.211
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		843.830	243.706	600.124	859.998	(244.243)	615.755

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.2. Reapresentação das demonstrações financeiras--Continuação

Demonstrações do resultado em 31 de dezembro de 2019

		Controladora			Consolidado		
	Referência	Originalmente Apresentado	Ajustes	Valores Reapresentados	Originalmente Apresentado	Ajustes	Valores Reapresentados
Receitas líquidas		503.562	-	503.562	506.575	-	506.575
Custo das vendas		(370.581)	-	(370.581)	(372.927)	-	(372.927)
Lucro bruto		132.981	-	132.981	133.648	-	133.648
Receitas (despesas) operacionais							
Despesas com Pessoal	B	(33.248)	(1.730)	(34.978)	(33.322)	(1.730)	(35.052)
Despesas Comerciais		(27.079)	-	(27.079)	(27.090)	-	(27.090)
Despesas administrativas		(13.070)	-	(13.070)	(13.272)	-	(13.272)
Outras receitas e despesas operacionais líquidas		(4.585)	-	(4.585)	(5.029)	-	(5.029)
Equivalência Patrimonial		(64)	-	(64)	-	-	-
		(78.047)	(1.730)	(79.776)	(78.713)	(1.730)	(80.443)
Lucro antes do resultado financeiro		54.935	(1.730)	53.205	54.935	(1.730)	53.205
Resultado financeiro		(32.849)	-	(32.849)	(32.759)	-	(32.759)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		22.086	(1.730)	20.356	22.176	(1.730)	20.446
Imposto de renda e contribuição social corrente		(1.767)		(1.767)	(1.857)		(1.857)
Imposto de renda e contribuição social diferido	C	799	589	1.388	799	589	1.388
Lucro líquido do exercício		21.118	(1.141)	19.977	21.118	(1.141)	19.977
Atribuíveis a:							
Acionistas controladores		21.118		19.977	21.118		19.977

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.2. Reapresentação das demonstrações financeiras--Continuação

Demonstrações de fluxo de caixa - exercício findo em 31 de dezembro de 2019

		Controladora			Consolidado		
	Referência	Originalmente Apresentado	Ajustes	Valores Reapresentados	Originalmente Apresentado	Ajustes	Valores Reapresentados
Lucro líquido do exercício	A/B/C	21.118	(1.141)	19.977	21.118	(1.141)	19.977
Ajustes para conciliar o resultado do exercício com o caixa das atividades operacionais	B/C/F	99.664	4.986	104.650	103.037	2.417	105.454
(Redução) Aumento dos ativos	D	(171.014)	164.493	(6.521)	(186.801)	164.350	(22.451)
(Redução) Aumento dos passivos	B/D	4.498	(165.352)	(160.854)	20.773	(165.627)	(144.854)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		(45.734)	2.986	(42.748)	(41.873)	(1)	(41.873)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(160.787)	-	(160.787)	(160.655)	-	(160.655)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	F	229.324	(2.986)	226.338	226.337	1	226.337
Variação no caixa líquido da Companhia		22.803	-	22.803	23.809	-	23.809

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.2. Reapresentação das demonstrações financeiras--Continuação

Ajustes:
Os saldos dos exercícios de 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão sendo reapresentados em razão da mudança de política contábil adotada pela Companhia e correção de erros conforme abaixo:

(A) Os ajustes referem-se à reclassificação para prejuízos acumulados de ajustes no acervo líquido incorporado relacionados a prejuízos acumulados provenientes da incorporação da empresa MAXBR Serviços, Comércio e Indústria Ltda. “Maxbr”, registrados inicialmente no grupo de “Reservas de capital”.

(B) Ajuste relacionado a apropriação de despesas de plano de remuneração baseado em ações durante o período de *vesting e* reclassificação entre linhas das demonstrações do fluxo de caixa relativas a este mesmo assunto.

(C) Ajuste proveniente do efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as despesas do plano de remuneração baseado em ações.

(D) Os ajustes referem-se à apresentação líquida dos montantes de Contas a Receber e Receita Diferida relativos a contratos de locação.

(E) Ajuste proveniente da reclassificação dos saldos das linhas de Adiantamento a fornecedores para Partes Relacionadas, bem como, a eliminação dos saldos no consolidado.

(F) Refere-se a ajuste de juros e variação monetária incorretamente classificados na demonstração do fluxo de caixa nas atividades de financiamento.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.1. Informações por segmentos--Continuação

A Administração definiu o modelo estratégico do negócio, baseando as decisões da Companhia entre os segmentos Telecom e Corporativo. As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para os principais tomadores de decisões operacionais.

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, os ativos financeiros anteriormente classificados como categoria “empréstimos e recebíveis”, foram classificados como “custo amortizado”. Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação
que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, e demais contas a receber.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado, são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

3. **Resumo das principais práticas contábeis**--Continuação

3.2. **Instrumentos financeiros**--Continuação

Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros podem ser classificados em:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia registra grande parte de seus ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e caixa e equivalentes de caixa (vide Nota 30).

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

A Companhia avalia os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se forem atendidas ambas as condições a seguir:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.

Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. A Companhia não possui instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangente em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)

No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)--Continuação

Ganhos e perdas sobre estes ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando constituído o direito ao pagamento, exceto quando a Companhia se beneficia destes proventos a título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que estes ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

A Companhia não possui investimentos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo (derivativos, por exemplo). Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos
do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Ativos financeiros ao valor justo

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Esta categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados também são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento.

Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: a) as características e aos riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram;

A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e; (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Desreconhecimento--Continuação

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre; (i) o valor do ativo, e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Divulgações adicionais referentes a redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Contas a receber de clientes, incluindo ativos de contrato - Nota 3.2.
- Divulgações para premissas significativas - Nota 3.4.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses).

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Desreconhecimento--Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base.

A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos para os devedores e para o ambiente econômico.

Mensuração subsequente

Para instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a Companhia aplica a simplificação do baixo risco de crédito permitida. Em cada data de reporte, a Companhia avalia se o instrumento de dívida é considerado como de baixo risco de crédito usando todas as informações razoáveis e passíveis de fundamentação que estejam disponíveis. Ao fazer esta avaliação, a Companhia reavalia a classificação de risco de crédito interna do instrumento da dívida. Além disso, a Companhia considera que houve um aumento significativo no risco de crédito quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 30 dias.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias.

No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros - reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos e financiamentos, contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria se aplica aos fornecedores, empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, duplicatas descontadas e parcelamentos de tributos todos sujeitos a juros. Para mais informações, vide Nota 30.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros - reconhecimento e mensuração--Continuação

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48/ IFRS 9.

Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros - reconhecimento e mensuração--Continuação

Desreconhecimento--Continuação

Os ativos e passivos financeiros, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras, são ajustados pelo seu valor presente, quando aplicável. Posteriormente, os juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Companhia detiver o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros e swaps de taxa de juros, para proteger--se contra seus riscos de taxa de câmbio e riscos de taxa de juros, respectivamente. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

3.3. Caixa equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Os equivalentes de caixa são mensurados, após o reconhecimento inicial, ao custo amortizado, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.4. Estoques

Os estoques estão demonstrados ao custo médio de aquisição, líquido dos tributos recuperáveis, que não excede o valor de sua realização. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

As perdas com estoques são avaliadas periodicamente e registradas no resultado do exercício.

A provisão para perda dos estoques é estimada com base nas perdas históricas da Companhia, computadas por meio de inventários físicos realizados ciclicamente. Também são constituídas provisões para mercadorias consideradas de baixa movimentação, baseadas na idade do estoque.

3.5. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com razoável segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.6. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação acumuladas, se houver. O custo inclui o montante de reposição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciação específica. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.6. Imobilizado--Continuação

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, reduzidos pela amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

A Companhia e suas controladas auferem receitas de venda com locação de software (TaaS) ao longo do prazo de vigência de cada contrato, quando a obrigação de desempenho foi cumprida.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.7. Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável.

3.8. Distribuição de Lucros

Os dividendos mínimos obrigatórios previstos em Lei estão demonstrados nos balanços patrimoniais como dividendos a pagar. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. Os dividendos em excesso a esse mínimo, ainda não aprovados para pagamento pela assembleia de acionistas, estão demonstrados como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido. Após a aprovação pela assembleia de acionistas, os dividendos em excesso ao mínimo são transferidos para o passivo circulante, passando a caracterizar como obrigações legais.

3.9. Participação dos empregados nos resultados

A Companhia possui obrigações decorrentes dos contratos de trabalho com seus empregados, reconhecendo estas provisões durante o exercício. São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas em contas específicas de acordo com a função nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas.

3.10. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.10. Provisões--Continuação

A Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.11. Impostos e contribuições

Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que a Companhia opera e gera lucro tributável.

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R$240 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.11. Impostos e contribuições--Continuação

Imposto sobre vendas

As receitas de prestação de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,6%.

3.12. Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar.

Crédito Presumido ICMS

A Companhia possui incentivo fiscal de Crédito Presumido de 100% do ICMS devido sobre as vendas de produtos industrializados em sua Matriz, localizada no Polo de Informática de Ilhéus/BA, com validade até 31/12/2022, e 90%, à partir de 01/01/2023 até 31/12/2024.

Sobre os produtos importados para revenda (sem industrialização), a carga tributária será de 3,5% de ICMS para a vendas internas (dentro do Estado da Bahia), e 1% para operações interestaduais, até 31/12/2022.

Diferimento do ICMS devido sobre as Importações, para o momento da venda dos produtos industrializados ou revenda de importados.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.12. Subvenções e assistências governamentais--Continuação

Crédito Presumido ICMS--Continuação

Condições:

- Renovação anual da habilitação ao incentivo;
- Comprovação de faturamento da produção na unidade equivalente à, no mínimo, 5% do total da empresa, a partir do 6º ano de produção efetiva;
- Ter realizado Investimento de 70%, no mínimo, de seu projeto industrial;
- Manter regularidade fiscal perante à Sefaz/BA;
- Possuir Certificado "ISO 9.000" ou posterior;
- Contribuir anualmente, até 31 de março do ano subsequente, com 0,25% (no mínimo) do valor de vendas dos produtos industrializados alcançados pelo benefício, para o Programa INOVATEC;
- Efetuar, a partir de janeiro de 2009, em território baiano o desembaraço aduaneiro de, no mínimo, 15% (quinze por cento) das importações que realizar;

Sudene

A Companhia também possui incentivo fiscal de Redução do IRPJ Principal (15%) e adicional (10% da parcela excedente à R$240 Mil anuais) de 75% calculados sobre o Lucro de Exploração.

Condições:

- Cumprimento das Legislações trabalhista, social e ambiental;
- Apresentação anual das declarações de rendimentos apresentando as reduções;
- Proibição de distribuição aos sócios ou acionistas, do valor do imposto relativo à redução;
- Fornecer informações anuais na pesquisa anual de Incentivos da SUDENE;
- Apresentação anual à SUDENE (até 31/12 de cada exercício) de Certidão de regularidade de tributos federais e previdenciário;
- Prova documental da contabilização do valor resultante da redução concedida, em conformidade com a legislação vigente.
- Homologação anual na RFB do Laudo de incentivos da SUDENE.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.12. Subvenções e assistências governamentais--Continuação

Sudene--Continuação

A reserva por hora constituída poderá ser utilizada para: i) absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham disso totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ii) aumento de capital social.

3.13. Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários são avaliados e, quando necessário e relevante, são ajustados a seu valor presente, o qual considera os fluxos de caixa e taxa de juros explicitas ou implícitas. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, registrou ajustes a valor presente sobre o Contas a Receber e Fornecedores.

3.14. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pelas taxas de médias. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas em outros resultados abrangentes.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.15. Receita de contratos com clientes

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, quando aplicável, bem como das eliminações das vendas entre subsidiárias da Companhia.

A Companhia aplica o modelo do CPC 47/IFRS 15 para mensurar e contabilizar a receita proveniente de contratos com clientes, o que estabelece que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a Companhia espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente. O modelo é baseado em cinco passos: i) identificação dos contratos com clientes; ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; iii) determinação de preço da transação; iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos; e v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

a) Venda de produtos

A receita por venda de mercadorias é reconhecida no momento em que se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega do equipamento na localidade física indicada pelo cliente, conforme os termos de venda acordados.

b) Locação

A Companhia e suas controladas auferem receitas de venda com locação de equipamentos e software (TaaS) ao longo do prazo de vigência de cada contrato, quando a obrigação de desempenho foi cumprida.

3.16. Arrendamento Operacional

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se o contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.16. Arrendamento Operacional--Continuação

Ativos de direito de uso--Continuação

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.16. Arrendamento Operacional--Continuação

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Companhia como arrendadora

Arrendamentos para os quais a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo são classificados como arrendamentos operacionais. A receita de aluguel é contabilizada pelo método linear, durante o período do arrendamento, e é incluída na receita na demonstração do resultado, devido à sua natureza operacional. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel.

Para os contratos de arrendamento em que o prazo de recebimento é inferior ao tempo de contrato, a Companhia reconhece uma receita diferida no passivo que representa o montante dos recebimentos antecipados, os quais são reconhecidos no resultado ao longo do prazo do arrendamento.

3.17. Pagamentos baseados em ações

Executivos (profissionais-chave) são recompensados com direitos sobre a valorização de ações, os quais só podem ser liquidados com caixa.

Um passivo é reconhecido ao valor justo da transação liquidada com caixa. O valor justo é mensurado inicialmente e a cada data de reporte até - e incluindo - a data de liquidação, com a variação no valor justo reconhecida como despesas com remuneração baseada em ações. O valor justo é reconhecido como despesa ao longo do período em que o serviço é prestado (*vesting period*) até a data do Evento de liquidez, com o reconhecimento de um passivo correspondente. O valor justo é determinado com base no modelo de múltiplos. Mais detalhes são apresentados na Nota 22.

A despesa na demonstração do resultado do período representa a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.18. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias.

3.19. Mensuração a valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros contabilizados a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Outrossim, os valores justos de instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado são divulgados na Nota 7.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.19. Mensuração a valor justo--Continuação

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativo para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado.

3.20. Perda por redução ao valor recuperável (impairment)

Outra divulgação relacionada a redução por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros está disponível na nota explicativa abaixo: Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - 3.23. i, ii e iii).

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de dez anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Outra divulgação relacionada a redução por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros está disponível na nota explicativa abaixo: Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - 3.22. i, ii e iii).

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.20. Redução ao valor recuperável (impairment)--Continuação

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de dez anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.21. Novos pronunciamentos contábeis

a) Pronunciamentos contábeis aplicados inicialmente no exercício findo em 31 de dezembro de 2018

IFRS 9/CPC48 - Instrumentos financeiros

O CPC 48 - Instrumentos financeiros, equivalente à norma internacional IFRS 9, substitui o CPC 38 (equivalente à norma internacional IAS 39) para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, reunindo todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração; redução ao valor recuperável.

A Companhia aplicou de forma prospectiva com a data de adoção inicial de 1º de janeiro de 2018. A mudança não teve impacto material nos fluxos de caixa operacionais, de investimento e de financiamento da Companhia e no lucro por ação básico

A natureza destes ajustes é descrita abaixo:

i) *Classificação e mensuração*

O CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa e contém três principais categorias de classificação para os instrumentos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. Essa mudança de nomenclatura não altera a forma de mensuração subsequente dos instrumentos financeiros e causa impacto apenas nas divulgações dos instrumentos financeiros por categoria nas demonstrações financeiras, conforme abaixo:

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.21. Novos pronunciamentos contábeis--Continuação

a) Pronunciamentos contábeis aplicados inicialmente no exercício findo em 31 de dezembro de 2018--Continuação

IFRS 9/CPC48 - Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Redução ao valor recuperável (impairment)*

Classificação - Ativos e Passivos financeiros:	Classificação IAS 39/CPC 38	Classificação IFRS 9/CPC 48
Ativos financeiros:		
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Passivos financeiros:		
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado
Duplicatas descontadas	Custo amortizado	Custo amortizado
Parcelamento de tributos	Custo amortizado	Custo amortizado
Mútuo com partes relacionadas	Custo amortizado	Custo amortizado

A Companhia revisou seus ativos e passivos financeiros e constatou que os procedimentos de reconhecimento da provisão para perdas de crédito esperadas necessitavam de modificações para atendimento a norma, uma vez que

A Companhia reconhecia apenas os saldos vencidos superiores a 180 dias, que por sua vez não refletiam com exatidão a realidade.

O novo modelo de perdas elaborado pela Companhia foi baseado em uma matriz de provisão calculada com base na experiência real de perdas a partir da análise histórica de perdas dos últimos 24 meses. Também se fez necessário realizar essa análise por natureza de recebíveis de forma segregada, como resultado concluiu-se que não teve distorções significativas entre as perdas históricas de “Locações” e “Vendas”, ou seja, os percentuais de perda histórica para ambos recebíveis são equivalentes.

A Companhia aplicou o método retrospectivo modificado com a data de adoção inicial de 1º de janeiro de 2018. Abaixo demonstramos a reconciliação dos impactos nos saldos patrimoniais relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, afetados pela nova norma:

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.21. Novos pronunciamentos contábeis--Continuação

a) Pronunciamentos contábeis aplicados inicialmente no exercício findo em 31 de dezembro de 2018--Continuação

IFRS 9/CPC48 - Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Redução ao valor recuperável (impairment)*--Continuação

Balanço patrimonial	Demonstrações Financeiras em 31/12/2017 (reapresentado)	Impactos referentes a adoção do IFRS 9/CPC 48	Demonstrações Financeiras em 01/01/2018
Ativo circulante	**183.873**	**(797)**	**183.076**
Contas a receber, líquidas	**83.583**	**(797)**	**82.786**
Outros ativos circulantes	**100.290**	**-**	**100.290**
Ativo não circulante	**120.256**	**-**	**120.256**
Outros ativos não circulantes	**120.256**	**-**	**120.256**
Total do Ativo	**304.129**	**(797)**	**303.332**
Passivo circulante	**133.260**	**(797)**	**132.463**
Receita diferida	**36.264**	**(797)**	**35.467**
Outros passivos circulantes	**96.996**	**-**	**96.996**
Passivo não circulante	**111.838**	**-**	**111.838**
Outros passivos não circulantes	**111.838**	**-**	**111.838**
Patrimônio líquido	**59.031**	**-**	**59.031**
Total do Passivo	**304.129**	**(797)**	**303.332**

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.21. Novos pronunciamentos contábeis--Continuação

a) Pronunciamentos contábeis aplicados inicialmente no exercício findo em 31 de dezembro de 2018--Continuação

IFRS 9/CPC48 - Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Redução ao valor recuperável (impairment)*--Continuação

Abaixo demonstramos a reconciliação dos impactos nos saldos do resultado relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, afetados pela nova norma:

Demonstração do resultado do exercício	Demonstrações Financeiras em 31/12/2018 sem efeito da adoção	Impactos referentes a adoção do IFRS 9/CPC 48	Demonstrações Financeiras em 31/12/2018 com efeito da adoção
Receita líquida	**371.536**	**-**	**371.536**
Custos das mercadorias e serviços	**(265.505)**	**-**	**(265.505)**
(=) Lucro bruto	**106.031**	**-**	**106.031**
Despesas operacionais	**(51.535)**	**(1.058)**	**(52.594)**
(=) Lucro bruto antes das receitas e despesas financeiras	**54.496**	**(1.058)**	**53.438**
Resultado financeiro	**(18.582)**	**-**	**(18.582)**
(=) Lucro antes dos impostos	**35.914**	**(1.058)**	**34.856**
IR e CS corrente	**(6.799)**	**-**	**(6.799)**
(=) Lucro líquido	**29.115**	**(1.058)**	**28.057**

IFRS 15/CPC47 - Receitas de Contratos de Clientes

O CPC 47, equivalente à norma internacional IFRS 15, substitui o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (equivalente à norma internacional IAS 11), CPC 30 - Receitas (equivalente à norma internacional IAS 18) e interpretações relacionadas e se aplica, com exceções limitadas, a todas as receitas decorrentes de contrato com cliente. O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.21. Novos pronunciamentos contábeis--Continuação

a) Pronunciamentos contábeis aplicados inicialmente no exercício findo em 31 de dezembro de 2018--Continuação

IFRS 15/CPC47 - Receitas de Contratos de Clientes--Continuação

O CPC 47 exige que as entidades exerçam julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes. A norma também especifica a contabilização dos custos incrementais de obtenção de um contrato e os custos diretamente relacionados ao cumprimento de um contrato. Além disso, a norma exige divulgações mais detalhadas. Abaixo demonstramos os critérios de reconhecimento da receita da Companhia:

i) *Venda de mercadorias*

A receita pela venda de mercadorias é reconhecida no resultado quando todos os riscos inerentes ao produto são transferidos para o comprador e os benefícios econômicos gerados a favor da Companhia.

ii) *Prestação de serviços*

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos de prestação de serviços celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

Após conclusão das análises preparadas pela Administração para aplicação do CPC 47, não foram identificados impactos na adoção inicial.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.21. Novos pronunciamentos contábeis--Continuação

b) Pronunciamentos contábeis aplicados inicialmente no exercício findo em 31 de dezembro de 2019

IFRS 16 / CPC 06 R2 - Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 - Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1).

A Companhia adotou a IFRS 16 usando o método retrospectivo modificado de adoção com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2019. A Companhia optou por usar o expediente prático de transição permitindo que a norma seja aplicada somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos de acordo com a IAS 17 e IFRIC 4 na data da aplicação inicial. A Companhia também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, tenham prazo de locação inferior a 12 meses e possuam valores imateriais.

Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foram reapresentadas - ou seja, são apresentadas conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e interpretações relacionadas.

A taxa média incremental aplicada foi Selic ao ano, dependendo dos prazos dos contratos.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.21. Novos pronunciamentos contábeis--Continuação

b) Pronunciamentos contábeis aplicados inicialmente no exercício findo em 31 de dezembro de 2019--Continuação

IFRS 16 / CPC 06 R2 - Operações de Arrendamento Mercantil--Continuação

Abaixo demonstramos a reconciliação dos impactos nos saldos patrimoniais relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, afetados pela nova norma:

Balanço patrimonial	Demonstrações Financeiras Divulgadas em 31/12/2018 (reapresentado)	Impactos referentes à adoção do IFRS 16/CP 06 (R2)	Demonstrações Financeiras em 01/01/2019 com adoção da norma
Ativo Circulante	260.173	-	260.173
Ativo não circulante	217.511	3.200	220.711
Total do Ativo	**477.684**	**(3.200)**	**480.884**
Arrendamentos de curto prazo	**-**	1.572	1.572
Outros passivos circulantes	285.327	-	285.327
Arrendamentos de longo prazo	**-**	1.628	1.628
Outros passivos não circulantes	133.326	-	133.326
Patrimônio Líquido	59.031	-	59.031
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**477.684**	**(3.200)**	**480.884**

Até 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía saldo de arrendamento mercantil financeiro nos balanços patrimoniais.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.21. Novos pronunciamentos contábeis--Continuação

b) Pronunciamentos contábeis aplicados inicialmente no exercício findo em 31 de dezembro de 2019--Continuação

IFRS 16 / CPC 06 R2 - Operações de Arrendamento Mercantil--Continuação

Abaixo demonstramos a reconciliação dos impactos no resultado consolidado relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, afetados pela nova norma:

Demonstração consolidada do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019	Sem impactos da adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2)	Impactos referente adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2)	Com impactos da adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2)
Receitas líquidas	506.575	-	506.575
Custo de Mercadorias Vendidas	(372.927)	-	(372.927)
Lucro bruto	**133.648**	**-**	**133.648**
Receitas (despesas) operacionais			
Depreciação e amortização	(5.984)	(1.686)	(7.670)
Despesa com arrendamento	(1.274)	1.274	-
Outras despesas operacionais	(72.982)	-	(72.982)
Lucro antes do resultado financeiro	**53.408**	**(412)**	**52.996**
Resultado financeiro	(32.378)	(171)	(32.549)
Lucro líquido antes dos impostos	**21.030**	**(583)**	**20.447**
Imposto de renda e contribuição social	(470)	-	(470)
Lucro líquido do exercício	**20.560**	**(583)**	**19.977**

IFRIC 23 / ICPC 22 - Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto de renda. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.21. Novos pronunciamentos contábeis--Continuação

b) Pronunciamentos contábeis aplicados inicialmente no exercício findo em 31 de dezembro de 2019--Continuação

IFRIC 23 / ICPC 22 - Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro--Continuação

A Administração da Companhia entende que não há impactos significativos nas informações contábeis intermediárias, decorrentes de tratamentos que potencialmente poderiam expor a Companhia à riscos materialmente prováveis de perda, uma vez que os procedimentos adotados para apuração e recolhimento dos tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

c) Pronunciamentos contábeis aplicados inicialmente no exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que esta não possui relações de hedge.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.21. Novos pronunciamentos contábeis--Continuação

c) Pronunciamentos contábeis aplicados inicialmente no exercício findo em 31 de dezembro de 2020--Continuação

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações financeiras de propósito geral tomam como base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade".

As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

A pronunciamento revisado alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes.Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.21. Novos pronunciamentos contábeis--Continuação

c) Pronunciamentos contábeis aplicados inicialmente no exercício findo em 31 de dezembro de 2020--Continuação

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento--Continuação

Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

A adoção dessas normas, alterações e interpretações não teve impacto significativo para Companhia e suas controladas no período de aplicação inicial.

d) Pronunciamentos contábeis emitidos, mas ainda não em vigor

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e controladas, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.21. Novos pronunciamentos contábeis--Continuação

d) Pronunciamentos contábeis emitidos, mas ainda não em vigor--Continuação

IFRS 17 - Contratos de seguro--Continuação

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia e suas controladas.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia não espera impacto desta norma em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.22. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

a) *Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas*

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas. Para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

b) *Vida útil de ativos não circulantes*

Os ativos imobilizados e intangíveis são depreciados e amortizados com base no método linear, considerando taxas que se aproximam à vida útil-econômica dos bens, anualmente revisadas.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.22. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

c) *Provisão para perdas de crédito esperadas*

A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização de contas a receber. Para determinar a suficiência da provisão sobre contas a receber de clientes, as taxas de perdas são avaliadas por meio da matriz de provisão onde constam as bases históricas de perdas de recebíveis dos últimos 24 meses por vencimento, seus respectivos montantes e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização.

Quando há ocorrência de oscilações significativas da taxa de perda apuradas de um exercício ao outro as será registrado incremento da provisão no balanço em montante suficiente para cobertura da perda provável.

d) *Prazo de Arrendamento mercantil*

A Companhia aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos, considerando o disposto na Lei n° 8.245 (Lei do Inquilinato),que concede ao arrendatário o direito de renovações contratuais quando determinadas condições forem atendidas, bem como práticas passadas referente ao sucesso da Companhia na renovação de seus contratos. A avaliação se a Companhia está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento (média de 5 anos), o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos.

e) *Pagamento baseado em ações*

A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado depende dos termos e das condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo dados observáveis ou não observáveis no mercado. A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. Como trata-se de transações baseadas em ações liquidadas financeiramente, o passivo precisa ser remensurado no fim de cada período de reporte até a data de liquidação, reconhecendo-se no resultado eventuais variações no valor justo, o que exige reavaliação das estimativas utilizadas ao final de cada período de reporte. Para a mensuração do valor justo de transações liquidadas com ações outorgadas a empregados na data de concessão, a Companhia utiliza o modelo de Múltiplos do EBITDA.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.22. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

f) *Recuperabilidade de Impostos diferidos*

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a realização dos ativos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Para mais detalhes sobre tributos diferidos, vide Nota 8.

g) *Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de "impairment")*

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída uma perda estimada para desvalorização (perda por impairment) ajustando-se o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa (UGC) é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são escontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme e, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

i) *Teste de recuperabilidade de ativos imobilizados e ativos intangíveis com vida útil definida*

Os ativos imobilizados e ativos intangíveis com vida útil definida são testados sempre que identificados indícios de desvalorização.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.22. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

g) *Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de "impairment")*--Continuação

ii) *Teste de recuperabilidade de ágio pago por expectativa de rentabilidade futura*

O teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

iii) *Teste de recuperabilidade de ativos intangíveis com vida útil indefinida*

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados com relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. O teste é realizado de forma individual ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso.

A Companhia avalia periodicamente o efeito desse procedimento e nas demonstrações financeiras de 2020 não identificou ajustes a serem contabilizados.

iv) *Perdas estimadas para redução ao valor recuperável (estoques)*

Para os estoques que estiverem danificados, totalmente ou parcialmente obsoletos, ou ainda se seu preço de venda tiver diminuído, e o seu custo puder ser recuperável, a Companhia efetua a reavaliação do valor recuperável de forma reduzir o custo do estoque

4. Eventos especiais ocorridos durante o período

4.1. Efeito do Novo Coronavírus das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Companhia vem acompanhando o avanço da pandemia do novo Coronavírus (“Covid-19”) e vem tomando medidas preventivas e mitigatórias em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde no que se refere à segurança de seus colaboradores e continuidade de suas operações.

Entre as medidas adotadas pela Companhia destacam-se:

- Criação de comitê de prevenção, envolvendo Diretoria e Conselho de Administração, para avaliar continuamente a evolução do COVID-19, seus possíveis impactos e medidas necessárias;

- Novos procedimentos de proteção aos colaboradores e terceiros que atuam em nossas instalações, seguindo determinações de distanciamento, higiene e limpeza da OMS e outras fontes confiáveis;

- Plano de Home-Office para aproximadamente 70% dos colaboradores - sistemas de tecnologia e treinamento remoto, que facilitaram a alta produtividade das equipes mesmo à distância;

- Suspensão ou postergação de eventos e viagens de negócios nacionais e internacionais;

Destaca-se que a Companhia não adotou no período medidas de redução salarial e de jornada dos seus colaboradores, nem promoveu reduções de equipes fora do curso normal de suas operações.

<u>Características operacionais</u>

O negócio da WDC Networks é resiliente devido a algumas de suas características:

- Aproximadamente 40% de suas receitas são recorrentes, e com contratos de longo prazo;
- Baixa concentração de receita: maior cliente representa 6% da receita da Companhia;
- Empresa com alto nível de governança corporativa, e geradora de caixa;
- Maioria das vendas já aconteciam de forma remota.

4. Eventos especiais ocorridos durante o período--Continuação

4.1. Efeito do Novo Coronavírus das demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Potenciais impactos em nossa operação

Desde o início da pandemia, a Companhia não sofreu impacto material negativo em seus resultados decorrente do novo cenário económico ocasionado pelo Coronavírus, assim, não teve suas operações interrompidas, ainda que temporariamente e parcialmente de forma remota e segue operando normalmente.

Embora não tenha sofrido impacto, alguns temas merecem destaque:

- No período houve maior demanda por conectividade e serviços on-line incrementou volumes de produtos no segmento de Telecom, devido à maior essencialidade deste tipo de serviço;
- Grandes projetos continuaram a gerar novas demandas, devido ao escopo de longo prazo de tais clientes;
- Clientes de segmentos voltados a eventos e locais de aglomeração de pessoas terão suas vendas postergadas até o fim da restrição de circulação;
- Inadimplência tem afetado pequeno número de clientes, dessa forma, não possuímos elementos nem visibilidade, neste momento, para efetuar provisões adicionais para perda esperada.

A Companhia entende que está tomando as medidas adequadas para prevenir a disseminação do Covid-19, bem como assegurar a continuidade dos negócios durante o período que perdurar a pandemia. Embora as operações ou situação financeira da Companhia não tenham sido afetadas de forma relevante até o momento, a Administração não tem como estimar ou prever a ocorrência de eventos futuros relacionados à pandemia, sendo certo de que segue avaliando constantemente os impactos sobre as suas operações e se compromete a informar possíveis novos cenários e medidas necessárias a serem adotadas.

A Companhia continua operando e reafirmando o compromisso com a segurança dos colaboradores, e garantindo o atendimento aos clientes. Entende-se que diante do impacto limitado nas operações da Companhia e resultados financeiros, não existe a necessidade de reconhecimento de perdas ou necessidades de provisionamentos adicionais até o momento.

5. Restruturação societária

5.1. Aquisição da Munddo

Em 8 de janeiro de 2019, a Companhia, adquiriu 100% do capital social da Munddo Comercio e Importação Ltda. ("Munddo"), especializada na distribuição de sistemas inteligentes para automação residencial e predial. A principal motivação para aquisição foi o know-how e relação comercial com fabricantes de tais segmentos.

O preço de aquisição foi de R$3.556 a ser pago da seguinte forma: (i) R$1.000, pagos no fechamento do contrato; (ii) R$2.000 pagos em 31 de janeiro de 2019; e (iii) R$556 pagos em 30 de abril de 2019.

O contrato previa certos objetivos operacionais e financeiros para o decorrer do ano de 2019, que se alcançados, poderiam resultar em pagamento de parcela adicional pela Companhia no montante de R$1.000, a ser pago em 31 de janeiro de 2020. Tais objetivos não foram alcançados e, portanto, nenhum valor de obrigação contingente (earn-out) foi registrado.

Em razão da transferência da totalidade das quotas da Munddo para a Companhia, a Companhia assumiu, a partir desta data, controle sobre todas as operações da Munddo, inclusive relações com clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais contrapartes, importações, e todas as demais atividades de relação jurídicas da adquirida. A transação foi registrada como uma Combinação de Negócios, de acordo com o IFRS 3/CPC15.

O período de medição termina assim que o adquirente recebe a informação que estava buscando sobre fatos e circunstâncias que existiam a partir da data de aquisição ou descobre que não pode obter mais informações. O período de medição não pode exceder um ano a partir da data de aquisição.

5.1.1. <u>Ativos identificáveis adquiridos e ágio</u>

De acordo com o IFRS 3 (R)/CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos assumidos na data de aquisição junto aos antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os ativos adquiridos e passivos assumidos, foram reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição em laudo de avaliação financeira emitido por empresa de avaliação independente:

5. **Restruturação societária**--Continuação

5.1. **Aquisição da Munddo**--Continuação

5.1.1. Ativos identificáveis adquiridos e ágio--Continuação

Valor justo reconhecido na aquisição	Munddo
Ativo circulante	**1.683**
Caixa e equivalentes de caixa	
Contas a receber	**437**
Estoques	**1.206**
Outros ativos	**40**
Ativo não circulante	**29**
Imobilizado	**29**
Passivo circulante	**431**
Fornecedores	**199**
Obrigações trabalhistas e tributárias	**59**
Impostos a recolher	**150**
Outras contas a pagar	**23**
Total dos ativos identificáveis líquidos	**1.281**
Preço de aquisição	**3.556**
Ágio na aquisição de negócios	2.275

Não foram identificados outros ativos intangíveis que requereriam alocação pela Companhia.

O valor justo das contas a receber de clientes, coincide com o valor contábil é de R$437. Espera-se que o valor contratual seja integralmente recebido. Desde a data de sua aquisição até a incorporação, a Munddo contribuiu para a Companhia, com uma receita líquida de R$323 e resultado líquido de R$(62).

Como a aquisição ocorreu em 8 de janeiro de 2019, a contribuição da Munddo para o resultado da Companhia já está refletida desde o início do exercício, não sendo aplicável a divulgação do resultado “pro-forma”.

As despesas incorridas na aquisição, no montante de R$88, foram reconhecidas no resultado da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, na rubrica “*Despesas operacionais - Assessoria e consultoria*”, não fazendo parte do custo de aquisição.

5. **Restruturação societária**--Continuação

5.1. **Aquisição da Munddo**--Continuação

5.1.1. Ativos identificáveis adquiridos e ágio--Continuação

Considerando que a Companhia adquiriu 100% da Munddo, nenhum interesse não controlado foi envolvido e consequentemente não houve reconhecimento neste sentido. Os investimentos até a data de incorporação estão apresentados na nota explicativa 10.

5.1.2. Incorporação da Munddo

Em 30 de abril de 2019, foi efetivada a incorporação da Munddo Importação e Exportação Ltda, onde o acervo líquido foi consolidado pela Companhia. Não houve movimentação dos saldos entre a aquisição e incorporação da Munddo, exceto pela conta de Outros Ativos):

O quadro abaixo demonstra o acervo líquido contábil incorporado:

Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	**568**
Contas a receber	**293**
Estoques	**1.312**
Total do ativo circulante	**2.173**
Não circulante	
Imobilizado	**29**
Total do ativo não-circulante	**29**
Total do ativo	**2.202**
Passivo	
Circulante	
Fornecedores	**525**
Obrigações trabalhistas e tributárias	**-**
Impostos a recolher	**104**
Outras contas a pagar	**354**
Total do passivo circulante	**983**
Acervo líquido incorporado	**1.219**

O acervo líquido da Munddo, Importação e Exportação Ltda., foi avaliado por peritos que emitiram laudo de avaliação do patrimônio líquido da sociedade de 19 de julho de 2019. A incorporação do acervo líquido da Munddo não afetou o fluxo de caixa da Companhia.

5. Restruturação societária--Continuação

5.2. Compra de ativos Axyon

Em 14 de agosto de 2018, a Companhia firmou um contrato de compra e venda de ativos com a Axyon Distribuidora Ltda. ("Axyon") com o único intuito de adquirir o direito exclusivo de 100% dos contratos atuais e futuros dos clientes no ramo de negócio que a Axyon atua, e o direito exclusivo de aquisição de produtos de tecnologia da informação e de telecomunicações de determinados fornecedores. Por interesse mútuo das partes, as confirmações necessárias para colocar o contrato de compra e venda em vigor foram concretizadas na "Data de fechamento", em 7 de novembro de 2018, por meio do termo de fechamento assinado.

Baseada no CPC 15/IFRS3, a Companhia concluiu que os ativos adquiridos não constituem um "negócio", uma vez que não há força de trabalho ou outros processos substanciais que possam gerar resultados. Consequentemente, a aquisição não foi identificada como uma combinação de negócios, mas foi reconhecida como a "aquisição de ativos".

O preço contratual de aquisição dos ativos foi de R$17.611, ajustado a valor presente na data da aquisição, totalizando R$15.795. Tal montante foi registrado no ativo intangível com contrapartida em Outras obrigações - Contas a pagar por aquisição dos ativos da Axyon. O montante será pago em parcelas trimestrais até 2023. O valor é corrigido monetariamente pela variação do IPCA. O prazo para amortização do intangível é 45 meses.

6. Caixa e equivalentes de caixa

6.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa os valores que são realizáveis e conversíveis imediatamente em caixa.

	Controladora			Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
		(reapresentado)	**(reapresentado)**		**(reapresentado)**	**(reapresentado)**
Caixa e equivalente de caixa	**32.412**	24.186	4.321	**36.978**	25.192	4.321
Aplicações financeiras (a)	**807**	3.036	98	**807**	3.036	98
Total	**33.219**	27.222	4.419	**37.785**	28.228	4.419

6. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

6.1. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

(a) Em 31 de dezembro de 2020, as aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) eram remuneradas por uma taxa média de 105% do CDI (105% do CDI em 2019) com liquidez diária resgatáveis junto ao próprio emissor, sem perda significativa de valor.

6.2. Investimentos de curto prazo

	Controladora			Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
		(reapresentado)	**(reapresentado)**		**(reapresentado)**	**(reapresentado)**
Certificados de depósitos bancários (b)	**52.046**	4.130	-	**52.046**	4.130	-
Total	**52.046**	4.130	-	**52.046**	4.130	-

(b) Em 31 de dezembro de 2020, as aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) eram remuneradas por uma taxa média de 105% do CDI (105% do CDI em 2019) com liquidez diária resgatáveis junto ao próprio emissor, sem perda significativa de valor.

7. Contas a receber

	Controladora			Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
		(reapresentado)	**(reapresentado)**		**(reapresentado)**	**(reapresentado)**
Contas a receber venda mercadoria	**187.800**	122.656	86.978	**188.803**	122.821	86.978
Contas a receber locação	**43.926**	12.256	44.004	**43.926**	12.256	44.004
Contas a Receber bruto	**231.726**	134.912	130.982	**232.729**	135.077	130.982
Provisão para perdas de crédito esperadas	**(26.558)**	(11.883)	(7.068)	**(26.558)**	(11.883)	(7.068)
Contas a receber líquido	**205.168**	123.029	123.914	**206.171**	123.194	123.914
Circulante	**161.578**	111.209	78.448	**162.581**	111.374	78.448
Não circulante	**43.590**	11.820	45.466	**43.590**	11.820	45.466

7. Contas a receber--Continuação

Movimentação das provisões para perdas de crédito esperadas:

	Controladora e Consolidado (reapresentado)
Em 31 de dezembro de 2017	(3.180)
Adições	(3.091)
Adoção inicial IFRS 9	(797)
Baixas	-
Em 31 de dezembro de 2018	(7.068)
Adições	(5.612)
Baixas	797
Em 31 de dezembro de 2019	(11.833)
Adições	**(14.675)**
Baixas	**-**
Em 31 de dezembro de 2020	**(26.558)**

A seguir apresentamos os montantes a receber por idade de vencimento (aging list) em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

Aging List - Contas a receber (Consolidado)	2020	2019	2018
Títulos a vencer	**163.504**	101.977	110.691
Títulos vencidos de 0 a 30 dias	**16.741**	10.447	10.899
Títulos vencidos de 31 a 90 dias	**15.513**	6.718	2.462
Títulos vencidos de 91 a 180 dias	**7.124**	4.829	2.370
Títulos vencidos de 181 a 270 dias	**6.437**	2.800	1.168
Títulos vencidos de 271 a 365 dias	**13.283**	2.086	833
Títulos vencidos acima de 365 dias	**10.127**	6.220	2.559
Total	**232.729**	135.077	130.982

7.1. Contas a receber de locação e aluguéis mínimos futuros

A Companhia possui como linha de negócios a locação de equipamentos. Tais locações tem prazo médio de 60 meses e os aluguéis mínimos são fixos, sujeitos a reajuste anual conforme índice de inflação.

Os recebimentos mínimos futuros de tais locações estão demonstrados abaixo:

Tais contratos de locação geraram receitas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R$255.427 (R$185.165 e R$102.997 em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente), e estão divulgadas na Nota 26.

7. Contas a receber--Continuação

7.1. Contas a receber de locação e aluguéis mínimos futuros--Continuação

Controladora e Consolidado	
Recebimentos mínimos de locação	**2020**
2021	**211.516**
2022	**101.532**
2023	**47.482**
2024	**27.699**
2025	**11.053**
Total	**399.282**

A receita a ser reconhecida em períodos futuros relacionada a esses contratos de locação estão demonstradas abaixo:

Controladora e Consolidado	
Período de reconhecimento	**2020**
2021	**207.699**
2022	**107.001**
2023	**51.267**
2024	**28.253**
2025	**13.044**
Total	**407.264**

Para os contratos em que o prazo de recebimento é inferior ao período de locação, a Companhia reconhece uma receita diferida correspondente aos montantes recebidos em adiantamento, conforme demonstrado na Nota 17.

8. Impostos a recuperar e diferidos

8.1. Impostos a recuperar

	Controladora			Consolidado		
	2020	**2019 (reapresentado)**	**2018 (reapresentado)**	**2020**	**2019 (reapresentado)**	**2018 (reapresentado)**
IRRF a recuperar	**439**	430	442	**439**	430	442
IRPJ e CSLL a compensar	**3.378**	2.655	2.103	**3.378**	2.655	2.103
PIS e COFINS a recuperar	**1.991**	4.060	1.109	**1.991**	4.060	1.109
ICMS a compensar	**13.141**	2.554	39	**13.141**	2.554	39
IPI a compensar	**1.324**	115	115	**1.324**	115	115
PIS e COFINS Diferido	**601**	1.186	2.030	**601**	1.186	2.030
Outros	**11**	3	-	**1.888**	338	-
Total	**20.885**	11.003	5.838	**22.762**	11.338	5.838

8. Impostos a recuperar e diferidos--Continuação

8.2. Impostos diferidos

	Controladora e Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**
		(reapresentado)	**(reapresentado)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:			
Tributos ativos:			
Provisão para devedores duvidosos	**4.981**	2.116	953
Provisão de perda por desvalorização de estoque	**3.695**	2.304	417
Provisão de remuneração baseada em ações	**5.006**	1.122	242
Ajuste à valor presente combinação de negócios	**60**	189	223
Ajuste à valor presente contas a receber	**543**	399	248
Provisão para contingências fiscais	**163**	188	-
Provisão Receita Diferida (MAXBR)	**1.742**	3.407	6.140
Tributos passivos:			
Derivativos - Swap	**(688)**	-	-
Amortização fiscal do ágio gerado na aquisição da Munddo	**(271)**	(116)	-
Ativo fiscal diferido, líquido	**15.231**	9..610	8.223

8.2.1. Estimativa de realização dos impostos diferidos

	Tributos e contribuições sociais diferidos
2021	**10.692**
2022	**4.475**
2023	**64**
Total	**15.231**

9. Estoques

	Controladora			Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
		(reapresentado)	**(reapresentado)**		**(reapresentado)**	**(reapresentado)**
Matérias-primas	**8.882**	3.797	2.830	**8.882**	3.797	2.830
Mercadorias	**75.812**	68.551	81.356	**80.412**	83.841	81.356
Estoque em trânsito	**31.693**	64.770	83.726	**31.693**	64.770	83.726
Produtos acabados	**27.500**	16.728	-	**27.500**	16.728	-
Software para revenda	**3.455**	7.738	-	**3.456**	7.738	-
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável (a)	**(13.162)**	(9.069)	(2.294)	**(13.163)**	(9.069)	(2.294)
Total	**134.180**	152.515	165.618	**138.780**	167.805	165.618

(a) Refere-se aos valores das perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência dos estoques, os valores das adições e reversões estão incluídos nos custos das mercadorias vendidas.

Provisão Obsoletos	**Controladora e Consolidado**
Em 31 de dezembro de 2017	(1.228)
Adições	(1.066)
Reversões	-
Em 31 de dezembro de 2018	(2.294)
Adições	(6.775)
Reversões	-
Em 31 de dezembro de 2019	(9.069)
Adições	**(4.093)**
Reversões	**-**
Em 31 de dezembro de 2020	**(13.162)**

10. Investimento

	Controladora		
	2020	**2019**	**2018**
Wdc Us	**1.414**	706	-
Wdc Colômbia	**598**	76	-
Livetec Panamá	**497**	-	-
	2.509	782	-

10. Investimento--Continuação

Abaixo demonstramos as principais informações financeiras das controladas:

2020				
Controladas	**Percentual de participação**	**Patrimônio Líquido**	**Receita Líquida**	**Lucro líquido (prejuízo)do exercício**
Direta				
Wdc Us	**100%**	**1.414**	**5.259**	**503**
Wdc Colômbia	**100%**	**598**	**7.921**	**448**
Wdc Panamá	**100%**	**497**	**16.771**	**(26)**
Total		**2.509**	**29.951**	**925**

2019				
Controladas	**Percentual de participação**	**Patrimônio Líquido**	**Receita Líquida**	**Lucro líquido (prejuízo)do exercício**
Direta				
Wdc Us	100%	706	413	296
Wdc Colômbia	100%	76	1.084	(298)
Wdc Panamá	100%	-	-	-
Total		782	1.497	(2)

A movimentação dos investimentos é como segue:

Movimentação de investimentos	Wdc Us	Wdc Colômbia	Wdc Panamá	Munddo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-	-
Aumento de capital	402	381	-	-	783
Aquisição de controlada – Munddo (a)	-	-	-	3.556	3.556
Equivalência patrimonial	296	(298)	-	(62)	(64)
Incorporação Munddo (b)	-	-		(1.219)	(1.219)
Transferência ágio para intangível (a/b)	-	-	-	(2.275)	(2.275)
Variação cambial em investimento (c)	8	(7)	-	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2019	706	76	-	-	782
Aumento de capital (e outras reservas)	**204**	**12**	**519**		**735**
Equivalência patrimonial	**503**	**448**	**(26)**		**925**
Variação cambial investimento (c)	**1**	**62**	**4**		**67**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.414**	**598**	**497**		**2.509**

(a) Aquisição da Munddo, totalizando R$3.556 e ágio de R$2.275, conforme nota explicativa 5.1.1

(b) Controlada incorporada em 30 de abril de 2019. Vide nota explicativa 5.1.2.

(c) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foi gerado um valor de R$67 e R$1, respectivamente, relativo aos efeitos da variação cambial derivados da conversão para reais das demonstrações financeiras das controladas sediadas no exterior, originalmente elaboradas em dólares norte-americanos (USD), pesos colombianos (COP). Estes efeitos são registrados como" Outros Resultados Abrangentes" no Patrimônio Líquido.

11. Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 a Companhia não tem bens penhorados ou bloqueados judicialmente, nem bens dados em garantia de empréstimos e financiamentos, exceto pelos bens objeto de arrendamento financeiro.

A Companhia avaliou a vida útil-econômica do ativo imobilizado e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos ao término de cada exercício uma vez que não ocorreu alteração relevantes nas estimativas e premissas adotadas no exercício anterior.

Abaixo demonstramos a movimentação patrimonial do ativo imobilizado da Companhia:

	Controladora							
	Móveis e utensílios	**Equipamentos de informática**	**Veículos**	**Produtos para locação**	**Máquinas e equipamentos**	**Edificações**	**Outros**	**Total**
Taxa anual de depreciação (%)	10%	20%	20%	20%	10%	4%	10%	
Em 31 de dezembro de 2017	448	415	1.242	90.150	64	-	242	92.561
Adições	339	492	56	88.288	84	-	16	89.275
Baixas	-	-	(439)	-	-	-	-	(439)
Depreciação	(93)	(162)	(111)	(35.217)	(21)	-	(40)	(35.644)
Em 31 de dezembro de 2018	694	745	748	143.221	127	-	218	145.753
Adições	127	411	-	150.684	181	-	861	152.264
Incorporação da Munddo (Nota 5.1.1)	6	1	-	-	5	-	17	29
Baixas	-	-	-	(2)	-	-	(3)	(5)
Depreciação	(115)	(248)	(195)	(58.237)	(34)	-	(38)	(58.867)
Em 31 de dezembro de 2019	712	909	553	235.666	279	-	1.055	239.174
Adições	**99**	**203**	**199**	**191.294**	**7**	**561**	**427**	**192.790**
Baixas	**(23)**	**(2)**	**(169)**	**(700)**		**-**	**(4)**	**(898)**
Depreciação	**(94)**	**(279)**	**(188)**	**(84.652)**	**(38)**	**-**	**(28)**	**(85.279)**
Em 31 de dezembro de 2020	**694**	**831**	**395**	**341.608**	**248**	**561**	**1.450**	**345.787**
Em 31 de dezembro de 2018								
Custo	1.149	1.408	1.143	229.248	228	-	330	233.506
Depreciação acumulada	(455)	(663)	(395)	(86.027)	(101)	-	(112)	(87.753)
Valor residual líquido	694	745	748	143.221	127	-	218	145.753
Em 31 de dezembro de 2019								
Custo	**1.283**	**1.820**	**1.142**	**379.929**	**414**	**-**	**1.205**	**385.793**
Depreciação acumulada	**(571)**	**(911)**	**(589)**	**(144.263)**	**(135)**	**-**	**(150)**	**(146.619)**
Valor residual líquido	**712**	**909**	**553**	**235.666**	**279**	**-**	**1.055**	**239.174**
Em 31 de dezembro de 2020								
Custo	1.382	1.989	943	542.915	420	561	1.624	549.834
Depreciação acumulada	(687)	(1.159)	(548)	(201.308)	(172)	-	(173)	(204.047)
Valor residual líquido	695	830	395	341.607	248	561	1.451	345.787

11. Imobilizado--Continuação

	Consolidado							
	Móveis e utensílios	**Equipamentos de informática**	**Veículos**	**Produtos para locação**	**Máquinas e equipamentos**	**Edificações**	**Outros**	**Total**
Taxa anual de depreciação (%)	10%	20%	20%	20%	10%	4%	10%	
Em 31 de dezembro de 2017	448	415	1.242	90.150	64	-	242	92.561
Adições	339	492	56	88.288	84	-	16	89.275
Baixas	-	-	(439)	-	-	-	-	(439)
Depreciação	(93)	(162)	(111)	(35.217)	(21)	-	(40)	(35.644)
Em 31 de dezembro de 2018	694	745	748	143.221	127	-	218	145.753
Adições	141	477	-	150.684	181	-	861	152.344
Aquisição da Munddo (Nota 5.1.1)	6	1	-	-	5	-	17	29
Baixas	-	(1)	-	(2)	-	-	(3)	(6)
Depreciação	(115)	(248)	(195)	(58.237)	(34)	-	(38)	(58.867)
Em 31 de dezembro de 2019	726	974	553	235.666	279	-	1.055	239.253
Adições	**113**	**270**	**199**	**191.294**	**7**	**561**	**427**	**192.871**
Baixas	**(23)**	**(2)**	**(169)**	**(700)**		**-**	**(4)**	**(898)**
Depreciação	**(94)**	**(296)**	**(188)**	**(84.652)**	**(38)**	**-**	**(28)**	**(85.296)**
Em 31 de dezembro de 2020	**722**	**946**	**395**	**341.608**	**248**	**561**	**1.450**	**345.930**
Em 31 de dezembro de 2018								
Custo	1.149	1.408	1.143	229.248	228	-	330	233.506
Depreciação acumulada	(455)	(663)	(395)	(86.027)	(101)	-	(112)	(87.753)
Valor residual líquido	694	745	748	143.221	127	-	218	145.753
Em 31 de dezembro de 2019								
Custo	**1.298**	**1.886**	**1.142**	**379.929**	**414**	**-**	**1.205**	**385.874**
Depreciação acumulada	**(572)**	**(912)**	**(589)**	**(144.263)**	**(135)**	**-**	**(150)**	**(146.621)**
Valor residual líquido	**726**	**974**	**553**	**235.666**	**279**	**-**	**1.055**	**239.253**
Em 31 de dezembro de 2020								
Custo	1.410	2.121	943	542.915	420	561	1.624	549.994
Depreciação acumulada	(688)	(1.175)	(548)	(201.308)	(172)	-	(173)	(204.064)
Valor residual líquido	**722**	**946**	**395**	**341.607**	**248**	**561**	**1.451**	**345.930**

12. Intangível

Controladora (reapresentado)	Licenças de software	Software para Locação	Carteira de clientes	Ágio Incorporação	Marcas e Patentes	Total
Taxa anual de amortização (%)	20%	20%	27%	Indefinido	20%	
Em 31 de dezembro de 2017	3.918	-	-	-	-	3.918
Adições	203		-	-	-	203
Aquisição de Ativos Axyon (a)	-		15.795	-	-	15.795
Amortização	(1.064)		(783)	-	-	(1.847)
Em 31 de dezembro de 2018	3.057	-	15.012	-	-	18.069
Adições	751		-	-	2	753
Ágio na aquisição da Munddo (b)	-		-	2.275	-	2.275
Amortização	(1.163)		(3.571)	-	-	(4.734)
Em 31 de dezembro de 2019	2.645	-	11.441	2.275	2	16.363
Adições	**404**	**29.451**	**-**	**-**	**13**	**29.868**
Amortização	**(1.272)**	**(2.869)**	**(4.121)**	**-**	**-**	**(8.262)**
Em 31 de Dezembro de 2020	**1.777**	**26.582**	**7.320**	**2.275**	**15**	**37.969**

Consolidado (reapresentado)	Licenças de software	Software para Locação	Carteira de clientes	Ágio Incorporação	Marcas e Patentes	Total
Taxa anual de amortização (%)	20%	20%	27%	Indefinido	20%	
Em 31 de dezembro de 2017	3.918	-	-	-	-	3.918
Adições	203	-	-	-	-	203
Adição por incorporação	-	-	15.795	-	-	15.795
Amortização	(1.064)	-	(783)	-	-	(1.847)
Em 31 de dezembro de 2018	3.057	-	15.012	-	-	18.069
Adições	753	-	-	-	2	755
Ágio na aquisição da Munddo (b)	-	-	-	2.275	-	2.275
Amortização	(1.163)	-	(3.571)	-	-	(4.734)
Em 31 de dezembro de 2019	2.647	-	11.441	2.275	2	16.365
Adições	**405**	**29.451**	**-**	**-**	**13**	**29.869**
Amortização	**(1.272)**	**(2.869)**	**(4.121)**	**-**	**-**	**(8.262)**
Em 31 de dezembro de 2020	**1.780**	**26.582**	**7.320**	**2.275**	**15**	**37.972**

(a) Refere-se a compra de ativos com a Axyon Distribuidora Ltda. em montante de R$17.611, líquidos de ajuste a valor presente de (R$1.816), com o único intuito de adquirir o direito exclusivo de 100% dos contratos atuais e futuros dos clientes, e o direito exclusivo de aquisição de produtos de tecnologia da informação e de telecomunicações de determinados fornecedores. (Nota 5.2).

(b) Ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura na aquisição da Munddo (Nota 5.1.1).

12. **Intangível**--Continuação

O ágio adquirido por meio da combinação de negócios (b) é alocado a unidade geradora de caixa Corporativa, que também é um segmento operacional que divulga informações, para teste de redução ao valor recuperável.

A Companhia realizou o teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e considera, entre outros fatores, a relação entre sua capitalização no mercado e seu valor contábil, quando efetua revisão para identificar indicativos de perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia submeteu o ágio ao teste de valor recuperável e não identificou indicativos de perda por redução ao valor recuperável.

O valor recuperável da unidade geradora de caixa no qual o ágio é alocado é de R$2.275 em 31 de dezembro de 2020, e foi apurado com base no cálculo do valor em uso, em vista das projeções de fluxo de caixa com base em orçamentos financeiros aprovados pela Alta Administração durante um período de dez anos. A taxa de desconto antes de tributos aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 8,3%, e o fluxo de caixa referente ao período que extrapola os dez anos considera uma taxa de crescimento de 3,5%.

A principal premissa utilizada no cálculo do valor em uso e sensibilidade refere-se a:

Taxas de desconto

As taxas de desconto representam a avaliação de riscos no atual mercado, específicos a cada unidade geradora de caixa, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia e seus segmentos operacionais, sendo derivado de custos médios de ponderado de capital (WACC). O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento efetuado pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos sujeitos a juros que a Companhia é obrigado a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. Os fatores beta são avaliados anualmente com base nos dados de mercado disponíveis para o público.

13. Adiantamento a fornecedores

	Controladora			Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
		(reapresentado)	**(reapresentado)**		**(reapresentado)**	**(reapresentado)**
Adiantamentos a fornecedores nacionais (a)	**7.894**	6.644	3.099	**9.068**	6.717	3.099
Adiantamentos a fornecedores internacionais (b)	**25.859**	4.297	866	**25.859**	4.297	866
Total	**33.753**	10.941	3.965	**34.927**	11.014	3.965

(a) Referem-se a pagamentos antecipados na aquisição de mercadorias para revenda em território nacional.

(b) Referem-se a pagamentos antecipados na aquisição de mercadorias para revenda em território estrangeiro.

14. Fornecedores

	Controladora			Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
		(reapresentado)	**(reapresentado)**		**(reapresentado)**	**(reapresentado)**
Fornecedores nacionais	**61.500**	44.557	29.166	**66.205**	46.970	29.166
Fornecedores internacionais	**82.869**	45.076	126.602	**82.869**	58.003	126.602
Total	**144.369**	89.633	155.768	**149.074**	104.973	155.768

15. Pessoal, encargos e benefícios sociais

	Controladora			Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
		(reapresentado)	**(reapresentado)**		**(reapresentado)**	**(reapresentado)**
PLR e bônus	**5.738**	4.062	2.977	**5.738**	4.062	2.977
Salários a pagar	**-**	793	817	**-**	793	817
Férias e 13º Salário	**2.153**	1.461	778	**2.153**	1.461	778
INSS a recolher	**711**	609	405	**711**	609	405
FGTS a recolher	**238**	197	128	**238**	197	128
IRRF	**612**	530	326	**612**	530	326
Pro labore a pagar	**-**	155	-	**-**	155	-
Pagamentos baseados em ações	**14.723**	3.299	711	**14.723**	3.299	711
Outros	**23**	27	40	**94**	67	40
Total	**24.198**	11.133	6.182	**24.269**	11.173	6.182

16. Impostos a recolher

	Controladora			Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
		(reapresentado)	**(reapresentado)**		**(reapresentado)**	**(reapresentado)**
IRPJ e CSLL a recolher	**5.428**	2.347	1.827	**6.964**	2.347	1.827
IPI a recolher	**55**	1.513	1.036	**55**	1.513	1.036
ICMS a recolher	**676**	131	871	**676**	131	871
IRRF	**34**	14	4	**34**	14	4
Pis e Cofins a recolher	**-**	-	334	**-**	-	334
Impostos federais (parcelamento)	**467**	499	-	**467**	499	-
Outros	**436**	330	909	**711**	542	909
Total	**7.096**	4.834	4.981	**8.907**	5.046	4.981

17. Receitas diferidas

	Controladora			Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
		(reapresentado)	**(reapresentado)**		**(reapresentado)**	**(reapresentado)**
Receita diferidas contratos de locação (a)	**7.982**	23.048	93.350	**7.982**	23.048	93.350
Total	**7.982**	23.048	93.350	**7.982**	23.048	93.350
Circulante	**7.545**	15.066	22.398	**7.545**	15.066	22.398
Não circulante	**437**	7.982	70.952	**437**	7.982	70.952

(a) Receita diferida de locação de arrendamento mercantil operacional, proveniente de contratos de locação de ativos para os quais o prazo de recebimento é inferior ao prazo de locação, que será reconhecida no resultado, conforme demonstrado na nota 7.

18. Empréstimos, financiamentos e debêntures

18.1. Empréstimos gerais

A composição da posição de empréstimos, financiamentos e debentures contraídos pela Companhia e vigentes na data de encerramento destas demonstrações financeiras está apresentada a seguir:

18. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

18.1. Empréstimos gerais--Continuação

a) Empréstimos em moeda nacional

							Controladora e Consolidado					
							2020		2019		2018	
Instituição Financeira	Encargos Anuais	Vencimento	Modalidade	Indexador	Garantia	Covenants	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Banco Banco do Brasil	4,99% a 5,59%	out/24	Capital de Giro	CDI	Imóvel Duplicatas	18.2 (d)	**26.190**	**33.011**	27.636	23.667	16.722	29.685
Banco BNDES	11,59%	dez/23	Capital de Giro	IPCA	Aval/Duplicatas	-	**13.333**	**26.972**	-	40.210	-	-
Banco BTG	5,17%	ago/23	Capital de Giro	CDI	Duplicatas	18.2 (a)	**13.333**	**66.698**	32.000	48.334	-	-
Banco CCB	6,30%	set/23	Capital de Giro	CDI	Duplicatas	-	**6.667**	**11.677**	-	-	-	-
Banco CEF S.A	4,43%	fev/23	Capital de Giro	CDI	Duplicatas	-	**9.091**	**10.613**	2.542	1.491	2.555	4.036
Banco Daycoval	14,57%	ago/21	Capital de Giro	CDI	Duplicatas	-	**1.094**	**164**	1.875	1.277	2.031	3.180
Banco Santander	4,50% a 14,96%	mar/23	Capital de Giro	CDI	Aval/ Duplicatas	-	**27.250**	**14.380**	18.972	13.833	4.707	7.451
Banco Votorantim	4,70% a 7,60%	mar/24	Capital de Giro	CDI	Duplicatas	-	**16.144**	**26.670**	3.871	4.772	-	-
							113.102	**190.185**	86.896	133.584	26.015	44.352

b) Empréstimos em moeda estrangeira

							Controladora e Consolidado					
							2020		2019		2018	
Instituição Financeira	Encargos Anuais	Vencimento	Modalidade	Indexador	Garantia	Covenants	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Banco ABC Brasil	5,06% a 5,20%	set/22	Capital de Giro	CDI	Aval Duplicatas	-	**24.011**	**12.609**	6.727	28.604	5.187	5.391
Banco BBM Bocom	5,48% a 6,50%	mar/24	Finimp	CDI	Duplicatas	-	**14.449**	**11.962**	660	13.288	8.317	-
Banco Citi	2,00% a 5,50%	nov/24	Capital de Giro	LIBOR	Duplicatas	18.2 (b)	**23.811**	**27.570**	15.117	24.410	-	-
							62.271	**52.141**	22.504	66.302	13.504	5.391

18. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

18.1. Empréstimos gerais--Continuação

c) Debêntures

							Controladora e Consolidado					
							2020		2019		2018	
Instituição Financeira	Encargos Anuais	Vencimento	Modalidade	Indexador	Garantia	Covenants	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Banco Itaú	3,50%	nov/22	Debêntures	CDI	Duplicatas	18.2 (c)	**18.543**	**18.359**	8.318	40.083	4.860	1.946
Banco Itaú Asset	5,00%	nov/24	Debêntures	CDI	Duplicatas	18.2 (c)	**1.111**	**38.927**	-	-	-	-
Banco Bradesco S.A	5,00%	nov/24	Debêntures	CDI	Duplicatas	18.2 (c)	**834**	**29.196**	-	-	-	-
							20.488	**86.482**	8.318	40.083	4.860	1.946

	2020	2019	2018
Circulante	**195.861**	117.718	44.379
Não circulante	**328.808**	239.969	51.689

18. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

18.1. Empréstimos gerais--Continuação

c) Debêntures--Continuação

A movimentação está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	45.138
Novas Dívidas	81.170
Encargos financeiros	4.450
Pagamento de juros	(2.081)
Pagamento de principal	(32.609)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	96.068
Novas Dívidas	325.446
Encargos financeiros	24.106
Pagamento de juros	(22.628)
Pagamento de principal	(65.305)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	357.687
Novas Dívidas	**280.989**
Encargos financeiros	**50.288**
Pagamento de juros	**(47.051)**
Pagamento de principal	**(117.244)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**524.669**

18.2. Cláusulas restritivas (*covenants*)

A Companhia possui cláusulas restritivas em empréstimos, financiamentos e debêntures que restringem a habilidade na tomada de determinadas ações, e podem requerer o vencimento antecipado ou o refinanciamento das dívidas se a Companhia não cumprir com estas cláusulas restritivas.

Os índices e os montantes mínimos e máximos requeridos por essas cláusulas restritivas em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 estão apresentados a seguir:

18. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

18.2. Cláusulas restritivas (*covenants*)--Continuação

a) Banco BTG Pactual S.A. (i) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA (covenants) da Companhia precisa ser inferior ou igual a 2,50 vezes em 31 de dezembro de 2020. (ii) A relação entre EBITDA e Despesas Financeiras Líquidas (covenants) da Companhia precisa ser superior ou igual a 3,00 vezes em 31 de dezembro de 2020.

b) Citibank, N.A. (i) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA (covenants) da Companhia precisa ser inferior ou igual a 2,75 vezes em 31 de dezembro de 2020.

c) Debentures 1ª Emissão

   (i) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA (*covenants*) da Companhia precisa ser inferior ou igual a 2,50 vezes em 31 de dezembro de 2020.

   (ii) A relação entre EBITDA e Despesas Financeiras Líquidas (*covenants*) da Companhia precisa ser superior ou igual a 3,00 vezes em 31 de dezembro de 2020.

d) Banco do Brasil (contrato 333.602.663) (i) A relação entre dívida líquida e o EBITDA (*covenants*) da Companhia precisa ser inferior a 3,00 vezes em 31 de dezembro de 2020 (ii) A relação entre EBITDA e resultado financeiro (*covenants*) da Companhia precisa ser superior ou igual a 1,50 vezes em 31 de dezembro de 2020.

   Em 31 de dezembro de 2020, 2019, 2018 todos os índices financeiros acima foram cumpridos.

19. Arrendamentos mercantis

	Controladora e Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**
Ativo			
Direito de uso do ativo	**5.313**	4.452	-
Total	**5.313**	4.452	-
Passivo			
Arrendamento de imóveis	**5.431**	4.509	-
Arrendamento de equipamentos	**-**	-	-
Total	**5.431**	4.509	-
Passivo circulante	**2.650**	1.885	-
Passivo não circulante	**2.781**	2.624	-

As movimentações dos ativos de direito de uso no exercício são como segue:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Adoção inicial IFRS 16	3.200
Ingressos	2.938
Depreciação	(1.686)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.452
Ingressos	**3.720**
Depreciação	**(2.859)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**5.313**

As movimentações dos passivos de arrendamento no exercício são como segue:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Adoção inicial IFRS 16	3.200
Ingressos	2.938
Encargos	171
Pagamentos	(1.800)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.509
Ingressos	**3.720**
Encargos	**329**
Pagamentos	**(3.127)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**5.431**

19. Arrendamentos mercantis--Continuação

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento são como segue:

	2020
2021	2.650
2022	2.174
2023	394
2024	213
	5.431

No reconhecimento inicial, para determinação do valor justo de arrendamento, aplicou-se a taxa de desconto nominal aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o prazo médio dos arrendamentos era de 30 meses.

20. Outras obrigações

	Controladora			Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
		(reapresentado)	**(reapresentado)**		**(reapresentado)**	**(reapresentado)**
Contas a pagar por aquisição dos ativos da Axyon (a)	**6.774**	11.519	15.492	**6.774**	11.519	15.492
Adiantamento de cliente	**27.319**	5.834	5.059	**27.319**	5.874	5.059
Venda para entrega futura (b)	**9.980**	8.287	619	**9.980**	8.287	619
Outros	**872**	1.246	981	**1.152**	1.782	981
Total	**44.945**	26.886	22.151	**45.225**	26.925	22.151
Circulante	**44.945**	22.055	11.830	**45.225**	22.094	11.830
Não circulante	**-**	4.831	10.321	**-**	4.831	10.321

(a) Refere-se a compra de ativos com da Axyon Distribuidora Ltda. com o único intuito de adquirir o direito exclusivo de 100% dos contratos atuais e futuros dos clientes, e o direito exclusivo de aquisição de produtos de tecnologia da informação e de telecomunicações de determinados fornecedores (Nota 5.2).

(b) O saldo dessa conta e composto em sua totalidade por notas de simples faturamento, que aguardam a definição do cliente sobre o destino da mercadoria (produtos de energia solar). Quando destinada, é gerada a nota de venda futura e reconhecida a receita.

21. Provisões para demandas judiciais

Contingências classificadas como perdas prováveis

	Controladora e Consolidado			
	Trabalhistas	**Tributárias**	**Cíveis**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2017	413	369	-	782
Ingressos	-	-	97	97
Baixas	(364)	(224)	-	(588)
Atualização monetária	18	55	-	73
Em 31 de dezembro de 2018	67	200	97	364
Ingressos	-	412	-	412
Pagamento	(67)	(56)	(97)	(220)
Em 31 de dezembro de 2019	**-**	**556**	**-**	**556**
Ingressos	**-**	**364**	**-**	**364**
Baixas	**-**	**(441)**	**-**	**(441)**
Em 31 de dezembro de 2020	**-**	**479**	**-**	**479**

A Companhia está envolvida em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos tributários e cíveis.

A Companhia classifica os riscos de perda nos processos legais como “prováveis”, “possíveis” ou “remotos”. A provisão registrada em relação à tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, constituída de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

Tributárias

A Companhia possui discussões judiciais junto a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) por possíveis produtos em descumprimento ao que determina a agência reguladora. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2020 é de R$479 (R$556 em 31 de dezembro de 2019 e R$200 em 31 de dezembro de 2018).

21. Provisões para demandas judiciais--Continuação

Contingências classificadas como perdas possíveis

	Controladora e Consolidado			
	Trabalhistas	**Tributárias**	**Cíveis**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2017	-	1.298	52	1.350
Ingressos	-	-	97	97
Baixas	-	-	-	-
Atualização monetária	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2018	-	1.298	149	1.447
Ingressos	-	74	-	74
Baixas	-	-	-	-
Atualização monetária	-	28	-	28
Em 31 de dezembro de 2019	-	1.400	149	1.549
Ingressos	**51**	**110**	**208**	**369**
Baixas	**-**	**(109)**	**(142)**	**(251)**
Atualização monetária	**-**	**8**	**-**	**8**
Em 31 de dezembro de 2020	**51**	**1.409**	**216**	**1.675**

Tributárias

A Companhia possui em julgamento processo de manifestação de inconformidade e protocolo de petição requerendo suspensão de exigibilidade com base no enquadramento ao parcelamento especial (pert). Em 31 de dezembro de 2020, os valores de processos classificados como de perda possível totalizavam R$1.409 (R$1.400 em 31 de dezembro de 2019 e R$1.298 em 31 de dezembro de 2018).

22. Pagamentos baseados em ações

Em 17 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o plano de remuneração variável baseado em ações, indicando profissionais-chave para participar do plano e a quantidade total a ser distribuída. O plano é classificado como de liquidação em caixa.

22. Pagamentos baseados em ações--Continuação

O período de *vesting* do Plano é de quatro anos, contados a partir da entrada do fundo 2B Capital como acionista da Companhia em abril de 2017, ou a data de admissão do profissional, prevalecendo a data que for mais recente (data inicial).

O período de *vesting* é determinado da seguinte forma:

Período de Vesting	18 meses	24 meses	36 meses	48 meses	Total
Percentual de Remuneração Variável	25,0%	50,0%	75,0%	100,0%	**100,0%**
				Total	**100,0%**

O contrato prevê que o beneficiário adquire direito de receber uma remuneração variável bruta com a passagem do tempo (vesting period) a ser calculada por meio da aplicação de um percentual (a depender do beneficiário), sobre o valor positivo obtido a partir da subtração do valor das ações da Companhia no referido Evento de Liquidez pelo valor da ação da data inicial, de acordo com a seguinte fórmula:

$$Valor\ da\ Remuneração\ Variável = Percentual\ da\ Remuneração\ Variável\ \ (a\ depender\ do\ beneficiário) \times (Valor\ de\ Avaliação\ da\ Companhia\ na\ data\ inicial)$$

Define-se como evento de liquidez a alienação a terceiros não acionistas de ações representativas de pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais uma ação do capital social da Companhia. O valor base por ação na data da outorga é atualizado pela variação do IPCA/IBGE desde a data da outorga até a data do evento de liquidez, multiplicado pelo número total de ações de emissão da Companhia nesta mesma data.

Considerando que o Evento de Liquidez não se concretizou na data base de 31 de dezembro de 2020, nenhum direito foi exercido ou liquidação efetuada.

22. Pagamentos baseados em ações--Continuação

Como a liquidação ocorrerá por meio de caixa, o passivo deverá ser mensurado pelo valor justo ao término de cada período de reporte, até a sua liquidação, sendo que quaisquer mudanças no valor justo devem ser reconhecidas no resultado do exercício. O valor justo das ações deve ser mensurado pelo preço de mercado das ações da Companhia (ou preço de mercado estimado, se as ações não forem negociadas publicamente), ajustado pelos termos e condições sob os quais as ações foram outorgadas.

No caso da Companhia, em decorrência de as ações outorgadas estarem sujeitas a termos e condições que não são aplicáveis às ações negociadas no mercado (não observáveis), o valor justo das ações deve ser determinado pela aplicação de modelo de precificação de opções, que estima a que preço os respectivos instrumentos patrimoniais poderiam ser negociados, na data da mensuração, em uma transação entre partes conhecedoras do assunto e dispostas a negociar. A técnica de avaliação deve ser consistente com as metodologias de avaliação generalizadamente aceitas para precificar instrumentos financeiros. Neste sentido, a Companhia aplicou o modelo de precificação de opções “múltiplo do EBITDA”, que considera a premissa de valor histórico do equity e expectativa atual baseada nas informações observáveis do mercado (nível 2) o, e os termos e condições sob os quais os direitos sobre a valorização de ações foram outorgados. O passivo com pagamento baseados em ações é divulgado na nota 15. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu despesas com remuneração baseada em ações no montante de R$11.424 (R$2.588 e R$711 em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente).

23. Patrimônio líquido

23.1. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 é de R$86.666, totalmente subscrito e integralizado representado por ações sem valor nominal.

A composição acionária em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 é como segue:

	Ações ordinárias	
Acionista	**Quantidade (mil)**	**%**
Vanderlei Rigatieri Junior	45.815	51,1%
2B Capital - Brasil Capital de Crescimento	38.678	43,2%
Francisco Sérgio Day de Toledo	5.091	5,7%
Total de ações	**89.584**	**100,0%**

Não ocorreram no período fatos que tenham modificado a composição acionaria da companhia.

23. Patrimônio líquido--Continuação

23.2. Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o art. 193 da Lei no 6.404/76, até o limite de 20% do capital. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia constituiu reserva de R$3.529, em 2019 reserva de R$1.056 e em 2018 reserva de R$1.403.

23.3. Dividendos

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/1976. Demonstramos a seguir o cálculo de dividendos deliberados para o exercício de 2020:

	2020	**2019**	**2018**
		(reapresentado)	**(reapresentado)**
Lucro líquido do exercício	**70.587**	19.977	28.057
Reserva de Subvenção	**(7.435)**	(880)	(1.201)
Apropriação da reserva legal	**(3.529)**	(1.056)	(1.403)
Total	**59.623**	18.041	25.453
Lucro líquido ajustado	**59.623**	18.041	25.453
Destinação			
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**(14.906)**	(4.798)	(6.363)
Dividendos adicionais	**-**	-	(212)
Reserva de retenção de lucros	**(14.901)**	-	-
Absorção de prejuízos acumulados	**29.816**	13.243	18.878

23.4. Reserva para subvenção de investimentos

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia a possui um saldo no montante de R$11.961 referente ao incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda até o ano calendário de 2024 despacho decisório da Receita Federal nº 129/2015, calculados com base no lucro da exploração, relativamente a Fabricação e Montagem de Equipamentos de Comunicação e Segurança. O resultado obtido com este benefício fiscal é reconhecido como receita ou redução de despesas no resultado do período e transferido para conta de reserva de subvenção no patrimônio líquido. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o benefício total obtido foi de R$7.435 (R$880 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e R$1.201 em 2018).

23. Patrimônio líquido--Continuação

23.5. Reserva de ágio na subscrição de ações

Em 17 de abril de 2017 foi aprovado o aumento de capital, no valor de R$30.000 com emissão de 28.036.726 ações ordinárias, totalmente subscrito pela 2B Capital, nos termos do boletim de subscrição pelo preço de R$40.000, sendo que do preço total de emissão de ações, R$30.000 são destinados a formação do capital social e o saldo, no valor de R$10.000 é destinado a conta de reserva de capital a título de ágio na subscrição de ações.

23.6. Reserva de retenção de lucros

A Companhia constituiu Reserva de retenção de lucros sobre o montante do lucro líquido do exercício não distribuído nos termos do § 4º (Artigo 202 da Lei nº 6.404), e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia. Os lucros não destinados nos termos dos arts. 193 a 197 deverão ser distribuídos como dividendos.

23.7. Lucro por Ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o exercício, conforme demonstrado abaixo:

	2020	2019 (reapresentado)	2018 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	**70.587**	19.977	28.057
Média ponderada das ações em circulação (em milhares) (a)	**44.792**	44.792	44.792
Lucro básico por ação (em reais)	1,5758	0,4460	0,6264

A Companhia não possui nenhum instrumento que tem efeito diluidor. Desta forma, o lucro diluído por ações é equivalente ao lucro por ação básico.

(a) Em conexão com Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de fevereiro de 2021, foi aprovado o grupamento de ações passando o capital social a ser representado por 44.792 mil ações. Desta forma, a média ponderada das ações em circulação foi ajustada e está refletindo os efeitos do grupamento de ações para todos os exercícios apresentados. Vide Nota 33.

24. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora			Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
		(reapresentado)	**(reapresentado)**		**(reapresentado)**	**(reapresentado)**
Lucro antes dos tributos	**90.948**	20.357	34.856	**91.280**	20.447	34.856
Despesa referente ao IRPJ e CS sobre o lucro a alíquota de 34%	**(30.922)**	(6.921)	(11.851)	**(31.035)**	(6.952)	(11.851)
				-		-
Adições / (Exclusões) sobre as Diferenças Permanentes:				**-**		-
Despesas Indedutíveis	**(1.093)**	(158)	(3.877)	**(1.093)**	(158)	(3.877)
Apropriação das receitas diferidas (MAXBr)	**3.595**	5.728	7.057	**3.595**	5.728	7.057
Outros (AVP, equivalência patrimonial e outros)	**24**	24	499	**(195)**	(35)	499
Benefícios Fiscais (SUDENE/PAT)	**8.035**	947	1.373	**8.035**	947	1.373
IR/CS TOTAL	**(20.361)**	(380)	(6.799)	**(20.693)**	(470)	(6.799)
					-	-
Imposto de Renda corrente e Contribuição social	**(25.982)**	(1.767)	(5.018)	**(26.314)**	(1.857)	(5.018)
Imposto de Renda diferido e contribuição social diferido	**5.621**	1.387	(1.781)	**5.621**	1.387	(1.781)
						-
Alíquota Efetiva do IR/CS	**-22,39%**	-1,87%	-19,51%	**-22,67%**	-2,30%	-19,51%

25. Transações e saldos com partes relacionadas

Remuneração dos Administradores e partes relacionadas

O montante de remuneração pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários foram registradas nas rubricas de despesas gerais e administrativas. O pagamento baseado em ações encontra-se em aberto, registrados na rubrica de Pessoal, Encargos e benefícios sociais

	Controladora e Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**
Remuneração da diretoria executiva (fixa)	**2.984**	2.860	2.225
Bônus por desempenho (variável)	**1.744**	1.641	1.298
Remuneração baseada em ações	**2.982**	673	-
Total	**7.710**	5.174	3.523

25. Transações e saldos com partes relacionadas--Continuação

Remuneração dos Administradores e partes relacionadas--Continuação

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

Transações com partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas decorrem de transações com empresas relacionadas com a Companhia, as quais foram realizadas em preços e condições negociados entre as partes, são como segue:

	Controladora		
	2020	**2019**	**2018**
Ativo			
Mútuo partes relacionadas – Colômbia (a)	**3.991**	537	-
Total	**3.991**	537	-

	Controladora		
	2020	**2019**	**2018**
Passivo			
Mútuo com Acionista (b)	**-**	-	4.701
Remuneração Avalistas (c)	**309**		-
Total	**309**	-	4.701

	Controladora		
	2020	**2019**	**2018**
Resultado			
Despesa com mútuo - Acionista (b)	**-**	-	201
Remuneração Avalistas (c)	**4.148**	-	-
Total	**4.148**	-	201

(a) Contrato de mútuo com partes relacionadas efetuados na subsidiária Colômbia.

(b) Contrato de mútuo com partes relacionadas Vanderlei Rigatieri Junior

(c) Contrato dos diretores Vanderlei Rigatieri e Francisco Sergio Day Toledo, como garantidores/Avalistas de obrigações assumidas pela companhia.

Além das transações listados acima, a Companhia possui:

(b) Contrato de locação com partes relacionadas junto a PDV Industrialização de Equipamentos Eletrônicos Ltda:

25. Transações e saldos com partes relacionadas--Continuação

Transações com partes relacionadas--Continuação

	2020			2019			2018	
Modalidade	**Ativo**	**Passivo**	**Resultado**	**Ativo**	**Passivo**	**Resultado**	**Passivo**	**Resultado**
Locação Imóvel	**557**	**600**	**480**	878	945	420	768	384
Locação Empilhadeira	**112**	**117**	**117**	-	-	116	-	39
	669	**717**	**597**	878	945	536	768	423

As locações não possuem previsão contratual para aplicação de juros, sendo reajustados apenas nas renovações ou mediante aditivos. As transações são realizadas em condições acordadas entre as partes. Os contratos estão abrangidos pela norma IFRS 16, e portanto, os montantes são apresentados nas rubricas de Arrendamentos Mercantis e Direito de uso (nota 19). A PDV não é consolidada na Companhia.

(c) Transações de compra e venda de produtos e adiantamento em caixa entre a Livetech e sua controlada Livetech Panama:

	Controladora		
	2020	**2019**	**2018**
Ativo			
Adiantamento a Fornecedores	**12.885**	-	-
Passivo	**-**	-	-
Fornecedores	**17.180**	-	-

Os montantes acima são apresentados líquidos nas demonstrações financeiras.

26. Receita de contrato com cliente

	Controladora			Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
Receita bruta de vendas	**595.683**	439.815	339.496	**608.975**	442.831	339.496
Receita bruta de locação	**255.427**	185.165	102.997	**255.427**	185.165	102.997
Receita bruta	**851.110**	624.980	442.493	**864.402**	627.996	442.493
(-) Impostos sobre o faturamento	**(133.703)**	(107.844)	(62.348)	**(133.794)**	(107.846)	(62.348)
(-) Devoluções	**(12.542)**	(13.574)	(8.609)	**(12.563)**	(13.575)	(8.609)
Receita líquida	**704.865**	503.562	371.536	**718.045**	506.575	371.536

27. Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas

	Controladora			Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
Custo de Mercadorias Vendidas	**(361.993)**	(285.082)	(214.726)	**(371.681)**	(287.383)	(214.726)
Custos com Depreciação	**(84.613)**	(57.617)	(35.088)	**(84.614)**	(57.617)	(35.088)
Custos de Importação e Frete	**(12.958)**	(14.138)	(8.110)	**(12.958)**	(14.138)	(8.110)
Custos com Pessoal	**(3.371)**	(6.110)	(4.197)	**(3.371)**	(6.110)	(4.197)
Provisão de Obsolescência de Estoques	**(4.093)**	(6.775)	(1.066)	**(4.093)**	(6.775)	(1.066)
Serviços Prestados Pessoa Jurídica	**(996)**	(521)	(207)	**(996)**	(521)	(207)
Outros custos	**(1.331)**	(338)	(2.111)	**(1.334)**	(383)	(2.111)
Custos Totais	**(469.355)**	(370.581)	(265.505)	**(479.047)**	(372.927)	(265.505)

28. Despesas por natureza

	Controladora			Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
Pessoal	**(52.696)**	(34.978)	(22.164)	**(53.023)**	(35.052)	(22.164)
Frete e Armazenagem	**(18.282)**	(10.963)	(7.360)	**(18.743)**	(10.972)	(7.360)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	**(14.675)**	(5.612)	(3.091)	**(14.675)**	(5.612)	(3.091)
Marketing e Publicidade	**(892)**	(5.143)	(2.489)	**(892)**	(5.143)	(2.489)
Representação Comercial	**(6.414)**	(3.651)	(1.760)	**(6.417)**	(3.654)	(1.760)
Viagens e Estadias	**(688)**	(1.710)	(858)	**(688)**	(1.710)	(858)
Despesas Tributárias	**2.178**	(634)	(4.485)	**2.178**	(634)	(4.485)
Serviços Prestados Pessoa Jurídica	**(5.545)**	(4.767)	(2.871)	**(5.942)**	(4.967)	(2.871)
Depreciação e Amortização	**(11.787)**	(7.669)	(2.403)	**(11.803)**	(7.670)	(2.403)
Conservação e reparo	**(1.603)**	(1.816)	(1.073)	**(1.603)**	(1.816)	(1.073)
Despesas de consumo	**(2.243)**	(2.743)	(2.631)	**(3.500)**	(3.186)	(2.631)
Outras despesas	**(595)**	(236)	(1.408)	**(595)**	(236)	(1.408)
Despesas Operacionais	**(113.242)**	(79.922)	(52.593)	**(115.703)**	(80.652)	(52.593)
Despesas com pessoal	**(52.696)**	(34.978)	(22.164)	**(53.023)**	(35.052)	(22.164)
Despesas comerciais	**(40.951)**	(27.079)	(15.558)	**(41.415)**	(27.091)	(15.558)
Despesas administrativas	**(15.154)**	(13.070)	(9.759)	**(15.567)**	(13.271)	(9.759)
Outras despesas operacionais	**(4.441)**	(4.795)	(5.112)	**(5.698)**	(5.238)	(5.112)

29. Resultado financeiro

	Controladora			Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
Receitas financeiras	**51.020**	15.226	11.712	**51.301**	15.326	11.712
Variação cambial	**25.132**	8.959	7.394	**25.413**	9.059	7.394
Ajustes a valor justo de instrumentos derivativos	**16.575**	621	-	**16.575**	621	-
Juros ativos	**8.723**	4.912	3.076	**8.723**	4.912	3.076
Rendimentos de investimentos de curto prazo	**265**	130		**265**	130	
Outras receitas financeiras	**325**	604	1.242	**325**	604	1.242
						-
Despesas financeiras	**(83.265)**	(47.864)	(30.294)	**(83.316)**	(47.875)	(30.294)
Variação cambial	**(21.300)**	(16.314)	(16.532)	**(21.351)**	(16.321)	(16.532)
Ajustes a valor justo de instrumentos derivativos	**-**	-	(2.986)	**-**	-	(2.986)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debentures	**(50.288)**	(24.106)	(4.450)	**(50.288)**	(24.106)	(4.450)
Remuneração avalistas	**(4.148)**	-	-	**(4.148)**	-	-
Descontos concedidos	**(866)**	(880)	(1.749)	**(866)**	(880)	(1.749)
Encargos sobre duplicatas descontadas	**-**	(244)	(1.162)	**-**	(244)	(1.162)
IOF e IR sobre empréstimos	**(4.435)**	(5.618)	(2.228)	**(4.435)**	(5.618)	(2.228)
Despesas bancárias	**(1.263)**	(531)	(908)	**(1.263)**	(535)	(908)
Outras despesas financeiras	**(965)**	(171)	(279)	**(965)**	(171)	(279)
						-
Resultado Financeiro	**(32.245)**	(32.638)	(18.582)	**(32.015)**	(32.549)	(18.582)

30. Gestão dos riscos e valorização dos instrumentos financeiros

a) Considerações sobre riscos

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber e notas de crédito) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras.

Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade em conta corrente disponíveis para utilização imediata através de contas garantidas, empréstimos bancários derivativos e mútuos com partes relacionadas.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Companhia possui empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras para fazer frente às necessidades de caixa para investimentos e crescimento. Em decorrência dessas transações, a Companhia está exposta ao risco de dívidas referenciadas em CDI.

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia). A Companhia gerencia seu risco de câmbio por meio de transações de compras de mercadorias com fornecedores estrangeiros, as quais se espera que ocorram dentro do período de 12 meses desde a realização da compra até a quitação da invoice do fornecedor.

30. Gestão dos riscos e valorização dos instrumentos financeiros--Continuação

b) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo.
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. Quando aplicável, os avaliadores externos serão envolvidos na avaliação de ativos e passivos significativos.

30. Gestão dos riscos e valorização dos instrumentos financeiros--Continuação

b) Mensuração do valor justo--Continuação

O envolvimento de avaliadores externos é decidido anualmente pela administração, após discussão com a administração e respectiva aprovação dela recebida. Os critérios de seleção incluem conhecimentos de mercado, reputação, independência e verificação se as normas profissionais são cumpridas. Normalmente, há rodízio de avaliadores a cada três anos. A administração decide, após discussão com os avaliadores externos da Companhia, que técnicas de avaliação e informações são utilizadas em cada caso.

Em cada data de reporte, a administração analisa as movimentações nos valores dos ativos e passivos que devem ser mensurados ou reavaliados de acordo com as políticas contábeis da Companhia. Para fins desta análise, a administração confirma as principais informações utilizadas na última avaliação, confrontando as informações constantes no cálculo da avaliação com os contratos e demais documentos relevantes.

A administração, em conjunto com os avaliadores externos da Companhia também comparam cada movimentação no valor justo de cada ativo e passivo com as respectivas fontes externas com o objetivo de determinar se a movimentação é aceitável.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, bem como seus respectivos valores de mercado, estão divulgados a seguir:

30. Gestão dos riscos e valorização dos instrumentos financeiros--Continuação

b) Mensuração do valor justo--Continuação

	Hierarquia de valor justo	Classificação	Valor contábil 2020	Valor contábil 2019	Valor contábil 2018	Valor justo 2020	Valor justo 2019	Valor justo 2018
Ativo (Circulante e não circulante)								
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	Custo amortizado	**37.785**	28.228	4.419	**37.785**	28.228	4.419
Investimentos de curto prazo	Nível 1	Custo amortizado	**52.046**	4.130	-	**52.046**	4.130	-
Contas a receber, líquidas	Nível 2	Custo amortizado	**206.171**	123.194	123.914	**206.171**	123.194	123.914
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	Valor justo por meio do resultado	**14.210**	366	-	**14.210**	366	-
Total			**310.212**	155.918	128.333	**310.212**	155.918	128.333
Passivo (Circulante e não circulante)								
Fornecedores	Nível 2	Custo amortizado	**149.074**	104.973	155.768	**149.074**	104.973	155.768
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	Custo amortizado	**524.669**	357.687	96.068	**524.669**	357.687	96.068
Duplicatas descontadas	Nível 2	Custo amortizado	**-**	-	25.527	**-**	-	25.527
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	Valor justo por meio do resultado	**-**	2.731	2.986	**-**	2.731	2.986
Arrendamentos mercantis	Nível 2	Custo amortizado	**5.431**	4.509	-	**5.431**	4.509	-
Partes relacionadas	Nível 2	Custo amortizado	**309**	-	4.701	**309**	-	4.701
Outras obrigações	Nível 2	Custo amortizado	**45.225**	26.925	22.151	**45.225**	26.925	22.151
Total			**724.708**	496.825	307.201	**724.708**	496.825	307.201

30. Gestão dos riscos e valorização dos instrumentos financeiros--Continuação

b) Mensuração do valor justo--Continuação

Os objetivos da Companhia e sua controlada ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

b.1) *Exposição ao risco de moeda estrangeira*

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas operações de derivativos (swap) que consistem em converter para US$ o fluxo de caixa de certas dívidas em R$ referentes a contratos de empréstimos e financiamentos, com taxas indexadas principalmente ao CDI. Basicamente, o Swap prevê um acordo para duas partes trocarem o risco de uma posição ativa (credora), ou passiva (devedora), em data futura, conforme critérios preestabelecidos. Nestas operações de Swap, a Companhia paga taxas fixas em US$ e recebe remuneração em R$ atrelada às taxas de juros das dívidas protegidas. A taxa média de câmbio considerada para o dólar na data base de 31 de dezembro de 2020 foi obtida na Bloomberg, no valor de R$4,03.

		2020		
		Valor justo		
Contratos	**Valor referência**	**Ajuste a receber**	**Ajuste a pagar**	**Posição líquida**
SWAP (cambial)	**65.035**	**58.925**	**(44.715)**	**14.210**
		Ativo		**14.210**
		Passivo		**-**
		Circulante		**8.088**
		Não circulante		**6.122**

		2019		
		Valor justo		
Contratos	**Valor referência**	**Ajuste a receber**	**Ajuste a pagar**	**Posição líquida**
SWAP (cambial)	88.807	62.164	(64.529)	(2.365)
		Ativo	-	366
		Passivo	-	(2.731)

30. Gestão dos riscos e valorização dos instrumentos financeiros--Continuação

b) Mensuração do valor justo--Continuação

b.1) *Exposição ao risco de moeda estrangeira*--Continuação

		2018		
		Valor justo		
Contratos	Valor referência	Ajuste a receber	Ajuste a pagar	Posição líquida
SWAP (Cambial)	52.324	51.829	54.814	(2.986)
		Ativo	-	-
		Passivo	-	(2.986)

c) Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	Consolidado							
	Em 31 de dezembro de 2019	Pagamento dividendos	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Variação cambial e/ou juros passivos	Novos contratos de dívida	Dividendo mínimo obrigatório	Em 31 de dezembro de 2020
Empréstimos, financiamentos e debêntures	357.687	**-**	**(117.244)**	**(47.051)**	**50.288**	**280.989**	**-**	**524.669**
Dividendos a pagar	4.896	**(4.798)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**14.906**	**15.006**
Capital social	86.666	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**86.666**

	Consolidado							
	Em 31 de dezembro de 2018	Pagamento dividendos	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Variação cambial e/ou juros passivos	Novos contratos de dívida	Dividendo mínimo obrigatório	Em 31 de dezembro de 2019
Empréstimos, financiamentos e debêntures	96.068	-	(65.305)	(22.628)	24.106	325.446	-	357.687
Dividendos a pagar	6.575	(6.477)	(6.477)	-	-	-	4.798	4.896
Duplicatas descontadas	25.527	-	(25.527)	-	-	-	-	-
Capital social	86.666	-	-	-	-	-	-	86.666

30. Gestão dos riscos e valorização dos instrumentos financeiros--Continuação

c) Mudanças nos passivos de atividades de financiamento--Continuação

	Consolidado							
	Em 31 de dezembro de 2017	**Pagamento dividendos**	**Pagamento de principal**	**Pagamento de juros**	**Variação cambial e/ou juros passivos**	**Novos contratos de dívida**	**Dividendo mínimo obrigatório**	**Em 31 de dezembro de 2018**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	45.138	-	(32.609)	(2.081)	4.450	81.170	-	96.068
Dividendos a pagar	1.783	(1.783)	-	-	-	-	6.575	6.575
Duplicatas descontadas	6.407	-	-	-	-	-	19.120	25.527
Capital social	86.666	-	-	-	-	-	-	86.666

d) Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas contas correntes em moeda estrangeira, equivalentes de caixa e empréstimos e financiamentos bem como as operações com risco na taxa de juros classificados em equivalentes de caixa, debêntures e empréstimos, aos quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos três cenários diferentes.

Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras (Banco Central), foi obtida a projeção da moeda estrangeira, CDI e Libor para cada uma das transações analisadas, sendo este definido como cenário provável (cenário 1); a partir deste, foram calculadas variações de 25% (cenário 2) e 50% (cenário 3). Para cada cenário foi apresentado a seguir o novo saldo contábil considerando a taxa de stress:

30. Gestão dos riscos e valorização dos instrumentos financeiros--Continuação

d) Análise de sensibilidade--Continuação

Consolidado (Valores em R$/mil)			Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
Aplicações Financeiras - Consolidado	**Taxa de Juros**	**Posição em 2020**	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário Provável**	**Cenário III**	**Cenário IV**
			-50%	**-25%**	**2,75%**	**25%**	**50%**
Caixa e Equivalentes de caixa e Investimentos de curto prazo	CDI	**89.831**	1.235	1.853	2.470	3.088	3.706
Empréstimos, financiamentos e debêntures:							
Banco do Brasil	CDI	**(59.201)**	(1.182)	(1.773)	(2.365)	(2.956)	(3.547)
Banco BNDES	IPCA	**(40.305)**	(2.238)	(3.357)	(4.476)	(5.595)	(6.714)
Banco BTG	CDI	**(80.031)**	(1.254)	(1.881)	(2.508)	(3.135)	(3.763)
Banco CCB	CDI	**(18.344)**	(166)	(248)	(331)	(414)	(497)
Banco CEF S.A	CDI	**(19.705)**	(1.288)	(1.931)	(2.575)	(3.219)	(3.863)
Banco Daycoval	CDI	**(1.258)**	(91)	(137)	(183)	(228)	(274)
Banco Itaú Unibanco	CDI	**(36.902)**	(1.469)	(2.204)	(2.939)	(3.674)	(4.408)
Banco Itaú Asset	CDI	**(40.038)**	(776)	(1.163)	(1.551)	(1.939)	(2.327)
Banco Bradesco	CDI	**(30.030)**	(198)	(297)	(396)	(495)	(594)
Banco Santander	CDI	**(41.630)**	(1.991)	(2.987)	(3.983)	(4.979)	(5.974)
Banco Votorantim	CDI	**(42.814)**	(731)	(1.096)	(1.461)	(1.827)	(2.192)
Banco ABC Brasil	CDI	**(36.620)**	(1.033)	(1.549)	(2.066)	(2.582)	(3.099)
Banco BBM Bocom	CDI	**(26.411)**	(920)	(1.381)	(1.841)	(2.301)	(2.761)
Banco Citi	CDI	**(51.381)**	(1.878)	(2.816)	(3.755)	(4.694)	(5.633)
SWAP - Banco ABC	Euro/ CDI	**8.011**	4.116	6.174	8.231	10.289	12.347
SWAP - Bocom	Dólar/ CDI	**365**	188	281	375	469	563
SWAP - Citibank	Libor/ Dólar/ CDI	**5.834**	2.997	4.496	5.994	7.493	8.991
Subtotal		**(510.459)**	(7.915)	(11.872)	(15.829)	(19.787)	(23.744)
Cenários de Variações de Indexadores:							
(i) CDI		**2,75%**	1,41%	2,12%	2,83%	3,53%	4,24%
(i) IPCA		**4,52%**	2,36%	3,54%	4,72%	5,91%	7,09%
(i) Dólar		**519,67%**	266,98%	400,47%	533,96%	667,45%	800,94%
(ii) Euro		**637,79%**	327,66%	491,50%	655,33%	819,16%	982,99%
(ii) LIBOR		**0,24%**	0,12%	0,18%	0,24%	0,31%	0,37%

(*) As operações de empréstimos em moeda estrangeira possuem proteção (*derivativos*) contratados junto aos mesmos bancos atráves de *swap* cambial.

Fontes: (i) Dólar - PTAX Banco Central do Brasil; (ii) CDI - B3 Brasil Bolsa Balcão; (iii) IPCA - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

30. Gestão dos riscos e valorização dos instrumentos financeiros--Continuação

e) Gestão de Capital

Os objetivos principais da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do negócio para oferecer retorno aos seus acionistas e benefícios às partes interessadas, além de proporcionar melhor gestão de caixa para assegurar disponibilidade de linhas de crédito visando fazer face à manutenção da liquidez e de forma a obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou de terceiros.
A Companhia monitora a estrutura do capital com base no índice de alavancagem financeira, correspondente à dívida líquida dividida pelo capital total, e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**524.669**	357.687	96.068
(-) Caixa e equivalentes de caixa	**(37.785)**	(28.228)	(4.419)
(-) Investimento de curto prazo	**(52.046)**	(4.130)	-
(+/-) Instrumentos financeiros derivativos	**(14.210)**	2.365	2.986
(+) Duplicatas descontadas	**-**	-	25.527
(+) Mútuo com partes relacionadas	**-**	-	4.701
Dívida Líquida	**420.628**	327.694	124.863
Patrimônio líquido	**129.959**	74.211	59.031
Capital total (patrimônio líquido e dívida líquida)	**550.587**	401.905	183.894
Índice de alavancagem financeira %	**76%**	82%	68%

31. Informações por segmento

A Administração definiu o modelo estratégico do negócio, baseando as decisões da Companhia entre os segmentos: Telecom e Corporativo.

Os segmentos possuem diferentes dinâmicas de atendimento, tipos de produtos e modelos de negócios. O segmento de Telecom engloba o mercado de internet banda larga fixa, incluindo produtos de fibra ótica e FTTH (*fiber to the home*), redes de dados, *wi-fi*, dentre outros. O segmento Corporativo engloba o mercado de consumo B2B (empresas), incluindo produtos de segurança eletrônica, cyber segurança, infraestrutura de data centers, automação predial e residencial, áudio e vídeo profissional, painéis de LED, geradores de energia fotovoltaico, dentre outros.

As informações dos segmentos da Companhia (rubricas do Consolidado) estão incluídas nas tabelas a seguir:

	Telecom			Corporativo			TOTAL		
	2020	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
Receita Bruta Venda Mercadorias e Serviços	**308.869**	210.462	180.766	**300.106**	232.369	158.730	**608.975**	442.831	339.496
Receita Bruta TaaS (Locações Diferidas)	**218.857**	171.573	89.804	**36.570**	13.592	13.193	**255.427**	185.165	102.997
Receita Bruta	**527.726**	382.035	270.570	**336.676**	245.961	171.923	**864.402**	627.996	442.493
(-) Impostos sobre Faturamento	**(81.239)**	(58.411)	(33.841)	**(52.555)**	(49.435)	(28.507)	**(133.794)**	(107.846)	(62.348)
(-) Devoluções	**(5.810)**	(5.202)	(2.256)	**(6.753)**	(8.373)	(6.353)	**(12.563)**	(13.575)	(8.609)
Receita Líquida	**440.677**	318.422	234.473	**277.368**	188.153	137.063	**718.045**	506.575	371.536
Custo das vendas	**(270.234)**	(210.789)	(141.651)	**(208.813)**	(162.138)	(123.854)	**(479.047)**	(372.927)	(265.505)
Lucro bruto	**170.443**	107.633	92.822	**68.555**	26.015	13.209	**238.998**	133.648	106.031
Despesas operacionais	**(57.957)**	(40.848)	(29.321)	**(57.746)**	(39.804)	(23.272)	**(115.703)**	(80.652)	(52.593)
Resultado financeiro	**(26.686)**	(30.979)	(17.689)	**(5.329)**	(1.570)	(893)	**(32.015)**	(32.549)	(18.582)
Lucro líquido antes dos impostos	**85.800**	35.806	45.812	**5.480**	(15.359)	(10.956)	**91.280**	20.447	34.856
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(18.771)**	(470)	(8.899)	**(1.922)**	-	2.100	**(20.693)**	(470)	(6.799)
Lucro líquido do exercício	**67.029**	35.336	36.913	**3.558**	(15.359)	(8.856)	**70.587**	19.977	28.057

31. Informações por segmento--Continuação

Contas patrimoniais por segmento

	Telecom			Corporativo			TOTAL		
	2020	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
Contas a Receber. líquidas	**152.875**	86.071	85.008	**53.296**	37.123	38.906	**206.171**	123.194	123.914
Estoques	**52.116**	93.226	98.456	**86.664**	74.579	67.162	**138.780**	167.805	165.618
Imobilizado	**263.944**	218.168	145.753	**81.986**	21.085	0	**345.930**	239.253	145.753
Outros Ativos	**118.115**	45.995	33.258	**102.314**	39.508	9.141	**220.429**	85.503	42.399
Total do Ativo	**587.050**	443.460	362.475	**324.260**	172.295	115.209	**911.310**	615.755	477.684
Fornecedores	**79.815**	72.210	98.831	**69.259**	32.763	56.937	**149.074**	104.973	155.768
Empréstimos e Financiamentos	**392.890**	278.165	78.147	**131.779**	79.522	17.921	**524.669**	357.687	96.068
Receita Diferida	**7.982**	21.016	93.350	**0**	2.032	0	**7.982**	23.048	93.350
Outros Passivos e Patrimônio Líquido	**148.265**	102.333	121.064	**81.320**	27.714	11.434	**229.585**	130.047	132.498
Total do Passivo + PL	**628.952**	473.724	391.392	**282.358**	142.031	86.292	**911.310**	615.755	477.684

a) *Informações sobre concentração de clientes*

No período findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui qualquer cliente que represente individualmente 10% ou mais das vendas consolidadas da Companhia. Analisando individualmente os segmentos, temos: (i) no segmento Telecom, um cliente representou 7,2% do total do segmento (4,7% do consolidado); e (ii) no segmento Corporativo, um cliente representou 19,2% do total do segmento (6,8% do consolidado).

b) *Informações geográficas*

	No Brasil			No exterior		
	2020	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
		(reapresentado)	**(reapresentado)**		**(reapresentado)**	**(reapresentado)**
Receita liquida	**704.865**	503.562	371.536	**13.180**	3.013	-
Ativo não circulante	**456.521**	282.201	217.511	**145**	701	-

32. Cobertura de seguros

A Companhia mantém cobertura de seguro por montantes considerados pela Administração suficientes para a cobertura de riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. A cobertura de seguros abrange a Matriz fabril estabelecida no Polo Industrial de Ilhéus e Filial comercial estabelecida em São Paulo, capital.

A cobertura em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 está apresentada abaixo:

	Controladora e consolidado	
	2020	**2019**
Danos materiais	**119.948**	10.000
Responsabilidade Civil	**12.841**	-
Outros	**729**	-

33. Eventos subsequentes

Captação de novos empréstimos

Em conexão com a Reunião do Conselho de Administração da Companhia ocorrida em 05 de fevereiro de 2021, foi aprovado formalmente a contratação de empréstimos bancários totalizando R$99.000 que terão seus recursos destinados ao pagamento de fornecedores de estoques operacionais, e/ou equipamentos destinados ao atendimento de contratos de locações de longo prazo junto aos clientes da Companhia.

Grupamento de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 15 de fevereiro de 2021, foi aprovado o grupamento da totalidade das 89.583.722 (oitenta e nove milhões, quinhentas e oitenta e três mil, setecentas e vinte e duas) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de emissão da Companhia, na proporção de 2 (duas) ações para formar 1 (uma) ação, sem modificação no capital social, nos termos do artigo 12 da Lei das S.A. Após o grupamento de ações, o capital social da Companhia é representado por 44.791.861 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes

LIVETECH DA BAHIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Ilhéus, Estado da Bahia, na Rodovia BA-262, Ilhéus x Uruçuca, s/nº, km 2,8, Quadra A, Bairro Iguape, Polo de Informática de Ilhéus, CEP 45658-335, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ") sob o nº 05.917.486/0001-40, e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado da Bahia ("JUCEB") sob o NIRE nº 2930003576-9 ("Companhia"), declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Ilhéus, 18 de fevereiro de 2021.

Vanderlei Rigatieri Junior
Diretor Presidente

André Valente
Diretor Financeiro de Diretor de Relações com Investidores

Francisco Sergio Day De Toledo
Diretor

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores 4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 5
2.3 - Outras Informações Relevantes 6

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 7
3.2 - Medições Não Contábeis 8
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 14
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 15
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido 16
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 17
3.7 - Nível de Endividamento 18
3.8 - Obrigações 19
3.9 - Outras Informações Relevantes 20

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 22
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 66
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 69
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 71
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 73
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 74
4.7 - Outras Contingências Relevantes 76

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 77

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 78

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 83

5.3 - Descrição Dos Controles Internos 84

5.4 - Programa de Integridade 87

5.5 - Alterações significativas 90

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 91

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 92

6.3 - Breve Histórico 93

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 95

6.6 - Outras Informações Relevantes 96

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 97

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 111

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 112

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 114

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 132

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 133

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 140

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 141

7.8 - Políticas Socioambientais 142

7.9 - Outras Informações Relevantes 143

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários 144

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 145

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 146

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 147

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 148

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados 149

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 150

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades 153

9.2 - Outras Informações Relevantes 155

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 156

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 185

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 188

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 189

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 194

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 196

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 197

10.8 - Plano de Negócios 198

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 200

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 202

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 203

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 204

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 212

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 216

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 219

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 220

12.7/8 - Composição Dos Comitês 224

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores 226

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros 227

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 228

12.12 - Outras informações relevantes 229

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 231

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 236

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 240

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 242

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 245

13.6 - Opções em Aberto 246

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 247

13.8 - Precificação Das Ações/opções 248

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 249

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 250

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 251

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 252

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 253

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 254

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 255

13.16 - Outras Informações Relevantes 256

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 257

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 259

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 260

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 261

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 262

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 263

15.3 - Distribuição de Capital 265

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 266

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 267

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 269

15.7 - Principais Operações Societárias 270

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 272

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 273

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 274

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 276

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 278

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 279

17.2 - Aumentos do Capital Social 280

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações 281

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social 282

17.5 - Outras Informações Relevantes 283

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações 284

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 285

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 286

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados 287

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 288

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 289

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 290

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 291

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 292

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 293

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 294

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 295

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 296

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor 297

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria 298

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 299

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários 300

20.2 - Outras Informações Relevantes 301

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 302

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 303

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 305

21.4 - Outras Informações Relevantes 306

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Vanderlei Rigatieri Junior**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**André Luiz Sandoval Valente**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

1.1 - DECLARAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

VANDERLEI RIGATIERI JUNIOR, brasileiro, divorciado, engenheiro eletrônico, portador da cédula de identidade RG nº 10.821.153-8 SSP/SP, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas – CPF sob o nº 055.084.198-96, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, com endereço comercial na Rua Gomes de Carvalho, 1.609, 9º andar, CEP 04547-006, na qualidade de Diretor Presidente da **LIVETECH DA BAHIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de Ilhéus, Estado da Bahia, na Rodovia BA-262, Ilhéus x Uruçuca, s/nº, km 2,8, Quadra A, Bairro Iguape, Polo de Informática de Ilhéus, CEP 45658-335, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ") sob o nº 05.917.486/0001-40, e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado da Bahia ("JUCEB") sob o NIRE nº 2930003576-9 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

VANDERLEI RIGATIERI JUNIOR
Diretor Presidente

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

1.2 - DECLARAÇÃO DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

ANDRÉ LUIZ SANDOVAL VALENTE, brasileiro, solteiro, economista, portador da cédula de identidade RG nº 14.484.123-X SSP/SP, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas – CPF sob o nº 222.131.528-61, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, com endereço comercial na Rua Gomes de Carvalho, 1.609, 9º andar, CEP 04547-006, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **LIVETECH DA BAHIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de Ilhéus, Estado da Bahia, na Rodovia BA-262, Ilhéus x Uruçuca, s/nº, km 2,8, Quadra A, Bairro Iguape, Polo de Informática de Ilhéus, CEP 45658-335, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ") sob o nº 05.917.486/0001-40, e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado da Bahia ("JUCEB") sob o NIRE nº 2930003576-9 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

ANDRÉ LUIZ SANDOVAL VALENTE

Diretor de Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente / Relações com Investidores

Não aplicável, tendo em vista que os nossos atuais Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores já prestaram suas declarações individuais nos itens 1.1 e 1.2, respectivamente, deste Formulário de Referência.

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Data Início	28/04/2017
Descrição do serviço contratado	Os auditores independentes prestaram os seguintes serviços: (i) Serviços relacionados à auditoria de nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria (reapresentação das demonstrações financeiras de 2019 e 2018); (ii) serviços relacionados (a) auditoria de nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis, e (b) revisão de nossas informações trimestrais intermediárias correspondentes aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2020, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria; (iii) aos procedimentos em conexão com a oferta pública inicial de ações de nossa Companhia.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração dos auditores independentes relacionada aos serviços contratados foi distribuída da seguinte forma: (i) R$168 mil; (ii) R$685 mil; e (iii) R$1.250 mil.
Justificativa da substituição	Não houve substituição dos auditores independentes
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve substituição dos auditores independentes

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Bruno Mattar Galvão	28/04/2017	021.033.554-82	Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1909, Torre Norte, 8º Andar Conj 81, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-907, Telefone (11) 25733799, e-mail: ?@br.ey.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)
Patrimônio Líquido	129.959.000,00	74.211.000,00	59.031.000,00
Ativo Total	911.310.000,00	615.755.000,00	477.684.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	718.045.000,00	506.575.000,00	371.536.000,00
Resultado Bruto	238.998.000,00	133.648.000,00	106.031.000,00
Resultado Líquido	70.587.000,00	19.977.000,00	28.057.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	89.584.000	89.584.000	89.584.000
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	1,450694	0,828396	0,658946
Resultado Básico por Ação	1,575800	0,446000	0,626400
Resultado Diluído por Ação	1,58	0,45	0,63

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2 - Medições não contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos últimos três exercícios sociais as seguintes medições não contábeis:

(em R$ milhares, exceto %)	Exercício encerrado em 31 de Dezembro de		
	2020	2019 (reapresentado)	2018 (reapresentado)
EBITDA	**219.712**	**118.283**	**90.929**
Margem EBITDA	30,6%	*23,3%*	*24,5%*
EBITDA Ajustado	**231.445**	**122.260**	**91.640**
Margem EBITDA Ajustado	32,2%	*24,1%*	*24,7%*
Lucro Líquido do exercício	**70.587**	**19.977**	**28.057**
Margem Lucro Líquido	9,8%	3,9%	7,6%
Lucro Líquido Ajustado	**78.127**	**21.685**	**28.526**
Margem Lucro Líquido Ajustado	10,9%	4,3%	7,7%
Dívida Bruta	**510.459**	**360.052**	**129.282**
Dívida Liquida	**420.628**	**327.694**	**124.863**
Vendas Totais	**1.002.483**	**724.168**	**499.510**
ROIC	21,5%	17,9%	31,7%
Valor Contratado Médio TaaS	**238**	159	110

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e, Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA (*Earnings Before Interest*, *Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 527, de 4 de outubro de 2012 ("Instrução CVM 527/12"), conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro líquido do exercício ou do período, acrescido resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização. O EBITDA sugere o patamar de geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, consistindo no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

A Companhia utiliza o EBITDA, o EBITDA Ajustado, bem como a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM nº 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM nº 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM nº 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM nº 527/12.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado, bem como a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas de desempenho financeiro elaboradas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – Internacional Finacial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e tampouco devem ser considerados como uma alternativas ao lucro (prejuízo) líquido, indicadores do desempenho operacional, alternativas aos fluxos de caixa ou como indicadores de liquidez. O EBITDA, o EBITDA Ajustado, bem como a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado também não devem ser analisados individualmente. Tais medidas não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

O EBITDA Ajustado consiste em uma medição não contábil elaborada pela Companhia que corresponde ao EBITDA ajustado por (i) despesas não recorrentes com a aquisição da Munddo em 2019, (ii) despesas não recorrentes pré-operacionais com a abertura da Casa Conectada em 2020 e início da operação na Colômbia em 2019, e (iii) provisões de remuneração variável baseado em ações que a Companhia trata como despesa não recorrente, pois o plano será extinto após oferta pública de

3.2 - Medições Não Contábeis

ações. Para mais detalhes sobre os ajustes contemplados no EBITDA Ajustado, vide tabela de reconciliação constante do item (b) abaixo.
Por sua vez, a Margem EBITDA consiste no EBITDA, dividido pela receita líquida. E a Margem EBITDA Ajustada consiste no EBITDA Ajustado, dividido pela receita líquida.

Dívida Bruta e Dívida Líquida

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não devem ser consideradas como substitutos para o fluxo de caixa, bem como não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

A Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada por nós e representa a soma de empréstimos e financiamentos bancários (passivo circulante e não-circulante), bem como de instrumentos financeiros derivativos líquidos (ativo circulante, ativo não circulante, passivo circulante e passivo não circulante), mútuo com partes relacionadas (passivo circulante), e duplicatas descontadas (passivo circulante).

A Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada por nós e representa a Dívida Bruta, menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa (ativo circulante), e títulos e valores mobiliários (ativo circulante).

Vendas Totais

As Vendas Totais é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e representa a soma das vendas faturadas. No caso de valores recebidos pela Companhia em razão de locações no modelo TaaS, considera-se como Venda Total o valor integral de locação considerando o período integral do respectivo contrato (Valor Geral de Vendas de Locações – "VGV Locações"). A Receita Bruta da Companhia considera a aplicação dos critérios contábeis de reconhecimento de receitas de acordo com a evolução da competência de cada contrato. As Vendas Totais demonstram de forma direta o resultado do esforço e desempenho comercial e operacional da Companhia no atendimento à demanda de nossos clientes.

Vendas Totais não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não deve ser considerada como substituto para o fluxo de caixa e não possui um significado padrão, podendo não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Lucro Líquido Ajustado e Margem de Lucro Líquido Ajustado

A Companhia apresenta o Lucro Líquido ajustado como forma de avaliação do seu rendimento real, pois é uma medida não contábil de resultado que elimina efeitos não recorrentes e a reversão do IR e CSLL. Desta forma, expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado.

O Lucro Líquido Ajustado considera o ajuste com as despesas de remuneração variável baseada em ações não recorrentes e a reversão do IR e CSLL, no total de 34%, que incidiria sobre o Lucro antes de impostos.

A Margem de Lucro Líquido Ajustado é calculada pela divisão de Lucro Líquido Ajustado pela receita líquida.

ROIC

O Retorno sobre o Capital Investido, também conhecido como ROIC (Return on Invested Capital ou Retorno sobre o Capital Investido) é uma medida não contábil que é obtida pela divisão do Lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social depois de imposto de renda e contribuição social (NOPAT) pelo Capital Investido. O capital investido por sua vez, é a somatória do capital investido nas atividades operacionais da Companhia composto pelo Patrimônio Líquido e Dívida Bruta, Caixa e equivalentes de caixa e Investimentos de curto prazo. Para fins de melhor captura da performance da Companhia, nós utilizamos a média dos itens acima de 2 anos. Entendemos que esta média reflete melhor o desempenho da Companhia em função do crescimento acelerado.

3.2 - Medições Não Contábeis

O ROIC não é uma medida de resultado em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelo IFRS emitido pelo IASB. Outras empresas podem calcular o ROIC de maneira diferente da Companhia.

VALOR CONTRATADO MÉDIO TAAS

O Valor Contratado Médio TaaS é uma medida não contábil que é obtida através da divisão do valor total de VGV Locações de um período pela quantidade de novos contratos celebrados no período.

O Valor Contratado Médio TaaS não é uma medida de resultado em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelo IFRS emitido pelo IASB. Outras empresas podem calcular o Valor Contratado Médio TaaS de maneira diferente da Companhia.

b. Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

Reconciliação EBITDA (Em milhares, Exceto %)	Exercício encerrado em 31 de Dezembro de		
	2020	2019 (reapresentado)	2018 (reapresentado)
Lucro Líquido do exercício	**70.587**	**19.977**	**28.057**
(+) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	20.693	470	6.799
(+) Resultado financeiro, líquido	32.015	32.549	18.582
(+) Depreciação e amortização	96.417	65.287	37.491
EBITDA	**219.712**	**118.283**	**90.929**
Receita Líquida	**718.045**	**506.575**	**371.536**
Margem EBITDA (%)	**30,6%**	**23,3%**	**24,5%**
(+) Despesas M&A[1]	-	88	-
(+) Remuneração Variável Baseado em Ações[2]	11.424	2.588	711
(+) Despesas Pré-Operacionais[3]	309	1.301	-
EBITDA Ajustado	**231.445**	**122.260**	**91.640**
Margem EBITDA Ajustado (%)	**32,2%**	**24,1%**	**24,7%**

(1) Despesas M&A: despesas não recorrentes com a aquisição Munddo.
(2) Despesas Remuneração Variável Baseado em Ações: provisões de remuneração variável baseado em ações que a Companhia trata como despesa não recorrente, pois o plano será extinto após oferta pública de ações.
(3) Despesas pré-operacionais: abertura Casa Conectada em 2020, e operação na Colômbia em 2019

Dívida Bruta e Dívida Líquida

(em R$ milhares, exceto %)	Exercício encerrado em 31 de Dezembro de		
	2020	2019 (reapresentado)	2018 (reapresentado)
(+) Empréstimos e Financiamentos	524.669	357.687	96.068
Circulante	195.861	117.718	44.379
Não Circulante	328.808	239.969	51.689
(+) Partes Relacionadas (Mútuo)	-	-	4.701
(+) Duplicatas Descontadas	-	-	25.527
(+/-) Instrumentos Financeiros Derivativos Líquidos	- 14.210	2.365	2.986
Dívida Bruta	**510.459**	**360.052**	**129.282**
(-) Caixa e equivalentes de caixa	- 37.785	- 28.228	- 4.419
(-) Investimentos de curto prazo	-52.046	- 4.130	-
Dívida Líquida (Caixa Líquido)	**420.628**	**327.694**	**124.863**

Vendas Totais

(Em R$ milhares)	Exercício encerrado em 31 de Dezembro de		
	2020	2019 (reapresentado)	2018 (reapresentado)
(+) Receita Bruta Vendas	608.975	442.831	339.496
(+) Receita Bruta TaaS (VGV Locações)	393.508	280.011	160.014
Vendas Totais, sem diferimento	**1.002.483**	**724.168**	**499.510**

3.2 - Medições Não Contábeis

Lucro Líquido e Lucro Líquido Ajustado

Em milhares, Exceto %	Exercício encerrado em 31 de Dezembro de		
	2020	2019 (reapresentado)	2018 (reapresentado)
Receita Líquida	718.045	506.575	371.536
Lucro Líquido do exercício	**70.587**	**19.977**	**28.057**
Margem Lucro Líquido (%)	***9,8%***	***3,9%***	***7,6%***
(+) Despesas não recorrentes remuneração variável	11.424	2.588	711
(-) Reversão IR e CSLL	-3.884	-880	-242
Lucro Líquido Ajustado	78.127	21.685	28.527
Margem Lucro Líquido Ajustado (%)	*10,9%*	*4,3%*	*7,7%*

ROIC

(em R$ milhares, exceto %)	Exercício encerrado em 31 de Dezembro de		
	2020	2019 (reapresentado)	2018 (reapresentado)
Lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social	123.295	52.996	53.438
(-) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-20.693	-470	-6.799
Lucro Operacional Depois de Impostos (A) (1)	102.602	52.526	46.639
(+) Patrimônio Líquido	129.959	74.211	59.031
Média últimos 2 anos (B)	102.085	66.621	46.902 (2)
(+) Dívida Bruta	**510.459**	**360.052**	**129.282**
Média últimos 2 anos (C)	435.256	244.667	80.848(2)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	-37.785	-28.228	-4.419
Média últimos 2 anos (D)	-33.007	-16.324	-6.575(2)
(-) Investimentos de curto prazo (E)	-52.046	- 4.130	-
Média últimos 2 anos (E)	-28.088	-2.065	
Capital Investido (B + C + D + E) = (F)	476.246	292.900	121.175
ROIC (A) / (F)	21,5%	17,9%	38,5%

(1) NOPAT: Net Operating *Profit After Taxes* ou Lucro Operacional Líquido Após os Impostos.

(2) Para calcular a média entre 2017 e 2018 foram usados os seguintes valores com base nas DFs de 2017: Patrimônio Líquido - R$34.773 mil; Dívida Bruta - R$32.413 mil; e Caixa e equivalente de caixa -R$8.730 mil. Para fins de melhor captura da performance da Companhia, nós utilizamos a média dos itens acima de 2 anos. Entendemos que esta média reflete melhor o desempenho da Companhia em função do crescimento acelerado.

VALOR CONTRATADO MÉDIO TAAS

	Exercício encerrado em 31 de Dezembro de		
	2020	2019	2018
VGV Locações (em milhares de reais)	393.508	280.012	160.014
Quantidade de novos contratos celebrados	1.652	1.756	1.460
Valor contratado médio TaaS (em milhares de reais)	**238**	**159**	**110**

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA

A Companhia entende que o EBITDA é a medição mais apropriada para apresentar corretamente sua condição financeira e do resultado de suas operações, pois apresenta o resultado das atividades ligadas ao seu desempenho operacional, além de permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

3.2 - Medições Não Contábeis

Margem EBITDA

A Companhia entende que a Margem EBITDA é a medição mais apropriada para apresentar corretamente a sua margem e resultado de suas operações. Demonstra, em termos relativos, o desempenho das atividades ligadas ao negócio e permite a comparabilidade entre períodos diversos.

EBITDA Ajustado

A Companhia apresenta o EBITDA Ajustado como forma de avaliação do seu desempenho financeiro operacional, pois é uma medida não contábil de resultado que elimina efeitos não recorrentes do resultado. Desta forma, expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado.

Margem EBITDA Ajustado

A Companhia apresenta a Margem EBITDA Ajustado como forma de avaliação do seu desempenho financeiro operacional, pois é uma medida não contábil de resultado que expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado nos períodos em questão.

Além disso, a Margem EBITDA Ajustado demonstra, em termos relativos, o desempenho das atividades ligadas ao negócio e permite a comparabilidade entre períodos diversos.

Dívida Bruta e Dívida Líquida

Entendemos que a Dívida Bruta e a Dívida Líquida, indicadores não contábeis utilizados pela nossa administração, são úteis na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa e equivalentes de caixa.

Vendas Totais

As Vendas Totais é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e representa a soma das vendas faturadas. No caso de valores recebidos pela Companhia em razão de locações no modelo TaaS, considera-se como Venta Total o valor integral de locação considerando o período integral do respectivo contrato. A Receita Bruta da Companhia considera a aplicação dos critérios contábeis de reconhecimento de receitas de acordo com a evolução da competência de cada contrato. As Vendas Totais demonstram de forma direta o resultado do esforço e desempenho comercial e operacional da Companhia no atendimento à demanda de nossos clientes. Vendas Totais não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não deve ser considerada como substituto para o fluxo de caixa e não possui um significado padrão, podendo não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Lucro Líquido Ajustado

A Companhia apresenta o Lucro Líquido ajustado como forma de avaliação do seu rendimento real, pois é uma medida não contábil de resultado que elimina efeitos não recorrentes. Desta forma, expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado.

O Lucro Líquido Ajustado considera o ajuste com as despesas de remuneração variável baseado em ações não recorrentes e a reversão do IR e CSLL, no total de 34%, que incidiria sobre o Lucro antes de impostos.

ROIC

A Companhia apresenta o ROIC (*Return on Invested Capital* ou Retorno sobre o Capital Investido) como medida de retorno sobre o capital investido da Companhia, ou seja, considera o capital empregado para as atividades da Companhia.

3.2 - Medições Não Contábeis

VALOR CONTRATADO MÉDIO TAAS

A Companhia apresenta o Valor Contratado Médio TaaS como indicador de eficiência de vendas em cada atendimento aos clientes (venda de serviços agregados), em linha com a estratégia de ser *one-stop-shop,* e que reflete na performance financeira da Companhia.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3 - Eventos Subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Captação de novos empréstimos

Em linha com a Reunião do Conselho de Administração da Companhia ocorrida em 05 de fevereiro de 2021, foi aprovado formalmente a contratação de empréstimos bancários (cujos principais termos encontram-se abaixo) totalizando R$99 milhões que terão seus recursos destinados ao pagamento de fornecedores de estoques operacionais, e/ou equipamentos destinados ao atendimento de contratos de locações de longo prazo junto aos clientes da Companhia.

Banco	Modalidade	Garantia	Taxa do Contrato	Principal (R$ em milhares)
Banco Citibank	Capital de Giro	Duplicatas	3,000% a.a + CDI	24.000
Banco Bradesco	Finimp	Duplicatas	3,650% a.a + CDI	15.000
Banco BTG	Nota promissória	Duplicatas	2,455% a.a + CDI	60.000
				99.000

Grupamento de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 15 de fevereiro de 2021, foi aprovado o grupamento da totalidade das 89.583.722 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de emissão da Companhia, na proporção de 2 ações para formar 1 ação, sem modificação no capital social, nos termos do artigo 12 da Lei das S.A. Após o grupamento de ações, o capital social da Companhia passou a ser representado por 44.791.861 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2020	2019	2018
Regras sobre retenção de lucros	Valor equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício deve destinado para a formação de reserva legal, até que a reserva atinja o limite de 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, conforme previsto em lei. Ademais, mediante proposta da administração e posterior aprovação em assembleia geral de acionistas, poderá, nos termos da Lei das S.A., ser constituída reservas para contingências, reservas de incentivos fiscais, reserva de lucros a realizar, bem como ocorrer a retenção de reserva de lucros com base em orçamento de capital.		
Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.		
Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.		
Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por decisões judiciais, administrativas ou arbitrais. No entanto, alguns dos contratos financeiros celebrados pela Companhia estabelecem restrições contratuais pelas quais o pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer tipo de participação de resultados acima do mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. O pagamento também não é permitido caso a Companhia esteja em mora com as obrigações assumidas nos respectivos instrumentos e respectivos contratos de garantia. Para mais informações sobre as restrições, vide item 10.1.f deste Formulário de Referência.		
se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia não possuía uma política específica de destinação de resultados formalmente aprovada.		

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018
Lucro líquido ajustado	59.623.000,00	18.041.000,00	25.453.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	25,000000	26,590000	25,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	54,310000	26,920000	47,530000
Dividendo distribuído total	14.906.000,00	4.798.000,00	6.575.000,00
Lucro líquido retido	44.717.000,00	13.243.000,00	18.878.000,00
Data da aprovação da retenção	17/02/2021	28/07/2020	03/06/2019

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	14.906.000,00		13.243.000,00	30/07/2020	6.363.000,00	28/06/2019
Outros						
Ordinária					212.000,00	01/06/2018

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 não foram declarados pela Companhia dividendos à conta de lucros retidos nem de reservas constituídas em exercícios anteriores.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2020	781.351.000,00	Índice de Endividamento	6,01228849	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real		12.197.730,00	5.000.000,00	0,00	0,00	17.197.730,00
Empréstimo	Outras garantias ou privilégio	Garantia Fidejussória	183.663.270,00	286.295.000,00	37.513.000,00	0,00	507.471.270,00
Total			195.861.000,00	291.295.000,00	37.513.000,00	0,00	524.669.000,00

Observação

As informações referem-se à rubrica de “Empréstimos, financiamentos e debêntures” das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e estão segregadas de acordo com o vencimento das parcelas.

Os "Empréstimos, financiamentos e debêntures" referem-se aos contratos com o Banco ABC, Banco do Brasil, Bocom, BNDES, Bradesco, BTG, CEF , CCB, Citi, Daycoval , Itaú, Santander e Votorantim. Para todos os contratos temos garantia fidejussória, sendo que no Banco do Brasil, contrato 333602663 temos garantia Real de um Imóvel, localizado em Ilhéus.

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9 - Outras informações relevantes

A Companhia está sujeita a compromissos restritivos (*covenants*) de acordo com os termos e as condições de contratos de empréstimos que incluem, entre outros, limitações sobre a sua capacidade de incorrer em endividamento adicional. Além disso, os contratos contêm disposições de vencimento antecipado e restrições a novas captações em certas condições, como por exemplo, a manutenção de certos índices financeiros. Seguem abaixo os principais *covenants* financeiros existentes em 31 de dezembro de 2020:

- Banco BTG Pactual S.A.

  a. A relação entre a dívida líquida e o EBITDA da Companhia precisa ser inferior ou igual a 2,50 vezes em 31 de dezembro de 2020

  b. A relação entre EBITDA e Despesas Financeiras Líquidas da Companhia precisa ser superior ou igual a 3,00 vezes em 31 de dezembro de 2020

- Citibank, N.A.

  a. A relação entre a dívida líquida e o EBITDA da Companhia precisa ser inferior ou igual a 2,75 vezes em 31 de dezembro de 2020.

- Banco do Brasil (contrato 333.602.663)

  a. A relação entre dívida líquida e o EBITDA da Companhia precisa ser inferior a 3,00 vezes em 31 de dezembro de 2020.

  b. A relação entre EBITDA e resultado financeiro da Companhia precisa ser superior ou igual a 1,50 vezes em 31 de dezembro de 2020.

- A relação entre EBITDA e resultado financeiro da Companhia precisa ser superior ou igual a 1,50 vezes em 31 de dezembro de 2020.

- 1ª (primeira) emissão de debêntures:

  a. A relação entre a dívida líquida e o EBITDA da Companhia precisa ser inferior ou igual a 2,50 vezes em 31 de dezembro de 2020.

  b. A relação entre EBITDA e Despesas Financeiras Líquidas da Companhia precisa ser superior ou igual a 3,00 vezes em 31 de dezembro de 2020.

Para fins de sua 1ª (primeira) emissão de debêntures, entende-se: por

c. **Dívida Líquida**: Soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídos (i) os títulos descontados com regresso e antecipação de recebíveis, (ii) arrendamento mercantil / leasing financeiro, (iii) os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional, (iv) os passivos decorrentes de instrumentos financeiros – derivativos, (v) dívidas financeiras das empresas adquiridas e ainda não consolidadas, (vi) dívidas e títulos conversíveis, e (vii) mútuo passivo líquido de mútuo ativo; líquido de dinheiro em caixa, depósitos à vista, caixa/aplicação realizada como garantia de contrato de empréstimo/dívida, independente do prazo de disponibilização, caixa aplicado em ativo financeiro com a expectativa de geração de valor ao longo do tempo disponíveis em prazo inferior a 360 dias e da Garantia Real cedida fiduciariamente no âmbito desta Emissão, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;

3.9 - Outras Informações Relevantes

d. **EBITDA**: Resultado consolidado da Companhia (i) antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da participação de acionistas minoritários; (ii) somado ao resultado dos últimos 12 (doze) meses das empresas adquiridas e ainda não consolidadas integralmente no período de apuração, antes de seu respectivo imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização, resultado financeiro, resultado não operacional, equivalência patrimonial e participação de acionistas minoritários e (iii) excetuado dos custos e das despesas extraordinárias e não recorrentes , devidamente auditado pela auditoria externa da Emissora e demonstrado nas notas explicativas do relatório da auditoria;

e. **Despesa Financeira Líquida**: Somatório dos juros sobre dívidas financeiras, juros sobre obrigações junto a terceiros em decorrência de compra de participação acionária de empresas, mútuos, títulos e valores mobiliários, deságio na cessão de direitos creditórios, custos de estruturação de operações de dívida via operações bancárias ou de mercado de capitais, variações monetárias e cambiais passivas, despesas relacionadas a hedge/derivativos, juros ou multas por atraso e/ou não pagamento de obrigações, excluindo juros sobre capital próprio; menos o somatório dos juros sobre aplicações financeiras, juros sobre empréstimos e mútuos ativos, variações monetárias e cambiais ativas, e receitas relacionadas a hedge/derivativos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1 - Descrições dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento referente a qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. As atividades, a reputação, a situação financeira, os resultados operacionais, o fluxo de caixa, a liquidez, a participação de mercado, as margens, as perspectivas, os setor de atuação, os valor de mercado de nossos valores mobiliários e/ou nossos negócios futuros poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir bem como em decorrência das informações contidas neste Formulários de Referência, nas nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. O preço de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão poderá diminuir em razão de qualquer desses riscos, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte ou a totalidade de seu investimento nos valores mobiliários de nossa emissão.

Os riscos descritos abaixo são, na data deste Formulário de Referência, aqueles que conhecemos e que acreditamos que podem nos afetar adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente por nós ou que consideramos irrelevantes na data deste Formulário de Referência, também poderão nos afetar adversamente de forma relevante.

Para fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o indicar, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter, ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para nós, ou expressões similares, significam que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nas atividades, reputação, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros, bem como no preço de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.2. Riscos de Mercado”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.2. Riscos de Mercado”.

Antes de tomar qualquer decisão de investimento referente a qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados a seguir e as nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas.

Os termos "nós", "nosso", ou "Companhia", quando utilizados nesta seção do Formulário de Referência, referem-se ou significam, conforme o caso, à Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A. e nossas controladas em conjunto, exceto se expressamente indicado de forma diferente

(a) Riscos Relacionados à Companhia

A extensão da pandemia de COVID-19, a percepção de seus efeitos e a forma como a pandemia afetará nossos negócios dependem de eventos futuros, que são incertos e imprevisíveis, assim como seus possíveis desdobramentos e consequências, e podem resultar em um efeito adverso relevante para os nossos negócios, reputação, condição financeira, resultados de operações e fluxos de caixa e a nossa capacidade de continuar a operar nossos negócios.

Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como aqueles provocados pelo zika vírus, pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), pela febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), pela síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e pela síndrome respiratória aguda grave (SARS), afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (“OMS”) declarou a pandemia de COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). Na prática, tal declaração significou o

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

reconhecimento pela OMS de que, desde então, o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas.

A pandemia de COVID-19 demandou medidas restritivas por parte de autoridades governamentais mundiais, com o objetivo de proteger a população, resultando em restrições no fluxo de pessoas (incluindo quarentena e *lockdown*, e limitações a viagens e à utilização de transportes públicos), no fechamento prolongado de locais de trabalho, em interrupções na cadeia de suprimentos, no fechamento do comércio e na redução generalizada de consumo. No Brasil, estados e municípios, incluindo as localidades em que nós operamos, adotaram as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde para controlar a propagação da doença, como distanciamento social e consequente restrição à circulação, que resultaram no fechamento de restaurantes, bares, hotéis, shopping centers, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos. Além disso, essas medidas influenciaram o comportamento da população em geral, inclusive dos nossos clientes, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de companhias de diversos setores, bem como na redução drástica de consumo e aumento de desemprego. Muitas dessas medidas restritivas continuam sendo adotadas pelos estados e municípios brasileiros, incluindo nas localidades em que a Companhia opera, na data deste Formulário de Referência e outras medidas mais restritivas do que aquelas que estão em vigor poderão ser adotadas pelas autoridades a qualquer momento. Considerando que os nossos produtos são, em parte, destinados a clientes que tenham potencialmente sido afetados por conta da pandemia de COVID-19, mesmo que de forma indireta, na medida em que as atividades dos nossos clientes não sejam retomadas de forma plena por conta da pandemia de COVID-19, os nossos resultados de operações e nossa condição financeira podem ser adversamente afetados. As restrições à circulação podem também ocasionar interrupções ou atraso na entrega de produtos e serviços que oferecemos, o que pode causar perda de clientes e reduzir nossas receitas. Além disso, como resultado de eventual desaceleração econômica no Brasil, decorrente das medidas tomadas em atenção à pandemia de COVID-19, nossos clientes e fornecedores poderão solicitar a renegociação de acordos existentes, com possível aumento de inadimplência e, portanto, afetar adversamente nossos resultados de operações e nossa condição financeira.

A pandemia pode, também, em análise extensiva, causar perturbações materiais em nossos negócios e operações no futuro como resultado de, por exemplo, ataques cibernéticos, absenteísmo de nossos funcionários e dificuldades relacionadas à execução dos serviços por parte de nossos funcionários como resultado de doença ou outros fatores como medidas de distanciamento social, restrições relacionadas à locomoção, ou outras restrições. Se uma porcentagem significativa de nossa força de trabalho não puder trabalhar, inclusive por motivo de doença, ou restrições governamentais relacionadas à locomoção motivadas pela pandemia, nossas operações podem ser adversamente afetadas. Um período prolongado de trabalho remoto também pode aumentar nossos riscos operacionais, incluindo, mas não limitado a riscos de segurança cibernética, o que pode prejudicar a nossa capacidade de gerenciar e operar nossos negócios, além do aumento de rotatividade (*turnover*) e afastamento de colaboradores em consequência de impactos à saúde mental. Ainda, o prolongamento da pandemia de COVID-19 pode representar um aumento de custos a serem destinados às medidas de adaptação às regras de distanciamento social, quarentena e protocolo sanitário para a Companhia.

No contexto da recessão econômica no Brasil causada pela pandemia de COVID-19, também podemos enfrentar dificuldades no cumprimento dos *covenants* financeiros aos quais estamos sujeitos de acordo com nossos contratos de financiamento, ou na obtenção de novos financiamentos de instituições financeiras. Se nossos negócios não gerarem fluxos de caixa operacionais suficientes, ou outros recursos não estiverem disponíveis para nós por meio de empréstimos através das linhas de crédito ou de outras fontes, podemos não conseguir cobrir nossas despesas, cumprir nossas obrigações com terceiros (inclusive fornecedores), investir no crescimento do nosso negócio, responder aos desafios competitivos ou atender outras necessidades de liquidez e capital, o que pode prejudicar nossos negócios.

Adicionalmente, em decorrência da pandemia de COVID-19, a cadeia de suprimento global está ameaçada e os fabricantes de equipamentos tecnológicos já reduziram o fornecimento de peças e/ou de matérias-primas. Em decorrência dessa redução e de eventuais paralisações, as empresas cuja

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

cadeia de suprimentos dependem de fabricantes externos, principalmente da China, incluindo a Companhia, poderão ter seu estoque afetado e, consequentemente, redução na sua receita.

Ao longo de 2020, a Companhia observou alguns atrasos no envio de equipamentos de fabricantes internacionais, principalmente chineses, decorrentes de problemas logísticos causados pela pandemia de COVID-19. Além disso, a Companhia precisou renegociar os prazos de pagamento de alguns clientes, dando maior prazo para que estes pudessem pagar seus saldos devedores com a Companhia.

O alcance total do impacto da pandemia de COVID-19 sobre nossos negócios e resultados operacionais depende dos desdobramentos futuros, inclusive a duração e a disseminação da pandemia, que são incertos e imprevisíveis, especialmente no Brasil, de seu impacto sobre os mercados de capital e financeiro e qualquer nova informação, hoje desconhecida, incluindo sobre a gravidade do vírus, de sua disseminação para outras regiões, das ações tomadas para contê-la de suas possíveis mutações, entre outras. Não temos conhecimento de eventos comparáveis que possam fornecer uma orientação quanto ao efeito da disseminação de COVID-19 e de uma pandemia global e, como resultado, o impacto final do surto de COVID-19 é incerto. Mesmo após a diminuição do surto de COVID-19, uma recessão e/ou desaceleração econômica, notadamente no Brasil, incluindo aumento do desemprego, pode resultar em (i) menor atividade comercial e de consumo; (ii) menor confiança dos agentes econômicos; e (iii) aumento do inadimplemento dos clientes e fornecedores, o que pode ter um impacto adverso nos nossos negócios.

Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento da população ou que demande políticas públicas de restrição à circulação de pessoas e/ou de contato social pode ter um impacto adverso nos nossos negócios, bem como na economia brasileira. Surtos de doenças ou o avanço da atual pandemia de COVID-19 podem (i) impactar significativamente a cadeia de fornecimento de materiais, equipamentos de proteção individual ou as operações dos nossos prestadores de serviços caso suas operações venham a ser interrompidas ou suspensas ou sofrerem os efeitos de um agravamento ou uma nova onda de disseminação de COVID-19; (ii) afetar a capacidade dos clientes de cumprirem com suas obrigações conosco, impactando nossos fluxo de caixa e liquidez; (iii) provocar o fechamento das nossas operações; (iv) causar contaminação da alta gerência, prejudicando a nossa gestão; (v) causar contaminação dos nossos funcionários e colaboradores, prejudicando a condução das operações da Companhia, e (vi) causar impactos financeiros diversos como, por exemplo, elevar o risco de crédito com contrapartes e inadimplência de clientes, o que prejudicaria o regular desenvolvimento dos nossos negócios.

Não podemos garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão. E, caso aconteçam, não podemos garantir que seremos capazes de impedir um impacto negativo em nossos negócios de dimensão igual ou superior ao impacto provocado pela pandemia de COVID-19. Além disso, não podemos garantir que as medidas restritivas impostas por alguns estados e municípios, bem como os impactos decorrentes da pandemia nos nossos negócios, conforme descritos acima, não venham a se agravar caso o Brasil ou a China, país de onde a Companhia importa parte de seus insumos, enfrentem novas ondas de COVID-19. A título exemplificativo, a pandemia de COVID-19 afetou a produção de vidro na China, tendo causado o fechamento de algumas das maiores indústrias locais. O vidro é um dos principais componentes utilizados na fabricação de painéis solares fotovoltaicos – equipamento comercializado pela Companhia – e a China é responsável por cerca de 80% da produção mundial de vidro. Consequentemente, a redução na oferta de vidro provocou uma elevação dos preços no mercado global de painéis solares fotovoltaicos. Segundo informações da Bloomberg, a indústria solar poderá ter uma disponibilidade de vidro 30% menor que sua demanda deste insumo em 2021.

O impacto da pandemia de COVID-19 também pode precipitar ou agravar os outros riscos discutidos neste Formulário de Referência. Para mais informações sobre os impactos da pandemia de COVID-19 em nossos negócios e resultados, favor verificar os itens 7.9 e 10 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode não conseguir acompanhar o rápido desenvolvimento tecnológico de seu setor de atuação ou modernizar adequadamente sua infraestrutura tecnológica para desenvolver e integrar novos produtos e serviços e/ou aperfeiçoar seus atuais produtos e serviços, o que poderá afetar sua competitividade e causar um efeito adverso relevante em seus resultados financeiros e operacionais

Os mercados de telecomunicações e de tecnologia da informação, segmentos onde a Companhia atua, caracterizam-se por constantes avanços tecnológicos e este processo de inovação está sujeito a riscos e erros, tais como: (i) perda do momento ideal na adoção de novas tecnologias gerando perda de receita; (ii) custos e despesas adicionais relacionados a geração de estoques com baixo volume de movimentação; (iii) despesas de pesquisa que eventualmente não se converterão em novos produtos; e (iv) dispersão de esforços, causando reduções momentâneas de resultados. Assim, caso não sejamos bem-sucedidos na antecipação de novas tendências tecnológicas, ou na incorporação dessa nova tecnologia, nossos negócios e condição financeira poderão ser adversamente afetados.

A desatualização dos produtos e serviços oferecidos pela Companhia em relação aos de seus concorrentes poderá reduzir sua receita e tornar necessário o investimento em novas tecnologias. A Companhia não pode assegurar que será capaz de manter um nível de investimento necessário para promover e/ou continuar a modernizar sua infraestrutura tecnológica ou que conseguirá incorporar as tecnologias necessárias em seus produtos e serviços de forma a conseguir manter seus clientes ou atrair novos clientes, o que poderá restringir a capacidade da Companhia de competir de maneira eficiente nos mercados em que atua e causar efeito adverso relevante na estratégia de negócios da Companhia e, por conseguinte, em seus resultados financeiros e operacionais.

Caso a Companhia deixe de desenvolver melhorias tecnológicas, de aperfeiçoar e de incrementar seus produtos e serviços em tempo hábil, de identificar e traduzir adequadamente as necessidades dos seus clientes ou de posicionar ou precificar seus produtos e serviços de modo a atender a demanda do mercado, os clientes da Companhia poderão deixar de contratar serviços oferecidos pela Companhia, ou a Companhia poderá perder sua competitividade no que diz respeito a atrair novos clientes.

Poderemos não ser bem-sucedidos na execução de nossa estratégia de crescimento (orgânico e inorgânico), o que poderá afetar negativamente nossos planos para aumentar nossa receita e rentabilidade.

Nosso crescimento e desempenho financeiro dependem do sucesso na implementação de diversos elementos de nossa estratégia de crescimento, que estão sujeitos a vários fatores, dentre os quais se destacam a nossa capacidade de: (i) proteger nossa marca e cultura, (ii) consolidar nossa participação de mercado e expandir nossa cobertura geográfica, nacional e internacionalmente, (iii) alavancar as vendas de nossos produtos e serviços e aumentar a rentabilidade de nossas operações, (iv) fortalecer e expandir a oferta de produtos e serviços para nossa base de clientes e (v) iniciar operações em novos mercados. A falha da implementação de nossas estratégias poderá acarretar desvantagens competitivas à Companhia, bem como impactar adversamente os seus negócios.

Os setores de telecomunicação e de tecnologia da informação são influenciados por diversos fatores, como condições econômicas e variações na demanda dos mercados consumidores. Além disso, alguns aspectos de nossa estratégia de crescimento orgânico (por meio da expansão de nossos negócios e expansão geográfica) e inorgânico (por meio de potenciais aquisições que podem ser avaliadas pela Companhia) também podem resultar no aumento dos nossos gastos operacionais, tais como despesas com equipe de vendas, pessoal e fretes, que pode não ser compensado por um aumento equivalente de nossa receita, tendo como resultado a diminuição de nossas margens operacionais.

Assim, caso não sejamos bem-sucedidos na execução de nossa estratégia de negócios, nossos planos para aumentar nossa receita e rentabilidade poderão ser afetados de forma adversa.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode não conseguir ter acesso a novos financiamentos a termos atrativos para conseguir viabilizar suas necessidades de capital ou cumprir com suas obrigações financeiras.

As atividades da Companhia exigem investimentos relevantes – em particular, o fornecimento de serviços de TaaS (*Technology as a Service*) exige investimentos em produtos que fazem parte da solução de tecnologia oferecida pela Companhia e que são contabilizados como ativos imobilizados para posterior locação. Estes investimentos têm sido financiados pela geração de caixa da Companhia e também por financiamentos bancários. Dessa forma, a captação de financiamentos pela Companhia e o refinanciamento de empréstimos existentes são fundamentais para suas operações correntes, para implementação de sua estratégia e para seu crescimento.

Contudo, o mercado global e as condições econômicas têm sido imprevisíveis e voláteis, afetando diretamente a disponibilidade e o custo de captação de novos financiamentos. Por exemplo, recentemente os mercados de dívida local e de capitais foram impactados fatores político-econômicos e pela pandemia de COVID-19, dentre outros acontecimentos. Esses eventos contribuíram para a deterioração das condições econômicas no Brasil. Além disso, em decorrência das preocupações com a estabilidade geral dos mercados financeiros no Brasil e com a solvência das contrapartes, credores passaram a adotar padrões mais rígidos para a concessão de crédito, reduziram seu volume de empréstimos e, em certos casos, interromperam a oferta de financiamentos em condições comerciais razoáveis.

Caso a Companhia não seja capaz de obter financiamentos ou de refinanciar suas dívidas quando necessário, a satisfação de suas necessidades de capital, o cumprimento com suas obrigações financeiras ou o aproveitamento de oportunidades de negócios podem ser impactados, o que pode ter um efeito adverso relevante nos seus negócios e resultados operacionais. Adicionalmente, qualquer rebaixamento da classificação de risco da Companhia (*rating*) pode afetar adversamente sua capacidade de contratar empréstimos e/ou financiamentos no futuro ou o custo para contratá-los, o que pode dificultar ou encarecer o financiamento de suas operações ou o refinanciamento de suas obrigações financeiras e, consequentemente, afetar sua situação financeira e resultados operacionais. Além disso, a classificação de risco da Companhia é sensível à classificação de risco do Brasil. Para mais informações sobre o risco de rebaixamento da classificação de risco do Brasil, veja neste item 4.1, risco "*Qualquer rebaixamento da classificação de risco do Brasil (rating) pode afetar negativamente o preço das nossas ações.*"

O endividamento da Companhia pode afetar sua capacidade de crescimento.

O crescimento da Companhia depende de investimentos relevantes financiados, em parte, por meio de empréstimos e financiamentos junto a terceiros. Os empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, totalizaram R$ 524.669 mil, sendo que, deste total, 37,3%, qual seja o montante de R$195.861 mil, deverá ser amortizado nos 12 meses subsequentes contados de 31 de dezembro de 2020.

A Companhia está sujeita a cláusulas restritivas (*covenants*) previstas em determinados contratos financeiros de que é parte que limitam a capacidade de obter novos financiamentos ou refinanciar o endividamento existente. Além disso, os contratos contêm restrições a novas captações em certas condições, como por exemplo, no caso de as referidas captações impossibilitarem a manutenção pela Companhia de certos índices financeiros estabelecidos contratualmente.

Dessa forma, a Companhia poderá não ser capaz de contrair novas dívidas para financiar sua estratégia de expansão ou por quaisquer outras necessidades de capital sem a prévia autorização de seus atuais credores ou poderá ser obrigada a pagar antecipadamente determinados empréstimos e financiamentos atualmente contratados, o que poderá afetar sua capacidade de crescimento.

Caso a Companhia não seja capaz de atender os referidos *covenants* em virtude de condições adversas de seu ambiente de negócios, pode vir a ocorrer o vencimento antecipado de seus contratos, além de desencadear o vencimento antecipado cruzado ou inadimplemento cruzado (*cross-default* e *cross-acceleration*) de outras obrigações da Companhia, conforme cláusulas

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

presentes em outros contratos, o que pode afetar a capacidade da Companhia em honrar seus compromissos e acarretar um impacto adverso relevante em seus negócios e em sua situação financeira.

Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, ver itens 10.1 e 10.2 deste Formulário de Referência.

A Companhia depende dos sistemas de transportes e infraestrutura, nacionais e internacionais, para importação e entrega dos produtos aos clientes. Eventos relacionados a estes fatores podem resultar em atrasos e riscos de entrega.

O sucesso da operação da Companhia está atrelado, dentre outros fatores, à sua capacidade de gerenciar a logística envolvida na comercialização dos produtos. Dessa forma, várias etapas da operação da Companhia (incluindo a compra de matéria prima, a importação de produtos, a venda de produtos) dependem do funcionamento contínuo de infraestrutura logística, o que inclui portos, aeroportos, rodovias e demais meios de transporte utilizados pela Companhia e por seus prestadores de serviços, fornecedores e clientes.

A infraestrutura de transportes no Brasil enfrenta muitos problemas que dificultam um funcionamento eficiente, incluindo o elevado custo da mão-de-obra especializada, a saturação e a falta de investimentos na expansão e modernização da infraestrutura portuária e aeroportuária, a elevada carga tributária incidente sobre essas operações e o precário estado de conservação viária e da frota de transportes. Além disso, destacam-se como obstáculos as constantes interrupções ou reduções significativas no uso da infraestrutura de transportes ou em suas operações nas cidades onde atuamos, resultantes, por exemplo, de desastres naturais, incêndio, acidentes, falhas em sistemas, greves e paralisações de servidores públicos e entidades privadas ligadas ao setor de transportes (a exemplo da paralisação de caminhoneiros ocorrida em maio de 2018), restrição de circulação de bens e pessoas em decorrência de pandemias (como, por exemplo, a pandemia de COVID-19) ou outras causas inesperadas que podem atrasar ou prejudicar nossa capacidade de comercializar os nossos produtos e serviços, bem como ocasionar queda em nossas vendas e perda de clientes existentes, o que poderá impactar negativamente nossos resultados financeiros e operacionais.

A Companhia possui dependência relevante de uma ampla estrutura logística internacional, utilizada para os processos de importação dos produtos e insumos que compõem as suas soluções, incluindo armadores, armazenagem portuária, entre outros.

Dessa forma, quaisquer eventos adversos, interrupções ou reduções significativas nos serviços prestados no funcionamento das infraestruturas de transporte internacional, como redução da frota de armadores e escassez de contêineres, podem igualmente atrasar ou impedir a entrega dos produtos e serviços comercializados pela Companhia, afetando adversa e negativamente os nossos negócios, resultados e condição financeira.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados a erros e mau funcionamento de seus produtos, que podem ser difíceis ou até mesmo impossíveis de serem corrigidos.

Oferecemos produtos tecnicamente complexos que, quando introduzidos no mercado pela primeira vez ou lançados como novas versões, podem conter defeitos cuja identificação não tenha sido apurada ou cuja correção seja de complexa execução. A existência de defeitos, erros e eventuais atrasos ou impossibilidade de corrigi-los podem resultar em consequências negativas, incluindo, mas não se limitando a: (i) cancelamento de pedidos; (ii) despesas adicionais de garantia; (iii) atrasos na coleta de recebíveis; (iv) cancelamento de contratos; (v) perda de aceitação dos produtos da Companhia no mercado; (vi) desvio dos recursos de pesquisa e desenvolvimento que poderiam ser utilizados na criação de novos produtos; (vii) possíveis ações indenizatórias; e (viii) problemas de reputação no mercado. A ocorrência de tais defeitos ou atrasos e a impossibilidade de corrigi-los, ou mesmo a impossibilidade de corrigi-los tempestivamente, podem afetar adversamente a nossa reputação, os nossos resultados e a nossa condição financeira.

Podemos enfrentar dificuldades em atrair e reter funcionários qualificados

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O sucesso dos nossos negócios depende, em grande parte, da capacidade de atrair, contratar, treinar e manter pessoal qualificado que atue em equipes comerciais, técnicas e administrativas, entre outras. Ademais, uma eventual conjuntura econômica de crescimento poderá influenciar a capacidade de retenção de colaboradores, devido ao aumento da concorrência direta ou indireta por recursos humanos, elevando a taxa de rotatividade de pessoal (*turn-over*).

Adicionalmente, há forte e contínua concorrência no setor em a Companhia atua quanto à contratação de profissionais nas áreas operacional e técnica. Se não conseguirmos atrair novos talentos e/ou treinar e manter funcionários com as necessárias qualificações para dar apoio às operações, poderemos sofrer um efeito adverso relevante sobre os negócios, situação financeira, bem como valores das ações de nossa emissão.

Os nossos negócios, práticas e políticas estão sujeitos a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados, podendo ser afetados adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

O tratamento de dados pessoais no Brasil era regulamentado por uma série de normas previstas de forma esparsa, como por exemplo na Constituição Federal, no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) e no Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14). No entanto, em 14 de agosto de 2018, foi publicada a LGPD, a qual regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil, de forma geral e estabelece os princípios a serem observados por todos os setores da economia nas operações de tratamento de dados pessoais, independentemente da forma como o dado pessoal é coletado, inclusive em meio digital, por meio de um conjunto de regras que impacta todos os setores da economia, podendo nos gerar custos adicionais, em virtude da necessidade de adequação de nossas operações de tratamento de dados pessoais às disposições da LGPD. A LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020 quanto a maior parte de suas disposições, exceto quanto às suas sanções administrativas (arts. 52, 53 e 54), cuja aplicabilidade somente será possível a partir de 1º de agosto de 2021, em virtude da promulgação da Lei nº 14.010/2020.

A LGPD estabeleceu um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos, transferências e compartilhamento de dados, bem como prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, e autoriza a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), autoridade responsável por garantir o cumprimento das disposições da LGPD.

Não podemos garantir que a nossa infraestrutura de proteção de dados que será à prova de falhas ou que será suficiente para evitar incidentes de cibersegurança, como, por exemplo, acessos indevidos por *hackers* e consequente vazamentos de CPFs e CNPJs por empresas de proteção ao crédito, a exemplo do ocorrido em meados de janeiro de 2021, e que nossos processos atendam a todas as regras estabelecidas na legislação vigente.

Neste caso, independentemente da aplicabilidade das sanções administrativas da LGPD, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD terá como riscos a partir da sua entrada em vigor: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da ANPD ter iniciado o seu trabalho, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Ademais, com a entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD, em agosto de 2021, caso não estejamos em conformidade com a LGPD, podemos estar sujeitos às sanções previstas na LGPD, de forma isolada ou cumulativa, quais sejam, de advertência, com condição de prazo para adoção de medidas corretivas, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais, suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, suspensão do exercício da atividade de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados e multa de até 2% do faturamento (excluindo tributos) da sociedade infratora, do seu grupo ou conglomerado no Brasil conforme apurado no seu último exercício social, até o montante global de R$50.000.000,00 por infração, bem como multa diária, observado o limite global mencionado.

Além disso, poderemos ser responsabilizados por danos materiais, morais, individuais ou coletivos por nós causados e ser considerados solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por nossas controladas, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD. Dessa forma, a ausência de medidas suficientes para proteção dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis tratados por nós, bem como eventual inadequação de nossas práticas e modelo de negócios à LGPD, podem resultar em custos e afetar adversamente os nossos resultados.

A Companhia pode ser responsabilizada pelo vazamento de dados pessoais de seus clientes armazenados em sua base de dados, já que possui em sua base os dados das pessoas físicas que são pontos de contato nestes clientes corporativos.

As nossas vendas no mercado internacional estão sujeitas a uma ampla gama de riscos associados a operações transnacionais.

As vendas no mercado externo representaram 1,56% de nosso faturamento em 31 de dezembro de 2020. No mercado externo, mantemos operações principalmente na Colômbia e nos EUA, onde estamos sujeitos a muitos dos mesmos riscos descritos neste item 4.1 em relação ao Brasil, como, por exemplo, condições econômicas, políticas, sociais, e de fornecimento para determinadas regiões.

As nossas atividades, assim como nossa situação financeira e resultados operacionais, podem ser adversamente afetadas por mudanças políticas e regulamentações governamentais dos países que compõem o mercado em que atuamos fora do Brasil, envolvendo questões tais como:

- política monetária (cambial e taxas de juros);
- deterioração das condições econômicas globais;
- riscos políticos, como turbulência e instabilidade, controles cambiais e incerteza em relação às políticas do governo;
- diminuição da demanda;
- restrições a remessas internacionais, como a imposição de aumento de tarifas, *antidumping* ou outras barreiras comerciais não-tarifárias;
- greves ou outros eventos que afetem os portos e outras instalações de transporte;
- conformidade com diferentes regimes legais e regulamentares estrangeiros;
- acesso a infraestrutura adequada, que pode ser afetada por inundações ou eventos similares, escassez de água e energia; e
- mudanças institucionais e contratuais unilaterais (governo), incluindo controles sobre investimentos e limitação a novos projetos.

Além disso, podemos vir a expandir as nossas vendas para outros mercados internacionais, aumentando nossa exposição aos riscos exemplificados acima.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio de parcerias estratégicas ou de emissão de valores mobiliários, por exemplo, o que poderá resultar em uma potencial diluição da participação do investidor em seu capital social.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Tendo em vista que a natureza das operações da Companhia requer volume intensivo de capital, a Companhia poderá analisar alternativas e considerar possibilidades de parcerias estratégicas, venda de ativos e captações adicionais por meio de operações de emissão pública ou privada de ações e/ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações de sua emissão.

Qualquer parceria estratégia ou captação de recursos por meio da distribuição de ações e/ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações pode resultar em alteração no preço de mercado das ações de emissão da Companhia e na diluição da participação do investidor no seu capital social.

A Companhia não está segurada contra todos os riscos que envolvem suas atividades e está exposta a riscos que podem não estar cobertos pelas suas apólices de seguro ou cujas coberturas podem ser inadequadas para cobrir todas as perdas e/ou responsabilidades que podem ser incorridas em suas operações e a Companhia não pode garantir que conseguirá manter a cobertura atual, o que pode afetá-la adversamente..

A Companhia não está segurada contra todos os riscos de interrupção de suas atividades, dentre eles o risco de interrupção de atividades de armazenagem e operações portuárias. Além disso, a Companhia não mantém cobertura para interrupções de atividades causadas por disputas trabalhistas em nenhuma de suas operações. Caso ocorram paralisações promovidas por seus empregados, estas podem ter um efeito negativo substancial sobre a Companhia. Ademais, a Companhia não possui seguro de seus ativos contra guerra, atos de terrorismo ou eventos desta natureza. Portanto, danos e interrupções de atividades causados por esses motivos podem ter um efeito negativo substancial na condição financeira ou resultados operacionais da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia não pode garantir que existem apólices ou que a cobertura dos seguros por ela contratada estará disponível ou que será suficiente para cobrir danos decorrentes de sinistros. A ocorrência de um sinistro significativo não segurado ou indenizável, parcial ou integralmente, pode afetar adversamente as receitas, despesas, imagem e negócios da Companhia. Mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto pelas apólices, não é possível garantir que o pagamento do seguro será realizado de forma tempestiva, ou em valor suficiente para compensá-la integralmente pelos danos decorrentes de tal sinistro, o que poderá afetar negativamente seus resultados financeiros e operacionais. Além disso, no caso de eventos segurados, a cobertura de seguros da Companhia está condicionada ao pagamento de prêmios de seguro. O não pagamento desses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá colocar a Companhia em risco, uma vez que os danos poderão não estar sujeitos à cobertura da seguradora, mesmo que segurados.

Nem todas as perdas ou responsabilidades que possam ser incorridas nas operações da Companhia são passíveis de transferência de risco por meio de seguro. Além disso, a Companhia estará sujeita ao risco de não conseguir manter ou obter seguro do tipo e no montante desejado por preços razoáveis, ou que conseguirá fazê-lo com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares, o que poderá gerar maiores custos à Companhia. Assim, se a Companhia incorrer em uma responsabilidade significativa para a qual não esteja inteiramente segurada, seus negócios, sua condição financeira e seus resultados operacionais podem ser adversamente afetados.

Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. A nossa falha em pagar tais prêmios, cumulada com a ocorrência de um sinistro, poderá colocar a Companhia em uma situação de risco, dado que danos, mesmo que segurados, não estariam sujeitos à cobertura pela seguradora.

Decisões desfavoráveis ou a impossibilidade de se realizar depósitos judiciais ou de se prestar ou oferecer garantias em atuais e futuros processos judiciais, administrativos ou arbitrais envolvendo a Companhia e/ou seus administradores podem nos afetar adversamente.

A Companhia e seus administradores são e podem ser, no futuro, partes em processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais relevantes, seja em matéria cível, tributária, administrativa, trabalhista, societária, regulatória, ambiental, criminal, dentre outras. A Companhia não pode garantir que os resultados destes processos nos serão favoráveis ou serão favoráveis aos membros de nossa

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

administração, ou, ainda, que constituiremos e/ou manteremos provisionamento, parcial ou total, suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes desses processos. Além disso, nós e nossos administradores, conforme o caso, incorreremos em custos com honorários advocatícios para o patrocínio desses processos, além de podermos ser obrigados a oferecer garantias ou sofrermos contrições em tais processos, o que poderá reduzir nossa liquidez e afetar nossa condição financeira. Para mais informações, ver itens 4.3. a 4.7 deste Formulário de Referência.

O nosso envolvimento ou de nossos administradores em processos que causem dano à nossa imagem, ou decisões contrárias aos nossos interesses, incluindo decisões que impeçam a realização dos nossos negócios como inicialmente planejados, podem nos causar um efeito adverso relevante, inclusive à nossa reputação.

Podemos não ser capazes de cumprir as cláusulas restritivas (covenants) impostas em nossos contratos de financiamento, o que poderá configurar um evento de vencimento antecipado de determinados contratos financeiros e, consequentemente, afetar adversamente a Companhia.

A Companhia está sujeita a compromissos restritivos (covenants) de acordo com os termos e as condições dos contratos de financiamento e dos documentos que formalizam seus títulos de dívida, que incluem disposições de vencimento antecipado caso sejam verificadas determinadas situações, como decretação de falência, pedido de autofalência, recuperação judicial ou extrajudicial, alteração de sua composição acionária, entre outras. Para mais informações sobre os covenants que a Companhia está sujeita, vide itens 3.9 e 10.1 deste Formulário de Referência.

Caso a Companhia não cumpra com as cláusulas previstas em tais contratos financeiros, e caso não seja capaz de obter os consentimentos necessários para a não declaração de seu vencimento antecipado (waiver) a Companhia poderá ser obrigada a efetuar o pagamento de determinadas dívidas de forma antecipada, gerando a necessidade de uma disponibilidade de caixa imediata, o que pode afetar adversamente seu resultado. Ainda, alguns dos instrumentos de dívida possuem cláusulas de vencimento antecipado cruzado (*cross default* e *cross acceleration*), de modo que estes instrumentos poderão ser impactados e ter seu vencimento antecipado declarado em decorrência do vencimento antecipado e/ou descumprimento de obrigações relacionadas a outras dívidas da Companhia. Em decorrência da pandemia de COVID-19, a Companhia pode não ser capaz de obter novos financiamentos junto a instituições financeiras ou pode enfrentar restrições de caixa, o que pode comprometer e/ou dificultar o cumprimento dos *covenants* financeiros aos quais está sujeita no âmbito de suas obrigações.

O vencimento antecipado e o vencimento antecipado cruzado de um montante relevante do saldo de tais instrumentos poderão limitar o acesso da Companhia a novas linhas de financiamento, consumir um valor significativo do caixa da Companhia e ter um efeito adverso relevante sobre os negócios e a condição financeira da Companhia. Para mais informações, ver Seção 10.1.f deste Formulário de Referência.

Caso parte relevante ou todos os nossos contratos financeiros sejam vencidos antecipadamente, nossa situação financeira e, consequentemente, nossa capacidade de pagamento de dívidas será afetada de forma material e adversa, podendo resultar em nossa insolvência. Adicionalmente, podemos enfrentar dificuldades ou limitações no acesso a novas linhas de financiamento, o que pode prejudicar a execução de nosso plano de investimentos, afetando de forma material e adversa nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

O Estatuto Social da Companhia prevê que o acionista ou o grupo de acionistas que atingir participação igual ou superior a 25% do capital social estará obrigado a efetivar uma OPA por Atingimento de Participação Relevante, o que poderá impedir ou dificultar operações de interesse dos demais acionistas que poderiam gerar um benefício para Companhia.

Nos termos do artigo 43 do Estatuto Social da Companhia, e observadas as demais disposições previstas no Estatuto Social, o acionista ou grupo de acionistas que atingir, de forma direta ou indireta, a titularidade de ações de emissão da Companhia (ou quaisquer direitos que assegurem, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

emissão da Companhia), em quantidade igual ou superior a 25% do capital social da Companhia, seja por meio de uma única operação, como por meio de diversas operações, deverá efetivar uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações e valores mobiliários conversíveis por ações, de titularidade dos nossos demais acionistas ("OPA por Atingimento de Participação Relevante"). O preço de aquisição por ação objeto da OPA por Atingimento de Participação Relevante não poderá ser inferior ao maior preço pago pelo novo acionista relevante nos 12 meses que antecederem o atingimento da Participação Relevante, ajustado por eventos societários, tais como a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio, grupamentos, desdobramentos, bonificações, exceto aqueles relacionados a operações de reorganização societária, bem como devidamente atualizado pela Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC. Tal disposição poderá vir a impedir ou dificultar operações de interesse dos acionistas da Companhia e, inclusive em benefício da Companhia. Para mais informações sobre a OPA por Atingimento de Participação Relevante, ver item 18.2 deste Formulário de Referência.

Falhas em detectar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos padrões de ética e conduta da Companhia em nossos sistema, políticas e processos de gestão e controle de riscos e compliance por nossos administradores, empregados e fornecedores, incluindo violações de leis e regulamentos de combate à fraude, corrupção e suborno, podem ocasionar impactos adversos relevantes sobre nossa reputação e nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais e cotação das ações ordinárias.

A Companhia está sujeita à Lei nº 12.846/13 ("Lei Anticorrupção"), que impõe responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos contrários à administração pública, praticados por seus dirigentes, administradores, colaboradores ou terceiros que atuem em nosso nome ou benefício. A existência de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial relacionados à violação de qualquer destas leis, no Brasil ou no exterior, por atos contra a Administração Pública praticados por colaboradores ou quaisquer terceiros que agem em nome, interesse ou benefício da Companhia, pode resultar em sanções aplicadas tais como multas, perda de bens, direitos e valores ilicitamente obtidos, suspensão ou interdição parcial de atividades, proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios e confisco de ativos, sanções estas que, se aplicadas, podem afetar adversamente os resultados da Companhia.

Os controles internos de procedimentos de conformidade da Companhia podem não ser suficientes para prevenir ou detectar todas as condutas inapropriadas, fraudes ou violações da legislação aplicável ou das políticas internas da Companhia por seus empregados, administradores, fornecedores e outros agentes, partes relacionadas e investidas ou assegurar que todos atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção a que a Companhia está sujeita, sendo exemplos dessas normas, no Brasil, o Decreto-Lei nº 2.848/1940, a Lei nº 8.137/1990, a Lei nº 8.429/1992 ("Lei de Improbidade Administrativa"), a Lei nº 8.666/1996, a Lei nº 9.613/1998, a Lei Anticorrupção, Decreto nº 8.420/2015, o Decreto nº 3.678/2000 e o Decreto nº 4.410/2002, o Decreto nº 5.687/2006. As sanções aplicadas com base em tais leis incluem multas, perdimento de bens, direitos e valores ilicitamente obtidos, suspensão ou interdição parcial de atividades, proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, sanções estas que, se aplicadas, podem afetar adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados da Companhia.

Além disso, a Companhia pode não ser capaz de assegurar que seus administradores, funcionários, representantes ou fornecedores atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos aplicáveis voltados à prevenção e combate à corrupção. Deste modo, a Companhia pode estar sujeita a violações de seus controles internos, leis e regulamentos listados acima e legislação correlata, que podem levar a penalidades nas esferas administrativa, cível e penal, tais como (i) reparação integral dos danos causados; (ii) publicação extraordinária da decisão condenatória; (iii) perdimento de bens, direitos ou valores relacionados à vantagem ilícita; (iv) perda de licenças operacionais, com a decorrente responsabilização subsidiária ou solidária da nossa Companhia; (v) proibição ou suspensão das nossas atividades; (vi) dissolução compulsória da nossa Companhia; (vii) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública; e/ou (viii)

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

responsabilização individual criminal dos membros da sua administração, funcionários e representantes, além de danos à nossa reputação ou outras consequências legais, causando um efeito adverso relevante em nossos negócios, resultados de operações e condição financeira.

A Companhia não tem como prever se surgirão futuras investigações, desdobramentos dessas investigações ou alegações envolvendo a Companhia, ou quaisquer de nossas afiliadas, diretores, empregados, terceiros agindo em seu nome ou membros do Conselho de Administração. A Companhia também pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por suas sociedades controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas, que nesse caso poderiam afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa.

Caso surjam investigações, alegações ou desdobramentos, a reputação, negócios, situação financeira, resultados operacionais, bem como a cotação das ações ordinárias da Companhia, poderão ser adversamente afetados.

A Companhia está sujeita a imposição de penalidades no âmbito da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais).

A Companhia possui atualmente contratos celebrados com entes públicos regidos pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais). Caso a Companhia não seja capaz de cumprir os requisitos estabelecidos pela referida lei, estará sujeita à imposição de penalidades.

Nesse sentido, o artigo 83 da Lei nº 13.303/2016 permite que as empresas estatais apliquem, pela inexecução total ou parcial do contrato, sanções de (i) advertência, (ii), multa, e (iii) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

A aplicação dessas sanções pode resultar em despesas significativas, impactos reputacionais, discussões administrativas e judiciais e prejuízo na nossa capacidade de renovar ou celebrar novos contratos com a entidade sancionadora.

A Companhia pode não conseguir identificar falhas e erros nos processos de produção, compras, importação e comercialização de produtos, o que poderá prejudicar a qualidade de seus produtos e serviços e acarretar aumentos de despesas com assistência técnica. Adicionalmente, falhas ou brechas de nossos sistemas de tecnologia da informação podem interromper nossas operações e impactar adversamente nossos negócios.

A Companhia está sujeita a ocorrência de falhas na gestão de qualidade no processo de compra de insumos, produção, montagem, distribuição e/ou nos componentes utilizados que podem gerar um aumento do índice de falhas dentro do prazo de garantia e gerar uma elevação das despesas com assistência técnica. A existência de defeitos, erros e eventuais atrasos ou impossibilidade de corrigi-los podem resultar em consequências negativas, incluindo, mas não se limitando a: (i) cancelamento de pedidos; (ii) despesas adicionais de garantia; (iii) atrasos na coleta de recebíveis; (iv) cancelamento de contratos; (v) perda de aceitação de nossos produtos no mercado; (vi) possíveis ações indenizatórias; (vii) e problemas reputacionais no mercado. A ocorrência de tais defeitos ou atrasos e a impossibilidade de corrigi-los podem afetar adversamente a nossa reputação, resultados e condição financeira.

Adicionalmente, a tecnologia da informação é uma parte importante do nosso negócio e dependemos dos nossos sistemas para suportar e gerenciar os dados das nossas operações e aumentar a eficiência nas unidades fabris e no processo de fabricação de nossos produtos e de gerenciamento de estoques. Nós também utilizamos tecnologia da informação para processar as informações financeiras e resultados para reportes internos e para atender as leis e regulamentação fiscais. Além disso, dependemos da tecnologia da informação para o marketing digital e comunicações eletrônicas entre nossas centrais de operação, lojas, pessoal, clientes e fornecedores. Ainda, temos um portfólio de produtos e softwares distribuídos no mercado que dependem de sistemas de tecnologia da informação para funcionamento.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A perda de pessoas-chave de nossa administração e de áreas estratégicas da Companhia ou a inabilidade de atrair ou reter pessoas qualificadas para cargos de alta relevância poderão causar efeitos adversos nas operações.

A Companhia depende de alguns membros da nossa administração, especialmente com relação à definição e à implementação de nossas estratégias e desenvolvimento de nossas operações. Estamos sujeitos ao risco de que tais pessoas-chave deixem de integrar o nosso quadro de colaboradores. Nesse caso, poderemos enfrentar dificuldades para a contratação de novas pessoas-chave com as mesmas qualificações. Para que tenhamos capacidade de reter ou repor pessoas-chave em nosso quadro de colaboradores, poderá ser necessária uma alteração na nossa política de remuneração, o que poderá acarretar em aumento nos nossos custos e despesas.

Não há garantia de que seremos bem-sucedidos em atrair ou reter pessoas-chave para nossa administração. Caso qualquer dessas pessoas-chave da nossa administração deixe de exercer suas atuais atividades por qualquer motivo, poderemos sofrer um impacto adverso relevante em nossas operações, o que poderá afetar nossos resultados e condição financeira.

Violações, interrupções ou falhas dos nossos sistemas de tecnologia da informação, incluindo como resultado um possível ataque cibernético, podem interromper nossas operações e resultar em impactos adversos e significativos à sua reputação e aos nossos negócios.

Os sistemas de tecnologia da informação utilizados pela Companhia são parte essencial do funcionamento dos nossos negócios, os quais dependem de sistemas computadorizados para gerenciar informações e aumentar a eficiência de nossas unidades de produção e armazenagem, bem como dos processos de gestão de estoques. A título de exemplo, a Companhia utiliza diversos sistemas de tecnologia da informação para processar informações financeiras e resultados operacionais em relatórios internos e atender às exigências regulatórias e legais. Além disso, dependemos de sistemas de tecnologia da informação para realizar atividades de publicidade e marketing digital e nos comunicar, por meio de mensagens eletrônicas, com nossas unidades produtivas, nosso pessoal, nossos clientes e nossos fornecedores.

Nesse sentido, é relevante destacar que os sistemas de tecnologia da informação que utilizamos podem estar vulneráveis a uma variedade de interrupções, ameaças e incidentes relacionados a ataques cibernéticos. No ambiente atual, nossas atividades estão sujeitas a riscos relacionados à segurança cibernética e privacidade, incluindo hackers criminosos, hacktivistas, espionagem industrial, má conduta de funcionários, erro humano ou falha tecnológica.

Tais circunstâncias podem resultar, por exemplo, em acesso não autorizado, divulgação, modificação, uso indevido, perda ou destruição de informações comerciais, dados pessoais ou sistemas, incluindo aqueles que pertencem a nós, aos nossos clientes ou a terceiros; roubo de dados confidenciais, incluindo dados pessoais; perda de acesso a dados ou sistemas críticos através de *ransomware*, ataques destrutivos ou outros meios; erros de transação; atrasos nos negócios; e interrupções no serviço ou no sistema.

Uma violação bem-sucedida dos seus sistemas, softwares ou hardwares, redes e sistemas de tecnologia de dados ou outros ativos tecnológicos, pode ocorrer e persistir por um longo período antes de ser devidamente detectada e a Companhia pode não ser capaz de lidar, ou de fazê-lo tempestivamente com as consequências de tais incidente. Além disso, os ataques cibernéticos continuam evoluindo em dimensão e sofisticação e a Companhia poderá não ser capaz de desenvolver ou obter meios para a neutralização de tais incidentes, ou fazê-lo em tempo hábil, visando evitar danos a seus produtos e à prestação de nossos serviços.

A nossa ineficiência em impedir falhas de segurança, incluindo falhas que impeçam nossos sistemas de funcionarem como desejado (inclusive ocasionando problemas de desempenho de sistemas), mesmo por um período limitado de tempo, poderá causar erros de transação, ineficiências de processos, perdas de vendas, vazamento de informações de clientes, afetar a funcionalidade, disponibilidade, integridade e operacionalidade dos nossos sistemas e resultar em despesas significativas para nós e/ou perda de participação de mercado para outros provedores de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

comunicações afetando, inclusive, a nossa reputação. Os custos associados a um grande ataque cibernético poderiam onerar nossos clientes e parceiros de negócios, aumentar os nossos gastos com medidas de segurança cibernética e afetar a nossa receita em razão de eventuais interrupções de negócios e litígios. Adicionalmente, a nossa falha em antever uma interrupção sistêmica e/ou um ataque cibernético poderá nos sujeitar a ações judiciais por reparação de danos e a perdas financeiras em razão da reposição de produtos inutilizados, provocando, dessa forma, um impacto negativo em nossos negócios e em nossa reputação.

Qualquer destes acontecimentos, pode nos sujeitar, direta e indiretamente, a responsabilizações, ou processos judiciais, arbitrais e administrativos. Somado a isto, poderemos, ainda, estar sujeitos à perda de clientes existentes ou potenciais, perda de vendas, danos à marca, reputação e outras perdas financeiras. Além disso, se não formos capazes de evitar violações à segurança, poderemos sofrer danos ou penalidades financeiras e de reputação devido à divulgação não autorizada de informações confidenciais pertencentes a nós ou a nossos parceiros, clientes, consumidores ou fornecedores.

O custo e as consequências operacionais de responder a incidentes de segurança cibernética e implementar medidas de remediação podem ser significativos e/ou ser insuficientes para repelir ou mitigar os efeitos do incidente, o que poderá causar danos de imagem à Companhia, bem como um efeito adverso relevante em seus negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros. Além disso, esses custos podem não ser cobertos pelas apólices de seguro contratadas pela Companhia, ou as apólices contratadas podem ser insuficientes.

Adicionalmente, a conclusão de investigação de incidentes de segurança cibernética, com informações completas e confiáveis sobre o incidente, poderá levar tempo considerável não condizente com a velocidade necessária para o atendimento tempestivo, pela Companhia, a seus clientes, e durante as investigações, pode não ser reconhecida toda a extensão de dano ou a melhor forma de remediá-lo.

O nosso risco de segurança cibernética também depende de fatores como as ações, as práticas e os investimentos de clientes, contratados, parceiros de negócios, fornecedores e terceiros. Não podemos garantir que as medidas e planos de recuperação por nós implementados serão bem-sucedidos na prevenção de ataques de segurança cibernética, incidentes gerais de segurança de informações ou interrupção dos sistemas de tecnologia da informação. Além disso, à medida que os nossos negócios e o cenário de segurança cibernética evoluam, poderão ser necessários investimentos adicionais significativos para proteger nossa infraestrutura de tecnologia de dados e informações, o que poderá afetar adversamente a nossa condição financeira, nossa reputação e os resultados das nossas operações.

O ambiente regulatório em relação às questões de segurança cibernética, privacidade e proteção de dados é cada vez mais complexo e pode ter impactos nos nossos negócios, incluindo aumento de riscos, custos e das obrigações de conformidade. Para maiores informações, veja o risco acima de "*Os nossos negócios, práticas e políticas estão sujeitos a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados, podendo ser afetados adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.*"

A Companhia depende de suas fábricas para a montagem de parcela significativa de seus produtos comercializados. As operações fabris estão sujeitas a atrasos e falhas que podem causar efeitos adversos nos negócios da Companhia.

A Companhia depende de suas fábricas para a montagem de parcela significativa de seus produtos comercializados. As operações fabris estão sujeitas a riscos de eventos adversos de diversas naturezas como, por exemplo, interrupções no funcionamento de suas fábricas, causadas por intempéries naturais, como vendavais, alagamentos, incêndios entre outras; interrupções do suprimento de insumos importantes, como energia elétrica e água; falhas humanas no processo, como erros na montagem dos produtos; quebra de maquinário; entre outros. A ocorrência de quaisquer destes eventos pode levar a atrasos na produção e comercialização dos produtos, o que gerar efeito adverso sobre os resultados da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

No âmbito da nossa unidade de energia solar, comercializamos sistemas geradores de energia elétrica com base em energia solar. O sucesso da comercialização desses sistemas depende de vários fatores que fogem ao nosso controle (incluindo fatores naturais, relacionados à capacidade solar do país, e fatores governamentais, a exemplo de instituição de novas obrigações a serem observadas pelos consumidores de energia solar por agências reguladoras brasileiras, a exemplo da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL).

Conforme descrito no item 7.3 deste formulário de referência a nossa atividade comercial pode ser dividida nas seguintes unidades de negócios: (i) telecom (que inclui redes de fibra ótica e rede de dados e Wi-Fi); e (ii) corporativo (que inclui sistemas de segurança eletrônica, sistemas de cibersegurança, produtos de infraestrutura de data centers, automação de escritórios e residências, produtos de áudio e vídeo profissional, painéis de LED e geradores de energia fotovoltaica).

No âmbito da nossa unidade de produção de geradores energia com base em energia solar, comercializamos sistemas de conversão de energia solar em energia elétrica para os nossos consumidores. O sucesso da comercialização desses sistemas depende de vários fatores que fogem ao nosso controle (incluindo fatores naturais, relacionados à capacidade solar do país, e fatores governamentais, a exemplo de instituição de novas obrigações a serem observadas pelos consumidores de energia solar por agências reguladoras brasileiras, a exemplo da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e incentivos/restrições para o desenvolvimento dessa modalidade de geração de energia elétrica com a manutenção ou restrição de subsídios tarifários). Um ou diversos desses fatores podem evoluir de forma desfavorável para nosso crescimento no futuro e, consequentemente, afetar nossa capacidade de geração de receitas e resultados operacionais.

Ademais, caso quaisquer fatores impactem o custo da energia solar obtida pelos consumidores através dos sistemas que comercializamos, nossos consumidores finais serão impactados economicamente, o que poderá prejudicar a comercialização futura de nossos sistemas de energia solar, afetando os nossos negócios, reputação e resultados.

Aumento de salários, atrasos em negociações sindicais e paralisações ou greves de nossa força de trabalho poderão reduzir a lucratividade e afetar as operações da Companhia.

Os salários e benefícios dos colaboradores representaram 7,4% dos custos e despesas da Companhia considerando nossos resultados para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. De acordo com as leis trabalhistas, a Companhia está obrigada a negociar anualmente com os sindicatos os níveis salariais, benefícios, jornadas, entre outros. Caso a Companhia não seja capaz de negociar de forma que lhe seja satisfatória com os sindicatos, poderá ser obrigada a aumentar os níveis dos salários em valores superiores aos índices inflacionários pelos quais as receitas são corrigidas, ou conceder outros benefícios que podem resultar em um aumento dos custos ou despesas, ou gerar insatisfações dos empregados, que podem resultar em greves e/ou paralisações. É possível que a Companhia não consiga repassar os aumentos salariais aos preços dos serviços, o que pode vir a reduzir as margens.

Os empregados da Companhia são representados por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por acordos coletivos e contratos de trabalho, que estão sujeitos à renegociação periódica dentro dos prazos estabelecidos por lei. Adicionalmente, greves, paralisações ou interrupções de trabalho nas instalações da Companhia, ou que afetem qualquer um de suas fornecedores ou contratados, inclusive relacionados aos efeitos da pandemia de COVID-19 nas condições de trabalho podem ter um efeito adverso sobre as suas operações e seus negócios.

A incapacidade da Companhia ou falha em proteger os seus ativos de propriedade intelectual contra violações de terceiros, ou, ainda, se a Companhia violar a propriedade intelectual de terceiros, poderá afetar negativamente a Companhia.

Problemas relacionados à proteção de ativos de propriedade intelectual da Companhia, essencialmente, marcas e nomes e domínio, podem afetar a Companhia negativamente.

Alguns dos pedidos de registro de marca detidos pela Companhia enfrentam algumas dificuldades em seu processo de obtenção dos registros, tais como oposições, sobrestamentos, processos administrativos de nulidade e indeferimento. Eventos como o indeferimento definitivo de seus

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

pedidos de registro de marca perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI") ou, ainda, o uso indevido ou não autorizado das marcas registradas da Companhia podem diminuir o valor das marcas da Companhia ou prejudicar sua reputação, o que também pode fazer com que a Companhia sofra impacto negativo em seus resultados operacionais. Há também o risco, ainda que por omissão, de a Companhia não conseguir renovar, manter ou lograr êxito na obtenção de registro de alguma de suas marcas ou de que os seus concorrentes contestem ou invalidem quaisquer marcas, existentes ou futuras, registradas ou licenciadas pela Companhia, resultando em dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes.

Ainda, métodos, melhorias tecnológicas, incremento de novas soluções e desenvolvimento de novos produtos, aplicados pela Companhia em suas atividades, podem ser questionados por terceiros alegando violação de direitos de propriedade intelectual, podendo dar início a disputas e/ou litígios relacionados a ativos de propriedade intelectual que, ainda que sem mérito, podem ser onerosos e demorados e ter um efeito negativo nos resultados da Companhia. Nestas hipóteses, a Companhia pode ser impedida de continuar utilizando tais marcas de terceiros, sem prejuízo do pagamento de indenizações.

Sendo assim, qualquer falha da Companhia em proteger sua propriedade intelectual pode ter um efeito adverso em seus resultados operacionais. Nesse sentido, a Companhia não pode garantir que as medidas adotadas para proteger os seus direitos de propriedade intelectual serão suficientes, ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão indevidamente dos direitos de propriedade intelectual da Companhia, o que poderá impactá-la adversamente.

Se não cumprirmos satisfatoriamente as disposições legais e regulamentares destinadas a combater atos de corrupção, poderemos ficar sujeitos a multas, penalidades ou outras sanções administrativas e judiciais, e poderemos ser impactados de forma negativa.

A Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada ("Lei Anticorrupção") introduziu o conceito de responsabilidade objetiva, no âmbito administrativo e civil, para pessoas jurídicas envolvidas em atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, sujeitando o infrator a penalidades cíveis e administrativas. Há risco de que nossos administradores, empregados, representantes, fornecedores ou agentes intermediários pratiquem atos que violem a Lei Anticorrupção ou outras leis relativas à prevenção e combate à corrupção e fraudes. Conforme a Lei Anticorrupção, as empresas que forem consideradas culpadas por atos de corrupção poderão ser sujeitas a multas no valor de até 20% do faturamento bruto do exercício anterior, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação, além de reparação integral dos danos e publicação de decisão condenatória em meios de comunicação de grande circulação. Não podemos assegurar a eficácia da nossa área de *compliance* com relação à prevenção de atos que violem a Lei Anticorrupção. Tampouco podemos assegurar que a existência desta área de *compliance* será levada em consideração pelas autoridades brasileiras na aplicação das sanções citadas acima, nos termos da Lei Anticorrupção***.***

Nesse sentido, violações à Lei Anticorrupção ou a outras leis e regulamentos anticorrupção nacionais ou internacionais podem levar a penalidades nas esferas administrativa, civil e penal, tais como de (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal; (ii) publicação extraordinária da decisão condenatória; (iii) perdimento de bens, direitos ou valores relacionados à vantagem ilícita; (iv) perda de licenças operacionais, com a decorrente responsabilização subsidiária ou solidária da nossa Companhia; (v) proibição ou suspensão das atividades da nossa Companhia; (vi) dissolução compulsória da nossa Companhia; (vii) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública; e/ou (viii) responsabilização individual criminal dos membros da sua administração, funcionários e representantes, além de danos à reputação da nossa Companhia ou outras consequências legais, causando um efeito adverso relevante nos negócios da nossa Companhia, resultados de operações e condição financeira.

Também podemos vir a ser solidariamente responsabilizados pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por nossos acionistas controladores, controladas ou coligadas, o que poderia afetar adversamente a nossa reputação,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

negócios, condição financeira e resultados operacionais. Além disso, a nossa reputação pode ser negativamente impactada por violações às leis anticorrupção aplicáveis a nós e/ou a nossos acionistas controladores.

Por conseguinte, se nos envolvermos em quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial, nos termos da Lei Anticorrupção, poderemos sofrer sanções ainda mais graves, incluindo a suspensão ou interdição parcial de nossas atividades, nossa dissolução, além de danos à nossa reputação, o que nos afetará de modo adverso. Adicionalmente, os atos praticados por nossos administradores, colaboradores, representantes ou agentes intermediários fogem ao nosso controle, e, caso violem a Lei Anticorrupção ou legislação relacionada, podem culminar com a aplicação de sanções a nós, inclusive as sanções mencionadas acima.

Estamos sujeitos a riscos relacionados à administração de nosso estoque.

Estamos sujeitos a diversos riscos relacionados à rede de reposição e à otimização de estoques, por exemplo, a capacidade de produção dos nossos fornecedores chineses, mudanças rápidas de ciclos, demanda e preços de produtos, capacidade dos fornecedores chineses em nos enviar produtos, complicações de natureza aduaneira das mercadorias adquiridas, mudanças na demanda do consumidor e nos padrões de gastos do consumidor e outros fatores.

A demanda por nossos produtos pode mudar significativamente entre o momento em que compramos os produtos de nossos fornecedores e o momento da venda para os clientes e consumidores finais, o que pode diminuir a nossa capacidade de vender os produtos mantidos em estoque. Além disso, não é possível assegurar que selecionaremos corretamente os novos produtos a serem fabricados e/ou importados, ou que a nossa estimativa inicial da demanda por tal produto será mantida ou correta. A aquisição de certos produtos pode exigir prazo de entrega longo, bem como realização de pré-pagamento significativo, além da possibilidade de não poder retornar ou trocar tais produtos para os nossos fornecedores. Qualquer um dos fatores acima pode afetar adversamente os nossos resultados.

A Companhia pode não ser capaz de atender as cotas para contratação de pessoas com deficiência e/ou aprendizes.

A Companhia está sujeita às leis e regulamentos federais, estaduais e municipais de diversos órgãos governamentais que determinam o atendimento de cotas para contratação de pessoas com deficiência e/ou aprendizes. Falhas em atender integralmente tais cotas podem resultar em sanções e outras consequências, que podem afetar adversamente a imagem, os negócios e os resultados financeiros e operacionais da Companhia.

A construção de plantas industriais e a expansão de nossas fábricas existentes podem demandar recursos adicionais, bem como apresentar riscos que afetem negativamente os nossos resultados.

Nossa estratégia de crescimento envolve a abertura e a operação de novas unidades fabris e a construção de plantas industriais. Essa estratégia gera demandas crescentes sobre nossos recursos operacionais, gerenciais, administrativos e financeiros, que podem ficar sobrecarregados e consequentemente resultar em queda de eficiência na gestão dos nossos negócios, o que, por sua vez, pode levar a uma deterioração no desempenho de nossas unidades fabris individualmente e de nosso negócio como um todo. Ainda, quando a inauguração de novas unidades fabris ocorrer em mercados onde já possuímos unidades fabris, poderemos sofrer uma redução nas vendas líquidas das unidades fabris pré-existentes nesses mercados em função do deslocamento de vendas, o que pode nos afetar negativamente.

Além disso, a construção, expansão ou otimização das nossas atuais fábricas ou a construção de novas plantas industriais estão sujeitas aos riscos de não obtenção de autorizações ambientais, alvarás e/ou licenças necessários para nossa operação, falta de fornecedores aptos a fornecer equipamentos ou matéria-prima, elevação de custos ou redução de receitas, falta de mão-de-obra capacitada, falta de fonte de financiamento em condições satisfatórias ou de qualquer forma, indisponibilidade de imóveis apropriados nas proximidades da área desejada, entre outros. Ainda, tais fábricas podem não ser concluídas no prazo planejado ou ser concluídas em desacordo com os

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

respectivos projetos. Descumprimentos contratuais por parte de fornecedores de equipamentos ou serviços podem causar prejuízos financeiros, prejuízos ao projeto e descumprimento de obrigações assumidas perante terceiros, e as obrigações de indenização ou garantias prestadas por tais fornecedores podem ser insuficientes para compensar os prejuízos a que poderíamos estar sujeitos. Quaisquer falhas ou descumprimentos na implementação dos projetos de crescimento e/ou expansão das plantas existentes poderão causar impacto negativo em nossa situação financeira e em nossos negócios.

A Companhia pode não ser capaz de obter, manter ou renovar, em prazo adequado, as licenças imobiliárias necessárias e os contratos de locação dos imóveis nos quais realiza suas operações, ou de celebrar novos contratos ou renová-los em condições que sejam comercialmente adequadas, o que pode afetar adversamente os resultados da Companhia.

A ocupação de imóveis operacionais e/ou sedes administrativas por nós está sujeita à obtenção de licenças junto aos órgãos municipais (alvará de licença para uso e funcionamento) e aos departamentos de corpos de bombeiros responsáveis, na forma prevista na legislação aplicável, as quais devem ser tempestivamente obtidas e renovadas por nós e/ou pelos locadores dos contratos em que figuramos como locatários.

Não podemos assegurar que a obtenção dessas licenças ocorrerá dentro do cronograma previsto de abertura de novas lojas e centros de distribuição, inclusive em decorrência dos impactos da pandemia de COVID-19.

A falta de uma dessas licenças, indeferimento da sua obtenção ou não renovação tempestiva pode implicar em penalidades que variam desde a aplicação de multas até o encerramento das atividades no respectivo imóvel, bem como pode prejudicar a capacidade de produzir e distribuir mercadorias para nossos clientes, o que pode resultar na queda nas vendas e afetar adversamente nossos resultados. Para mais informações sobre nossas licenças imobiliárias, vide item 7.5.a deste Formulário de Referência.

Ainda, caso ocorra a rescisão dos contratos de locação de imóveis, por qualquer motivo, a Companhia terá que buscar no mercado novos imóveis que possam receber suas operações. Referida busca poderá incorrer na necessidade de paralisação temporária das atividades realizadas naquele imóvel e em custos de transição, sendo que o valor do aluguel dos novos imóveis poderá ser superior ao valor anteriormente pago. Dessa forma, a Companhia não pode garantir que obterá sucesso na renovação dos contratos de locação vigentes.

Caso o imóvel locado pela Companhia seja alienado a terceiros durante a vigência do contrato de locação, o terceiro adquirente não se encontrará obrigado a respeitar os mesmos termos e condições acordados com o antigo proprietário, salvo se, cumulativamente, (i) a locação for por prazo determinado; (ii) constar no contrato cláusula de vigência da locação em caso de alienação do imóvel; e (iii) o contrato estiver registrado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca competente. Tendo em vista que a maioria dos contratos contém cláusula de vigência prevista no artigo 8º da Lei nº 8.245/91 (Lei de Locações) e/ou não estão devidamente registrados junto aos cartórios competentes, os requisitos mencionados acima poderão não ser preenchidos, possibilitando ao terceiro adquirente solicitar à Companhia a desocupação do imóvel, em um prazo de 90 dias, livre de qualquer penalidade.

Adicionalmente, na hipótese de o imóvel locado ser colocado à venda durante o prazo de vigência da locação, a locatária terá direito de preferência para adquiri-lo em igualdade de condições com terceiros, mediante notificação enviada pelo locador concedendo prazo de 30 dias para exercer o direito de preferência. Caso a locatária não o exerça, o imóvel locado poderá ser alienado ao terceiro. A locatária cujo direito de preferência não for respeitado poderá adquirir o imóvel locado, mediante depósito judicial do preço de aquisição e de outras despesas de transferência pertinentes, desde que requeira a adjudicação do imóvel no prazo de 6 meses após o registro da respectiva escritura em nome do terceiro adquirente no Cartório de Registro de Imóveis competente, desde que o contrato de locação tenha sido averbado na matrícula do imóvel locado, pelo menos 30 dias antes da alienação em questão. Caso o contrato de locação não esteja averbado, a locatária poderá apenas

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

reivindicar do locador uma indenização por perdas e danos. Além disso, não há garantia de que a Companhia conseguirá alugar os imóveis nos quais está interessada.

O locatário - empresário ou sociedade empresária - tem o direito de obter, por meio da ação renovatória, a renovação compulsória do contrato de locação para a proteção do fundo de comércio, que abrange o estabelecimento e as atividades ali realizadas. Esse direito será assegurado desde que estejam presentes, cumulativamente, os seguintes requisitos previstos na Lei de Locação: (i) o contrato tenha sido celebrado por escrito e com prazo determinado; (ii) o prazo mínimo do contrato ou a soma dos prazos ininterruptos dos contratos escritos seja de pelo menos 5 anos e (iii) o locatário esteja explorando seu comércio no mesmo ramo pelo prazo mínimo e ininterrupto de 3 anos. O locatário, seu cessionário ou seu sucessor são as pessoas dotadas de legitimidade ativa para ingressar com a referida ação renovatória. O sublocatário também pode ingressar com a ação renovatória, na hipótese de ser contratualmente permitida a sublocação total do imóvel.

A legislação dispõe que a ação renovatória deverá ser proposta, sob pena de decadência, no prazo de 1 (um) ano, no máximo, até 6 (seis) meses, no mínimo, anteriores à data da finalização do prazo do contrato de locação comercial. Caso a ação renovatória não seja proposta em tal prazo, o locador terá a faculdade de, findo o contrato, retomar o imóvel, independentemente de motivação. A observância do prazo para a propositura da ação renovatória é essencial para o regular exercício do direito. Se perdido tal prazo, não será assegurada ao locatário qualquer outra medida judicial que lhe garanta a prorrogação do prazo e a permanência no imóvel.

A Lei de Locação afasta o direito à ação renovatória na hipótese de o imóvel locado vir a ser utilizado pelo próprio locador ou para transferência de fundo de comércio existente há mais de 1 (um) ano, cuja maioria do capital seja de titularidade do locador, de seu cônjuge, de seu ascendente ou descendente.

O reajuste dos alugueis a valor de mercado também poderá resultar em impactos materiais não esperados em nossos custos operacionais, se resultar em aumento significativo. Em um cenário de hiperinflação, os resultados operacionais e situação financeira da Companhia podem ser adversamente afetados em razão dos reajustes aplicáveis aos aluguéis devidos.

Além disso, se decidir rescindir qualquer um de seus contratos de locação, antes do fim do prazo contratual determinado, poderá ser obrigada a pagar uma multa contratual ao proprietário, como consequência da rescisão antecipada do contrato de locação. Os valores envolvidos em tais multas e sua eventual quantidade poderia, no total, afetar adversamente a Companhia.

Por fim, caso a Companhia deixe de cumprir com suas obrigações nos termos de seus contratos de locação, tais contratos podem ser encerrados antecipadamente.

Caso não seja capaz de (i) manter seus contratos de locação; (ii) celebrar novos contratos; ou (iii) renová-los em condições que entenda serem adequadas, a Companhia pode ter suas atividades interrompidas e ser adversamente impactada, em razão de (i) custos decorrentes da realocação de operações, e (ii) perda e/ou diminuição de receita, incluindo se não for capaz de localizar imóveis substitutos adequados para suas atividades e/ou se demorar para localizá-los ou se localizá-los a preços elevados. Nesses casos, a situação financeira e resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados.

Nossa estratégia de crescimento depende do crescimento dos setores de telecomunicações e corporativo no Brasil, que podem ter efeitos adversos para os negócios da Companhia.

Nosso crescimento depende do crescimento dos setores de telecomunicações e corporativo no Brasil, incluindo os mercados que compõem estes setores, como, por exemplo o mercado de banda larga, preponderante em nossas atividades. O crescimento do mercado de banda larga depende de uma série de fatores que fogem ao nosso controle, como a penetração da banda larga no total de domicílios no país; o aumento do número de consumidores de internet banda larga, via conexões de fibra ótica; a velocidade de substituição das tecnologias de banda larga obsoletas pela tecnologia de fibra ótica; a capacidade dos provedores de internet – principalmente os provedores de pequeno e médio porte, que têm sido os principais responsáveis pela expansão da rede de fibra ótica no Brasil – de expandir suas redes de fibra ótica; a disponibilidade de equipamentos, majoritariamente

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

importados, para suportar esta expansão; a demanda dos consumidores por velocidades de conexão de internet mais altas e de melhor qualidade; entre outras. O crescimento do mercado corporativo no Brasil também depende de variáveis que fogem ao nosso controle, como por exemplo, o crescimento do produto interno bruto do Brasil; o crescimento do setor de serviços; a velocidade de adoção de novas tecnologias por parte das empresas nacionais, com o objetivo de otimizar suas atividades e/ou reduzir custos operacionais; a disseminação da adoção do modelo *Technology as a Service*, entre outras. Caso estes fatores deixem de ocorrer no futuro, estes mercados poderão ser negativamente afetados, causando um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia.

A dependência da Companhia de seus revendedores autorizados para a venda de parte de seus produtos, pode ter um efeito adverso relevante para os negócios da Companhia.

Parte substancial de nossos produtos é vendida principalmente por meio da venda direta realizada por terceiros, que são revendedores autorizados. Há uma alta taxa de rotatividade entre os revendedores e qualquer perda ou distração dos revendedores pode ter efeitos adversos sobre o nosso negócios. Estamos sujeitos ao risco de créditos de liquidação duvidosa relacionados ao fornecimento de crédito a representantes. Ainda, tal risco é agravado caso as condições financeiras dos representantes se deteriorarem. Além disso, as condições macroeconômicas podem reduzir nossas vendas, impactar nossa capacidade de executar nossa estratégia comercial global ou causar um efeito adverso relevante no nosso negócio, perspectivas, situação financeira, liquidez, resultados de operações ou fluxos de caixa.

Se perdermos participação de mercado por meio de nossos revendedores (ou seja, se nossos revendedores passarem a trabalhar diretamente com nossos concorrentes ou se outros revendedores conseguirem desenvolver mais negócios do que os revendedores com quem trabalhamos), nosso negócio, perspectivas, situação financeira, liquidez, resultados operacionais e fluxos de caixa podem ser afetados de forma adversa.

Ainda, se qualquer governo ou órgão regulatório do Brasil banir ou restringir rigorosamente nossos métodos de negócio ou modelo operacional/comercial, nossos negócios e resultados financeiros e operacionais podem ser adversamente afetados.

A falha das políticas e das estruturas adotadas pela Companhia para gerenciamentos de riscos poderá ter um efeito adverso relevante nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

As políticas e as estruturas para identificar, analisar, quantificar, avaliar, monitorar e gerenciar riscos da Companhia podem não ser suficientes, eficazes, ou, ainda, nossos controles internos implementados podem ser insuficientes para a verificação de possíveis erros fraudes e/ou violações. Muitos dos métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia podem não prever exposições futuras ou não serem suficientes contra riscos desconhecidos e/ou não mapeados e que poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas que foram utilizadas pela Companhia.

Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser totalmente precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados.

As informações em que nos baseamos ou que alimentam ou mantêm modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que pode gerar um efeito adverso relevante sobre os nossos negócios.

Se não formos capazes de manter nossos controles internos operando de maneira efetiva, poderemos não ser capazes de elaborar nossas demonstrações financeiras e informações financeiras intermediárias de maneira adequada, reportar nossos resultados de maneira precisa, prevenir a ocorrência de fraudes, erros ou a ocorrência de outros desvios. Dessa forma, a falha ou a ineficácia nos controles internos da Companhia poderá ter um efeito adverso significativo em nossos negócios.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Adicionalmente, nossos procedimentos de *compliance* e controles internos podem não ser suficientes para evitar ou detectar todas as condutas impróprias, fraudes, atos de corrupção ou violações às leis aplicáveis por parte dos funcionários e membros da administração da Companhia e de terceiros agindo em nome da Companhia. Caso nossos funcionários ou outras pessoas relacionadas à Companhia se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais ou violem leis e regulamentos aplicáveis ou políticas internas da Companhia, a Companhia, seus funcionários, membros de sua administração poderão ser responsabilizados por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em penalidades, multas ou sanções que podem afetar substancial e adversamente os negócios e imagem da Companhia.

(b) Riscos Relacionados ao Controlador, direto ou indireto, ou Grupo de Controle

Após a conclusão de nossa oferta pública inicial de ações, não teremos um acionista controlador ou grupo de controle titular de mais de 50% do capital votante, o que pode deixar-nos susceptíveis a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de um acionista controlador ou grupo de controle titular de mais de 50% de nosso capital votante.

Após a conclusão de nossa oferta pública inicial de ações, caso a mesma seja concluída, não teremos um acionista ou grupo controlador titular da maioria absoluta de nosso capital votante. É possível, dessa forma, que se formem alianças ou acordos de votos entre os acionistas, o que poderia ter o mesmo efeito de se ter um grupo de controle. Caso surja um grupo de controle e esse passe a deter o poder decisório da Companhia, as políticas corporativas e as estratégias podem sofrer mudanças repentinas e inesperadas, incluindo, mas não se limitando, à substituição dos seus administradores. Além disso, podemos ficar mais vulneráveis a tentativas hostis de aquisição de controle e a conflitos daí decorrentes.

A ausência de um acionista ou grupo controlador titular de mais de 50% do capital votante poderá dificultar certos processos de tomada de decisão, pois o quórum mínimo exigido por lei para determinadas deliberações poderá não ser atingido. Nesse caso, nós e os nossos acionistas minoritários poderemos não gozar da mesma proteção conferida pela lei contra abusos praticados por outros acionistas e, em consequência, poderemos ter dificuldade em obter a reparação dos danos sofridos.

Após a conclusão de nossa oferta pública inicial de ações, caso a mesma seja finalizada, nossos atuais acionistas controladores passarão a deter menos de 50% (cinquenta por cento) de nosso capital social total e votante. Qualquer mudança repentina ou inesperada no quadro de administradores, na política empresarial ou no direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos, bem como a ocorrência do vencimento antecipado de dívidas ou a rescisão de contratos por clientes, pode afetar adversamente a Companhia.

A redução da participação societária dos nossos atuais controladores em decorrência da nossa oferta pública inicial de ações poderá ser interpretada como uma alteração no controle da Companhia, e consequentemente configurar um evento de vencimento antecipado de determinadas dívidas.

A totalidade de nossos contratos financeiros prevê que a alteração do controle societário da Companhia, sem o consentimento dos respectivos credores, constitui evento que enseja a declaração de vencimento antecipado de tais dívidas. A redução da participação societária dos atuais controladores na Companhia em decorrência da oferta pública inicial de ações poderá ser interpretada como uma alteração no controle da Companhia. Portanto, caso a Companhia não seja capaz de obter as aprovações necessárias, a oferta poderá ocasionar declaração de vencimento antecipado de qualquer dessas dívidas, que totalizam um saldo devedor, em 31 de dezembro de 2020, de R$ 524.669.000,00.

Adicionalmente, caso outro acionista ou grupo de acionista passe a deter mais de 50% das ações da Companhia e/ou seja capaz de eleger a maioria dos administradores da Companhia em assembleia geral de acionistas e caso a Companhia não seja capaz de obter as aprovações necessárias, outros

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

instrumentos financeiros da Companhia poderão ter seu vencimento antecipado declarado. Ainda, alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e de suas subsidiárias possuem cláusulas de vencimento antecipado cruzado (*cross default* e *cross acceleration*), podendo ser impactados e ter seu vencimento antecipado declarado em decorrência do vencimento antecipado e/ou descumprimento de obrigações de outras dívidas da Companhia e de suas subsidiárias, como por exemplo em caso de declaração de vencimento antecipado das dívidas listadas no parágrafo anterior. O vencimento antecipado e o vencimento antecipado cruzado de um montante relevante do saldo de tais instrumentos poderão consumir um valor significativo do caixa da Companhia e ter um efeito adverso relevante sobre nós.

Para mais informações sobre estas operações, ver o item 10.1.f do Formulário de Referência.

Os interesses de acionistas controladores da Companhia podem entrar em conflito com os interesses de outros detentores de suas ações ordinárias.

De acordo com a Lei das S.A., os acionistas controladores têm o poder de eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração, exercer o controle geral sobre a administração, determinar suas políticas, vender ou de alguma forma transferir ações que representem o seu controle por ele detidas e determinar o resultado de qualquer deliberação de seus acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, venda de todos ou substancialmente todos os ativos, assim como determinar a distribuição e pagamento de quaisquer dividendos futuros. Os acionistas controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares que podem entrar em conflito com os interesses dos demais acionistas da Companhia. Adicionalmente, qualquer mudança no controle pode afetar materialmente a administração, os negócios, os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia.

Não se pode assegurar que os interesses dos acionistas controladores da Companhia estejam alinhados com os interesses dos demais investidores nas deliberações.

Adicionalmente, quaisquer dos acionistas controladores da Companhia poderão optar por vender parcela significativa ou a totalidade de suas respectivas participações para terceiros. Caso não haja um acionista controlador titular da maioria absoluta do capital votante da Companhia, os acionistas da Companhia poderão não gozar da mesma proteção conferida pela Lei das S.A. contra abusos praticados por outros acionistas e, em consequência, poderão ter dificuldade em obter a reparação dos danos causados. Qualquer mudança repentina ou inesperada na administração da Companhia, em sua política empresarial ou direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos podem afetar adversamente os negócios e os resultados operacionais da Companhia.

Caso surja um grupo de acionistas agindo em conjunto ou vinculados por acordo de voto e este grupo passe a deter o poder decisório da Companhia, esta pode sofrer mudanças repentinas e inesperadas de suas políticas corporativas e estratégias, inclusive através de mecanismos como a substituição dos seus administradores. Além disso, é possível que a Companhia fique mais vulnerável a tentativas hostis de aquisição de controle e aos conflitos daí decorrentes.

Para mais informações acerca dos acionistas controladas da Companhia, veja o item 15 deste Formulário de Referência.

(c) Riscos Relacionados a Seus Acionistas

O mercado de negociação ativo e líquido para as nossas ações poderá não se desenvolver, limitando a capacidade de nossos acionistas venderem as ações pelo preço e no momento desejados.

O mercado brasileiro é substancialmente menor, menos líquido e potencialmente mais volátil que os mercados de ações nos Estados Unidos e em outros países desenvolvidos. Os investimentos em valores mobiliários negociados no mercado brasileiro estão sujeitos a determinados riscos, tais como mudanças nos ambientes regulatório, fiscal, social, econômico e político, local e global, incluindo, mas não se limitando, a mudanças decorrentes da atual pandemia de COVID-19. Essas características de mercado poderão afetar o preço e liquidez de nossas ações e limitar

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

significativamente a capacidade dos titulares das ações de nossa emissão de vendê-las ao preço e nas datas desejados. O valor de mercado de nossas ações poderá também variar significativamente por diversas razões, incluindo os Fatores de Risco apresentados neste Formulário de Referência.

A Companhia pode não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos seus acionistas.

De acordo com o estatuto social da Companhia, devemos pagar aos acionistas, no mínimo, 25% de lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das S.A., sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos e passivos ou retido de acordo com a legislação aplicável, caso em que este não estará disponível para distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio, conforme o disposto no artigo 37 de nosso estatuto social. Além disso, a Lei das S.A. permite que o conselho de administração da Companhia determine a não distribuição de dividendos aos acionistas em um determinado exercício social, caso informe à assembleia Geral Ordinária que não tivemos lucro ou reservas líquidas disponíveis, ou que a distribuição de dividendos seria desaconselhável ou incompatível com a situação financeira no momento. Caso qualquer destes eventos ocorra, os proprietários de ações podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Adicionalmente, a isenção de imposto sobre a renda na distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderão ser revistas, e tanto os dividendos recebidos quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos nossos acionistas a título de participação nos resultados.

(d) Riscos Relacionados a Suas Controladas e Coligadas

Os riscos relacionados às controladas e coligadas são os mesmos relacionados à Companhia.

(e) Riscos Relacionados a Seus Fornecedores

A Companhia depende de terceiros para fabricar seus produtos.

A Companhia depende de terceiros (nacionais e internacionais) para fabricar seus produtos. Ao usar terceiros para fabricar seus produtos, a Companhia está sujeita a interrupções nas operações desses fornecedores, incluindo acidentes industriais, eventos e acidentes de natureza ambiental, interrupções na logística ou sistemas de informação, perda ou enfraquecimento de grandes locais de fabricação ou problemas de distribuição, problemas de controle de qualidade do produto, preocupações com segurança, requisitos de licenciamento e outras questões regulatórias ou governamentais, bem como desastres naturais, pandemias, disputas fronteiriças e outros fatores externos sobre os quais não temos controle, o que pode afetar adversamente nossos negócios, nossas vendas e resultados operacionais.

Além disso, algumas categorias de produtos são adquiridas, em grande parte, de um pequeno número de fornecedores. Se algum fornecedor não puder fornecer os produtos na quantidade, qualidade e dentro do prazo que normalmente a Companhia os adquire, e se a Companhia não for capaz de substituir o fornecedor em termos aceitáveis ou de algum modo, a Companhia não conseguirá manter seu nível usual de vendas na categoria do produto afetada pelo não fornecimento, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre seus negócios e resultados operacionais.

Os fornecedores da Companhia são suscetíveis a dificuldades financeiras e operacionais em caso de crise econômica. Alguns fatores macroeconômicos podem fazer com que os fornecedores aumentem seus preços para compensar custos, como preços mais altos de commodities ou aumento da inflação, e a Companhia não pode prever se conseguirá aumentar os preços de venda para seus consumidores em linha com os aumentos promovidos por seus fornecedores. Um aumento nos custos de produtos da Companhia pode refletir negativamente em seus negócios, resultados operacionais e valor de suas ações.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Para mais informações sobre o impacto da pandemia em nossos fornecedores, por favor veja a seção *"A extensão da pandemia de COVID-19, a percepção de seus efeitos e a forma como a pandemia afetará nossos negócios dependem de eventos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, assim como seus possíveis desdobramentos e consequências, e podem resultar em um efeito adverso relevante para os nossos negócios, condição financeira, resultados de operações e fluxos de caixa e a nossa capacidade de continuar a operar nossos negócios."*

A Companhia depende de provedores de telecomunicações e internet para sua infraestrutura de Technology as a Service e qualquer oscilação ou interrupção na prestação desses serviços pode prejudicar a prestação de serviços por parte da Companhia e afetar sua rentabilidade.

Parte substancial da receita da Companhia advém da prestação de serviço de *Technology as a Service*, cujo funcionamento depende dos provedores de telecomunicações e internet e, portanto, eles constituem elemento fundamental para a estratégia de negócios da Companhia, assim como para sua infraestrutura e outras infraestruturas que usa para hospedar suas soluções. A oscilação ou interrupção de serviços da Companhia devido a falhas em seus provedores de telecomunicações e internet podem ser entendidas pelos seus clientes como falhas da Companhia e podem afetar negativamente a percepção do mercado sobre a qualidade de seus produtos ou serviços, podendo causar o cancelamento de contratos de alguns dos clientes da Companhia, bem como afetar sua capacidade de aumentar suas vendas e, consequentemente, afetar de maneira adversa os resultados e a reputação da Companhia.

A ocorrência de casos fortuitos, casos de força-maior, pandemias, guerras, ou desastres naturais e as consequentes paralisações em escala global podem gerar interrupções nas fabricações de produtos de tecnologia e crises na cadeia internacional de suprimentos, afetando fundamentalmente as operações das empresas do setor tecnológico, incluindo a Companhia. Além disso, tais eventos podem levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global, podendo impactar diretamente os negócios e o resultado da Companhia.

Casos fortuitos, força maior, pandemias, guerras ou desastres naturais podem ter impactos de longo alcance – desde o fechamento de fábricas, condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimentos global. Podem ainda ameaçar a produção de produtos de tecnologia e a interrupção da cadeia de peças/suprimentos para empresas do setor tecnológico. Atualmente, a cadeia de suprimento global está ameaçada e os fabricantes de equipamentos já reduziram o fornecimento de peças e/ou de matérias-primas. Em decorrência destas paralisações, as empresas cuja cadeia de suprimentos dependem de fabricantes externos, principalmente da China, incluindo a Companhia, poderão ter seu estoque afetado e, consequentemente, redução na sua receita.

Ainda, cabe destacar que qualquer um destes eventos que afete o comportamento das pessoas pode ter impacto adverso relevante nos mercados, principalmente no mercado acionário. As ações de emissão da Companhia, e toda a classe de ativos similares que compõem o mercado de capitais global, podem apresentar uma maior volatilidade resultando em pressão negativa na economia mundial e, consequentemente, nos negócios da Companhia e no preço das ações de sua emissão.

Eventuais mudanças de políticas ou diretrizes estratégicas dos fornecedores da Companhia podem levar à redução ou interrupção das vendas dos mesmos para a Companhia, o que pode gerar impactos negativos em seus resultados.

A Companhia possui uma ampla gama de fornecedores globais de produtos de tecnologia. A negociação e parceria com estes fornecedores está sujeita a mudanças estratégicas e táticas originadas nos mesmos, que podem afetar a capacidade deles de operar com a Companhia e outras empresas no mercado brasileiro.

Eventuais mudanças desta natureza que resultem na redução ou incapacidade da Companhia de adquirir produtos de tecnologia de algum de seus fornecedores levaria, na maior parte dos casos, a um processo de substituição dos mesmos. Eventual substituição de fornecedor poderia levar a termos menos favoráveis para a Companhia, com possível efeito adverso sobre suas margens de lucro. Caso não seja possível substituir o fornecedor afetado por tais mudanças, a Companhia pode

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

ser afetada adversamente também por meio de redução de faturamento, impactando negativamente os seus resultados.

As atividades da Companhia dependem do bom relacionamento e da reputação de seus fornecedores de tecnologia.

O sucesso das atividades da Companhia depende, em parte, do relacionamento comercial da Companhia com seus fornecedores de tecnologia. Caso a Companhia tenha desentendimentos comerciais com estes fornecedores ou caso estes rescindam ou não renovem seus contratos, por conta de inadimplementos, não atingimento dos padrões de qualidade, ou por qualquer outro motivo, a Companhia pode ser prejudicada.

Além disso, a comercialização de alguns equipamentos de tecnologia adquiridos pela Companhia destes fornecedores depende da homologação prévia pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), dentre outros. Esta homologação é feita pelos próprios fabricantes dos equipamentos. Caso os fornecedores demorem ou mesmo não consigam obter as autorizações regulatórias para comercializarem seus produtos, a Companhia não poderá comercializá-los, o que poderá afetar negativamente os seus resultados.

Por fim, se os fornecedores de tecnologia da Companhia deixarem de usar práticas comerciais éticas e cumprir as leis e regulamentos aplicáveis, como leis contra o trabalho infantil ou análogo de escravo, e leis de proteção ambiental, a Companhia poderá ser prejudicada devido à publicidade negativa ou a imposição de responsabilidades solidárias ou subsidiárias, além do eventual efeito adverso da substituição do respectivo fornecedor sobre os resultados financeiros.

Ainda, publicações ou comentários negativos sobre a Companhia, seus negócios, suas operações, seus acionistas, Diretores ou membros do Conselho de Administração em qualquer veículo de mídia ou rede social podem prejudicar gravemente a sua reputação. Além disso, os colaboradores e representantes da Companhia poderão usar ferramentas de mídia social e tecnologias móveis de forma inadequada, o que poderá causar prejuízos, inclusive com a divulgação de informações confidenciais. Eventual publicidade negativa poderá ter um efeito negativo sobre o valor de todas as marcas da Companhia, o que poderá impactar adversamente seu resultado.

Aumentos significativos nos preços dos produtos de tecnologia comercializados pela Companhia podem afetar adversamente seus resultados operacionais.

A Companhia está sujeita a aumentos por parte de seus fornecedores e prestadores de serviços nos preços dos produtos de tecnologia necessários às suas atividades. Tais aumentos fogem ao controle da Companhia, e a Companhia não pode prever quando estes preços sofrerão reajustes. Caso não seja possível à Companhia repassar os aumentos dos preços aos clientes, sua condição financeira e resultados podem ser impactados adversamente.

Podemos ser responsabilizados por obrigações fiscais, trabalhistas, reputacionais, previdenciárias e de qualquer outra natureza de terceiros fornecedores ou prestadores de serviços.

Os fornecedores e prestadores de serviço terceirizados pela Companhia são responsáveis pelos serviços de vigilância e limpeza. Em 2020, estes serviços representaram 0,05% do total de custos e despesas.

Se fornecedores ou prestadores de serviços terceirizados não cumprirem suas obrigações nos termos das leis tributárias, trabalhistas e previdenciárias, poderemos vir a ser responsabilizados solidária ou subsidiariamente por tal descumprimento, que podem nos afetar adversamente, inclusive a nossa imagem.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode ser considerada solidariamente responsável pelos danos ambientais causados por seus fornecedores.

Somos responsáveis pela destinação final de resíduos sólidos gerados pelas nossas atividades industriais, assim como dos nossos produtos pós-consumo que estão sujeitos a logística reversa. A destinação final dos resíduos de fábrica e pós-consumo é realizada por meio de empresas contratadas. A responsabilidade civil por danos ambientais tem natureza objetiva e solidária. Sendo assim, podem ser considerados responsáveis pela sua reparação todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental, independentemente da existência de dolo e/ou culpa, sem limitação de valores e prazos prescricionais. Sendo assim, a responsabilidade civil ambiental pode ser aplicada a todas as partes que estiverem envolvidas, mesmo que indiretamente, na atividade que ocasionou o dano ambiental, de modo que a parte que tiver mais recursos financeiros pode ser obrigada a repará-lo, resguardado o direito de regresso em relação aos demais envolvidos.

Caso as empresas terceirizadas que prestam serviços para a Companhia, incluindo o descarte de resíduos, não atendam às exigências da legislação ambiental, a Companhia poderá ser considerada solidária ou subsidiariamente responsável pelos eventuais danos ambientais por elas causados, podendo, assim, ser incluída no polo passivo de processos ambientais por condutas de terceiros e eventualmente ser obrigada a efetuar o pagamento de condenações judiciais e demais penalidades, incluindo medidas para recuperação do dano ambiental ocorrido. Caso seja responsabilizada solidariamente por danos causados pelos seus fornecedores, os resultados, operacionais e financeiros, as atividades e a imagem da Companhia podem ser adversamente afetadas, incluindo no caso de haver a necessidade de redirecionar planos de investimento em outras áreas, com possível efeito adverso relevante sobre nosso fluxo de caixa.

Podemos ser afetados caso nossos fornecedores venham a se utilizar de práticas irregulares.

Podemos ser negativamente afetados caso nossos fornecedores apresentem problemas relacionados a questões trabalhistas ou à sustentabilidade, emprego de mão de obra infantil ou análoga à escravidão, e condições de segurança impróprias ou mesmo que venham a se utilizar dessas ou outras irregularidades para terem um custo mais baixo de nossos produtos, bem como caso nossos fornecedores pratiquem atos, em benefício ou interesse nossos, em violação à legislação anticorrupção aplicável (incluindo, mas não se limitando, à Lei 12.846/2013 e o Decreto 8.420/2015). O resultado de tais ações poderá ensejar processos administrativos e judiciais e provocar prejuízos à nossa imagem, reputação e à qualidade dos nossos produtos, e, como consequência, perda de atratividade junto aos nossos clientes, afetando adversamente os nossos negócios. Para mais informações acerca das consequências do descumprimento da lei 12.846/2012, ver risco "*Se não cumprirmos satisfatoriamente as disposições legais e regulamentares destinadas a combater atos de corrupção, poderemos ficar sujeitos a multas, penalidades ou outras sanções administrativas e judiciais, e poderemos ser impactados de forma negativa.*"

(f) Riscos Relacionados a Seus Clientes

Uma diminuição no ritmo de crescimento do uso de tecnologia nos negócios por clientes, atuais e potenciais, da Companhia poderá afetar adversamente e de forma relevante os negócios e resultados da Companhia.

As operações da Companhia dependem do crescimento contínuo do uso da tecnologia nos negócios por seus clientes, atuais e potenciais. Em ambientes econômicos desafiadores, os clientes atuais e potenciais da Companhia podem reduzir ou adiar seus gastos em novas tecnologias a fim de concentrar recursos em outras prioridades, ou podem decidir utilizar recursos próprios internos em vez de serviços ou produtos contratados junto a terceiros como a Companhia.

Além disso, muitas empresas já investiram recursos substanciais em seus negócios, podendo ser relutantes em adotar novas abordagens ou tecnologias que alterem seus processos e infraestruturas existentes. Na hipótese de redução da expansão do uso de tecnologia nos negócios dos clientes atuais e potenciais da Companhia ou de diminuição dos gastos dos clientes atuais e potenciais da Companhia em tecnologia ou ainda, se a Companhia não for capaz de convencer seus clientes a

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

adotar novas soluções tecnológicas por ela oferecidas, seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de seus valores mobiliários poderão ser afetados adversamente.

As receitas e os resultados operacionais da Companhia dependem da demanda de seus clientes.

Em 2020, os 10 maiores clientes representaram, juntos, 17,2% do faturamento da Companhia. Qualquer interrupção na obtenção de receita junto aos clientes da Companhia poderá ter um efeito adverso sobre os resultados, e não há garantias de que a Companhia obterá junto a estes clientes receita equivalente no futuro.

Adicionalmente, em 2020 29,4% das receitas brutas da Companhia resultaram de contratos de tecnologia como serviço (Tecnology-as-a-Service ou TaaS) celebrados entre a Companhia e seus clientes, cujos prazos variam de 10 a 60 meses. Não é possível garantir que os contratos de TaaS permanecerão vigentes por todo o prazo inicialmente neles determinados ou que, uma vez vencidos, serão renovados em termos comercialmente favoráveis à Companhia, o que pode afetar os resultados financeiros da Companhia.

Podemos ser responsabilizados por perdas causadas por nossos serviços ou produtos aos consumidores, o que pode afetar adversamente nossos resultados.

As leis brasileiras de proteção ao consumidor são rigorosas e atribuem o ônus da prova aos fornecedores. Pleitos de defesa do consumidor podem ser deduzidos em ações individuais ou coletivas. Esta última pode ser proposta em favor do consumidor pelas autoridades estaduais ou federais, por intermédio de órgãos da administração pública direta ou indireta, em particular a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) e pelo Ministério Público, ou por associações de proteção ao consumidor. Ações judiciais ou processos administrativos podem alegar, por exemplo, que nossos serviços não foram adequadamente prestados por nossos funcionários, serviços financeiros de terceiros foram incorretamente vendidos ou indevidamente cobrados, nossos produtos não são adequados para uso, são falsificados, ou não contêm informações adequadas e outros motivos.

No caso de sermos responsabilizados em um processo judicial, podemos ter um efeito adverso relevante em nossos negócios, reputação, marca, condição operacional e financeira, fluxos de caixa e lucratividade.

Ademais, nossa defesa em tais procedimentos legais pode exigir custos adicionais e tempo e atenção substanciais de nosso pessoal administrativo e técnico. Além disso, publicidade negativa associada a nossos serviços ou produtos, incluindo defeitos, erros, falhas (incluindo acidentes) e qualidade, pode afetar adversamente nossa reputação com consumidores atuais e futuros, nossa imagem corporativa e nossas marcas, o que pode ter um efeito adverso nos nossos negócios e condição financeira.

A Companhia está exposta a riscos de crédito e outros riscos de contraparte de seus clientes no curso normal dos negócios.

A Companhia tem créditos com prazos variáveis e seus clientes têm diversos graus de solvabilidade, o que expõe a Companhia ao risco de não recebimento ou inadimplementos no âmbito de seus contratos e outros acordos com eles. Caso um número significativo de clientes importantes inadimplam suas obrigações de pagamento para com a Companhia, sua condição financeira, resultados operacionais ou fluxos de caixa podem ser afetados de maneira negativa e substancial.

Caso os clientes da Companhia percam a confiança na segurança e utilização dos seus dados em função de riscos de vazamento e/ou utilização indevida, as receitas da Companhia poderão ser afetadas adversamente.

As tentativas por parte de programadores experientes ou hackers de invadir a segurança de redes de clientes ou a segurança de sites da Internet para apropriar-se indevidamente de informações confidenciais constituem, atualmente, fenômeno amplamente difundido no setor e afeta computadores e redes, passando por todas as plataformas. As vulnerabilidades de segurança efetivas ou percebidas de produtos da Companhia (ou da Internet de modo geral) podem levar alguns

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

clientes a buscar reduzir ou postergar compras futuras ou comprar produtos concorrentes que não sejam aplicativos baseados na Internet. Os clientes também poderão aumentar seus gastos para proteger suas redes de computadores de quebras de segurança, o que poderia postergar a adoção de novas tecnologias. Quaisquer dessas providências de clientes poderiam prejudicar os negócios e as receitas da Companhia.

(g) Riscos Relacionados aos Setores da Economia nos quais a Companhia Atue

Condições desfavoráveis na indústria ou da economia global ou reduções em gastos em setores em que a Companhia atua, principalmente tecnologia da informação e telecomunicações, podem limitar a capacidade de crescer e desenvolver o negócio e afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia

Os resultados operacionais da Companhia podem variar de acordo com o impacto das mudanças na indústria ou da economia global sobre a Companhia ou seus clientes. O crescimento de receita e rentabilidade potencial do negócio da Companhia depende da demanda por suas soluções. A receita da Companhia decorre dos contratos de fornecimento de produtos de tecnologia como serviço e do volume de vendas diretas de produtos de tecnologia. Na medida em que condições econômicas desfavoráveis façam com que os seus clientes e potenciais clientes mantenham ou reduzam a demanda pelas soluções oferecidas pela Companhia, a receita da Companhia pode ser afetada negativamente. Historicamente, crises econômicas resultaram em reduções globais nos gastos em negócios como tecnologia da informação e telecomunicações, bem como a pressão por ciclos de faturamento mais prolongados, como ocorreu durante a recente recessão de 2016. Se as condições econômicas se deterioram ou não melhoram significativamente, os clientes e potenciais clientes da Companhia podem optar por diminuir suas soluções de tecnologia de informação, o que comprometeria a capacidade de expandir o negócio e poderá afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

As matérias primas e/ou componentes utilizados pela Companhia estão sujeitos a flutuações de preço, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre nossa condição financeira e nossos resultados operacionais.

As matérias primas e/ou componentes utilizados pela Companhia estão sujeitos a flutuações de preço decorrentes da situação conjuntural do mercado, que poderão causar eventualmente situações adversas em suas atividades, com impacto em seus custos de aquisição de materiais e serviços. Os preços das matérias-primas e dos componentes utilizados pela Companhia são influenciados por uma série de fatores sobre os quais a Companhia possui pouco ou nenhum controle, incluindo, mas não se limitando às condições econômicas internacionais e nacionais, regulamentações e políticas governamentais e relação entre oferta e demanda mundial.

Caso ocorra uma variação significativa nos preços das matérias primas para a produção dos nossos equipamentos eletrônicos nos preços das matérias primas para produção dos nossos equipamentos eletrônicos, os fabricantes poderão repassar o aumento deste custo, o que poderá impactar os preços finais dos produtos. Adicionalmente, um aumento significativo nos preços das matérias primas pode encarecer o preço final destes produtos oferecidos pela indústria a ponto de reduzir parte da demanda proveniente de consumidores das classes de renda mais baixas, reduzindo o tamanho do mercado como um todo e, por conseguinte, causar um efeito adverso nas nossas vendas.

Adicionalmente, podem ocorrer aumentos de preço das matérias primas e/ou componentes utilizados pela Companhia, em valores superiores àqueles apurados pelos índices de reajustamento dos respectivos contratos, inclusive devido à pandemia de COVID-19. Dessa forma, a Companhia pode não ser capaz de repassar aos seus clientes, no seu devido tempo, os aumentos de custos dos produtos, o que poderá vir a diminuir a sua margem de lucro e causar um efeito adverso nas suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

A Companhia está sujeita a possíveis atrasos motivados por greves nas alfândegas, portos e Receita Federal.

Devido ao fato de grande parte das matérias primas e/ou componentes utilizados pela Companhia serem importados, sendo transportados via aérea ou marítima, a Companhia está sujeita ao regular

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

funcionamento da Receita Federal do Brasil e demais autoridades aduaneiras para que os produtos importados sejam liberados e cheguem até nós. Dessa forma, possíveis greves de funcionários da Receita Federal, alfândegas, aeroportos e portos podem afetar a entrega desses materiais pelos fornecedores, e, por consequência, a capacidade produtiva da Companhia, o que poderá ter um efeito adverso em suas operações, resultados e situação financeira. Adicionalmente, possíveis falhas logísticas no transporte das matérias primas da Companhia poderão causar efeito adverso em sua capacidade produtiva.

As nossas atividades estão concentradas em um setor que abrange uma gama de atividades e, por essa razão, possui um número considerável de sociedades atuantes, desde pequenas empresas a grandes multinacionais. Um aumento da concorrência nos mercados em que operamos por meio do surgimento de novos concorrentes ou da expansão dos concorrentes atuais poderá prejudicar nossa participação de mercado e exercer pressão para redução dos nossos preços, ocasionando a redução da nossa margem de lucro.

As nossas atividades estão concentradas no desenvolvimento, fabricação e comercialização de produtos e soluções eletrônicas e tecnológicas no Brasil, um setor que abrange uma gama de atividades e, por essa razão, possui um número considerável de sociedades atuantes. Concorremos com empresas de soluções tecnológicas nacionais e internacionais, bem como fabricantes de produtos e soluções tecnológicas.

Conforme descrito no item 7.3 deste formulário de referência a nossa atividade comercial pode ser dividida nas seguintes unidades de negócios: (i) telecom (que inclui redes de fibra ótica e rede de dados e *wi-fi*); e (ii) corporativo (que inclui sistemas de segurança eletrônica, sistemas de cibersegurança, produtos de infraestrutura de data centers, automação de escritórios e residências, produtos de áudio e vídeo profissional, painéis de LED e geradores de energia fotovoltaica). Dessa forma, a abrangência da nossa atividade empresarial nos expõe a ambientes de competição em diferentes frentes de atuação, o que pode dificultar a nossa estratégia de expansão e manutenção de mercado (market share).

Os nossos concorrentes são dos mais variados portes, desde pequenas empresas a grandes multinacionais com tradição de mercado, amplo portfólio e alta capilaridade. Caso qualquer de nossos concorrentes lance no mercado algum produto ou serviço disruptivo, nossas vendas poderão ser adversamente afetadas, impactando os nossos negócios, os nossos resultados e a nossa situação financeira. Ainda, a nossa participação de mercado poderá ser reduzida caso não consigamos nos manter competitivos. Um aumento no nível de competição no setor em que atuamos por meio do surgimento de novos concorrentes ou da expansão dos concorrentes atuais pode limitar nossa capacidade de crescimento e pressionar para baixo os preços de nossos produtos e serviços, reduzindo nossas receitas e afetando adversamente nosso negócio, margem de lucro, resultados e fluxo de caixa.

Caso sociedades estrangeiras que desenvolvem atividades empresariais semelhantes às nossas passem a atuar no mercado local, a nossa concorrência poderá aumentar, o que poderá impactar as nossas vendas, as nossas operações e os nossos resultados.

Ainda, caso qualquer fornecedor passe a vender os produtos que comercializamos diretamente a nossos clientes, poderemos ser adversamente afetados, visto que perderemos a comercialização dos produtos desse fornecedor e precisaremos substitui-lo por outro fornecedor que atenda a demanda de nossos clientes.

Caso não sejamos capazes de nos manter competitivos ou caso não consigamos responder adequadamente as estratégias de nossos concorrentes atuais ou daqueles que vierem a se tornar nossos concorrentes no futuro, poderemos ter a nossa participação em um ou mais mercados reduzida, o que consequentemente reduzirá nossas receitas e criará uma pressão sobre os preços de nossos produtos e serviços, afetando adversamente nossos negócios, resultados operacionais e situação financeira.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(h) Riscos Relacionados à Regulação dos Setores em que a Companhia Atue

Os negócios e resultados operacionais da Companhia podem ser prejudicados se ela não for capaz de proteger e fazer valer os seus direitos de propriedade intelectual.

As medidas adotadas para proteger a propriedade intelectual da Companhia podem ser insuficientes para a prevenção contra infrações, acarretando no uso inadequado de seus produtos por terceiros ou fazendo com que a Companhia venha a tentar proteger periodicamente sua propriedade intelectual por meio de processos legais ou administrativos. O uso inadequado de seus produtos por terceiros ou as medidas tomadas para proteger sua propriedade intelectual podem resultar em custos significativos e desviar os recursos e a atenção da administração e equipe tecnológica, o que poderá adversamente afetar os negócios, posição competitiva, situação financeira, resultados operacionais e fluxos de caixa da Companhia. A Companhia está sujeita ao risco de processos envolvendo eventual violação dos direitos de propriedade intelectual de terceiros, devido, em parte, ao recente aumento do número de patentes e direitos autorais registrados por empresas de tecnologia A Companhia pode ser forçada a revisar, total ou parcialmente, produtos que eventualmente tenham infringido direito de propriedade intelectual de terceiros e/ou pagar quantias significativas de indenização, royalties ou licenciamento pelo uso de patentes ou materiais com direitos autorais de terceiros. A propositura de uma ação ou a revisão de um produto que se encontra em violação dos direitos de propriedade intelectual e/ou industrial de terceiros poderá afetar adversamente os resultados operacionais, imagem e a demanda pelos produtos da Companhia.

A Companhia se beneficia de incentivos fiscais a partir de programas do governo e está sujeita à complexidade do sistema tributário brasileiro. Esses incentivos podem ser encerrados ou reduzidos no futuro, o que pode prejudicar os resultados das operações da Companhia.

A Companhia se beneficia de incentivos fiscais relacionados a crédito presumido de ICMS sobre vendas, diferimento de ICMS na importação, redução de IRPJ e adicional (Sudene), e isenção de IPTU. A capacidade da Companhia de se beneficiar desses incentivos depende do cumprimento de certas obrigações. O não cumprimento de determinadas obrigações de acordo com as normas aplicáveis e/ou de envio da documentação exigida para a concessão de tais incentivos, poderá implicar a perda do direito aos incentivos ainda não utilizados e a cobrança, pelas autoridades fiscais, do valor correspondente aos tributos não pagos em decorrência dos incentivos já utilizados, acrescidos de multa e de juros previstos na legislação tributária, sem prejuízo de eventuais sanções penais cabíveis, o que poderá afetar adversamente a Companhia. Se houver a expiração, extinção ou cancelamento dos benefícios fiscais atualmente concedidos, a Companhia não poderá garantir que tais benefícios serão renovados ou que a Companhia terá sucesso na obtenção de novos benefícios fiscais em condições igualmente favoráveis. Se tais benefícios não forem renovados, os negócios da Companhia poderão ser adversamente afetados. A complexidade do sistema tributário brasileiro pode deixar a Companhia sujeita a questionamentos no âmbito federal, estadual e municipal, podendo acarretar em perdas materiais para a Companhia, impactando assim adversamente seu resultado.

Podemos sofrer multas e restrições relacionadas à legislação consumerista brasileira.

A legislação de defesa do consumidor do Brasil imputa às empresas o ônus da prova na demanda de um cliente. Diante desse contexto, cortes judiciais podem adotar posturas favoráveis aos pleitos formulados por consumidores de produtos e serviços oferecidos no mercado. Caso verificadas tais medidas protetivas aos consumidores, as quais não podem ser assumidas como regra absoluta, colocarão o prestador de serviço ou fornecedor de produtos em desvantagem em processos judiciais envolvendo relações de consumo.

A proteção judicial ao consumidor pode ser exercida por meio de ações individuais ou coletivas e, no caso de ações coletivas, as ações podem ser propostas por autoridades estaduais ou federais, mediante órgãos da administração pública direta ou indireta, notadamente o Ministério Público ou o PROCON, com o propósito de proteger os direitos do consumidor, ou por organizações de proteção ao direito do consumidor.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Ações judiciais ou processos administrativos poderão ser propostos sob as alegações de que os nossos produtos estavam deteriorados, adulterados, ou não continham informações adequadas, dentre outras. Caso venhamos a ser responsabilizados ou condenados por defeitos, erros ou falhas de nossos produtos (incluindo acidentes) em uma ação judicial, tal decisão poderá ter um efeito material adverso em nosso negócio, nossa reputação, nossa marca, nosso resultado operacional e financeiro e em nosso fluxo de caixa, além de vir a impactar negativamente nossa lucratividade.

Adicionalmente, a apresentação de defesa em uma ação judicial cujo objeto é nossa responsabilidade por defeitos em produtos pode demandar um custo adicional elevado, bem como requerer substancial atenção e tempo de nosso pessoal administrativo e técnico. Ainda, a publicidade negativa que poderia vir a ser gerada em relação a defeitos, erros ou falhas em nossos produtos (incluindo acidentes) e à sua qualidade poderia afetar adversamente a nossa reputação perante atuais e futuros consumidores, assim como nossa imagem corporativa e de nossas marcas, o que poderia causar um efeito adverso relevante em nossos negócios e situação financeira.

Ainda, decisões judiciais desfavoráveis poderão afetar adversamente a nossa imagem e a imagem de nossas marcas, afetando, consequentemente, nossas vendas e nossa reputação, o que pode impactar adversamente os nossos resultados e a nossa situação financeira. Para mais informações sobre os processos relevantes de que somos partes vide Seção 4 deste Formulário de Referência, em especial itens 4.3, a 4.7.

Os resultados da Companhia poderão ser adversamente impactados por modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como nas normas internacionais de relatório financeiro.

As práticas contábeis adotadas no Brasil são emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as IFRS são emitidas IASB. O CPC e o IASB possuem calendários para aprovação de pronunciamentos contábeis e IFRS, os quais poderão sofrer alterações a qualquer momento e sobre os quais a Companhia não possui qualquer ingerência. Assim, a Companhia não consegue prever quais e quando serão aprovados novos pronunciamentos contábeis ou novas IFRS que possam de alguma forma impactar as futuras demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia. Portanto, existe o risco de que as futuras demonstrações financeiras sejam alteradas em razão de novos pronunciamentos contábeis previstos pelo CPC e normatizados pela CVM, bem como do IFRS emitidos pelo IASB, o que poderá afetar as futuras demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia.

(i) Riscos Relacionados aos Países Estrangeiros onde a Companhia Atue

Riscos políticos e econômicos nas regiões e países para os quais exportamos produtos e dos quais adquirimos matérias primas para a nossa produção podem limitar a lucratividade de nossas operações e nossa capacidade de executar a nossa estratégia.

As vendas no mercado externo representaram 1,56% de nosso faturamento em 2020, realizadas na Colômbia e EUA. Uma vez que importamos matérias primas de diferentes países, estamos sujeitos a uma série de situações que podem afetar nosso resultado financeiro adversamente. Nas regiões onde comercializamos produtos e de onde importamos matérias primas, existe uma variedade de riscos, como por exemplo:

- Instabilidade governamental;
- Riscos e conflitos geopolíticos (incluindo guerra, atos de terrorismo e conflitos civis);
- Câmbio fixo e controle de preços;
- Imposição de restrições às exportações dos produtos ou às importações de matérias primas necessárias à produção (incluindo embargos de países em que a Companhia possui atividades de distribuição);
- Flutuação de moedas locais contra o real;

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- Nacionalização das propriedades;

- Aumento das tarifas de exportações e impostos sobre os produtos;

- O fechamento de fronteiras, imposição de quarentena e demais barreiras sanitárias impostas durante o período enfrentado pela pandemia de COVID-19; e

- Mudanças institucionais e contratuais unilaterais (governo), incluindo controles sobre investimentos e limitação a novos projetos.

Como consequência desses fatores, o resultado operacional e as condições financeiras das operações nas regiões onde a Companhia tem distribuição e/ou de onde as matérias primas são importadas podem ser negativamente afetados e pode haver, no futuro, significante variação das receitas. Não é possível precisar o impacto dessas mudanças na nossa capacidade de entregar nossos projetos e executar nossa estratégia, podendo, portanto, representar um impacto negativo sobre nossas operações e nosso resultado financeiro.

A maior parte das operações da Companhia está em mercados emergentes. Os resultados operacionais da Companhia, atuais e futuros, bem como a sua condição financeira dependem das condições econômicas nos países onde a Companhia opera e qualquer deterioração nas condições econômicas poderá prejudicar os resultados operacionais da Companhia.

A maior parte das operações da Companhia está localizada na América Latina. Em 31 de dezembro de 2020, 99,3% da receita líquida da Companhia foi gerada a partir de suas operações na América Latina, do qual o Brasil representou 98,2% e a Colômbia, 1,1%. Os países na América Latina têm vivenciado períodos de instabilidade econômica e política nos últimos anos. Ocorrências no cenário macroeconômico nesses países podem ocasionar desaceleração econômica, o que pode afetar as decisões de contratação de prestadores de serviços e a procura pelos produtos por nós oferecidos, com potencial redução da quantidade de clientes.

Os riscos de realizar negócios internacionalmente, incluem, inclusive, tendências de mercado, ambiente de negócios ou regulamentação, entre outros: (i) dificuldades e custos associados ao cumprimento de uma variedade de leis, regulamentos e tratados, nacionais e estrangeiros; (ii) mudanças nos requisitos legislativos ou regulatórios; (iii) controles de preço e câmbio; (iv) instabilidade política, incluindo nacionalização e expropriação; (v) restrições comerciais, incluindo atrasos associados a procedimentos de aduana, tarifas e requisitos de licenciamento de importação; (vi) impostos; e (vii) dificuldades na aplicação de direitos de propriedade intelectual. Não se pode assegurar que os regimes políticos, fiscais ou legais dos países onde operamos ou esperamos operar não gerem aumentos nos custos ou reduzam a demanda pelos produtos por nós oferecidos, o que pode prejudicar nossos resultados operacionais e nossa condição financeira.

(j) Riscos Relacionados a Questões Socioambientais

As leis e regulamentos ambientais e de saúde e segurança do trabalho podem exigir dispêndios maiores que aqueles em que a Companhia atualmente incorre para seu cumprimento e o descumprimento dessas leis e regulamentos pode resultar em penalidades civis, criminais e administrativas.

A Companhia está sujeita a legislação federal, estadual e municipal, bem como a regulamentos, autorizações e licenças, relativos à proteção da saúde e segurança do trabalho e do meio ambiente. Entre outras obrigações, essa legislação e regulamentação estabelecem padrões e exigências de licenciamento ambiental e padrões de qualidade de emissão e gerenciamento ambiental, bem como exigências relacionadas a áreas especialmente protegidas. A legislação federal impõe responsabilidade objetiva àquele que direta ou indiretamente causar dano ambiental, sendo que o dever de reparar e/ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados independe de dolo ou culpa.

Qualquer descumprimento dessas leis, regulamentos, licenças e autorizações, ou falha na sua obtenção ou renovação ou em desacordo com as licenças obtidas, podem resultar na aplicação de penalidades civis, criminais e administrativas, tais como imposição de multas administrativas (que

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

podem alcançar valores de até R$50 milhões de reais), em publicidade negativa (impacto reputacional), na responsabilidade por eventuais danos causados e até na suspensão ou interrupção de atividades, o que poderá ter um efeito adverso sobre nossa reputação, nossos negócios e nossa situação financeira. Devido à possibilidade de regulamentos ou outros eventos não previstos, especialmente considerando que as leis ambientais se tornem mais rigorosas no Brasil, o montante e prazo necessários para futuros gastos para manutenção da conformidade com os regulamentos pode aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. A conformidade com novas leis ou com as leis e regulamentos ambientais em vigor pode causar um aumento nos custos e despesas da Companhia, resultando, consequentemente, em lucros menores.

Preocupações crescentes com as alterações climáticas podem levar à exigência de medidas regulatórias adicionais, que podem resultar em um aumento de custos para cumprimento destas regulações.

Regulamentações ambientais mais restritivas podem resultar na imposição de custos associados às emissões de Gases de Efeito Estufa ("GEE"), seja através de exigências por parte dos órgãos ambientais, seja por meio de outras medidas de natureza regulatória e ambiental. Devido à preocupação quanto ao risco das alterações climáticas, uma série de países, incluindo o Brasil, adotou ou está considerando adotar marcos regulatórios que, entre outras regras, visam a reduzir a emissão de GEE. Regulamentações sobre GEE poderão aumentar os custos da Companhia para estar em conformidade com a legislação ambiental. Tal situação poderá afetar os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

(k) Riscos Macroeconômicos

Crises econômicas e políticas no Brasil podem ter um efeitos adversos relevante sobre os negócios, operações e condição financeira da Companhia, bem como o preço de negociação de nossas ações.

O ambiente político no Brasil influenciou e continua a influenciar o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, podendo resultar em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos valores mobiliários emitidos pelas empresas brasileiras.

Nos últimos anos, o mercado brasileiro enfrentou um aumento da volatilidade devido às incertezas relacionadas a escândalos de corrupção, os quais continuam sendo investigados pelo Ministério Público Federal nas Operações Lava Jato, Zelotes, Greenfield, Eficiência, dentre outras, e ao impacto desses escândalos sobre a economia e ambiente político brasileiro. Membros do Governo Federal e do Poder Legislativo e Executivo, bem como altos executivos de grandes empresas foram presos ou estão sendo processados ou investigados pelo crime de corrupção, dentre outros crimes que envolvem o pagamento de propina.

Não se pode garantir que qualquer pessoa que, direta ou indiretamente, esteja vinculada a nós, seja funcionário, diretor, conselheiro, fornecedor, prestador de serviços ou subcontratado, não está ou estará envolvida na Operação Lava Jato ou em investigações similares, o que poderia afetar negativamente a nossa imagem e reputação.

O resultado das investigações em curso no âmbito da Operação Lava Jato e de outras investigações similares é incerto, mas já houve impacto negativo na imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como na economia brasileira. Não podemos prever se as investigações resultarão em mais instabilidade política e econômica ou se haverá novas alegações contra funcionários e executivos do governo ou companhias privadas no futuro. Além disso, não podemos prever o resultado dessas investigações, nem seus efeitos sobre a economia brasileira, sobre o mercado acionário brasileiro e/ou sobre os nossos negócios.

A última eleição presidencial, de governadores, deputados federais e senadores, que ocorreu em outubro de 2018, resultou em significativa volatilidade nas taxas de câmbio, taxas de juros e preços de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros. Incertezas com relação a medidas que venham a ser adotadas no futuro pelo Governo Federal brasileiro podem influenciar a percepção dos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

investidores com relação ao risco do Brasil e podem ter um efeito significativo e adverso nos negócios e resultados operacionais da Companhia.

O Presidente do Brasil tem o poder de determinar políticas e orientar a condução da economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro de empresas, incluindo a Companhia. A Companhia não pode prever as políticas que serão adotadas pelo Governo Federal brasileiro, tampouco os respectivos impactos na economia brasileira e na Companhia.

Adicionalmente, impasses entre o Governo Federal brasileiro e o Congresso Nacional podem gerar incertezas com relação à implementação, pelo Governo Federal brasileiro, de mudanças nas políticas monetária, fiscal e previdenciária, incluindo a legislação aplicável, o que pode contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas podem aumentar a volatilidade do mercado de capitais brasileiro.

Em 1º de janeiro de 2019, o novo governo tomou posse e o Presidente Jair Bolsonaro assumiu o poder. Incertezas quanto à implementação, pelo novo governo, de mudanças nas políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como na legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários, inclusive em relação às ações da Companhia.

Até a data deste Formulário de Referência, o Presidente do Brasil está sendo investigado pelo Supremo Tribunal Federal pela suposta prática de atos impróprios relatada pelo ex-Ministro da Justiça, Sr. Sergio Moro, com relação a alegadas tentativas de nomeação de funcionários para a

Polícia Federal para atender interesses pessoais. Caso seja constatada a ocorrência de tais atos impróprios, as respectivas consequências, incluindo potencial abertura de processo de impedimento (impeachment), podem resultar em efeitos adversos relevantes no ambiente político e econômico no Brasil, assim como em negócios que operam no Brasil, inclusive os negócios da Companhia.

A incerteza política e econômica e quaisquer novas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas da Companhia. A incerteza sobre se o Governo Federal brasileiro implementará mudanças na política ou regulamentação que afetem esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade dos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras.

Desta forma, não podemos estimar completamente o impacto dos desenvolvimentos políticos e macroeconômicos brasileiros e globais em nossos negócios. Além disso, instabilidades econômicas e políticas podem levar a uma percepção negativa da economia brasileira e a uma maior volatilidade nos mercados de valores mobiliários brasileiros, o que também pode nos afetar adversamente, assim como aos nossos valores mobiliários. Qualquer instabilidade econômica continuada e incerteza política também podem afetar adversamente os nossos negócios.

Pandemias, epidemias ou surtos de doenças transmissíveis no Brasil e/ou no mundo, como a pandemia de COVID-19 declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), provocou e poderá continuar provocando um efeito adverso no mercado de capitais global e em nossos negócios, inclusive paralisando total ou parcialmente as nossas operações. Não é possível estimar e/ou quantificar todas as consequências econômicas e operacionais decorrentes da pandemia de COVID-19 ou a forma pela qual tal pandemia continuará a impactar os nossos negócios (quer do ponto de vista micro, quer do ponto de vista macroeconômico), sendo que os efeitos desta pandemia poderão impactar adversamente os nossos negócios, reputação, condição financeira, resultados e fluxos de caixa e, finalmente, nossa capacidade de continuar operando nossos negócios.

Pandemias, epidemias ou surtos de doenças infecciosas podem ter um efeito adverso no mercado e economia global, bem como nas nossas operações. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como zika vírus, vírus ebola, vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Em 11 de março de 2020, a OMS declarou a pandemia de COVID-19, doença causada por um novo coronavírus (SARS-Cov-2), que desencadeou severas medidas por autoridades governamentais ao redor do mundo com o objetivo de controlar sua disseminação, incluindo restrição ao fluxo de pessoas, com limitações a viagens, utilização de transportes públicos, quarentenas e *lockdowns*, fechamento prolongado de estabelecimentos comerciais, interrupções na cadeia de suprimentos e redução de consumo de uma maneira geral. No Brasil, alguns estados e cidades seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de parques, shopping centers, restaurantes e outros estabelecimentos comerciais e espaços públicos.

Na China, as medidas tomadas incluíram, dentre outros: (i) isolamento imediato do epicentro da doença no país (Wuhan); (ii) suspensão dos serviços de transporte pessoais dentro de condomínios e universidades; (iii) proibição da entrada de não condôminos em conjunto habitacionais; (iv) suspensão e/ou redução dos serviços de entrega; (v) controle rigoroso de entrada e saída nos aeroportos e portos do país. Essas medidas afetaram significativamente o nosso estoque entre os meses de maio a agosto de 2020, tendo em vista que parte considerável dos nossos fornecedores estão localizados neste país. A Companhia não pode afirmar se tais medidas voltarão ou não a ser adotadas e, consequentemente, se a operação da Companhia continuará a ser afetada.

No Brasil, alguns estados e municípios, incluindo localidades em que a Companhia atua, seguiram providências similares, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, o que provocou uma redução de nosso faturamento em nossa unidade de negócio áudio e vídeo profissional, cujos equipamentos comercializados são utilizados em eventos públicos, geralmente de entretenimento. Adicionalmente, o desalinhamento das autoridades governamentais brasileiras (nos níveis federal, estadual e municipal) aliado a diversidade geográfica do país fez com que as nossas operações fossem afetas em maior grau em diferentes momentos, a depender da região do país, o que dificultou e continua a afetar o gerenciamento e controle de nossas operações.

Essas medidas aliadas às incertezas provocadas pela pandemia de COVID-19 tiveram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo o Brasil, inclusive causando oito paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3 ao longo do mês de março de 2020. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3 foi adversamente afetada em razão da pandemia de COVID-19. Impactos semelhantes a esses podem voltar a ocorrer, provocando oscilação dos ativos negociados na B3.

Adicionalmente, qualquer mudança material na economia e no mercado de capitais global, incluindo o Brasil, pode diminuir o interesse de investidores em ativos brasileiros, incluindo as ações ordinárias de nossa emissão, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de nossos valores mobiliários, além de dificultar nosso acesso ao mercado de capitais e financiamento de nossas operações, inclusive em termos aceitáveis. Para mais informações sobre os impactos da pandemia de COVID-19 nos nossos negócios, veja item 10.9 deste Formulário de Referência.

A disseminação de COVID-19 nos levou a modificar algumas práticas de negócios (por exemplo, a adoção de protocolos sanitários, inclusive aplicável para nossos revendedores e distribuidores) e podemos ser obrigados a tomar outras ações adicionais, conforme venha a ser exigido pelas autoridades governamentais ou que determinarmos ser do melhor interesse de nossos colaboradores, clientes e parceiros de negócios. Não há certeza de que essas medidas serão suficientes para atenuar os riscos apresentados pela pandemia de COVID- 19 ou, de outra forma, serão satisfatórias para atender às exigências das autoridades governamentais. Não há, tampouco, como estimar e/ou quantificar todas as consequências econômicas e operacionais decorrentes da pandemia de COVID-19 ou a forma pela qual tal pandemia continuará a impactar os nossos negócios (quer do ponto de vista micro, quer do ponto de vista macroeconômico), sendo que os efeitos desta pandemia poderão continuar a impactar adversamente os nossos negócios, condição financeira, resultados e fluxos de caixa e, finalmente, nossa capacidade de continuar operando nossos negócios. Mesmo depois de eventual diminuição do surto de COVID-19, podemos continuar a ter impactos adversos em nossos negócios como resultado de seu impacto econômico global, incluindo qualquer recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego que ocorreu ou pode ocorrer no futuro.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A economia do Brasil permanece vulnerável a fatores externos, o que pode ter um efeito adverso sobre o crescimento econômico do Brasil e sobre os nossos negócios e resultado operacional.

A globalização dos mercados de capitais aumentou as vulnerabilidades dos países a eventos adversos. O Brasil permanece vulnerável a flutuações financeiras e econômicas internacionais, inclusive com relação a países da América Latina e países de mercados emergentes.

As recentes e contínuas recessões e crises em determinados países europeus e reduções na taxa de crescimento na economia chinesa afetam a economia brasileira de muitas formas, gerando inclusive uma retração nos fluxos comerciais e de capital e uma redução nos preços de commodities, o que impacta a certeza do investidor e a confiança do consumidor.

Adicionalmente, crises em outros países emergentes podem diminuir o interesse dos investidores em valores mobiliários brasileiros, incluindo os nossos, o que pode afetar adversamente o preço de mercado das nossas ações.

A ocorrência de efeitos negativos como os mencionados acima pode levar à deterioração das condições macroeconômicas no Brasil e os impactos decorrentes, como o comprometimento da capacidade de pagamento de clientes do sistema bancário, teriam impacto direto sobre o nosso negócio.

A inflação e as medidas do Governo Federal para controlar a inflação, inclusive aumentando as taxas de juros, podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil e nos afetar de maneira adversa.

O Brasil experimentou, no passado, taxas de inflação extremamente altas e, em consequência, seguiu políticas monetárias que contribuíram para uma das maiores taxas de juros real do mundo. A inflação e as medidas do Governo Federal para combatê-la podem ter efeitos significativos sobre a economia brasileira e os nossos negócios. Políticas monetárias rígidas com altas taxas de juros e altas exigências de depósitos compulsórios podem restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. Por outro lado, políticas mais brandas do governo e do Banco Central e quedas nas taxas de juros podem desencadear aumentos da inflação e, consequentemente, a volatilidade do crescimento e a necessidade de aumentos repentinos e significativos da taxa de juros, o que pode afetar negativamente os negócios, resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

Como resultado dessas medidas, a taxa básica de juros no Brasil tem flutuado significativamente. A taxa de inflação brasileira, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA, medido pelo IBGE, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, foi de 3,75%, 4,31% e 4,52% respectivamente. Da mesma forma, entre 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2020, a taxa de juros estabelecida pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia, ou SELIC, variou entre 6,5% e 2,0% ao ano. No passado, as intervenções do Governo Federal brasileiro incluíram a manutenção de uma política monetária restritiva, com altas taxas de juros que restringiram a disponibilidade de crédito e reduziram o crescimento econômico, resultando em volatilidade das taxas de juros.

As pressões inflacionárias podem resultar em intervenções governamentais na economia, incluindo políticas que podem afetar adversamente o desempenho geral da economia brasileira, o que poderia, por sua vez, afetar adversamente operações e o preço de negociação dos valores mobiliários de nossa emissão. A inflação, as medidas para conter a inflação e a especulação sobre medidas potenciais também podem contribuir para uma incerteza significativa em relação à economia brasileira e enfraquecer a confiança dos investidores. Caso o Brasil experimente inflações ou deflações substanciais no futuro, a Companhia e sua capacidade de cumprir com suas obrigações financeiras podem ser adversamente afetadas. Tais pressões também podem afetar a capacidade da Companhia de acessar mercados financeiros internacionais e resultar em políticas que podem afetar adversamente a economia brasileira e a Companhia. Além disso, a Companhia pode não ser capaz de ajustar os preços que cobra de seus clientes com o fim de compensar os impactos da

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

inflação em seus custos e despesas, resultando em aumento de seus custos e despesas e redução de suas margens de lucro e lucro líquido.

Medidas futuras do Governo Federal, incluindo reduções nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real podem desencadear aumentos na inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira.

A inflação também pode aumentar os nossos custos e despesas, e podemos não ser capazes de transferir tais custos aos clientes, reduzindo assim as margens de lucro e lucro líquido da Companhia. Além disso, índices inflacionários elevados geralmente aumentam as taxas de juros domésticas e, portanto, o serviço da dívida da parcela em reais da nossa dívida, que é indexada a taxas flutuantes, também pode aumentar, e com isso, o nosso resultado pode ser afetado. A inflação e seus efeitos relacionados às taxas de juros domésticas poderiam, ainda, reduzir a liquidez nos mercados de capital e financeiro domésticos, o que afetaria a capacidade de refinanciar o nosso endividamento nesses mercados. Além disso, a inflação também pode nos afetar indiretamente, pois os nossos clientes também podem ser afetados e ter sua capacidade financeira reduzida. Qualquer redução em nossas vendas líquidas ou lucro líquido, bem como qualquer redução no nosso desempenho financeiro podem afetar o preço de negociação de nossos valores mobiliários. Os nossos clientes e fornecedores podem ser afetados por altas taxas de inflação e tais efeitos podem afetar adversamente os nossos negócios.

A piora de condições econômicas e de mercado, em geral, ou a percepção de risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos e países de mercados emergentes, pode afetar negativamente a economia brasileira e o preço de mercado de valores mobiliários brasileiros.

O preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros é afetado por condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos, China, países europeus, bem como outros países latino-americanos e de mercados emergentes. As condições econômicas na Europa, na China e nos Estados Unidos possam diferir significativamente das condições econômicas do Brasil, as reações dos investidores a acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso sobre o preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros. Os preços das ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, por exemplo, foram historicamente sensíveis a flutuações nas taxas de juros nos Estados Unidos, bem como a variações das principais bolsas dos Estados Unidos. Além disso, as crises em outros países da América Latina e de economia emergente ou as políticas econômicas de outros países, em especial dos Estados Unidos e países da União Europeia, podem reduzir o interesse dos investidores por títulos e valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo as ações de nossa emissão. Esses eventos podem afetar negativamente o preço de mercado das nossas ações, restringir o nosso acesso aos mercados de capitais e comprometer a nossa capacidade de financiar as nossas operações no futuro com termos favoráveis ou independentemente dos termos.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países de economia emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, consequentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil e direta ou indiretamente, impactaram o mercado de capitais e a econômica brasileira, como as flutuações no preço dos títulos emitidos por empresas listadas, reduções na oferta de crédito, deterioração econômica global, flutuação das taxas de câmbio e inflação, entre outras. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos que, direta ou indiretamente, afetaram de forma negativa a economia e o mercado de capitais do Brasil, como (i) oscilações no preço de mercado de emissores brasileiros; (ii) indisponibilidade de crédito; (iii) redução do consumo; (iv) desaceleração da economia; (v) instabilidade cambial; e (vi) pressão inflacionária. Além disso, as instituições financeiras podem não estar dispostas a renovar, estender ou conceder novas linhas de crédito em condições economicamente favoráveis, ou não serem capazes ou não estarem dispostas a honrar seus compromissos. Qualquer desses acontecimentos pode prejudicar a negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia, além de dificultar seu acesso ao mercado de capitais e o financiamento de suas operações no futuro, seja em termos aceitáveis ou absolutos. Estes desenvolvimentos, bem como potenciais crises e formas de instabilidade política daí decorrentes ou qualquer outro desenvolvimento imprevisto, podem afetar negativamente a Companhia e o valor de mercado de suas ações.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Uma eventual recessão e/ou desaceleração econômica global, especialmente nos Estados Unidos e países de mercados emergentes, inclusive em decorrência dos efeitos da pandemia de COVID-19, pode afetar negativamente a economia brasileira e, por sua vez, levar a uma menor atividade comercial e de consumo, bem como a um aumento em nossas perdas e provisões para devedores duvidosos. Se as condições econômicas no Brasil piorarem devido, entre outros fatores, à redução do nível de atividade econômica, à desvalorização do Real, à inflação ou ao aumento da taxa doméstica de juros ou ao aumento do nível de desemprego, um maior percentual de nossos clientes pode se tornar inadimplente, causando efeito relevante adverso em nossos negócios.

Não só a economia brasileira, mas também a de outros países, pode ser afetada de forma geral pela variação das condições econômicas do mercado internacional, e notadamente pela conjuntura econômica dos Estados Unidos, China, países europeus, bem como outros países latino-americanos. Ainda, eventuais reduções na oferta de crédito e a deterioração das condições econômicas em outros países, em alguma medida, pode prejudicar os preços de mercado dos valores mobiliários brasileiros de maneira geral, inclusive das ações de nossa emissão. Adicionalmente, o risco de *default* de países em crise financeira, dependendo das circunstâncias, pode reduzir a confiança dos investidores internacionais e trazer volatilidade para os mercados. Na medida em que problemas econômicos em países de mercados emergentes ou em outros lugares afetem o Brasil negativamente, o nosso negócio e o preço de mercado das nossas ações ordinárias também podem ser afetados negativamente.

A diminuição do investimento estrangeiro no Brasil pode afetar negativamente o crescimento e a liquidez na economia brasileira, que, por sua vez, pode ter um impacto negativo sobre os nossos negócios.

A interrupção ou volatilidade nos mercados financeiros globais pode aumentar ainda mais os efeitos negativos sobre o cenário econômico e financeiro no Brasil, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre nós.

Adicionalmente, desde dezembro de 2019, a COVID-19, disseminou-se globalmente. Esse evento causou e deve continuar a causar disrupção da atividade econômica regional e global, o que afetou e pode continuar a afetar a nossa Companhia adversamente. A extensão dos efeitos da pandemia causada pelo novo coronavírus e/ou outras doenças sobre a crise global dependerá de acontecimentos futuros, que são altamente incertos e não podem ser previstos, incluindo novas informações que podem surgir a respeito de novas ações para conter ou remediar seus efeitos.

Além disso, em janeiro de 2021, Joe Biden tomou posse como presidente dos Estados Unidos. Não podemos prever os efeitos do mandato de Joe Biden ou de suas políticas. O Presidente dos Estados Unidos tem considerável poder na determinação de políticas e ações governamentais que podem ter um efeito material adverso na economia global e na estabilidade política global. Não podemos garantir que o novo governo adotará políticas destinadas a promover a estabilidade macroeconômica, a disciplina fiscal e o investimento doméstico e estrangeiro, o que pode ter um efeito adverso significativo nos mercados financeiros e de valores mobiliários no Brasil, em empresas brasileiras, incluindo a nossa Companhia, e nos valores mobiliários de emissores brasileiros.

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e a política brasileira, podem a causar um efeito adverso relevante nas atividades, no desempenho financeiro e nos resultados operacionais e mesmo no preço das ações da Companhia.

A economia brasileira é caracterizada por intervenções do Governo Federal e pela ocorrência de ciclos econômicos instáveis. O Governo Federal frequentemente intervém na economia do País e ocasionalmente promove modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, historicamente implicaram em aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, dentre outras medidas. As atividades, a situação financeira, o resultado operacional e o preço de mercado das nossas ações podem vir a ser

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- expansão ou retração da economia brasileira, conforme medida por taxas de crescimento do PIB;
- inflação;
- política fiscal e monetária; políticas sanitárias (incluindo práticas adotadas em relação a atual pandemia de COVID-19);
- disponibilidade de crédito;
- controle de importações e exportações;
- taxas de juros;
- ambiente regulatório pertinente às atividades da Companhia;
- fornecimento de energia elétrica;
- liquidez dos mercados financeiros, de capitais e creditícios domésticos;
- instabilidade econômica, social e política;
- alterações de leis e regulamentos de acordo com interesses políticos, sociais e econômicos;
- alteração na legislação tributária;
- reduções de salários e níveis econômicos;
- aumentos das taxas de desemprego;
- greves internas e normas trabalhistas;
- greves em portos, alfândegas, aeroportos e autoridades fiscais;
- alterações pertinentes ao setor de transporte, inclusive de normas;
- escassez ou racionamento de energia e água;
- instabilidade de preços;
- movimentos de taxas de câmbio e controle cambial e restrições a remessa ao exterior; e
- outros acontecimentos econômicos, políticos, diplomáticos e sociais, que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal brasileiro nas políticas ou normas que venham a afetar esses e outros fatores no futuro pode impactar o desempenho econômico, contribuir para a incerteza econômica no Brasil e aumentar a volatilidade do mercado de capitais brasileiro e dos valores mobiliários de emissores brasileiros. Tal incerteza é agravada pelos impactos da pandemia de COVID-19 no ano de 2020, o que pode prejudicar as nossas atividades e resultados operacionais, podendo, inclusive, vir a afetar adversamente o preço de negociação de nossas ações.

A Companhia não pode prever as medidas que o Governo Federal brasileiro tomará em resposta a pressões macroeconômicas ou outras. Qualquer desses fatores pode afetar adversamente as atividades, situação financeira, resultados operacionais e o preço de mercado das nossas ações ordinárias.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, a economia brasileira foi afetada por eventos políticos recentes que também afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, prejudicando assim o desempenho econômico brasileiro. Adicionalmente, qualquer falta ou falha de decisão do Governo Federal para implementar mudanças em certas políticas ou regulamentos podem contribuir para a incerteza econômica dos investidores em relação ao Brasil e aumentar a volatilidade do mercado, o que pode causar um efeito adverso relevante sobre nós e sobre nossas ações.

Qualquer rebaixamento da classificação de risco do Brasil (rating) pode afetar negativamente o preço das nossas ações.

A Companhia pode ser adversamente afetada pela percepção dos investidores quanto aos riscos relacionados à classificação de crédito da dívida soberana do Brasil. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em qualquer desses fatores.

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e rendimentos necessários na emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. O Brasil perdeu grau de classificação da sua dívida soberana nas três principais agências de classificação de risco baseadas nos EUA: Standard & Poor’s, Moody’s e Fitch.

Em setembro de 2015, a Standard & Poor's reduziu o *rating* de crédito soberano do Brasil para grau de investimento inferior, de BBB- para BB+, citando, entre outras razões, a instabilidade geral no mercado brasileiro causada pela interferência do governo brasileiro na economia e dificuldades orçamentárias. A Standard & Poor’s rebaixou novamente o *rating* de crédito do Brasil em fevereiro de 2016, de BB+ para BB, e manteve sua perspectiva negativa, citando uma piora na situação de crédito desde o rebaixamento de setembro de 2015. Em janeiro de 2018, a Standard & Poor's reduziu o *rating* atribuído ao Brasil para o BB com uma perspectiva estável, tendo em vista as dúvidas em relação aos esforços de reforma das aposentadorias e eleições presidenciais deste ano.

Em dezembro de 2015, a Moody´s colocou os ratings Baa3 do Brasil em análise, citando tendências macroeconômicas negativas e uma deterioração das condições fiscais do governo. Posteriormente, em fevereiro de 2016, a Moody's rebaixou os ratings do Brasil para abaixo do grau de investimento, para Ba2 com perspectiva negativa, citando a perspectiva de deterioração adicional no serviço da dívida do Brasil em um ambiente negativo ou de baixo crescimento, além de desafiar a dinâmica política. Em abril de 2018, a Moody's manteve o rating de crédito do Brasil em Ba2, mas mudou sua perspectiva de negativa para estável, o que manteve em setembro de 2018, citando expectativas de novos cortes nos gastos do governo.

A Fitch também rebaixou o rating de crédito soberano do Brasil para BB+ com perspectiva negativa em dezembro de 2015, citando o déficit orçamentário em rápida expansão do país e a recessão pior que a esperada e fez um rebaixamento ainda maior em maio de 2016 para BB com perspectiva negativa, que manteve em 2017. Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou a nota de risco de crédito soberano do Brasil para BB-, nota essa que foi reafirmada em agosto de 2018, com uma perspectiva estável, citando as fraquezas estruturais nas finanças públicas, alto endividamento do governo, fracas perspectivas de crescimento, ambiente político e questões relacionadas à corrupção.

A Fitch manteve o rating de crédito soberano do Brasil para BB- com perspectiva negativa em maio de 2020, citando a deterioração dos cenários econômico e fiscal brasileiro e de riscos de piora para ambas dimensões, diante da renovada incerteza política, além das incertezas sobre a duração e intensidade da pandemia de COVID-19.

Recentemente, o cenário político e econômico brasileiro tem apresentado altos níveis de volatilidade e instabilidade, incluindo a contração do PIB, flutuações significativas do real em relação ao dólar norte-americano, aumento do nível de desemprego e redução dos níveis das despesas e da confiança do consumidor. Tal cenário pode se intensificar com as políticas que vierem a ser adotadas pelo Governo Federal brasileiro. Na data deste Formulário de Referência, a classificação de crédito soberana do Brasil é avaliada abaixo do grau de investimento pela Standard and Poor's, Moody's e Fitch. Como resultado, os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras foram afetados

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

negativamente. A continuação ou o agravamento da atual recessão brasileira e a contínua incerteza política entre outros fatores, pode resultar em novos rebaixamentos. Qualquer rebaixamento adicional dos ratings de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo futuro da emissão de dívida e afetar adversamente o preço de negociação das nossas ações.

Crises econômicas, sanitárias (incluindo o atual coronavírus (COVID-19), políticas, ambientais ou qualquer outro tipo de crise que tenha o condão de impactar a economia brasileira poderá afetar o poder aquisitivo da população, o que, poderá resultar em uma diminuição do número de vendas dos nossos produtos

Crises econômicas, sanitárias (incluindo o atual coronavírus (COVID-19), políticas, ambientais ou qualquer outro tipo de crise que tenha o condão de impactar a economia brasileira poderão afetar o poder aquisitivo da população, o que poderá resultar em uma diminuição do número de vendas dos nossos produtos.

A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008, por exemplo, provocou o aumento do dólar frente ao real, a restrição de crédito no mercado interno, o aumento das taxas de desemprego, o aumento da inadimplência e, consequentemente, a redução do consumo no Brasil. No mesmo sentido, a crise político-econômica vivenciada pelo país entre 2015-2016, teve um impacto relevante nas taxas de desemprego, diminuindo o poder aquisitivo da população e, consequentemente o consumo no país.

Recentemente, a pandemia de COVID-19 tem provocado impactos econômicos negativos globais. Como resultado da pandemia, acredita-se que o poder aquisitivo da população brasileira reduzirá, o que poderá provocar uma redução no consumo e impactar o volume das nossas vendas. O impacto no volume das nossas vendas poderá afetar negativamente os nossos resultados e a nossa situação econômica.

A instabilidade da taxa de câmbio poderá ter efeito substancial negativo sobre a economia brasileira e sobre a Companhia.

A moeda brasileira tem sido historicamente volátil, sofrendo frequentes desvalorizações nas últimas três décadas. Desde 1999, o Banco Central do Brasil permite a livre flutuação da taxa de câmbio no Brasil, tendo o Real, no período, experimentado frequentes e significativas variações em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras. Ao longo desse período, o Governo Federal brasileiro implementou uma série de planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária para mensal), controles cambiais, mercados cambiais duplos e sistema de câmbio flutuante. A desvalorização do Real ocorrida em períodos menores resultou em variações significativas da taxa de câmbio entre o Real, dólar norte-americano e outras moedas. A Companhia não pode prever se o Banco Central do Brasil ou o Governo Federal brasileiro continuará a permitir que o Real flutue livremente ou intervirá no mercado cambial, retornando ao sistema de banda cambial ou outro. O Real pode desvalorizar ou valorizar substancialmente em relação ao dólar norte-americano. Além disso, de acordo com a legislação brasileira, caso ocorra um desbalanceamento grave na balança de pagamentos brasileira ou haja razões substanciais que prevejam um desbalanceamento grave, podem ser impostas restrições temporárias com relação a remessas de recursos ao exterior. A Companhia não pode prever que tais medidas serão adotadas pelo Governo Federal brasileiro no futuro.

Em 31 de dezembro de 2019, a taxa de câmbio (venda) divulgada pelo Banco Central do Brasil entre o Real e o dólar norte-americano foi de R$4,0307 por US$1,00, uma desvalorização de 4,0% em relação ao dólar norte-americano em comparação à taxa de câmbio (venda) de 31 de dezembro de 2018, que foi de R$3,8748 por US$1,00, que, por sua vez, representou uma desvalorização de 17,1% em relação ao dólar norte-americano em comparação à taxa de câmbio (venda) de 31 de dezembro de 2017, que foi de R$3,3080 por US$1,00. Em 31 de dezembro de 2020, a taxa de câmbio (venda) entre o Real e o dólar norte-americano foi de R$5,1967, uma desvalorização de 28,9% em relação ao dólar norte-americano em comparação à taxa de câmbio (venda) de 31 de dezembro de 2019.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Após o início da pandemia de COVID-19, o real desvalorizou abruptamente em relação ao Dólar, refletindo baixas taxas de juros, um cenário econômico em acentuada deterioração e crise política

Não se pode assegurar que a desvalorização ou a valorização do real frente ao dólar e outras moedas não terá um efeito adverso para as nossas atividades.

A desvalorização do real pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os nossos resultados, por conta da retração no consumo e do aumento dos nossos custos. Por outro lado, a valorização do real pode levar à deterioração das contas correntes do país e da balança de pagamentos, bem como a um enfraquecimento no crescimento do produto interno bruto gerado pela exportação. A Companhia não exerce quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil e nem dispõe da capacidade de prevê-la. O nosso negócio, a nossa situação financeira, os nossos resultados operacionais e as nossas perspectivas poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

A Companhia está exposta à flutuação do dólar e de outras moedas estrangeiras em suas operações, o que pode acarretar em aumento de custos em decorrência da importação de produtos e de juros atrelados a dívidas em moeda estrangeira.

As operações de exportação nos expõem a riscos relacionados a flutuações de moeda, bem como a riscos políticos e econômicos em outros países.

As nossas atividades de exportação nos expõem a riscos não enfrentados por empresas com atuação restrita ao Brasil. Um risco é a possibilidade de as exportações serem afetadas por restrições e tarifas de importação ou outras medidas de proteção ao comércio internacional e exigências de licença de importação ou exportação. Ainda, a redução de tarifas de importação para produtos estrangeiros similares poderá afetar a venda dos nossos produtos no território nacional.

O nosso desempenho financeiro futuro dependerá significativamente das condições econômicas, políticas e sociais nos nossos principais mercados, atualmente, no continente americano.

Outros riscos associados às nossas exportações incluem: (i) variação das taxas de câmbio e de inflação nos países estrangeiros nos quais a Companhia opera; (ii) controles cambiais; (iii) alteração das condições políticas ou econômicas de um país ou de uma região específica; (iv) consequências potencialmente negativas em decorrência de alterações de exigências regulatórias; (v) dificuldades e custos associados à observância e execução de diferentes leis, tratados e regulamentos internacionais complexos, incluindo, sem se limitar, a Lei sobre Práticas de Corrupção no Exterior; (vi) altas alíquotas de tributos e/ou ganhos que poderão estar sujeitos a exigências de retenção e aumento de tributos incidentes sobre o repatriamento; (vii) consequências potencialmente negativas de alterações na legislação tributária; e (vii) situações de guerras, ações terroristas, dentre outros. A ocorrência de quaisquer desses eventos poderia ter impacto negativo relevante sobre os nossos resultados operacionais e a nossa capacidade de realizar negócios em mercados existentes ou em desenvolvimento.

Mudanças nas políticas fiscais e legislação tributária podem afetar adversamente a Companhia.

O Governo Federal brasileiro tem frequentemente implementado e pode continuar implementando mudanças em suas políticas fiscais, incluindo alterações de alíquotas, taxas, encargos setoriais e, ocasionalmente, recolhimento de contribuições temporárias. Algumas dessas medidas podem resultar em aumentos de tributos que podem afetar negativamente os negócios da Companhia, como a redução ou eliminação de isenções de tributos sobre lucros e dividendos. Aumentos de tributos também podem impactar material e adversamente a rentabilidade do setor e os preços dos serviços da Companhia, restringir a capacidade da Companhia de realizar negócios em seus atuais e futuros mercados e impactar negativamente seus resultados financeiros, o que pode afetá-la adversamente, caso não seja capaz de repassar integralmente aos seus clientes por meio dos preços que cobra por seus produtos e serviços os custos adicionais associados a tais mudanças na política fiscal.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, a Companhia pode estar sujeita a fiscalizações da Receita Federal ou de autoridades fiscais estaduais e municipais de tempos em tempos. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais podem ser questionadas pelas autoridades fiscais, gerando procedimentos e processos fiscais. A Companhia não pode garantir que seus procedimentos e processos serão corretos, nem que manterá ou constituirá provisionamentos, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional nem que não será necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia pode afetar adversamente os seus negócios, seus resultados operacionais e a sua condição financeira. As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Existem diversas questões fiscais objeto de preocupação das autoridades brasileiras e com relação às quais as autoridades brasileiras regularmente fiscalizam as empresas, incluindo despesas de amortização de ágio, reestruturação societária e planejamento tributário, entre outros. Quaisquer processos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), pode afetar negativamente a Companhia.

Na data deste Formulário de Referência, o Congresso Nacional considera uma ampla reforma tributária, algumas das alterações propostas incluem mudanças dramáticas do sistema tributário nacional, com a eliminação ou unificação de determinados tributos, como PIS, COFINS, ICMS e ISS, e a possibilidade de criação de novos tributos, incluindo tributos sobre operações financeiras. Há outros projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que buscam revogar isenções fiscais sobre lucros distribuídos e dividendos e alterar ou revogar leis relacionadas aos juros sobre capital próprio, conforme o caso. Aprovações dessas propostas legislativas relacionadas a questões tributárias podem impactar as obrigações tributárias da Companhia, que, por sua vez, podem ter um efeito material adverso em sua situação financeira e resultados operacionais e afetar sua capacidade de cumprir com suas obrigações financeiras.

Ineficiências ou a incapacidade do governo brasileiro de implementar reformas críticas para aprimorar o sistema tributário e previdenciário brasileiro, a legislação trabalhista e outras áreas-chave para a vitalidade macroeconômica brasileira podem afetar adversamente a Companhia.

A rigidez legislativa, particularmente nos mercados de bens e trabalho, continua a impactar negativamente a competitividade e produtividade da economia brasileira e dificultar a alocação de recursos ao seu mais eficiente uso. Tributos distorcidos sobre o consumo, tributação sobre investimentos e ausência de flexibilidade no mercado de trabalho brasileiro são entraves para um crescimento contínuo e robusto da economia brasileira. Adicionalmente, o arcabouço legal e administrativo com base no qual indivíduos, empresas e governos interagem permanece onerado por restrições burocráticas. Além disso, o baixo nível de confiança nas autoridades públicas e no Estado de Direito continua a impor desafios adicionais. Não há garantias que o Governo Federal brasileiro implementará reformas adequadas, endereçando tais impedimentos, com o fim de um maior crescimento econômico, o que, como resultado, pode afetar a Companhia adversamente.

A concentração bancária no Brasil pode prejudicar a disponibilidade e o custo do crédito.

De acordo com o Relatório de Economia Bancária 2019, divulgado pelo Banco Central do Brasil, em 2020, os cinco maiores bancos brasileiros — Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica, Itaú e Santander — concentravam 77,6% dos depósitos totais, o que fez com que o Brasil figurasse no grupo de países com os sistemas bancários mais concentrados do mundo. A título de comparação, em 2006, a concentração era de 57,0%.

Essa concentração pode afetar a concorrência, com possíveis efeitos sobre taxas bancárias e outros preços. Adicionalmente, um eventual problema de relacionamento com qualquer instituição financeira, principalmente com algum dos referidos bancos pode afetar a capacidade de financiamento da Companhia.

A volatilidade e a iliquidez inerentes ao mercado de capitais brasileiro podem limitar substancialmente a capacidade dos investidores de venderem ações ordinárias de emissão da Companhia ao preço e no momento desejados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O investimento em valores mobiliários brasileiros, como as ações ordinárias de emissão da Companhia, envolve frequentemente um risco maior que o investimento em valores mobiliários de emissores em determinados outros países e geralmente são considerados mais especulativos por natureza. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, incluindo:

• mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e

• restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado de capitais brasileiro é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, como Estados Unidos ou Europa. A Companhia não pode garantir que, após a conclusão de sua oferta pública inicial de distribuição, haverá um mercado líquido, o que pode limitar a capacidade do respectivo investidor de vender as ações ordinárias de sua emissão pelo preço e no momento desejados.

Adicionalmente, a B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão ou seu eventual sucessor pode ser regulada de forma diferente da qual os investidores estrangeiros estão acostumados, o que pode limitar a capacidade dos acionistas de venderem seus ativos ao preço e no momento desejados. Além disso, o preço das ações alienadas em uma oferta pública está, frequentemente, sujeito à volatilidade imediatamente após sua realização. O preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia pode variar significativamente como resultado de vários fatores, alguns dos quais fora do controle da Companhia.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2 - Descrição dos Principais Riscos de Mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam os seguintes tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço, de ações, entre outros. A Companhia está exposta aos seguintes riscos de mercado:

Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures, bem como impactem a demanda por nossos serviços. A Companhia contrata empréstimo e financiamentos junto à instituições financeiras no Brasil, fazendo frente às suas necessidades de caixa para investimentos e seu crescimento. A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros referenciadas em Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). Em 31 de dezembro de 2020, nossa dívida total, representada pelo total de empréstimos e financiamentos e debêntures, era de R$524.669 mil, atrelada a CDI, conforme detalhado abaixo:

(valores expressos em milhares de R$)	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019 (reapresentado)	2018 (reapresentado)
Circulante			
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	195.861	117.718	44.379
Duplicatas Descontadas	-	-	25.527
Partes relacionadas	-	-	4.701
Não Circulante			
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	328.828	239.969	51.689
	524.689	**357.687**	**126.296**

Qualquer aumento nestes indicadores poderá gerar impacto negativo sobre nossas despesas financeiras, resultados operacionais e o valor de nossas ações.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez se materializa com a possibilidade de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros, em função dos diferentes prazos de realização e/ou liquidação de seus direitos e obrigações. Pode ser definido pela possibilidade de não cumprir com as obrigações associadas aos passivos financeiros que serão liquidados com caixa e equivalentes de caixa ou aplicações financeiras, tais como o saldo de fornecedores, salários a pagar, tributos e encargos sociais a recolher, empréstimos e financiamentos, debêntures e outros passivos.

A soma do passivo circulante e do não circulante era de R$ 781.351 mil em 31 de dezembro de 2020, R$ 541.544 mil em 31 de dezembro de 2019 e R$ 418.653 mil em 31 de dezembro de 2018.

O índice de liquidez geral da Companhia, medido pela soma do ativo circulante e não circulante, exceto imobilizado, direito de uso, intangível e investimento, dividido pela soma do passivo circulante e não circulante era de 0,67 em 31 de dezembro de 2020, 0,67 em 31 de dezembro de 2019 e 0,75 em 31 de dezembro de 2018.

Risco de Gestão de Capital

O risco de gestão do capital advém da possibilidade da Companhia não conseguir assegurar uma classificação de crédito forte e uma razão de capital bem estabelecida.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

A atual estrutura de capital da Companhia está detalhada abaixo:

(em R$ milhares, exceto %)	Exercício encerrado em 31 de Dezembro de		
	2020	2019 (reapresentado)	2018 (reapresentado)
(+) Empréstimos e Financiamentos	524.669	357.688	96.068
Circulante	195.861	117.718	44.379
Não Circulante	328.808	239.969	51.689
(+) Partes Relacionadas (Mútuo)	-	-	4.701
(+) Duplicatas Descontadas	-	-	25.527
(+/-) Instrumentos Financeiros (SWAP)	- 14.210	2.365	2.986
Dívida Bruta	**510.459**	**360.052**	**129.282**
(-) Caixa e equivalentes de caixa	-37.785	- 28.228	- 4.419
(-) Investimentos de curto prazo	- 52.046	- 4.130	-
Dívida Líquida (Caixa Líquido) (A)	**420.628**	**327.694**	**124.863**
Patrimônio líquido (B)	**129.959**	**74.211**	**59.031**
Patrimônio líquido e dívida líquida (A + B)	**550.587**	**401.905**	**183.894**
Índice de alavancagem financeira (A) / (A + B)	0,7640	0,8154	0,6790

(1) A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não devem ser consideradas como substitutos para o fluxo de caixa, bem como não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada por nós e representa a soma de empréstimos e financiamentos bancários (passivo circulante e não-circulante), bem como de instrumentos financeiros derivativos líquidos (ativo circulante e não circulante; passivo circulante não-circulante), mútuo com partes relacionadas (passivo circulante), e duplicatas descontadas (passivo circulante); A Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada por nós e representa a Dívida Bruta,menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa (ativo circulante), e títulos e valores mobiliários (ativo circulante). Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente da Companhia. Para mais informações, ver item 3.2 deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, os impactos da pandemia de COVID-19 na economia global podem acarretar oscilações de taxas de juros cobradas pelas instituições financeiras impactando dívidas existentes e/ou a necessidade de adquirir novos passivos financeiros.

Análise de sensibilidade

A Companhia está exposta à variação no CDI, indexador de empréstimo em moeda nacional e dos rendimentos de aplicações financeiras (“CDB”). Com a finalidade de verificar a sensibilidade desses indexadores foram definidos três cenários diferentes. Para o cenário provável, segundo avaliação preparada pela Administração, foi considerado uma oscilação de 5%.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Adicionalmente, são demonstrados outros dois cenários (A e B). A Companhia assumiu uma oscilação de 25% (cenário A) e de 50% (cenário B – cenário de situação extrema) nas projeções. A análise de sensibilidade para cada tipo de risco considerado relevante pela Administração está apresentada na tabela a seguir:

Consolidado (Valores em R$/mil)			Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
Aplicações Financeiras - Consolidado	Taxa de Juros	Posição em 2020	Cenário I	Cenário II	Cenário Provável	Cenário III	Cenário IV
			-50%	-25%	2,75%	25%	50%
Caixa e Equivalentes de caixa e Investimentos de curto prazo	CDI	89.831	1.235	1.853	2.470	3.088	3.706
Empréstimos, financiamentos e debêntures:							
Banco do Brasil	CDI	(59.201)	(1.182)	(1.773)	(2.365)	(2.956)	(3.547)
Banco BNDES	IPCA	(40.305)	(2.238)	(3.357)	(4.476)	(5.595)	(6.714)
Banco BTG	CDI	(80.031)	(1.254)	(1.881)	(2.508)	(3.135)	(3.763)
Banco CCB	CDI	(18.344)	(166)	(248)	(331)	(414)	(497)
Banco CEF S.A	CDI	(19.705)	(1.288)	(1.931)	(2.575)	(3.219)	(3.863)
Banco Daycoval	CDI	(1.258)	(91)	(137)	(183)	(228)	(274)
Banco Itaú Unibanco	CDI	(36.902)	(1.469)	(2.204)	(2.939)	(3.674)	(4.408)
Banco Itaú Asset	CDI	(40.038)	(776)	(1.163)	(1.551)	(1.939)	(2.327)
Banco Bradesco	CDI	(30.030)	(198)	(297)	(396)	(495)	(594)
Banco Santander	CDI	(41.630)	(1.991)	(2.987)	(3.983)	(4.979)	(5.974)
Banco Votorantim	CDI	(42.814)	(731)	(1.096)	(1.461)	(1.827)	(2.192)
Banco ABC Brasil	CDI	(36.620)	(1.033)	(1.549)	(2.066)	(2.582)	(3.099)
Banco BBM Bocom	CDI	(26.411)	(920)	(1.381)	(1.841)	(2.301)	(2.761)
Banco Citi	CDI	(51.381)	(1.878)	(2.816)	(3.755)	(4.694)	(5.633)
SWAP - Banco ABC	Euro/ CDI	8.011	4.116	6.174	8.231	10.289	12.347
SWAP - Bocom	Dólar/ CDI	365	188	281	375	469	563
SWAP - Citibank	Libor/ Dólar/ CDI	5.834	2.997	4.496	5.994	7.493	8.991
Subtotal		(510.459)	(7.915)	(11.872)	(15.829)	(19.787)	(23.744)
Cenários de Variações de Indexadores:							
(i) CDI		2,75%	1,41%	2,12%	2,83%	3,53%	4,24%
(i) IPCA		4,52%	2,36%	3,54%	4,72%	5,91%	7,09%
(i) Dólar		519,67%	266,98%	400,47%	533,96%	667,45%	800,94%
(ii) Euro		637,79%	327,66%	491,50%	655,33%	819,16%	982,99%
(ii) LIBOR		0,24%	0,12%	0,18%	0,24%	0,31%	0,37%

Fontes: (i) Dólar - PTAX Banco Central do Brasil; (ii) CDI - B3 Brasil Bolsa Balcão; (iii) IPCA - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia e suas controladas figuram como partes em procedimentos administrativos e processos judiciais de natureza cível, tributária e administrativa, decorrentes do curso normal de nossas atividades.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas figurávamos como parte, no polo ativo ou passivo, em 21 processos, sendo que havíamos constituído provisões no montante de R$ 479 mil, para os processos classificados como chance de perda provável .

No entanto, não há processos a serem descritos no presente item do Formulário de Referência, considerando o potencial impacto dos processos que nós e/ou nossas controladas estamos envolvidos não representar impacto relevante ao nosso patrimônio, à nossa capacidade financeira ou aos nossos negócios. Foram considerados relevantes, para a preparação deste item, processos judiciais ou administrativos cujo impacto financeiro à nossa Companhia seria igual ou superior a R$ 20 milhões, além de processos judiciais ou administrativos que poderiam representar um impacto relevante em nossa imagem ou reputação ou, ainda que, possam, de alguma forma, influenciar a decisão do investidor em investir em valores mobiliários de nossa emissão, independentemente de seu valor.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3.1 - Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3.

Item não aplicável tendo em vista que não foram descritos processos no item 4.3 deste Formulário de Referência.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos, em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e cujas partes contrárias sejam seus administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, ou seus investidores ou de suas controladas.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4.1 - Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Não aplicável, pois a Companhia não possui processos dessa natureza.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Na data deste Formulário, não há processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia ou suas controladas figuram como parte.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6 - Processos Judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Na data deste Formulário, a Companhia e suas controladas não figuram como partes em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6.1 - Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6

Não aplicável.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes

Não há outras contingências relevantes que não tenham sido divulgadas nos demais itens desta seção 4.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

Devido a intenção de abertura de capital, a Companhia elaborou uma Política de Gerenciamento de Riscos, que foi formalmente aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de fevereiro de 2021 ("Política de Gestão de Riscos").

A Política de Gestão de Riscos é aplicável à Companhia e suas controladas. O documento define os riscos aos quais a Companhia está exposta e define medidas que viabilizam o seu gerenciamento. Dentre as medidas, a Companhia se compromete a atualizar no mínimo anualmente a Matriz de Riscos por ocasião da revisão de planejamento estratégico da Companhia e com o surgimento de eventos de riscos emergentes.

Além disso, a Política de Gestão de Riscos formaliza as estratégias a serem adotadas em resposta à identificação de eventuais riscos, sendo estabelecidas as hipóteses em que devem ser adotadas as seguintes medidas:

- eliminar o risco;
- transferir o risco;
- reduzir/gerir o risco
- aceitar o risco.

Para a definição de qual das medidas será tomada, a Companhia deve avaliar o limite (ou apetite) do risco de acordo com a metodologia pré-estabelecida na Política de Gestão de Riscos.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

A Política de Gestão de Riscos tem por objetivo estabelecer e divulgar os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gestão de riscos da Companhia, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades da Companhia e que possam afetar o atendimento de seus objetivos. As diretrizes adotadas pela Companhia para o gerenciamento de riscos consideram que toda e qualquer decisão envolve determinado grau de risco. O objetivo da Companhia é entender os riscos aos quais está exposta, avaliar e definir ações de resposta para que as perdas sejam reduzidas e previstas. Os riscos são, portanto, um dos fatores a ser considerado no processo de decisão da Companhia em seus mais diversos níveis.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora os riscos listados no item 4.1 deste Formulário de Referência e busca proteção para todo e qualquer risco que possa impactar negativamente os objetivos traçados pela sua administração. Esses riscos foram classificados em quatro principais grupos:

Riscos Estratégicos: aqueles associados à estratégia da Companhia na busca de inovação tecnológica e aumento dos números da Companhia. São causados por mudanças no ambiente externo, tais como político, econômico e social, mercado, competidores, fusões e aquisições, disponibilidade de recursos, inovações e portfólio de produtos e/ou serviços.

Riscos Operacionais: aqueles decorrentes da inadequação ou falha na gestão de processos internos e pessoas que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da Companhia e estão associados tanto à operação do negócio como, por exemplo, compras, produção, marketing, comercial, vendas; quanto à gestão de áreas de suporte ao negócio, como contabilidade, controladoria, controles, suprimentos, saúde e segurança do trabalho, meio ambiente e relações sindicais.

Riscos Financeiros: aqueles decorrentes da possibilidade de perdas em razão do comportamento das taxas de juros, variação cambial e dos preços das ações, assim como aqueles decorrentes da possibilidade de perdas resultantes de incerteza no recebimento por parte dos clientes, quanto ao recebimento de valores programados em empréstimos e contratos.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Riscos de Conformidade: São os riscos de imposição de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado do descumprimento de leis, acordos, regulamentos, Código de Ética e Conduta e das políticas e procedimentos internos. Incluem os riscos de fraudes em demonstrações financeiras e de desvios de ativos, de corrupção e de crimes cibernéticos.

A Matriz de Riscos da Companhia compreende os principais riscos constantes das categorias acima, baseados na sua probabilidade de ocorrência e na magnitude do seu impacto nos negócios da Companhia. Dentre esses riscos, a Companhia destaca o Risco Operacional (Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços) sendo o de maior criticidade.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

A Companhia adota como modelo de gestão dos riscos o COSO-ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of Treadway Commission*) "COSO ERM", o qual conta com as seguintes etapas:

- Identificação dos riscos: Identificação dos fatores (causas) de riscos e implicações nos objetivos (metas e resultados) projetados;
- Avaliação: Cálculo do impacto e probabilidade de ocorrência dos riscos sobre os resultados projetados;
- Proposta de Limites: nível de risco que os acionistas estão dispostos a correr na busca pelo retorno e geração de valor;
- Plano de ação: Conjunto de iniciativas definidas e implantadas pelo proprietário/responsável do risco a fim de adequar as exposições aos limites aprovados (objeto de acompanhamento periódico).

Para a avaliação dos riscos, a Companhia definiu uma metodologia por meio da qual realiza a análise da exposição e/ou o impacto dos riscos e avalia se está disposta a aceitá-lo. Essa avaliação considera os seguintes fatores:

- avaliação do retorno tangível e intangível relacionado ao limite de risco proposto;
- capacidade da Companhia de suportar o impacto do limite de risco proposto;
- decisão se o risco deve ou não ser aceito conforme sua tipologia;
- viabilidade da implantação das iniciativas de mitigação (custo e esforço) versus efeito na mitigação do risco e respectivo retorno
- disponibilidade de recursos (investimento e esforço) para implantação.

A partir da classificação do risco, a Companhia pode decidir por:

- eliminar totalmente o risco, protegendo os objetivos da Companhia dos impactos associados ao risco;
- transferir o risco a terceiros por meio de contratos de seguros, terceirização de operações e atividades;
- reduzir parcialmente a exposição ou adotar ações pontuais visando minimizar potenciais impactos;
- assumir os impactos potenciais do risco e respectivas oportunidades.

Para os riscos classificados como de maior criticidade, são exemplos de algumas das medidas mitigadoras adotadas pela Companhia:

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Fator de risco Pessoas: adequado processo de seleção e recrutamento, ações de treinamento, existência de Código de Ética e Normas de Conduta, política adequada de reconhecimento e remuneração;

- Fator de risco Processos: definição dos procedimentos e implantação de controles internos, formalização dos processos operacionais, manutenção contínua destes;

- Fator de risco Sistemas: implantação de controles de acesso (físicos e lógicos), instalação de programas antivírus, back-up periódico de dados, política de uso de equipamentos móveis, internet, e-mail e backup de infraestrutura de conexão de internet;

- Fator de risco Eventos Externos: implantação de plano de continuidade de negócios, com definição dos processos críticos.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

- Conselho de Administração;

- Comitê de Auditoria;

- Diretoria;

- Proprietários dos Riscos (integrantes das áreas de negócios)

- área de Compliance, Riscos e Controles Internos;

- Auditoria Interna, função atualmente exercida por auditor independente contratado, a Ernst & Young “EY”.

A estrutura de gerenciamento de riscos segue o modelo de três linhas de defesa do COSO-ERM e é realizada conforme o organograma e a descrição abaixo:

Compete ao Comitê de Auditoria, dentre outras atribuições:

- Recomendar a inclusão, avaliação e priorização na Matriz de Riscos da Companhia;

- Recomendar ao Conselho de Administração da Companhia na avaliação de políticas, limites e planos de ação;

- Monitorar o cumprimento da Política de Gestão de Riscos e avaliar a performance frente aos limites de risco aprovados;

- Avaliar a efetividade do modelo de gestão de riscos e sugerir aprimoramentos no processo, apontando as causas e responsabilidades; e

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Deliberar sobre as investigações internas de violações às normas de integridade encaminhadas pela área de Compliance, Riscos e Controles Internos e autorizar a contratação de investigação independente (se for o caso).

Compete ao Conselho de Administração, dentre outras atribuições:

- Aprovar as políticas, diretrizes, Matrizes de Risco, limites de exposição e impactos propostos;
- Fornecer, periodicamente, sua percepção do grau de exposição a riscos que a Companhia está exposta e influenciar na priorização dos riscos a serem tratados; e
- Avaliar em pauta prévia, mudanças ou atualizações e cada risco, cujos limites já tenham sido aprovados.

Compete à Diretoria da Companhia, dentre outras atribuições:

- Atualizar a Matriz de Riscos sempre que ocorrer a revisão do plano estratégico e tempestivamente com o surgimento de fatores de risco emergentes;
- Estabelecer priorização dos riscos a partir do impacto e probabilidade, visando estabelecer uma comparação individual dos riscos para fins de priorização e gestão;
- Avaliar e tomar decisões em relação a exposição aos riscos (impacto e probabilidade) e aos limites apresentados pelos Proprietários dos Riscos e recomendar ações de respostas;
- Acompanhar periodicamente a evolução da exposição aos riscos considerando os limites aprovados pelo Conselho de Administração;
- Adotar riscos avaliados como ferramenta de orientação da revisão ou construção do plano estratégico; e
- Disseminar a cultura da gestão de riscos em toda Companhia, através de incentivos e políticas de remuneração variável.

Compete à Auditoria Interna, dentre outras atribuições:

- Aferir a qualidade e a efetividade do processo de gerenciamento de riscos e dos processos de governança, da adequação dos controles e do cumprimento das normas e regulamentos associados às operações da Companhia de forma independente, imparcial e tempestiva;
- Fornecer relatórios periódicos ao Comitê de Auditoria, a fim de garantir que a cultura de responsabilização e conscientização sobre os riscos esteja sendo devidamente implementada;
- Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos.

Compete à área de Compliance, Riscos e Controles Internos, dentre outras atribuições:

- Identificar, avaliar e monitorar os riscos;
- Atualizar a Matriz de Riscos sempre que ocorrer a revisão do plano estratégico e tempestivamente com o surgimento de fatores de risco emergentes;
- Estabelecer priorização dos riscos a partir do impacto e probabilidade, visando estabelecer uma comparação individual dos riscos para fins de priorização e gestão;
- Gerenciar e garantir o adequado funcionamento do Canal de Ética e Conduta, bem como conduzir e documentar investigações internas de violações às normas de integridade ou recomendar a contratação de investigação independente, e encaminhar os casos para deliberação do Comitê de Auditoria.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Compete aos Proprietários dos Riscos da Companhia, dentre outras atribuições:

- Identificar os fatores de riscos e indicadores para a mensuração e monitoramento dos riscos;
- Fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem de riscos;
- Apresentar percepção quanto à exposição ao risco, se possível, pautada também em indicadores de mercado;
- Propor limites para exposição aos riscos sob a sua responsabilidade;
- Sugerir, avaliar, implantar e monitorar as ações com o objetivo de reduzir a exposição ao risco sob sua responsabilidade;
- Cumprir os limites de riscos aprovados pelo Conselho de Administração;
- Comunicar, tempestivamente, os eventos de risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas.

Com base nas informações descritas neste item 5.1, a Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da Política de Gestão de Riscos.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

A Companhia entende que sua estrutura operacional de controle interno está adequada.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

Os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção são gerenciados internamente pela Diretoria Financeira da Companhia. Entretanto, não há uma política específica que trata do gerenciamento de riscos de mercado formalizada, uma vez que a Companhia adota práticas que entende suficientes para gerenciamento de seus riscos de mercado.

Adicionalmente, aplica-se ao gerenciamento de tais riscos a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, no que couber. A Companhia aprovou referida política, em 16 de fevereiro de 2021, por meio de reunião do Conselho de Administração.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

Não aplicável, pois a Companhia informa que não possui política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado. Considerações adicionais relacionadas a esse item constam do item 5.6 deste Formulário de Referência.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não aplicável, pois a Companhia informa que não possui política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado. Considerações adicionais relacionadas a esse item constam do item 5.6 deste Formulário de Referência.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia implementou e mantém controles internos de modo a fornecer aos seus acionistas razoável segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações e demais informações financeiras, tendo formalizado.

Os processos e sistemas de controles internos que a Companhia adota baseiam-se, principalmente, em identificar os fatores de risco e suas implicações na persecução de seus objetivos. Para isso, o processo consiste basicamente na avaliação periódica do potencial de impacto e a probabilidade de ocorrência de tais riscos, considerando ainda os limites de risco que a Companhia está disposta a incorrer na busca por retorno e geração de valor. Os processos relacionados com a gestão de riscos de *compliance* da Companhia encontram-se detalhados na Seção 5.4 abaixo.

Ademais, como ação para aperfeiçoarmos constantemente nossos níveis de controle, nosso Comitê de Auditoria deverá elaborar, anualmente, relatório resumido de suas atividades, que será divulgado por nós, contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, destacando ainda as recomendações feitas ao Conselho de Administração.

A Companhia considera suas práticas de controles internos eficientes e adequadas ao seu porte e à complexidade de suas atividades.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

A estrutura organizacional da Companhia é composta por: Conselho de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário, área de auditoria interna e Área de *Compliance* e Gestão de Riscos, que possuem atribuições distintas e devem atuar de maneira integrada, conforme descrito abaixo:

Compete ao Conselho de Administração da Companhia:

(a) aprovar as políticas, diretrizes, Matriz/Modelagem de Risco, limites de exposição e impactos conforme apresentado pela Diretoria;

(b) fornecer à Diretoria, quando necessário, sua percepção do grau de exposição a Riscos que a Companhia está exposta (visão do acionista) e influenciar na priorização dos Riscos a serem tratados;

(c) avaliar, quando necessário, mudanças nos limites de exposição de Riscos que tenham sido aprovados pela Diretoria; e

(d) avaliar a adequação da estrutura operacional e de controles internos para o gerenciamento de Riscos.

Compete à Diretoria da Companhia:

(a) desenhar as diretrizes, Matriz/Modelagem de Risco, determinando os limites de exposição, impactos, e a tolerância de exposição aos Riscos;

(b) definir a estrutura para o sistema de gerenciamento de Riscos dentro da Companhia;

(c) definir, em conjunto com a área de gestão de Risco, os planos de ação para mitigação dos Riscos;

(d) supervisionar o processo de avaliação de Riscos e monitorar a evolução da exposição aos Riscos e os sistemas de gerenciamento de Risco; e

(e) disseminar a cultura da gestão de Risco em toda Companhia.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Compete ao Comitê de Auditoria da Companhia:

(a) acompanhar as atividades da área de auditoria interna da Companhia e da área de gerenciamento de Riscos da Companhia; e

(b) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia.

Compete aos gestores das áreas de negócio e responsáveis diretos pelos processos, como primeira linha de defesa, com reporte para a Diretoria:

(a) identificar e gerenciar os Riscos da respectivas áreas de negócio e processos de acordo com os Limites de Riscos;

(b) comunicar, tempestivamente, à área de gerenciamento de Riscos da Companhia, os eventos de Risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação dos Limites de Risco; e

(c) implementar e acompanhar os planos de ação para mitigação de Riscos e acompanhar as ações corretivas nas respectivas áreas e processos.

Compete à área de gerenciamento de Riscos da Companhia, como segunda linha de defesa, e a qual se reporta diretamente para a Diretoria:

(a) administrar o sistema de gerenciamento de Risco;

(b) fornecer apoio metodológico aos departamentos operacionais e funcionais da Companhia por meio de ferramentas e serviços sob demanda;

(c) fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem de Riscos;

(d) apresentar percepção quanto à exposição ao Risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado;

(e) propor limites para exposição aos Riscos e sugerir, avaliar, implantar e monitorar as ações com o objetivo de reduzir a exposição ao Risco;

(f) supervisionar o processo de avaliação de Riscos em conjunto com a Diretoria e assegurar monitoramento constante de Riscos de fontes externas, com visão prospectiva sobre os Riscos emergentes;

(g) acompanhar a Diretoria na implantação desta Política por meio da disseminação de ferramentas e boas práticas;

(h) avaliar os Riscos associados a certos projetos estratégicos, parcerias ou transações de fusões e aquisições;

(i) cumprir os limites de Riscos aprovados pelo Conselho de Administração;

(j) comunicar, tempestivamente, os eventos de Risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas; e

(k) assegurar as informações disponibilizadas à Diretoria sobre Riscos ou incidentes, bem como coordenar o sistema de gerenciamento dos Riscos em momentos de crises em caso de grandes acontecimentos.

Compete à área de auditoria interna da Companhia, como terceira linha de defesa, vinculada diretamente ao Conselho de Administração:

(a) aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de Riscos da Companhia, sugerindo alterações ao Conselho de Administração e à Diretoria, quando necessário;

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

(b) fornecer, quando solicitado, informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem;

(c) apresentar, quando solicitado, sua percepção quanto à exposição ao Risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado; e

(d) propor limites para exposição aos Riscos à Diretoria.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internas pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A administração da Companhia é responsável por: (i) estabelecer e manter um controle interno eficaz das informações financeiras, verificar se operações estão em conformidade com as políticas e/ou regras definidas; (ii) monitorar permanentemente o cumprimento às leis, normas e regulamentos, conforme o disposto em nosso Código de Ética e Conduta; e (iii) auxiliar os controles relacionadas às demonstrações financeiras e à gestão.

A estrutura de controles internos mencionada, aliadas às revisões e trabalho conjunto da Diretoria, do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria Estatutário, da área de auditoria interna e da Área de gerenciamento de Riscos da Companhia, além das aprovações individuais, colegiadas e consolidadas de todos os órgãos envolvidos, asseguram à administração da Companhia que suas demonstrações financeiras estejam livres de distorções relevantes.

Dessa forma, destaca-se, entre as competências da área de auditoria interna da Companhia citadas no item (b) acima, a de aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança e apresentar, quando solicitada, sua percepção quanto à exposição dos riscos. Ainda, compete à tal área propor limites para exposição de riscos. No mesmo sentido, a Companhia estabeleceu a gerenciamento de Riscos da Companhia, que tem dentre as suas competências a de avaliar periodicamente a aderência dos controles internos.

Conforme informado na Seção 5.3(a) acima, o Comitê de Auditoria Estatutário é um órgão de assessoramento vinculado ao nosso Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com seu funcionamento, de caráter permanente e que avalia o grau de qualidade e efetividade dos controles internos da Companhia.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Após cada processo de auditoria, a Administração recebe dos auditores independentes carta de recomendação sobre os controles internos, conforme requerido pelo art. 25, inciso II, da Instrução CVM n° 308-99, e propõe plano de ação e atua durante o ano para correção dos pontos identificados.

Nos termos do Ofício Circular/CVM/SNC/GNA/n°01/2020, item 7, os auditores independentes têm um prazo de até 60 dias contados da data de emissão do relatório do auditor para emitir o relatório circunstanciado mencionado nesse item. Por essa razão, a Companhia informa que está em processo de obtenção da versão final e emitida da carta, observados os prazos legais. No prazo legal, a Companhia fará a devida divulgação por meio deste item.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os diretores apresentarão seus comentários tão logo o relatório circunstanciado de nossos auditores independentes seja emitido, conforme descrito no item “d” acima”.

5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

No contexto da abertura de capital, a Companhia aprovou seu Código de Ética e Conduta ("Código de Ética"), em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de fevereiro de 2021, com objetivo de formalizar os padrões de conduta que norteiam as relações da Companhia.

O Código de Ética é aplicável a todos os funcionários da Companhia, independentemente do seu nível hierárquico, e deve ser transmitido, sempre que possível, aos terceiros com os quais se relacionam (incluindo fornecedores, parceiros e clientes). O documento define os valores e princípios básicos da Companhia e aborda, dentre outros, tópicos como:

- a relação com terceiros, pessoas politicamente expostas e agentes públicos;
- confidencialidade das informações;
- segurança e responsabilidade socioambiental;
- conflito de interesses.

Além do Código de Ética, a Companhia adota os seguintes mecanismos e procedimentos de integridade:

- disponibilização de canal de denúncias independente para colaboradores e terceiros;
- procedimentos de análise previa à contratação de fornecedores, incluindo a análise de certidões e documentação relevante, consulta no CNPJ e Sintegra.

Além disso, os riscos de conformidade são analisados periodicamente pela área de Compliance, Riscos e Controles Internos, sendo que os procedimentos e práticas de integridade são revisados sempre que necessário.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A área de Compliance, Riscos e Controles Internos (que desempenha as funções de Compliance, controles internos e riscos corporativos) é responsável por orientar e esclarecer dúvidas sobre o

Código de Ética, solucionando eventuais lacunas ou pontos omissos. A área de Compliance, Riscos e Controles Internos também é responsável por, dentre outros:

- Implementar o Programa de Integridade e suas respectivas políticas;
- Prevenir, detectar e remediar os atos lesivos contra a administração pública nacional e estrangeira previstos na Lei nº 12.846/2013 e suas atualizações;
- Engajar e apoiar a alta administração para o fomento a uma cultura ética e de respeito às leis e para a aplicação efetiva do Programa de Integridade;

5.4 - Programa de Integridade

- Atuar com autonomia, independência, imparcialidade, recursos materiais, humanos e financeiros para o seu pleno funcionamento, com possibilidade de acesso direto, quando necessário, ao mais alto corpo decisório da Companhia;
- Elaborar as regras, políticas e procedimentos de prevenção de irregularidades;
- Definir procedimentos de verificação da aplicabilidade do Programa de Integridade ao modo de operação da Companhia e criar mecanismos para que as deficiências encontradas em qualquer área, possam realimentar continuamente seu aperfeiçoamento e atualização.

Além disso, o Comitê de Auditoria, que se reporta diretamente ao Conselho de Administração, é responsável pela apuração das denúncias após as análises realizadas pela empresa independente e pela área de Compliance, Riscos e Controles Internos da Companhia.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Ética se aplica a todos os funcionários da Companhia, qualquer que seja seu nível hierárquico, incluindo diretoria, conselheiros fiscais e conselheiros de administração.

• se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

Todos os funcionários da Companhia recebem uma cópia do Código de Ética na data de sua integração e assinam um termo declarando ciência sobre o seu conteúdo. Apesar de não haver atualmente um calendário formal de treinamentos, a Companhia implementará um calendário de treinamentos periódicos sobre o conteúdo do Código de Ética e da legislação aplicável a partir deste ano.

• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

Em casos de violação às disposições do Código de Ética estão sujeitos às seguintes medidas disciplinares, previstas no item 18 do Código de Ética:

- advertência oral e/ou por escrito;
- suspensão;
- rescisão do contrato de trabalho.

No caso de terceiros, essas violações poderão levar à rescisão do contrato de prestação de serviços, quando couber. Além disso, caso as violações praticadas configurem crime, a Companhia poderá comunicar as autoridades competentes, sem prejuízo das sanções acima descritas.

• órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Ética foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de fevereiro de 2021 e pode ser consultado nos seguintes endereços eletrônicos: www.cvm.gov.br e www.ri.wdcnet.com.br.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

• se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

A Companhia possui um canal de denúncias, independente, com a empresa “Contato Seguro“, cuja sede está em Porto Alegre – RS, a fim de receber qualquer denúncia ou sugestão, advinda de

5.4 - Programa de Integridade

Colaborador, fornecedor, ou parceiro, de forma imparcial, para que o apresentante de queixa, denúncia, dúvida ou sugestão, tenha total privacidade, e não seja identificado, em sua solicitação. É usado canal de internet, sem identificação de endereço IP, ou linha telefônica 0800-900-9292.

• *se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados*

Nosso canal está aberto para o recebimento de denúncias de todos os empregados e terceiros.

• *se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé*

O canal utilizado pela Companhia garante o sigilo quanto ao colaborador ou ao terceiro que realizou a denúncia e trata as informações com a devida diligência e confidencialidade, garantindo o seu correto processamento. A confidencialidade garante, ainda, que o colaborador de boa-fé que utilizar qualquer meio direto para manifestação ou denúncias não sofrerá nenhuma retaliação ou punição em função disto.

• *órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias*

As apurações e penalidades de violação de código de conduta da Companhia serão sempre centralizadas no departamento de Gente & Gestão. A Companhia estruturou um comitê de apuração de denúncias, formado pela diretora de Gente & Gestão, gerente de Gente & Gestão, Diretor Financeiro, Diretor de Logística, Gerente Administrativo de Ilhéus, podendo incluir outras áreas ou pessoas, caso um dos participantes do comitê esteja envolvida em tal denúncia, para que haja definição independente e não tendenciosa das penalidades a serem aplicadas.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Além daqueles já descritos neste item 5.4 do Formulário de Referência, a Companhia realiza procedimentos quando da realização de fusões, aquisições e reestruturações societárias, visando à identificação de vulnerabilidade e de risco de práticas irregulares. Neste sentido e com o propósito de detectar eventuais fraudes ou quaisquer atos ilícitos pelas empresas envolvidas, a Companhia segue determinadas práticas de diligência, dentre as quais (a) a contratação de auditores contábeis, trabalhistas e tributários renomados; e (b) a contratação de escritórios de advocacia conceituados.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, considerando que adotamos regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a Administração Pública que entendemos adequadas ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo.

5.5 - Alterações significativas

5.5 - Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

No contexto de sua abertura de capital, a Companhia elaborou e formalizou sua Política de Gestão de Riscos, que passa a congregar as principais diretrizes e procedimentos, assim como definir os responsáveis pelo processo de identificação, avaliação e monitoramento de riscos relacionados à Companhia.

Ademais, destaca que não houve, no último exercício social, qualquer alteração significativa nos principais riscos aos quais está exposta, exceto pelos riscos relacionados a pandemia de COVID-19 descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 - Outras inf. Relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	02/10/2003
Forma de Constituição do Emissor	Constituição sob a forma de sociedade limitada
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve Histórico

6.3 - Breve histórico

A Companhia iniciou suas atividades em 2004 e foi fundada por Vanderlei Rigatieri Junior e Francisco Sergio Day de Toledo com o objetivo de comercializar produtos de tecnologia wireless e de transmissão por redes de dados. No início, a Companhia focou em tecnologias de nicho, tais como Internet via Rádio, mais tarde migrando para Banda-Larga, Segurança Eletrônica, Comunicação Unificada. Visando o aumento do portfólio passou a oferecer também Infraestrutura de Data Center, Áudio e Vídeo Profissional, Segurança de Dados e IoT – Internet das coisas, mercados com um grande potencial de crescimento e poucas empresas atuantes. Segue a cronologia:

No ano de 2007, observando novas oportunidades, a Companhia passou a atuar também no mercado de Segurança, com soluções em segurança física e eletrônica, CFTV, VMS e controle de acesso.

Anos mais tarde, em 2011, a Companhia ingressou em mais um mercado, na área de equipamentos de Telecom, com o início da distribuição de equipamentos FTTH (*Fiber To The Home*), o que ampliou a sua gama de clientes e sua estratégia de negócios.

O ano de 2012 marcou a expansão da Companhia na industrialização e distribuição de seus produtos, quando a Companhia inaugurou seu Centro de Distribuição em Ilhéus, Bahia e passou a ocupar uma área superior a 7.000 m^2 no Polo de Informática de Ilhéus, que conta com incentivos fiscais, nas esferas estaduais e federal. A capacidade instalada de armazenagem e movimentação de cargas é superior a 2 milhões de peças anualmente, e, por meio de acordos com as principais transportadoras, a Companhia consegue entregar seus produtos em qualquer cidade do território nacional.

Em 2013, a Companhia fundou uma subsidiaria chamada a MaxBR, que viria a ser incorporada pela Companhia anos mais tarde, que ampliou ainda mais o alcance da Companhia para oferecer exclusivamente serviços de locação de equipamentos de tecnologia. O ano de 2013 marca também o início das vendas no modelo TaaS (*Technology as a Service)*, modelo de assinaturas de produtos de tecnologia que permite aos clientes transformar seu Capex (Investimento) em Opex (despesas) ao mensalizar os custos para seus canais os pagamentos, agregando todos os benefícios de uma locação: garantia estendida, trocas em casos de falhas e atualização tecnológica periódica. O conceito objetiva descomplicar a estruturação da tecnologia pelos clientes, evitando que necessitem de um reinvestimento robusto e recorrente diante das inevitáveis obsolescências dos produtos desse segmento.

Em 2017, a Companhia recebeu um investimento minoritário do fundo de *private equity* 2bCapital, que possibilitou maior crescimento e melhoria da qualidade de atendimento e ter recursos financeiros suficientes para aumentar a oferta de TaaS (*Technology as a Service)*. No mesmo ano, a Companhia expandiu seu estoque ao inaugurar um Centro de Distribuição na Cidade de São Paulo, SP, que permitiu a distribuição mais rápida e eficaz para o Estado de São Paulo e para os demais Estados do Sudeste.

O ano de 2018 é marcado pela aquisição da Axyon Distribuidora, o primeiro passo para integrar a Companhia em novos mercados como o de data center, DWDM, áudio e vídeo profissional, cibersegurança e automação residencial. No mesmo ano, a Companhia inaugurou a SmartWDC, espaço com mais de 500 m² dedicado à IoT, que possui um showroom de soluções para a automatização de residências e espaços comerciais com foco em IoT, além de um centro de treinamentos totalmente moderno e amplo com capacidade para atender 30 pessoas simultaneamente.

No ano de 2019 a Companhia adquiriu a Munddo Distribuidora com o objetivo de fortalecer a oferta de automação predial e residencial no modelo "*as a service*" idealizado pela Companhia. No mesmo ano, a Companhia iniciou suas operações na Colômbia, onde passou a operar estrategicamente ao observar o crescimento dos negócios de banda-larga nos países latino americanos, cujos provedores de acesso à internet (*Internet Service Providers* - ISP's) têm a mesma demanda por redes de fibra ótica que os servidores brasileiros. Ainda em 2019, a Companhia anunciou a abertura de seu centro logístico no Panamá, país de localização estratégica, que aumentou sua capacidade logística além de agilizar a distribuição de produtos na América Latina.

6.3 - Breve Histórico

Em 2020, a Companhia passou a integrar o mercado de energia solar por meio da inauguração de um centro de produção e distribuição de geradores de energia solar de 4.000 m2 na cidade de Extrema –MG, visando atender todo o território brasileiro. Ainda em 2020, a Companhia inaugurou a loja conceito da Casa Conectada, especializada em automação residencial, que utiliza a tecnologia IoT sem fio e visa transformar as residências em ambientes inteligentes, que podem ser acionados por smartphones e assistentes de voz e uma gama de soluções integradas.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 6 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

VISÃO GERAL E HISTÓRICO

Somos uma empresa de fornecimento customizado de soluções de tecnologia da informação e comunicação de alta complexidade para uma variada gama de clientes no Brasil, Panamá, Colômbia e Estados Unidos. Pesquisamos continuamente novas tecnologias e modelos de negócio para proporcionar aos nossos clientes produtos e serviços que entendemos permitir uma melhoria de performance no trabalho e melhora da qualidade de vida. Nos esforçamos continuamente para facilitar o acesso de nossos clientes às melhores soluções tecnológicas, permitindo que dediquem seu capital e esforços ao seu *core business*. Buscamos melhorar a experiência do cliente simplificando os processos que dependam da tecnologia e buscando, continuamente, antecipar as tendências, e trazendo para nosso portfólio produtos e marcas que tenham sinergia e complementariedade entre eles, para, assim, estabelecer parcerias estratégicas de longo prazo com o cliente.

Acreditamos que um dos nossos diferenciais competitivos é a nossa produção própria para o fornecimento de serviços e produtos, incluindo infraestrutura de banda-larga, câmeras de vigilância, sistemas de controle de acesso, *Cibersegurança*, *data center*, automação, geradores de energia solar. A montagem dos nossos produtos nas duas unidades industriais da Companhia traz mais qualidade, além de benefícios fiscais. Para complementar, após mais de 17 anos de atuação, construímos uma logística de distribuição que permite uma vasta capilaridade de venda nos mercados em que atuamos, por meio de canais de integradores de sistemas, revendas, lojas virtuais e provedores de serviços (ISPs).

Em linha com nossa visão e tradição de inovação e empreendedorismo, acreditamos ter sido também pioneiros no Brasil na oferta de tecnologia como serviço mensal (*Technology as a ServiceService - "*TaaS"). O TaaS, que iniciamos em 2013, é um modelo "ganha-ganha", trazendo benefícios tanto para o cliente quanto para a Companhia. A modalidade TaaS se caracteriza pela celebração de um contrato de locação entre o cliente e a Companhia, com prazos que variam, normalmente, de 12 a 60 meses, sem opção de compra, por meio do qual o cliente passa a pagar pelo uso da tecnologia. O maior diferencial da modalidade TaaS é que a propriedade do produto não é transferida ao cliente e, portanto, o cliente não tem o dispêndio do custo total do produto e reduz seus riscos. Em termos financeiros, no TaaS, o cliente reconhece os fluxos de pagamentos como despesas ou custos, enquanto na compra dos produtos, o cliente reconhece como investimentos.

Os benefícios do TaaS são: (A) para o cliente: (i) atualização com maior frequência da tecnologia e mitigação do risco dos equipamentos utilizados se tornarem obsoletos sob a ótica de inovação tecnológica; (ii) redução da necessidade de investimento em intangível e imobilizado; e (iii) possibilidade de focar mais no *core* business; e (B) para a Companhia, são: (i) melhora de margens operacionais, (ii) diminuição dos níveis de *"default"* pelo cliente, com menos de 1% de inadimplência histórica. (iii) geração de receitas recorrentes e relação de longo prazo com clientes. Em 2020 um contrato típico do TaaS mostrou uma taxa interna de retorno *(IRR)* de mais de 25%.

Acreditamos que nossa expertise no mercado e as relações duradouras com nossos fabricantes estratégicos, nos permitiu acompanhar eficientemente o crescimento do mercado de tecnologia da informação e comunicação (T.I.C.) no Brasil. Além disso, conseguimos aumentar nosso *market-share*, com um crescimento na quantidade de clientes, bem como o *wallet-share* de cada cliente. A título exemplificativo, entre 1 de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2020, nosso número de clientes cresceu de 3.560 para 5.953 e o valor médio de nossos contratos passou de R$109,6 mil em 2018 para R$238,2 mil em 2020. Esses aumentos resultaram em um crescimento de receitas líquidas de R$371,5 milhões, em 31 de dezembro de 2018, para R$718,0 milhões, em 31 de dezembro de 2020, taxa de crescimento composta média anual – CAGR de 39%.

Nossas atividades se iniciaram em 2004 com a importação e venda de equipamentos *wireless* e de segurança. Em 2007, entramos no mercado de vigilância eletrônica por rede e entramos também no mercado de "*design*" das de "cidades digitais" no Brasil, sendo as duas primeiras no interior de São Paulo (Itatiba e Valinhos), onde instalamos câmeras de monitoramento de vias públicas e uma central de vigilância operadas pelas respectivas prefeituras municipais. Em 2008, introduzimos no mercado

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

os produtos de telefonia via internet (VoIP), iniciamos a montagem de produtos no Brasil e inovamos com a comercialização de câmeras de vigilância via protocolo IP, chamadas de "*network cameras*".

Em 2011, em uma atitude visionária, nosso fundador percorreu mais de 50.000 quilômetros pelas estradas do Brasil, e visitou mais de 100 cidades durante 8 meses com o objetivo de conhecer seus clientes "pessoalmente" e estabelecer conexões e capilaridade, que hoje faz toda diferença em nossa capacidade de distribuição e abrangência no mercado nacional. Um exemplo prático desse conhecimento adquirido das necessidades dos seus clientes foi quando a Companhia antecipou mais uma tendência tecnológica e trouxe para o Brasil a tecnologia FTTH (*Fiber to the Home*) GPON, a mais avançada na época e que ainda domina o mercado mundial.

Em 2012, o crescimento acelerado de nossas atividades resultou na expansão do nosso centro de distribuição e principalmente na industrialização de produtos. Localizada em Ilhéus, nossa primeira fábrica conta com uma área superior a 7 mil metros quadrados, com capacidade de armazenagem e movimentação de cargas superiores a 2 milhões de peças anualmente.

Em 2013, atentos às necessidades de nossos clientes, percebemos que a demanda por banda-larga era crescente, porém a capacidade de nossos clientes em investir nessa tecnologia era limitada. Sendo assim inovamos e criamos a MaxBR, nossa subsidiária focada em locação de equipamentos aos clientes. Desde então viemos aperfeiçoando esse modelo de locação com melhorias, tais como níveis de serviço, reposição, verificação de funcionamento periódico, suporte técnico diferenciado chegando até o atual TaaS. O TaaS deixou de ser exclusivo para o mercado de ISP e penetrou com mais facilidade no mercado corporativo.

Em 2017, buscando o aprimoramento de nossa governança e a ampliação de nossa capacidade de investimento, recebemos um investimento minoritário do fundo de *private equity* 2bCapital. Este movimento, entre outras coisas, possibilitou o nosso avanço na rota de crescimento e de expansão, tais como a conclusão em 2018 e 2019, respectivamente, das aquisições da Axyon Distribuidora e da Munddo Distribuidora, que ampliaram ainda mais o portfólio da Companhia em soluções de *Cibersegurança*, automação predial, internet das coisas (*Internet of Things* – "IoT") e automação residencial.

Ainda em 2019, lançamos a Casa Conectada, empresa especializada em automação residencial através da IoT que nasceu para desenvolver uma rede de franquia nacional. Por meio da automação, qualquer residência pode ser transformada em um ambiente inteligente, acionável via *smartphones* e assistentes de voz. No mesmo ano, iniciando a expansão internacional, passamos a operar um centro de distribuição no Panamá e um escritório comercial na Colômbia.

Por fim, em 2020, percebendo a alta demanda por energia limpa, os investimentos em veículos elétricos, a necessidade de renovação de sistemas de energia dos ISP's em seus "POP" (ponto de presença) e para aproveitar a sinergia com nossa vasta rede de clientes, inauguramos uma fábrica de geradores de energia fotovoltaica em Extrema/MG. Essa unidade fabril importa componentes e monta kits de geração de energia fotovoltaica para fins comerciais incluindo para usinas de energia e domésticos. Em apenas poucos meses de operação nesse segmento conseguimos escalar a operação e adicionar novos cliente através do *cross-sell*.

Para os próximos anos, acreditamos estar bem posicionados para as tendências pós-pandemia, por exemplo, (i) trabalho remoto; (ii) demanda crescente por conexão de alta velocidade; (iii) cibersegurança; (iv) digitalização do entretenimento e (v) tecnologias colaborativas (telemedicina, aprendizado a distância entre outras).

Durante toda a nossa existência, uma característica fundamental da nossa Companhia foi o cuidado especial dado ao ser humano e ao meio ambiente. Nesse sentido, estamos muito atentos às tendências ligadas a *ESG (Environmental, Social and Governance).* Nesse sentido, podemos citar com relação a cada um dos temas:

(i) *Environmental:* vendemos em 2020 mais de 30MWp de energia solar, o que significa uma redução de 2,000 toneladas em CO^2 e mais de 5,300 árvores preservadas. Além disso, a

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

planta produtiva de Ilhéus faz a reutilização da água da chuva e tem fontes de energia solar e eólica;

(ii) *Social:* possuímos um programa de doação, campanhas sociais (criando programas de coleta de plásticos nas praias, coleta de pilhas, feirões em prol de entidades beneficentes) e uma política de inclusão permanente, investimos em treinamentos funcionais, concedemos benefícios de saúde a colaboradores e familiares e incentivamos a proximidade e poucos níveis de gestão. Uma pesquisa interna recente mostrou que 94% dos empregados estavam satisfeitos e a Companhia foi finalista do "Great Places to Work"; e

(iii) *Governance:* como exemplos da política interna de governança, a Companhia possui um comitê de auditoria, é auditada por um dos *big four* (EY) desde 2017 e conta com um conselho de administração com larga experiência.

Resumidamente, nossa Companhia traduz o seu modelo de negócios em cinco importantes pontos:

- **Grande Modelo:**
  - Difícil de ser replicado
  - Modelo *Technology-as-a-Service* resiliente, recorrente e focado no cliente

- **Grande Mercado:**
  - Crescimento forte e previsível
  - Mercado fragmentado e base de clientes de revendas, distribuidores e *ISPs* com alta fidelidade
  - Grande mercado total endereçável para seus produtos
  - Portfólio de soluções *tech* com valor adicionado

- **Grande Logística:**
  - Eficiência operacional
  - Capilaridade que possui alcance nacional com mais de 3,5mm de consumidores finais atendidos
  - Mais de 1,800 cidades atendidas desde o início das operações
  - Desenvolvimento de produtos correlacionados

- **Grande Time:**
  - Cultura de pertencimento com DNA de inovação
  - Time altamente motivado
  - Governança corporativa implementada e em destaque com uma agenda de *ESG*

- **Grandes Resultados:**
  - Alto crescimento (+42% de taxa de crescimento composta média anual – CAGR de vendas totais entre 2018 e 2020)
  - Altas margens (+32% Margem EBITDA Ajustada em 2020)
  - Altos retornos (22% de ROIC em 2020)
  - *TaaS* com *"Unit Economics"* atrativo
  - Perfil de crédito competitivo
  - Performance financeira forte e rentável

Destaques financeiros e operacionais

A Companhia apresentou um forte crescimento nos últimos anos, mesmo diante das desafiadoras condições macroeconômicas pelas quais o Brasil passou recentemente. Em 2020, o segmento Telecom representou 62% das vendas totais frente a 38% do Corporativo. O primeiro teve 50% das vendas totais realizadas através do TaaS, e o segundo, 21%.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Abaixo é possível perceber também o aumento na base de clientes de forma significativa, assim como o aumento de valor médio do contrato. Assim, a taxa de crescimento composta média anual – CAGR do número de clientes de 2018 a 2020 foi 29%, enquanto a taxa de crescimento composta média anual – CAGR do Valor Contratado Médio para o mesmo período chegou a 47%.

Fonte: Companhia

Fonte: Companhia

Em termos de receita, vale notarmos que a taxa de crescimento composta média anual – CAGR de vendas totais de 2018 a 2020 foi de 42%, enquanto a taxa de crescimento composta média anual – CAGR de receita líquida foi de 39% no mesmo período, chegando a valores R$1.003 milhões e R$718 milhões em 2020, respectivamente.

Fonte: Companhia

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Em termos de rentabilidade, também é possível notar um ganho de margem de 810 p.p na margem EBITDA Ajustada e 660 p.p. no lucro líquido ajustado. Para o período de 2018 a 2020, o EBITDA Ajustado passou de R$92 milhões em 2018 para R$231 milhões em 2020, enquanto o lucro líquido ajustado foi de R$29 milhões para R$78 milhões nos mesmos períodos.

Fonte: Companhia

Abaixo é possível perceber também um crescimento expressivo do *backlog* de receita[1], chegando a mais de R$400 milhões e apresentando uma taxa de crescimento composta média anual – CAGR de 53% de 2018 a 2020. Com relação ao endividamento, o segundo gráfico abaixo mostra a variação do nível de alavancagem nos 3 últimos exercícios sociais, com valor de 1,8x em 2020, e tendo variado na faixa de 2,6x e 1,4x em 2019 e 2018, respectivamente.

Fonte: Companhia

[1] Significa a receita ser reconhecida em períodos futuros relacionadas aos contratos de locação da Companhia. Para mais informações, ver nota 7.1 das demonstrações financeiras de 30 de dezembro de 2020.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Além das informações citadas acima, a Companhia mostra uma métrica de ROIC atraente, de 22% em 2020 e uma inadimplência combinada de menos que 1%. Abaixo temos o ROIC histórico:

VANTAGENS COMPETITIVAS E PONTOS FORTES

Acreditamos que nosso modelo de negócios possui bases sólidas que o tornam difícil de ser replicado em um curto espaço de tempo. Listamos abaixo nossas principais vantagens em relação aos nossos concorrentes.

Grande modelo de negócios que vende tecnologia como serviços (TaaS)

Em 2013, atentos às tendências mundiais de IaaS (Infrastructure as a Service), introduzidas pelos grandes operadores de *Data Center* para a computação na nuvem, decidimos criar um sistema de oferta de tecnologia na modalidade de contrato de locação, caracterizando-se como TaaS (*Technology as a Service*). Esse modelo, original e inovador no mercado brasileiro se tornou especialmente importante num dos mercados que atuamos, o de telecomunicações. Essa modalidade foi uma das alavancas do crescimento dos provedores de internet regionais, ISP's e, depois, foi amplamente adotado no mercado corporativo.

Esse modelo de negócio é particularmente interessante pois se configurou um modelo "ganha-ganha" para o cliente e para nós. O cliente ganha, pois o risco de obsolescência dos produtos é mitigado, o investimento (CAPEX) em tecnologia é reduzido e pode focar em seu próprio negócio. Em nosso caso, os benefícios se caracterizam por geração de receitas recorrentes, criação e manutenção de laços de longo prazo com nossos clientes, diminuição da inadimplência, em função de laços de dependência mútua, e possibilidade de *cross-sellling* e *up-sellling*.

Linhas de produtos e parcerias com grandes marcas

Atuamos nos segmentos de venda de produtos de tecnologia e formato TaaS para o atendimento nos mais diversos tipos de clientes, especialmente em clientes dos setores Telecom (provedores regionais de internet - ISPs e operadores) e Corporativo (médias e grandes empresas). Oferecemos para os clientes Telecom um grande portfólio de produtos e serviços para construção de redes de telecomunicação de alta performance.

Já para os clientes Corporativo, oferecemos produtos e serviços relacionados a sistemas de energia solar, equipamentos de automação residencial, soluções de áudio e vídeo profissional para ambientes corporativos, painéis de LED, soluções para redes de dados, segurança da informação, sistemas de energia e infraestrutura crítica, telefonia e colaboração, automação predial e segurança eletrônica.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A ideia e estratégia da nossa Companhia foi criar um portfólio adequado e que pudesse ser um "one-stop-shop", ou seja, os clientes poderiam se abastecer de praticamente toda a tecnologia necessária para seus projetos em nossa Companhia. Abaixo trazemos alguns números das unidades de negócio Telecom e Corporativo com data-base de 31/12/2020, que podem refletir a sua dimensão. Em termos de porcentagem das vendas totais para Telecom, as unidades combinadas DWDM e Rede de Fibra Óptica representam 61.2% das vendas totais da Companhia, data center 1.2% e projetos especiais 1.9%. Enquanto isso, para as unidades do Corporativo, energia representa 7.5% das vendas totais da Companhia, áudio e vídeo 8.5% e os segmentos empresariais 19.7%.

Fonte: Companhia

Fonte: Companhia

Atualmente, nossos fornecedores são mais de 60 marcas altamente reconhecidas no mercado nacional e internacional, dentre elas, Nokia, LG, Bosch, Yamaha, Dicolor, Vertiv, Jinko, HikVision, D-Link, Panduit, Easy4, Fibaro, Sophos, Samsung, Fujikura, FiberHome, Axis, tp-link, Shure, Grandstream, entre outros.

Estas parcerias são, da mesma forma, um sistema de benefícios mútuos. Por um lado, nós temos acesso aos produtos da mais alta qualidade existente no mercado para fornecer aos nossos clientes, o que auxilia na fidelização dos clientes e manutenção de relações de longo prazo. Por outro, nós facilitamos o processo de venda e entrega dos fornecedores, visto que assumimos a importação, logística, crédito aos clientes, desenvolvimento de canais e *funding* de financiamento. Além disso,

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

os fornecedores não têm que ter presença física no país, não precisam de financiamento local e modelos de crédito para atender clientes pequenos.

Acreditamos que nossa vasta linha de produtos e serviços juntamente com nossa expertise em clientes Telecom e Corporativo, bem como as relações que temos com nossos fornecedores, representam uma barreira para entrada de novos competidores que pretendam ingressar em nossos mercados de atuação.

Estrutura e capilaridade

Nós construímos uma imensa capilaridade em nossa área de atuação. Possuímos relação com clientes nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, conectamos mais de 3,3 milhões de domicílios através de fibra ótica, mantemos relacionamento com mais de 2.000 ISPs e operadores e já atendemos mais de 3.000 revendas e integradores de sistemas e mais de 130 integradores de sistemas solar.

Entendemos a grande capacidade de inserção no mercado de novos produtos e tecnologias é um importante benefício dessa capilaridade. Esse acesso fácil ao mercado facilita o oferecimento, aos nossos clientes diretos e indiretos, de novas tecnologias que regularmente passam a ser incorporadas ao portfólio da Companhia.

Para atender com excelência esse número de clientes no Brasil e, em menor medida, nos países estrangeiros em que atuamos, contamos com rede própria de distribuição e escritórios comerciais espalhadas em pontos estratégicos, tanto no Brasil quanto no exterior. No total, contamos com 5 centros comerciais, 3 centros de distribuição e mais duas fábricas, uma delas funcionando também como nossa matriz.

A verticalização de nossa distribuição possibilita relações diretas com os canais que atendem os usuários finais, assinantes de ISP's e operadoras, cria uma imensa capacidade de distribuição de novos produtos e soluções e diminui a distância da Companhia e seus usuários, fazendo com que o entendimento das necessidades deles possa gerar mais valor na cadeia produtiva.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A Companhia vende tanto para consumidores finais, como por exemplo *ISPs,* igrejas, empresas de mídia e empresas de aluguel de equipamentos visual quanto para clientes que ainda não são os consumidores finais da cadeia, como: integradores de sistemas, revendas, lojas online e integradores de energia solar.

A capilaridade abordada mais acima só foi atingida através de uma estrutura de vendas focada, que segmenta seus clientes e estabelece diferentes canais de contato para cada grupo. Além disso, a Companhia possui uma extensa capacidade para análise de crédito dos clientes, com um modelo proprietário e contratos "guarda-chuva" que permitem uma facilidade maior em atingir um maior público. Abaixo trazemos uma imagem que melhor ilustra a estratégia comercial da Companhia.

A Companhia está desenvolvendo uma plataforma de *e-commerce* com o objetivo de atingir novos clientes e menores players do setor, bem como atender melhor os consumidores finais.

Abaixo temos algumas das possíveis funções que a plataforma *e-commerce terá:*

I. Revenda, relação de uso e consumo e faturamento direto.
II. Integração com sistemas internos de CRM, ERP e RD Station.
III. Colocação de propostas, pedidos, conclusão da compra
IV. Área administrativa para revendas com possibilidade de:
    a. Gerenciamento do usuário revendedor
    b. Repetir a funcionalidade do pedido
    c. Gerenciar propostas
    d. Baixar, enviar por e-mail, visualizar propostas e pedidos feitos

A imagem a seguir demonstra quais são os clientes que buscamos atingir e qual a estrutura que utilizamos para tanto.

Fabricação nacional

Além disso, nossa estrutura local de montagem de produtos já instalada e consolidada nos coloca em uma posição confortável, por atender a demanda atual, mas ao mesmo tempo fornecer capacidade para crescimento. Atualmente, 70% das vendas são advindas de produtos que são montados em nossas fábricas. Temos duas unidades de montagem, uma em Ilhéus/BA e outra em Extrema/MG. A unidade de Ilhéus/BA tem 4.000 metros quadrados de área construída e uma capacidade de armazenamento de 2.500 posições pallets em 31 de dezembro de 2020 e a sua produção se encontrava em 62% da capacidade total. A unidade de Extrema/MG tem uma área construída de 4.300 metros quadrados e uma capacidade de armazenamento de mais de 2.000 posições pallets. Em 31 de dezembro de 2020 a sua produção se encontrava em menos de 25% da capacidade total de 132MWp.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

O polo de Extrema/MG tem uma grande importância por estar estrategicamente próximo de grandes consumidores dos seus produtos de energia solar, como os estados de São Paulo e Mato Grosso, e por contar com ofertas de sistemas de transportadoras que atendem a integralidade do território nacional. Por sua vez, o polo de Ilhéus/BA é responsável pela montagem dos demais produtos e já foi durante anos o único no Brasil apto para esse processo.

Quanto aos fornecedores, a Companhia tem procurado sempre trabalhar com parceiros de tecnologia de ponta, garantindo assim o fornecimento de produtos com diferenciação para seus clientes. Dado a condição de modelo de negócio da Companhia, vários fabricantes internacionais entenderam a capacidade de alavancar soluções inovadoras e se aliaram criando condições comerciais diferenciadas, permitindo a montagem de seus produtos localmente, entendendo que o padrão de qualidade da montagem, e os benefícios fiscais trazem mais alavancagem a seus produtos.

Expertise em TaaS e sólido relacionamento com clientes

Por ter sido uma das pioneiras em TaaS no Brasil, a Companhia possui grande experiência nesse modelo, o que acreditamos trazer uma vantagem em relação a seus competidores que entraram no mercado recentemente.

Desde 2013, a Companhia vem adaptando o modelo e introduzindo novas ofertas de serviços, de forma a torná-lo mais eficiente e direcionado às necessidades dos seus clientes. Acreditamos que essa evolução resultou no crescimento da nossa base de clientes, que passou de 3.560 clientes em 1 de janeiro de 2018 para 5.953 clientes em 31 de dezembro de 2020, bem como no aumento do valor médio de nossos contratos, que passou de R$109,6 mil em 2018 para R$238,2 mil em 2020.

O modelo de TaaS é extremamente focado no relacionamento mantido com os clientes, que é geralmente de médio e longo prazo. Nesse sentido, a iniciativa do nosso fundador de percorrer mais de 50.000 quilômetros conhecendo os seus clientes em diversas regiões do Brasil demonstra o comprometimento da Companhia na busca por se aproximar e entender as necessidades dos seus clientes para aprimorar a prestação e oferta de serviços. A Companhia vem oferecendo o serviço de TaaS desde 2013, o que fez com que ela tivesse tempo para adaptar e tornar o modelo mais eficiente com o passar dos anos. Acreditamos que após tantos anos promovendo o TaaS, adquirimos uma grande *expertise* em relacionamentos de longo prazo. Como consequência dessa expertise, acreditamos possuir uma visibilidade maior sobre o risco de crédito de nossos clientes, o que acreditamos ser um diferencial competitivo nesse segmento.

Expertise da *alta* administração

Acreditamos que um dos diferenciais da Companhia está na manutenção dos fundadores na sua alta administração e na experiência dos líderes das áreas de negócios. O conhecimento e experiência dessa equipe fazem com que decisões sejam tomadas rapidamente e a Companhia continue ágil o bastante para aproveitar as tendências de mercado. Na área de logística, por exemplo, o longo relacionamento que possuem com fornecedores vem se mostrando como um diferencial competitivo frente a outros competidores, que confiam em intermediários logísticos toda a distribuição de produtos. A administração próxima, humanizada e centrada, transformaram o ambiente da empresa, conseguindo que em 2020 fossemos elencados como uma das melhores empresas para se trabalhar (GPTW), com índice de mais de 94% de satisfação em pesquisa interna realizada pela Companhia.

Certificação OEA (Operador Econômico Autorizado)

A Companhia é uma das poucas empresas no setor que possuem a certificação de Operador Econômico Autorizado ("OEA"). A certificação de OEA agiliza entrada dos produtos importados, por meio de um processo mais fácil de aceitação e simplificações na alfândega. Além disso, há também um aviso prévio em caso de seleção de mercadoria para controle.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Para que a certificação seja tirada são necessários pelo menos 24 meses de importação direta feita pela Companhia e na média mais 12 meses para tratar de todos os documentos necessários. Além disso, é requerido da Companhia altos níveis de governança.

Os benefícios da certificação incluem ganhos de eficiência operacional, demonstração do quanto a empresa é sólida quanto a processos de importação e reconhecimento do negócio como um parceiro seguro.

ESTRATÉGIA E CRESCIMENTO

Nossa intenção é aproveitar ao máximo o crescimento orgânico do mercado e a disponibilidade de caixa oriunda da nossa oferta primária de ações para desenvolver ainda mais nosso modelo de negócios e expandir, nomeadamente, o TaaS. Entendemos que ainda existe potencial de mercado inexplorado em decorrência da insipiência desse novo modelo de negócios, bem como entendemos que a própria situação de pandemia de COVID-19 trouxe à tona a importância das soluções tecnológicas e conectividade para pessoas e negócios.

Dessa forma, temos como nossa estratégia de crescimento:

Expansão de TaaS

Entre 2014 e 2020 o crescimento na participação de TaaS nas vendas totais da Companhia foi significativo, quase dobrando em termos de relevância. Em 2014, TaaS representou 20% do vendas totais enquanto em 2020 alcançou 39% do total vendas totais.

Entendemos que alguns fatores farão com que esse formato de TaaS siga em crescimento:

I. **Complexidade:** empresas podem possuir conhecimento limitado das tecnologias e soluções disponíveis no mercado. Por tais insumos não fazerem parte de seu *core business*, a decisão é difícil e demorada. O investimento é alto e, a depender do tipo de insumo, os avanços tecnológicos acontecem em ritmo acelerado, com o risco de tais equipamentos se tornarem obsoletos antes do tempo esperado;

II. **Custo:** as companhias possuem orçamentos limitados para investimentos em CAPEX de tecnologia. A crise econômica agravada com a pandemia de COVID-19, bem como o aumento das taxas cambiais, tornou esse tipo de investimento ainda mais desafiador; e

III. **Urgência:** o processo de digitalização tem se mostrado cada dia mais veloz. Dessa forma, empresas que continuam com formatos de grande dispêndio de caixa para investimento em tecnologia podem sofrer com uma eventual letargia na realização das adaptações.

Expansão da Casa Conectada e dos negócios de energia solar

Duas importantes linhas de negócio para o futuro da Companhia são a Casa Conectada e a linha de energia solar.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A Casa Conectada oferece a seus clientes uma tecnologia de automação moderna e descomplicada para deixar um ambiente mais funcional. Com parceria com a Alexa e aliada à tecnologia FIBARO – utilizando sensores e módulos sem fio – é possível controlar interruptores de luz, persianas motorizadas, aparelhos de ar-condicionado, câmeras de vigilância, sistemas de *Home Theater* e *Smart TV* – por meio de um aplicativo de celular. Por meio de parcerias com diversos fornecedores de referência, são oferecidos produtos para automatizar diferentes funções, como mostrados abaixo:

As lojas especializadas e as equipes comerciais e de instaladores da Casa Conectada conseguem projetar, entregar e instalar os sistemas para os seus clientes. Para tornar essa tecnologia mais próxima do cliente, foi aberta em 2020 uma loja conceito em São Paulo, SP. Lá é possível observar de perto a funcionalidade da maior parte dos produtos oferecidos e deixar o cliente experimentar antes de fazer a aquisição.

Abaixo uma foto de um ambiente da loja conceito da Casa Conectada:

A estratégia da Companhia é utilizar da sua capilaridade na região de atuação e parceria com os múltiplos ISPs para os influenciar a vender serviço agregado, levando com eles por exemplo a automação residencial da Casa Conectada para os lares que já atendem com rede de internet. Além dos ISPs, há ainda *cross-sell* com os canais que vendem soluções para segurança e integradores de energia solar.

O mercado de automação ainda é um mercado pouco penetrado e com a atuação de *players* pequenos, o que mostra um grande potencial de consolidação da Casa Conectada como a referência nacional e o crescimento da franquia.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Em relação à linha de negócios de energia solar, a Companhia oferece tanto soluções residenciais, comerciais e industriais, quanto insumos para a construção de usinas de produção de energia solar. Mostrando mais uma vez a complementariedade de suas unidades de negócio, as soluções de energia solar podem ser integradas com sistemas de automação, comunicação de dados e sistemas de segurança.

As operações começaram em janeiro de 2020, quando o primeiro produto foi vendido. A Companhia contratou um executivo com experiência na área e se aproximou de integradores. No final de 2020 já eram mais de 130 integradores e uma receita bruta de mais de R$71 milhões de reais.

Até 31 de dezembro de 2020 já foram vendidos mais de 1.800 geradores e mais de 400 clientes já foram atendidos. Abaixo trazemos mais detalhes da operação do Solar e do mercado.

Fonte: Companhia e Absolar (http://www.absolar.org.br/infografico-absolar.html)

Atualmente, 100% da produção pela Companhia de equipamentos de energia solar ocorrem em Extrema/MG. Apesar da concentração na produção, as vendas dos painéis solares são realizadas em diversos Estados, prevalecendo Mato Grosso, Minas Gerais e São Paulo como os estados com maior número de clientes, equivalendo a 25%, 11% e 14% respectivamente, de nossa receita de Solar em 31 de dezembro de 2020.

O uso de energias renováveis é cada vez mais estimulado por meio de conscientização popular e políticas públicas, tendo crescido de maneira exponencial com a popularização do seu uso.

Aquisições

Além do crescimento orgânico, pretendemos buscar aquisições estratégicas para a ampliação de mercado e oferta de novos serviços. Atualmente, consideramos os seguintes alvos: (i) empresas que fornecem produtos que competem diretamente com a Companhia, uma vez que podem levar a um aumento do nosso *market share*; (ii) empresas que possuem serviços de valor agregado no TaaS, já que o oferecimento de serviços similares ou complementares podem agregar valor à Companhia; (iii) empresas com expertise em cibersegurança, tendo em vista ser um business relativamente novo no mercado e na Companhia, e, conhecimento e *know-how* nessa frente são valiosos para o desenvolvimento da nossa atividade; e (iv) empresas com expertise em energia solar, tendo em vista que a aquisição de um player *nessa* área contribuiria para o crescimento dessa vertical de negócio na Companhia, que é um dos nossos focos de atuação.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A Companhia realizou duas aquisições recentes que foram bem sucedidas, da Axyon e da Munddo, mostrando a sua capacidade de consolidação.

A Axyon é uma revendedora de produtos com valor adicionado que opera no mercado brasileiro e se mostrou uma avenida de crescimento para soluções inteligentes para edifícios. Essa aquisição fez com que a Companhia entrasse no mercado de áudio e vídeo profissional.

A Munddo é uma provedora de soluções de automação residencial e se mostrou como uma oportunidade de a Companhia expandir o seu know-how para o mercado de *IoT (Internet-of-Things),* além de possuir um relacionamento atrativo com *players* chave na cadeia de valor.

A capacidade de integração das aquisições na plataforma da Companhia é demonstrada pelo incremento de receita. No momento da aquisição as companhias combinadas apresentavam um total de vendas anual de R$23 milhões e hoje após integração contribuem com mais de R$90 milhões de receita.

COVID-19

Entendemos que a pandemia de COVID-19 não impactou de forma negativa os nossos resultados. Os mercados de atuação da Companhia cresceram em função da maior necessidade por conectividade que a pandemia de COVID-19 desencadeou. Com a maioria das empresas aderindo ao *home office*, a necessidade de acesso à internet de banda larga foi o principal fator que levou ao crescimento desse mercado. Com a expansão dos ISP, os nossos clientes nesse segmento se beneficiaram desse cenário na forma de consumir banda larga em todo o Brasil. Essa maior conectividade também levou a um aumento na busca por outros produtos e serviços que a Companhia oferece, como a modalidade TaaS, *Cibersegurança* e *Data Center*s. Único mercado da Companhia que sofreu com a pandemia foi o mercado de Áudio e Vídeo profissional, no qual nossos clientes são produtores de grandes eventos e shows que foram impactados negativamente pela pandemia de COVID-19.

Apesar da dificuldade observada em alguns setores, nos antecipamos e compramos mais produtos, componentes e matérias primas do que o usual evitando eventual ruptura na produção. Adicionalmente, contamos com centros logísticos no Panamá, Ilheús-BA e Extrema-MG. Ambos os centros do Panamá e Ilhéus-BA estavam abastecidos dentro das políticas operacionais da Companhia. Como consequência do aumento da demanda, utilizamos quase que a totalidade desse estoque de segurança que mantemos para suprir a falta de envio de materiais no início da pandemia de COVID-19. Dessa forma, conseguimos manter o suprimento de mercadorias e matérias primas período de maior criticidade da pandemia de COVID-19 sem impactar as operações.

Todos os colaboradores da Companhia que poderiam trabalhar remotamente foram imediatamente colocados em *home office*, com as adaptações necessárias (por exemplo, colocamos máquinas de trabalho protegidas e criamos uma VPN para dar segurança aos dados da empresa). Os colaboradores das áreas de estoque, produção e também seus *back offices* continuaram trabalhando presencialmente, seguindo todos os cuidados e recomendações dos órgãos de saúde. Vale mencionar que não utilizamos qualquer dos recursos disponibilizados pelo governo em função da pandemia: Não reduzimos o quadro de funcionários, jornada de trabalho, salários e nem quaisquer benefícios que eram ofertados antes da pandemia de COVID-19.

O crescimento de vendas brutas em 2020 de 37,6% em relação a 2019, assim como a expansão do Lucro Bruto de 26,4% em 2019 para 33,3% em 2020, corroboram com os comentários acima sobre os impactos da pandemia de COVID-19.

Do ponto de vista de custos, a Companhia conseguiu obter algumas economias relacionadas as atividades regulares administrativas e de marketing. A Companhia também não teve nenhum contrato rescindido ou demissões em função da pandemia de COVID-19.

A Companhia contraiu novos empréstimos durante o ano de 2020, porém todas as atividade de financiamento foram relacionadas à normalidade das operações da Companhia e o crescimento observado.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1-A. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

a. interesse público que justificou sua criação

Não aplicável.

b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

• os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a"

Não aplicável.

• quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições

Não aplicável.

• estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

Não aplicável.

c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(a) Produtos e serviços comercializados

Segmentamos nossa atuação e consequentemente nossa receita para fins de demonstração de resultado em dois segmentos operacionias: Telecom e Corporativo Business to Business (B2B). Entendemos que as dinâmicas de atendimento, tipos de produtos, modelos de negócios são distintos e requerem equipes independentes, especializadas e que possam entender as necessidades dos clientes e descomplicar a vida deles.

Dentro de cada segmento, temos produtos e usos diferenciados com contratos de distribuição ou montagem local com mais de 60 fabricantes, alguns desses usos e mercados são descritos abaixo agrupados pelo segmentação da receita, e unidades de negócios ("BU") dentro do Segmento corporativo:

TELECOM

1. **Redes de Fibra Ótica (FTTx):** toda a linha de centrais de distribuição de sinal de internet, modens de fibra para o cliente, cabos de fibra ótica, e componentes de rede.

2. **Redes de dados e Wi-Fi**: switches, roteadores Wi-Fi, cabeamento

CORPORATIVO

BU Enterprise:

3. **Sistemas de Segurança Eletrônica**: Câmeras de vigilância, controle de acesso biométricos, alarmes e sistemas de detecção de incêndio, entre outros

4. **Sistemas de Cibersegurança** : Firewalls, sistemas de proteção contra ataques de hackers, controle parental de acesso à internet, entre outros.

5. **Produtos de Infraestrutura de Data Centers**: Racks, esteiras, cabeamento, no-breaks, sistemas de incêndio, geradores, entre outros

1. **Automação de Escritórios e Residências**: Automação de iluminação, fechaduras eletrônicas, ar condicionado, e salas de reunião

BU Áudio e Vídeo:

1. **Produtos de Áudio e Vídeo Profissional:** Sonorização de salas, auditórios, igrejas, projetores profissionais, equipamento de videoconferência e trabalho remoto

2. **Painéis de LED**: Sistemas de última geração para uso em mídia OOH (Out Of Home), sinalização e decoração

BU Energia Solar:

1. **Geradores de Energia Solar Fotovoltaico:** Portfólio completo de equipamentos de geração de energia distribuída para usinas e fazendas de geração de qualquer porte e também sistemas de geração domésticos

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

(em R$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020					
	2020		2019 (reapresentado)		2018 (reapresentado)	
	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total
TELECOM	440.677	61,4%	318.422	62,9%	234.473	63,1%
CORPORATIVO	277.368	38,6%	188.153	37,1%	137.063	36,9%
Receita líquida	718.045	100,0%	506.575	100,0%	371.536	100,0%

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

(c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

(em R$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020					
	2020		2019 (reapresentado)		2018 (reapresentado)	
	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total
TELECOM	67.029	95,0%	35.336	176,9%	36.913	131,6%
CORPORATIVO	3.558	5,0%	(15.359)	-76,9%	(8.856)	-31,6%
Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício	**70.587**	**100,0%**	**19.977**	**100,0%**	**28.057**	**100,0%**

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Segmentamos nossa atuação e consequentemente nossa receita para fins de demonstração de resultado em dois segmentos: **(i) Telecom** e **(ii) Corporativo**, subdividido em tecnologias específicas. Entendemos que as dinâmicas de atendimento, tipos de produtos, modelos de negócios são distintos e requerem equipes independentes, especializadas e que possam entender as necessidades dos clientes e descomplicar as suas vida.

Nosso modelo TaaS (*Technology as a Service*) é amplamente trabalhado em ambos os segmentos, trabalhado igualitariamente pela mesma equipe comercial e de marketing que fazem a promoção e venda do dia a dia.

Atendemos nossa rede de clientes em todo o Brasil através dos nossos centros de distribuição distribuídos em quatro cidades do Brasil. Temos duas fábricas e centros de distribuição em Ilhéus/BA e Extrema/MG e dois centros de distribuição em Salvador/BA e São Paulo/SP.

Além disso, contamos com três escritórios internacionais, 1 centro logístico no Panamá, 1 escritório comercial na Colômbia para o mercado local e 1 escritório comercial nos EUA para atendimento de clientes na América Latina. O centro logístico no Panamá foi crucial para as operações da Companhia no início da pandemia de COVID-19, uma vez que os nossos fornecedores na China tiveram o *lockdown* decretado e não puderam nos enviar produtos e o fato de termos um estoque de segurança no Panamá acabou nos possibilitando que não tivéssemos ruptura de estoque no Brasil e Colômbia. Junto a isso, em nossa planta de Ilhéus contamos com nosso centro técnico e de assistência para as nossas marcas. Conseguimos ao longo dos anos nos credenciar como os centros oficiais de reparo e assistência técnica no Brasil, onde nossos clientes podem enviar os produtos para testes e manutenção.

Dentro do segmento de Telecom, temos produtos e usos diferenciados com contratos de distribuição ou montagem local das seguintes tecnologias: (A) Redes de Fibra Ótica (FTTx), (B) Redes de Dados e Wi-Fi.

I) **TELECOM:**

A) **Redes de Fibra Ótica (FTTx)**

Iniciamos nossa operação nesse segmento em 2012 e é direcionada para provedores regionais de Internet (ISPs) e Operadoras. Em linhas gerais, no segmento de Fibra Ótica produzimos e comercializamos modens de Fibra Ótica, centrais de distribuição de fibra ótica, além de cabos de fibra ótica, máquinas de fusão e toda linha de “passivos de redes”, leia-se, conectores de emenda, *splitters*, caixa de distribuição, entre outros.

Além disso, contamos com profissionais extremamente experientes, capazes de dimensionar e atender todas as demandas criadas pelos nossos parceiros.

B) **Redes de dados e Wi-Fi**

O segmento de redes de dados e Wi-Fi teve início juntamente com a fundação da empresa em 2003. Iniciamos nossa operação desenvolvendo e comercializando produtos de acesso via rádio e Wi-Fi. Esses produtos também direcionada aos provedores de internet e operadoras, além de atender o mercado empresarial e integradores de sistema. Os produtos que compreendem essa linha são roteadores com e sem fio, *switches*. Essa linha de produto está muito conectada a nosso mercado corporativo também, por ser um complemento a projetos de infraestrutura e segurança.

Além disso, contamos com profissionais extremamente experientes, capazes de dimensionar e atender todas as demandas criadas pelos nossos parceiros.

Já no segmento **Corporativo**, também temos produtos e usos diferenciados com contratos de distribuição ou montagem local, que abrangem tecnologias como: (A) Sistema de Segurança Eletrônica, (B) Sistema de Cibersegurança, (C) Infraestrutura de Data Centers, (D) Automação residencial e de escritórios, (E) Áudio e Vídeo Profissional e (F) Geradores de energia fotovoltaica.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

I) **CORPORATIVO:**

A) **Sistemas de Segurança Eletrônica**

Nosso segmento de Segurança Eletrônica iniciou-se em 2003 e atualmente é direcionada a pequenas, médias e grandes revendas de segurança, integradores de sistemas e grandes clientes corporativos. Basicamente comercializamos câmeras de vigilância IP, gerenciamento e armazenagem de imagem, alarmes de intrusão e controle de acesso.

No mercado de segurança focamos em projetos de segurança de maior complexidade, para instalação em empresas, condomínios, bancos e shopping centers. Oferecemos produtos com tecnologia de ponta embarcada.

Além disso, contamos com profissionais extremamente experientes, capazes de dimensionar e atender todas as demandas criadas pelos nossos parceiros.

B) **Sistemas de *Cibersegurança***:

Iniciamos a operação em 2018 e afim de acelerar o crescimento da área realizamos a aquisição de uma empresa com expertise no segmento. Essa área está focada em integradores de sistema de médio e grande porte. Em linhas gerais comercializamos sistemas de proteção a ataque *hackers*, *Firewalls*, controle parental entre outros.

Essa tecnologia tende a apresentar um grande aumento nos próximos anos devido a aprovação de leis tais como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a consequente necessidade das empresas se adaptarem às novas regras.

Além disso, contamos com profissionais extremamente experientes, capazes de dimensionar e atender todas as demandas criadas pelos nossos parceiros.

C) **Produtos de infraestrutura de *Data Centers***:

Iniciamos a operação em 2018 e atualmente atendemos projetos de *Data Centers* dos nossos clientes de Telecom e empresas de *Data Center*. Em linhas gerais, comercializamos produtos como Racks, esteiras, cabeamento, *no-breaks*, sistemas de incêndio e geradores de energia porém vendidos como um sistema completo no modelo *As a Service*. Ou seja, entregamos o *Data Center* todo montado para os clientes no nosso modelo.

Ao todo já foram comercializados 15 *Data Centers* nesse modelo.

D) **Automação de escritórios e residencial**:

Iniciamos nossa operação em 2019 e afim de acelerar o crescimento da área realizamos a aquisição de uma empresa pequena com expertise no segmento. A aquisição teve como objetivo adicionar ao nosso time pessoas com conhecimento do mercado de automação residencial e empresarial. Atualmente atendemos empresas de automação, integradores de sistema e revendas de tecnologia. Em linhas gerais produzimos e comercializamos kits de automação, lâmpadas *wi-fi*, fechaduras eletrônicas, equipamentos de controle via infra vermelho, interruptores *wi-fi* e centrais de controle e automação. Além disso, oferecemos sistemas de automação de escritórios, salas de reunião e predial.

E) Produtos de áudio e vídeo profissional:

Iniciamos nossa operação em 2019 e atualmente atendemos empresas de mídia *out of home* (OOH), eventos, shows, igrejas e integradores de sistema. Em linhas gerais produzimos e comercializamos painéis de LED, projetores profissionais, sonorização profissional e de ambiente, equipamentos de vídeo conferencia, telas profissionais.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Essa área está conectada a outras da empresa porque complementa a oferta de serviço para as áreas de Telecom, na construção dos Centros de Monitoramento de redes dos ISPs e Operadoras, por exemplo.

F) Geradores de energia fotovoltaica:

Iniciamos nossa operação no início de 2020 com a construção de uma fábrica e centro de distribuição exclusivo em Extrema/MG com portfólio completo de geração de energia distribuída, capaz de atender usinas e fazendas solares, além de projetos de qualquer porte. Essa planta é responsável pela produção kits geradores.

Em apenas um ano de operação fomos responsáveis pela comercialização de 31kWp para nossos clientes e está muito alinhada com o propósito da empresa de conectar pessoas e empresas a tecnologias que melhoram a qualidade de vida das mesmas.

Essa unidade de negócio complementa a oferta para todos os nossos clientes já existentes, no sentido de que os clientes podem adicionar essa tecnologia aos seus projetos.

(a) Características do Processo de Produção

Nosso processo de produção consiste na (i) desenvolvimento de fornecedores (ii) aquisição e importação dos insumos e (iii) produção. Contamos com duas unidades fabris localizadas em Ilhéus/BA e Extrema/MG.

Atualmente utilizamos nossa planta em Ilhéus/BA para a produção de materiais de Telecom, Networking, T.I, Segurança, Áudio e Vídeo Profissional e Automação. Nossa planta em Extrema/MG é exclusivamente destinada a produção dos kits geradores de energia solar. Essa divisão foi realizada por medidas estratégicas logísticas e mercadológicas mas as duas plantas têm capacidade instalada e técnica para a produção de todas as linhas.

i. Desenvolvimento de Fornecedores

Contamos com uma equipe de especialistas em produtos que estão diariamente buscando novas alternativas de fornecedores e tecnologias para atendimento das demandas dos nossos clientes e projetos futuros. Essa equipe é responsável por visitar e encontrar novos parceiros na China, Estados Unidos, Europa e Brasil afim de complementar nosso portfólio.

ii. Aquisição e importação de insumos

Após essa equipe de especialistas de produtos encontrarem fornecedores, com capacidade de produção e técnica para nos atender, passamos para a etapa aquisição de insumos e materiais necessários para a produção. Novos fornecedores passam por um processo de homologação, testes e aceitação por clientes para início da operação.

iii. Produção

Como dito, as unidades fabris são divididas pela tecnologia que cada uma produz. Contamos com o modelo de produção SKD (*Semi Knock Down*) em nossas plantas fabris em Ilhéus, BA e Extrema, MG. Ou seja, compramos os produtos semi prontos e fazemos a montagem (*"assembling")* final no Brasil. Nesse modelo não fazemos a compra de componentes para produção total dos produtos. Além dessas unidades, contamos com outros dois centros de distribuições para revenda de materiais importados já acabados, um em Salvador/BA e outro em São Paulo/SP.

Nossos fornecedores estão distribuídos nas regiões dos Estados Unidos, China, Europa e também do mercado nacional.

(b) Características do processo de distribuição

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Atualmente podemos definir logística da Companhia como sendo descentralizada em termos de dependência de uma localidade fabril. Temos 4 Centros de Distribuição ("CD") e uma Loja Conceito. As fábricas de Ilhéus/BA e Extrema/MG, além do armazéns de Salvador/BA e São Paulo/SP e da Loja Conceito da Casa Conectada também na cidade de São Paulo. A maneira como estamos divididos nos garantem uma cobertura geográfica que atende as necessidades da Companhia. Esses espaços foram concebidos para exercer um conjunto de atividades estruturadas e destinadas à gestão de materiais, expedição e entrega aos nossos clientes.

Nossos produtos são comercializados para todos os estados do Brasil, não sendo exclusivo o atendimento de alguma região a um CD específico, por exemplo, a nossa planta em MG atende e despacha produtos para clientes de Norte a Sul do país.

Todos os CDs operam de forma similar, independentemente do tipo de cliente e material que está sendo comercializado.

Nosso processo eficiente de atendimento disponibiliza a quantidade certa de mercadoria, atendendo a princípios como tempo, lugar e destino. Isso, oferta aos nossos clientes grandes diferenciais, além de permitir maiores lucros e recorrência, no que diz respeito à previsibilidade financeira.

Além disso, dada a pressão cada vez maior pelo equilíbrio entre a satisfação de clientes, eficiência e custos observados no processo, nossa logística consegue manter estruturas otimizadas o que, naturalmente, reflete na nossa eficiência financeira.

As principais etapas de processo de distribuição da Companhia são (i) Gestão de transporte, (ii) Checagem e expedição de mercadorias; (iii) Administração de frete; (iv) Análise e acompanhamento de indicadores; (v) Rastreamento.

Gestão de transporte

Essa é uma etapa muito importante dentro da logística da Companhia. Envolve a escolha do modal mais adequado para o tipo de carga e atendimento, se será utilizada frota própria ou terceirizada, além de ser base para a realização do cálculo de frete.

Checagem e expedição de mercadorias

Nesta etapa ocorre a conferência das quantidades, tipos e destinos das cargas. É uma etapa imprescindível, pois, se relaciona diretamente com a satisfação do cliente, sobretudo, pela percepção de qualidade e avaliação do nível de serviço prestado.

Administração de frete

Essa é uma etapa diretamente ligada à gestão do ciclo de frete na Companhia. Nela, são definidos fatores como: cálculo de frete (observando a tabela da categoria), cotações, negociação e formas de pagamento.

Além disso, o nosso processo eficiente de administração de fretes, gerenciado constantemente, permite que a Companhia tenha um bom controle financeiro, operacional e de total alinhamento com as regras de *compliance* da empresa.

Análise e acompanhamento de indicadores

Essa é uma etapa fundamental dentro da nossa logística. Isso porque, além de definir métricas relevantes a serem monitoradas, o correto andamento deste processo é capaz de produzir informações importantes sobre a "saúde" do negócio.

Tudo isso, além de facilitar o trabalho dos gestores, permite que decisões sejam tomadas com base nesses indicadores, oferece insumos para formulação de planejamento, além de criar um viés administrativo capaz de prever e minimizar problemas

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Rastreamento

A última etapa, diz respeito à rastreabilidade das nossas entregas aos nossos clientes. Nesta etapa, através da nossa equipe de Apoio a vendas, que tem contato ininterrupto com os parceiros de transportes, garantindo que as entregas sejam concluídas no prazo acordado, com a qualidade inerente a Companhia. Além da disponibilização dos comprovantes de entrega, atendendo todas regras rígidas de *compliance* da área de Logística da Companhia.

(c) Características dos mercados de atuação

Segmentos de Atuação

Atuamos no setor de soluções de tecnologia da informação e comunicação e energia solar. Nosso escopo de atuação inclui a fabricação, distribuição e venda ou locação de equipamentos para os segmentos de telecomunicações e corporativo. Nosso portfólio de produtos inclui equipamentos para redes de dados, sistemas de comunicação unificada, cibersegurança, audiovisual, automação e energia solar.

- Telecomunicações: Soluções para operadoras e provedores de internet (*Internet Service Providers*, ou "ISPs") em duas grandes categorias: Banda Larga Fixa e Data Centers. As soluções de Banda Larga Fixa incluem produtos e serviços para a construção de redes de fibra ótica, redes de Wi-Fi, redes DWDM, dentre outros. As soluções de Data Center incluem produtos e serviços para a construção Data Centers incluindo *racks*, sistemas de refrigeração e segurança, dentro outros.

- Corporativo: Soluções para empresas de diversos setores em três grandes categorias: *Enterprise* (Rede de Dados, Segurança Eletrônica e cibersegurança), Audiovisual & Automação e Energia. Soluções completas de conectividade, equipamentos de rede e Wi-Fi, sistemas de áudio e vídeo profissional, automação predial e residencial, segurança eletrônica e da informação e energia solar.

1. Mercado de Telecomunicações

a. Mercado de Banda Larga Fixa

De acordo com o *Education Management Information System* ("*EMIS*"), o mercado brasileiro de Banda Larga Fixa movimentou R$ 51 bilhões em 2019, tendo apresentado um crescimento de 10,9% com relação ao ano anterior. Tal crescimento é atribuído à demanda robusta por banda larga de alta velocidade, decorrente do aumento no consumo de conteúdo online por dispositivos conectados, uma tendência que pode se manter nos próximos anos, de acordo com o EMIS. Soma-se a isso o fato de empresas de telecomunicações estarem investindo consideravelmente na expansão das infraestruturas de banda larga, especialmente de fibra ótica, para atender a demanda crescente dos consumidores, o que confirma a perspectiva positiva para os próximos anos.

Gráfico 1: Receita Bruta do Mercado de Banda Larga Fixa no Brasil (R$ mm)

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Fonte: EMIS – Brazil ICT Sector 2020-2024.

O número de acessos de fibra ótica cresceu substancialmente no Brasil nos últimos anos. Dados da ANATEL mostram que o número de acessos de fibra ótica cresceu 8,5x em apenas quatro anos, passando de 3,3 milhões em dezembro de 2017 para 16,7 milhões em dezembro de 2020.

Gráfico 2: Quantidade de Acessos por Fibra Ótica (em milhões)

Fonte: ANATEL. Dados até dezembro de 2020.

Esse crescimento fez com que as conexões via fibra ótica representassem, no Brasil, em dezembro de 2020, 46% do total de acessos de banda larga fixa, representada pela sigla FTTH ("*Fiber-to-the-Home*"), no gráfico abaixo, em comparação a somente 11% em dezembro de 2017. O rápido crescimento desse mercado é explicado pelo volume crescente de tráfego de dados, demanda por acessos de maior velocidade e conexões mais estáveis e de qualidade.

Gráfico 3: Evolução dos Acessos de Banda Larga Fixa por Tecnologia

Fonte: Teleco. Dados até dezembro de 2020.

O gráfico abaixo evidencia que acessos com velocidade superior a 34 Mbps atingiram 59% das conexões de banda larga fixa em dezembro de 2020 comparado a 15% em dezembro de 2017.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Gráfico 4: Velocidade Média de Acessos via Banda Larga (Mbps)

Fonte: Teleco. Dados até dezembro de 2020.

A Companhia fornece produtos e infraestrutura para a construção de cabos de fibra ótica de alta velocidade, sendo que os ISPs são seus principais clientes nesse mercado. No Brasil, os ISPs representaram 40,7% do total de acessos no ano de 2020, comparado a 21,1% em 2017 – o que implica em um crescimento do número de conexões dos ISPs de 141,2% no período.

Gráfico 5: *Market Share de Banda Larga Fixa (em % do número total de acessos, dezembro de 2020)*

Fonte: ANATEL.

Mesmo com o crescimento do mercado de fibra ótica, o Brasil ainda apresenta uma baixa penetração dessa tecnologia quando comparado à penetração em outros países. Dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE") e da *China Internet Network Information* indicam que a representatividade da fibra ótica sobre o uso da banda larga no Brasil era de 31,1% em 2019, em comparação com outros países, como a Coréia do Sul, cujas penetrações totalizaram 82,8%, respectivamente.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Gráfico 6: Representatividade da Fibra Ótica Sobre o Total de Banda Larga (% de acessos)

Fonte: OCDE and China Internet Network Information, dados de 2019.

Adicionalmente, o Brasil possui uma baixa penetração de banda larga fixa a cada 100 habitantes, quando comparado a outros países. De acordo com dados da OCDE e do Statista,[1] em 2019, o acesso à banda larga, no Brasil, por cada grupo de 100 habitantes, era de 15,4 acessos, enquanto que, em países desenvolvidos, como os Estados Unidos, a quantidade de assinaturas era 2,2x maior, o que evidencia o potencial a ser explorado no mercado de banda larga brasileiro.

Gráfico 7: Quantidade de Assinaturas de Banda Larga Fixa por 100 habitantes | Países Selecionados (2019)

Fonte: OCDE e Statista, dados de 2019.[2]

Ao comparar a velocidade média dos acessos via banda larga do Brasil com a velocidade média de outros países, também é possível observar que o Brasil é um dos países com a velocidade mais baixa. Dados de 2020 apontam que a velocidade média no Brasil era de 78,1 Mbps, enquanto que em outros países como Estados Unidos, essa taxa é 2,2x maior.

[1] Statista, *Number of fixed broadband subscriptions per 100 inhabitants in Brazil from 2000 to 2019*, acessado online no dia 18 de Fevereiro de 2021, via URL: https://www.statista.com/outlook/279/115/smart-home/brazil https://www.statista.com/statistics/187201/fixed-broadband-subscriptions-per-100-inhabitants-in-brazil-since-2000/

[2] A quantidade de assinaturas de Banda Larga Fixa para o Brasil é com base em dados do Statista. Para os demais países, os dados correspondem a estimativas da OCDE.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Gráfico 8: Velocidade Média por Acessos via Banda Larga | Países Selecionados (Mbps, 2020)

Fonte: Speedtest Global Index, dados de dezembro 2020.

a. Mercado de *Data Centers*

Os *data centers* são uma infraestrutura essencial para o setor de telecomunicações e a expectativa de crescimento desse mercado é muito favorável. Acreditamos que o mercado deve se beneficiar da expansão da tecnologia 5G, que apresenta custos e latência mais baixos quando comparado ao 4G, além de menos interrupções, o que favorece o uso de dispositivos de IoT ("*internet das coisas*"). De acordo com o Gartner, estima-se que em 2021 existirão 25 bilhões de dispositivos conectadas à internet no mundo, muitos dos quais utilizarão o 5G para desempenharem suas funções, aumentando a necessidade de infraestrutura de data centers para armazenagem e processamento de dados.[3]

De acordo com a *Mordor Intelligence*, a receita do mercado Brasileiro de *data centers* foi estimada em US$1,76 bilhão em 2020 com um crescimento esperado de 7,4% ao ano no período de 2020 a 2025.

No ano de 2020, em função dos efeitos iniciais da pandemia de COVID-19, diversos projetos de construção de *data centers,* no Brasil, foram atrasados e/ou interrompidos, dos quais aqueles que estavam previstos para o 4º trimestre de 2020 e 1º trimestre de 2021 estão sendo os mais afetados. Esses atrasos e/ou interrupções na construção de *data centers* tiveram um impacto na expectativa de receita do mercado brasileiro de *data centers* para o ano de 2020, o qual apresentou uma queda de 4,3% em comparação com o ano de 2019, de acordo com dados da *Mordor Intelligence*.

[3] Gartner, *Press Release*, Gartner *Identifies Top 10 Strategic IoT Technologies and Trends*, publicado em 07 de Novembro de 2018, acessado online em 18 de Fevereiro de 2021, via URL: https://www.gartner.com/en/newsroom/press-releases/2018-11-07-gartner-identifies-top-10-strategic-iot-technologies-and-trends

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Gráfico 9: Receita do Mercado de Data Center no Brasil (US$ bn)

Fonte: Mordor Intelligence – *Brazil Data Center Market - Growth, Trends, Forecasts (2020 - 2025).*

A Companhia considera que seu mercado endereçável em *data centers* seja comparável com o mercado estimado pela Mordor Intelligence *para data centers*, o qual é composto por gastos em três vertentes: Infraestrutura de TI (*IT Infrastructure);* Infraestrutura Mecânica (*Mechanical Infrastructure*); e Infraestrutura Elétrica (*Electrical Infrastructure*), sendo que a Companhia oferece soluções nessas três vertentes, em linha com a definição da Mordor Intelligence.

A primeira categoria, de Infraestrutura de TI, refere-se a servidores, equipamentos de armazenamento de dados e dispositivos de rede que conectam o *data center* à internet.

O segmento de Infraestrutura Mecânica refere-se a aparelhos de climatização; sistemas de refrigeração; equipamentos suporte que auxiliam na climatização do ambiente; e racks, que são os armários metálicos onde ficam os servidores, *switches* e armazenadores.

Por fim, o segmento de Infraestrutura Elétrica refere-se a geradores e baterias específicas para suportar a alta demanda de energia elétrica, como as fontes de energia ininterruptas ou *Uninterruptible Power Supply* (“UPS”); *switches* que alternem a carga entre as diferentes fontes; os racks; e os sistemas de suporte de distribuição de energia, como barramentos blindados (“*busways”).*

Tabela 1: Receita do Mercado de Data Center no Brasil por Segmento (excluindo Storage) (US$ bn)

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2020-25 CAGR
IT Infrastructure								
Server	0,551	0,530	0,566	0,609	0,656	0,708	0,767	7,7%
Network	0,197	0,190	0,190	0,221	0,24	0,26	0,284	8,4%
Mechanical Infrastructure								
Cooling Systems	0,112	0,108	0,115	0,123	0,132	0,142	0,154	7,4%
Rack	0,132	0,126	0,134	0,143	0,152	0,163	0,175	6,8%
Other Mechanical Infrastructure	0,083	0,080	0,086	0,092	0,100	0,109	0,118	8,1%
Electrical Infrastructure								
UPS Systems	0,147	0,140	0,147	0,157	0,167	0,178	0,190	6,3%
Generators	0,178	0,168	0,177	0,187	0,199	0,212	0,226	6,1%
Transfer Switches and Switch Gears	0,054	0,052	0,057	0,061	0,067	0,073	0,079	8,7%
Rack PDU	0,040	0,038	0,041	0,044	0,047	0,051	0,055	7,7%
Electrical Infrastructure	0,037	0,035	0,036	0,039	0,041	0,043	0,046	5,6%
TAM WDC	**1,531**	**1,467**	**1,549**	**1,676**	**1,801**	**1,939**	**2,094**	**7,4%**

Fonte: Mordor Intelligence – *Brazil Data Center Market - Growth, Trends, Forecasts (2020 - 2025).*

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- ***Edge Data Center***

O *edge data center* ou "*data center* de borda" surgiu como uma resposta às dificuldades causadas pelo alto tráfego de dados. Essa tecnologia se baseia em uma rede de micro *data centers* que permitem o processamento de dados de forma local e mais próxima da fonte, garantindo, portanto, uma maior velocidade na transmissão e armazenamento de dados. Por exemplo, é possível instalar a infraestrutura de borda em fábricas, prédios, empresas, veículos, entre outros, em busca de baixa latência e alta velocidade de dados.

De acordo com a International Data Corporation ("IDC"), um dos grandes desafios da atualidade será a capacidade de gerenciar múltiplos recursos de nuvem, visto que empresas retomarão com mais força seus investimentos em modernização de infraestrutura, em que capacidades de TI existentes são somadas à novas capacidades de *cloud*, impulsionando a adoção de ambientes híbridos. Por exemplo, a IDC constatou que cerca de 90% das grandes empresas contam com data centers, 49% também utilizam algum modelo de *cloud* como parte da sua infraestrutura de TI.

A IDC estima um CAGR (2019-2023) de 16% para tecnologias de *edge data center* no Brasil, o que representa uma oportunidade de crescimento para empresas de *hardware*, *cloud* e conectividade, envolvendo LTE, 5G e fibra.

A Companhia está estrategicamente posicionada para atuar de forma ativa na transição de tecnologias 4G para 5G, assim como em *edge data centers*, visto que a Companhia comercializa equipamentos e soluções que são utilizados para viabilizar, direta e indiretamente, a comunicação entre indivíduos, empresas e a internet.

2. <u>Mercado Corporativo</u>

a. Mercado *Enterprise*

i. Mercado de Redes de Dados

O mercado de Redes de Dados inclui sistemas e dispositivos que compõe a infraestrutura essencial de equipamentos de informação e comunicação, como *switches*, *software* e gerenciamento centralizado, GPON, ONU e OLT, redes de Wi-fi, dentre outros.

A Companhia considera que seu mercado endereçável em Redes de Dados é comparável com o mercado estimado pelo *Gartner* para Equipamentos de Rede Empresarial (*Enterprise Network Equipment*) e Comunicações Unificadas (*Unified Communications*), de acordo com as descrições do Gartner para as categorias mencionadas, no relatório de *Information Security and Risk Management.*[4] O mercado de rede de dados se subdivide em: Equipamentos de Rede Empresarial, os quais referem-se aos equipamentos de rede de dados usados por empresas para fornecer conectividade aos seus usuários, bem como sistemas de controle de acesso, incluindo *switches*, Ethernet, WLAN, roteadores e segurança de rede; e Comunicações Unificadas, que abrange tanto a telefonia local quanto em nuvem, incluindo voz e mensagens unificadas, conferência incluindo web e vídeo, sistemas de videoconferência em grupo e infraestrutura de vídeo. Dados do Gartner estimam um crescimento de 5,8% ao ano no período de 2020 até 2024 para o mercado de Redes de Dados e um total de gastos de US$1,0 bi no Brasil em 2021.

[4] Gartner, *Forecast: Information Security and Risk Management, Worldwide, 2018-2024 4Q20 Update*, ID: G00717208, publicado em 22 de Dezembro de 2021.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Gráfico 10: Evolução dos Gastos com Redes de Dados no Mercado Brasileiro (US$ mm)

Fonte: Gráfico elaborado pela Companhia utilizando base de dados do Gartner.[3].

ii. Mercado Brasileiro de Cibersegurança

De acordo com o Gartner, cibersegurança é a combinação de políticas, processos e tecnologias empregadas por uma empresa a fim de proteger seus ativos cibernéticos. Os subconjuntos desse mercado incluem segurança de TI, segurança da informação e proteção de infraestrutura, segurança de dados, soluções integradas de gestão de riscos, *application security*, dentre outras. [5]

As soluções em cibersegurança oferecidas pela Companhia incluem sistemas de proteção de *end-points*, servidores, *cloud,* criptografia, gerenciamento e controle de usuários, segurança de *IoT*, VPN e outros.

Dados do Gartner estimam que os gastos com os componentes de cibersegurança mencionados acima irão crescer a uma taxa de 9,5% ao ano no período de 2020 até 2024, e um total de gastos com cibersegurança de US$0,5 bi no mercado Brasileiro em 2021.[6]

A tabela abaixo mostra expectativas de crescimento para os subsegmentos de cibersegurança nos quais a Companhia atua, conforme dados do *Gartner*. [5]

Tabela 2: Evolução dos Gastos com cibersegurança *no Mercado Brasileiro (US$ mm)*

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2020-24 CAGR
Application Security	5	5	4	5	6	7	7	13%
Cloud Security	2	3	3	4	6	8	11	37%
Data Security	11	11	9	10	10	11	11	6%
Identity Access Management	87	94	81	97	112	123	132	13%
Infrastructure Protection	121	124	100	114	126	133	140	9%
Network Security Equipment	178	186	185	207	222	237	248	8%
Total Cyber	**405**	**424**	**383**	**437**	**482**	**518**	**550**	**9%**

Fonte: Tabela elaborada pela Companhia utilizando base de dados do Gartner.[5]

iii. Mercado de Segurança Eletrônica

De acordo com a Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança ("ABESE"), o mercado de Segurança Eletrônica no Brasil é composto por 26 mil empresas que oferecem tecnologias voltadas para otimização da segurança, como câmeras de segurança, câmeras

[5] De acordo com a definição contida no "Glossário do Gartner", acessada online em 18 de Fevereiro de 2021, via URL: https://www.gartner.com/en/information-technology/glossary/cybersecurity#:~:text=Cybersecurity%20is%20the%20combination%20of,the%20amount%20of%20risk%20offset..

[6] Gartner, *Forecast: Information Security and Risk Management, Worldwide, 2018-2024 4Q20 Update*, ID: G00717208, publicado em 22 de Dezembro de 2021.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

termais, portarias remotas, portões automáticos, videomonitoramento, sistemas de alarme, controles de acesso, reconhecimento facial, rastreamento e outros.

Esse setor apresentou um crescimento de 10% entre os anos de 2018 para 2019, com uma expectativa de crescimento para o ano de 2020 de 13% frente a 2019, uma vez que a grande quantidade de dados demanda cada vez mais infraestruturas e equipamentos que forneçam segurança de forma otimizada. É esperado que o tamanho deste mercado em 2020 seja de R$8,1 bilhões.

Gráfico 11: Receita do Mercado de Segurança Eletrônica (R$ bn)

Fonte: Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança (“ABESE”)

O mercado de segurança eletrônica já vinha crescendo a níveis expressivos no Brasil antes da pandemia de COVID-19, devido à popularização das câmeras de segurança IP, que possuem tecnologia avançada, capaz de receber e transmitir dados com maior qualidade. Além disso, uma pesquisa realizada pela ABESE em maio de 2020 constatou que a procura por soluções de segurança voltadas às novas demandas que surgiram com a pandemia aumentou 40%, com destaque para tecnologias de reconhecimento facial e câmeras térmicas.

No que diz respeito às perspectivas de crescimento, observa-se uma tendência na queda dos preços de câmeras analógicas e CCTV, ao passo que, para câmeras IP, a tendência é reversa. No caso da WDC, a Companhia está posicionada de forma a mitigar efeitos dessa possível queda no preço, uma vez que atua principalmente na oferta de câmeras IP de produtos profissionais para uso no mercado corporativo, as quais possuem um *ticket médio* consideravelmente mais alto do que o *ticket* de câmeras analógicas.

b. Mercado de Áudio e Vídeo

De acordo com a *Avixa*, o mercado total global de Áudio e Vídeo foi estimado em US$259 bilhões em 2019 com uma estimativa de queda na ordem de 8% para o ano de 2020 em relação a 2019, em função dos reflexos causados pela pandemia de COVID-19. O mesmo estudo projeta que essa queda seja revertida a partir de 2021, na medida em que ocorra a reabertura e recuperação das economias. Estima-se que o mercado de Pro-AV global atingirá US$315 bilhões em 2025, o que representará um crescimento de 5,8% ao ano no período de 2020 a 2025.

O mercado de atuação da WDC em Áudio e Vídeo é composto pelos segmentos de *Video Displays and Projection, Audio Equipment e Conferencing e Collaboration e Smart Home,* que incluem, respectivamente:

- *Video Displays and Projection:* diversos tipos de monitores de TV (incluindo LED e LCD), telas de projeção, aparelhos de projeção de imagens e aparelhos complementares;

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- *Audio Equipment:* telefones com viva-voz, sistemas de conferência, unidades de interface do sistema e cartões de expansão, sistemas de sala e grupo, sistemas portáteis e interruptores de roteamento integrados;
- *Conferencing and Collaboration:* video-conferência, reuniões virtuais, sistemas de comunicação unificada, plataformas de comunicação remota, dispositivos IP, entre outros;
- *Smart home* ("Casa Inteligente") e *IoT*: inclui lâmpadas e iluminação inteligente, *smart* TVs, eletrodomésticos inteligentes, sensores, controles e conectividade, entretenimento, gerenciamento de energia e segurança.

Gráfico 12: Composição do Mercado Global de Áudio e Vídeo (US$ bn)

Fonte: Avixa - *2020 IOTA - AV Industry Outlook and Trend Analysis e Statista – Smart Home Global.*

Com um crescimento esperado de 4,6% ao ano no período de 2020 até 2025 o segmento de *Video Displays & Projection* é o que possui maior representatividade do mercado de Áudio e Vídeo total, com um tamanho de mercado de US$ 45,0 bilhões em 2020 no mundo, de acordo com relatório da Avixa.

O segmento de *Smart Home* consiste na venda de dispositivos em rede que permitem a automação residencial, que controlam e monitoram as funções diárias de uma residência como iluminação, temperatura ambiente, biometria de acesso, sistemas de segurança e áudio visual, dentre outros. Estima-se que o mercado global de *Smart Home seja em torno de US$77 milhões, o qual deverá crescer a um CAGR de 18% no período de 2020 à2025, de acordo com o Statista.*[7]

De acordo com o Statista, a receita do mercado de *Smart Home* no Brasil deve alcançar US$1,0 bilhão em 2021 e crescer 21,1% ao ano de 2020 a 2025.[8] Atualmente, a receita média por Casa Inteligente (ou seja, casas que funcionam via dispositivos conectados à internet) instalada no Brasil é estimada em US$167,07 em 2020, com uma penetração estimada em 6,2% dos domicílios em 2020. Em 2025, espera-se um aumento expressivo na taxa de penetração, a qual é estimada em 12,7%, reforçando o potencial do mercado a ser explorado. [7]

[7] Statista, *Smart Home, Worldwide*, acessado online no dia 18 de Fevereiro de 2021, via URL: https://www.statista.com/outlook/283/100/smart-home/worldwide
[8] Statista, *Smart Home, Brazil*, acessado online no dia 18 de Fevereiro de 2021, via URL: https://www.statista.com/outlook/279/115/smart-home/brazil

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Gráfico 13: Composição do Mercado Brasileiro de Smart Home e IoT (US$ mm)

Fonte: Statista – *Smart Home Brazil,* dados de outubro de 2020.

Gráfico 14: Taxa de Penetração de Smart Home e IoT no Brasil por Segmento

Fonte: Statista – *Smart Home Brazil,* dados de outubro de 2020.

c. Mercado de Energia

A Companhia fornece soluções para Geração Distribuída fotovoltaica. A Geração Distribuída de energia é um sistema de compensação criado pela Resolução Normativa ANEEL nº 482/2012, que caracteriza a geração elétrica feita de forma próxima ao consumidor, facilitando assim a redução da tarifa regulada pela distribuidora de energia. Em resumo, esse sistema de compensação de energia, que teve seu modelo disseminado na Europa e se espalhou pelo Brasil durante os últimos três anos, permite que o consumidor de energia passe a gerar a sua própria energia (geração local ou remota) e compensá-la com a distribuidora responsável pelo seu atendimento, reduzindo o custo da energia que é valorado pela tarifa da distribuidora.

Segundo a ANEEL, o mercado brasileiro de Energia cresce a cada ano e, em 2020, atingiu 4 GW de capacidade instalada total. Dados da *Greener* apontam que a capacidade adicionada de sistemas fotovoltaicos em 2020 foi 60% maior do que a capacidade adicionada em 2019. Essa expansão ocorreu principalmente em projetos solares no próprio ponto de consumo, e em sua maioria em

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

clientes residenciais e pequenos comércios. A expectativa para o segmento é um aumento da capacidade instalada de geração distribuída solar de mais de cinco vezes nos próximos cinco anos (até 2025) atingindo 25 GW de potência instalada – conforme evidenciado pelo gráfico abaixo.

Gráfico 15:: Crescimento da Capacidade Instalada e de Geração do Mercado de Geração Distribuída

Fonte: Plano Decenal de Expansão Energética (“PDE”) 2030.

Adicionalmente, a tecnologia solar fotovoltaica mantém-se como a principal fonte de crescimento de geração distribuída, respondendo por cerca de 93% da expansão do segmento.

Gráfico 16: Representatividade do Solar na Capacidade Instalada e de Geração do Mercado de Geração Distribuída

Fonte: Plano Decenal de Expansão Energética (“PDE”) 2030.

d. Baterias de Lítio

O uso de fontes renováveis traz consigo uma demanda por controle da intermitência, especialmente para sistemas solares *off-grid*. Uma solução para isso é o uso de baterias de lítio, que atuam como um sistema de armazenamento para geração distribuída fotovoltaica, garantindo a disponibilidade de energia de forma constante. Essas soluções complementam o portfólio da Companhia em energia solar.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Tendências como a queda no preço das baterias de lítio, a popularização do uso de fontes solares e os novos hábitos sustentáveis, irão impulsionar o crescimento do mercado de energia solar como um todo, o que representa uma oportunidade a ser explorada pela WDC.

O mercado endereçável da Companhia em energia solar, incluindo baterias de lítio, foi estimado em US$10,8 bilhões no período de 10 anos. Esse valor considera a previsão do PDE a partir da adição de 21GW até 2030, multiplicados a um preço médio por *kit* de R$3,21/W[9], conforme estimativa da *Greener.*

(d) Eventual sazonalidade

Os setores que atuamos não apresentam sazonalidade relevante.

(e) Principais insumos e matérias primas

Nossas atividades estão baseadas na produção e revenda de materiais. Com isso, mantemos acordos de comercialização e produção com nossos fornecedores e parceiros, os quais regem as diretrizes comerciais.

Grande parte dos produtos que comercializamos são regulados por agências reguladoras do Governo, tais como, ANATEL, INMETRO e IBAMA. É de responsabilidade da Companhia, juntamente aos fornecedores, a disponibilização de documentação e material para teste e aprovação nesses órgãos antes da comercialização dos mesmos.

O nosso modelo de produção SKD local exige uma relação sólida, transparente e de comprometimento entre nós e nossos parceiros dado que precisamos garantir que os produtos que comercializamos mantenham o mais alto nível exigido pelos fornecedores.

Junto a isso, temos abertura e possibilidade de darmos *insights* aos fornecedores quanto ao modo de nos enviar e produzir os insumos para que possamos ter melhor eficiência na montagem dos materiais em nossa fábrica.

Atualmente contamos com um portfólio com mais de 60 marcas líderes distribuídas entre as nossas unidades de negócio (Telecom e Corporativo) e não temos dependência de somente um fornecedor. Uma interrupção de produção ou algum outro problema de força maior que venha afetar algum dos nossos fornecedores poderá nos causar no curto prazo algum tipo de redução de vendas, mas, somos capazes de aumentar o volume de compras com fornecedores igualmente competitivos e capacitados para suprir a falta de algum fornecedor.

[9] Considera uma taxa de conversão de US$ para R$ de 5,378.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Em termos de volatilidade de preços, historicamente não tivemos mudanças que tenham causado efeitos adversos as nossas operações.

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

As atividades da Companhia não estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental. Para mais informações acerca das relações mantidas com fornecedores, verificar item 7.3 (i) (ii) abaixo.

(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

Atualmente contamos com acordos de comercialização e distribuição com nossos fornecedores. Esses acordos ditam as características da nossa parceria, tais como, região de atuação, prazo de contrato, garantia, produtos comercializados entre outros assuntos. Nossos acordos são de longo prazo e na grande maioria renovado automaticamente a cada dois anos.

As atividades de produção local e comercialização de produtos desenvolvidos juntamente a fornecedores estrangeiros exercidas pela Companhia requerem a existência de um relacionamento sólido entre nós e os nossos fornecedores, dado que a realização dessas atividades é significativamente integrada aos serviços realizados pelos seus fornecedores.

Adicionalmente, temos pouca interferência na escolha ou mudança das peças fabricadas por terceiros e utilizadas em nossos produtos. Dessa forma, caso, por qualquer motivo, tenhamos que trocar de fornecedores, parte das nossas operações poderá ser afetada e, eventualmente, suspensa, impactando adversamente os nossos negócios, resultados e situação financeira, devido ao tempo necessário para o desenvolvimento de um novo produto junto a um novo fornecedor. Para mais informações favor verificar no item 4.1 (e) deste Formulário de Referencia o fator de risco "*A Companhia depende de terceiros para fabricar seus produtos".*

(iii) Eventual volatilidade em seus preços

Os preços dos produtos e serviços da Companhia não têm apresentado volatilidade relevante historicamente. Devido ao fato de grande parte dos nossos fornecedores serem internacionais, nossas tabelas de preços são dolarizadas, ou seja, nosso preço base de compra é em dólar. Além disso, variações de taxa de câmbio nos nossos custos em decorrência da compra de produtos importados são repassados nos nossos preços de vendas.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no exercício social de 31 de dezembro de 2020.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no exercício social de 31 de dezembro de 2020.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações

A fim de comercializar muitos de nossos produtos no Brasil, necessitamos homologá-los junto à Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL. Para obtenção do referido Certificado de Homologação, são realizados testes de conformidade em laboratórios credenciados, cujo resultado é analisado por Organismos Certificadores Designados (OCDs) e posteriormente submetidos à ANATEL para homologação.

INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

Para ofertarmos alguns dos nossos produtos no Brasil, necessitamos homologá-los junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, obtendo o chamado Registro de objeto, que consiste no ato pelo qual o INMETRO autoriza a comercialização de um produto ou serviço, bem como a utilização do selo de identificação da conformidade. A concessão do registro é condicionada à existência do Atestado de Conformidade, que consiste em um documento, emitido após um procedimento de avaliação da conformidade, que indica que um produto está em conformidade com uma base normativa, sendo emitido, exclusivamente, por um Organismo de Certificação de Produtos – OCP estabelecido no país e acreditado pelo INMETRO.

Regulamentação do tratamento de Dados Pessoais no Brasil

Muito embora já existissem normas e leis regulando setorialmente questões atinentes à privacidade e proteção de dados pessoais, em agosto de 2018, com a promulgação da Lei nº 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/18 - "LGPD"), as práticas relacionadas ao tratamento de Dados Pessoais passaram a ser reguladas de forma geral, por meio de um sistema de regras sobre o tema que impacta todos os setores da economia.

A LGPD estabelece tem como objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade das pessoas naturais, criando um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais dados pessoais, trazendo novas obrigações a serem observadas.

Além disso, a LGPD estabelece (i) os princípios que devem ser respeitados no tratamento de dados; (ii) os direitos dos titulares de dados pessoais; (iii) as hipóteses autorizadoras do tratamento de dados pessoais (bases legais); (iv) sanções administrativas para o descumprimento de suas disposições; e (v) autoriza a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), autoridade responsável por garantir a observância das normas sobre proteção de dados pessoais no Brasil.

A LGPD tem como âmbito de aplicação todas as atividades de tratamento de dados pessoais, inclusive em ambiente online, e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o tratamento de dados pessoais ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados pessoais destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou processar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estejam localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados. A LGPD será aplicada independentemente da indústria ou negócio ao lidar com dados pessoais, enão está restrita a atividades de tratamento de dados realizadas através de mídia digital e/ou a internet.

A LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020 quanto à maior parte de suas disposições, mas, a aplicabilidade de suas sanções administrativas (art. 52, 53 e 54) somente poderá ser feita a partir do dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020. Todavia, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD, anteriormente a entrada em vigor de suas sanções administrativas, tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas,

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, em razão da não efetiva estruturação da ANPD.

Ademais, quando da entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD , em agosto de 2021, caso a Companhia não esteja adequada às suas disposições, a Companhia estará sujeita também às sanções administrativas previstas na LGPD, conforme destacado na seção 4.1. deste Formulário de Referência.

CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

A Companhia está sujeita à regulamentação do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Bahia ("CREA-BA"), conforme registro n° 56105 de 27/05/2020.

Legislação ambiental

(i) Responsabilização ambiental

Conforme dispõe o artigo 225, §3º, da Constituição Federal, qualquer pessoa física ou jurídica que cause danos ao meio ambiente estará sujeita a sanções administrativas e criminais, sem prejuízo da obrigação de reparar os danos causados na esfera cível. Tais disposições são reguladas no nível federal por três normas: (i) Lei Federal nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente); (ii) Lei Federal nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) e (iii) Decreto Federal nº 6.514/2008 (Sanções Administrativas ao Meio Ambiente).

A Política Nacional do Meio Ambiente estabelece o quadro geral e as orientações para a proteção ambiental, bem como conceitos importantes, tais como a definição de "poluição", e a fixação da responsabilidade civil objetiva para a reparação do dano ambiental na esfera cível.

A responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas diversas e independentes: (i) administrativa; (ii) cível; e (iii) criminal.

No que se refere à responsabilidade administrativa, toda ação ou omissão que importe na violação de norma de preservação ao meio ambiente decorrente de culpa ou dolo, independentemente da efetiva ocorrência de dano ambiental, é considerada infração administrativa ambiental. As infrações administrativas são punidas com: advertência; multa simples no valor de até R$50 milhões; multa diária; suspensão parcial ou total das atividades; restrição de direitos; embargo entre outras.

Na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade objetiva e solidária. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos, direta ou indiretamente envolvidos, independentemente da comprovação de culpa dos agentes, bastando a demonstração do nexo de causalidade, podendo um dos agentes responder pelo dano ambiental de forma integral. Nesse cenário, tendo mais de uma empresa contribuído para um dano ao meio ambiente, ou tendo o dano sido cometido por um prestador de serviço ou fornecedor, poderá ser demandada à remediação ou pagamento de indenização aquela que tiver maiores condições financeiras para fazê-lo, cabendo, posteriormente, direito de regresso contra as demais empresas envolvidas. Não existe, na legislação brasileira, previsão de teto ou limitação no valor a ser fixado a título de indenização pelo dano ambiental, o qual será proporcional ao dano causado. Além disso, conforme posicionamento consolidado do Supremo Tribunal Federal, pleitos de reparação/compensação por danos ambientais não estão sujeitos a prescrição.

Adicionalmente, a Lei de Crimes Ambientais prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica, relativamente à pessoa jurídica causadora da infração ambiental, sempre que essa for obstáculo ao ressarcimento dos danos causados ao meio ambiente.

Como consequência, quando contratamos terceiros para realizar a qualquer intervenção nas nossas operações, como a disposição final de resíduos, não estamos isentos de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados por estes terceiros contratados.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A responsabilidade penal por crimes ambientais é subjetiva, o que significa que o infrator só será penalizado se agir com dolo ou culpa. A Lei Federal nº 9.605/1998 ("Lei de Crimes Ambientais") prevê a responsabilização de todos aqueles que, de qualquer forma, concorram para a prática de crimes contra o meio ambiente, sendo cada qual penalizado na medida de sua culpabilidade. Tal Lei prevê, ainda, a responsabilização na esfera criminal tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas, caracterizada se a infração for cometida (i) por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado; ou (ii) no interesse ou benefício da pessoa jurídica que representa.

A responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes, o que estende a responsabilidade de tais atos aos membros das pessoas jurídicas que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos.

(ii) Licenciamento ambiental

Especificamente, quanto ao licenciamento ambiental, esta é uma exigência estabelecida nº Lei Federal nº 6.938/1981, ("Política Nacional do Meio Ambiente"), que estabelece a estrutura de proteção ambiental do país, definindo, dentre outros, órgãos licenciadores e executores da mesma. Estão sujeitos a estas exigências todas as atividades ou os empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores ou que, sob qualquer forma, podem causar degradação ambiental. Adicionalmente, algumas autorizações e regulamentações emitidas por órgãos ambientais podem ser necessárias, como aquelas relativas à supressão de vegetação, utilização de recursos hídricos, tratamento de efluentes.

Conforme definido pela Resolução nº 237/1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente ("CONAMA"), o processo de licenciamento ambiental engloba, em regra, três diferentes licenças, cada uma correspondendo a uma fase particular do projeto: a Licença Prévia ("LP"), concedida na fase preliminar e que avalia as condições básicas de localização, instalação e operação do empreendimento e/ou atividade; a Licença de Instalação ("LI"), que autoriza a sua efetiva instalação e implementação, conforme as condições estabelecidas na fase preliminar; e, por fim, a Licença de Operação ("LO") que autoriza o início de seu funcionamento ou das operações do empreendimento e/ou atividade licenciada.

A responsabilidade pela condução do licenciamento ambiental, de acordo com a disposição da Lei Complementar nº 140/2011, é definida de acordo com as características do empreendimento e as atividades nele exercidas, podendo ser de âmbito federal, estadual ou municipal ou inclusive serem dispensadas de licenciamento ambiental, por não causarem significativo impacto ambiental.

A depender das especificidades do empreendimento e/ou projeto, do âmbito de seus impactos ambientais e dos critérios de exigibilidade estabelecidos pelo órgão ambiental competente, o processo de licenciamento ambiental pode ocorrer de forma simplificada, ao invés do sistema trifásico previamente descrito. No caso de licenciamento ambiental de empreendimento ou atividade que tenham potencial de causar significativo impacto ambiental, a autoridade ambiental poderá exigir a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e apresentação do respectivo Relatório de Impacto Ambiental ("EIA/RIMA").

As licenças ambientais possuem validade limitada, de modo que deverão ser periódica e tempestivamente renovadas perante os órgãos ambientais licenciadores, sob pena de perda de sua validade e irregularidade da atividade e/ou empreendimento. Ainda, as licenças ambientais podem conter condicionantes técnicas estabelecidas pela autoridade ambiental, que são condições de validade e o seu descumprimento pode impactar a regularidade das operações da Companhia.

Em relação aos locais que ocupamos para o exercício de nossa atividades potencialmente poluidoras (e.g. unidades fabris), devemos obter e renovar periodicamente as respectivas licenças e autorizações. Estabelecimentos sujeitos ao licenciamento e que violem as normas legais e regulamentares sobre o tema (e.g. ausência de licenças ou operação em desacordo com suas condicionantes) podem sujeitar a Companhia a sanções administrativas ou criminais, tais como a imposição de multas (de R$500,00 até R$10 milhões), cancelamento de licenças, suspensão de

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que ficamos impedidos de operar no respectivo imóvel até a devida regularização), não pagamento de indenização securitária em eventual sinistro no imóvel e proibição de contratar com entidades governamentais, entre outras sanções, além da responsabilidade de reparar quaisquer danos causados.

(iii) Cadastro Técnico Federal ("S")

Importante mencionar que a legislação brasileira determina, ainda, que as atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais devem ser registradas junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis ("IBAMA") por meio do CTF. A depender da atividade é necessário pagar a correspondente Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental ("TCFA"), que pode variar entre R$128,80 e R$5.796,73 por trimestre, dependendo do porte da empresa e do grau de utilização dos recursos naturais da atividade desenvolvida. Relatórios periódicos, similarmente, devem ser submetidos em determinados casos.

(iv) Áreas contaminadas

A contaminação de solo e águas subterrâneas representa passivo ambiental que deve ser administrado com cautela.

Sendo proprietária ou possuidora de imóvel no qual há identificação de contaminação de solo e água subterrânea, podemos incorrer na responsabilidade para remediação de tal contaminação e em arcar com custos envolvidos, visto que a legislação ambiental determina que o proprietário e/ou possuidor de bem imóvel que se encontre em área com contaminação ambiental poderá, independentemente de ter sido ou não o efetivo causador, ser responsabilizado e compelido a realizar a remediação e recuperação dos danos associados tanto por parte de órgãos ambientais, quanto pelo Ministério Público. Caso não sejamos capazes de cumprir com nossas responsabilidades, podemos nos tornar alvo de processos de remediação perante os órgãos competentes, e ainda, objetivamente responsáveis pela nossa integral recuperação, promovendo a remoção de substâncias nocivas ou tóxicas fora dos parâmetros exigidos pela legislação aplicável existentes em tais propriedades.

Tais processos de remediação tendem a se prolongar por períodos relevantes e podem ensejar o desembolso de valores significativos até a conclusão da remediação, inclusive acarretar em restrições do uso do imóvel, ainda que parcialmente.

(v) Resíduos sólidos

Os resíduos sólidos, em função de sua natureza, podem gerar impactos à atmosfera, solo, água subterrânea e ecossistema, durante todo seu ciclo de vida, seja nas dependências do local do empreendimento, seja, principalmente, no local de sua destinação final. A Política Nacional de Resíduos Sólidos ("PNRS"), instituída pela Lei Federal nº 12.305/2010, e seu respectivo Decreto Federal nº 7.404/2010, têm por objetivo reunir o conjunto de princípios, instrumentos, diretrizes, metas e ações para viabilizar a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

No que diz respeito à regulamentação de resíduos sólidos, nossos empreendimentos podem estar sujeitos à elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos ("PGRS"), conforme delineado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, devido à natureza, composição ou volume dos resíduos gerados.

É possível que a Companhia não possua planos de gerenciamento de resíduos sólidos para todas as suas unidades, mas que, não obstante, a Companhia faça a gestão dos resíduos gerados pelas suas atividades, mediante contratação de terceiros devidamente licenciados pelas autoridades ambientais. Ainda que terceirizados os serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, a Companhia não é isenta da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.

De acordo com a Lei Federal nº 12.305/2010, a disposição inadequada dos resíduos bem como os acidentes decorrentes do transporte desses resíduos podem ser fator de contaminação de solo e de águas subterrâneas e ensejar a aplicação de sanções nas esferas administrativa, penal e cível. As

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

penalidades administrativas aplicáveis para a disposição inadequada de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, que cause ou não poluição efetiva, incluem, dentre outras, embargo da atividade e multas que podem variar entre R$ 5 mil a R$50 milhões. Ainda, as penalidades criminais aplicáveis incluem reclusão de 1 a 4 anos e multa.

(vi) Outras autorizações ambientais

A legislação brasileira exige a obtenção de outras autorizações específicas para determinadas atividades, tais como: (i) autorização para supressão de vegetação; (ii) autorização para uso de produtos perigosos; e (iii) estudo de impacto de vizinhança para avaliar o uso da área, qualidade do ar e outros aspectos. Além disso, estamos sujeitos a uma ampla legislação e regulação do setor ambiental relacionadas, dentre outros aspectos, às emissões atmosféricas, ao gerenciamento de resíduos e às intervenções em áreas especialmente protegidas. A não obtenção de tais autorizações e ausência de elaboração de tais estudos poderão nos sujeitar às penalidades de advertência, multa, embargo e interdição de atividade, de acordo com a gravidade da infração, além do dever de reparação dos danos ambientais, se houver.

(vi) Recursos hídricos

Estamos sujeitos à Lei Federal nº 9.433/1997 ("Política Nacional de Recursos Hídricos") que, em termos gerais, dispõe que estão sujeitos à obtenção de outorga e de autorização os seguintes usos de recursos hídricos: (i) derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final ou insumo de processo produtivo; (ii) extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo (poços tubulares); e (iii) lançamento de esgotos e/ou efluentes líquidos ou gasosos em corpo de água, dentre outros.

No caso de utilização da rede pública de esgoto para o despejo de efluente sanitário e/ou industrial, a concessionária do serviço é responsável pela obtenção da outorga e o interessado (por exemplo, a nossa Companhia) deve solicitar à concessionária a ligação à rede pública.

Considera-se infração administrativa a utilização de recursos hídricos para qualquer finalidade sem a respectiva outorga ou em desacordo com as condições estabelecidas, bem como a perfuração de poços tubulares sem a devida autorização ou o lançamento de efluentes de forma irregular.

(vii) Áreas Especialmente Protegidas

As Áreas de Preservação Permanente ("APP") são áreas situadas em zonas urbanas ou rurais, especialmente protegidas em virtude da sua importância ambiental. De acordo com o Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/2012) são consideradas APP, dentre outras, os manguezais, em toda sua extensão, a faixa marginal de cursos d'água, nascentes e topos de morro. A supressão de vegetação em APP somente é possível em situações previstas na legislação ambiental (e.g. utilidade pública, interesse social ou baixo impacto).

Na esfera administrativa, conforme Decreto Federal nº 6.514/2008, impedir ou dificultar a regeneração de vegetação em APPs podem resultar em multas de R$ 5 mil por hectare. O corte irregular de vegetação em APPs, por sua vez, também poderá resultar em multas de R$5 mil a R$50 mil por hectare. Já na esfera criminal, a utilização irregular de APPs configura crime e pode ensejar multa e detenção de um a três anos. Sendo culposo, a pena pode ser reduzida à metade. Ainda, poderá responder civilmente pelo danos causado, sem que haja qualquer limitação de valores à título de indenização ou para reparação do dano, sendo que pleitos de reparação/compensação por danos ambientais não estão sujeitos a prescrição.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

(viii) Produtos Controlados

A aquisição, armazenamento, comércio, transporte e uso propriamente dito de produtos químicos (substâncias restritas e controladas) pode estar sujeita a licença ou autorização específica em três esferas: pelo Exército Brasileiro, vinculado ao Ministério da Defesa (Decreto Federal nº 9.493/2018), pela Divisão de Controle de Produtos Químicos, vinculada à Polícia Federal (Lei Federal nº 10.357/2001); e, pela respectiva Divisão ou Departamento de Produtos Controlados da Polícia Civil. Cada órgão governamental possui relação própria de produtos químicos controlados e a licença ou autorização específica deverá ser requerida perante todas as esferas que fiscalizem o respectivo produto. A licença ou autorização para o uso de produtos controlados é válida por determinado período, devendo ser periódica e tempestivamente renovadas perante as autoridades competentes. O uso de produtos químicos controlados pelo Exército Brasileiro, Polícia Federal e/ou Polícia Civil sem as respectivas licenças ou autorizações configura infração administrativa e crime ambiental.

(b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Política ambiental

Apesar de não possuirmos, na data deste Formulário de Referência, uma política ambiental formalmente aprovada, estamos comprometidos com temas como mudanças climáticas, biodiversidade, gestão de resíduos, energia e água. Cada vez mais, pretendemos trabalhar para reduzir os impactos com protagonismo e inovação em todos esses eixos.

Ademais, na data deste Formulário de Referência, ainda não havíamos aderido a um padrão específico (nacional ou internacional) de proteção ambiental.

Custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental

Na data deste Formulário de Referência, não incorremos em custos relevantes relativos ao cumprimento da regulação ambiental.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis que identificam e distinguem produtos e/ou serviços, não abarcando, portanto, sinais sonoros, gustativos e/ou olfativos. Em alguns casos, as marcas também possuem a função de certificar a conformidade de produtos e/ou serviços com determinadas normas e/ou especificações técnicas.

A Lei nº 9.279/1996 96 (“Lei da Propriedade Industrial”) dispõe que a propriedade de determinada marca somente pode ser adquirida por meio do registro validamente concedido pelo INPI, autarquia federal responsável pelo registro de marca, patentes e outros direitos de propriedade industrial no Brasil.

Após a concessão do registro pelo INPI, o titular passar a deter a propriedade desta em conjunto com o direito de seu uso exclusivo em todo o território nacional, por um prazo determinado de dez anos, passível de sucessivas renovações, mediante o pagamento de taxas adicionais ao INPI. Tal requisição precisa ser realizada no último ano de validade do registro, ou nos seis meses subsequentes ao término do período de vigência do registro.

Durante o processo de registro, aquele que requereu o registro de determinada marca (denominado “depositante”) possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputacional do sinal requerido. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; e (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Relevante destacar que o registro de determinada marca se extingue pela (i) expiração do prazo de vigência, quando não solicitada a renovação no prazo adequado; (ii) renúncia (abandono voluntário do titular ou pelo representante legal); (iii) caducidade (falta de uso da marca); ou (iv) inobservância do disposto no artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial (necessidade da pessoa domiciliada no exterior manter procurador no Brasil), sendo, portanto, um requisito de manutenção do registro de marca a continuidade de seu uso, nos termos da solicitação de registro depositada junto ao INPI.

Na data deste Formulário de Referência, somos titulares de diversos registros ou pedidos de registro de marcas junto ao INPI, inclusive as principais marcas que utilizamos para os nossos negócios são:

(i) “Casa Conectada” (concessão em 14.4.2020, data de vigência 14.4.2030 e registro nº 918047358) e (ii) “WDC Networks" (concessão em 13.11.2018, data de vigência 13.11.2028 e registro nº 912754648).

Ainda, a Companhia é titular de diversos nomes de domínio registrados junto ao Registro.br, dentre os quais se destacam: ri.wdcnet.com.br, wdcnet.com.br, e casaconectadastore.com, casaconectada.store.

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do Domain Name System (“DNS”), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio “.br”, a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br.

Para mais informações sobre os direitos de propriedade intelectual relevantes, utilizados pela Companhia, vide o item 9.1.b do presente Formulário de Referência.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, 99,7% da receita líquida da Companhia (no valor de R$704.865 mil) foi proveniente de clientes sediados no Brasil.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, 0,3% da receita líquida da Companhia foi proveniente de clientes sediados no exterior. Vale notar que 1,5% das nossas receitas no exterior são provenientes de clientes brasileiros.

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Região/País	Receita Líquida (R$)	Participação na Receita Líquida
Brasil	**704.865.000,00**	**98,2%**
Exterior	**13.180.000,00**	**1,8%**
América	13.180.000,00	100,0%
Colômbia	7.921.000,00	60,1%
Estados Unidos	5.259.000,00	39,9%
Total	**718.045.000,00**	**100,0%**

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8 - Políticas socioambientais

(a) Indicar se o emissor divulga informações sociais e ambientais por meio de relatório anual, de sustentabilidade ou integrado;

Não aplicável, tendo em vista que não divulgamos informações socioambientais por meio de relatório anual, de sustentabilidade ou integrado.

(b) Metodologia seguida pela Companhia na elaboração das informações socioambientais

Não aplicável, tendo em vista que não divulgamos informações socioambientais.

(c) Indicar se as informações socioambientais são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não aplicável, tendo em vista que não divulgamos informações socioambientais.

(d) Indicar a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas as informações socioambientais

Não aplicável, tendo em vista que não divulgamos informações socioambientais.

(e) Indicar se o relatório leva em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU e quais são os ODS materiais para o negócio da Companhia;

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga relatórios socioambientais.

(f) Indicar se o emissor não divulga relatório anual, de sustentabilidade ou integrado que leve em conta os ODS, explicar o motivo.

A Companhia entende que a legislação ambiental atual não traz essa exigência para suas operações.

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes.

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos nossos negócios e que não tenham sido mencionadas no item 15.7 deste Formulário de Referência.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não foi celebrado nenhum contrato relevante por nós ou por nossas controladas que não fosse diretamente relacionado com nossas atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Não há outras informações consideradas relevantes para a Seção 8 deste Formulário de Referência.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes – outros

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não-circulante que a Companhia julgue relevantes.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Sede: Rod. Ilhéus, Uruçuca, s/n, Quadra A, Km 28, Polo de Inf. de Ilhéus, Iguape	Brasil	BA	Ilhéus	Alugada
Filial Salvador: Armazém geral – Via Urbana , Km 01,S/N	Brasil	BA	Simões Filho	Alugada
Esc. Administrativo: Rua Gomes de Carvalho, 1609 - Vila Olímpia 9ª Andar	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Filial Santa Efigênia - Rua Santa Efigênia, 555	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Filial Casa Conectada: Alameda Gabriel Monteiro da Silva, 1889, Jardim América	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Filial Extrema: Estr. Vereador Lamartine José de Oliveira, 1139 , Do rodeio	Brasil	MG	Extrema	Alugada
Filial Salvador: Armazém geral – Via Urbana , Km 01,S/N	Brasil	BA	Simões Filho	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	wdcnet.com.br	26.07.2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Não há como quantificar o impacto. Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	casaconectadastore.com	02.06.2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Não há como quantificar o impacto. Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	casaconectada.store	02.06.2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Não há como quantificar o impacto. Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 918047358 para a marca mista "Casa Conectada" na classe internacional NCL (11) 42.	14/04/2030	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro nº 912754648 para a marca mista "WDC Networks" na classe internacional NCL (11) 36.	13/11/2028	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	ri.wdcnet.com.br	26.07.2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Não há como quantificar o impacto. Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
LIVETECH COLOMBIA , S.A.S	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Colômbia			A Livetech atua na distribuição de produtos, tais como internet banda-larga, segurança eletrônica, conectividade de dados e telefonia, áudio e vídeo profissional, infraestrutura de datacenter e IoT .	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2020	686,842105	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	598.000,00		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Os investimentos foram efetuados visando complementar as operações próprias da Companhia e serão mantidos até que as atividades da controlada possam ser incorporadas na Companhia

LIVETECH PANAMÁ, S.A.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Panamá			A Livetech Panamá atua na distribuição de produtos, tais como internet banda-larga, segurança eletrônica, conectividade de dados e telefonia, áudio e vídeo profissional, infraestrutura de datacenter e IoT .	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2020	100,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	497.000,00		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Os investimentos foram efetuados visando complementar as operações próprias da Companhia e serão mantidos até que as atividades da controlada possam ser incorporadas na Companhia

WDCNET USA, CORP	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Estados Unidos			A Wdcnet Usa atua na distribuição de produtos, tais como internet banda-larga, segurança eletrônica, conectividade de dados e telefonia, áudio e vídeo profissional, infraestrutura de datacenter e IoT .	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2020	100,283286	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	1.414.000,00		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Os investimentos foram efetuados visando complementar as operações próprias da Companhia e serão mantidos até que as atividades da controlada possam ser incorporadas na Companhia

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 9.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards*, ou IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (ou IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ou CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (ou CVM).

As informações constantes nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia e traduzem a visão e percepção sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras consolidadas para (i) os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018; e (ii) os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos “AH” e “AV” nas colunas de determinadas tabelas no item 10 deste formulário de referência significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica, em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

A administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro. Neste item são apresentadas, pelo corpo diretivo da Companhia, as informações que se destinam à auxiliar investidores e partes interessadas no entendimento e análise das condições financeiras e patrimoniais da Companhia.

Todas as informações apresentadas nesta seção foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma, acarretando em arredondamentos na última unidade e podendo, portanto, os cálculos divergirem imaterialmente.

Esclarecimentos adicionais a respeito dos impactos da pandemia da COVID-19 nas atividades e, consequentemente, nas demonstrações financeiras, estão detalhados no item 10.9 deste Formulário de Referência.

Conforme é de conhecimento público, a declaração da pandemia de COVID-19 pela OMS desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população.

Na China, algumas medidas radicais foram tomadas, como, dentre outros: (i) isolamento imediato do epicentro da doença no país (Wuhan); (ii) suspensão dos serviços de transporte pessoal dentro de condomínios e universidades; (iii) proibição da entrada de não condôminos em conjuntos habitacionais; (iv) suspensão e/ou redução dos serviços de entrega; (v) controle rigoroso de entrada e saída nos aeroportos e portos do país. No Brasil, alguns estados e municípios, incluindo localidades em que a Companhia atua, seguiram providências similares, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social.

No entanto, as medidas acima não causaram impactos negativos relevantes na evolução financeira, patrimonial e de resultados da Companhia durante o exercício de 2020.

O exercício de 2020 refletiu com sucesso a estratégia da Companhia iniciada em 2013 que focou no crescimento através da modalidade de TaaS (“*Technology as a Service*”), efetuando contratos de

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

locação de longo prazo (prazo médio de vigência é de 34,7 anos) junto aos clientes, garantindo receitas recorrentes (com periodicidade de pagamento mensal), e apresentando baixo nível de cancelamentos (em 2020, 0,51% de nossos contratos foram cancelados). Esta modalidade apresenta benefícios tanto para a Companhia quanto para seus clientes; entretanto, demanda contínua atividade de investimento em ativos imobilizados dedicados a tais contratos, tendo alcançado R$ 222.740 mil em 2020. Para contribuir para o financiamento desta atividade, a Companhia recorre rotineiramente a instituições financeiras.

As informações constantes deste item 10 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A. ("Companhia"), disponíveis no website da Companhia (https://ri.wdcnet.com.br) e no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Os Diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cobrir suas necessidades de capital de giro, bem como garantir as obrigações dos passivos de curto prazo, relacionadas às necessidades de recursos para atender ao financiamento de suas atividades nos próximos doze meses. Tais necessidades são suportadas pela capacidade de geração de caixa operacional e pela tomada de recursos de terceiros. Ao longo dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, a Companhia apresentou alto e constante patamar de crescimento de receita tendo apresentado um CAGR18-20 de 39,0% da sua receita líquida. Este crescimento foi acompanhado de aumentos também significativos em outras linhas das demonstrações financeiras da Companhia tais como o ativo imobilizado (CAGR18-20 de 54,1%), e o contas a receber líquidas (CAGR18-20 de 29,0%).

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou um saldo de financiamentos, empréstimos e debêntures (circulante e não circulante) e instrumentos financeiros derivativos, para eliminar efeitos cambiais de dívidas totalizando R$ 129.282 mil, e um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R$ 4.419 mil. Assim, em 31 de dezembro de 2018, a Dívida Líquida (representado pelos financiamentos e empréstimos, circulante e não circulante, instrumentos financeiros, e deduzido do caixa e equivalentes de caixa) da Companhia equivalia a 1,36x o EBITDA Ajustado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou um saldo de financiamentos, empréstimos e debêntures (circulante e não circulante) e instrumentos financeiros de swap cambial para eliminar efeitos cambiais de dívidas de R$ 360.052 mil e um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R$ 32.358 mil. Assim, em 31 de dezembro de 2019, a Dívida Líquida da Companhia, definida acima, equivalia a 2,68x o EBITDA Ajustado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2020, por sua vez, a Companhia apresentou um saldo de financiamentos, empréstimos e debêntures (circulante e não circulante) e instrumentos financeiros de swap cambial para eliminar efeitos cambiais de dívidas de R$ 420.628 mil e um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R$ 89.831 mil. Assim, em 31 de dezembro de 2020, sua Dívida Líquida da Companhia equivalia a 1,82x o EBITDA Ajustado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

A Administração utiliza indicadores financeiros para avaliar a condução dos negócios da Companhia. Por exemplo, para avaliar a liquidez e saúde financeira da Companhia, a Administração monitora os índices de Liquidez Corrente e Liquidez Seca. O índice de Liquidez Corrente, correspondente à divisão entre (i) ativo circulante e (ii) passivo circulante e, em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, foi de 1,02, 1,17 e 0,91 respectivamente. Já o índice de Liquidez Seca, correspondente à divisão entre (i) ativo circulante menos estoques e (ii) passivo circulante, e em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foi de 0,71, 0,58 e 0,33 respectivamente.

Ainda, para analisar a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações financeiras, a Administração utiliza indicadores relacionados ao endividamento. O índice de endividamento bruto correspondente a divisão da Dívida Bruta, conforme definido no item 3.2 deste Formulário de

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Referência , quando comparado ao seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 o índice de endividamento bruto foi de 3,93, 4,85 e 2,19, respectivamente.

O índice de endividamento líquido, correspondente a divisão da Dívida Líquida, conforme definido no item 3.2 deste Formulário de Referência, divido pelo patrimônio líquido, representando o tamanho do endividamento líquido da Companhia, quando comparado ao seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, o índice de endividamento líquido foi de 3,24, 4,42 e 2,12, respectivamente. Os Diretores da Companhia avaliam que os indicadores financeiros utilizados apontam para uma regular estabilidade na capacidade da Companhia em honrar com as suas obrigações nos últimos três exercícios sociais.

A tabela abaixo resume os indicadores financeiros apresentados acima em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente:

Índices relevantes			
(em R$ milhares, exceto %)	**Em 31 de dezembro**		
	2020	**2019 (reapresentado)**	**2018 (reapresentado)**
Liquidez Corrente(1)	1,02	1,17	0,91
Liquidez Seca(2)	0,71	0,58	0,33
Índice de Endividamento Bruto sobre PL (3)	3,93	4,85	2,19
Índice de Endividamento Líquido sobre PL (4)	3,24	4,42	2,12
Índice de Endividamento Bruto sobre EBITDA (5)	2,32	3,04	1,42
Índice de Endividamento Líquido sobre EBITDA Ajustado(6)	1,82	2,68	1,36

(1) O índice de liquidez corrente corresponde à divisão entre ativo circulante e passivo circulante.
(2) O índice de liquidez seca corresponde o ativo circulante menos estoques dividido pelo passivo circulante.
(3) O índice de endividamento bruto sobre o PL correspondente aos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), mútuos com partes relacionadas, duplicatas descontadas e instrumentos financeiros de derivativos líquidos, dividida pelo patrimônio líquido
(4) O índice de endividamento líquido sobre o PL é composto pelos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), mútuos com partes relacionadas, duplicatas descontadas e instrumentos financeiros de derivativos líquidos, deduzida do caixa e equivalentes de caixa, e dividida pelo patrimônio líquido.
(5) O índice de endividamento bruto sobre o EBITDA correspondente aos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), dividida pelo EBITDA.
(6) O índice de endividamento líquido sobre o EBITDA ajustado é composto pelos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), mútuos com partes relacionadas, duplicatas descontadas e instrumentos financeiros de derivativos líquidos, deduzida do caixa e equivalentes de caixa, e dividida pelo patrimônio líquido.

A tabela abaixo apresenta os principais indicadores levados em consideração pelos Diretores da Companhia na condução de seus negócios

(em R$ milhares, exceto %)	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**			**Variações horizontais**	
	2020	**2019 (reapresentado)**	**2018 (reapresentado)**	**2020 x 2019**	**2019 x 2018**
Receita líquida	718.045	506.575	371.536	**41,7%**	36,3%
Lucro bruto	238.998	133.648	106.031	**78,8%**	26,0%
Lucro líquido	70.587	19.977	28.057	**253,3%**	-28,8%
Margem Lucro Líquido	9,8%	3,9%	7,6%	*5,9 p.p*	*-3,6 p.p*
Lucro Líquido Ajustado(1)	78.127	21.685	28.526	260,3%	-24,0%
Margem Lucro Líquido Ajustado(2)	10,9%	4,3%	7,7%	6,6 p.p	-3,4 p.p
EBITDA Ajustado(3)	**231.445**	**122.260**	**91.640**	89,3%	33,4%
Margem EBITDA(4)	**32,2%**	**24,1%**	**24,7%**	*8,1 p.p*	*-0,5 p.p*

(1) Corresponde ao Lucro Líquido Ajustado da Companhia na forma indicada no item 3.2 deste Formulário de Referência.
(2) Corresponde à Margem Lucro Líquido Ajustado da Companhia que é calculada pelo resultado da divisão do Lucro Líquido Ajustado do Exercício pela receita líquida.
(3) Corresponde ao EBITDA Ajustado da Companhia na forma indicada no item 3.2 deste Formulário de Referência.
(4) Corresponde à Margem EBITDA Ajustado da Companhia que é calculada pelo resultado da divisão do EBITDA Ajustado do Exercício pela receita líquida.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(em R$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de			Variações horizontais	
	2020	2019 (reapresentado)	2018 (reapresentado)	2020 x 2019	2019 x 2018
(+) Empréstimos e Financiamentos	524.669	357.687	96.068	46,7%	272,3%
Circulante	195.861	117.718	44.379	66,4%	165,3%
Não Circulante	328.808	239.969	51.689	37,0%	364,3%
(+) Partes Relacionadas (Mútuo)	-	-	4.701		
(+) Duplicatas Descontadas	-	-	25.527		
(+/-) Instrumentos Financeiros Derivativos líquidos	- 14.210	2.365	2.986	-700,8%	-20,8%
Dívida Bruta (1)	**510.459**	**360.052**	**129.282**	41,8%	178,5%
(-) Caixa e equivalentes de caixa	37.785	28.228	4.419	33,9%	538,8%
(-) Investimento de curto prazo	52.046	4.130	-	1160,2%	
Dívida Líquida (2)	**420.628**	**327.694**	**124.863**	28,4%	162,4%

(1) Correspondente a Dívida Bruta da Companhia, na forma indicada no item 3.2 deste Formulário de Referência.
(2) Corresponde a Dívida Líquida da Companhia na forma indicada no item 3.2 deste Formulário de Referência.

b. Estrutura de Capital

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R$74.211 mil, correspondendo a um aumento de 25,7%, em comparação com o patrimônio líquida da Companhia totalizando R$59.031 mil em 31 de dezembro de 2018 O aumento do patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2018 para 31 de dezembro de 2019 decorreu da existência de lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não distribuído de R$ 15.179 mil (lucro líquido de R$ 19.977 mil descontado de distribuição de dividendos de R$ 4.798 mil).

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R$129.959 mil, , correspondendo a um aumento de 75,1%, em comparação com o patrimônio líquida da Companhia totalizando R$74.211 mil em 31 de dezembro de 2019 O aumento do patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2019 para 31 de dezembro de 2020 decorreu da existência de lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não distribuído de R$ 55.681 mil (lucro líquido de R$ 70.587 mil descontado de distribuição de dividendos de R$ 14.906 mil).

A tabela abaixo ilustra a evolução da estrutura de capital da Companhia:

(em R$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de					
	2020		2019 (reapresentado)		2018 (reapresentado)	
	(em R$ milhares)	%	(em R$ milhares)	%	(em R$ milhares)	%
Capital próprio (1)	129.959	14,3%	74.211	12,1%	59.031	12,4%
Capital de terceiros (2)	781.351	85,7%	541.544	87,9%	418.653	87,6%
Capital Total (3)	911.310	100,0%	615.755	100,0%	477.684	100,0%

(1) Corresponde à posição do patrimônio líquido da Companhia.
(2) Corresponde à soma do passivo circulante e não circulante da Companhia.
(3) Corresponde à soma do patrimônio líquido (capital próprio) e passivo circulante e não circulante (capital de terceiros).

A estrutura de capital da Companhia (capital próprio e capital de terceiro) se manteve em constante aumento ao longo dos últimos três exercícios sociais. Em 31 de dezembro de 2020, o capital total da Companhia era composto de 14,3% de capital próprio e 85,7% de capital de terceiros. O aumento da preponderância do capital de terceiros sobre o capital próprio em 31 de dezembro de 2020 em comparação com os dois últimos exercícios sociais anteriores decorre dos empréstimos contraídos pela Companhia, em linha com a condução normal dos negócios considerando a estratégia de crescimento da Companhia implementada nos últimos anos através do modelo TaaS – *Technology as a Service*, o qual a Companhia efetua o investimento /capex em equipamentos que são cedidos a clientes em controtatos de locação de longo prazo.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Os Diretores da Companhia entendem que a estrutura de capital da Companhia é adequada aos seus objetivos.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores acreditam que a Companhia possui capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo. A Administração acompanha de perto índice de endividamento da Companhia, levando em consideração evolução e projeções, e saúde financeira de longo prazo, cumprindo com todas as obrigações para os próximos 12 meses.

Em 31 de dezembro 2020 a Companhia apresentou um índice de liquidez geral de 0,67 (0,67, e 0,75 em 31 de dezembro de 2019, e 2018 respectivamente), mantendo-se estável durante todo o período, o que evidencia a capacidade de controle da Diretoria sobre o índice de liquidez geral. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020, 62,7% ou R$328.808 mil da nossa Dívida Bruta era de longo prazo (67,1% e 40,9% referentes a 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente) e 37,3% ou R$195.861 mil era de curto prazo (32,9% e 59,1% referentes a 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente).

O indicador de liquidez geral representado acima não considera a receita futura já contratada (receita diferida) oriunda da modalidade TaaS – *Technology as a Service* que em 31 de dezembro de 2020 era de R$399.282 mil (R$ 164.787 mil e R$ 81.458 mil referentes a 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente) .

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia financia suas operações principalmente com caixa líquido gerado por suas atividades operacionais, bem como por meio de empréstimos de instituições financeiras e de fomento.

A Companhia tem utilizado seu caixa, principalmente, para financiar sua necessidade de capital de giro, cumprir com suas obrigações (pagamento de empréstimos) e investir em melhorias em sua operação. Os Diretores da Companhia acreditam que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

Para mais informações sobre os empréstimos em aberto da Companhia em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, vide item 10.1 (e) deste Formulário de Referência.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A principal fonte de recurso para as necessidades de capital que os Diretores da Companhia pretendem utilizar no curso regular dos negócios da Companhia é o caixa operacional.

Adicionalmente, a Companhia poderá utilizar empréstimos de instituições financeiras e de fomento. Os Diretores acreditam que essas opções são suficientes para atender às necessidades regulares de capital da Companhia, respeitando os indicadores de endividamento e liquidez de acordo com compromissos estabelecidos nos contratos atuais de empréstimos em aberto, bem como as diretrizes definidas pelo Conselho de Administração

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda

Os Diretores da Companhia reportaram que em 31 de dezembro de 2020, o saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) da Companhia era de R$524.669 mil , correspondendo a uma variação de 46,7% em comparação com o saldo de R$357.688 mil reportado em 31 de dezembro de 2019, e correspondendo a uma variação de 272,3% em comparação com o saldo de R$96.068 mil reportado em 31 de dezembro de 2018, predominantemente em real (88,8%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

do total do endividamento da Companhia) e predominantemente indexado ao CDI (88,1%). O saldo das s dívidas em moeda estrangeira (11,2% do total do endividamento da Companhia) possui proteção integral à exposição cambial, de acordo com instrumentos financeiros de swap contratados junto às mesmas instituições que celebraram tais contratos de empréstimos. As dívidas que não estão indexadas ao CDI, possuem característica pré-fixada (4,2% do total), ou indexadas ao IPCA (7,7% do total).

A Dívida Líquida, representado pelos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), instrumentos financeiros derivativos para neutralizar efeitos cambiais das dívidas em moeda estrangeira, deduzido do caixa e equivalentes de caixa (circulante e não circulante) da Companhia totalizou R$420.628 mil em 31 de dezembro de 2020, (R$327.694 mil e R$124.863 mil em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente).

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A composição consolidada dos financiamentos e empréstimos da Companhia junto às instituições financeiras em 31 de dezembro de 2020 está demonstrada a seguir (a coluna total representa o saldo total do empréstimo líquido do custo a apropriar).

490

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Empresa	Credor	Contrato	Moeda	Taxas de juros	Garantia	Vencimento	Principal	Juros	Saldo em 31/12/2020 (em R$ mil)
Livetech	ABC Brasil	4740217	R$	3,2% a.a + CDI	Aval/Duplicata	09/2022	4.839	15	4.853
Livetech	ABC Brasil	4956618	R$	3,2% a.a + CDI	Aval/Duplicata	09/2022	1.853	6	1.859
Livetech	ABC Brasil	5537219	R$	3,2% a.a + CDI	Aval/Duplicata	09/2022	2.339	7	2.346
Livetech	ABC Brasil	18365014719	EUR	3,0% a.a + CDI	Aval/Duplicata	08/2022	26.980	582	27.562
Livetech	Banco do Brasil	333602663	R$	3,5% a.a + CDI	Aval/Duplicata/Imóvel	05/2022	17.000	198	17.198
Livetech	Banco do Brasil	333602689	R$	2,985% a.a. + CDI	Aval/Duplicata	02/2022	9.333	101	9.434
Livetech	Banco do Brasil	333602853	R$	3,59% a.a. + CDI	Aval/Duplicata	10/2024	32.500	70	32.570
Livetech	BNDES	18206381	R$	7,28% a.a. + IPCA	Aval/Duplicata	12/2023	40.000	305	40.305
Livetech	BBM Bocom	56160	USD	3,48% a.a + CDI	Aval/Duplicata	03/2021	1.365	1	1.366
Livetech	BBM Bocom	602201	R$	4,5% a.a. + CDI	Aval/Duplicata	03/2024	15.000	39	15.039
Livetech	BBM Bocom	602410	R$	3,9% a.a. + CDI	Aval/Duplicata	11/2023	10.000	5	10.005
Livetech	Banco BTG	CCB 99 e 103/19 190607	R$	3,17% a.a + CDI	Duplicata	09/2023	56.000	22	56.022
Livetech	Banco BTG	CCB 880/20	R$	3,17% a.a + CDI	Duplicata	09/2023	24.000	10	24.010
Livetech	CEF	2533377370000003-61	R$	2,43% a.a. + CDI	Aval/Duplicata	02/2023	19.697	7	19.704
Livetech	Citibank	74721750	USD	CDI + Libor	Aval/Duplicata	04/2021	5.153	13	5.166
Livetech	Citibank	82694504	USD	CDI + Libor	Aval/Duplicata	10/2022	24.746	83	24.829
Livetech	Citibank	44588652	R$	3,5% a.a + CDI	Aval/Duplicata	11/2024	21.380	6	21.386
Livetech	Daycoval	828760	R$	5,16% a.a.+ CDI	Aval/Duplicata	08/2021	1.250	8	1.258
Livetech	Santander	1004702	R$	3,5% a.a + CDI	Aval/Duplicata	10/2021	2.361	4	2.365
Livetech	Santander	4120446 / 4134973	R$	3,80% a.a. + CDI	Aval/Duplicata	03/2021	6.472	420	6.892
Livetech	Santander	270057819	R$	2,5% a.a + CDI	Aval/Duplicata	03/2022	10.000	40	10.040
Livetech	Santander	4103804	R$	14,96% a.a	Aval/Duplicata	01/2021	417	11	428
Livetech	Santander	1023959	R$	10,56% a.a.	Aval/Duplicata	03/2023	21.774	130	21.905
Livetech	Votorantim	10211070	R$	2,7% a.a + CDI	Duplicata	02/2022	4.516	6	4.522
Livetech	Votorantim	10226572	R$	5,6% a.a + CDI	Duplicata	05/2023	18.182	85	18.267
Livetech	Votorantim	10232357	R$	4,0% a.a + CDI	Duplicata	03/2024	20.000	25	20.025
Livetech	Banco CCB	1298893	R$	4,3% a.a + CDI	Duplicata	09/2023	18.333	11	18.344
Livetech	Itaú	9039453 LVTC11	R$	1,50% a.a + CDI	Aval/Duplicata	11/2022	36.877	26	36.903
Livetech	Itaú	9039453 LVTC21	R$	3,0% a.a + CDI	Aval/Duplicata	11/2024	40.000	38	40.038
Livetech	Bradesco	9039453 LVTC21	R$	3,0% a.a + CDI	Aval/Duplicata	11/2024	30.000	29	30.029
Total							**522.367**	**2.301**	**524.669**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores da Companhia informaram que não existem relações de longo prazo entre a Companhia e instituições financeiras além daquelas citadas no item 10.1(f)(i) deste Formulário de Referência.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Os Diretores informaram que em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía contratos de financiamentos com determinadas instituições financeiras e, para garantia destes financiamentos, determinados instrumentos dispunham sobre garantias reais de hipoteca sobre imóvel onde está localizada a unidade fabril de Ilhéus/BA, e tal hipoteca inclui benfeitorias, máquinas, entre outros, que estiverem acrescidas aos referidos imóveis. Adicionalmente, nossos acionistas Vanderlei Rigatieri Junior e Francisco Sérgio Day de Toledo outorgaram garantias fidejussórias de aval e fiança pessoal em alguns de nossos contratos financeiros.

Observado o disposto no parágrafo anterior, em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as demais obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a Lei nº 11.101 de 9 de fevereiro de 2005: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) financiamentos e empréstimos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

Alguns dos instrumentos de dívida indicados no item acima possuem cláusulas que imputam à Companhia ou suas controladas restrições (*covenants*) típicas em operações dessa natureza, tais como pedido de recuperação extrajudicial, judicial ou falência, protestos, *cross default*, reorganizações societárias, mudança de controle acionário direto ou indireto, venda de ativos, descumprimento de obrigações, distribuição de dividendos acima do mínimo legal, entre outros. A não observância dessas restrições poderá ensejar o vencimento antecipado dos saldos em abertos dos instrumentos de dívida.

Seguem abaixo relação dos contratos financeiros que possuem cláusula de vencimento antecipado em caso de alteração de controle acionário da Companhia atualmente vigentes:

▪ **Escritura de 1a (Primeira) Emissão de Debêntures N. 9039453**	**Emissora:** Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A **Agente Fiduciário:** Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
▪ **Contrato de Financiamento de Importação de Bens FI-65.0147/19**	**Cedente e Devedora Fiduciária:** Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A **Banco Emissor/Credor:** Banco ABC Brasil S.A. - Cayman Islands Branch
▪ **Contrato de Swap de Fluxo de Caixa (Fluxo Não Constante) no. 6100619**	**Emitente:** Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A **Banco:** Banco ABC Brasil S.A.
▪ **Cédula de Crédito Bancário No. 5537219**	**Emitente:** Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A **Credor:** Banco ABC Brasil S.A.
▪ **Cédula de Crédito Bancário No. 5537219**	**Emitente:** Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A **Credor:** Banco ABC Brasil S.A.
▪ **Cédula de Crédito Bancário No. 5537319**	**Emitente:** Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A **Credor:** Banco ABC Brasil S.A.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

▪ **Cédula de Crédito Bancário No. 333.602.689**	**Emitente:** Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A **Credor:** Banco do Brasil S.A.
▪ **Cédula de Crédito Bancário No. 333.602.663**	**Emitente:** Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A **Credor:** Banco do Brasil S.A.
▪ **Cédula de Crédito Bancário No. 602.201**	**Emitente:** Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A **Banco:** Banco BOCOM BBM S.A
▪ **Cédula de Crédito Bancário No. 602.201**	**Emitente:** Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A **Banco:** Banco BOCOM BBM S.A
▪ **Loan Agreement**	**Borrower:** Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A **Lender:** BBM Bank Limited
▪ **Cédula de Crédito Bancário - No, 25.3337.737.0000003-61**	**Emitente:** Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A **Credora:** Caixa Econômica Federal
▪ **Cédula de Crédito Bancário No. 1298893**	**Emitente:** Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A **Credor:** China Construction Bank
▪ **Cédula de Crédito Bancário No. 1023959**	**Emitente:** Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A **Credor:** Banco Santander (Brasil) S.A., Luxembourg Branch
▪ **Cédula de Crédito Bancário No. 4120446**	**Emitente:** Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A **Credor:** Banco Santander (Brasil) S.A., Cayman Branch
▪ **Cédula de Crédito Bancário No. 1004702**	**Emitente:** Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A **Credor:** Banco Santander (Brasil) S.A., Luxembourg Branch
▪ **Cédula de Crédito Bancário No. 10211070**	**Emitente:** Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A **Credor:** Banco Votorantim S.A.
▪ **Cédula de Crédito Bancário No. 10226572**	**Emitente:** Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A **Credor:** Banco Votorantim S.A.
▪ **Cédula de Crédito Bancário No. 10211070**	**Emitente:** Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A **Credor:** Banco Votorantim S.A.

Adicionalmente, alguns dos instrumentos de dívida preveem a obrigação da Companhia de observância a determinadores índices financeiros semestralmente e anualmente, conforme descritos a seguir:

(i) **Banco BTG Pactual S.A.**

(a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA da Companhia precisa ser inferior ou igual a 2,75 vezes em 31 de dezembro de 2020, e em 31 de dezembro de 2019. Para 2021 precisa ser inferior ou igual a 3,00 vezes em 30 de junho de 2021 e inferior ou igual a 2,75 vezes em 31 de dezembro de 2021.

(b) A relação entre EBITDA e Despesas Financeiras Líquidas da Companhia precisa ser superior ou igual a 3,00 vezes em 31 de dezembro de 2020, e em 31 de dezembro de 2019. Para 2021 precisa ser superior ou igual 3,00 vezes em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2021.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(ii) **Citibank**, **N.A.**

(a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA da Companhia precisa ser inferior ou igual a 2,75 vezes em 31 de dezembro de 2020, e em 31 de dezembro de 2019. Para 2021 precisa ser inferior ou igual a 2,75 vezes em 31 de dezembro de 2021.

(iii) **Debêntures 1ª Emissão**

(a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA (*covenants*) da Companhia precisa ser inferior ou igual a 2,50 vezes em 31 de dezembro de 2020, e inferior ou igual a 3,00 vezes em 31 de dezembro de 2019. Para 2021 precisa ser inferior ou igual a 2,25 vezes em 31 de dezembro de 2021.

(b) A relação entre EBITDA e Despesas Financeiras Líquidas (*covenants*) da Companhia precisa ser superior ou igual a 3,00 vezes em 31 de dezembro de 2020, e em 31 de dezembro de 2019. Para 2021 precisa ser superior ou igual 3,00 vezes em 31 de dezembro de 2021.

(iv) **Banco do Brasil (contrato 333.602.663)**

(a) A relação entre dívida líquida e o EBITDA da Companhia precisa ser inferior a 3,00 vezes em 31 de dezembro de 2020. Para 2021 precisa ser inferior ou igual a 3,00 vezes em 31 de dezembro de 2021.

(b) A relação entre EBITDA e resultado financeiro da Companhia precisa ser superior ou igual a 1,50 vezes em 31 de dezembro de 2020. Para 2021 precisa ser superior ou igual a 1,50 vezes em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 todos os índices financeiros acima foram cumpridos.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Em milhares de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2020		2019 (reapresentado)		2020 x 2019
	(em R$ milhares)	AV	(em R$ milhares)	AV	AH
Receita líquida	**718.045**	100,0%	506.575	100,0%	41,7%
Custos das vendas e serviços	-479.047	-66,7%	-372.927	-73,6%	28,5%
Lucro Bruto	**238.998**	**33,3%**	**133.648**	**26,4%**	**78,8%**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com Pessoal	-53.023	-7,4%	-35.052	-6,9%	51,3%
Despesas Comerciais	-41.415	-5,8%	-27.091	-5,3%	52,9%
Despesas Gerais e Administrativas	-15.567	-2,2%	-13.271	-2,6%	17,3%
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	-5.698	-0,8%	-5.238	-1,0%	8,8%
Lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social	**123.295**	**17,2%**	**52.996**	**10,5%**	**132,6%**
Resultado Financeiro	-32.015	-4,5%	-32.549	-6,4%	-1,6%
Resultado antes dos impostos de renda e contribuição social	**91.280**	**12,7%**	**20.447**	**4,0%**	**346,4%**
Imposto de renda e contribuição social	-20.693	-2,9%	-470	-0,1%	4302,8%
Lucro líquido do exercício	**70.587**	**9,8%**	**19.977**	**3,9%**	**253,3%**

Receita líquida

A receita líquida da Companhia totalizou R$ 718.045 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$211.470 mil ou 41,7%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$506.575 mil. A unidade de negócios de Telecom representou R$ 122.255 mil desse aumento, enquanto a unidade Corporativa representou R$ 89.215 mil, comparando 2020 com 2019.

As receitas líquidas da Companhia, por segmento operacional, estão demonstradas na tabela abaixo:

Receita líquida por segmento	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				2020 X 2019
	2020		2019 (reapresentado)		
	(em R$ milhares)	AV	(em R$ milhares)	AV	AH
Telecom	440.677	61,4%	318.422	62,9%	38,4%
Corporativo	277.368	38,6%	188.153	37,1%	47,4%
Total - Receita Operacional Líquida	**718.045**	100,0%	**506.575**	100,0%	**41,7%**

A receita líquida do segmento de Telecom totalizou R$440.677 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$122.255 mil ou 38,4%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$318.422 mil. Esse aumento decorreu de (i) aumento de vendas totais de locação (VGV) através do modelo de negócio TaaS (*Technology as a Service*) devido a uma maior aderência e aceitação do modelo para os novos e antigos clientes da Companhia, o que gerou um aumento de receita líquida de R$ 44.139 mil; (ii) aumento de R$ 78.116 mil em receita de vendas de produtos decorrente da maior demanda por conectividade e serviços on-line devido à aceleração da digitalização das rotinas empresariais e residenciais, englobando também o aumento do trabalho em regime de home-office impulsionado pela pandemia de COVID-19.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A receita líquida do segmento de corporativo totalizou R$277.368 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$89.215 mil ou 47,4%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$188.153 mil. Esse aumento decorreu principalmente de aumento de receita de vendas de produtos impulsionado pelo início das vendas de produtos de geração de energia fotovoltaica solar em 2020, representando um impacto de R$ 64.244 mil na receita líquida, e aumento das vendas dos demais produtos desse segmento, representando um impacto de R$ 24.971 na receita líquida.

Custos das vendas e serviços

Os custos das vendas e serviços da Companhia totalizaram R$479.047 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$106.120 mil ou 28,5%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizaram R$372.927 mil. Esse aumento decorreu, principalmente do aumento de R$84.298 mil em custo de mercadorias vendidas decorrente do aumento do volume de produtos comercializados, em linha com o aumento da nossa receita líquida.

No segmento de Telecom os custos das vendas e serviços totalizaram R$ 270.234 mil em 2020, representando um crescimento de 28,2% quando comparado com 2019, o qual totalizou R$ 210.789 mil. O aumento está em linha com o crescimento da receita líquida, o qual teve uma variação positiva de 38,4% em 2020 comparado com 2019. Não houve impacto significativo nos custos decorrentes da pandemia.

No segmento Corporativo os custos das vendas e serviços totalizaram R$ 208.813 mil em 2020, representando um crescimento de 28,8% quando comparado com 2019, o qual totalizou R$ 162.138 mil. O crescimento da receita líquida teve uma variação positiva de 47,4% em 2020 comparado com 2019, fato esse que demonstra uma melhora de margens nas vendas realizadas. Não houve impacto significativo nos custos decorrentes da pandemia.

Lucro bruto

Devido aos fatores acima, o lucro bruto da Companhia totalizou R$238.998 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$105.350 mil ou 78,8%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$133.648 mil.

O lucro bruto da Companhia, por segmento operacional, está demonstrado na tabela abaixo:

Lucro Bruto por segmento	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**				**2020 X 2019**
	2020		**2019 (reapresentado)**		
	(em R$ milhares)	**AV**	(em R$ milhares)	**AV**	**AH**
Telecom	170.443	71,3%	107.633	80,5%	58,4%
Corporativo	68.555	28,7%	26.015	19,5%	163,5%
Total - Receita líquida	**238.998**	100,0%	**133.648**	100,0%	**78,8%**

O lucro bruto do segmento de Telecom totalizou R$170.443 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$62.810 mil ou 58,4%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$107.633 mil.

O lucro bruto do segmento Corporativo totalizou R$68.555 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$42.540 mil ou 163,5%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$26.015 mil.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Despesas com pessoal

As despesas com pessoal totalizaram R$53.023 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$17.971 mil ou 51,3%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizaram R$35.052 mil. Esse aumento decorreu principalmente (i) do aumento de R$ 3.111 mil em despesas relacionadas ao fortalecimento das equipes de vendas, visando suportar a estratégia de crescimento estabelecida pela Companhia, passando de 81 empregados na equipe de vendas em 31 de dezembro de 2019 para 97 empregados na equipe de vendas em 31 de dezembro de 2020. (ii) do aumento de despesas relacionadas a novas posições nas áreas de suporte visando a melhoria contínua dos processos de gestão e governança corporativa. e (iii) do aumento de R$ 9.825 mil em despesas relacionadas ao aumento das remunerações variáveis de executivos e equipes de vendas que possuem certa proporcionalidade em relação às vendas da Companhia.

Despesas comerciais

As despesas comerciais totalizaram R$41.415 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$14.324 mil ou 52,9%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizaram R$27.091 mil. Esse aumento decorreu principalmente devido a: (i) maiores gastos com fretes e transportes, representando crescimento de R$7.318 mil ou 66,75% comparando com o exercício de 2019, decorrentes principalmente do início das operações da unidade de negócio de energia solar tendo em vista que o custo médio de frete e transporte dos produtos relacionados a essa operação é mais (produtos de alta volumetria e peso); (ii) maiores provisões de crédito de liquidação duvidosa, representando crescimento de R$ 9.065 mil, decorrentes de postergações de datas de pagamentos a clientes que tiveram suas operações impactadas pela pandemia de COVID-19; e (iii) maiores despesas com representação comercial (integradores e revendas) com montante R$2.763 mil devido à maior demanda por projetos que são realizados por essa modalidade de negociação. Esse aumento foi parcialmente compensado por economias de despesas com viagens e eventos de marketing, representando R$ 5.274 mil, devido à nova dinâmica de interação empresaria durante a pandemia de COVID-19.

Despesas gerais e administrativas

As despesas administrativas e gerais da Companhia totalizaram R$15.567 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$2.296 mil ou 17,3%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizaram R$13.272 mil. Esse aumento ocorreu principalmente devido a maiores despesas de depreciação, representando R$ 4.133 mil, alinhado com o aumento da estrutura operacional e administrativa da Companhia, incluindo o aluguel de nova instalação em Extrema/MG.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras despesas operacionais líquidas da Companhia se mantiveram estáveis e totalizaram R$5.698 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$460 mil ou 8,8%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizaram R$5.238 mil.

Lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social

Devido aos fatores acima, o lucro operacional antes do resultado financeiro da Companhia totalizou R$123.295 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$70.299 mil ou 132,6%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$52.996 mil. No segmento de Telecom o total foi de R$ 45.701 e no segmento Corporativo foi de R$ 24.598, em 2020. A expansão se justifica principalmente pelo crescimento da receita operacional líquida, conforme demonstrado.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido da Companhia totalizou uma despesa líquida de R$32.015 mil de despesas financeiras líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R$ 534 mil ou 1,6%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou despesa financeiras líquida de R$32.549 mil. Tal variação ocorreu principalmente devido a: (i) efeito positivo ocasionado por instrumentos financeiros derivativos (swap) contratados pela Companhia para proteger variações cambiais de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira de R$15.954 mil; e (ii) efeito positivo ocasionado por variação cambial líquida sobre o ativo de estoque em trânsito e adiantamento a fornecedores e o passivo de fornecedores de R$11.324 mil devido à depreciação do Real frente a outras moedas; e (iii) maiores rendimentos de investimentos de curto prazo de R$3.811 mil devido ao aumento dos investimentos no período (R$4.130 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$52.046 mil em 31 de dezembro de 2020). Esse aumento foi parcialmente compensado por (i) maiores despesas com juros sobre empréstimos financiamentos e debêntures de R$24.999 mil principalmente devido ao aumento da dívida bruta no período (R$360.052 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$510.459 mil em 31 de dezembro de 2020); e (ii) efeito negativo ocasionado pela incidência de despesas de comissionamento de avais sobre empréstimos e financiamentos iniciados a partir de janeiro de 2020 de R$4.148 mil, conforme transação com partes relacionadas descrita no item 16.2 deste formulário de referência.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Devido aos fatores acima, o resultado antes do imposto de renda e contribuição social da Companhia totalizou R$91.280 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$70.833 mil ou 346,4%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizaram R$20.447 mil.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social da Companhia totalizou R$20.693 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$20.223 mil, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$470 mil. Esse aumento decorreu principalmente pelo aumento do lucro tributável do período.

Lucro líquido do exercício

Devido aos fatores acima, o lucro líquido do exercício da Companhia totalizou R$70.587 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$50.610 mil ou 253,3%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$19.977 mil.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2019 (reapresentado)		2018 (reapresentado)		2019 x 2018
	(em R$ milhares)	AV	(em R$ milhares)	AV	AH
Receita líquida	506.575	100,00%	371.536	100,0%	36,3%
Custo das vendas e serviços	-372.927	-73,6%	-265.505	-71,5%	40,5%
Lucro Bruto	**133.648**	**26,4%**	**106.031**	**28,5%**	**26,0%**
Receitas (despesas)					
Despesas com Pessoal	-35.052	-6,9%	-22.164	-6,0%	58,1%
Despesas Comerciais	-27.091	-5,3%	-15.558	-4,2%	74,1%
Despesas Gerais e Administrativas	-13.271	-2,6%	-9.759	-2,6%	36,0%
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	-5.238	-1,0%	-5.112	-1,4%	2,5%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**52.996**	**10,5%**	**53.438**	**14,4%**	**-0,8%**
Resultado Financeiro Líquido	-32.549	-6,4%	-18.582	-5,0%	75,2%
Resultado antes dos impostos	**20.447**	**4,0%**	**34.856**	**9,4%**	**-41,3%**
Imposto de renda e contribuição social	-470	-0,1%	-6.799	-1,8%	-93,1%
Lucro líquido do exercício	**19.977**	**3,9%**	**28.057**	**7,.6%**	**-28,8%**

Receita líquida

A receita líquida da Companhia totalizou R$506.575 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$135.039 mil ou 36,3%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$371.536 mil. A unidade de negócios de Telecom representou R$ 83.949 mil desse aumento, enquanto a unidade Corporativa representou R$ 51.090 mil, comparando 2019 com 2018.

As receitas líquidas da Companhia, por segmento operacional, estão demonstradas na tabela abaixo:

Receita líquida por segmento	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				2019 X 2018
	2019 (reapresentado)		2018 (reapresentado)		
	(em R$ milhares)	AV	(em R$ milhares)	AV	AH
Telecom	318.422	62,9%	234.473	63,1%	35,8%
Corporativo	188.153	37,1%	137.063	36,9%	37,3%
Total - Receita Líquida	**506.575**	100,0%	**371.536**	100,0%	**36,4%**

A receita líquida do segmento de Telecom totalizou R$318.422 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$83.949 mil ou 35,8%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$234.473 mil. Esse aumento decorreu de (i) aumento de vendas totais de locação (VGV) através do modelo de negócio TaaS (*Technology as a Service*) devido a uma maior aderência e aceitação do modelo para os novos e antigos clientes da Companhia, o que gerou um aumento de receita líquida de R$ 73.042 mil; (ii) aumento de R$ 10.908 mil em receita decorrente da maior demanda por conectividade e serviços on-line devido à aceleração da digitalização e penetração dos provedores de internet regionais.

A receita líquida do segmento Corporativo totalizou R$188.153 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$51.090 mil ou 37,3%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$ 137.063mil. Esse aumento decorreu principalmente por: (i) consolidação do resultado gerado pelos ativos adquiridos da Axyon, tendo sido adquiridos pela Companhia em novembro de 2018, e contribuíram para aumentar a receita líquida consolidada da Companhia em R$ 45.401 mil em 2019; (iii) ampliação das operações da unidade de negócio de áudio e vídeo profissional em 2019 e outros produtos, o que aumentou a receita líquida em R$5.689 mil.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Custo das vendas e serviços

Os custos das vendas e serviços da Companhia totalizaram R$372.927 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$107.422 mil ou 40,5% de crescimento quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizaram R$265.505 mil. Esse aumento decorreu, principalmente de: (i) do aumento de R$72.657 mil em custo de mercadorias vendidas decorrente do aumento do volume de produtos comercializados, em linha com o aumento da nossa receita líquida; (ii) aceleração do modelo de locações TaaS, representando um maior aumento da linha de despesas com depreciação em 2019 em comparação a 2018, correspondendo a um acréscimo de R$ 22.529 mil; (iii) maiores custos de importação em R$6.028 mil em razão de maiores volumes; (iv) aumento da provisão de estoque obsoletos (produtos a mais de 1 ano da data da sua compra que ainda estão no estoque da Companhia) de R$ 5.709 mil; (v) maiores custos de fabricação de R$4.327 mil em razão de maiores volumes dos produtos comercializados.

No segmento de Telecom os custos das vendas e serviços totalizaram R$ 210.789 mil em 2019, representando um crescimento de 22,0% quando comparado com 2018, o qual totalizou R$ 141.651 mil. O crescimento da receita líquida teve uma variação positiva de 35,8% em 2019 comparado com 2018, fato esse que demonstra uma melhora de margens nas vendas realizadas.

No segmento Corporativo os custos das vendas e serviços totalizaram R$ 162.138 mil em 2019, representando um crescimento de 22,3% quando comparado com 2018, o qual totalizou R$ 123.854 mil. O crescimento da receita líquida teve uma variação positiva de 37,3% em 2019 comparado com 2018, condizente com a estratégia de melhora de margens de vendas no segmento.

Lucro bruto

Devido aos fatores acima, o lucro bruto da Companhia totalizou R$133.648 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$27.617 mil ou 26,0%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$106.031 mil.

O lucro bruto da Companhia, por segmento operacional, está demonstrado na tabela abaixo:

Lucro Bruto por segmento	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				2019 X 2018
	2019 (reapresentado)		2018 (reapresentado)		
	(em R$ milhares)	AV	(em R$ milhares)	AV	AH
Telecom	107.633	80,5%	92.822	87,5%	16,0%
Corporativo	26.015	19,5%	13.209	12,5%	97,0%
Total – Lucro Bruto	**133.648**	100,0%	**106.031**	100,0%	**26,1%**

O lucro bruto do segmento de Telecom totalizou R$107.633 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$14.811 mil ou 16,0%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$92.822 mil.

O lucro bruto do segmento Corporativo totalizou R$26.015 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$12.806 mil ou 97,0%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$13.209 mil.

Despesas com Pessoal

As despesas com pessoal totalizaram R$35.052 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$12.888 mil ou 58,1%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizaram R$22.164 mil. Esse aumento decorreu principalmente pelo aumento de R$ 9.600 mil em despesas devido ao aumento no quadro de funcionários da Companhia (de 221 funcionários em 31 de dezembro de 2018 para 302 funcionários em 31 de dezembro de 2019), fortalecendo áreas de *back-office* como tecnologia da informação e financeiro, bem como equipe de vendas; (ii) crescimento orgânico de salários e comissões decorrentes do aumento das vendas.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Despesas comerciais

As despesas comerciais totalizaram R$27.091 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$11.533 mil ou 74,1%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizaram R$15.558 mil. Esse aumento decorreu, principalmente: (i) aumento de R$851 mil em despesas com viagens e estadias para construção de relacionamentos com clientes e fornecedores, devido a aumento da carteira de clientes e capilaridade de fornecedores (ii) aumento de R$1.894 mil em despesas com vendas de comissões de terceiros, descritos na linha de representação comercial, devido à remuneração paga aos nossos integradores e revendedores parceiros; e (iii) aumento de R$2.654 mil em despesas com ampliação e investimentos em marketing, contribuindo com a estratégia comercial da Companhia de ampliação e divulgação da marca e (iv) aumento orgânico de R$ 3.612 mil em despesas com fretes e armazém em 2019, devido ao crescimento das vendas totais.

Despesas gerais e administrativas

As despesas administrativas e gerais da Companhia totalizaram R$13.271 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$3.512 mil ou 36,0%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizaram R$9.759 mil. A variação decorreu, principalmente, pelo aumento de R$5.267 mil em despesas com depreciação e amortização, incluindo amortização dos ativos adquiridos da Axyon e ativos de direito de uso em linha com a adoção inicial do IFRS 16. Houve ainda uma melhor gestão na linha de despesas tributárias decorrente do nosso *mix* de produtos vendidos, ocasionando em uma melhora de R$ 3.850 mil em 2019

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras despesas operacionais líquidas da Companhia se mantiveram estáveis e totalizaram R$5.238 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$126 mil ou 2,5%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizaram R$5.112 mil.

Lucro operacional antes do resultado financeiro

Devido aos fatores acima, o lucro operacional antes do resultado financeiro da Companhia totalizou R$52.996 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R$442 mil ou 0,8%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$53.438 mil.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido da Companhia totalizou uma despesa líquida de R$32.549 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de despesa de R$13.967 mil ou 75,2%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou uma despesa líquida de R$18.582 mil. Tal variação ocorreu principalmente devido a maiores despesas com juros sobre empréstimos financiamentos e debêntures de R$21.884 mil devido ao aumento de dívida bruta no período (de R$129.129 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$360.052 mil em 31 de dezembro de 2019). Esse aumento foi parcialmente compensado por (i) efeito positivo ocasionado por instrumentos financeiros derivativos (swap) contratados pela Companhia para proteger variações cambiais de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira de R$3.607 mil; e (ii) efeito positivo ocasionado por variação cambial líquida sobre o ativo de estoques em trânsito e adiantamento a fornecedores e o passivo de fornecedores de R$1.876 mil devido à depreciação do Real frente a outras moedas.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Lucro antes dos impostos de renda e contribuição social

Devido aos fatores acima, o resultado antes dos impostos da Companhia totalizou R$20.447 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R$14.409 mil ou 41,3%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizaram R$34.856 mil.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social da Companhia totalizou R$470 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R$6.329 mil ou 93,1%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$6.799 mil, devido a redução da base de apuração dos impostos (LAIR), decorrente da exclusão das receitas com a consolidação das incorporações que já haviam sido tributadas.

Lucro líquido do exercício

Devido aos fatores cima, o lucro líquido do exercício da Companhia totalizou R$19.977 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R$8.080 mil ou 28,8%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$28.057 mil.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

ATIVO

(em R$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de				
	2020		2019 (reapresentado)		2020 x 2019
	(em R$ milhares)	AV	(em R$ milhares)	AV	AH
Caixa e equivalentes de caixa	37.785	4,1%	28.228	4,6%	33,9%
Investimentos de curto prazo	52.046	5,7%	4.130	0,7%	1160,2%
Contas a receber, líquidas	162.581	17,8%	111.374	18,1%	46,0%
Impostos a recuperar	22.762	2,5%	11.338	1,8%	100,8%
Instrumentos financeiros derivativos	8.088	0,9%	366	0,1%	2109,8%
Estoques	138.780	15,2%	167.805	27,3%	-17,3%
Adiantamentos a fornecedores	34.927	3,8%	11.014	1,8%	217,1%
Despesas Antecipadas	183	0,0%	-	-	100,0%
Total do ativo circulante	**457.152**	**50,2%**	**334.255**	**54,3%**	**36,8%**
Contas a receber, líquidas	43.590	4,8%	11.820	1,9%	268,8%
Instrumentos financeiros derivativos	6.122	0,7%	-	-	100,0%
Impostos diferidos	15.231	1,7%	9.610	1,6%	58,5%
Ativo de direito de uso	5.313	0,6%	4.452	0,7%	19,3%
Imobilizado, líquido	345.930	38,0%	239.253	38,9%	44,6%
Intangível, líquido	37.972	4,2%	16.365	2,7%	132,0%
Total do ativo não circulante	**454.158**	**49,8%**	**281.500**	**45,7%**	**61,3%**
Total do ativo	**911.310**	**100,0%**	**615.755**	**100,0%**	**48,0%**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

PASSIVO

(em R$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de				
	2020		2019 (reapresentado)		2020 x 2019
	(em R$ milhares)	AV	(em R$ milhares)	AV	AH
Fornecedores	149.074	16,4%	104.973	17,0%	42,0%
Pessoal, encargos e benefícios sociais	24.269	2,7%	11.173	1,8%	117,2%
Impostos a recolher	8.907	1,0%	5.046	0,8%	76,5%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	195.861	21,5%	117.718	19,1%	66,4%
Dividendos a pagar	15.006	1,6%	4.896	0,8%	206,5%
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	2.731	0,4%	-100,0%
Arrendamentos mercantis	2.650	0,3%	1.885	0,3%	40,6%
Partes relacionadas	309	0,0%	-	-	100,0%
Outras obrigações	45.225	5,0%	22.094	3,60%	104,7%
Receita diferida	7.545	0,8%	15.066	2,4%	-49,9%
Total do passivo circulante	**448.846**	**49,3%**	**285.582**	**46,4%**	**57,2%**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	328.808	36,1%	239.969	39,0%	37,0%
Provisões para contingências	479	0,1%	556	0,1%	-13,8%
Receita diferida	437	0,0%	7.982	1,3%	-94,5%
Arrendamentos mercantis	2.781	0,3%	2.624	0,4%	6,0%
Outras obrigações	-	-	4.831	0,8%	-100,0%
Total do passivo não circulante	**332.505**	**36,5%**	**255.962**	**41,6%**	**29,9%**
Total do patrimônio líquido	**129.959**	**14,3%**	**74.211**	**12,1%**	**75,1%**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**911.310**	**100,0%**	**615.755**	**100,0%**	**48,0%**

Os ativos e passivos da Companhia, por segmento operacional, está demonstrados na tabela abaixo:

(em R$ milhares, exceto %)	2020	2019 (reapresentado)	AH	2020	2019 (reapresentado)	AH
Ativos				**Passivos**		
Telecom	587.050	443.460	32,4%	628.952	473.724	32,8%
Corporativo	324.260	172.295	88,2%	282.358	142.031	98,8%
Total	**911.310**	**615.755**	48,0%	**911.310**	**615.755**	48,0%

Ativos

O saldo dos ativos do segmento de Telecom totalizou R$587.050 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$143.590 mil ou 32,4%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$443.460 mil. Esse aumento ocorreu devido principalmente a: (i) aumento no saldo de contas a receber consequente do crescimento das vendas; e (ii) aumento do imobilizado de equipamentos cedidos em contratos de locação de longo prazo a clientes da Companhia.

O saldo dos ativos do segmento de Corporativo totalizou R$324.260 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$151.965 mil ou 88,2%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$172.295 mil. Esse aumento ocorreu devido principalmente a: (i) aumento no saldo de contas a receber consequente do crescimento das vendas; e (ii) aumento do imobilizado de equipamentos cedidos em contratos de locação de longo prazo a clientes da Companhia.

Passivos

O saldo dos passivos do segmento de Telecom totalizaram R$628.952 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$155.228 mil ou 32,8%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$473.724 mil. Esse aumento ocorreu devido principalmente a: (i) aumento no saldo de fornecedores a pagar consequente do crescimento das compras/vendas; e (ii) aumento de financiamentos e empréstimos para financiar o investimento em equipamentos/imobilizado cedidos em contratos de locação de longo prazo a clientes da Companhia.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O saldo dos passivos do segmento de Corporativo totalizou R$282.358 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$140.327 mil ou 98,8%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$142.031 mil. Esse aumento ocorreu devido principalmente a: (i) aumento no saldo de fornecedores a pagar consequente do crescimento das compras/vendas; e (ii) aumento de financiamentos e empréstimos para financiar o investimento em equipamentos/imobilizado cedidos em contratos de locação de longo prazo a clientes da Companhia.

Total do ativo

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou um Total do Ativo de R$911.310 mil, representando um incremento de 48,0%, ou R$ 295.555 mil em relação a 31 de dezembro de 2019, que totalizou R$ 615.755 mil.

Ativo circulante

Em 31 de novembro de 2020, o ativo circulante da Companhia aumentou 36,8% ou R$122.897 mil, passando de R$ 334,255 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$457.152 mil em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia totalizou R$37.785 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$9.557 mil ou 33,9%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R$28.228 mil. O aumento decorre principalmente, pela maior geração de caixa operacional da Companhia e gestão de saldos mínimos de caixa.

Contas a receber, líquidas

O saldo de contas a receber de clientes da Companhia totalizou R$162.581 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$51.207 mil ou 46,0%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R$111.374 mil. Esse aumento decorreu principalmente pelo aumento das vendas.

Impostos a recuperar

O saldo de impostos a recuperar totalizou R$22.762 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$11.424 mil ou 100,8%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R$11.338 mil. Esse aumento ocorreu principalmente pelo crescimento de vendas da Companhia no período.

Estoques

O saldo de Estoques da Companhia totalizou R$ 138.780 mil em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R$29.025 mil ou 17,3%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R$167.805 mil. Essa redução foi ocasionada por dois aspectos principais: (i) início das operações da subsidiária do Panamá, que funciona como um “hub” logístico para atendimento às operações no Brasil e Colômbia, reduzindo o tempo de trânsito das mercadorias da Ásia para nosso mercado consumidor; e (ii) certificação perante a Receita Federal do Brasil como Operador Econômico Autorizado (OEA) em Novembro de 2019, reduzindo significativamente o tempo de desembaraço e estadia em área alfandegada das mercadorias da Companhia, permitindo maior fluidez do processo e permitindo que os níveis de estoques sejam menores mantendo o mesmo padrão de atendimento aos clientes.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Adiantamentos

O saldo de adiantamentos da Companhia totalizou R$34.927 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$23,913 mil ou 217,1%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R$11.014 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência de adiantamento a fornecedores internacionais, e que possuem relacionamento de crédito recente com a Companhia, e demandam condições de pagamento que ainda possuem entrada à vista no momento da colocação de pedidos

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante da Companhia aumentou 61,3%, passando de R$ 281.500 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$454.158 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$172.658 mil. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

Contas a receber, líquidas

O saldo de Contas a receber líquidas da Companhia totalizou R$43.590 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$31.770 mil ou 268,8%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R$11.820 mil. Esse aumento decorreu principalmente pelo aumento de vendas da Companhia, e atendimento a grandes clientes que tomaram decisão de compra em prazos mais alongados.

Impostos diferidos

O saldo de impostos diferidos da Companhia totalizou R$15.231 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$5.621 mil ou 58,5%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R$9.610 mil. Esse aumento decorreu principalmente devido à constituição de créditos de IR/CS diferidos sobre provisões de clientes de liquidação duvidosa, provisões de obsolescência de estoques e remunerações variáveis futuras, sendo todos estes itens excluídos da base de despesas dedutíveis, e gerando tais créditos.

Imobilizado

O saldo de imobilizado da Companhia totalizou R$345.930 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$106.677 mil ou 44,6%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R$239.253 mil. Esse aumento decorreu principalmente pela adição de novos equipamentos dedicados ao atendimento de contratos de locação de longo prazo (modalidade de TaaS – *Technology as a Service*).

Intangível

O saldo de intangível da Companhia totalizou R$37.972 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$21.607 mil ou 132,0%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R$16.365 mil. Esse aumento decorreu devido ao crescimento do negócio de cibersegurança, o qual demandou imobilizações de softwares/intangíveis para cessão de uso em contratos de locação de longo prazo (modalidade de TaaS – *Technology as a Service*).

PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO

A Companhia apresentou um aumento em seu passivo e patrimônio líquido, passando de R$615.755 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$911.310 mil em 31 de dezembro de 2020, significando um crescimento de 48,0% ou R$ 295.555 mil.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante da Companhia aumentou 57,2% ou R$163,264 mil, passando de R$285.582 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$448.846 mil em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

Fornecedores

O saldo de Fornecedores da Companhia totalizou R$149.074 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$44.101 mil ou 42,0%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R$104.973 mil. Esse aumento decorreu, principalmente, do aumento das atividades operacionais da Companhia, conforme evidenciado pela elevação da receita líquida.

Pessoal, encargos e benefícios sociais

O saldo de pessoal, encargos e benefícios sociais a pagar da Companhia totalizou R$ 24.269 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$13.096 mil ou 117,2%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R$11.173 mil. Esse aumento decorreu, principalmente, do aumento no quadro de funcionários e provisão para remuneração variável.

Impostos a recolher

O saldo de impostos a recolher da Companhia totalizou R$8.907 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$3.861 mil ou 76.5%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R$5.046 mil. Esse aumento decorreu principalmente no IR/CS a pagar calculado no fechamento do exercício de acordo com a apuração de maior lucro antes de IR/CS observado.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimo, financiamentos e debêntures da Companhia totalizou R$ 195.861 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$78.143 mil ou 66,4%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R$117.718 mil. Esse aumento decorreu principalmente devido à captação de novos empréstimos para fazer frente aos investimentos necessários pelo crescimento das vendas na modalidade TaaS (*Technology as a Service*).

Receita diferida

O saldo de receita diferida da Companhia totalizou R$ 7.545 mil, em 31 de dezembro de 2020 representando uma redução de R$ 7.521 mil em comparação ao 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R$ 15.066 mil. Essa redução ocorreu em decorrência do reconhecimento de receitas provenientes de contratos de locação oriundos da incorporação da empresa MaxBr, ocorrida em 2017.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo não circulante da Companhia aumentou 29,9% ou R$ 76.543 mil, passando de R$255.962 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$ 332.505 mil em 31 de dezembro de 2020. Essa variação deu-se em decorrência do abaixo exposto:

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia totalizou R$328.808 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$88.839 mil ou 37,0%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R$239.969 mil. Esse aumento decorreu principalmente devido à captação de novos empréstimos para fazer frente aos investimentos necessários pelo crescimento das vendas na modalidade TaaS (*Technology as a Service*).

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Receita diferida

O saldo de receita diferida da Companhia totalizou R$437 mil, em 31 de dezembro de 2020 representando uma redução de R$7.545 mil ou 94,5% em comparação ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R$7.982 mil. Essa redução ocorreu em decorrência do reconhecimento de receitas provenientes de contratos de locação oriundos da incorporação da empresa MaxBr, ocorrida em 2017.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia aumentou 75,1%, passando de R$74.211 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$129.959 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$55.748 mil. Essa variação ocorreu devido principalmente aos motivos apresentados acima referentes ao resultado do exercício de 2020.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

ATIVOS

(em R$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de				
	2019 (reapresentado)		2018 (reapresentado)		2019 x 2018
	(em R$ milhares)	AV	(em R$ milhares)	AV	AH
Caixa e equivalentes de caixa	28.228	4,6%	4.419	0,9%	538,8%
Investimentos de curto prazo	4.130	0,7%	-	-	100,0%
Contas a receber, líquidas	111.374	18,1%	78.448	16,4%	42,0%
Impostos a recuperar	11.338	1,8%	5.838	1,2%	94,2%
Instrumentos financeiros derivativos	366	0,1%	-	-	100,0%
Estoques	167.805	27,3%	165.618	34,7%	1,3%
Adiantamentos a fornecedores	11.014	1,8%	3.965	0,8%	177,8%
Despesas Antecipadas	-	-	1.885	0,4%	-100,0%
Total do ativo circulante	**334.255**	**54,3%**	**260.173**	**54,5%**	**28,5%**
Contas a receber, líquidas	11.820	1,9%	45.466	9,5%	-74,0%
Impostos diferidos	9.610	1,6%	8.223	1,7%	16,9%
Ativo de direito de uso	4.452	0,7%	-	-	100,0%
Imobilizado, líquido	239.253	38,9%	145.753	30,5%	64,1%
Intangível, líquido	16.365	2,7%	18.069	3,8%	-9,4%
Total do ativo não circulante	**281.500**	**45,7%**	**217.511**	**45,5%**	**29,4%**
Total do ativo	**615.755**	**100,0%**	**477.684**	**100,0%**	**28,9%**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

PASSIVOS

(em R$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de				
	2019 (reapresentado)		2018 (reapresentado)		2019 x 2018
	(em R$ milhares)	AV	(em R$ milhares)	AV	AH
Fornecedores	104.973	17,0%	155.768	32,6%	-32,6%
Pessoal, encargos e benefícios sociais	11.173	1,8%	6.182	1,3%	80,7%
Impostos a recolher	5.046	0,8%	4.981	1,0%	1,3%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	117.718	19,1%	44.379	9,3%	165,3%
Duplicatas descontadas	-	-	25.527	5,3%	-100,0%
Dividendos a pagar	4.896	0,8%	6.575	1,4%	-25,5%
Instrumentos financeiros derivativos	2.731	0,4%	2.986	0,6%	-8,5%
Arrendamentos mercantis	1.885	0,3%	-	-	100,0%
Partes relacionadas	-	-	4.701	0,1%	-100,0%
Outras obrigações	**22.094**	**3,6%**	**11.830**	**2,5%**	**86,8%**
Receita diferida	15.066	2,4%	22.398	4,7%	-32,7%
Total do passivo circulante	285.582	46,4%	285.327	59,7%	0,1%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	239.969	39,0%	51.689	10,8%	364,3%
Provisões para demandas judiciais	556	0,1%	364	0,1%	52,7%
Receita diferida	7.982	1,3%	70.952	14,9%	-88,8%
Arrendamentos mercantis	2.624	0,4%	-	-	100,0%
Outras obrigações	4.831	0,8%	10.321	2,2%	-53,2%
Total do passivo não circulante	**255.962**	**41,6%**	**133.326**	**27,9%**	**92,0%**
Total do patrimônio líquido	**74.211**	**12,1%**	**59.031**	**12,4%**	**25,7%**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**615.755**	**100,0%**	**477.684**	**100,0%**	**28,9%**

Os Ativos e Passivos da Companhia, por segmento operacional, está demonstrados na tabela abaixo:

(em R$ milhares, exceto %)	2019 (reapresentado)	2018 (reapresentado)	AH	2019 (reapresentado)	2018 (reapresentado)	AH
Ativos				**Passivos**		
Telecom	443.460	362.475	22,3%	473.724	391.392	21,0%
Corporativo	172.295	115.209	49,5%	142.031	86.292	64,6%
Total	**615.755**	**477.684**	28,9%	**615.755**	**477.684**	28,9%

Ativos - Por segmento

O saldo dos ativos do segmento de Telecom totalizou R$443.460 mil em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$80.985 mil ou 22,3%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$362.475 mil. Esse aumento decorreu principalmente pelo aumento no saldo de contas a receber, estoques e imobilizados deste segmento.

O saldo dos ativos do segmento de Corporativo totalizou R$172.295 mil em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$57.086 mil ou 49,5%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$115.209 mil. Esse aumento decorreu principalmente pelo aumento no saldo de contas a receber, estoques e imobilizados deste segmento.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Passivos - Por segmento

O saldo dos passivos do segmento de Telecom totalizaram R$ 473.724 mil em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$82.332 mil ou 21,0%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$391.392 mil. Esse aumento decorreu devido ao crescimento observado nas vendas do período, demandando maior quantidade de estoques, e por consequência fornecedores a pagar. Foi necessária também a efetivação de novos contratos de empréstimos para aquisição de equipamentos imobilizados para atendimento de novos contratos de longo prazo junto a clientes na modalidade TaaS – *Technology as a Service*.

O saldo dos passivos do segmento de Corporativo totalizou R$142.031 mil em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$55.739 mil ou 64,6%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$86.292 mil. Esse aumento decorreu devido ao crescimento observado nas vendas do período, demandando maior quantidade de estoques, e por consequência fornecedores a pagar. Foi necessária também a efetivação de novos contratos de empréstimos para aquisição de equipamentos imobilizados para atendimento de novos contratos de longo prazo junto a clientes na modalidade TaaS – *Technology as a Service*.

Total do ativo

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou um Total do Ativo de R$615.755 mil, representando um incremento de 28,9%, ou R$138.071 mil em relação a 31 de dezembro de 2018, que totalizou R$477.684 mil.

Ativo circulante

Em 31 de novembro de 2019, o ativo circulante da Companhia aumentou 28,5% ou R$ 74.082 mil, passando de R$ 260.173 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$ 334.255 mil em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de Caixa e equivalentes de caixa da Companhia totalizou R$28.228 mil em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$23.809 mil ou 538,8%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R$4.419 mil. O aumento decorre principalmente, pela maior geração de caixa operacional da Companhia e gestão de saldos mínimos de caixa.

Contas a receber, líquidas

O saldo de Contas a receber de clientes da Companhia totalizou R$111.374 mil em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$32.926 mil ou 42,0%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R$78.448 mil. Esse aumento decorreu principalmente devido ao aumento das vendas da Companhia.

Impostos a recuperar

O saldo de impostos a recuperar totalizou R$11.338 mil em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$5.500 mil ou 94,2%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R$ 5.838 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência da contabilização de PIS e COFINS a recuperar que foram devidamente utilizados no exercício subsequente.

Adiantamento a fornecedores

O saldo de adiantamento a fornecedores da Companhia totalizou R$11.014 mil em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$7.049 mil ou 177,8%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R$3.965 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência de adiantamento a fornecedores internacionais, e que possuem relacionamento de

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

crédito recente com a Companhia, e demandam condições de pagamento que ainda possuem entrada à vista no momento da colocação de pedidos.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante da Companhia aumento 29,4%, passando de R$217.511 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$281.500 mil em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$63.989 mil. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

Contas a receber, líquidas

O saldo de Contas a receber, líquidas da Companhia totalizou R$11.820 mil em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R$33.646 mil ou 74,0%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R$45.466 mil.

Impostos diferidos

O saldo de impostos diferidos da Companhia totalizou R$9.610 mil em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$1.387 mil ou 16,9%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R$8.223 mil. Esse aumento decorreu principalmente devido à constituição de créditos de IR/CS diferidos sobre provisões de clientes de liquidação duvidosa, provisões de obsolescência de estoques e remunerações variáveis futuras, sendo todos estes itens excluídos da base de despesas dedutíveis, e gerando tais créditos.

Imobilizado líquido

O saldo de imobilizado da Companhia totalizou R$239.253 mil em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$93.500 mil ou 64,1%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R$145.753 mil. Esse aumento decorreu principalmente pela adição de novos equipamentos dedicados ao atendimento de contratos de locação de longo prazo (modalidade de TaaS – *Technology as a Service*).

Intangível líquido

O saldo de intangível da Companhia totalizou R$16.365 mil em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R$1.704 mil ou 9,4%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R$18.069 mil.

PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO

A Companhia apresentou um aumento em seu passivo e patrimônio líquido, passando de R$ 477.684 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$ 615.755 mil em 31 de dezembro de 2019, significando um crescimento de 28,9% ou R$ 138.071 mil.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante da Companhia aumentou 0,1% ou R$255 mil, passando de R$285.327 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$ 285.582 mil em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

Fornecedores

O saldo de fornecedores da Companhia totalizou R$104.973 mil em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R$50.795 mil ou 32,6%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R$155.768 mil.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Pessoal, encargos e benefícios sociais

O saldo de pessoal, encargos e benefícios sociais a pagar da Companhia totalizou R$ 11.173 mil em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$4.991 mil ou 80,7%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R$6.182 mil. Esse aumento decorreu, principalmente, do aumento no quadro de funcionários.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia totalizou R$117.718 mil em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$73.339 mil ou 165,3%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R$44.379 mil. Esse aumento decorreu principalmente devido à captação de novos empréstimos para fazer frente aos investimentos necessários pelo crescimento das vendas na modalidade TaaS (*Technology as a Service*).

Receita diferida

O saldo de receita diferida da Companhia totalizou R$15.066 mil, em 31 de dezembro de 2019 representando uma redução de R$7.332 mil ou 32,7% se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R$22.398 mil. Essa redução ocorreu em decorrência do reconhecimento de receitas provenientes de contratos de locação oriundos da incorporação da empresa MaxBr, ocorrida em 2017.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante da Companhia aumentou 92,0% ou R$122.636 mil, passando de R$133.326 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$255.962 mil em 31 de dezembro de 2019. Essa variação deu-se em decorrência do abaixo exposto:

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia totalizou R$239.969 mil em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$188.280 mil ou 364,3%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R$51.689 mil. Esse aumento decorreu principalmente devido à captação de novos empréstimos para fazer frente aos investimentos necessários pelo crescimento das vendas na modalidade TaaS (*Technology as a Service*).

Receita diferida

O saldo de receita diferida da Companhia totalizou R$7.982 mil, em 31 de dezembro de 2019 representando uma redução de R$62.970 mil ou 88,8% em comparação ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R$70.952 mil. Essa redução ocorreu em decorrência do reconhecimento de receitas provenientes de contratos de locação oriundos da incorporação da empresa MaxBr, ocorrida em 2017.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia aumentou 25,7%, passando de R$ 59.031 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$74.211 mil em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$15.180 mil. Essa variação ocorreu devido principalmente aos motivos apresentados acima referentes ao resultado do exercício de 2019.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(em R$ milhares, exceto %)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de	
	2020	**2019 (representando)**
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	124.113	(41.874)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(270.378)	(160.655)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	155.822	226.338
Aumento (diminuição) líquido no caixa e equivalentes de caixa	9.557	23.809

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

A Companhia apresentou um caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R$124.113 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a um caixa líquido aplicado nas atividades operacionais de R$41.874 mil (necessidade de caixa) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa geração de caixa se deu principalmente por (i) aumento no lucro líquido do exercício no montante de R$50.610 mil; (ii) aumento nos ajustes para conciliar o resultado do exercício com o caixa das atividades operacionais no montante de R$76.923 mil, principalmente pelo aumento de depreciação e amortização representando R$31.130 mil, despesas de juros e variação cambial representando R$26.562 mil e despesas de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido representando R$24.457 mil; (ii) aumento no caixa gerado pela variação dos passivos no montante de R$124.666 mil, impactado principalmente pela variação em fornecedores e receita diferida representando R$95.095 mil e R$55.782 mil, respectivamente, ocasionado principalmente pelo aumento das compras observado entre tais períodos; e (iv) aumento no caixa aplicado nas variações dos ativos no montante de R$86.212 mil, impactado principalmente pela variação no contas a receber representando R$93.980 mil ocasionado principalmente pelo aumento das vendas observado entre tais períodos.

Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento

O fluxo de caixa das atividades de investimento da Companhia apresentou um consumo de caixa de R$270.378 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a um consumo de caixa líquido de R$ 160.655 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento de R$109.723 mil decorreu principalmente de aquisições de equipamentos cedidos em contratos de locação de longo prazo na modalidade TaaS – *Technology as a Service* (R$69,641 mil).

Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento

O fluxo de caixa das atividades de financiamento da Companhia apresentou uma geração de caixa de R$155.822 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a uma um caixa líquido gerado de R$226.338 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa variação negativa de R$70.516 mil decorreu principalmente de (i) redução de R$44.457 mil em captação de novos empréstimos; (ii) aumento no pagamento de empréstimos financiamentos e debentures de R$51.939 mil.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(em R$ milhares, exceto %)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de	
	2019 (representado)	**2018 (representado)**
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(41.874)	20.268
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(160.655)	(90.477)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	226.338	65.898
Aumento (diminuição) líquido no caixa e equivalentes de caixa	23.809	(4.311)

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais da Companhia apresentou um fluxo negativo de R$41.874 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a um caixa líquido positivo de R$20.268 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação de R$ 62.142 mil decorreu principalmente do aumento de R$130.847 mil em fornecedores devido ao aumento na compra de mercadorias para revenda. Essa variação foi parcialmente compensada pela redução de R$63.862 mil em estoques e pela redução de R$40.124 mil em contas a receber.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O fluxo de caixa das atividades de investimento da Companhia apresentou um consumo de caixa de R$ 160.655 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a um consumo de caixa de R$ 90.477 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação de R$70.178 mil ou 77,6% decorreu principalmente do aumento de R$63.622 mil em aquisições de ativo imobilizado e intangível devido ao aumento de equipamentos cedidos em contratos de locação de longo prazo na modalidade TaaS – *Technology as a Service*.

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento

O fluxo de caixa das atividades de financiamento da Companhia apresentou uma geração de caixa de R$226.338 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a uma geração de caixa de R$65.898 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação positiva de R$160.440 mil ou 243,5% decorreu principalmente pelo aumento de R$ 244.276 mil na captação de novos empréstimos em 2019. Esse aumento foi parcialmente compensado pelo aumento de R$32.696 mil em pagamento de empréstimos e pelo impacto negativo de R$44.647 mil em duplicatas descontadas.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita do demonstrativo de resultado da Companhia reflete a segmentação da sua atuação nos mercados de (i) Telecom e (ii) Corporativo. Esta segmentação decorre do entendimento da Companhia de que as dinâmicas de atendimento, tipos de produtos e, modelos de negócios são distintas nestes dois mercados e, consequentemente requerem equipes independentes e especializadas, que possam entender as necessidades específicas de cada cliente. Dentro de cada segmento, observa-se a existência do conceito de Unidades de Negócios (ou BUs) que focam em mercados distintos e, consequentemente, em produtos para finalidades distintas, que possuem contratos de distribuição ou montagem local com mais de 60 fabricantes.

Dentro de cada segmento, as BUs e produtos estão divididos de acordo com a descrição abaixo:

(i) TELECOM

- **Redes de Fibra Ótica (FTTx):** Venda de linha completa de centrais de distribuição de sinal de internet de banda larga, modens de fibra para o cliente, cabos de fibra ótica, e componentes de rede.

- **Redes de Dados e Wi-Fi:** Venda de switches, roteadores Wi-Fi e cabeamento.

O segmento de Telecom em 2020 representou 62% do Vendas Totais sem deferimento da Companhia, um incremento de 3 pontos percentuais sobre as Vendas Totais em relação ao ano anterior. Do ponto de vista de crescimento, em 2020 esse segmentou apresentou variação de 46,4% em comparação com 2019, também no conceito de Vendas Totais sem deferimento.

Quando analisamos a receita bruta o crescimento foi de 38,1% em 2020 quando comparado a 2019. A diferença de 8,2 pontos percentuais entre as taxas de crescimento de Vendas Totais e Receita Bruta, se deu quase que em sua totalidade em razão do aumento do prazo médio dos contratos de TaaS (*Technology as a Service*) – Locações de equipamentos, de 24,1 em 2019 para 32,2 em 2020, o que fez com que a proporção do TaaS, com relação aos demais produtos e serviços da Companhia, caísse em 2020 para 41% em comparação a 45% de 2019. Atribuímos a performance positiva desse segmento pela aceitação do clientes do modelo TaaS e aumento substancial da demanda nas linhas de produtos de Redes de Fibra Ótica (FTTx), decorrentes da expansão de rede por parte de ISPs (*internet service providers*) em função da maior necessidade de infraestrutura para o cenário de Home Office.

Resultado Segmentado	Telecom				
	2020	2019 (reapresentado)	2018 (reapresentado)	Δ %	
(R$ milhões)				20/19	19/18
Receita Bruta Venda Mercadorias e Serviços	308,9	211,8	180,8	45,8%	17,1%
Receita Bruta TaaS (VGV Locações)	314,1	213,9	142,8	46,8%	49,8%
Vendas Totais, sem diferimento	623,0	425,7	323,6	46,3%	31,6%
Receita Bruta Venda Mercadorias e Serviços	308,9	211,8	180,8	45,8%	17,1%
Receita Bruta TaaS (Locações Diferidas)	218,9	170,2	89,8	28,6%	89,5%
Receita Bruta, com diferimento	527,8	382,0	270,6	38,2%	41,2%

(ii) CORPORATIVO

- **Sistemas de Segurança Eletrônica**: Câmeras de vigilância, controle de acesso biométricos, alarmes e sistemas de detecção de incêndio, entre outros.

- **Sistemas de Cibersegurança** : Firewalls, sistemas de proteção contra ataques de hackers,

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

controle parental de acesso à internet, entre outros.

- **Produtos de Infraestrutura de Data Centers**: Racks, esteiras, cabeamento, no-breaks, sistemas de incêndio, geradores, entre outros.
- **Automação de Escritórios e Residências**: Automação de iluminação, fechaduras eletrônicas, ar condicionado, e salas de reunião.
- **Produtos de Áudio e Vídeo Profissional:** Sonorização de salas, auditórios, igrejas, projetores profissionais, equipamento de videoconferência e trabalho remoto.
- **Painéis de LED**: Sistemas de última geração para uso em mídia OOH (Out Of Home), sinalização e decoração.
- **Geradores de Energia Fotovoltaica:** Portfólio completo de equipamentos de geração de energia distribuída para usinas e fazendas de geração de qualquer porte e também sistemas de geração domésticos.

O segmento Corporativo em 2020 representou 38% do Vendas Totais sem deferimento da Companhia, um decréscimo de 3 pontos percentuais sobre as Vendas Totais em relação ao ano anterior. Do ponto de vista de crescimento, esse segmento apresentou variação de 27,1% em 2020 quando comparado a 2019, também no conceito de Vendas Totais sem diferimento.

Podemos observar nesse segmento a aceleração de crescimento da modalidade TaaS a partir de 2019, houve um aumento de 248,0% das Vendas de Locações de equipamentos .Totais comparado com 2018, e subsequentemente 20,1% em 2020 comparado com 2019. Quando analisamos a Receita Bruta com diferimento, ou seja, descontando-se a receita diferida dos contratos de aluguel provenientes do modelo TaaS, o crescimento foi de 36,9% em 2020 quando comparado a 2019. A diferença de 9,7 pontos percentuais entre as taxas de crescimento de Vendas Totais sem diferimento e Receita Bruta com diferimento, se deu quase que em sua totalidade em razão do aumento crescimento da Receita Bruta TaaS, decorrentes da receita diferida das vendas da modalidade TaaS realizadas em 2019. Outra característica desse segmento é o alto prazo médio dos contratos de locação, onde em 2019 tivemos 31,7 meses e em 2020 45,4 meses, caminhando em linha com a estratégia comercial da Companhia. Atribuímos a performance positiva desse segmento pelas linhas de produtos de Geradores de Energia Fotovoltaica e Segurança Eletrônica.

Resultado Segmentado	**Corporate**				
	2020	**2019 (reapresentado)**	**2018 (reapresentado)**	**Δ %**	
(R$ milhões)				**20/19**	**19/18**
Receita Bruta Venda Mercadorias e Serviços	300,1	232,4	158,7	29,1%	46,4%
Receita Bruta TaaS (VGV Locações)	79,4	66,1	17,2	20,1%	284,3%
Vendas Totais, sem diferimento	379,5	298,5	175,9	27,1%	69,7%
Receita Bruta Venda Mercadorias e Serviços	300,1	232,4	158,7	29,1%	46,4%
Receita Bruta TaaS (Locações Diferidas)	36,6	13,6	13,2	169,1%	3,0%
Receita Bruta, com diferimento	336,7	246,0	171,9	36,9%	43,1%

ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais.

Os resultados operacionais, condição financeira e liquidez da Companhia foram e poderão continuar sendo influenciados por uma ampla gama de fatores. Em especial, o mercado de atuação da Companhia é afetado pelos seguintes fatores:

(i) **Estratégia de compras**: Um dos fatores críticos para os resultados operacionais da Companhia é a nossa cadeia de compras junto a nossos fabricantes parceiros. Em 2020 tivemos 72,5% de nossas compras de produtos para comercialização realizadas através de importação e 27,5% realizadas através de compras nacionais. Sendo assim, estamos

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

expostos a possíveis variações nos custos de importação e respectivos tramites aduaneiros, bem como a riscos diplomáticos de países nos quais esses fornecedores estão inseridos.

(ii) **Obsolescência de estoque**: Os custos decorrentes da variação de provisão de estoques obsoletos podem impactar materialmente os resultados. Cabe ressaltar que a Companhia oferta o que tem de mais inovador no mercado em se tratando de tecnologia e, a renovação tecnológica pode fazer com que tenhamos produtos que não deixem de ter uma demanda crescente de mercado.

(iii) **Crescimento PIB (Produto Interno Bruto):** As linhas de produtos nos quais a Companhia está inserida estão suscetíveis ao poder de consumo e desenvolvimento da atividade do país. Os indicadores de PIB tiveram performance de 1,1% em 2018, 1,1% em 2019 e -4,05% em 2020. O aumento da atividade econômica estimula os investimentos e contribuem para aquecer o consumo, os quais estimulam positivamente os negócios em que a Companhia atua

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas da Companhia podem ser impactadas pela variação do PIB e nos índices de inflação, uma vez que impacta diretamente as despesas da Companhia (como salários, contratos e materiais de consumo) e, também, custos de produção.

Os Diretores da Companhia afirmam que as variações na receita dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 deveram-se aos seguintes fatores:

(i) **Variação cambial**: A Companhia faz o repasse das variações cambiais dos produtos atrelados ao dólar vendidos aos seus clientes. O repasse é realizado através de atualizações periódicas dos custos de reposição de produtos e recálculo dólar Ptax, considerando a cotação do dia anterior a venda. Dessa forma podemos afirmar que 100% dos custos decorrentes da variação do câmbio são repassados, o que nos protege das flutuações cambiais e nos mantêm com margens sadias. A Companhia tem exposição à flutuação do câmbio nos seus contratos de moeda estrangeira. Adicionalmente a Companhia contratou empréstimos em moeda estrangeira e possui respectivos instrumentos de derivativos que anulam o risco de variação cambial, vide item 10.1 desse formulário de referência.

(ii) **Inflação**: Historicamente, os resultados operacionais e situação financeira da Companhia são afetados pelos índices de inflação no Brasil. A inflação impacta na aplicação do dissídio dos colaboradores de nossa linha de produção e logística. Sendo esses custos revistos para possíveis ajustes nos preços de venda dos produtos. Os contratos de locação (Despesa) da Companhia são reajustados pelo IGPM. Estamos expostos a possíveis variações de CDI e IPCA, decorrentes dos contratos de empréstimos que temos em vigor. Os contratos de locação no modelo TaaS (Receita) são corrigidos anualmente pelo IGP-M.

(iii) **Revisão tecnológica dos produtos**: Com o crescente aperfeiçoamento e investimento em tecnologia, bem como em pesquisas de novo produtos, a evolução tecnológica pressiona para baixo dos preços dos produtos. A Companhia busca sempre diagnosticar as tendências de mercado a fim de se antecipar aos futuros movimentos de mercado.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os principais impactos no resultado operacional e no resultado financeiro são:

(i) Prazo de pagamento de fornecedores estrangeiros de 90 dias, acarretando em uma exposição de variação cambial.

(ii) A variação cambial gera grande sensibilidade em nossas linhas de estoque de fornecedores estrangeiros. As flutuações cambiais impactam tanto nos custos de importação quanto o resultado financeiro da Companhia.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 8 de janeiro de 2019, a Companhia, adquiriu 100% do capital social da Munddo Comércio e Importação Ltda. ("Munddo"), especializada na distribuição de sistemas inteligentes para automação residencial e predial. A principal motivação para aquisição foi o know-how e relação comercial com fabricantes de tais segmentos.

Em conjunto com os produtos já oferecidos pela Companhia, essa aquisição possibilita a oferta de soluções mais completas aos clientes.

Em 12 de setembro de 2019, como parte da reestruturação societária, a Munddo foi incorporada pela Companhia. Para mais informações sobre as operações, ver item 15.7 deste Formulário de Referência.

No dia 15 de fevereiro de 2021 os acionistas aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária, dentre outras matérias, o plano de opção de compra de ações da Companhia, cujas informações constam do item 13.4 deste formulário.

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfase no parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

(i) *Pronunciamentos contábeis aplicados inicialmente no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018*

IFRS 9/CPC48 - Instrumentos financeiros

O CPC 48 - Instrumentos financeiros, equivalente à norma internacional IFRS 9, substitui o CPC 38 (equivalente à norma internacional IAS 39) para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, reunindo todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração; e redução ao valor recuperável.

A Companhia aplicou de forma prospectiva com a data de adoção inicial de 1º de janeiro de 2018. A mudança não teve impacto material nos fluxos de caixa operacionais, de investimento e de financiamento da Companhia e no lucro por ação básico

A natureza destes ajustes é descrita abaixo:

Classificação e mensuração

O CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa e contém três principais categorias de classificação para os instrumentos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. Essa mudança de nomenclatura não altera a forma de mensuração subsequente dos instrumentos financeiros e causa impacto apenas nas divulgações dos instrumentos financeiros por categoria nas demonstrações financeiras, conforme abaixo:

Classificação - Ativos e Passivos financeiros:	Classificação IAS 39/CPC 38	Classificação IFRS 9/CPC 48
Ativos financeiros:		
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Passivos financeiros:		
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado
Duplicatas descontadas	Custo amortizado	Custo amortizado
Parcelamento de tributos	Custo amortizado	Custo amortizado
Mútuo com partes relacionadas	Custo amortizado	Custo amortizado

A Companhia revisou seus ativos e passivos financeiros e constatou que os procedimentos de reconhecimento da provisão para perdas de crédito esperadas necessitavam de modificações para atendimento a norma, uma vez que a Companhia reconhecia apenas os saldos vencidos superiores a 180 dias, que por sua vez não refletiam com exatidão a realidade.

O novo modelo de perdas elaborado pela Companhia foi baseado em uma matriz de provisão calculada com base na experiência real de perdas a partir da análise histórica de perdas dos últimos 24 meses. Também se fez necessário realizar essa análise por natureza de recebíveis de forma segregada, como resultado concluiu-se que não teve distorções significativas entre as perdas históricas de “Locações” e “Vendas”, ou seja, os percentuais de perda histórica para ambos recebíveis são equivalentes.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

A Companhia aplicou o método retrospectivo modificado com a data de adoção inicial de 1º de janeiro de 2018. Abaixo demonstramos a reconciliação dos impactos nos saldos patrimoniais relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, afetados pela nova norma:

Balanço patrimonial	Demonstrações Financeiras em 31/12/2017	Impactos referentes a adoção do IFRS 9/CPC 48	Demonstrações Financeiras (reapresentadas) em 01/01/2018
Ativo circulante	**183.873**	**(797)**	**183.076**
Contas a receber, líquidas	**83.583**	**(797)**	**82.786**
Outros ativos circulantes	**100.290**	**-**	**100.290**
Ativo não circulante	**120.256**	**-**	**120.256**
Outros ativos não circulantes	**120.256**	**-**	**120.256**
Total do Ativo	**304.129**	**(797)**	**303.332**
Passivo circulante	**133.260**	**(797)**	**132.463**
Receita diferida	**36.264**	**(797)**	**35.467**
Outros passivos circulantes	**96.996**	**-**	**96.996**
Passivo não circulante	**111.838**	**-**	**111.838**
Outros passivos não circulantes	**111.838**	**-**	**111.838**
Patrimônio líquido	**59.031**	**-**	**59.031**
Total do Passivo	**304.129**	**(797)**	**303.332**

Abaixo demonstramos a reconciliação dos impactos nos saldos do resultado relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, afetados pela nova norma:

Demonstração do resultado do exercício	Demonstrações Financeiras em 31/12/2018 sem efeito da adoção	Impactos referentes a adoção do IFRS 9/CPC 48	Demonstrações Financeiras (reapresentadas) em 31/12/2018 com efeito da adoção
Receita líquida	**371.536**	**-**	**371.536**
Custos das mercadorias e serviços	**(265.505)**	**-**	**(265.505)**
(=) Lucro bruto	**106.031**	**-**	**106.031**
Despesas operacionais	**(51.535)**	**(1.058)**	**(52.594)**
(=) Lucro bruto antes das receitas e despesas financeiras	**54.496**	**(1.058)**	**53.438**
Resultado financeiro	**(18.582)**	**-**	**(18.582)**
(=) Lucro antes dos impostos	**35.914**	**(1.058)**	**34.856**
IR e CS corrente	**(6.799)**	**-**	**(6.799)**
(=) Lucro líquido	**29.115**	**(1.058)**	**28.057**

IFRS 15/CPC47 - Receitas de Contratos de Clientes

O CPC 47, equivalente à norma internacional IFRS 15, substitui o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (equivalente à norma internacional IAS 11), CPC 30 - Receitas (equivalente à norma internacional IAS 18) e interpretações relacionadas e se aplica, com exceções limitadas, a todas as receitas decorrentes de contrato com cliente. O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

O CPC 47 exige que as entidades exerçam julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes. A norma também especifica a contabilização dos custos incrementais de obtenção de um contrato e os custos diretamente relacionados ao cumprimento de um contrato. Além disso, a norma exige divulgações mais detalhadas. Abaixo demonstramos os critérios de reconhecimento da receita da Companhia:

(a) *Venda de mercadorias*

A receita pela venda de mercadorias é reconhecida no resultado quando todos os riscos inerentes ao produto são transferidos para o comprador e os benefícios econômicos gerados a favor da Companhia.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

(b) *Prestação de serviços*

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos de prestação de serviços celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

Após conclusão das análises preparadas pela Administração para aplicação do CPC 47, não foram identificados impactos na adoção inicial.

(ii) *Pronunciamentos contábeis aplicados inicialmente no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019*

IFRS 16 / CPC 06 R2 - Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 - Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional (IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1).

A Companhia adotou a IFRS 16 usando o método retrospectivo modificado de adoção com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2019. A Companhia optou por usar o expediente prático de transição permitindo que a norma seja aplicada somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos de acordo com a IAS 17 e IFRIC 4 na data da aplicação inicial. A Companhia também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, tenham prazo de locação inferior a 12 meses e possuam valores imateriais.

Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foram reapresentadas - ou seja, são apresentadas conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e interpretações relacionadas.

Abaixo demonstramos a reconciliação dos impactos nos saldos patrimoniais relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, afetados pela nova norma:

Balanço patrimonial	Demonstrações Financeiras Divulgadas (reapresentadas) em 31/12/2018	Impactos referente adoção do IFRS 16/CP 06 (R2)	Demonstrações Financeiras em 01/01/2019 com adoção da norma
Ativo Circulante	**260.173**	**-**	**260.173**
Ativo não circulante	**217.511**	**3.200**	**220.711**
Total do Ativo	**477.684**	**(3.200)**	**480.884**
Arrendamentos de curto prazo	**-**	**1.572**	**1.572**
Outros passivos circulantes	**285.327**	**-**	**285.327**
Arrendamentos de longo prazo	**-**	**1.628**	**1.628**
Outros passivos não circulantes	**133.326**	**-**	**133.326**
Patrimônio Líquido	**59.031**	**-**	**59.031**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**477.684**	**(3.200)**	**480.884**

Até 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possuía saldo de arrendamento mercantil financeiro nos balanços patrimoniais.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Abaixo demonstramos a reconciliação dos impactos nos saldos do resultado relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, afetados pela nova norma:

Demonstração do resultado do exercício	Sem impactos da adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2)	Impactos referente adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2)	Com impactos da adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2)
Receitas líquidas	506.575		506.575
Custo de Mercadorias Vendidas	(372.927)		(372.927)
Lucro bruto	**133.648**	**-**	**133.648**
Receitas (despesas) operacionais			
Depreciação e amortização	(5984)	1.686	(7.670)
Despesa com arrendamento	(1.274)	(1.274)	-
Outras despesas operacionais	(72.982)		(72.982)
Lucro antes do resultado financeiro	**53.408**	**412**	**52.996**
Resultado financeiro	(32.78)	171	(32.549)
Lucro líquido antes dos impostos	**21.030**	**583**	**20.447**
Imposto de renda e contribuição social	(470)		(470)
Lucro líquido do exercício	**20.560**	**583**	**19.977**

IFRIC 23 / ICPC 22 - Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto de renda. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação.

A Administração da Companhia entende que não há impactos significativos nas informações contábeis intermediárias, decorrentes de tratamentos que potencialmente poderiam expor a Companhia à riscos materialmente prováveis de perda, uma vez que os procedimentos adotados para apuração e recolhimento dos tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

(iii) *Pronunciamentos contábeis aplicados inicialmente no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020*

- IFRS 7 e IFRS 9 - Impacto da adoção inicial dadas alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- IFRS 16 - Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16—Concessões de Aluguel
- Relacionadas à pandemia de Covid-19;
- Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas do IFRS;
- Alterações à IFRS 3 – Definição de Negócios; e
- Alterações à IAS 1 e IAS 8 – Definição de Material.

A adoção dessas normas, alterações e interpretações não teve impacto significativo para Companhia e suas controladas no período de aplicação inicial.

(iv) *Pronunciamentos contábeis emitidos, mas ainda não em vigor*

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e controladas, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Atualmente, a Companhia não espera impacto desta norma em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia não espera impacto desta norma em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A adoção dessas normas, alterações e interpretações não teve impacto significativo para Companhia e suas controladas no período de aplicação inicial que compreende as DFs de 2018, 2019 e 2020.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Em decorrência das mudanças de política contábil ou correção de erros identificados pela Companhia em 2018 e 2019, os valores correspondentes referentes aos exercícios anteriores, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão foram reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro). A opinião dos auditores não contém modificação relacionada a esse assunto.

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia nos últimos três exercícios sociais foram emitidos sem ressalvas.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer o uso de estimativas e julgamentos, para determinadas operações, e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico da Companhia, e em outros fatores considerados relevantes os quais são revisitados de maneira contínua.

As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de encerramento do exercício, que possam resultar ajuste material no valor contábil no próximo exercício social, são discutidas a seguir:

Perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são registradas em quantia considerada suficiente para cobrir as perdas decorrentes de cobranças das duplicatas a receber e são baseadas nas taxas de perda histórica da Companhia.

Para reduzir o risco de crédito, a Companhia adota como prática a análise individualizada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor.

A perda de crédito foi calculada com base nas perdas esperadas e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

Provisão para perda de estoques

A Companhia revisa periodicamente o valor líquido de realização e a demanda de seus estoques para garantir que os estoques registrados são demonstrados pelo menor valor entre o custo de aquisição ou produção e o valor líquido de realização, assim como estoques obsoletos.

Incentivos fiscais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidas de acordo com os contratos, termos de acordo e legislações aplicáveis a cada benefício. Os efeitos de tais benefícios são registrados na contabilidade pelo regime de competência, e os ganhos deduzidos na apuração fiscal e registrados mensalmente.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 mil (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de tributos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste dos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Provisões para ações judiciais, ativos e passivos contingentes

A avaliação das contingências passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, é efetuada observando-se as determinações do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

As provisões para riscos são constituídas conforme segregação dos assessores jurídicos e separadas em três grupos distintos (prováveis, possíveis e remotos).

Os passivos contingentes classificados como perda provável são provisionados, os possíveis divulgados em nota explicativa e remotos apenas controlado pela Companhia. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6 - Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

iv. Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item10.6, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Conforme mencionado nos itens 4.1, 6.3, 7.1 e 10.1 deste Formulário de Referência, parte importante da estratégia da Companhia é o modelo de vendas TaaS no qual o cliente aluga o bem ao invés de comprar e realizar investimentos em ativo imobilizado. Esse modelo requer que a Companhia faça investimentos constantes em ativos imobilizado, o que justifica o incremento em nosso imobilizado líquido (i.e. valor de aquisição do bem, menos as baixas por vendas ou descarte e depreciação), o qual em 2018 era R$145.753 mil, e aumentou para R$239.253 mil em 2019, e R$345.930 mil em 2020.

Pretendemos continuar expandindo o modelo de vendas TaaS pois acreditamos que esse modelo gera benefícios para nossos clientes e também para a Companhia. Como consequência da continuidade dessa estratégia, devemos continuar incrementando o imobilizado líquido da Companhia, porém em função da velocidade de crescimento das vendas advindas do modelo TaaS.

Os investimentos futuros serão consequência do crescimento e penetração do modelo TaaS em todas as nossas linhas de negócio.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia pretende manter suas fontes atuais de financiamento, quais sejam: (i) recursos próprios e (ii) recursos de terceiros (empréstimos) contraídos com a finalidade específica de expansão para compra de ativo imobilizado (*Capex*) e expansão do modelo TaaS. Adicionalmente, a Companhia passa por um processo de registro de oferta pública primária e secundária de ações ("Oferta"), sendo que, caso a Oferta seja efetivamente realizada os recursos advindos da parte primária da Oferta terão a seguinte destinação: (i) investimento em Capex e capital de giro tanto para produzir, quanto para comercializar serviços no modelo TaaS, visto que os recebimentos dos produtos serão recorrentes ao longo dos anos e (ii) possíveis aquisições de forma oportunística.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

A Companhia adquiriu ativos da Axyon em 2018 e a totalidade do capital social da Munddo em 2019. Para mais informações sobre as referidas aquisições, ver item 15.7 deste Formulário de Referência.

Essas aquisições foram importantes do ponto de vista de ampliação do portfólio de produtos e serviços. Conseguimos integrar essas operações a nossa estrutura sem qualquer evento material e de forma rápida. Em 2020 observamos expressiva evolução nas vendas dos produtos dessas duas empresas que representaram mais do 4 vezes a soma das receitas duas empresas em 2018.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.8 - Plano de Negócios

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 PARA AS ATIVIDADES DA COMPANHIA

A Companhia vem acompanhando o avanço da pandemia do novo Coronavírus ("COVID-19") e não foi observado até a data da apresentação destas informações contábeis intermediárias nenhum impacto relevante nas atividades da Companhia, embora não seja possível prever nesse momento a extensão, severidade e duração dos impactos da pandemia de Covid-19. Também foram adotadas medidas de segurança para as unidades administrativas com o objetivo de manter a continuidade das atividades.

A Companhia seguirá observando atentamente o desenvolvimento desse assunto, bem como seus possíveis efeitos nos resultados operacionais e financeiros da Companhia.

Atuação com nossos colaboradores e clientes

A Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de pessoas e ativos. Entre as ações tomadas, destacamos principalmente os temas abaixo:

- Visando preservar a saúde de nossos colaboradores e continuidade de nossas operações, criamos um comitê de prevenção, envolvendo Diretoria e Conselho de Administração, para avaliar continuamente a evolução da pandemia de COVID-19, seus possíveis impactos e a necessidade de novas ações como acompanhamento de condições médicas dos funcionários, além de monitorar todas as determinações tomadas pelas autoridades competentes nas regiões em que operamos;

- Novos procedimentos de proteção aos colaboradores e terceiros que atuam em nossas instalações, seguindo determinações de distanciamento, higiene e limpeza da OMS e outras fontes confiáveis (e.g. diretrizes da secretaria da saúde, hospitais, etc);

- Plano de Home-Office para aproximadamente 70% dos colaboradores - sistemas de tecnologia e treinamento remoto facilitaram a alta produtividade das equipes mesmo à distância; e

- Suspensão ou postergação de eventos e viagens de negócios nacionais e internacionais.

A Companhia entende que a pandemia de COVID-19 não impactou de forma negativa os seus resultados. Os mercados de atuação da Companhia cresceram em função da maior necessidade por conectividade desencadeada pandemia de COVID-19. Com a maioria das empresas em *home office* e as pessoas trabalhando de casa, a necessidade por acesso à internet de banda larga foi o principal fator que levou ao crescimento desse mercado. Como consequência, os provedores regionais de Internet (ISPs) - nossos clientes nesse segmento - se beneficiaram dessa mudança na forma de consumir banda larga em todo o Brasil. Essa maior conectividade também levou à um aumento por outros produtos e serviços que a Companhia oferece (e.g. modalidade TaaS, *Cibersegurança* e Data Centers). O único mercado da Companhia que foi impactado negativamente pela pandemia de COVID-19 foi o mercado de áudio e vídeo profissional, no qual nossos clientes são produtores de grandes eventos e shows que foram impactados negativamente pela pandemia de COVID-19.

Apesar da dificuldade observada em alguns setores, como o setor logístico, a Companhia evitou a ruptura de sua produção através de um aumento na quantidade de produtos, componentes e matérias primas adquiridos usualmente, construindo assim um estoque de segurança. De acordo com as políticas operacionais da Companhia, os centros logísticos da Companhia no Panamá e em Ilhéus (BA) estavam abastecidos durante a pandemia de COVID-19. Como consequência do aumento da demanda pelos nossos serviços, a Companhia utilizou grande parte de seu estoque de segurança para suprir a falta de envio de materiais no início da pandemia de COVID-19. Dessa forma, conseguimos manter o suprimento de mercadorias e matérias primas durante o período de maior criticidade da pandemia de COVID-19 sem impactar as operações.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Todos os colaboradores da Companhia que poderiam trabalhar de casa foram imediatamente alocados em sistema de home office. A Companhia criou uma rede privada virtual (Virtual Private Network - VPN) a fim de garantir a segurança dos dados tratados pela Companhia. Os funcionários de estoque, produção e *back offices* continuaram trabalhando presencialmente seguindo todos os cuidados e recomendações dos órgãos de saúde. A Companhia também não utilizou nenhum dos recursos e benefícios disponibilizados pelo governo em decorrência da pandemia de COVID-19.

O crescimento de vendas brutas em 2020 de 37,6% em relação à 2019, assim como a expansão do Lucro Bruto de 26,4% em 2019 para 33,3% em 2020, corroboram com os comentários acima sobre os impactos da pandemia de COVID-19.

Do ponto de vista de custos, a Companhia conseguiu obter algumas economias relacionadas as atividades regulares administrativas e de marketing. A Companhia também não teve nenhum contrato rescindido ou demissões em função da pandemia da COVID-19.

A Companhia contraiu novos empréstimos durante o ano de 2020, porém todas as atividade de financiamento foram relacionadas à normalidade das operações regulares da Companhia e condizentes com o crescimento observado.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que não tenham sido divulgadas projeções ou estimativas anteriormente. Dessa forma, optamos por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas às nossas atividades.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que não tenham sido divulgadas projeções ou estimativas anteriormente. Dessa forma, optamos por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas às nossas atividades.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

A administração da Companhia é exercida por um Conselho de Administração e uma Diretoria. Ainda, de modo a auxiliar os administradores e acionistas da Companhia, ela conta com um Comitê de Auditoria Estatutário. Além do Comitê de Auditoria Estatutário, outros comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos poderão ser instituídos pelo Conselho de Administração e Diretoria, quando necessário.

O mandato dos membros do Conselho de Administração será unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição. Os membros da Diretoria serão eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia com prazo de mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição e destituição. O mandato dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, deverá terminar quando da realização da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após a sua eleição, podendo ser destituídos e reeleitos. Os membros do Comitê de Auditoria possuem mandato de 2 (dois) anos admitindo-se a recondução para sucessivos mandatos.

Todos os membros da administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, devem subscrever um termo de posse contemplando sua sujeição à cláusula compromissória prevista no Estatuto Social da Companhia.

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração:

O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na assembleia geral que os eleger.

Além das responsabilidades previstas nos termos da legislação aplicável, em conformidade com o Estatuto Social e Regimento Interno do Conselho de Administração, é de responsabilidade do Conselho de Administração:

(a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia

(b) aprovar e rever o orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual da Companhia, bem como quaisquer alterações a estes documentos;

(c) aprovar o código de ética e conduta da Companhia e as políticas corporativas relacionadas a (i) divulgação de informações e negociação de valores mobiliários; (ii) gerenciamento de riscos; (iii) transações com partes relacionadas e administração de conflitos de interesses; (iv) remuneração de administradores; e (v) indicação de administradores;

(d) eleger e destituir os Diretores, definir suas atribuições e fixar sua remuneração, dentro do limite global da remuneração da administração aprovado pela Assembleia Geral;

(e) fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e de quaisquer outros atos;

(f) escolher e substituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria;

(g) apreciar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(h) submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como deliberar sobre o levantamento de balanços semestrais, ou em períodos menores, e o pagamento ou crédito de dividendos ou juros sobre o capital próprio decorrentes desses balanços, bem como deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, existentes no último balanço anual ou semestral;

(i) apresentar à Assembleia Geral proposta de reforma do Estatuto Social;

(j) apresentar à Assembleia Geral proposta de dissolução, fusão, cisão e incorporação da Companhia e de incorporação, pela Companhia, de outras sociedades, bem como autorizar a constituição, dissolução ou liquidação de subsidiárias;

(k) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta na CVM;

(l) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do artigo 132 da Lei das S.A.;

(m) manifestar-se previamente sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral;

(n) aprovar o voto da Companhia em qualquer deliberação societária relativa às controladas ou coligadas da Companhia, que não seja da alçada da Diretoria, no caso da administração da Companhia, nos termos dp Estatuto Social;

(o) autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados do Estatuto Social, fixando o número, o preço, o prazo de integralização e as condições de emissão das ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo mínimo para o seu exercício nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou mediante permuta por ações em oferta pública para aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;

(p) dentro do limite do capital autorizado, conforme previsto no Estatuto Social, (i) deliberar a emissão de bônus de subscrição e de debêntures conversíveis em ações; (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações aos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços da Companhia ou de suas controladas, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra; e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações;

(q) deliberar sobre a negociação com ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais pertinentes;

(r) estabelecer a alçada da Diretoria para contratar endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia, bem como autorizar a contratação de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia de valor superior à alçada da Diretoria;

(s) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, e, sempre que respeitados os limites do capital autorizado, debêntures conversíveis em ações, podendo as debêntures, de qualquer das classes, ser de qualquer espécie ou garantia;

(t) deliberar sobre a emissão de notas promissórias comerciais privadas e/ou para oferta pública de distribuição;

(u) deliberar, por delegação da Assembleia Geral, quando da emissão pela Companhia de debêntures conversíveis em ações que ultrapassem o limite do capital autorizado, sobre (i) a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, (ii) a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e (iii) o modo de subscrição ou colocação, bem como a espécie das debêntures;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(v) autorizar a aquisição ou alienação de investimentos em participações societárias, bem como autorizar associações societárias ou alianças estratégicas com terceiros;

(w) estabelecer a alçada da Diretoria para a aquisição ou alienação de bens do ativo permanente e bens imóveis, bem como autorizar aquisição ou alienação de bens do ativo permanente de valor superior à alçada da Diretoria, salvo se a transação estiver contemplada no orçamento anual da Companhia;

(x) estabelecer a alçada da Diretoria para a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias, bem como autorizar a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias de valor superior à alçada da Diretoria;

(y) conceder, em casos especiais, autorização específica para que determinados documentos possam ser assinados por apenas um membro da administração, do que se lavrará ata no livro próprio;

(z) aprovar a contratação da instituição prestadora dos serviços de escrituração de ações;

(aa) elaborar e divulgar parecer fundamentado sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações ("OPA") que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, contendo a manifestação, ao menos: (i) sobre a conveniência e a oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto de seus acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado;

(bb) aprovar seu próprio regimento interno e o regimento interno da Diretoria e de todos os Comitês;

(cc) aprovar as atribuições da Auditoria Interna e, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, receber o reporte daquela área, avaliando, ao menos anualmente, se a sua estrutura e orçamento são suficientes ao desempenho de suas funções;

(dd) designar os membros do Comitê de Auditoria Estatutário e dos demais Comitês que vierem a ser instituídos pelo Conselho de Administração;

(ee) estruturar um processo e avaliação do Conselho de Administração, de seus Comitês e da Diretoria, a ser realizado ao menos uma vez durante a vigência do mandato da administração; e

(ff) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria e pelos Comitês, bem como convocar os membros da Diretoria para reuniões em conjunto, sempre que achar necessário.

(gg) qualquer adesão e/ou renúncia a programas de benefícios fiscais ou parcelamentos;

(hh) o ajuizamento de qualquer processo contra qualquer Autoridade Governamental que não tenha como fundamento tese amplamente reconhecida na jurisprudência aplicável.

Ademais, compete exclusivamente ao Presidente do Conselho de Administração, de acordo com o Regimento Interno do Conselho de Administração:

(i) convocar a Assembleia Geral, nos termos do Estatuto Social;

(ii) presidir a Assembleia Geral, nos termos do Estatuto Social;

(iii) organizar a agenda das reuniões do Conselho de Administração;

(iv) convocar, organizar e presidir as reuniões do Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social;

(v) assegurar que os membros do Conselho de Administração recebam informações completas e tempestivas sobre os itens constantes da agenda das reuniões;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(vi) coordenar as interações entre o Conselho de Administração e a administração e os comitês da Companhia; e

(vii) nomear e um Secretário de Governança, para apoiar o Conselho de Administração no exercício se suas atividades, conforme facultado no Regimento Interno.

Ainda, o Presidente do Conselho de Administração poderá nomear um Secretário de Governança. Se nomeado, o Secretário de Governança, que em relação aos assuntos da secretaria reportar-se-á ao Presidente do Conselho de Administração, terá as seguintes atribuições:

(a) apoiar o Presidente do Conselho de Administração e os coordenadores de Comitês na dinâmica das reuniões e na preparação das agendas;

(b) mediante pedido do Presidente do Conselho de Administração e dos coordenadores dos Comitês, enviar o anúncio de convocação para as reuniões do Conselho de Administração e dos Comitês, dando conhecimento aos membros do Conselho de Administração, dos Comitês e eventuais participantes, do local, data, horário e agenda/ordem do dia, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regimento Interno e do regimento interno de cada Comitê;

(c) encaminhar o material de apoio às reuniões e interagir com os membros da Diretoria, a fim de assegurar a qualidade e a tempestividade das informações;

(d) secretariar as reuniões, preparar e lavrar as respectivas atas e outros documentos no livro próprio, e coletar as assinaturas de todos os conselheiros ou membros de comitês presentes além de consignar o comparecimento de eventuais convidados;

(e) coordenar o arquivamento das atas e deliberações tomadas pelo Conselho de Administração nos órgãos competentes e sua posterior publicação, quando aplicável;

(f) emitir certidões, extratos e atestar, perante quaisquer terceiros, para os devidos fins, a autenticidade das deliberações tomadas pelo Conselho de Administração; e

(g) outras atribuições definidas pelo Conselho de Administração, quando de sua eleição.

i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

O Conselho de Administração e Comitê de Auditoria Estatutário, possuem regimentos internos próprios, os quais foram devidamente aprovados em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de fevereiro de 2021 e que podem ser consultados no website da CVM (www.cvm.gov.br), no website da Companhia (www.ri.wdcnet.com.br), bem como fisicamente na sede da Companhia.

Além do Comitê de Auditoria Estatutário, outros Comitês poderão ser instituídos pelo Conselho de Administração, sendo certo que, quando instituídos, o Conselho de Administração aprovará seus respectivos regimentos internos, os quais estipularão as competências, as composições, as regras de convocação, instalação, votação e periodicidades das reuniões, prazos dos mandatos, eventuais requisitos de qualificação de seus membros e atividades do coordenador de cada Comitê, entre outras matérias.

(ii) se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companhia possui um Comitê de Auditoria Estatutário, que atende plenamente aos requisitos do Regulamento do Novo Mercado e parcialmente aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

O Comitê de Auditoria Estatutário, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, dotado de autonomia operacional, é composto por, no mínimo, 3 (três) membros nomeados pelo Conselho de Administração, sendo que (i) pelo menos 1 (um) membro deverá ser um Conselheiro Independente (conforme termo definido no Regulamento do Novo Mercado); e (ii) pelo menos 1 (um) membro deverá ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, em conformidade com as normas aplicáveis expedidas pela CVM.

É de responsabilidade do Comitê de Auditoria Estatutário:

A. De acordo com o Estatuto Social e o Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário:
(i) opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia;
(ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
(iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
(iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
(v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas; e
(vi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

B. Adicionalmente, o Comitê de Auditoria Estatutário contará com um Coordenador, nomeado pelo Conselho de Administração, que será responsável por representar o Comitê de Auditoria Estatutário e organizar e coordenar suas atividades. Além disso, nos termos do regimento interno do Comitê de Auditoria Estatutário, será responsável por:

(i) convocar, instalar e presidir as reuniões do Comitê de Auditoria;
(ii) representar o Comitê de Auditoria em suas interações com o Conselho de Administração e a Diretoria, outros grupos de trabalho ou comitês internos e outros órgãos da Companhia. Também será encarregado de representar o Comitê de Auditoria assinando correspondências, intimações e relatórios;
(iii) convidar outros participantes a participar das reuniões do Comitê de Auditoria; e
(iv) cumprir e impor o cumprimento deste Regimento Interno aos membros do Comitê de Auditoria.

(iii) de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Embora a Companhia não possua uma política formalizada de contratação de serviços de extra auditoria com o auditor independente, nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício social corrente, não contratamos serviços extra auditoria com nossos auditores independentes.

Vale citar que, nos termos do Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade do Conselho de Administração escolher e destituir os auditores independentes e aprovar as atribuições da auditoria interna e, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, receber o reporte daquela área, avaliando, ao menos anualmente, se a sua estrutura e orçamento são suficientes ao desempenho de suas funções.

Além disto, o Comitê de Auditoria Estatutário, nos termos de seu Regimento Interno, é responsável por recomendar ao Conselho de Administração sobre a contratação e destituição dos auditores independentes, bem como por supervisionar suas atividades.

Adicionalmente, o Conselho de Administração, com apoio do Comitê de Auditoria Estatutário, deve assegurar-se de que os auditores independentes cumpram as regras profissionais de independência, incluindo a autonomia financeira do respectivo contrato de auditoria.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Para fins de avaliação do trabalho da auditoria independente, os auditores devem se reportar ao Conselho de Administração, informando quaisquer discussões havidas com os colaboradores da Companhia e a gestão sobre políticas contábeis críticas, mudança no escopo dos trabalhos, deficiências relevantes e falhas significativas nos controles e tratamento contábeis alternativos, avaliação dos riscos e análise de possibilidade de fraudes. O Conselho de Administração pode convocar os auditores independentes e os das sociedades controladas direta ou indiretamente pela Companhia para prestar os esclarecimentos que entender necessário**.**

(b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Diretoria não possui regimento interno próprio, sendo suas atribuições designadas pelo Estatuto Social ou pelo Conselho de Administração da Companhia.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, a Diretoria, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, é composta de no mínimo 2 (dois) e no máximo 6 (seis) membros, sendo 1 (um) Diretor-Presidente, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores e 1 (um) diretor Financeiro, e os demais, se eleitos, terão suas atribuições designadas pelo Conselho de Administração na reunião que os eleger. Os cargos de Diretor-Presidente e Diretor de Relações com Investidores são de preenchimento obrigatório e os demais de preenchimento facultativo. Os Diretores poderão acumular cargos.

Em conformidade com o Estatuto Social, é de sua responsabilidade:

A. Como órgão colegiado:

(i) aprovar e submeter, anualmente, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior, para apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
(ii) propor, ao Conselho de Administração, o orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual;
(iii) deliberar sobre a abertura e o fechamento de filiais; e
(iv) decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

B. Compete ao Diretor-Presidente, individualmente:

(i) dirigir e coordenar a atuação de todos Diretores da Companhia e de suas controladas;
(ii) dirigir e controlar todos os negócios e operações da Companhia, de forma a garantir que os objetivos projetados sejam atingidos;
(iii) representar e dirigir no mais alto nível a Companhia perante as instituições governamentais, não governamentais, veículos de comunicação, e outras correlatas, preservando a marca “WDC”;
(iv) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
(v) propor ao Conselho de Administração a estrutura organizacional da Companhia, sugerindo as áreas de atuação de cada Diretor;
(vi) dirigir e supervisionar a área de recursos humanos da Companhia, incluindo a propositura de planos atração, retenção, desenvolvimento, carreira, remuneração dos executivos e colaboradores da Companhia;
(vii) garantir que todas as decisões sejam tomadas no intuito de preservar a imagem, o resultado e o patrimônio da Companhia;
(viii) representar a Companhia em assembleias gerais de acionistas e/ou de quotistas de sociedades e/ou indicar um Diretor ou um procurador para representá-lo; e
(ix) desempenhar as outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

C. Compete ao Diretor de Relações com Investidores, individualmente:

(i) prestar informações aos investidores, à CVM, às bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação;
(ii) representar a Companhia isoladamente perante a CVM, as bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia; e
(iii) desempenhar as outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor-Presidente.

D. Compete ao Diretor Financeiro:

(i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as áreas de finanças da Companhia, e suas controladas, que abrange análise de investimento e gestão de risco, preservando a integridade financeira;
(ii) planejar a elaboração do orçamento consolidado, do plano de negócios e orçamento plurianual da Companhia;
(iii) supervisionar e administrar as áreas ou funções de controles e projeções financeiras, de gerenciamento de riscos, consolidando e reportando os resultados da Companhia e de suas subsidiárias;
(iv) prospectar, analisar e negociar oportunidades de investimentos e desinvestimento para a Companhia;
(v) analisar e avaliar atividades a serem desenvolvidas e/ou realizadas pela Companhia, inclusive a partir do estudo da viabilidade econômico-financeira das novas oportunidades de negócios;
(vi) manter a relação da Companhia com bancos, seguradoras, investidores existentes e potenciais;
(vii) manter os ativos da Companhia devidamente segurados;
(viii) analisar e propor financiamentos e refinanciamentos com objetivo de promover para companhia opções mais vantajosas para atender suas necessidades de investimentos, zelando pela otimização da estrutura de capital da Companhia; e
(ix) desempenhar as outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor-Presidente.

Em reunião realizada em 16 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração deliberou a eleição do Diretor Presidente, do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores (que cumulará as duas funções) e de 1 Diretor sem designação específica, ao qual atribuiu as seguintes funções:(i) dirigir e coordenar as unidades de fabricação da Companhia; (ii) dirigir e coordenar a distribuição e entrega dos produtos da Companhia; (iii) elaborar e supervisionar o planejamento logístico da Companhia; e (iv) supervisionar as atividades de importação e exportação da Companhia.

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas, conforme previsto na legislação aplicável. Na data deste Formulário de Referência, o conselho fiscal não está instalado e não possui regimento interno próprio.

Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de, no mínimo 3 (três) e, no máximo 5 (cinco) membros e suplentes em igual número (acionistas ou não) todos eles qualificados em conformidade com as disposições legais.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, conforme aprovado por Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de fevereiro de 2021, compete ao Conselho de Administração estruturar um processo de avaliação do Conselho de Administração, de seus comitês e da Diretoria. Contudo, até a data deste Formulário de Referência, o Conselho de Administração, que foi criado em 17 de abril de 2017, ainda não estruturou nosso processo de avaliação, sendo certo que utilizará como diretrizes as disposições constantes no Regulamento do Novo Mercado e do Código Brasileiro de Governança Corporativa ("CBGC").

(i) a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros:

Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, os processos de avaliação serão realizados, no mínimo, 1 (uma) vez durante a vigência do mandato da administração.

As avaliações do Conselho de Administração, de seus comitês de assessoramento e da Diretoria devem ser realizadas pelo Conselho de Administração no mínimo ao final de cada mandato, conforme processo de avaliação estruturado pela Companhia. As avaliações abrangem tanto avaliação por órgão quanto individual.

(ii) metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação:

A Companhia utiliza avaliações objetivas e subjetivas como metodologia para avaliação de desempenho do Conselho de Administração, da Diretoria e do Comitê de Auditoria Estatutário, sendo que a avaliação objetiva pode resultar do cumprimento de metas anuais enquanto a avaliação subjetiva é realizada por superiores, pares e/ou subordinados, conforme determinado pelo Conselho de Administração.

(iii) como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão:

Os resultados das respectivas avaliações são levados ao Conselho de Administração e são utilizados para identificar pontos forte e os que devem ser melhorados por cada órgão e seus respectivos membros.

(iv) se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos:

A Companhia pode vir a contratar serviços de consultoria ou assessoria externos para realizar as avaliações de desempenho do Conselho de Administração, de seus comitês de assessoramento, incluindo o Comitê de Auditoria e *Compliance*, e da Diretoria. Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, a Companhia não contratou tais serviços.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleia gerais

Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando:

a. Prazos de convocação

A Companhia não adota prática diferenciada quanto aos prazos de convocação em relação ao previsto na legislação societária. A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, se e quando instalado, mediante anúncio publicado, devendo a primeira convocação ser feita, com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, e a segunda com antecedência mínima de 8 (oito) dias da realização da Assembleia Geral. Independentemente de qualquer formalidade prevista no estatuto social da Companhia e na Lei das S.A., é considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas.

b. Competências

Como consta da Lei das Sociedade por Ações, a Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso; e (iv) aprovar a correção da expressão monetária do capital social.

Além dos poderes atribuídos pela legislação vigente, é de competência exclusiva da Assembleia Geral as seguintes matérias:

(a) tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras;
(b) alterar o Estatuto Social da Companhia
(c) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos;
(d) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado;
(e) fixar a remuneração global anual dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
(f) deliberar sobre qualquer decisão relacionada à fusão, incorporação, cisão ou outra reorganização societária envolvendo a Companhia ou qualquer sociedade na Companhia;
(g) deliberar sobre qualquer decisão relacionada à dissolução ou liquidação envolvendo Companhia e/ou cessação do estado de liquidação da Companhia;
(h) aprovar planos de concessão de ações ou de outorga de opção de compra de ações aos administradores e empregados da Companhia ou de suas controladas;
(i) aprovar previamente a negociação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão nas hipóteses cuja aprovação em Assembleia Geral seja prescrita na regulamentação em vigor;
(j) deliberar sobre a dispensa da realização de oferta pública de aquisição de ações em caso de saída voluntária do Novo Mercado.
(k) suspender o exercício de direitos de acionista, conforme previsto em lei e no Estatuto Social, não podendo, nessa deliberação, votar o(s) acionista(s) cujos direitos poderão ser objetos de suspensão;
(l) eleger e destituir o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
(m) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereço físico: Cidade de Ilhéus, Estado da Bahia, na Rodovia BA-262, Ilhéus x Uruçuca, s/nº, km 2,8, Quadra A, Bairro Iguape, Polo de Informática de Ilhéus, CEP 45658-335.

Endereço eletrônico: www.ri.wdcnet.com.br

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

d. Identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas Assembleias Gerais, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

A esse respeito, a Lei das S.A. prevê que o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o nosso.

A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o nosso é anulável e o acionista responderá pelos danos causados. Os conflitos de interesse são identificados nos termos da Lei das S.A. e administrados pelo Conselho de Administração.

Na administração de conflitos de interesses, é registrada a abstenção dos acionistas que tenham qualquer interesse relacionado às matérias a serem deliberadas pela assembleia.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Nos termos do artigo 126º, parágrafo 1º, da Lei das S.A., os acionistas pessoas físicas podem ser representados por procuradores constituídos há menos de 1 (um) ano e, cumulativamente, ser acionista, administrador da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos.

Nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das S.A., e em conformidade com o Ofício Circular CVM/SEP 03/2019, os acionistas que são pessoas jurídicas podem ser representados por seus representantes legais ou procuradores devidamente nomeados como tal, de acordo com nosso Estatuto Social ou com as regras previstas no Código Civil. Assim, no caso de pessoas jurídicas, seus procuradores não precisam ser acionistas, advogados ou administradores da Companhia.

f. Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de um ano e que, também, seja nosso acionista, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos. Juntamente com o instrumento de procuração deverão ser apresentados os atos constitutivos dos acionistas pessoas jurídicas e os documentos comprobatórios da regularidade da representação destes pelos signatários das procurações.

A Companhia admite procurações enviadas por meio eletrônico desde que na data da Assembleia sejam apresentados os documentos originais. Não há prazo prévio para depósito do instrumento de mandato, mas orientamos nossos acionistas a enviarem com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia Geral.

Além disto, não adotamos procedimento de outorga de procurações por meio eletrônico e não possuímos nenhuma outra regra, política ou prática para a aceitação de procurações de acionistas, além do disposto na legislação aplicável.

g. Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização:

Para exercício dos direitos de voto a distância com envio direto para a Companhia, os acionistas devem enviar os seguintes documentos para a Companhia (Cidade de Ilhéus, Estado da Bahia, na Rodovia BA-262, Ilhéus x Uruçuca, s/nº, km 2,8, Quadra A, Bairro Iguape, Polo de Informática de Ilhéus, CEP 45658-335):

(a) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricando e assinando; e

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(b) cópia autenticada dos seguintes documentos:

(i) para as pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista;
(ii) para pessoas jurídicas: (ii.1) último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii.2) documento de identidade com foto do representante legal; e
(iii) para fundos de investimento: (iii.1) último regulamento consolidado do fundo; (iii.2) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii.3) documento de identificação com foto do representante legal.
(iv) Em relação aos documentos indicados nos itens A e B, acima, solicitamos, conforme o caso, reconhecimento de firma, notarização, consularização (ressalvados os procedimentos alternativos eventualmente admitidos em razão de acordos ou convenções internacionais). Os boletins de voto a distância, acompanhados da respectiva documentação, serão considerados apenas se recebidos pela Companhia em plena ordem até 7 (sete) dias antes da data da assembleia. Nos termos do art. 21-U da Instrução CVM 481/09, comunicaremos aos acionistas se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido, ou os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio, caso necessário.

h. Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância. Os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instituições de voto para preenchimento do boletim de voto a distância por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso esses prestem esse tipo de serviço. O serviço de coleta e transmissão de instituições e preenchimento de voto poderá ser realizado também pelo agente escriturador da Companhia.

i. Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Os acionistas que pretendam incluir propostas de deliberação ou de candidatos para o Conselho de Administração ou para o Conselho Fiscal sob a forma de voto a distância devem enviar suas propostas pelo correio (Cidade de Ilhéus, Estado da Bahia, na Rodovia BA-262, Ilhéus x Uruçuca, s/nº, km 2,8, Quadra A, Bairro Iguape, Polo de Informática de Ilhéus, CEP 45658-335), aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, juntamente com os documentos relativos a proposta, ou por correio eletrônico para ri@wdcnet.com.br, tal como previsto na regulamentação aplicável.

Nos termos da Instrução CVM 481, a solicitação de inclusão de proposta de deliberação no boletim de voto a distância deve ser recebida pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral ordinária e até 45 (quarenta e cinco) dias antes da data de sua realização. Enquanto a solicitação de inclusão de proposta de chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância deve ser recebido pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre (i) o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral e até 25 (vinte e cinco) dias antes da data de sua realização, na hipótese de assembleia geral ordinária; ou (ii) o primeiro dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação de assembleia geral para eleição de membros do conselho de administração e do conselho fiscal em até 25 (vinte e cinco) dias antes da data de realização da assembleia geral extraordinária convocada para este fim.

j. Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

k Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não aplicável.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

(a) frequência das reuniões

O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente pelo menos 4 (quatro) vezes ao ano, conforme calendário anual a ser aprovado pelo Conselho de Administração na primeira reunião a se realizar após a eleição, e extraordinariamente, sempre que necessário.

As convocações para as reuniões do Conselho de Administração deverão ser entregues por meio eletrônico ou por carta, pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Vice-Presidente, se ausente o primeiro, a cada membro do Conselho de Administração, com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência, e com indicação da data, hora, lugar, ordem do dia detalhada e documentos a serem discutidos naquela reunião. Qualquer Conselheiro poderá, mediante solicitação escrita ao Presidente ou ao Vice-Presidente, solicitar que uma reunião seja convocada ou que itens sejam incluídos na ordem do dia.

Caso não estejam fisicamente presentes, os membros do Conselho de poderão manifestar seu voto por meio de: (a) delegação de poderes feita em favor de outro membro do Conselho de Administração, (b) voto escrito enviado antecipadamente e (c) voto escrito transmitido por correio eletrônico.

No último exercício social o Conselho de Administração se reuniu ordinária e extraordinariamente 8 (oito) vezes. O Conselho de Administração se reúne em conformidade com o calendário anual aprovado no pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião, ou conforme necessário e requerido.

(b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Segundo o Acordo de Acionistas, é condição prévia para a posse no Conselho de Administração que os representantes indicados pelos Acionistas declarem de forma escrita: (i) ter pleno conhecimento do teor do Acordo de Acionistas e se obrigar a cumpri-lo em todos os seus termos e condições, e (ii) declarar-se responsável, solidariamente com o Acionista que o indicou, por indenizar o Acionista prejudicado (se houver algum) em decorrência do descumprimento de qualquer das obrigações contraídas no Acordo de Acionistas por referido representantes, vide item 15.5 deste Formulário de Referência.

(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia possui uma Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses, conforme aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de fevereiro de 2021.

Nos termos de referida política, o membro do Conselho de Administração que estiver envolvido em processo de aprovação ou que estiver em uma situação pessoal de conflito de interesses, deverá informar essa situação ao nosso Departamento Jurídico e, se relevante, ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria Estatuário, responsável pela análise e/ou aprovação e deverá explicar seu envolvimento na transação e, mediante solicitação, fornecer detalhes e explicações sobre os termos e condições da transação e sua situação.

Além disto, nos termos do Artigo 156 da Lei das S.A., os membros do Conselho de Administração da Companhia e de suas controladas que estejam em situação de interesse pessoal conflitante deverão cientificar os demais membros do Conselho de Administração de seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração, a natureza e a extensão do seu impedimento.

(d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

A Companhia adota uma política de indicação de administradores ("Política de Indicação de Administradores"), a qual foi formalmente aprovada em 16 de fevereiro de 2021 e que pode ser

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

consultada em no website da CVM (www.cvm.gov.br) em nosso website (www.ri.wdcnet.com.br) e fisicamente em nossa sede.

(i) órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado; e

A Política de Indicação de Administradores da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 16 de fevereiro de 2021. Referida política pode ser consultada no site: (www.ri.wdcnet.com.br), bem como fisicamente em nossa na sede.

(ii) principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

Diretrizes e Critérios para Indicação

Como diretriz geral, o processo de indicação de candidatos deve visar que o Conselho de Administração seja composto de membros de perfil diversificado, número adequado de conselheiros independentes e tamanho que permita a criação de comitês, o debate efetivo de ideias e a tomada de decisões técnicas, isentas e fundamentadas.

O Estatuto Social prevê que o Conselho de Administração deve composto por 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição.

Dentre os membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento) deles, o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado.

Adicionalmente, seguindo a diretriz geral da Companhia, o processo de indicação deve buscar que o Conselho de Administração seja composto (i) tendo em vista a disponibilidade de tempo de seus membros para o exercício de suas funções e a diversidade de conhecimentos, experiências, comportamentos, aspectos culturais, faixa etária e gênero (conforme prática recomendada 2.2.1(ii) do CBGC); e (ii) em sua maioria por membros externos, tendo, no mínimo, um terço de membros independentes (conforme prática recomendada 2.2.1(ii) do CBGC).

Os membros indicados ao Conselho de Administração da Companhia, incluindo os conselheiros independentes, deverão atender os seguintes critérios, além dos requisitos legais e regulamentares, e daqueles expressos no Estatuto Social da Companhia e demais pactos societários porventura existentes que tenham a Companhia como objeto:

(i) alinhamento e comprometimento com os valores e a cultura da Companhia e seu Código de Conduta;

(ii) reputação ilibada;

(iii) não ter sido objeto de decisão irrecorrível que o suspendeu ou o inabilitou, por parte da CVM, que o tenha tornado inelegível aos cargos de administrador de companhia aberta;

(iv) não ter sido impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, corrupção ativa ou passiva, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o sistema financeiro nacional, ou a pena criminal que vede acesso a cargos públicos;

(v) formação acadêmica compatível com as atribuições dos membros do Conselho de Administração, conforme descritas no Estatuto Social e no Regimento Interno do Conselho de Administração;

(vi) experiência profissional em temas diversificados;

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

(vii) estar isento de conflito de interesse com a Companhia (salvo dispensa da assembleia geral); e

(viii) disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida, que vai além da presença nas reuniões do Conselho de Administração e da leitura prévia da documentação.

Procedimento para Indicação

A composição do Conselho de Administração deverá ser avaliada ao final de cada mandato para buscar o atendimento aos critérios constantes da Política de Indicação de Administradores, quando da aprovação dos candidatos propostos pela Administração.

A proposta de reeleição dos conselheiros deverá considerar os resultados do processo de avaliação periódica do Conselho de Administração, bem como as conclusões quanto à adequação ou necessidade de ajustes em sua composição.

A caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes deve ser deliberada na assembleia geral de acionistas que os eleger, nos termos do Artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado e do Estatuto Social da Companhia.

Cada indicado a conselheiro independente deverá apresentar declaração ao Conselho de Administração, atestando seu enquadramento em relação aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado, contemplando a respectiva justificativa, se verificada alguma situação que poderia implicar na perda da independência do conselheiro independente, conforme rol de situações previstas no § 3º do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado e no Estatuto Social da Companhia.

O Conselho de Administração da Companhia deverá aprovar manifestação, inserida na proposta da administração referente à assembleia geral para eleição de administradores, quanto ao enquadramento ou não enquadramento do candidato nos critérios de independência.

O procedimento acima não se aplica às indicações de candidatos a membros do conselho de administração:

(i) que não atendam ao prazo de antecedência para inclusão de candidatos no boletim de voto, conforme disposto na regulamentação editada pela CVM sobre votação a distância; e

(ii) para eleição mediante votação em separado (aplicável às companhias com acionista controlador).

Adicionalmente, o Conselho de Administração deve avaliar e divulgar anualmente quem são os conselheiros independentes, bem como indicar e justificar quaisquer circunstâncias que possam comprometer sua independência (conforme prática recomendada 2.2.1(ii) do CBGC). São consideradas situações que podem comprometer a independência do membro do Conselho de Administração, sem prejuízo de outras:

(i) ter atuado como administrador ou empregado da Companhia, de acionista com participação relevante ou de grupo;

(ii) de controle, de auditoria independente que audite ou tenha auditado a Companhia, ou, ainda, de entidade sem fins lucrativos que receba recursos financeiros significativos da companhia ou de suas partes relacionadas;

(iii) ter atuado, seja diretamente ou como sócio, acionista, conselheiro ou diretor, em um parceiro comercial relevante da Companhia;

(iv) possuir laços familiares próximos ou relações pessoais significativas com acionistas, conselheiros ou diretores da Companhia; ou

(v) ter cumprido um número excessivo de mandatos consecutivos como conselheiro na Companhia.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, a Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, ficam obrigados a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei n° 6.385/76, na Lei das S.A., no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Francisco Sergio Day De Toledo	05/06/1962	Pertence apenas à Diretoria	16/02/2021	2 anos	0
442.274.346-53	Empresário	19 - Outros Diretores	16/02/2021	Sim	0.00%
Não Aplicável					
André Luiz Sandoval Valente	23/05/1979	Pertence apenas à Diretoria	16/02/2021	2 anos	0
222.131.528-61	Economista	12 - Diretor de Relações com Investidores	16/02/2021	Sim	0.00%
Diretor Financeiro					
Bruno Savassi Rigatieri	16/10/1992	Pertence apenas ao Conselho de Administração	08/02/2021	2 anos	0
392.043.158-81	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	08/02/2021	Sim	100.00%
Não Aplicável					
Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa	11/09/1964	Pertence apenas ao Conselho de Administração	08/02/2021	2 anos	3
214.656.938-74	Administrador	20 - Presidente do Conselho de Administração	08/02/2021	Sim	100.00%
Não Aplicável					
Flavio Cesar Maia Luz	27/07/1951	Pertence apenas ao Conselho de Administração	08/02/2021	2 anos	0
636.622.138-34	Engenheiro Civil	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	08/02/2021	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Auditoria					
Roberto José Maris de Medeiros	15/07/1958	Pertence apenas ao Conselho de Administração	08/02/2021	2 anos	0
664.054.677-91	Administrador de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	08/02/2021	Sim	100.00%
Não Aplicável					
Vanderlei Rigatieri Junior	29/03/1962	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	08/02/2021	2 anos	3
055.084.198-96	Engenheiro Eletrônico	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	08/02/2021	Sim	100.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Não Aplicável					

Experiência profissional / Critérios de Independência

Francisco Sergio Day De Toledo - 442.274.346-53

O Sr. Francisco Sergio Day De Toledo graduou-se em Ciências pelo Instituto Superior de Três Corações e em Comércio Exterior pela Unip. Iniciou sua carreira profissional como escriturário na Caixa Econômica de Minas Gerais (1980-1986), depois trabalhou como agente tarifário na Embraer (1987-1992), depois trabalhou como supervisor de importação e exportação na Tectelcom e Future Electronics (1992-2000). Em 1996, fundou a Toledo Despachos Aduaneiros, que permaneceu até 2003. Neste período, também trabalhou como gerente de logística na Netm Network (2000-2003). Em 2004, foi um dos fundadores da WDC (Livetech), onde permanece e atualmente ocupa o cargo de Diretor de Logística.
O Sr. Francisco Sergio Day De Toledo não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

André Luiz Sandoval Valente - 222.131.528-61

O Sr. André Luiz Sandoval Valente formou-se em Economia pela Universidade Mackenzie e em pós graduação em Economia Aplicada na FGV em 2001. Foi Diretor Financeiro estatutário na Coimex de 2005 a 2009, membro do Conselho de Administração da Tegma Venezuela de 2007 a 2009, Diretor Financeiro Estatutário da Veloce Logística de 2011 a 2012 e Vice Presidente Estatutário da Veloce em 2012. Foi diretor financeiro estatutário da Syncreon de 2012 a 2014. Foi diretor financeiro estatutário da Cognita participações, diretor financeiro da escola Cidade Jardim Playpen e do Instituto Gaylussac, entre 2014 e 2016. É sócio administrador da We Wash Lavanderia (1 a 5) de março/2017 até o momento.
O Sr. André Luiz Sandoval Valente não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Bruno Savassi Rigatieri - 392.043.158-81

O Sr. Bruno Savassi Rigatieri graduou-se em Administração pela FAAP em 2017, além de ter realizado cursos técnicos nas áreas de compras e gestão de fornecedores pela FGV em 2020 e 2021. Ingressou na WDC Networks em 2015, passando pelas áreas de Marketing, Finanças e Produtos. Em seguida, foi promovido a supervisor da área de produtos. Posteriormente, foi para a área de compras 2018, tornando-se gerente e, em 2019, foi promovido a Diretor de Compras, além de ter assumido a área de Administração de Vendas.
O Sr. Bruno Savassi Rigatieri não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa - 214.656.938-74

O Sr. Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa graduou-se em Administração de empresas pela Universidade Católica Portuguesa em 1988, com MBA pela Columbia Business School em 1995. Foi responsável pela área de corporate finance do BESI Brasil de 2001 a 2006. Foi VP de M&A no J.P. Morgan entre 1999 e 2001em Nova Iorque e Associate entre 1995 e 1998 em Nova York, Cidade do México e São Paulo. Responsável pela atividade proprietária de private equity do Banco Espirito Santo no Brasil entre 2007 e 2010. Desde 2010, Manuel de Sousa é Managing Director da 2bCapital.
O Sr. Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Flavio Cesar Maia Luz - 636.622.138-34

O Sr. Flavio Cesar Maia Luz graduou-se em Engenharia civil pela Escola Politécnica – USP, com Especialização em Administração de Empresas pela FGV, Especialização em Economia Aplicada pela FGV , Finanças Corporativas pela Harvard Business School , Estratégia Mercadológica pela Stanford University, Negociação pela California University - Berkeley e Fusões e Aquisições pela Wharton Business School . É Sócio-Diretor da Doing Business Consultoria Empresarial Ltda., com atuação na área de Governança e Finanças Corporativas. Foi membro dos Conselhos de Administração da Eletropaulo, Light, Marcopolo e Sinqia, bem como membro dos Conselhos Fiscais da Ultrapar, Itausa., Duratex e Isa Cteep. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Ser Educacional, membro do Conselho Fiscal da Linx e Coordenador do Comitê de Auditoria da Ultrapar.
O Sr. Flavio declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.
O Sr. Flavio é membro independente, em conformidade com os critérios de independência do Novo Mercado.

Roberto José Maris de Medeiros - 664.054.677-91

Roberto José Maris de Medeiros - 664.054.677-91
O Sr. Roberto José Maris de Medeiros graduou-se em Engenharia Eletrônica na PUR-RJ em 1980 e concluiu o Program for Management Development em Harvard em 1992. Diretor Regional na Motorola de 1994 a 1999. COO/CEO da Telecom Italia / CRT de 2000 a 2001. CEO da Telefonica Empresas de 2002 a 2008. CEO da Rede de 2008 a 2011. Conselheiro da Westfield Almeida Junior de 2012 a 2013. Operating Partner da Advent International de 2011 a 2013. CEO da Multiplus de 2013 a 2019. Foi conselheiro na Disal de 2019 a 2020. Atualmente é conselheiro na Graac e na V8 Consulting, além de conselheiro consultivo na Nuvini e sócio na JUG Assessoria Empresarial.
O Sr. Roberto José Maris de Medeiros não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.
O Sr. Roberto é membro independente, em conformidade com os critérios de independência do Novo Mercado.

Vanderlei Rigatieri Junior - 055.084.198-96

O Sr. Vanderlei Rigatieri Junior se graduou em Engenharia Elétrica pela Escola Politécnica da USP e tem MBA pela FGV. Possui 36 anos de experiência no mercado brasileiro de TIC. Antes da WDC, Vanderlei trabalhou como engenheiro de software na Digirede Informatica, desenvolvedora de softwares para automação bancaria; foi gerente de vendas na Troppus Informatica, fabricante de computadores; gerente de vendas e marketing na Monydata, fabricante de computadores; gerente de vendas na Saturnia Sistemas de Energia, fabricante de sistemas no-break; VP para America Latina na Cabletron Systems, fabricante de equipamentos de networking; diretor comercial na Tess Celular, empresa de telefonia celular; VP de Vendas para America Latina na AT&T, multinacional de telefonia; e diretor geral da Avaya Brasil, fabricante de equipamentos de telecomunicação. Em 2004, co-fundou a WDC, atuando como CEO da companhia, e posteriormente também como presidente do Conselho de Administração, além de ser o acionista controlador.
O Sr. Vanderlei Rigatieri Junior não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Francisco Sergio Day De Toledo - 442.274.346-53	
N/A	
André Luiz Sandoval Valente - 222.131.528-61	
N/A	
Bruno Savassi Rigatieri - 392.043.158-81	
N/A	
Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa - 214.656.938-74	
N/A	
Flavio Cesar Maia Luz - 636.622.138-34	
N/A	
Roberto José Maris de Medeiros - 664.054.677-91	
N/A	
Vanderlei Rigatieri Junior - 055.084.198-96	

N/A

551

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Flavio Cesar Maia Luz	Comitê de Auditoria		Membro do Comitê (Efetivo)	27/07/1951	16/02/2021	2 anos
636.622.138-34		Engenheiro Civil		16/02/2021	0	100.00%
Além de Coordenador do Comitê de Auditoria, o Sr. Flavio Cesar Maia Luz também é Membro Efetivo (Independente) do Conselho de Administração.						
Roberto Vertamatti	Comitê de Auditoria		Membro do Comitê (Efetivo)	04/09/1948	16/02/2021	2 anos
051.165.038-87		Administrador		16/02/2021	0	100.00%
Não Aplicável						
Luiz Alberto de Castro Falleiros	Comitê de Auditoria		Membro do Comitê (Efetivo)		16/02/2021	2 anos
024.351.768-80				16/02/2021	0	100.00%
Não Aplicável						

552

Experiência profissional / Critérios de Independência

Flavio Cesar Maia Luz - 636.622.138-34

O Sr. Flavio Cesar Maia Luz graduou-se em Engenharia civil pela Escola Politécnica – USP, com Especialização em Administração de Empresas pela FGV, Especialização em Economia Aplicada pela FGV , Finanças Corporativas pela Harvard Business School , Estratégia Mercadológica pela Stanford University, Negociação pela California University - Berkeley e Fusões e Aquisições pela Wharton Business School . É Sócio-Diretor da Doing Business Consultoria Empresarial Ltda., com atuação na área de Governança e Finanças Corporativas. Foi membro dos Conselhos de Administração da Eletropaulo, Light, Marcopolo e Sinqia, bem como membro dos Conselhos Fiscais da Ultrapar, Itausa., Duratex e Isa Cteep. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Ser Educacional, membro do Conselho Fiscal da Linx e Coordenador do Comitê de Auditoria da Ultrapar.
O Sr. Flavio declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.
O Sr. Flavio é membro independente, em conformidade com os critérios de independência do Novo Mercado.

Roberto Vertamatti - 051.165.038-87

Formado em Ciências Econômicas e em Ciências Contábeis pela Fundação Santo André. Mestrado em Controladoria pela USP. Doutorado e Pós Doutorado pela Florida Christian University. Presidente do Conselho da Anefac - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade; atualmente membro do conselho. Conselheiro da empresa W2Conn. Professor em cursos de Pós-Graduação e MBA na FIAP, na FGV – Fundação Getúlio Vargas, e professor em mestrado e doutorado na Florida Christian University. Coordenador do MBA em Controladoria Estratégica e Gestão Tributária da USCS; Foi Conselheiro de administração no grupo Coimex.
O Sr. Roberto Vertamatti não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Luiz Alberto de Castro Falleiros - 024.351.768-80

Formado em Ciências Econômicas pela Unicamp, Pós Graduação em Economia pela PUC-SP. MBA em Finanças pela FACAMP. Foi diretor de investimento no Banco Multiplic em 1992. Foi Superintendente de Relações com o Mercado da Sabesp em 1997. Foi Gerente Geral de Corporate Finance e Diretor Comercial no Banco Real de Investimento em 1998. Em 2000, fundou a Fasce, empresa de consultoria e passou a atuar como conselheiro independente. Foi Conselheiro de Administração nas empresas Tele Norte Celular Participações, Cerâmica Chiarelli, Lorenge, Financeira Alfa, São Paulo Turismo, Associação Congregação Santa Catarina, Construtora Julio Julio e Universidade Tiradentes. Participou do conselho fiscal de dezenas de empresas.
O Sr. Luiz Alberto de Castro Falleiros não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Flavio Cesar Maia Luz - 636.622.138-34	
N/A	
Roberto Vertamatti - 051.165.038-87	
N/A	
Luiz Alberto de Castro Falleiros - 024.351.768-80	
N/A	

553

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Vanderlei Rigatieri Junior	055.084.198-96	Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.	05.917.486/0001-40	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
O Sr. Vanderlei é acionista controlador, Diretor-Presidente e Membro do Conselho de Administração da nossa Companhia.				
Pessoa relacionada				
Bruno Savassi Rigatieri	392.043.158-81	Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.	05.917.486/0001-40	
O Sr. Bruno é Membro do Conselho de Administração e Diretor de Compras da nossa Companhia.				
Observação				
O Sr. Vanderlei é acionista controlador, Diretor-Presidente e Membro do Conselho de Administração da nossa Companhia. Para mais informações da nossa estrutura societária e administrativa, vide itens 15.1/2, 15.4 e 12.5/6 deste Formulário de Referência. O Sr. Bruno é Membro do Conselho de Administração e Diretor de Compras da nossa Companhia. Para mais informações da nossa estrutura societária e administrativa, vide itens 15.1/2, 15.4 e 12.5/6 deste Formulário de Referência.				

554

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2020			
Administrador do Emissor			
Vanderlei Rigatieri Junior	055.084.198-96	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Livetech Franchising Administração Ltda.	35.849.997/0001-33		
Observação			
O administrador exerce atualmente cargo na administração da Livetech Franchising Administração Ltda.			
Administrador do Emissor			
André Luiz Sandoval Valente	222.131.528-61	Controle	Controlada Direta
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Livetech Franchising Administração Ltda.	35.849.997/0001-33		
Prestação de Serviços			
Observação			
O administrador exerce atualmente cargo na administração da Livetech Franchising Administração Ltda.			

555

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Nos termos do artigo 16 de nosso Estatuto Social, indenizaremos e manteremos indenes os membros de nosso Conselho de Administração, da Diretoria, membros de comitês de assessoramento e demais empregados que exerçam cargo ou função de gestão (em conjunto ou isoladamente "Beneficiários"), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido pelos Beneficiários por força do exercício regular de suas funções.

O parágrafo 1º de referido artigo 16 de nosso Estatuto Social, descreve situações nas quais não indenizaremos os Beneficiários, a saber: (i) atos praticados fora do exercício das atribuições ou poderes; (ii) atos com má-fé, dolo, culpa grave ou fraude; (iii) atos praticados em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia; (iv) indenizações decorrentes de ação social prevista no art. 159 da Lei das S.A. ou ressarcimento de prejuízos de que trata o art. 11, § 5º, II, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976. Não obstante, outros excludentes de indenização poderão ser estabelecidos nos contratos de indenidade que serão firmados com os Beneficiários.

Ainda, nos termos do parágrafo 2º do artigo 16 de nosso Estatuto Social, caso o Beneficiário seja condenado por uma decisão judicial, arbitral ou administrativa, transitada em julgado ou da qual não caiba mais recurso, em virtude de atos praticados nos termos dos itens (i) a (iii) do parágrafo acima, o Beneficiário, além de não fazer jus ao recebimento de indenização pelas penalidades eventualmente impostas, deverá ressarcir a Companhia de todos os custos e despesas incorridos com a assistência jurídica.

O nosso Conselho de Administração, em reunião realizada em 16 de fevereiro de 2020 aprovou, nos termos do parágrafo 3º do artigo 16 de nosso Estatuto Social, o modelo padrão do contrato de indenidade, a ser celebrado entre, de um lado, a Companhia e, de outro lado, seus conselheiros de administração, diretores, membros de comitês de assessoramento ao conselho de administração e demais empregados que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia.

Oferecemos seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O), contratado junto à Tokio Marine, para a cobertura de perdas e danos a terceiros por atos vinculados ao exercício das funções e atribuições dos nossos diretores e administradores, até o limite máximo de garantia de R$ 12.5000.000,00 (doze milhões e quinhentos mil reais). O valor do prêmio líquido desta apólice foi de R$ 16.557,16 (dezesseis mil e quinhentos reais) e a apólice vence em 01/01/2022.

A administração da Companhia entende que o seguro D&O e os contratos de indenidade são instrumentos importantes e complementares de atração e retenção de bons profissionais, compondo um pacote de cobertura adequado para administradores de companhia aberta. Neste sentido, o seguro D&O, em particular, enquanto contrato de seguro de responsabilidade civil, possui uma natureza dúplice na medida em que o seguro, além de proteger o patrimônio dos Beneficiários, também garante a indenização do terceiro prejudicado, o que não se verifica no âmbito dos contratos de indenidade. Adicionalmente, é possível constatar a complementaridade desses instrumentos a medida em que o contrato de indenidade poderá ser aplicado para suprir a indenização que não estiver coberta pelo seguro D&O, após expressa declaração da respectiva seguradora, bem como no caso de a seguradora não realizar o pagamento devido no prazo de até 30 dias da realização do pedido de indenização, desde que observados os termos e condições dos contratos de indenidade.

A existência de uma proteção adequada permite a tomada de decisões negociais que impliquem a assunção de riscos compatíveis com os níveis tolerância a riscos fixados no interesse da companhia, e que restariam comprometidas ou engessadas com a possibilidade de responsabilização civil.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12 - Outras informações relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos três anos, (i) data de realização; (ii) eventuais casos de instalação em segunda convocação; e (iii) quórum de instalação:

Evento	Data	Quórum de instalação	Instalação em segunda convocação
Assembleia Geral de Debenturistas	29/01/2020	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	27/04/2020	100%	NÃO
Assembleia Geral Ordinária	28/07/2020	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	09/09/2020	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	23/01/2019	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	07/02/2019	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	18/02/2019	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	19/02/2019	100%	NÃO
Assembleia Geral Ordinária	19/08/2019	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	12/09/2019	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	16/09/2019	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	16/09/2019	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	16/09/2019	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	16/09/2019	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	16/09/2019	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	16/09/2019	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	16/09/2019	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	30/09/2019	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	02/10/2019	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	07/11/2019	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	11/11/2019	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	12/11/2019	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	17/12/2019	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	20/12/2019	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	20/12/2019	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	07/11/2019	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	07/11/2019	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	17/12/2019	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	17/12/2019	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	31/01/2018	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	20/02/2018	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	20/02/2018	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	20/03/2018	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	26/04/2018	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	07/05/2018	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	09/05/2018	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	10/05/2018	100%	NÃO

12.12 - Outras informações relevantes

Assembleia Geral Extraordinária	06/06/2018	100%	NÃO
Assembleia Geral Ordinária	02/08/2018	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	06/08/2018	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	20/08/2018	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	05/10/2018	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	10/10/2018	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	29/10/2018	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	23/11/2018	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	10/12/2018	100%	NÃO

Informações relevantes sobre os membros da administração da Companhia

Em atendimento ao item 4.5 do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, para informações relevantes acerca dos membros da administração da Companhia, incluindo eventuais cargos por eles ocupados no conselho de administração, conselho fiscal, comitês e órgãos executivos de outras sociedades e entidades, vide item 12.6/12.8 deste Formulário de Referência.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Possuímos uma Política da Remuneração de Administradores ("Política de Remuneração"), a qual foi formalmente aprovada em 16 de fevereiro de 2021, e que pode ser consultada no website da CVM (www.cvm.gov.br), em nosso website (wdcnet.com.br) e fisicamente em nossa sede social.

A Política de Remuneração para nossos administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, os Diretores estatutários e não estatutários, membros dos comitês, e os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, é coerente com as melhores práticas existentes no mercado. Sempre buscando aumentar nossa eficiência, o objetivo de nossa Política de Remuneração é atrair os melhores profissionais existentes no mercado, além de reter e motivar nossos colaboradores.

As diretrizes que norteiam nossa prática de remuneração são: (i) a remuneração ser balizada conforme boas práticas de mercado, alinhada com a estratégia e impacto da contratação no negócio, visando atrair, recompensar, reter e incentivar executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados, estando sempre alinhada aos interesses dos acionistas; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às nossas diversas necessidades.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

A remuneração fixa anual é o elemento básico da remuneração dos membros do Conselho de Administração e dos membros dos Comitês, sendo composta por uma remuneração mensal, definido de acordo com a negociação individual, orientada, dentre outros fatores, o tempo dedicado às funções, a competência e a reputação profissional e o valor dos serviços no mercado de cada membro, bem como por pesquisas de remuneração do setor de atividade e de companhias de porte similar ao nosso.

Adicionalmente, a Companhia poderá reembolsar despesas gastas pelos membros do Conselho de Administração e dos Comitês, com locomoção, acomodação, alimentação e/ou outras relacionadas ao comparecimento em reuniões específicas e que colaborem na prestação do auxílio às práticas da Companhia, mediante recebimento de comprovação do referido gasto pelo Conselheiro ou membros do Comitê.

Os membros do Conselho de Administração que também sejam membros da Diretoria, estatutária ou não-estatutária, farão jus exclusivamente à remuneração recebida na qualidade de Diretores. Os membros dos Comitês, estatutários ou não-estatutários, que também sejam membros do Conselho de Administração ou Diretores, estatutários ou não-estatutários, poderão fazer jus ao acréscimo de pró-labore ou outro elemento de remuneração em função de sua participação nos Comitês.

Conforme informado no item (v) abaixo, na data deste Formulário de Referência, há três membros do conselho de administração que renunciaram à sua remuneração para o presente exercício social e, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, a totalidade dos membros do Conselho de Administração renunciaram à sua remuneração.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Diretoria Estatutária e Diretoria Não Estatutária

A remuneração fixa anual é o elemento principal e fundamental da remuneração dos membros da Diretoria, e deverá se basear especialmente no cargo e nas responsabilidades desempenhadas, bem como na experiência individual, sendo composta por uma remuneração mensal, a título de pró-labore ou salário, definido de acordo com a negociação individual, orientada, dentre outros fatores, por pesquisas salariais do nosso segmento de atividade.

Os Diretores poderão fazer jus ao recebimento de uma remuneração variável, que permite a Companhia oferecer retribuição pelo seu desempenho e comportamento, refletindo, ao mesmo tempo, a lucratividade e a nossa situação financeira.

Os Diretores também podem ser elegíveis a participar de planos de incentivo de longo prazo, com remuneração baseada em ações, incluindo opções ou outras modalidades e instrumentos que vierem a ser estabelecidos pela Companhia.

Os Diretores, assim como todos nossos colaboradores que exercem cargos de gestão são elegíveis ao programa de Bônus da Companhia, que está atrelado à entrega das metas orçamentarias e operacionais. Para que esse programa seja ativado é mandatório o atingimento da meta global da Companhia, que se cumprida, possibilitam aos elegíveis o recebimento da remuneração variável naquele exercício. Cada área tem um farol de metas construído de acordo com o planejamento estratégico da Companhia.

Nossos Diretores estatutários e não-estatutários poderão ser elegíveis aos seguintes benefícios: (i) Plano de Assistência Médica e Odontológica; (ii) Auxilio Combustível; (iii) Vale Refeição; (iv) Ajuda de Custo Mobilidade; (v) Seguro de Vida; e (vi) Estacionamento.

Conselho Fiscal

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos Conselho Fiscal instalado. Se e quando instalado, terá sua remuneração determinada pela Assembleia Geral de acionistas, de acordo com a legislação aplicável.

Comitês

Os membros do Conselho de Administração que venham a integrar comitês de assessoramento poderão fazer jus a uma remuneração adicional pelo exercício do cargo no referido comitê, conforme definido pelo Conselho de Administração.

Os membros externos que eventualmente venham a integrar Comitês de Assessoramento poderão fazer jus a uma remuneração fixa mensal cujo montante será definido levando-se em consideração, principalmente, a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo, a dedicação de tempo esperada do profissional, a experiência e a qualificação necessárias ao exercício da função.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para os 3 últimos exercícios (2018, 2019 e 2020):

Exercício 2020	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	44,35%	55,65%	N/A	100%
Diretoria Não-Estatutária	47,30%	52,70%	N/A	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Exercício 2019	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	42,00%	58,00%	N/A	100%
Diretoria Não-Estatutária	34,00%	65,98%	N/A	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício 2018	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	55,91%	44,09%	N/A	100%
Diretoria Não-Estatutária	78,22%	21,78%	N/A	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações.

A remuneração total alvo individual dos Diretores Estatutários é determinada pelo Conselho de Administração, pautadas em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas na comparação empresas de seguros, resseguros ou do mercado geral, de acordo com a função. O Conselho de Administração também é responsável por determinar, anualmente, o índice de reajuste de honorários fixos. A remuneração variável, em dinheiro, é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, sendo o critério acima também aplicável para este componente de remuneração.

A remuneração total alvo individual dos Diretores Não-Estatutários é determinada pela Diretoria Estatutária com base em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas empresas de seguros, resseguros ou do mercado geral, de acordo com a função. Os Diretores Não-Estatutários também podem ser elegíveis a aumentos salariais anuais com base em acordo coletivo de trabalho com os representantes da categoria. Como a remuneração variável, em dinheiro, é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, o critério acima se aplica também para este componente de remuneração.

A revisão da remuneração fixa é avaliada anualmente tendo em vista as práticas de mercado, sendo os valores incorporados à proposta da administração que é submetida à Assembleia Geral.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia analisa a sua performance e o desempenho de seus administradores para manter a remuneração de acordo com as práticas de mercado, adequadas à qualidade de nossos executivos e dentro de suas possibilidades financeiras. As razões que justificam a composição da remuneração são o incentivo à melhoria de nossa gestão, a permanência de nossos executivos, e o incentivo aos colaboradores obterem melhores resultados, visando a ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho no curto prazo.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e razão para esse fato

Na data deste Formulário de Referência, há três membros do conselho de administração que renunciaram à sua remuneração para o presente exercício social e, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, a totalidade dos membros do Conselho de Administração renunciaram à sua remuneração. Tais membros do Conselho de Administração renunciaram e renunciam a sua remuneração, pois são os acionistas controladores da Companhia ou partes relacionadas dos acionistas controladores.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Tendo em vista que a remuneração fixa e os benefícios não são afetados diretamente pelo desempenho individual de nossos colaboradores, não há indicadores específicos para estes elementos da remuneração. Os salários e benefícios praticados estão de acordo com as práticas de mercado.

A remuneração variável dos Diretores Estatutários da Companhia leva em consideração metas individuais e metas de desempenho financeiro pela Companhia, definidas e aprovadas pelo Conselho de Administração. As metas individuais são objetivas e estão ligadas ao desempenho de tarefas ou conclusão de projetos específicos de cada área, podendo estar relacionadas ao fechamento de determinados negócios, atingimento de melhorias operacionais, novos lançamentos de produtos ou canais de vendas, entre outros. Já as metas de desempenho da Companhia são auferidos, principalmente, pelo Retorno sobre o Patrimônio Líquido (*Return on Equity* – ROE) da Companhia, podendo incluir outras métricas específicas a critério do Conselho de Administração.

A remuneração do Conselho de Administração não é impactada por indicadores de desempenho.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho da seguinte maneira: analisamos nossa performance e o desempenho de nossa Diretoria regularmente, de forma a acompanhar o atingimento das metas, da Companhia e individuais, calculando o aumento do salário base e o valor da bonificação de acordo com o merecimento de cada administrador.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O formato da remuneração acima descrita procura incorporar elementos de alinhamento aos nossos interesses de curto, médio e longo prazo.

Nesse sentido, os resultados de curto prazo (anuais) alinham-se com a política de remuneração da Companhia no que se refere tanto ao pagamento da remuneração fixa, quanto ao pagamento da remuneração variável, composta por eventual participação nos lucros do exercício (nos casos dos Diretores Estatutários).

No médio/longo prazo, a remuneração variável e remuneração baseada em ações refletem não apenas metas de desempenho individuais, mas também o atingimento de metas de desempenho financeiro pela própria Companhia, garantindo alinhamento à estratégia de crescimento de longo prazo.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A Companhia é responsável pelo pagamento da totalidade da remuneração dos membros da Administração da Companhia. Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A Assembleia Geral fixará, anualmente, a remuneração global dos administradores, sendo que o Conselho de Administração fixará a remuneração global e individual dos seus membros e dos Diretores.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria receberão um pró-labore fixo mensal, definido de acordo com negociação individual, orientada dentre outros fatores, por pesquisas salariais do nosso segmento de atividade, observada a Política de Remuneração.

Os objetivos e práticas de remuneração visam reconhecer e remunerar os nossos administradores considerando as responsabilidades, o tempo dedicado às funções, a competência e a reputação profissional destes. Ademais, realizamos pesquisas salariais para garantir alinhamento com as melhores práticas de mercado e manter a competitividade de nossa estratégia de remuneração, a qual abrange tanto para a remuneração fica mensal, recebida a título de pró labore, quanto a remuneração variável e baseada em ações. Estas pesquisas levam em consideração uma amostra de empresas dos que atuam no mesmo setor que no nosso, além de companhias de porte semelhante ao nosso, e buscamos identificar a prática dessas empresas nos diferentes componentes da remuneração.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avalia anualmente a adequação da Política de Remuneração da Companhia, avaliando se a remuneração paga condiz com o cargo, responsabilidades e volume de trabalho de cada membro, levando em consideração, ainda, sua situação econômico financeira.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	0,00	8,00
Nº de membros remunerados	2,00	3,00	0,00	5,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	480.000,00	4.643.562,00	0,00	5.123.562,00
Benefícios direto e indireto	0,00	549.600,00	0,00	549.600,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	96.000,00	1.175.124,86	0,00	1.271.124,86
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/2/2020.	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/2/2020.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	849.928,00	0,00	849.928,00
Participação de resultados	0,00	1.833.100,00	0,00	1.833.100,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	576.000,00	9.051.314,86	0,00	9.627.314,86

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	3,00	0,00	7,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00	0,00	3,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	3.041.530,00	0,00	3.041.530,00
Benefícios direto e indireto	0,00	342.956,40	0,00	342.956,40
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.032.755,87	0,00	1.032.755,87

Descrição de outras remunerações fixas		Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/2/2020.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.870.552,00	0,00	1.870.552,00
Participação de resultados	0,00	1.614.690,40	0,00	1.614.690,40
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	7.902.484,67	0,00	7.902.484,67

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	3,00	0,00	7,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00	0,00	3,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	2.905.817,67	0,00	2.905.817,67
Benefícios direto e indireto	0,00	336.230,52	0,00	336.230,52
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.015.166,72	0,00	1.015.166,72
Descrição de outras remunerações fixas		Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/2/2020.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.111.605,00	0,00	2.111.605,00
Participação de resultados	0,00	1.564.802,00	0,00	1.564.802,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	7.933.621,91	0,00	7.933.621,91

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	3,00	0,00	7,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00	0,00	3,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	2.161.764,44	0,00	2.161.764,44
Benefícios direto e indireto	0,00	270.580,02	0,00	270.580,02
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	738.178,22	0,00	738.178,22
Descrição de outras remunerações fixas		Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/2/2020.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	23.333,33	0,00	23.333,33
Participação de resultados	0,00	1.410.943,33	0,00	1.410.943,33
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação				
Total da remuneração	0,00	4.604.799,35	0,00	4.604.799,35

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3 - Remuneração variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2021):

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	5	3	-	8
Nº de membros remunerados	0	3	-	5
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	-	154.929,60	-	154.929,60
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*")	-	154.929,60	-	154.929,60
Participação nos Resultados				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	-	Não há valor máximo previamente estabelecido	-	Não há valor máximo previamente estabelecido
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*")	-	1.833.100,00	-	1.833.100,00
Bônus Diferido				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*")	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	695.000,00	-	695.000,00

Remuneração variável no exercício social encerrado em 31/12/2020:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	4	3	-	7
Nº de membros remunerados	0	3	-	3
Bônus			-	
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	-	Não há valor máximo previamente estabelecido	-	Não há valor máximo previamente estabelecido
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*")	-	1.870.552,00	-	147.552,00
Valor efetivamente Reconhecido no exercício social		1.870.552,00		1.870.552,00
Participação nos Resultados				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	-	Não há valor máximo previamente estabelecido	-	Não há valor máximo previamente estabelecido
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*")	-	1.614.690,40		1.614.690,40
Valor efetivamente Reconhecido no exercício social		1.614.690,40		1.614.690,40

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração variável no exercício social encerrado em 31/12/2019:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	4	3	-	7
Nº de membros remunerados	0	3	-	3
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	-	Não há valor máximo previamente estabelecido	-	Não há valor máximo previamente estabelecido
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*")	-	2.111.605,00	-	2.111.605,00
Valor efetivamente Reconhecido no exercício social		2.111.605,00		2.111.605,00
Participação nos Resultados	-	-	-	-
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	-	Não há valor máximo previamente estabelecido	-	Não há valor máximo previamente estabelecido
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*")	-	1.564.802,00	-	1.564.802,00
Valor efetivamente Reconhecido no exercício social				

Remuneração variável no exercício social encerrado em 31/12/2018:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	4	3	-	7
Nº de membros remunerados	0	3	-	3
Bônus	-	-	-	-
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	-	Não há valor máximo previamente estabelecido	-	Não há valor máximo previamente estabelecido
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*")	-	23.333,33	-	23.333,33
Valor efetivamente Reconhecido no exercício social		23.333,33		23.333,33
Participação nos Resultados	-	-	-	-
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	-	Não há valor máximo previamente estabelecido	-	Não há valor máximo previamente estabelecido
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*")	-	1.410.943,33	•	1.410.943,33
Valor efetivamente Reconhecido no exercício social				
Bônus Diferido	-			
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*")	-	-	-	-
Valor efetivamente Reconhecido no exercício social				

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. Termos e condições gerais

Em 15 de fevereiro de 2021 foi aprovado um Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano"), administrado pelo Conselho de Administração.

O Plano destina-se aos nossos administradores, empregados e demais colaboradores da Companhia ("Beneficiários").

O Conselho de Administração, terá amplos poderes, respeitados os termos do Plano de Ações para a organização e administração do Plano e para a remuneração baseada em ações.

De acordo com o Plano, o Conselho de Administração poderá aprovar, anualmente ou em outra periodicidade, Programas de Opções de Compra de Ações ("Programas"), nos quais serão definidos os Beneficiários, o número de Opções outorgadas, a distribuição de tais Opções entre os Beneficiários, o Preço de Exercício, as regras de *vesting*, eventuais restrições de negociação *(lock up*), a data de vigência e as demais regras específicas de cada Programa.

b. Principais objetivos do plano

O Plano de Ações tem por objetivo estimular a expansão, o êxito e a consecução dos nossos objetivos sociais, alinhamento dos interesses dos executivos com os dos atuais e futuros acionistas e retenção de executivos estratégicos para a empresa,.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que os Beneficiários se tornem nossos acionistas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometerem-se efetivamente com a criação de valor, bem como para exercerem suas funções de maneira a integrarem-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando nossos lucros, bem como gerando uma relação de longo prazo destes profissionais com a nossa Companhia. O oferecimento das opções de compra de ações ainda estimula os Beneficiários, por meio do comprometimento de seus recursos próprios, a buscarem a valorização imediata das ações, sem, contudo, comprometerem o crescimento e a valorização futura das ações. Atinge-se, ainda, por meio deste modelo, o compartilhamento dos riscos e dos nossos ganhos, por meio da valorização das ações adquiridas no âmbito do Plano. Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e empregados, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das nossas ações.

d. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano tem como objetivo a remuneração dos Beneficiários e visa estimular a expansão, o êxito e a consecução dos nossos objetivos sociais e dos interesses de nossos acionistas.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

A divisão em lotes anuais, a existência de períodos de carência, bem como de exercício condicionado a decurso de tempo fazem com que os Beneficiários se comprometam com a constante valorização das nossas ações no curto, médio e longo prazo.

O Plano incentiva a realização do plano de crescimento e manutenção de seus principais diretores, empregados ou colaboradores, cujo comprometimento e direção no desenvolvimento de suas atribuições impactarão positivamente os resultados da Companhia.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

f. Número máximo de ações abrangidas

Sujeito aos ajustes previstos no Plano, poderão ser outorgadas opções de compra de Ações até o limite de 3,0% (três por cento) das Ações representativas do capital social total da Companhia imediatamente após a homologação do aumento de capital decorrente de sua oferta pública inicial de Ações.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Favor referir-se ao item “f” acima.

h. Condições de aquisição de ações

As condições de aquisição das opções de Ações serão definidas pelo Conselho de Administração (ou pelo Comitê) no momento de aprovação dos Programas. O Contrato de Outorga estabelecerá o número de Opções a serem outorgadas ao Beneficiário, conterá os demais termos e condições da outorga de Opções e poderá estabelecer outorgas com base no tempo e/ou em performance, conforme o Programa aprovado pelo Conselho de Administração.

Na hipótese de distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio, restituição de capital ou outro provento em dinheiro que seja pago acionistas, o preço de exercício será ajustado no dia em que a Ação passar a ser negociada “EX” no mercado à vista, deduzindo-se o valor do provento em dinheiro líquido do preço de exercício, sendo a liquidação feita com títulos “EX”.

O Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, estabelecer regras distintas às contidas no Plano para fins de determinação do preço de exercício, bem como estabelecer, no momento da outorga das opções, condições adicionais de *vesting*, incluindo condições vinculadas ao desempenho da Companhia e/ou metas de performance.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço a ser pago pelo Beneficiário à Companhia pelo exercício de cada Opção, no caso daquelas outorgadas no primeiro Programa, corresponderá ao preço por ação fixado para as novas ações da Companhia emitidas no âmbito de sua oferta pública de Ações. No caso dos Programas subsequentes, corresponderá ao preço médio ponderado por volume financeiro das ações ordinárias de emissão da Companhia negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, nos 30 (trinta) pregões anteriores à data de aprovação de cada Programa.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

Salvo se de outra forma estabelecida pelo Conselho de Administração a seu exclusivo critério, o *vesting* das opções ocorrerá em uma parcela única, mediante o decurso do prazo de 5 (cinco) anos contados da data de outorga.

Mediante a ocorrência do *vesting*, conforme estabelecido no Plano, nos Programas que venham a ser estabelecidos e nos Contratos de Outorga, as respectivas opções tornar-se-ão maduras e poderão ser exercidas pelos Beneficiários.

k. Forma de liquidação

Para liquidação dos exercícios das opções, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração e nos termos da legislação aplicável: (i) emitir novas Ações, dentro do limite do capital autorizado; ou (ii) alienar Ações mantidas em tesouraria.

As opções não conferem quaisquer direitos de acionista da Companhia até a sua liquidação e efetiva aquisição/subscrição de Ações pelo Beneficiário.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

l. Restrições à transferência das ações

O Conselho de Administração poderá impor restrições à transferência das Ações adquiridas com o exercício das opções de compra, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas Ações, sendo que tais condições deverão estar previstas nos Programas e/ou Contratos de Opção.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não há eventos de suspensão do Plano. Quaisquer alterações e a extinção do Plano dependerão de deliberação da Assembleia Geral.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Em caso de desligamento voluntário ou por justa causa, o Beneficiário terá o direito de exercer todas as opções maduras (assim consideradas aquelas cujo prazo de *vesting* já tenha transcorrido). Todas as opções que ainda não tenham se tornado maduras estarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

Em caso de Desligamento sem justa causa, o Beneficiário terá o direito de (i) exercer todas as opções maduras (assim consideradas aquelas cujo prazo de *vesting* já tenha transcorrido); e (ii) manter um número pro rata de opções que não estejam maduras, proporcional ao prazo de *vesting*. A mesma solução se aplicará em caso de falecimento ou invalidez permanente do beneficiário.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5 - Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida nos resultados dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Item não aplicável, tendo em vista que os membros de nosso conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal não fizeram jus ao recebimento de remuneração baseada em ações nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018. Ademais, em relação a remuneração baseada em ações prevista para o presente exercício social, esta será definida após a realização de nossa oferta pública inicial de ações, quando o conselho de administração pretende aprovar o 1º Programa de Opção de Compra de Ações, no âmbito do 1º Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia.

13.6 - Opções em Aberto

13.6 - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Item não aplicável, uma vez que não havia opções em aberto ao final do último exercício social.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7 - Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Item não aplicável, uma vez que não houve opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações nos últimos três exercícios sociais.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo

a. Modelo de precificação

Na primeira reunião do Conselho de Administração após a realização de nossa oferta pública inicial de ações será definido o modelo de precificação. Por ainda não existe um programa devidamente aprovado pelo Conselho, a informação será esclarecida posteriormente. O plano de remuneração baseado por ações será implementado a partir da oferta pública inicial de ações da Companhia na B3.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Idem resposta do item 13.8 – a. Modelo de precificação

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Idem resposta do item 13.8 – a. Modelo de precificação

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

Idem resposta do item 13.8 – a. Modelo de precificação

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Idem resposta do item 13.8 – a. Modelo de precificação

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9 - Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

31/12/2020	Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	Quantidade	% do Capital Social
Conselho de Administração [1]	Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Ação ordinária	50.905.838	56,82%
Diretoria			0	0%
Conselho Fiscal			0	0%
Total[2]			50.905.838	56,82%

[1] Para evitar duplicidade neste item, os membros do Conselho de Administração que também fizessem parte da Diretoria, foram contabilizados apenas como membros do Conselho de Administração.
[2] A Companhia esclarece que, em 15 de fevereiro de 2021, foi realizado o grupamento da totalidade das 89.583.722 ações da Companhia, na proporção de 2 ações para formar 1 ação, sem modificação no capital social. Para mais informações sobre o grupamento de ações, ver item 3.3 e 17.3 deste Formulário de Referência.

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, considerando que não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários da Companhia.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019
Nº de membros	3,00	3,00	3,00	4,00	4,00	4,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	3.648.824,04	3.497.459,04	2.920.264,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	1.482.525,96	1.480.256,40	204.835,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	2.634.161,56	2.644.540,64	1.534.933,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2018	O valor da menor remuneração individual foi apurado com a exclusão dos membros que ocuparam suas funções por menos de 12 (doze) meses. Estamos considerando somente 2 Diretores estatutários para cálculo médio, pois teve menos de 12 meses de atuação efetiva.

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

579

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria. Nos termos de nossa Política de Remuneração de Administradores, após a cessação do mandato dos Diretores, o Conselho de Administração poderá, a seu critério, conceder benefícios específicos motivados pela cessação do cargo a esses Diretores.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia contrata apólice de seguro de Responsabilidade Civil para administradores (“D&O”), em condições usuais de mercado, visando a garantir aos administradores, enquanto estiverem no exercício de seus cargos, e desde que atuando em sua função na Companhia, o reembolso de valores pagos a título de indenização, decorrentes de qualquer ato, erro ou omissão, qualquer violação dos deveres, abuso de confiança, declaração inexata ou enganosa, quebra de autoridade, seja efetivo ou imputado, de um segurado enquanto atuando como tal; ou qualquer outra alegação feita contra um segurado exclusivamente por preencher tal capacidade e enquanto atuando como tal, ou por qualquer prática trabalhista indevida, seja efetiva ou imputada a um segurado enquanto atuando como tal. Para mais informações sobre a apólice de seguro D&O, vide item 12.11 deste Formulário de Referência.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020:

Órgão	Percentual de Partes relacionadas
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária [1]	100%
Conselho Fiscal	0%

[1] Para evitar duplicidade, informações relativas aos diretores estatutários que também integram o Conselho de Administração, foram informadas apenas na linha Diretoria Estatutária.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019:

Órgão	Percentual de Partes relacionadas
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária [1]	100%
Conselho Fiscal	0%

[1] Para evitar duplicidade, informações relativas aos diretores estatutários que também integram o Conselho de Administração, foram informadas apenas na linha Diretoria Estatutária.

Órgão	Percentual de Partes relacionadas
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária [1]	100%
Conselho Fiscal	0%

[1] Para evitar duplicidade, informações relativas aos diretores estatutários que também integram o Conselho de Administração, foram informadas apenas na linha Diretoria Estatutária.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018:

Órgão	Percentual de Partes relacionadas
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária [1]	100%
Conselho Fiscal	0%

[1] Para evitar duplicidade, informações relativas aos diretores estatutários que também integram o Conselho de Administração, foram informadas apenas na linha Diretoria Estatutária.

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Este item não é aplicável, considerando que, nos últimos três exercícios sociais, não houve quaisquer valores pagos a título de remuneração para membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária por outra razão que não a função que ocupam nestes órgãos.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não aplicável, considerando que nos últimos 3 (três) exercícios sociais, não houve o pagamento de remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16 - Outras informações relevantes

A Companhia informa que as informações prestadas nos itens da Seção 13 deste Formulário de Referência apresentam as informações individuais da Companhia relativas aos três últimos exercícios sociais.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.1 - Descrições dos recursos humanos

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Atividade	31/12/2020				
	SP	BA	MG	CO	Total
Executivos	10	1	0	0	11
Gerentes	32	3	1	0	36
Coord./Supervisores	9	8	0	0	17
Analistas	83	17	3	6	109
Assistentes/Auxiliares	30	73	3	0	106
Aprendizes	1	5	0	0	6
Estagiários	2	0	0	0	2
Total	**167**	**107**	**7**	**6**	**287**

Atividade	31/12/2019				
	SP	BA	CO	Total	
Executivos	7	1	0	8	
Gerentes	36	5	0	41	
Coord./Supervisores	3	7	0	10	
Analistas	94	9	2	105	
Assistentes/Auxiliares	31	99	0	130	
Aprendizes	0	5	0	5	
Estagiários	4	0	0	4	
Total	**175**	**126**	**2**	**303**	

Atividade	31/12/2018		
	SP	BA	Total
Executivos	4	1	5
Gerentes	16	5	21
Coord./Supervisores	2	7	9
Analistas	74	5	79
Assistentes/Auxiliares	21	81	102
Aprendizes	0	0	0
Estagiários	5	0	5
Total	**122**	**99**	**221**

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Atividade	31/12/2020			
	SP	BA	MG	Total
Segurança	0	4	1	5
Recepção	2	0	0	2
Limpeza	3	0	1	4
Mão de Obra Operação	0	0	7	7
Total	**5**	**4**	**1**	**16**

Atividade	31/12/2019		
	SP	BA	Total
Segurança	0	4	4
Recepção	2	0	2
Limpeza	4	0	4
Total	**6**	**4**	**10**

Atividade	31/12/2018		
	SP	BA	Total
Segurança	0	4	4
Recepção	0	0	0
Limpeza	0	0	0
Total	**0**	**4**	**4**

(c) índice de rotatividade

31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
27,24%	23,98%	29,75%

Para calcular o índice de rotatividade levamos em consideração o número total de funcionários próprios, demitidos ou que pediram demissão durante o período, dividido pelo número de empregados no último dia do exercício social anterior.

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2 - Alterações relevantes – Recursos humanos

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

A Companhia considera a política de Recursos Humanos como parte integrante de sua estratégia empresarial, visando assegurar: remuneração em linha com o mercado; condições de atrair e reter os profissionais para a Companhia; definição de uma estrutura de cargos e salários adequada aos processos organizacionais e o fornecimento de uma base de conduta para que o colaborador conheça suas atribuições e responsabilidades.

Oferecemos remuneração alinhada com o mercado para atrair e reter talentos visando alcançar objetivos de curto, médio e longo prazo e sempre que necessário efetuamos reajustes das faixas salariais. Considerando o modelo de nosso negócio, reter profissionais qualificados e experientes é essencial para nosso crescimento, de modo que nossa estratégia de remuneração deve incluir mecanismos que incentivem nossos colaboradores a permanecer por longo prazo, equilibrando seu desenvolvimento e crescimento com os seus resultados e o valor agregado para os acionistas.

Concedemos, ainda, ajustes por mérito e promoção, de modo a reconhecer e recompensar o desempenho de cada colaborador com base nas avaliações de desempenho individuais periódicas.

Adicionalmente à remuneração fixa, temos como política vigente o Programa de Bônus, atrelado ao cumprimento das metas orçamentárias e operacionais. Esse plano abrange todos os funcionários da Companhia, exceção feita aos membros dos conselhos e comitês. Para que esse programa seja ativado é mandatório o atingimento da meta global da Companhia, que se cumprida, possibilita aos elegíveis o recebimento da remuneração variável naquele exercício.

(b) política de benefícios

A Companhia possui uma política unificada de benefícios, respeitando as políticas regionais ou locais, conforme o caso, e sempre em observância à legislação aplicável. Os empregados da Companhia são elegíveis a benefícios diversos (Vale Transporte/Estacionamento/Vale Combustível, Vale Alimentação, Vale Refeição, Convênio Farmácia, Assistência Médica, Assistência Odontológica, Seguro de Vida), de acordo com o cargo, bem como de acordo com a legislação aplicável.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano:

Não possuíamos plano de outorga de opções de ações nos exercícios sociais anteriores a 2020. Em 2021, será implementado nosso plano de opções de compra de ações, que foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de fevereiro de 2021 e cujos detalhes estão descritos no item 13.4 deste Formulário de Referência.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Possuímos ótimo relacionamento com nossos colaboradores e com as entidades sindicais, patronal e profissional: Participamos de negociações para novas convenções coletivas, tendo abertura para negociação direta com os sindicatos para acordos de Programa de Participação em Resultados – PPR, alteração da jornada de trabalho e outros acordos quando necessário.

Os sindicatos patronais e profissionais aos quais temos relações nos últimos 3 exercícios são os seguintes: (i) Sindicado dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica, Siderúrgica, Mecânica, Material Elétrico e Eletrônico de Ilhéus, Itabuna, Itajuípe Uruçuca e Canavieiras – Bahia; (ii) Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Município de Ilhéus e Itabuna – Bahia; (iii) Sindicato dos Comerciários de Simões Filho – Bahia; (iv) Sindicato do Comércio Patronal de Camaçari e Região; (v) Sindicato dos Empregador de Agentes Autônomos no Comércio e Empresas de Assessoramento no Estado de SP; (vi) Sindicato dos Comerciários de São Paulo; (vii) Sindicato do Comercio Varejista de Material Elétrico e Aparelhos Eletrodomésticos no Estado de São Paulo.

Os acordos coletivos de trabalho firmados com cada sindicato são renegociados anualmente, em convenção coletiva.

Nos últimos 3 exercícios sociais, nossos profissionais não estiveram envolvidos em movimento de greve, paralisação ou manifestações.

Dentro da área de Gente & Gestão temos profissionais que exercem as atividades de relações sindicais, nos permitindo ter um bom relacionamento com os presidentes e diretores dos sindicatos, o que auxilia na negociação de acordos coletivos e eventuais problemas que dizem respeitos às relações trabalhistas.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 14 foram descritas nos itens acima.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
2B Capital – Brasil Capital de Crescimento I – Fundo Invest Partic Multiestratégia					
14.596.766/0001-95	Brasileira	Sim	Sim	15/02/2021	
Não					
19.338.942	43,180%	0	0,000%	19.338.942	43,180%
Francisco Sergio Day De Toledo					
442.274.346-53	Brasileira-MG	Sim	Sim	15/02/2021	
Não					
2.545.292	5,680%	0	0,000%	2.545.292	5,680%
Vanderlei Rigatieri Junior					
055.084.198-96	Brasileira-SP	Sim	Sim	15/02/2021	
Não					
22.907.627	51,140%	0	0,000%	22.907.627	51,140%
OUTROS					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL					
44.791.861	100,000%	0	0,000%	44.791.861	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	15/02/2021
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	2
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	0
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	1

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	0	0,000%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

15.4 - Organograma dos acionistas

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

(a) Partes

2B Capital – Brasil Capital de Crescimento I – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Vanderlei Rigatieri Junior e Francisco Sergio Day de Toledo (em conjunto, "Acionistas").

(b) Data de celebração

17/04/2017 e aditado em 19/02/2021

(c) Prazo de vigência

20 (vinte) anos contados da data de celebração do Acordo de Acionistas.

(d) Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Os Acionistas realizarão reuniões prévias para definir o voto em bloco a ser exercido nas deliberações sociais a serem tomadas pelas Partes ou seus representantes, em Assembleia Geral da Companhia ou pelos representantes da Companhia nos órgãos deliberativos das subsidiárias, conforme aplicável ("Reunião Prévia").

O voto definido em Reunião Prévia vinculará, em caráter definitivo e incondicional, os Acionistas bem como os representantes da Companhia nos órgãos deliberativos de suas subsidiárias, conforme aplicável, os quais estarão obrigados a exercer seus direitos de voto de acordo com tal definição, nos termos previstos no Acordo de Acionistas.

As deliberações na Reunião Prévia serão tomadas da seguinte forma: As Matérias Qualificadas da Assembleia, conforme descritas abaixo, dependerão da aprovação unânime da totalidade dos Acionistas e as demais matérias serão deliberadas por maioria de votos das Partes presentes à Reunião Prévia.

As decisões aprovadas na Reunião Prévia vincularão todos os Acionistas e os seus representantes, ficando os mesmos obrigados, de forma irrevogável e irretratável, a manifestar seus respectivos votos na Assembleia Geral pertinente de acordo com referida orientação de voto.

O eventual exercício, por qualquer dos Acionistas e seus representantes, do direito de voto nas Assembleias Gerais da Companhia em desacordo com as decisões aprovadas na Reunião Prévia ou das demais disposições aplicáveis ao Acordo de Acionistas, será nulo e ineficaz e não poderá ser reconhecido pela Companhia.

As seguintes matérias de competência da Assembleia Geral serão consideradas como matérias qualificadas (as "Matérias Qualificadas da Assembleia"):

(a) qualquer modificação do Estatuto Social da Companhia;
(b) qualquer criação de nova classe de ações da Companhia, ou qualquer alteração das características, vantagens ou privilégios de ações de emissão da Companhia;
(c) qualquer redução de capital, exceto para compensação de prejuízos acumulados;
(d) qualquer decisão relacionada à dissolução ou liquidação envolvendo Companhia e/ou cessação do estado de liquidação da Companhia;
(e) qualquer decisão relacionada à confissão de autofalência ou apresentação de requerimento para recuperação judicial ou extrajudicial envolvendo a Companhia;
(f) celebração de qualquer acordo de acionistas ou qualquer outro acordo que proporcione a terceiros direitos não conferidos ao Fundo, ou que acarrete diminuição dos direitos do Fundo previsto no Acordo de Acionistas; e
(g) qualquer mudança nas práticas contábeis da Companhia que não decorra de Lei.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

(e) Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais

Segundo o Acordo de Acionistas, os Acionistas deverão sempre envidar seus melhores esforços para eleger o maior número possível de conselheiros, observados os termos da regulamentação aplicável à Companhia e o seu estatuto social, e deverão indicar candidatos para apreciação da Assembleia Geral da seguinte forma: (a) 2 (dois) candidatos indicados pelo Vanderlei e Sergio; e (b) 1 (um) candidato indicado pelo Fundo. Na Assembleia Geral que tenha em sua ordem do dia a eleição de membros do Conselho de Administração, os Acionistas votarão em bloco nos nomes fornecidos na Reunião Prévia.

(f) Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

No âmbito de uma Oferta Pública, assim como em qualquer momento após a efetivação de uma Oferta Pública, será facultado aos Acionistas desvincular do Acordo de Acionistas, em uma ou mais ocasiões as ações que venha ou pretendam alienar no mercado de valores mobiliários, o que poderá ser feito unilateralmente, mediante comunicação à Companhia, com cópia para a outra Parte. As Ações assim alienadas deixarão de estar vinculadas ao Acordo de Acionistas e estarão livres para negociação em bolsa, sem qualquer restrição.

Caso um Acionista deseje transferir as Ações de sua titularidade, em processo que não seja venda em bolsa de valores, os demais Acionistas terão o direito de, individualmente, exigir que parte das Ações por eles detidas sejam incluídas na transferência das Ações pretendida pelo acionista ofertante, nas mesmas condições do acionista ofertante ("Direito de Tag Along"). Nesta hipótese, qualquer acionista ofertado poderá incluir na transferência um número de ações que faça com que este acionista ofertado transfira a mesma porcentagem (de suas respectivas ações) que o acionista ofertante.

Exceto nas hipóteses previstas acima e no caso de outras transferências permitidas na forma prevista no Acordo de Acionistas, qualquer transferência somente poderá ser realizada se o terceiro ao qual o Acionista cedente transferirá as suas ações adira e se torne parte do Acordo de Acionistas por meio da assinatura do competente termo de adesão, devendo (i) assumir todos os direitos, obrigações e responsabilidades do Acionista cedente, caso a transferência compreenda todas as ações detidas pelo Acionista cedente, ou (ii) exercer todos os direitos e assumir todas as obrigações e responsabilidades em bloco e em conjunto com o Acionista cedente, caso a transferência compreenda apenas parte das ações detidas pelo Acionista cedente.

(g) Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle

Nos termos do Acordo de Acionistas, é condição prévia para a posse no Conselho de Administração que os representantes indicados pelos Acionistas declarem de forma escrita: (i) ter pleno conhecimento do teor do Acordo de Acionistas e se obrigar a cumpri-lo em todos os seus termos e condições, e (ii) declarar-se responsável, solidariamente com o Acionista que o indicou, por indenizar o Acionista prejudicado (se houver algum) em decorrência do descumprimento de qualquer das obrigações contraídas no Acordo de Acionistas por referido representantes.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não foram realizadas alterações relevantes (aquisições ou alienações) nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais e no exercício corrente.

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7 - Principais operações societárias ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

a) evento	Em 14 de agosto de 2018, a Companhia firmou um contrato de compra e venda de ativos da Axyon Distribuidora Ltda. ("Axyon") com o intuito único de adquirir direito exclusivo de 100% dos contratos atuais e futuros dos clientes no ramo de negócio que a Axyon atua, e o direito exclusivo de aquisição de produtos de tecnologia da informação e de telecomunicação de determinados fornecedores. Por interesse mútuo das partes, as confirmações necessárias para colocar o contrato de compra e venda em vigor foram concretizadas em 07/11/2018 (data de fechamento).
b) principais condições do negócio	O total da transação corresponde a R$ 17.611 mil, a serem pagos da seguinte forma: as duas primeiras parcelas, no montante de 5,678% do preço cada uma equivalente a R$ 1 milhão, sendo a primeira com vencimento na data do fechamento e a segunda em 30 dias contados da celebração de até 90% da totalidade dos contratos relacionados aos ativos adquiridos. As demais parcelas terão vencimento apenas após o pagamento da 2ª parcela e, partir de tal data, terão vencimento nos 15 dias subsequentes ao término de cada trimestre do calendário civil, sendo certo que o valor de cada parcela trimestral será no valor equivalente a 10% da receita líquida apurada pela Companhia no trimestre imediatamente anterior, descontadas eventuais inadimplências e devoluções, com venda de equipamentos relacionados aos ativos adquiridos. Tais parcelas serão devidas até a quitação do preço e no prazo inicial previsto de 5 anos. Caso o preço não tenha sido quitado ao final de 5 (cinco) anos, o prazo será automaticamente prorrogado por trimestres adicionais até a quitação integral. O valor é corrigido monetariamente pela variação do IPCA, adotando-se como índice base aquele publicado no segundo mês anterior à data de fechamento (0711/18) e como índice ajuste aquele publicado no segundo mês anterior a cada data de pagamento das parcelas. Nos termos do contrato de compra e venda, o atraso da Compradora no pagamento de qualquer parcela do preço acarretará a incidência de multa moratória de 2% e de juros de mora de 1% ao mês, tudo calculado sobre o valor em atraso, corrigido monetariamente pro rata die pela variação do IPCA.
c) sociedades envolvidas	Axyon (vendedora), Companhia (compradora), Sinerggy Holding e Participações Ltda. e Seal Telecom Comércio e Serviços de Telecomunicações Ltda. (garantidores)
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, tendo em vista que a operação não interferiu na relação da Companhia com seus acionistas e também não causou qualquer conflito entre os acionistas.
e) quadro societário antes e depois da operação	Não houve modificação na quadro societário.

15.7 - Principais Operações Societárias

a) evento	Em 8 de janeiro de 2019, a Companhia adquiriu 100% do capital social da Munddo Comércio e Importação Ltda. (“Munddo”), especializada na distribuição de sistema inteligentes para automação e predial. A principal motivação para aquisição foi o know-how e a relação comercial com fabricantes de tais segmentos.
b) principais condições do negócio	O preço de aquisição foi de R$ 3.556 mil a ser pago da seguinte forma: (i) R$1 milhão pagos no fechamento do contrato; (ii) R$ 2 milhões pagos em 31/01/2019; e (iii) R$ 556 mil pagos em 30/04/2019. O preço não sofreu ajustes, sendo as parcelas fixas e imutáveis. O contrato previa certos objetivos operacionais e financeiros para o decorrer do ano de 2019, que se alcançados, poderiam resultar em pagamento de parcela adicional pela Companhia no montante de R$ 1 milhão, a ser pago em 31/01/20. Tais objetivos não foram alcançados e, portanto, nenhum valor de obrigação contingente (earn-out) foi registrado. Em razão da transferência da totalidade das quotas da Munddo para Companhia, a Companhia assumiu o controle sobre todas as operações da Munddo, inclusive relações com clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais contrapartes, importações, e todas as demais atividades de relação jurídicas da adquirida.
c) sociedades envolvidas	Munddo e Companhia
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Com a aquisição da totalidade das quotas da Munddo pela Companhia, a Companhia passou a integrar o quadro societário da Munddo.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, tendo em vista que a operação não interferiu na relação da Companhia com seus acionistas e também não causou qualquer conflito entre os acionistas.
e) quadro societário antes e depois da operação	Não houve modificação na quadro societário

a) evento	Em 12 de setembro de 2019, os acionistas da Companhia aprovaram a incorporação da Munddo pela Companhia, sujeito aos termos e condições do Protocolo e Justificação da Incorporação (“Incorporação”)
b) principais condições do negócio	Com a consumação da Incorporação, a Munddo foi extinta e seu respectivo patrimônio líquido foi transferido para Companhia, que a sucedeu a título universal, nos termos do artigo 1.116 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, e do artigo 207 da Lei n. 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, tal como ocorrida para os fins de fato e de direito tendo em vista a cessão particular dos direitos e obrigações da Munddo à Companhia desde 30/04/2019. Segundo o Laudo de Avaliação preparado por empresa avaliadora, o valor contábil do patrimônio líquido da Munddo era de R$ 1.219 mi em 30/04/2019 (data-base da Incorporação). A Incorporação foi efetivada pela absorção integral do patrimônio líquido da Munddo, acarretando, consequentemente, a extinção desta, considerando-se, para fins da integração, o investimento direto detido na Munddo pela Companhia. Logo, a Incorporação não resultou na alteração do patrimônio líquido da Companhia, pois o patrimônio líquido da Munddo já estava integralmente refletido no patrimônio líquido da Companhia em decorrência da aplicação do método de equivalência patrimonial, de forma que o investimento da Companhia na Munddo foi extinto. Portanto, não houve aumento de capital e/ou emissão de novas ações da Companhia.
c) sociedades envolvidas	Munddo e Companhia
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Com a incorporação da totalidade das quotas da Munddo pela Companhia, o investimento da Companhia na Munddo foi extinto.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, tendo em vista que a Incorporação não interferiu na relação da Companhia com seus acionistas e também não causou qualquer conflito entre os acionistas.
e) quadro societário antes e depois da operação	Não houve modificação na quadro societário

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8 - Fornecer outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta Seção 15 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Nossa Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses ("Política de Partes Relacionadas"), aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de fevereiro de 2021, estabelece as regras que devem ser observadas em as nossas transações comerciais que envolvam Partes Relacionadas (conforme definidas na Política), bem como para administração de outras situações que envolvam possíveis conflitos de interesses.

O objetivo da Política de Partes Relacionadas é o de fornecer orientações à conduta dos nossos administradores e dos administradores de nossas controladas, de forma a zelar para que todas as transações com partes relacionadas e outras situações que envolvam potenciais conflitos de interesses sejam realizadas (i) de acordo com os nossos interesses, (ii) em condições estritamente comutativas ou com pagamento compensatório adequado, e (iii) de forma transparente aos acionistas e ao mercado em geral.

Cada Transação com Partes Relacionadas em potencial informada deverá ser analisada pelo Departamento Jurídico para determinar se ela de fato constitui uma Transação com Partes Relacionadas sujeita aos procedimentos da Política de Partes Relacionadas. O Departamento Jurídico deverá classificar as Transações com Partes Relacionadas considerando (i) o montante envolvido e (ii) se elas dizem respeito a uma operação dentro do curso normal dos negócios ou não, para determinar os órgãos competentes responsáveis por sua avaliação e análise e, se aplicável, sua aprovação de acordo com esta Política. O Departamento Jurídico poderá consultar previamente o Coordenador do Comitê de Auditoria Não- Estatutário com relação à classificação das Transações com Partes Relacionadas nos termos desta Política. A Política de Partes Relacionadas abrange e regulamenta: (i) os procedimentos e os responsáveis pela identificação das partes relacionadas e pela classificação de operações como uma "transação com partes relacionadas"; (ii) os critérios que devem ser observados para a realização de uma Transação com Partes Relacionadas; (iii) os procedimentos para auxiliar a identificação de situações individuais que possam envolver conflitos de interesses; e (iv) as instâncias de aprovação de uma transação com partes relacionadas, a depender do valor envolvido ou da transação ser realizada dentro ou fora do curso normal dos negócios.

São vedadas as Transações entre Partes Relacionadas (i) realizadas em condições que não sejam as Condições de Mercado; (ii) formas de remuneração de assessores, consultores e intermediários que gerem conflito de interesses com a companhia, os administradores, os acionistas ou classes de acionistas; (iii) concessão de empréstimos em favor do controlador e dos administradores; (iv) com Partes Relacionadas que não estejam exercendo atividades comumente exercidas por elas; e (v) operações ou negócios estranhos ao objeto social e aos interesses sociais da Companhia e/ou de suas controladas, tais como fianças, avais, endossos e qualquer garantia em favor de terceiros.

Além disso, a Lei das S.A. por Ações proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de nossos ativos, em nosso detrimento; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida por meio de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o nosso, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

A Política de Partes Relacionadas está disponibilizada para consulta eletronicamente em nosso *website* (www.ri.wdcnet.com.br), bem como fisicamente em nossa sede social.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Vanderlei Rigatieri e Francisco Sergio Day Toledo	01/01/2020	4.148.000,00	R$309.000,00	R$4.148.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionistas controladores e administradores da Companhia						
Objeto contrato	Contratos de Prestação de Aval. Os Srs. Vanderlei Rigatieri e Francisco Sergio Day Toledo, fundadores da Companhia, historicamente prestaram gratuitamente garantia fidejussória, na forma de aval, em benefício da Companhia, no âmbito de contratos financeiros celebrados pela Companhia. Em 1/1/2020 o Conselho de Administração da Companhia aprovou que os avais vigentes à época, bem como os futuros avais a serem prestados por acionistas das Companhia, passariam a ser devidamente remunerados pela Companhia. A remuneração devida pela Companhia aos acionistas que prestam aval em seu benefício corresponde ao saldo devedor do respectivo contrato financeiro no fechamento de cada mês, multiplicado por taxa remuneratória de 1,00% ao ano, sendo que a apuração e pagamento ocorre até o último dia do mês subsequente. O valor descrito nos campos “Montante Envolvido” e “Montante”, referem-se ao total dos valores apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Remuneração aos acionistas da Companhia que prestam aval em benefício da Companhia, no âmbito de contratos financeiros celebrados pela Companhia. Os avais são prestados de modo a possibilitar que a Companhia capte recursos com taxas de juros mais favoráveis. Caso garantia similar fosse contratada no mercado, na forma de cartas de fianças, por exemplo, o custo à Companhia seria superior ao que é incorrido nos termos dos Contratos de Prestação de Aval celebrados com seus acionistas, de modo que se conclui ser benéfica à Companhia a realização da transação.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
PDV Industrialização de equipamentos eletrônicos Ltda. (“PDV Industrialização”)	03/04/2017	480.000,00	480.000,00	R$480.000,00	03/04/2022	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada pelos Srs. Vanderlei Rigatieri e Francisco Sergio Day Toledo, acionistas controladores e administradores da Companhia.						
Objeto contrato	Locação de imóvel no município de Ilhéus, Bahia, onde está instalada a fábrica matriz da Companhia. O valor descrito nos campos “Montante Envolvido” e “Montante”, referem-se ao total dos valores pagos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representativo de 12 (doze) parcelas no valor de R$ 40.000,00 cada.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Aluguel de imóvel de propriedade da PDV Industrialização, onde está instalada a fábrica matriz da Companhia. Referido imóvel anteriormente era de propriedade da Companhia, quando no âmbito de reorganização societária da Companhia realizada em 2017,quando foi admitido um novo sócio no quadro societário da Companhia, o imóvel foi transferido para a PDV Industrialização. O valor pago à título de aluguel foi estabelecido de acordo com condições de mercado e não possui aplicação de juros, sendo reajustado apenas nas renovações ou mediante aditivos.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
PDV Industrialização de equipamentos eletrônicos Ltda. (“PDV Industrialização”)	15/08/2018	117.000,00	117.000,00	117.000,00	indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada pelos Srs. Vanderlei Rigatieri e Francisco Sergio Day Toledo, acionistas controladores e administradores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de empilhadeiras instaladas na fábrica da Companhia, localizada no município de Ilhéus, Bahia.. O valor descrito nos campos “Montante Envolvido” e “Montante”, referem-se ao total dos valores pagos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, para o aluguel das 2 (duas) empilhadeiras. Os valores mensais dos alugueis de das empilhadeiras é deR$ 9.720,00						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	É assegurada às partes a rescisão dos contratos a qualquer momento, desde que haja comunicação à outra parte com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	Aluguel de 2 (duas) empilhadeiras de propriedade da PDV Industrialização, instalada na fábrica da Companhia localizada no município de Ilhéus, Bahia. Referidas empilhadeiras anteriormente eram de propriedade da Cia, quando no âmbito de reorganização societária da Companhia realizada em 2017, quando foi admitido um novo sócio no quadro societário da Companhia, o bem móvel foi transferido para a PDV Industrialização. O valor pago à título de aluguel foi estabelecido de acordo com condições de mercado e não possui aplicação de juros, sendo reajustado apenas nas renovações ou mediante aditivos.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

603

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social:

a. Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

O nosso Estatuto Social, aprovado em 15 de fevereiro de 2021, e nossa Política de Partes Relacionadas, conforme aprovada em 16 de fevereiro de 2021, estabelecem um conjunto de regras relacionadas à aprovação de transações com partes relacionados.

De acordo com tais documentos, em situações em que qualquer pessoa envolvida em um processo de aprovação, que estiver em uma situação pessoal de conflito de interesses, deverá informar essa situação ao Departamento Jurídico e, se relevante, ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria Estatuário, responsável pela análise e/ou aprovação e deverá explicar seu envolvimento na transação e, mediante solicitação, fornecer detalhes e explicações sobre os termos e condições da transação e sua situação.

Nos termos do Artigo 156 da Lei das S.A., nossos administradores que estejam em situação de interesse pessoal conflitante deverão cientificar os demais membros do Conselho de Administração ou da Diretoria de seu impedimento e fazer consignar em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e a extensão do seu impedimento. Caso algum administrador, que possa ter um interesse pessoal conflitante, não manifeste seu conflito de interesses, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence e que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo.

O Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria Estatutário e o Departamento Jurídico deverão (i) ter acesso a toda documentação relevante e necessária com relação a transações específicas ou a diretrizes para contratação de transações; e (ii) solicitar à Diretoria a análise de alternativas de mercado à transação com partes relacionadas em questão, ajustadas aos fatores de risco envolvidos, bem como eventuais pareceres de especialistas ou relatórios técnicos porventura julgados necessários para fornecer seu parecer ou tomar sua decisão.

Além disto, caso uma transação com partes relacionadas tenha que ser aprovada pelos acionistas em assembleia geral de acordo com a lei aplicável, essa transação deverá ser submetida aos acionistas acompanhada uma proposta submetida pelo nosso Conselho de Administração, embasada por laudo de avaliação independente, elaborado sem a participação de nenhuma parte envolvida na operação em questão, seja ela banco, advogado, empresa de consultoria especializada, entre outros, com base em premissas realistas e informações referendadas por terceiros.

Adicionalmente, as práticas de governança corporativa, recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo aquelas previstas no Regulamento do Novo Mercado e na Lei das S.A., são aplicadas. Segundo tais regras, o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o nosso. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o nosso é anulável, respondendo o acionista pelos danos causados e pela restituição das vantagens que tiver auferido.

A celebração das transações descritas no item 16.2 acima observaram as práticas estabelecidas em lei, bem como os documentos constitutivos das sociedades envolvidas então vigentes à época.

b. Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

O nosso Conselho de Administração ou o Departamento Jurídico, conforme o caso, somente poderão aprovar uma transação com partes relacionadas se constatar, em boa-fé, que a transação é feita em condições de mercado ou com pagamento compensatório adequado e no interesse da Companhia e/ou de sua respectiva controlada.

O nosso Conselho de Administração ou o Departamento Jurídico, a seu critério, poderão estabelecer como condição para a aprovação de uma transação com partes relacionadas qualquer modificação que considere necessária para que a transação seja concluída em bases equitativas e no interesse da Companhia e/ou de sua respectiva controlada.

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

Ademais, uma transação com partes relacionadas deverá sempre ser concluída por escrito, especificando seus principais termos e condições, como: contraprestação nos termos do acordo, duração e condições para rescisão, declarações e indenizações, garantias, responsabilidade, entre outros.

Neste sentido, quando da realização de quaisquer transações com partes relacionadas, inclusive as descritas no item 16.2 acima, agimos de forma a garantir que tais transações não venham a gerar quaisquer benefícios ou prejuízos indevidos às sociedades envolvidas.

Por fim, atuamos de forma a garantir que toda e qualquer transação com parte relacionada que realizamos seja formalizada contratualmente, observando os seguintes critérios: (i) a transação deve estar em condições de mercado ao tempo de sua aprovação; (ii) devem ser incluídos contratualmente os termos da transação e a finalidade do negócio; e (iii) as condições da Política de Transações com Partes Relacionadas deverão ser integralmente observadas.

Com o objetivo de trazer clareza e evitar quaisquer dúvidas em relação a comutatividade das transações elencadas no item 16.2, acima, descrevemos abaixo os fatos que demonstram o carácter comutativo delas.

Contratos de prestação de aval

Desde o início das operações da Companhia, os acionistas fundadores Vanderlei Rigatieri e Francisco Sergio Day Toledo prestaram gratuitamente garantia fidejussória, na forma de aval, em benefício da Companhia, no âmbito de contratos financeiros celebrados pela Companhia. Em 1/1/2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou que os avais vigentes à época, bem como os futuros avais a serem prestados por acionistas das Companhia, passariam a ser devidamente remunerados pela Companhia. Esta medida se tornou necessária a partir do momento em que a Companhia passou a ter um novo acionista, o fundo de *private equity* 2bCapital, pois a prestação de garantia de dois acionistas nas respectivas pessoas físicas, de maneira gratuita e em benefício de todos os acionistas, não seria razoável.

Consequentemente, o Conselho de Administração decidiu aprovar uma remuneração destes avais aos acionistas Vanderlei Rigatieri e Francisco Sergio Day Toledo, tendo analisado diversas propostas de bancos locais para avais similares como parâmetro de precificação e, em negociação com os Srs. Vanderlei Rigatieri e Francisco Sergio Day Toledo, foi acertado que a remuneração devida pela Companhia corresponderia ao saldo devedor do respectivo contrato financeiro no fechamento de cada mês, multiplicado por taxa remuneratória de 1,00% ao ano, sendo que a apuração e pagamento ocorre até o último dia do mês subsequente. Caso garantia similar fosse contratada no mercado, na forma de cartas de fianças, por exemplo, o custo à Companhia seria superior ao que é incorrido nos termos dos Contratos de Prestação de Aval celebrados com seus acionistas, de modo que se conclui ser benéfica à Companhia a realização da transação.

Contrato de locação de imóvel da fábrica

De 2012 a 2017, a fábrica matriz localizada em Ilhéus/BA operou dentro de um imóvel de propriedade da Companhia. Em 2017, quando um novo acionista seria admitido no quadro societário da Companhia, foi negociado com os antigos acionistas que este imóvel não faria parte da transação; consequentemente, realizaram uma reorganização societária na qual o imóvel foi transferido para uma empresa chamada PDV Industrialização de Equipamentos Eletrônicos Ltda., de propriedade dos acionistas fundadores da Companhia, Srs. Vanderlei Rigatieri e Francisco Sergio Day Toledo. O valor pago à título de aluguel é estabelecido de acordo com condições de mercado e não possui aplicação de juros, sendo reajustado apenas nas renovações ou mediante aditivos, conforme condições de mercado.

Contrato de locação de empilhadeira

No âmbito da reorganização societária descrita no item anterior, foi também negociado que 3 (três) empilhadeiras, utilizada nas fábricas da Companhia também não fariam parte da transação, tendo sendo transferidas para a empresa PDV Industrialização de Equipamentos Eletrônicos Ltda., de propriedade dos acionistas fundadores da Companhia, Srs. Vanderlei Rigatieri e Francisco Sergio Day Toledo. O valor pago à título de aluguel é estabelecido de acordo com condições de mercado e não possui aplicação de juros, sendo reajustado apenas nas renovações ou mediante aditivos, conforme condições de mercado.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes encontram-se descritas nos demais itens da presente seção.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
15/02/2021	86.666.375,27	N/A	44.791.861	0	44.791.861
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
15/02/2021	86.666.375,27	N/A	44.791.861	0	44.791.861
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
15/02/2021	86.666.375,27		44.791.861	0	44.791.861
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
15/02/2021	0,00		100.000.000	0	100.000.000

607

17.2 - Aumentos do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não houve aumento do capital social da Companhia.

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Grupamento						
15/02/2021	89.583.722	0	89.583.722	44.791.861	0	44.791.861

609

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não houve redução do capital social da Companhia.

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta Seção 17 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	**Ordinária**
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Nos termos da Lei das S.A., aos nossos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reservas, conforme estabelecido na Lei das S.A. e no Estatuto Social. O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei. Nos termos do nosso Estatuto Social, o saldo do lucro líquido apurado no exercício, obtido após as deduções e/ou destinações previstas no Estatuto Social e na Lei das S.A., montante equivalente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) será destinado para pagamento do dividendo obrigatório a todos os acionistas.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	(i) Liquidação: não há disposição no Estatuto Social estabelecendo procedimento para nossa liquidação, aplicando-se, portanto, as regras da Lei das S.A.; (ii) Reembolso: não há disposição no Estatuto Social estabelecendo procedimento sobre o direito de recesso/ valor de reembolso das ações, aplicando-se, portanto, as regras da Lei das S.A. De acordo com o Estatuto Social, o valor de reembolso das ações, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado em avaliação aceito nos termos da Lei das S.A., sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial contábil constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral; e (iii) Resgate: não há disposição no Estatuto Social estabelecendo procedimento sobre o resgate de ações, aplicando-se, portanto, as regras da Lei das S.A.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os direitos que não sejam estabelecidos por lei, poderão ser alterados por deliberação da assembleia geral de acionistas, de acordo com o respectivo quórum de instalação e deliberação previsto na Lei das S.A.
Outras características relevantes	Solicitamos a admissão de nossas ações para negociação no segmento Novo Mercado da B3. A partir da data de publicação do anúncio de início da oferta pública inicial de ações de sua emissão, seus acionistas terão todos os direitos previstos pelo Regulamento do Novo Mercado.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Limitação ao Direito de Voto

Não possuímos regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos.

Obrigação de Realização de Oferta Pública

Com relação à regra estatutária que os obriguem a realizar oferta pública, o nosso Estatuto Social, determina que a alienação direta ou indireta de nosso controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto todas as ações de nossa emissão que sejam de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Ademais, o artigo 43 de nosso Estatuto Social estabelece que o acionista ou grupo de acionistas que atingir, de forma direta ou indireta a titularidade de ações de nossa emissão (ou quaisquer direitos que assegurem, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de nossa emissão), em quantidade igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do capital social, seja por meio de uma única operação, como por meio de diversas operações, deverá efetivar uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações e valores mobiliários conversíveis por ações, de titularidade dos demais acionistas da Companhia (“OPA por Atingimento de Participação Relevante”). O preço de aquisição por ação objeto da OPA por Atingimento de Participação Relevante não poderá ser inferior maior preço pago pelo Novo Acionista Relevante nos 12 (doze) meses que antecederem o atingimento da Participação Relevante, ajustado por eventos societários, tais como a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio, grupamentos, desdobramentos, bonificações, exceto aqueles relacionados a operações de reorganização societária, bem como devidamente atualizado pela Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Nosso Estatuto Social não estabelece exceções ao exercício de direitos patrimoniais ou políticos dos acionistas. Todavia, nossos acionistas terão seus direitos suspensos, na forma do artigo 120 da Lei das S.A., caso não cumpram obrigação imposta pela lei ou pelo estatuto, cessando a suspensão logo que cumprida a obrigação.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Este item não é aplicável à Companhia, considerando que não foram negociados valores mobiliários em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado nos últimos três exercícios sociais.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	1ª Emissão
Data de emissão	12/11/2019
Data de vencimento	19/11/2022
Quantidade (Unidades)	120.000
Valor total (Reais)	120.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	106.970.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, realizar o resgate antecipado total das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização, a Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série ou a Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, acrescido de prêmio calculado de acordo com as fórmulas previstas na escritura de emissão, aplicáveis a cada série.
Características dos valores mobiliários de dívida	1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, no montante total de R$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais).
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos do artigo 71 da Lei das S.A., a fim de deliberarem sobre matéria de interesse dos Debenturistas, sendo que as deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas dependerão da aprovação de Debenturistas titulares de, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) das Debêntures da Primeira Série e/ou da Segunda Série em Circulação ou das Debêntures em Circulação de ambas as Séries.
Outras características relevantes	Garantias: (i) real, mediante cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes de duplicatas originárias das operações de compra e venda e de locação da Companhia, emitidas pela Companhia, representativas de um montante de pelo menos 70% (setenta por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série acrescido da Remuneração da Primeira Série e de pelo menos 120% (cento e vinte por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série acrescido da Remuneração da Segunda Série; e (ii) adicional fidejussória, na forma de fiança, prestada pelo Sr. Vanderlei Rigatieri Junior. Remuneração da Primeira Série: 100% Taxa DI-Over + 1,50% a.a. Remuneração da Segunda Série: 100% Taxa DI-Over + 2,50% a.a. Não há atualização monetária. Hipóteses de vencimento antecipado automático: inadimplemento pela Companhia e/ou pelo Fiador de qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura de emissão, não sanada no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da data em que era devida; transformação do tipo societário da Companhia; mudança ou transferência do controle acionário da Companhia sem a prévia autorização dos Debenturistas; questionamento judicial da escritura de emissão; entre outras. Hipóteses de vencimento antecipado não automático: inadimplemento de qualquer obrigação não pecuniária prevista na escritura de emissão, não sanada no prazo de 15 (quinze) dias úteis; não cumprimento dos índices financeiros previstos na escritura de emissão; entre outras.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	3

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

A oferta pública inicial de ações de nossa emissão está sendo requerida perante a CVM e a B3. Uma vez concedido o registro, as ações ordinárias de nossa emissão passarão a ser admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, não possuíamos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, não possuíamos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9 - Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

1ª emissão de debêntures

Em 12 de novembro de 2019, foi realizada a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, no montante total de R$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), nos termos da Instrução CVM 476, com a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10 - Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, indicar:

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia em sua 1ª emissão de debêntures foram destinados exclusivamente para pagamento das dívidas listadas no Anexo I da escritura de emissão.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, considerando que não houve desvios entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas em sua 1ª emissão de debêntures.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, considerando que não houve desvios em sua 1ª emissão de debêntures.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11 - Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro

Não aplicável, dado que não realizamos ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no período corrente.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12 - Fornecer outras informações que julgue relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 18 do Formulário de Referência.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, visto que não aprovamos planos de recompra de nossas ações nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício social corrente.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não ocorreram movimentações de valores mobiliários mantidos em tesouraria nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício social corrente.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3 - Outras informações relevantes

Não há nenhuma outras informações relevantes em relação a esta seção 19, que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	**16/02/2021**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	São as pessoas indicadas no artigo 13 da Instrução CVM 358, incluindo a Companhia, os Acionistas Controladores, Diretores, Membros do Conselho de Administração, Membros do Conselho Fiscal, Empregados com acesso a Informações Privilegiadas e, também, membros de quaisquer Comitês, incluindo quaisquer observadores nomeados, ou outros órgãos estatutários da Companhia que possam ser criados com funções técnicas ou consultivas e, também, qualquer pessoa que, devido ao seu cargo ou posição na Companhia ou em suas subsidiárias, tiver aderido expressamente ao Termo de Adesão e possa ter conhecimento de Informação Privilegiada sobre a Companhia.

Principais características e locais de consulta

A Política de Divulgação de Informações e Negociação de Valores Mobiliários tem por objetivos: (i) estabelecer os procedimentos relacionados à divulgação de atos ou fatos relevantes; (ii) estabelecer padrões de boa conduta que devem ser observados pelas Pessoas Vinculadas; (iii) assegurar o cumprimento das leis e regras que coíbem a prática do Insider Trading; e (iv) estabelecer as regras para assegurar a observância das melhores práticas para a negociação dos Valores Mobiliários emitidos pela Companhia.

As proibições previstas na presente Política se aplicam a (i) negócios feitos nas Entidades do Mercado, bem como negócios feitos sem a intermediação de uma instituição integrante do sistema de distribuição; e (ii) operações de empréstimo de Valores Mobiliários realizadas por Pessoas Vinculadas.

As proibições disciplinadas nesta Política também se aplicam a negociações realizadas, direta ou indiretamente, por Pessoas Vinculadas ou Parentes Próximos, incluindo os casos em que esses negócios forem feitos por intermédio de:
(a) sociedade controlada pelas pessoas mencionadas acima, direta ou indiretamente;
(b) terceiros com quem foi assinado um contrato de gestão, fideicomisso (trust) ou administração de carteira de investimentos em ativos financeiros;
(c) procuradores ou agentes;
(d) cônjuges dos quais eles não estejam separados judicial ou extrajudicialmente, companheiros(as) e quaisquer dependentes incluídos na sua declaração de ajuste anual do imposto sobre a renda de pessoa física; e
(e) quaisquer pessoas que tenham tido conhecimento de Informação Privilegiada, por meio de qualquer uma das pessoas impedidas de negociar, cientes de que elas ainda não foram divulgadas ao mercado.

Para efeitos desta Política de Divulgação e Negociação, a negociação realizada por fundos de investimento, cujos cotistas são as pessoas mencionadas no item acima, não será considerada uma negociação indireta, desde que: (i) os fundos de investimento não sejam exclusivos; e (ii) as decisões de negociação do administrador de fundos ou fundo de investimento não possam, de forma alguma, ser influenciadas por seus cotistas.

A Política de Divulgação e Negociação pode ser consultada em nosso website (www.ri.wdcnet.com.br), bem como fisicamente em sua sede social.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	Além dos Períodos de Restrição à Negociação determinados pelas leis e regulamentações aplicáveis, o Diretor de Relações com Investidores poderá decidir sobre a imposição de Períodos de Restrição à Negociação. Nesse caso, ele deverá indicar claramente às Pessoas Vinculadas o início e o final da vigência desses Períodos de Restrição à Negociação adicionais.

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes a este tópico já foram divulgadas na Seção acima.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Além da Política de Divulgação e Negociação descrita na seção 20.1 acima, observa-se a legislação e as normas específicas da CVM em vigor, em especial a Lei das S.A. e as Instruções da CVM 358 e 480, que disciplinam, entre outras matérias, as regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes.

A Política de Divulgação de Informações e Negociação de Valores Mobiliários, em conjunto com as demais regras aplicáveis descritas acima, têm por objetivo:

- estabelecer o conceito de ato ou fato relevante que origina a obrigatoriedade de divulgação de informações ao mercado. O princípio fundamental que caracteriza um ato ou fato como relevante é o potencial de qualquer ato ou fato relacionado com os negócios da companhia influenciar o preço de suas ações e/ou a decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais ações ou de exercer quaisquer direitos subjacentes às ações;

- estabelecer procedimentos para que divulguemos tempestivamente atos ou fatos relevantes à CVM e ao mercado em geral, buscando a simetria informacional entre investidores e potenciais investidores, bem como casos em que os fatos relevantes poderão excepcionalmente deixar de ser divulgados, exclusivamente na hipótese em que sua divulgação colocará em risco o nosso interesse legítimo;

- exigir e estabelecer procedimentos para que os administradores e membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) divulguem o número, tipo e forma de negociação das ações de nossa emissão, bem como de nossas subsidiárias e sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando ainda quaisquer mudanças em referidas posições acionárias;

- exigir e estabelecer procedimentos para que qualquer acionista divulgue alterações em sua participação direta ou indireta em nosso capital social, para cima ou para baixo, os patamares de 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento), 15% (quinze por cento), e assim sucessivamente; e

- proibir a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

O texto completo da Política de Divulgação e Negociação pode ser consultado ser encontrado em nosso website (www.ri.wdcnet.com.br), bem como fisicamente em nossa sede social.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação de Informações e Negociação de Valores Mobiliários baseia-se nos seguintes princípios e objetivos:

- fornecer informações adequadas aos acionistas e à B3;
- garantir a ampla e tempestiva divulgação de Fatos Relevantes, bem como assegurar sua confidencialidade enquanto não divulgados;
- consolidar as boas práticas de governança corporativa; e
- cooperar com a higidez e o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro.

Para alcançar tais objetivos, a Política de Divulgação de Informações e Negociação de Valores Mobiliários estabelece como responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores a divulgação e comunicação tempestiva de Fatos Relevantes à CVM e à B3, observado que:

- a divulgação deverá ser feita simultaneamente à CVM e à B3, antes ou depois do encerramento da negociação na B3; e
- a divulgação deverá ser feita na íntegra no portal de notícias com página da Internet descrito em nosso formulário cadastral e em nosso website de relações com investidores no endereço www.ri.wdcnet.com.br

Caso seja excepcionalmente imperativo que a divulgação dos Fatos Relevantes ocorra durante o horário de negociação, o Diretor de Relações com Investidores poderá solicitar, simultaneamente às entidades do mercado brasileiro e estrangeiro, a suspensão da negociação de Valores Mobiliários de nossa emissão ou a eles referenciados, durante o tempo necessário para concluir a disseminação adequada de tais informações, observados os procedimentos previstos nos regulamentos editados pelas entidades do mercado correspondentes sobre o assunto.

As Pessoas Vinculadas que tenham acesso a informações sobre Fatos Relevantes serão responsáveis por comunicar essas informações ao Diretor de Relações com Investidores e deverão verificar se, após a comunicação, o Diretor e Relações com Investidores tomou as medidas previstas na Política de Divulgação e Negociação e na legislação aplicável, com relação à divulgação de tais informações. Se o Diretor de Relações com Investidores não tomar as medidas necessárias para a imediata divulgação, caberá, conforme o caso, ao acionista controlador ou ao Conselho de Administração, por meio do seu presidente, a adoção de tais medidas devidas.

Sempre que a CVM ou a B3 exigirem do Diretor de Relações com Investidores esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de Fato Relevante, ou se houver uma oscilação atípica na cotação ou no volume de negociação de valores mobiliários de nossa emissão ou a eles referenciados, o Diretor de Relações com Investidores deverá inquirir as pessoas com acesso a informações sobre o Fato Relevante, a fim de verificar se tais pessoas têm conhecimento das informações que devem ser divulgadas ao mercado.

Caso o Fato Relevante seja relacionado a operações que envolvam diretamente e/ou somente quaisquer dos Acionistas Controladores, estes, deverão informar o Diretor de Relações com Investidores e, excepcionalmente, poderão instruir o Diretor de Relações com Investidores a não divulgar o Fato Relevante, expondo as razões pelas quais consideram que a divulgação colocaria em risco o nosso interesse legítimo. Nesses casos, os procedimentos previstos na Política de Divulgação e Negociação deverão ser adotados para assegurar a confidencialidade de tal Fato Relevante.

O Diretor de Relações com Investidores sempre deverá ser informado sobre Fato Relevante mantido sob sigilo, e é sua responsabilidade, juntamente das outras pessoas cientes de tais informações, garantir a adoção dos procedimentos apropriados para garantir a confidencialidade.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Sempre que houver dúvida sobre a legitimidade da não divulgação de informações, por aqueles que têm conhecimento do Fato Relevante mantido sob sigilo, o assunto poderá ser apresentado à CVM, de maneira confidencial, conforme previsto nas normas aplicáveis.

Procedimentos de Preservação do Sigilo

As pessoas vinculadas deverão manter o sigilo das informações referentes aos Fatos Relevantes, às quais tenham acesso privilegiado devido ao cargo, posição ou função ocupada até a sua divulgação efetiva ao mercado, e garantir que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, sendo solidariamente responsáveis, em caso de não cumprimento.

Os procedimentos a seguir também devem ser observados:

- envolver somente pessoas consideradas necessárias às ações que possam resultar em Fatos Relevantes;
- não discutir informações confidenciais na presença de terceiros que não estejam cientes delas, mesmo que se possa esperar que esses terceiros não possam intuir o significado da conversa;
- não discutir sobre informações confidenciais em conferências telefônicas nas quais não se possa ter certeza de quem são os participantes;
- tomar as medidas necessárias e adequadas para manter a confidencialidade dos documentos, em formato físico ou eletrônico, que contenham informações confidenciais (segurança, proteção por senha, etc.); e
- sem prejuízo da responsabilidade de quem estiver transmitindo as informações confidenciais, exigir de um terceiro, que não pertença à Companhia e precise ter acesso a informações confidenciais, a assinatura de um termo de confidencialidade, no qual a natureza das informações deverá estar especificada e deverá conter a declaração de que o terceiro reconhece a sua natureza confidencial, comprometendo-se a não a divulgar a nenhuma outra pessoa, nem negociar com os Valores Mobiliários de nossa emissão, antes da divulgação das informações ao mercado.

Quando as informações confidenciais precisarem ser divulgadas aos nossos funcionários ou outras pessoas com uma função ou cargo na Companhia, nossos acionistas controladores, subsidiárias ou coligadas, exceto um administrador, membros do Conselho Fiscal, de quaisquer dos Comitês ou de qualquer um dos órgãos estatutários que poderão ser criados com funções técnicas ou consultivas, a pessoa responsável pela transmissão das informações confidenciais deverá se certificar de que a pessoa que receberá as informações confidenciais tem conhecimento das disposições da Política de Divulgação e Negociação.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da nossa Política de Divulgação e Negociação é o nosso Diretor de Relações com Investidores.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 21 do Formulário de Referência.